

VOL. 2

CADERNO DE ARTIGOS

Um produto à luz da
contribuição interdisciplinar

ORG.

Prof.^a Dr.^a Marize Damiana Moura Batista e Batista
Prof.^a Dr.^a Selma Barros Daltro de Castro



Conselho Editorial

Presidente: Prof. Dr. Ronaldo Manzi Filho	FacMais e SIPP – Brasil e França
Prof.ª M.ª Amanda Oliveira da Câmara Moreira	Ufersa – Brasil
Prof.ª Dr.ª Beatriz Fernandes Genaro	DIB – Itália
Prof. Dr. Edson Santos Silva	Unicentro – Brasil
Prof.ª Dr.ª Elianda Figueiredo Arantes Tiballi	PUC-Goiás – Brasil
Prof. Dr. Hector Rolando Guerra Hernandez	UFPR – Brasil
Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza	UnB e SIPP – França
Prof.ª Dr.ª Maria Adélia da Costa	Cefet – Brasil e França
Prof. Dr. Ricardo Wagner	UFPR – Brasil
Prof.ª Dr.ª Ross Barrantes	Usmp – Peru

Comitê Científico – Ciências Humanas

Presidente: Prof. Dr. Márcio José Pereira	UEM – História
Prof. Dr. André Costa Aciole da Silva	IFG – História
Prof.ª Dr.ª Aparecida Carina Alves de Souza	UFF – Educação e Linguística
Prof. Dr. César Costa Vitorino	Uneb – Educação e Linguística
Prof.ª Dr.ª Clarice Pimentel Paulon	USP – Psicologia
Prof. Dr. Diego Avelino de Moraes Carvalho	IFG – História
Prof.ª Dr.ª Manuela Mendonça	ULisboa – História
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação	Uneb – Educação e Linguística
Prof. Dndo. Rafael Silva Gargano	UnB – Filosofia
Prof. Dr. Rodrigo Vieira Marques	UFG – Filosofia
Prof.ª Dr.ª Sandra Célia Coelho G. da Silva	Uneb – Educação e Linguística
Prof. Dr. Saul António Gomes	UC – História
Prof. Dr. Silvio Ricardo Gomes Carneiro	UFABC – Filosofia
Prof. Dr. Toni Reis	UFPR – Educação
Prof. Dr. Wagner Xavier de Camargo	UFSCar – Antropologia
Prof. Dr. Wilson Alves de Paiva	UFG – Educação



Prof.^a Dr.^a Marize Damiana Moura Batista e Batista
Prof.^a Dr.^a Selma Barros Daltro de Castro
(org.)

Caderno de artigos:
um produto à luz da
contribuição interdisciplinar

vol 2



Valdemir Paiva
EDITOR-CHEFE

Éverson Ciriaco
DIREÇÃO EDITORIAL

Katlyn Lopes
DIREÇÃO EXECUTIVA

Víctor Malucelli
EDITOR DE RELACIONAMENTO

Paula Zettel
DESIGN DE CAPA

Jhonny Alves dos Reis
DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Os autores
REVISÃO

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
BIBLIOTECÁRIA: MARIA ISABEL SCHIAVON KINAZS, CRB9 / 626

C122

Caderno de artigos: um produto à luz da contribuição interdisciplinar [recurso e eletrônico] / organização de Marize Damiana Moura Batista e Batista, Selma Barros Daltro de Castro - 1.ed. – Curitiba: Editorial Casa, 2023.
v.2, 480p.: il.; 23cm

Vários colaboradores
ISBN 978-65-5399-863-6

1.Pesquisa científica. 2. Interdisciplinaridade. I. Batista, Marize Damiana Moura Batista e (org.). II. Castro, Selma Barros Daltro de (org.).

CDD 001.42 (22.ed)
CDU 001.8

Nº. Registro Doi: 10.55371/978-65-5399-863-6

1ª edição – Ano 2023

Copyright© Editorial Casa, 2023

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por quaisquer meios, sem a expressa anuência do Editorial Casa.

Caso não encontre nossos títulos na rede de livrarias conveniadas disponível em nosso site, entre em contato conosco por meio de nosso telefone ou de nossas redes sociais.



Rua Riachuelo, 31, 14º andar – Centro | CEP 80020-250 | Curitiba-PR
Telefone: +55 (41) 3264-9696 | E-mail: contato@editorialcasa.com.br
www.editorialcasa.com.br

APRESENTAÇÃO

A produção intitulada Caderno de artigos: um produto à luz da contribuição interdisciplinar, volume 1, emerge das produções de estudantes e professores, escritas a partir das atividades denominadas Colóquios e Seminários, desenvolvidas no Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - MPIES, da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação Campus XI, Serrinha-Ba, no decorrer do ano de 2023.

Essa obra inaugura um novo formato de produção, tendo em vista que até 2022, os registros das atividades eram feitos em formato de resumo expandido. Com o amadurecimento acadêmico do MPIES e a necessidade de trazer mais contributos científicos e profissionais para a comunidade universitária, surgiu a necessidade de organizar a produção a partir de artigos produzidos pelos mestrandos e, em alguns textos, mestrandos e orientadores.

Os textos trazem a articulação de aspectos teóricos e descritivos, embasados em uma concepção que valoriza a interlocução com a interdisciplinaridade, abordando temáticas contemporâneas experienciadas no cotidiano profissional e com o aprofundamento conceitual inerente à produção do conhecimento.

Os temas tratados nas atividades de Seminários e Colóquios foram proposições que emergiram da escuta do conjunto de professores e estudantes do MPIES, construídos com a leitura de textos acadêmicos e a participação de profissionais renomados do ambiente profissional e que tinham vinculação com as temáticas, assim definidas:

1º Seminário - Pesquisa aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítica- superadora;

2º Seminário - Inovação e proteção da propriedade intelectual e o plágio acadêmico;

1º Colóquio - Letramento racial;

2º Colóquio - Transexualidade e olhares multidisciplinares para e na construção de diálogos inclusivos.

Espera-se que essa obra, caracterizada por aportar princípios de respeito e valorização à diversidade inerente ao mundo contemporâneo, possa contribuir de modo interdisciplinar com o debate acerca da produção científica e suas vinculações ao contexto profissional.

Prof.ª Drª Marize Damiana Moura Batista e Batista

Prof.ª Drª Selma Barros Dalto de Castro

Sumário

PARTE I

PESQUISA APLICADA, PROCESSOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL:
DISPUTANDO A PERSPECTIVA CRÍTICA- SUPERADORA

**AS TEORIAS PEDAGÓGICAS CRÍTICAS E NÃO CRÍTICAS:
APONTAMENTOS SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DE DERMEVAL
SAVIANI** 13

Geovana Marcia Carneiro Oliveira - Ivonete Barreto de Amorim

**PEDAGOGINGAS: A PEDAGOGIA CRÍTICA FORJADA PELA
EPISTEMOLOGIA AFRODIASPÓRICA BRASILEIRA** 24

Fabricia Santos de Jesus - Indaiara Sant Anna Silva de Carvalho - César Costa Vitorino

**CURRÍCULO E EDUCAÇÃO DO CAMPO: ENTRE HEGEMONIA E
CONTRA-HEGEMONIA** 37

Sirlei Aparecida de Almeida Ribeiro - Janeide Bispo dos Santos

**PRINCÍPIOS CURRICULARES NA PEDAGOGIA HISTÓRICO-
CRÍTICA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES** 48

Márcio Costa Vitorino - Arlete Miranda Amancio Maciel - Patrícia Julia Souza Coelho

**LIBERDADE DE EXPRESSÃO E ÉTICA SOB O PRISMA DA
PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: REFLEXÕES DECORRENTES
DO SEMINÁRIO PESQUISA APLICADA, PROCESSOS DE
INTERVENÇÃO SOCIAL DO MPIES** 60

Kellen Gama Pêpe - Monica Moreira de Oliveira Torres

PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA EM DERMEVAL SAVIANI . . . 74

Omundsen de Melo Costa Junio - Éverton Nery Carneiro

**PERSPECTIVA HISTÓRICO-CRÍTICA E CONHECIMENTO:
CURRÍCULO E O ENFRENTAMENTO AO RECUO TEÓRICO NA
SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA** 87

*Elcione Carvalho Santos - Eberson Luís Mota Teixeira -
Dr. Marcelo Máximo da Purificação*

**PERSPECTIVAS DO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL ALIADA
À PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE SOBRE
ACESSIBILIDADE**100

*Nélia de Mattos Monteiro - Tainá das Mercês Oliveira -
Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres*

**A INFLUÊNCIA DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO
NA CONSTRUÇÃO DA PSICOLOGIA ESCOLAR CRÍTICA
BRASILEIRA** 111

Aderilson Anunciação de Oliveira - Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres

PARTE II

INOVAÇÃO E PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

PROPRIEDADE INTELECTUAL E O PLÁGIO ACADÊMICO123

Hemily Araújo dos Santos - Silvaneide Santos Cordeiro - Selma Barros Daltro de Castro

**PESQUISA INTERVENÇÃO: CAMINHOS PARA O
DESENVOLVIMENTO DA PRÁXIS SOCIAL**134

*Taise Lima de Menezes - Nadjane Estrela Soares -
Marize Damiana Moura Batista e Batista*

**PROPRIEDADE INTELECTUAL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA:
ÉTICA, MORAL E O DIREITO DO AUTOR** 145

Emile Cristina do Nascimento Costa - Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres

**CONSTRUINDO PONTES ENTRE PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE
INTELECTUAL E INCLUSÃO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES** .157

Leilany Marry Brizolara Silva - Thaiana Ferreira dos Santos - Marcia Torres Neri Soares

**INOVAÇÃO E PROTEÇÃO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL:
APROXIMAÇÕES ABRANGENTES NO CONTEXTO DOS
PROGRAMAS DE MESTRADO PROFISSIONAL**170

Angélica Gimenes Naranjos

**PROPRIEDADE INTELECTUAL: ANÁLISE DE PRODUTOS
ELABORADOS POR EGRESSAS DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM INTERVENÇÃO EDUCATIVA E
SOCIAL - BOLETIM VERDE INFORMATIVO DIGITAL E
OFICINAS (IN)FORMATIVAS**182

*Leane de Magalhães Silva - Sandra Heloísa Teixeira Reis -
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva*

**UMA ANÁLISE DA INOVAÇÃO E PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE
INTELECTUAL**194

*Cristiane Maria de Freitas Ribeiro - Edjane Gomes de Souza Soares -
César Costa Vitorino*

**PROPRIEDADE INTELECTUAL, PATENTE E MARCAS:
ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS À COMUNIDADE
ACADÊMICA** 209

Angelo Márcio Correia da Conceição - Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

**TECENDO REFLEXÕES SOBRE O PLÁGIO E SUAS INTERFACES:
O ESTADO DE CONHECIMENTO** 220

Érica Santos Araújo - Vanessa Goes Lima

PARTE III

LETRAMENTO RACIAL

**RACISMO ESTRUTURAL: PROCESSOS DE EXPLORAÇÃO,
EXCLUSÃO E APROPRIAÇÃO** 233

*Taise Lima de Menezes - Nadjane Estrela Soares -
Marize Damiana Moura Batista e Batista*

**O LETRAMENTO RACIAL COMO IMPORTANTE VIA PARA A
PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL** 245

Leilany Marry Brizolara Silva - Marcia Torres Neri Soares

I COLÓQUIO: LETRAMENTO RACIAL 256

Eberson Luís Mota Teixeira - Elcione Carvalho Santos - Marcelo Máximo da Purificação

**LETRAMENTO E LETRAMENTO RACIAL: PERSPECTIVAS NO
CONTEXTO DAS PRÁTICAS SOCIAIS** 271

*Edjane Gomes de Souza Soares - Cristiane Maria de Freitas Ribeiro -
César Costa Vitorino*

**LETRAMENTO RACIAL E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE
ESTUDANTES NEGROS PARA O COMBATE AO RACISMO** 284

*Tainá das Mercês Oliveira - Nélia de Mattos Monteiro -
Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres*

**REFLEXÕES ENTRE LETRAMENTO RACIAL, POLÍTICAS
PÚBLICAS E EDUCAÇÃO** 296

Adriana Santos Costa - Hemily Araújo dos Santos - Silvaneide Santos Cordeiro

ORIGEM DO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NO BRASIL 308

Omundsen de Melo Costa Junio - Éverton Nery Carneiro

**LETRAMENTO RACIAL E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE NEGRA: DIÁLOGOS E REFLEXÕES COM VISTAS A
UMA EDUCAÇÃO PARA AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS** 320

*Ângelo Márcio Correia da Conceição - Leane de Magalhães Silva -
Sandra Heloísa Teixeira Reis*

**LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
CURRÍCULO E PRÁTICAS EDUCATIVAS** 332

Arlete Miranda Amancio Maciel

**LETRAMENTO RACIAL E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA COMO
PRÁTICA LIBERTADORA DE PARADIGMAS SOCIAIS** 346

Indaiara Sant Anna Silva de Carvalho - César Costa Vitorino

**LETRAMENTO RACIAL: DESCONSTRUINDO PRECONCEITOS E
PROMOVENDO A CONSCIÊNCIA ÉTNICA** 357

Angélica Gimenes Naranjos - Patrícia Júlia Souza Coelho

PARTE IV

**TRANSEXUALIDADE E OLHARES MULTIDISCIPLINARES
PARA E NA CONSTRUÇÃO DE DIÁLOGOS INCLUSIVOS**

**A URGÊNCIA DE UMA ESCOLA TRANSVIADA: REVISÃO
SISTEMÁTICA DAS PRODUÇÕES DA CAPES ENTRE OS ANOS
DE 2013 E 2023 SOBRE A TRANSEXUALIDADE NA ESCOLA** .. 371

*Aderilson Anuniação de Oliveira - Emile Cristina do Nascimento Costa -
Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres*

**DISCUTINDO A SURDEZ À LUZ DE ESTUDOS ACERCA DA
TRANSEXUALIDADE: APROXIMAÇÕES NA PERSPECTIVA DA
INCLUSÃO** 384

Thaiana Ferreira dos Santos

**TRANSEXUALIDADE: AS/OS CORPAS/OS EM INFLEXÕES
SOCIAIS SUBVERSIVAS** 395

Fabricia Santos de Jesus - César Costa Vitorino

**A MULHERIDADE DAS MULHERES TRANS: COMO SUPERAR
A TRANSFOBIA E OCUPAR ESPAÇOS DE PODER EM UMA
SOCIEDADE INCULTA, RESENTIDA E OPRESSORA?** 403

Márcio Costa Vitorino

**TRANSEXUALIDADE E JUVENTUDES DO CAMPO:
INTERSECÇÕES QUE ENTRECruzAM, DIÁLOGOS QUE
MOBILIZAM A CONTRA HEGEMONIA** 416

Sirlei Aparecida de Almeida Ribeiro - Janeide Bispo dos Santos

TRANSEXUALIDADE, DIREITOS HUMANOS, ENSINO SUPERIOR E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DO II COLÓQUIO “TRANSEXUALIDADE E OLHARES INTERDISCIPLINARES PARA E NA CONSTRUÇÃO DE DIÁLOGOS INCLUSIVOS” DO MPIES 427

Kellen Gama Pêpe

A DIVERSIDADE SEXUAL NO CURRÍCULO ESCOLAR: UM DEBATE NECESSÁRIO PARA O RECONHECIMENTO E A VALORIZAÇÃO DAS IDENTIDADES DOS ESTUDANTES 440

Geovana Marcia Carneiro Oliveira

VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO: A PRÁTICA TRANSFORMADORA 451

Vanessa Goes Lima

Sobre as organizadoras 460

Sobre as/os autores 462



PARTE I

PESQUISA APLICADA,
PROCESSOS DE
INTERVENÇÃO SOCIAL:
DISPUTANDO A PERSPECTIVA
CRÍTICA- SUPERADORA

[RETORNAR AO SUMÁRIO](#)

AS TEORIAS PEDAGÓGICAS CRÍTICAS E NÃO CRÍTICAS: APONTAMENTOS SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DE DERMEVAL SAVIANI

*Geovana Marcia Carneiro Oliveira
Ivone de Barreto de Amorim*

Resumo

Neste artigo objetiva-se discutir as teorias pedagógicas críticas e não-críticas na perspectiva de Dermeval Saviani a partir das reflexões provocadas no Seminário: “Pesquisa Aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítico-superadora.” O seminário teve como expositora a professora Celi Taffarel, que dentre os diversos assuntos abordados, defendeu a teoria histórico-crítica em contraponto as demais teorias pedagógicas discutidas por Saviani. Para aprofundar as questões apontadas pela expositora, adotou-se uma abordagem qualitativa, tendo como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, em especial do capítulo um do livro Escola e Democracia do autor em destaque. Assim, além desse referencial, tomou-se as contribuições de Minayo (2015), Gil (2008), dentre outros. Os estudos consideram relevantes os achados do autor sobre as teorias pedagógicas e acolhe a sugestão da adoção da teoria histórico-crítica na prática escolar, para isso, o seminário foi fundamental por desencadear o interesse das pesquisadoras pela temática.

Palavras-chave: Teorias pedagógicas. Teoria histórico-crítica. Saviani.

1. Introdução

O presente artigo é fruto das reflexões realizadas pela professora Celi Taffarel durante o Seminário “Pesquisa Aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítico-superadora”, ocorrido no dia 26 de maio de 2023, no auditório DDEC do Campus XI- Serrinha, e promovido pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus XI) apoiado pelo Grupo de Pesquisa Educação, Políticas

Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS). A palestrante abordou diversas teorias que fundamentam o trabalho educativo: 1. Teorias do conhecimento – empírico-analítica, fenomenológica hermenêutica, materialista histórico-dialético 2. Teorias pedagógicas – não críticas e críticas 3. Teorias do ensino-aprendizagem – condicionamento operante, cognitivismo, construtivismo, histórico-cultural e 4. O trato com o conhecimento dos conteúdos específico – organização do trabalho pedagógico. De todas essas teorias, é objeto de estudo deste trabalho o ponto 2: Teorias Pedagógicas não críticas e críticas.

Taffarel (2023) organizou sua exposição fazendo, inicialmente, um balanço sobre as teorias do conhecimento, as teorias pedagógicas e as teorias do ensino-aprendizagem, em seguida, fez uma discussão sobre o trato com os conteúdos específicos e, por fim, apresentou o exemplo de um trabalho pedagógico na perspectiva histórico-crítica. A ênfase dada a essa abordagem suscitou nas pesquisadoras o desejo de aprofundar a leitura do capítulo um do livro *Escola e Democracia: “As teorias da educação e o problema da marginalidade”*. Para tanto, adotando a abordagem qualitativa, optou-se pelo percurso metodológico da pesquisa bibliográfica, tendo o referido capítulo como objeto de análise.

Saviani (2000) faz uma discussão teórica e prática detalhada das teorias pedagógicas em voga no sistema de ensino brasileiro, buscando respostas para o problema da marginalidade. Assim, classifica as teorias encontradas em dois grandes grupos: teorias não-críticas, que inclui a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia Nova e a Pedagogia Tecnicista, e as teorias crítico-reprodutivistas que abrangem a Teoria do Sistema de Ensino como Violência Simbólica, a Teoria da Escola como Aparelho Ideológico do Estado (AIE) e a Teoria da Escola Dualista. A partir da identificação das fragilidades de cada uma delas, o autor propõe outra teoria que supere o caráter ilusório do primeiro grupo e a impotência do segundo e promova, por meio da ação crítica da realidade, uma pedagogia que contemple os interesses dos dominados e não dos dominantes. A essa pedagogia chama-se histórico-crítica.

É sobre essa discussão travada tanto por Saviani (2000) quanto por Taffarel (2023) que este artigo se debruça, valendo-se das contribuições da abordagem qualitativa que consideram as subjetividades presentes nas Ciências Sociais, possibilitando abertura ao olhar do pesquisador e considerando as suas interpretações, e do método da

pesquisa bibliográfica que vai além de uma revisão, orientando caminhos práticos para os impasses teóricos.

Para desenvolver este trabalho, as pesquisadoras buscaram fundamentos metodológicos em Minayo (2015), Gil (2008) e Lima e Miotto (2007) e, em relação ao conteúdo da palestra, fizeram uma leitura aprofundada sobre os conceitos das teorias pedagógicas de Saviani apresentados pela expositora.

2. Metodologia

Partindo do conceito elaborado por Minayo (2015), que define metodologia como o caminho traçado entre o pensamento e a prática exercida para abordar uma determinada realidade, segue-se neste trabalho um percurso trilhado a partir das leituras indicadas pelos organizadores do seminário, das reflexões feitas pela expositora e da análise das práticas vivenciadas no contexto escolar. Considerando que esse percurso é de cunho qualitativo, o universo das interpretações trará marcas de subjetividades resultantes das experiências, da sensibilidade e da capacidade criadora das pesquisadoras (MINAYO, 2015).

Para realizar esse movimento pensamento-realidade, optou-se pela utilização do método dialético. Segundo Gil:

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. [...] (GIL, 2008, p. 14).

Desenvolver uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade é mais que uma necessidade, é uma exigência, pois os fenômenos que envolvem a temática aqui discutida não podem jamais serem analisados de maneira isolada, nem muito menos desprovidos do reconhecimento das diversas interferências internas e externas a que estão submetidas o objeto em estudo.

Assim, pode-se considerar que o procedimento metodológico aqui adotado é o da pesquisa bibliográfica seguido da análise da realidade num movimento dialético. Ao enfatizar que “[...] a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de

busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”, Lima e Miotto (2007, p. 38) chamam a atenção para a necessidade do rigor científico nesse tipo de procedimento que não pode se restringir a uma revisão de literatura. Desse modo, não basta apenas conhecer o que os autores dizem sobre determinada teoria, mas, sobretudo, entender os impactos desse “dizer” na realidade, afinal, “[...] a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática” (MINAYO, 2015, p. 15).

Para realizar o processo de investigação pretendido, escolheu-se o método dialético por direcionar as pesquisadoras à observância do contraditório, do conflitante, das condições materiais concretas e do movimento histórico próprio de questões sociais, como as que ocorrem no âmbito escolar.

3. Apontamentos sobre as contribuições de Dermeval Saviani

A temática das teorias pedagógicas é discutida por Saviani (2000) e elucidada a partir de uma relação com o problema da marginalidade. Em sua obra, o autor explicita como esse problema é visto pelas teorias da educação, classificando-as em dois grupos: as teorias não-críticas e as críticas, a partir da visão de cada uma delas sobre o papel e o poder da educação. Em seguida, aponta para a necessidade de uma teoria crítica da educação.

São classificadas como não-críticas as teorias que concebem a educação como “um instrumento de equalização social”, capaz de promover a superação da marginalidade (objeto em análise) e as críticas as que reconhecem as interferências dos condicionantes objetivos nos fenômenos educativos. No grupo das críticas existem as crítico-reprodutivistas, como aquelas que, segundo o autor, são “instrumento de discriminação social” (SAVIANI, 2000, p. 3-4).

Colocando no centro da análise a relação entre educação e sociedade, o autor argumenta que as teorias não críticas concebem a educação como salvadora, integradora e promotora da coesão entre os indivíduos porque possuem uma visão de sociedade harmoniosa, em que as distorções podem ser corrigidas com esforços educativos. Nessa visão, a escola teria total autonomia para transformar a realidade e garantir a igualdade na sociedade (eliminação da marginalidade). Nesse

grupo estão listadas as seguintes teorias: a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia Nova e a Pedagogia Tecnicista.

A Pedagogia Tradicional é caracterizada pela ênfase no ensino como capaz de tirar o indivíduo do estado de ignorância (marginalidade). Acredita que tendo ensino, há aprendizagem e isso se dá por meio da transmissão/assimilação dos conhecimentos acumulados pela humanidade.

O ensino nessa teoria é centrado no professor, “[...] o qual transmite, segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhe são transmitidos” (SAVIANI, 2000, p. 6), sem uma participação ativa, muito menos reflexiva, já que a estes bastava reproduzir o que lhes era ensinado. Assim, a aprendizagem dependia de um professor bem preparado e se revelava no acerto dos exercícios aplicados. Como isso não acontecia com todos os alunos que ingressavam na escola, o modelo foi se mostrando fracassado, dando margem às críticas diversas.

Com o insucesso da Pedagogia Tradicional na resolução dos problemas sociais (fracasso escolar, marginalidade), surge um novo modelo: a Pedagogia Nova. Influenciada por ideais libertários, essa pedagogia passou a defender a participação do indivíduo em seu processo de descoberta e construção do conhecimento. Nessa perspectiva, o problema da marginalidade passou a ser entendido pelo viés cognitivo, individualizado e sua equalização ocorreria na medida em que os indivíduos se ajustassem/adaptassem à sociedade a partir da aceitação das diferenças. O centro do processo passa a ser o aluno e não mais o ensino (professor). Para isso, era exigida às escolas uma gama de recursos e de condições para experiências e trocas que apenas deu certo para as elites, ampliando, assim, as desigualdades e a marginalidade.

Na Pedagogia Nova, também conhecida como “escolanovismo”, o professor deixa de ser o centro do processo ensino-aprendizagem e passa a ser um orientador, um estimulador das iniciativas dos alunos. Desse modo, a “[...] aprendizagem seria uma decorrência espontânea do ambiente estimulante e da relação viva que se estabeleceria entre os alunos e entre estes e o professor [...]” (SAVIANI, 2000, p. 9), não dependendo exatamente do cabedal do professor. No entanto, diz o autor, essa nova pedagogia não resolveu o problema da marginalidade,

mas o agravou porque faltou preocupação política que desse conta das necessidades do novo modelo de escola por ele proposto.

No bojo das insatisfações com os dois modelos, surge a Pedagogia Tecnicista que, focando na eficiência instrumental, aposta na racionalidade e na produtividade. Relaciona-se, então, a escola ao processo fabril na busca por uma objetivação do trabalho pedagógico na firme certeza de que o produto (aprendizagem) seria resultante da organização do processo de ensino. Aqui a ênfase é dada aos meios (técnicas) que determinarão os processos de ensinar e aprender.

A pedagogia tecnicista inspirou a padronização do ensino, dando ênfase aos processos planejados por especialistas, colocando professor e aluno numa posição secundária, resumindo e restringindo seu papel a meros executores de planos muito bem formulados. Nesse sentido, o sucesso escolar dependia do seguimento aos manuais, às técnicas, à organização do processo, pois “[...] é o processo que define o que professores e alunos devem fazer, e assim também quando e como o farão” (SAVIANI, 2000, p. 13), caracterizando como marginalizado aquele que fosse incapaz de seguir os modelos apresentados.

Como as teorias não críticas, as crítico-reprodutivistas também são definidas a partir da relação educação-sociedade. Nestas, “[...] a educação é entendida como inteiramente dependente da estrutura social geradora da marginalidade, cumprindo aí a função de reforçar a dominação e legitimar a marginalização [...]” (SAVIANI, 2000, p. 5). Diferentemente das não críticas que acreditam no poder da educação em promover a superação da marginalidade, as crítico-reprodutivistas defendem a ideia de que a educação amplia a marginalização porque a escola é instrumento de reprodução das desigualdades existentes na sociedade. No elenco dessas teorias estão: a Teoria do Sistema de Ensino como Violência Simbólica, a Teoria da Escola como Aparelho Ideológico do Estado (AIE) e a Teoria da Escola Dualista.

Saviani (2000) apresenta a Teoria do Sistema de Ensino como Violência Simbólica como uma criação de Bourdieu e Passeron na obra *A Reprodução* (1975). A partir da análise dessa obra, o autor evidencia a violência simbólica existente na escola por meio da imposição de uma determinada cultura sobre outras, através da autoridade “arbitrária” de quem detém o poder, reproduzindo, assim, as desigualdades sociais. Para interpretar o fenômeno da marginalidade nessa teoria, o autor

afirma que “[...] marginalizados são os grupos ou classes dominadas [...]” (SAVIANI, 2000, p. 21), fundamentando essa afirmação na ausência do capital econômico e cultural de quem fica à margem do sucesso escolar.

A segunda teoria crítico-reprodutivista abordada por Saviani (2000) é a Teoria da Escola como Aparelho Ideológico do Estado (AIE), formulada por Althusser (discípulo de Bourdieu), que distingue os diversos aparelhos do Estado utilizados para garantir a manutenção de determinadas estruturas de poder. Para o autor, “[...] escola constitui o instrumento mais acabado de reprodução das relações de produção de tipo capitalista [...]” (SAVIANI, 2000, p. 23), por isso, afirma que ela (escola) é um desses aparelhos (junto ao religioso, o familiar, o político, o sindical, dentre outros) que vai servir para perpetuar os interesses das classes dominantes. Aqui, marginalizada é a classe trabalhadora que é expropriada pelos capitalistas.

A última teoria crítico-reprodutivista é a Teoria da Escola Dualista de Baudelot e Establet (1971) e assim chamada por Saviani (2000) em face da divisão da sociedade capitalista pelos criadores dessa teoria em duas classes: burguesia e proletariado. Nessa concepção, há uma inculcação da ideologia burguesa sobre o proletariado que se recalca e se sujeita, apesar de o proletariado possuir uma ideologia fora da escola. Nesse sentido, à escola cabe impedir o desenvolvimento da ideologia proletária para que não haja luta revolucionária. Nessa concepção, o marginalizado é o trabalhador pela desqualificação do trabalho manual em detrimento do intelectual.

Saviani (2000) enfatiza ainda que, nas teorias não críticas, há uma proposta pedagógica clara, enquanto as teorias críticas não se dão a esse papel, empenhando-se a explicar o funcionamento da escola, mesmo porque não acreditam que ela (escola) possa ser diferente. Portanto, enquanto as teorias não-críticas “[...] pretendem ingenuamente resolver o problema da marginalidade através da escola sem jamais conseguir êxito, as teorias crítico-reprodutivistas explicam a razão do suposto fracasso [...]” (SAVIANI, 2000, p. 29-30). Desse modo, faz uma provocação sobre a possibilidade de a escola ser encarada em sua realidade histórica e ser transformada pela ação humana de maneira intencional. Propõe ainda que se retenha as lições das teorias crítico-reprodutivistas, especialmente a concepção de que a escola é determinada socialmente; a sociedade é fundada pelo modelo capitalista e dividida em classes antagônicas e, portanto, a escola sofre os

efeitos das contradições e dos conflitos existentes nessa sociedade. Por isso, sugere que haja uma teoria crítica a partir dos interesses dos dominados, sendo essa a teoria histórico-crítica a qual está embasada no materialismo histórico-dialético.

Para o autor, está “[...] nas mãos dos educadores uma arma de luta capaz de permitir-lhes o exercício de um poder real, ainda que limitado” (SAVIANI, 2000, p. 31). Isso insere o professor não no centro do processo como pensava a pedagogia tradicional, mas como sujeito capaz de promover o combate a todas as formas de discriminação e marginalização, pois “[...] lutar contra a marginalidade através da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais [...]” (SAVIANI, 2000, p. 31). Eis o desafio à educação.

Os pontos fundamentais das teorias pedagógicas discutidas por Saviani (2000) foram trazidos por Taffarel (2023) durante a sua exposição no Seminário “Pesquisa Aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítico-superadora” promovido pela Mestrado Profissional em Intervenção Educativo e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus XI), o que motivou a realização desta pesquisa. Outros aspectos igualmente importantes foram colocados pela palestrante, mas não cabem neste trabalho.

Durante a sua exposição, Taffarel (2023) tratou de diversos assuntos dentro do tema proposto: pesquisa aplicada, produção do conhecimento, intervenção social na perspectiva crítico-superadora, fazendo relações entre teoria e prática que são indissociáveis e envolvendo o público presente num diálogo aberto, crítico, reflexivo e construtivo. Dentre os diversos assuntos abordados, trouxe as teorias pedagógicas como um dos fundamentos do trabalho educativo e utilizou como fonte teórica o capítulo um da obra “Escola e Democracia”, de Dermeval Saviani, que organiza as teorias pedagógicas em dois grupos: as teorias críticas e não-críticas.

Taffarel (2023) provocou debates profícuos acerca do atual modelo de sociedade capitalista que exclui e marginaliza, apresentando a teoria histórico-crítica, fundamentada no materialismo histórico-dialético de Karl Marx e Friedrich Engels, como uma opção necessária à adoção de uma educação comprometida com a transformação da sociedade que não se dá fora do comprometimento ético e político com as

classes dominadas. Esse comprometimento foi notadamente expressado pela postura da palestrante que não mediu esforços para participar gratuitamente desse seminário e por sua história de vida dedicada à defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.

4. Considerações finais

Este trabalho buscou desenvolver um aprofundamento teórico e prático do capítulo um da obra *Escola e Democracia* de Saviani (2000), “As teorias da educação e o problema da marginalidade”, citado por Taffarel (2023) em sua exposição no Seminário “Pesquisa Aplicada, processos de intervenção social: disputando perspectiva crítico-superadora” promovido Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus XI).

O conteúdo do referido seminário deu significativas contribuições para o processo de aprendizagem sobre a pesquisa como princípio educativo, pois “[...] é a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo [...]” (MINAYO, 2015, p. 16). Nessa perspectiva, as teorias pedagógicas apresentadas por Saviani (2000) tornam-se grande referencial crítico reflexivo sobre o fazer pedagógico, propiciando um movimento pensamento-ação que comprova a correlação teoria e prática.

As reflexões provocadas por Taffarel (2023) durante sua exposição no referido seminário despertaram nas pesquisadoras o interesse em aprofundar a leitura do capítulo citado, o qual trata das teorias da educação e o problema da marginalidade, utilizado pela expositora para fundamentar sua defesa em favor da adoção de uma pedagogia histórico-crítica que articule ensino-aprendizagem-interesses populares, sem a ingenuidade das teorias não críticas, nem tampouco a crítica desvinculada de uma proposição como as das teorias crítico-reprodutivistas, mas uma pedagogia que tome o indivíduo como ser social capaz de promover as transformações das condições materiais impostas pelo modelo de sociedade capitalista.

Saviani (2000) sugere, em sua obra, a superação das pedagogias tradicional e nova, apropriando-se do que há de positivo em cada uma delas, buscando uma prática que favoreça o diálogo entre alunos em si e com os professores, que valorize a cultura acumulada historicamente através de uma leitura crítica e reflexiva da realidade objetiva,

considere os diversos ritmos de aprendizagem dos alunos, sem abrir mão da sistematização lógica do conhecimento. Assim, em sua teoria histórico-crítica, Saviani aponta meios e percursos para que a educação não seja apropriada e articulada pelo poder dominante em favor dos seus interesses.

No ambiente escolar, é possível perceber a presença das diversas teorias discutidas por Saviani (2000), ratificando a atualidade da sua obra. Por isso, discutir sobre as teorias pedagógicas que fundamentam o trabalho educativo é mais que uma necessidade, é uma urgência para que o trabalho pedagógico não reafirme as marginalidades sofridas por tantos alunos e tantas alunas, reveladas, por meio da reprovação ou da aprovação, sem qualidade. Assumir uma postura histórico-crítica como a sugerida por Saviani (2000) e por Taffarel é condição para a superação da marginalização.

Nesse sentido, adotar uma postura histórico-crítica perpassa necessariamente pelo compromisso com o desenvolvimento social sem o qual não é possível transformar a sociedade e, para isso, é preciso, também, assumir uma posição de classe, com engajamento político que favoreça o desvelamento do real, buscando a essência e não a aparência na análise do caráter histórico dos fenômenos.

As marginalidades estão aí, mais latentes e fortes do que nunca, em todos os âmbitos da sociedade, inclusive no sistema educacional que ainda exclui, oprime, inferioriza, por meio da negação do direito a uma aprendizagem com qualidade formal e política. Ter consciência disso é um passo importante para não reproduzi-las, mas insuficiente para superá-las, pois é preciso ter consciência de classe e lutar em favor de uma sociedade mais justa e igualitária para todos e todas.

Cabe ainda dizer que as contribuições da palestrante foram além da perspectiva acadêmica, visto que o seu engajamento político com as causas sociais foi latente durante todo o percurso da apresentação, demonstrando compromisso ético com a profissão.

Referências

LIMA, T. C. de., & MIOTO, R. C. T. (2007). Procedimentos metodológicos do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, 10 (spe), 37-45. Disponível em <http://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>. Acesso em 04 jun. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, p. 9-29.

SAVIANI, Dermeval. As teorias da educação e o problema da marginalidade. In: SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 33. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000, p. 3-34.

PEDAGOGINGAS: A PEDAGOGIA CRÍTICA FORJADA PELA EPISTEMOLOGIA AFRODIASPÓRICA BRASILEIRA

*Fabricia Santos de Jesus
Indaiara Sant Anna Silva de Carvalho
César Costa Vitorino*

Resumo

Esse artigo é resultado de inquietações promovidas a partir da exposição da professora Celi Taffarel, professora aposentada da UFBA, em atividade prática de seminário, maio de 2023, cuja temática foi “Pesquisa aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítica- superadora”, atividade realizada nas dependências da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus XI, Serrinha - Bahia, para o público acadêmico e, em especial, pesquisadores do mestrado profissional, somados as leituras das indicações da professora supracitada do educador Paulo Freire e discussões decoloniais. Para isso a inspiração bibliográfica é construída a partir das explicações teóricas de Celi Taffarel, acerca das teorias pedagógicas, no âmbito das pedagogias críticas e não críticas, bem como, a problematização sobre a função social da escola, esse último, desemboca no refletir a organização social brasileira e suas repercussões nas formas de acesso à educação grafocêntrica construída pela população hierarquicamente vulnerabilizada na sociedade brasileira. Aqui pensada pela Pedagoginga.

Palavras-chave: Pedagogingas. Pedagogia. Seminário. Crítica.

1. Introdução

Este trabalho discute a contribuição da Doutora Celi Taffarel em diálogo com as ideias de Paulo Freire e análise da prática epistêmica da Pedagoginga, de Allan da Rosa, em sua metodologia didática social, que se utiliza nas vielas, comunidades, terreiros e ruas, onde a corporeidade, a música, mapas, jogos, a geografia, a história, como prática de

concepções da educação popular e cultura negra que propõe interações e reconhecimento de saberes em seus articulações e movimentos não atentados pelos limites conceituais. Numa perspectiva de resistência tendo por base a Teoria Pedagógica Crítica na busca de mobilização por uma reflexão educativa. Para elaboração deste artigo em parceria com coordenação e corpo docente do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) e o Seminário realizado em 27 de maio de 2023, cujo título foi: “Pesquisa aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítico-superadora, e as reflexões a partir da teoria pedagógica crítica”.

O trabalho tem como objetivo apresentar reflexões acerca da pedagogia crítica forjada pela epistemologia afrodiaspórica brasileira e a teoria pedagógica crítica.

A contribuição da Dra. Celi Taffarel está, contudo, no sentido de discutir a respeito da escola autônoma do governo e múltiplas identidades com provocações perante o pensamento eurocêntrico, de hegemonia cultural, compreendendo que a prática pedagógica como um todo dinâmico.

Nas situações a Pedagogia, concepção admitida a partir Rosa (2019), no viés de aprendizagem significativa, aprecia a cidadania como participação social e política, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões, sobretudo, coletivas, além de valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural priorizando a ética, pluralidade cultural, o meio ambiente e diversidade do ser, essenciais na formação do indivíduo. Nesse sentido, “para que nossa compreensão não se mutile e não nos enforque na hipocrisia, para que não anunciemos liberdade oferecendo cabresto” (ROSA, 2019, p.27). Apresentando materiais culturais pautados com a realidade cotidiana e com a história de vida dos alunos, se devem possibilitar o desenvolvimento prazeroso para os sujeitos, uma vez que os materiais culturais utilizados possuem significados compartilhados socialmente, fazendo parte do campo de significação do aluno. Sendo assim, percebe - se que educador e educando são seres individuais e sociais, sujeitos da história que constroem e, também, são objetos da história e sofrem a sua influência, em forma de atividades - sejam criativas ou imitativas - das relações múltiplas de experiências ideológicas, políticas, filosóficas e outras, subordinadas às leis histórico-sociais. (TAFFAREL; ESCOBAR, 2006).

2. Metodologia

Como dimensão conceitual realizamos neste trabalho recorte acerca da pedagogia crítica, a partir da preposição apresentada por Celi Taffarel em exposição, atividade prática de seminário, cuja temática apresentada possuiu o título: “Pesquisa aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítica- superadora”, já informado anteriormente, atividade realizada nas dependências da Universidade do Estado da Bahia, campus XI, Serrinha - Bahia.

A proposta de elaboração deste artigo, é parte das ações metodológicas desenvolvidas pela coordenação e corpo docente do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social, contando sempre com a participação dos estudantes. Desse modo, o seminário supracitado, representou um momento de importantes reflexões e de aprofundamento em torno da importância da pesquisa aplicada como ação intervencionista de caráter social. Ao abordar os métodos filosóficos críticos superadores na pesquisa aplicada e relação com processos de intervenção e transformação da sociedade, temática proposta para embasar a discussão durante o seminário, a professora convidada optou por uma subdivisão em três amplos tópicos e deu início a sua fala, bastante elucidativa, profunda e provocativa, apresentando as quatro grandes teorias da educação tendo como eixos: as teorias do conhecimento, pedagógicas e ensino e organização do trabalho pedagógico.

Assim, a partir das reflexões/provocações da Dra. Celi Taffarel, optou-se pela produção deste artigo, que tem como objetivo apresentar a Pedagogia, metodologia forjada pela epistemologia afro-diaspórica brasileira. Trata-se, portanto, de uma estratégia de escrita que resulta de importantes vivências pedagógicas, e experiências em militância política, assim como a participação em seminários com temáticas variadas. Desta forma, nosso interesse é analisar implicações e respostas pedagógicas, diante o cenário afro-brasileiro em educação.

Para isso concebemos a análise sobre a pedagogia crítica, seguidamente propomos o desenvolvimento reflexivo da perspectiva metodologia forjada pela população afro-brasileira diante as impossibilidades educacionais, resultado do processo colonial que organiza a sociedade, nos dedicando a Pedagogia como terreno para reflexão.

3. Desenvolvimento

A crença e defesa de uma educação emancipatória capaz de transformação social está para além de uma dimensão utópica. Para Freire (1978) a práxis, que é o processo da relação dialógica entre teoria e prática, pressupõe uma condição de igualdade concreta a ser conquistada. O que poderia sugerir utopia no pensamento de Paulo Freire, se transforma no que este educador chamou de “inédito viável” (FREIRE, 1987), ou seja, é uma condição concreta de conquista coletiva que se dá a partir da condição de fala do oprimido. O sujeito que fala de si, a partir de sua perspectiva histórica de luta, de resistência e, principalmente, de consciência de sua condição de subalternidade estabelecida pelo opressor. Assim, se configura a “pedagogia crítica, humanizada, problematizadora, dialógica e dialética, realizada por meio da práxis, de modo que o oprimido reconheça sua vocação para ‘Ser Mais’”. (FREIRE, 1987, p. 35).

Conceito apresentado por Paulo Freire, a pedagogia crítica começa a ganhar fôlego e a se realizar no início da década de 1950. Paulo Freire criou em sua experiência como diretor do Setor de Alfabetização do SESI o “Círculo de pais e professores”, e através de rodas de conversas ele realizava palestra sobre temas relacionados à educação. Dessa experiência, dentro de uma instituição criada e pensada pela classe dominante e que desenvolvia um trabalho de caráter assistencialista, nasce a sua consciência da necessidade de escuta, de diálogo com a classe operária, pois, a partir daí o educador Freire define o seu posicionamento político ideológico voltado para a conscientização da classe popular a partir da educação popular.

Nesse mesmo período, seu trabalho com a classe trabalhadora já era considerado subversivo pela elite brasileira, pois ele rompia um círculo de silêncio e de silenciamento forçado ao exercer sua função como educador explorando o processo de “conscientização do trabalhador sobre sua condição de classe oprimida” (PONTES; PIMENTA, 2019, p. 4). Na década seguinte, já engajado no Movimento de Cultura Popular (MCP), assim como diversos outros intelectuais e artistas da época, ainda em Pernambuco, Paulo Freire, diferente daquilo a que se propunha esse e outros movimentos populares pensados e coordenados por intelectuais brasileiros representantes de uma elite que tinha interesses em se aproximar do universo cultural popular, entende que

não havia efetivamente participação popular naqueles movimentos e projetos de educação e cultura.

Assim, como quem vai na contramão do movimento,

[...] o método Paulo Freire surgiu como uma novidade, pois não se propunha a 'interpretar' (KOTTSCHO, 2004, p. 28) os interesses das classes populares, mas sim em perguntar-lhes quais eram suas formas de se expressarem no mundo e quais eram suas palavras. Portanto, é possível afirmar que Freire provocou uma verdadeira ruptura epistemológica: escutar o oprimido, e, a partir dele, desenvolver uma pedagogia, em que a alfabetização seria um processo de emancipação. Ou seja, a alfabetização passou a ser concebida sob a perspectiva do sujeito educando. (PONTES; PIMENTA, 2019, p. 5)

Não é difícil deduzir, e a história comprova isso, que a partir daquele momento, o filósofo e educador pernambucano rompia definitivamente os laços com o pensamento elitista e quebrava importante paradigma no universo da educação brasileira, tão importante a sua concepção de uma pedagogia crítica, que o mundo passou a reconhecê-lo como um dos mais importantes intelectuais e pensadores críticos do século XX.

Paulo Freire teve uma enorme contribuição no campo da educação em prol de uma educação libertadora em busca da conscientização das classes populares a respeito das opressões sofridas e ao mesmo tempo numa luta constante para promover justiça social.

Dada a importância deste marco teórico metodológico, parte do fundamento do processo educativo brasileiro, é importante retornarmos o tempo moderno e consideramos neste processo o contexto histórico de organização societária e suas repercussões na educação para compreensão das contribuições desta corrente para a prática educativa. Neste âmbito é importante ressaltar que a herança da colonização, a colonialidade, constituição do poder sustentado pela exploração e classificação da humanidade por raças, influência ainda na contemporaneidade as relações sociais, sendo a educação, lugar desta reprodução. Dentro desta lógica eurocentrada, a população não branca é diretamente afetada pelo modelo de educação estabelecido no Brasil. Neste tocante entendemos a implicação do debate acerca

da pedagogia crítica e a desigualdade expostas pela educação, e os caminhos percorridos enquanto resposta a transmissão escravocrata que emergem no cotidiano das relações contemporâneas da população afro descendente.

Pensar em educação perpassa compreendermos a organização social brasileira em sua dimensão pautada na manutenção do poder. Neste recorte precisamos analisar as implicações da classificação por raças, a desumanização imbricada nesta organização, e suas repercussões, analisando a escola como espaço de incorporação, transmissão e construção de saberes, que foi criada no Brasil, em moldes eurocêntricos, portanto visando letramento enquanto recurso para hegemonia do poder da classe dominante. O que justifica, segundo Sodré (2012), o monismo cultural eurocêntrico estabelecido nas escolas brasileiras. Para Sodré (2012, p.25), “a escola é o lugar determinado do sistema social onde se constitui o movimento do conhecimento, mas sempre como efeito das relações de classe.”

Refletindo a tomada de consciência como caminho para alfabetização, a metodologia de Paulo Freire, reverbera no sentido de emancipação humana da população pertencente as classes mais vulnerabilizados. Sua pedagogia crítica atua em valorização da cultura dos indivíduos, onde ambas as partes, professor e alunos(as), aprendem tendo como horizonte a realidade em um movimento de ensino aprendizagem democrático. Percebendo a diversidade em ações nas comunidades educacionais, explorando a cultura social dos cidadãos a partir de uma alfabetização crítica.

Ao defender a educação popular, conhecimento prévio dos estudantes e inclusão cultural, a prática docente defendida pelo pensamento freiriano, desperta o senso crítico, participativo, reflexivo. Este pensamento diverge da educação elitista brasileira que muitas vezes não permite a própria comunidade conhecer sua realidade e os meios de luta por uma educação de responsabilidade e visão crítica, uma educação cuja práxis pedagógica sejam pensadas pelos, para e com os sujeitos, que se libertam das amarras das opressões. Para o pensamento da pedagogia decolonial, aqui pensada a partir das ponderações de Catherine Walsh (2007), essa educação promove o despertar de sonhos, superação de dificuldades estabelecidas pelas relações de poder e compreensão dos direitos sociais existentes buscando justiça e dignidade.

Aprender e descobrir permite ao educando explorar e contribuir com sua comunidade. A educação permanente (FREIRE, 2003), permeada pela humanização dos sujeitos que dissemina uma prática educativa de transformação, valorização e identidade é libertadora no sentido de que não existe separação/dicotomia entre mundo e educação na concepção da pedagogia crítica freiriana. (FREIRE, 1996).

Neste arcabouço crítico, Rosa (2019), pontua que educação deve promover uma abordagem de troca e reciprocidade, que reaja, efetivando na perspectiva também do experimental. Rasgando assim, currículos que mantêm em novas faces, a colonização.

4. A ginga afrodiaspórica

Na dança da capoeira a ginga é um movimento que nos faz pensar o quanto o corpo -mente são atentos na perspectiva de conquistas. A Ginga é a dança inteligente do oferecer e negar, que confunde o opositor, segundo Campos (2009), nasce da concentração e consciência corporal, movimento que leva ao estudo do adversário e a percepção do melhor momento para o ataque, um baile do aprender e ensinar, de força e leveza unidos e ritmados, pouco provável para modelos de aprendizados eurocêntricos.

Refletir a respeito da pedagogia crítica em educação brasileira, exige considerar os jogos, impactos de corpos e mentes. Os prejuízos existente nas rodas das percas culturais, afinal como dissemos anteriormente, é preciso atenção e sensibilidade acerca da sujeição, promovida pela constituição da modernidade e invenção das Américas alicerçada pelo sistema de escravização e promoção capitalista. A racialização iniciada para e com o capitalismo que emerge da relação dominado e dominante, vale-se da classificação por espécies e subespécies organizadas hierarquicamente a partir da Europa como verdade referencial. Logo tudo que disto distancia-se, deixa de existir no tecido social positivado. As formas de ensino e aprendizagem desenvolvidas pela educação brasileira nesta proposição, é promovida e conduzida pela mesma ideologia, visto que, a escola enquanto equipamento de socialização reproduz as relações de classes constituída e suas tensões em molde hierárquico, cabendo precisar segundo Sodré (2019), que a escola é “forma que metaboliza socialmente os parâmetros de reprodução do sistema” (SODRE, 2012, p.81), a efetivação do saber único,

opera no domínio da verdade aceitável como ciência, inicial justificável. Suas considerações remetem uma urgência crítica pedagógica para a educação política pública que reverberem em ações metodológicas que desloquem para um pensar diverso político e cultural que considerem os sujeitos e as complexidades envolvidas. Esse deslocar é refletindo por Sodré (2012), sobre a perspectiva de reinventar a educação, esse intelectual discute o processo sócio histórico de controle em terras latino americanas e, em especial, o Brasil, pontuando as explorações que para além das dimensões econômicas e territoriais constituíram o pensamento eurocêntrico, de hegemonia cultural a partir da racialização de povos, sobretudo os povos oriundos de África, estabelecendo desta forma a organização e o funcionamento da sociedade brasileira.

Dentro desta perspectiva de exploração e extermínio de culturas e povos, a Europa impõe -se, como sistema mundo universal, local único de conhecimento e ciência, ou seja, um monismo que gera enormes consequências na contemporaneidade. Para essa repercussão é dado o nome de colonialismo, ou colonialidade. Um pensamento pautado pela lógica da validação de uma forma única de conhecimento, saber único definindo as experiências e subjetividades. Neste sentido Sodré (2019), anuncia que no contexto educacional o colonialismo e/ ou colonialidade impacta nas formas de ensino e aprendizagem, logo, nos diversos modos de apropriações, na medida que, esse modelo singularizado colonialista, impede a possibilidade participativa de um pluralismo cultural no processo de construção e assimilação de conhecimentos. Nesta conjuntura é possível refletir acerca da imposição da língua e a classificação de inferioridade racial imposta a povos africanos e seus descendentes cuja sociabilidade revela-se a partir de modelos outros, de comunicação e construção de significados, algo não aceito dentro do formato eurocentrado. Para tanto Gomes (2017), ilustra acerca da pedagogia que emerge na educação não "formal".

Discorrendo acerca da luta para rompimento da ideia de conhecimento hegemônico centrado na Europa e a estrutura erguida no imaginário social e pedagógico brasileiro, dando lugar as ciências-saberes construídos nas lutas por emancipação do povo negro erguidas e conduzidas pelos movimentos negro, que revelasse educador, na medida que na conjuntura de acessar lugares legitimados como lugares de saberes, estrategicamente constroem métodos em ensino aprendizagem, participantes de suas realidades culturais. Para isso

Gomes (2017) analisa o movimento negro como ator político pedagógico de ruptura colonialista que produz saberes distinto ao conhecimento científico contudo, não menos saber. A pesquisadora elucida acerca da pedagogia moderna enquanto produção da ciência realizada a partir da racialização que resulta em práticas educacionais realizadas no Brasil, que no contexto de educação pública é disposta pela marcar colonialista das regras que privilegiam e legitimam apenas um saber, o científico vindo exclusivamente da Europa, em processo de constituição concebido pelo controle de corpos, culturas, subjetividades e conhecimentos produzidos. Desta forma, o processo educacional contemporâneo é formado pela hegemonia intelectual impondo-se através de uma pedagogia não crítica.

Diante esse estado de poder reproduzido na educação brasileira ao longo dos tempos, os afrodescendentes edificam a partir das ausências respostas próprias no intuito de preencher uma rasgado colonial que deixa os pés descalços, contudo, determinados a sair do vácuo lugar. Um afrontamento segundo Rosa (2019), declarado que “encontra as frestas, do que se equilibra em movimento constante” (p.116). Sobre esses passos em vielas insalubres, esse poeta intelectual, tece em seu novelo de conhecimentos, bordados de reflexões acerca da rua produzida, de educação popular, as contribuições da cultura negra, uma rua gritos e gemidos pavimentada por uma performance não reconhecida pela educação e sua forma, formalidade. Acunhando esse destino- percurso como Pedagoginga.

No pensar desse intelectual, pedagogingas são autênticas formas de sobreviver a catástrofe do holocausto que vitima o povo negro por séculos, considerando a luta para que esse povo torne-se gente em um redemoinho espinhoso, que demarca a desigualdade de oportunidade presente nas composição social brasileira, podendo ser vista nitidamente na educação.

Amparando esse pensar os estudos de Felipe e Teruya (2007), sobre o pensamento educacional brasileiro, revelam que somente na década de 1960 a presença de negros nas escolas públicas brasileiras torna-se rotineiras, contudo, os autores ressaltam que as relações internas permaneciam discriminatórias. Outra informação importante destes autores, diz respeito às estratégias encontradas pela população negra para acesso a alfabetização com criações de suas próprias escolas, assim como, de alfabetizações realizadas fora do ambiente

escolar, como foi o caso de Luís Gonzaga Pinto da Gama, ou Luís Gama, o advogado abolicionista, jornalista, poeta, importante intelectual negro do século XIX, alfabetizado aos dezessete anos, por um hospede da fazenda no qual ele era escravizado. São esses saberes e articulações que provem a população negra esquivas/gingas da marca escravagista e possibilidades de desenvolver competências (de escritas e leituras) exigidas pela sociedade brasileira, sem perder de vista o ideal de inserção a cidadania. Neste sentido, Pedagogingas.

O próprio exemplo de Luís Gama, ao usar a condição de letrado para forjar alforria e entrar para história brasileira com seus feitos em prol da liberdade de outros negros por meio do uso do direito, nos apresenta o quanto a encruzilhada de saberes, a condição da racialização, e o engajamento por mudanças transformam-se em uma epistemologia particular em respostas às exclusões.

Pedagoginga é ir além da escolarização inter-relacionando e destacando o aparato histórico cultural africano e afro-brasileiro. “teia flutuante mais firme de educação popular, preta e periférica” (ROSA, 2019.p.126). Neste tocante Rosa (2019) corrobora com Gomes (2017), ao considerar os obstáculos colocados pelo colonialismo em prol da validação participativa do negro/a na sociedade brasileira que justifica sua ausência no processo educacional. Violência que causou um revide cultural desta população, que forja no próprio sistema hegemônico, um lugar de segurança entre as tensões e conflitos, fomentado por criativas atuações, lutando assim “contra um lugar e criando um lugar próprio” (ROSA, 2019, p.39), se posicionando atento aos esquemas de educação que ainda dominam o cenário brasileiro.

Para Rosa o lugar de revide é um território construído que distingue -se de qualquer ideia moderna capitalista, colonialista, visto que perpassam trocas e experiências significativas que não finda e sim proporciona conhecimento. Seu pensar remete para uma epistemologia que ao medrar, questiona o posto enquanto única possibilidade de saber, construindo uma contracultura que não deixa de ser tocada pela dialética entre o saber e conhecer, entre a memória viva e a dor latente, organizando nesta encruzilhada uma epistemologia que reflete a vida, onde o individual e o coletivo podem ocupar e movimentar existências sem duelar hierarquizações tramadas pelo colonialismo, onde as experiências e o estar no mundo conversam para aprendizagens envolvida e desenvolvidas pelo significativo.

Nascida da necessidade de sair do lugar desigual, de rebaixamento, encontrando uma forma de transmitir e construir conhecimento em método específico que não fragmentasse o corpo do cérebro entendendo prazer como fonte de assimilação e vida. Uma prática de “educação popular focada na vivência negra de ontem de hoje e do futuro que fazemos” (ROSA, 2019, p. 101). As ruas, os terreiros, a dança, capoeira, uma comunidade jongueira, são lugares saberes transmitidos, pois segundo Rosa (2019), a cultura negra é de iniciação, “o mestre não ensina, ele inicia, cria condições para a aprendizagem”. (ROSA, 2019, p. 61). Neste sentido, podemos pensar acerca das formas de produção de conhecimento construídas pelas experiências entre a população afro brasileira, que vasam dentro dos conceitos da cultura eurocêntrica. Métodos multimodais que não enquadram se no sistema símbolos gráficos. A rigidez dos processos avaliativos que não alcançam as formas particulares de saberes. A tecnicidade das relações entre os atores da educação que limita o sentir e o sentido das interações construtivas, e como essa construção de novo lugar aponta para uma dimensão crítica da pedagogia criada pela população afro-brasileira. Identificando o modelo brasileiro como monista, Sodré (2012) avalia que a necessidade de produzir dentro e a partir de um ambiente violento que tende a estimular o caminho do “correto” tomando apenas um mapa de “orientação”, é o motivo do fracasso da educação brasileira e de seus altos níveis de evasão.

Pelo pensar de Sodré é possível correlacionar a necessidade que se apresenta a população afro-brasileira em buscar outros caminhos como forma de encontrar a humanidade furtada pelo colonialismo, no movimento de ensino e aprendizagem significativos, sendo esse um dos pontos de partida que amparam profundas mudanças que não podem ser desenvolvidas somente pela obrigatoriedade da força das leis. Nesse tocante, temos as produções coletivas que estimulam o questionamento e as reflexões compreendendo na cultura afro brasileira “chão para passos uma vontade de assimilar se ao outro em um auspicioso movimento de mudança” (ROSA, 2019, p. 98). Para esse objetivo a Pedagogia é o instrumento de reverberação e reconhecimento social dos saberes materializados pelas texturas, experiências, sonoridades, aromas e performances de forma articuladas, promovendo significados, observando e refletindo a relações em uma prática de concepções da educação popular e cultura negra que propõe interações e reconhecimento de saberes em seus diversos modos de expressões

de uma epistemologia viva que transita e se expressa em articulações e movimentos não atentados pelos limites conceituais. Ao pensar no ambiente escolar Rosa (2009) aponta a escola como espaço propício para o convívio, onde as posturas devem promover inquietações de análises críticas, que sejam afetadas pela educação feita por todos como ocorre na educação comunitária sem deixar de refletir a justificativa que mobiliza o fazer corriqueiro, político pedagógico desta instituição social. Portanto, não nega a possibilidade da Pedagogia nas instituições escolares contudo que seja imprescindivelmente compreendido que a Pedagogia para além de conteúdos “é a forma didática, a maneira de gerar e de transmitir saber que permita a abstração se enamorar da sensibilidade do sensorial, do corpo, do que somos.” (ROSA, 2019, p.123).

5. Considerações finais

Embora as contribuições socializadas pela professora Celi Taffarel não recorressem diretamente acerca da problemáticas que envolvem educação e a população negra brasileira, percebemos que abordar sobre pedagogia crítica convoca análises sociohistórica sobre motivos reais em metodologias de ensino. No âmbito de compreender a partir das lacunas existentes no processo de consciência imbricadas no ensino e aprendizagem, esse trabalho nos revela a propositiva da pedagogia crítica, assim como descortina estratégias criadas pela população afro-brasileira para ter contato ao modelo de letramento na ordem grafocêntrica exigida hegemonicamente como ponto primordial de conhecimento. Para isso, a Pedagogia revela-se como prática que entrelaça as solicitações de cunho do poder que organiza a sociedade, bem como, prática que utiliza-se dos instrumentos políticos culturais, e das diversas formas afro-brasileiro para compreendê-las, fazendo do caminho para o objetivo, lugar de modos e saberes próprios, resultando em epistemologia de encruzilhada de saberes. A Pedagogia se coloca enquanto caminho e lugar encontrado para resgate de humanidade furtada a partir das interações para aprendizagem. Diante o exposto, consideramos necessário o estudo e debate da pedagogia crítica, refletindo o contexto sócio histórico brasileiro e as respostas pedagógicas utilizadas pela população afro-brasileira, enquanto recurso para compreensão educacional e produção de conhecimento, de modo que esses estudos possam amparar a construção de uma educação inclusiva, diversa e libertadora.

Referências

CAMPOS, H, 1947- **Capoeira Regional**: a escola de Mestre Bimba / Hélio Campos (Mestre Xaréu). - Salvador: EDUFBA, 2009.

FELIPE, D. A; TERUYA, T. K. O negro no pensamento educacional brasileiro na Primeira República (1889 -1930). **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, SP, v. 27, p. 112-126, set. 2007.

FERREIRA, L. F. **Com a palavra, Luiz Gama**: poemas, artigos, cartas, máximas/ Organização, apresentações, notas Lúcia Fonseca Ferreira – São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Política e Educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

GOMES, N.L. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: RJ, Vozes, 2017.

PONTES, R. A. F.; PIMENTA, S. G. A pedagogia crítica de Paulo Freire: elementos para uma proposta no campo da didática. **Revista Chilena de Pedagogia**, v. 1, n. 1, p. 1-15. 2019.

ROSA, A.S. da. **Pedagogia, Autonomia e Mocambagem**. São Paulo: Pólen, 2019.

ROSA, A. S. da. **Imaginário, Corpo e Caneta**. Matriz Afro-Brasileira em Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: FEUSP, 2009.

SODRÉ, M. **Reinventando a educação**: diversidade, descolonização e redes. Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.

WALSH, C. **Interculturalidad Crítica/Pedagogia decolonial**. Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional, 2007.

CURRÍCULO E EDUCAÇÃO DO CAMPO: ENTRE HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA

*Sirlei Aparecida de Almeida Ribeiro
Janeide Bispo dos Santos*

Resumo

Este artigo traz contribuições para a discussão sobre o currículo e a Educação do Campo, tendo em vista colaborar com os debates acerca dos currículos disseminados nas escolas e como os mesmos têm contribuído para a formação dos coletivos do campo de forma emancipatória e de modo que corrobore com o despertar da consciência de classe. O ponto de partida foi o Seminário promovido no Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social intitulado “Pesquisa aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítico-superadora”, que teve como objetivo abordar os métodos filosóficos críticos-superadores na pesquisa aplicada e na relação com os processo de intervenção tendo em vista a transformação da sociedade. A metodologia é sustentada por análise bibliográfica e o desenho seguido na exposição do seminário. Os (as) autores (as) que referenciam o presente Artigo são: Taffarel (2012/2023); Arroyo (2012); Severino (2013); Freire (2001); Frigotto, Ciavatta e Caldart (2020); Moraes (2001); Martins e Pasqualini (2020); Saviani (2008). A problemática discutida neste trabalho abrange as ponderações a respeito da Educação do Campo e de como o currículo posto de forma neoliberal não atende aos (as) camponeses (as) estudantes, por isso, a necessidade de uma discussão apurada.

Palavras-chave: Currículo. Educação do Campo. Emancipação.

1. Introdução

O Seminário organizado pelo Programa de Pós Graduação - Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) / Campus XI, cuja temática abordou os métodos filosóficos críticos-superadores na pesquisa aplicada e

relação com processos de intervenção e transformação da sociedade foi ministrado pela Dra. Celi Nelza Zulke Taffarel.

De forma enfática foram compartilhados os fundamentos do trabalho educativo, cuja discussão trouxe à tona reflexões preponderantes a respeito do processo de formação que tem sido disseminado de forma hegemônica nos espaços de sala de aula de todo o Brasil. Estes fundamentos foram associados às Teorias do Conhecimento que os sustentam em termos e o projeto de sociedade que está subjacente à concepção de formação.

A relevância da temática justifica-se a partir dos contextos de aprendizagens hegemônicos que historicamente foram e continuam sendo disseminados; uma discussão importante, tendo em vista todo o arcabouço que abriga as teorias pedagógicas que se tem conhecimento até os dias atuais, sendo que grande parte delas são propagadas sem considerar o ser humano e o seu contexto histórico e não colabora para que a criticidade seja despertada diante de questões político sociais que reverberam cotidianamente. Para contrapor às teorias hegemônicas, a expositora do seminário tomou como referência a Pedagogia Histórico Crítica considerando a concepção, a dimensão metodológica e propósito da formação escolar.

Em conformidade com o tema apresentado no Seminário, a definição do título para este artigo - Currículo e Educação do Campo: entre hegemonia e contra-hegemonia, encontra-se a consonância ao considerar as prerrogativas que abarcam a conjuntura do contexto formacional nos espaços de sala de aula, de modo contundente, o currículo está intrinsecamente relacionado com os fundamentos do trabalho educativo. Este se consolida a partir de teoria e método que demarcam uma teoria pedagógica, teoria educacional, projeto de sociedade, projeto de escola e concepção de sujeito que se quer formar. Desse modo, se para a hegemonia do projeto de sociedade burguês ou para a sua superação.

Este texto está organizado conforme a seguinte estrutura: introdução, metodologia, dimensão conceitual sobre currículo e Educação do Campo, e as reflexões e abordagens advindas do seminário integrador em análise.

2. Metodologia

Com o título: *Pesquisa aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítico-superadora*, o Seminário ministrado pela professora Dra. Celi Nelza Zulke Taffarel discorrido no auditório da Universidade do Estado da Bahia - Campus XI, durante o turno matutino, onde estudantes do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - MPIES da turma V, estudantes das turmas de ingresso anterior, egressas (os), estudantes dos cursos das Licenciaturas em Pedagogia e Geografia e docentes do Campus XI estiveram presentes e puderam participar de forma dialógica com a Dra. Celi Taffarel.

É importante registrar que textos subsidiários foram encaminhados pela Secretaria do Programa para que fossem realizadas leituras prévias; a intersecção dos textos encaminhados com a temática assumiu uma preponderância, tendo em vista a amplitude teórica que os mesmos apresentam. Em oportunidade, é pertinente mencionar Martins e Pasqualini (2020, p. 02), fundamentadas em Saviani (2008), ao considerarem a relação entre o conceito de trabalho pedagógico e a relação com o currículo:

A formulação histórico-crítica do conceito de trabalho educativo propõe sua realização como ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que foi produzida historicamente pelo conjunto dos seres humanos. Orientado a essa intencionalidade, o currículo representa um esforço de identificação de quais conteúdos do patrimônio histórico-cultural humano devem ser apropriados pelas pessoas para que se efetive sua humanização ao longo do processo de escolarização.

Corroborando com a autoria, é crucial reconhecer a importância em explanar e debater sobre temas que coadunem com a destituição de paradigmas que foram delineados por pessoas que não estiveram à serviço de uma pauta que atenda aos preceitos da luta de classes e que reconheçam o trabalho enquanto princípio educativo e como ação humanizadora, neste sentido, currículo está imerso na condição de colaborar diretamente para combater as prevalências de um sistema hegemônico.

Prosseguindo, teve início, então, a exposição dialogada, sendo que a metodologia qualitativa foi adotada durante o discorrer dos trabalhos, de acordo com Severino (2013,p.103):

Quando se fala de pesquisa quantitativa ou qualitativa, e mesmo quando se fala de metodologia quantitativa ou qualitativa, apesar da liberdade de linguagem consagrada pelo uso acadêmico, não se está referindo a uma modalidade de metodologia em particular. Daí ser preferível falar-se de abordagem quantitativa, de abordagem qualitativa, pois, com estas designações, cabe referir-se a conjuntos de metodologias, envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas.

Conforme o exposto, o caráter de uma pesquisa qualitativa abarca uma amplitude epistêmica e metodológica, neste sentido, conforme os objetivos a que um determinado trabalho se destina, define-se os subsídios epistemológicos e o caminho metodológico para que se alcance os resultados pretendidos.

A ministrante do seminário ancorou-se nos princípios da Pedagogia Histórico-crítica fundamentados na prática social inicial, problematização, instrumentalização, catarse e retorno à prática social (SAVIANI, 2008). Iniciou fazendo levantamento de elementos que marcam a prática social inicial do público com a perspicácia para que as perguntas pudessem mobilizar o participante a responder questionamentos e interagisse em conformidade com a proposta para o referido momento de modo que o envolvimento das (dos) ouvintes também atingisse uma eficácia, deste modo, a interação foi assegurada. Nesta fase, levantou-se elementos da prática social comum a todos os sujeitos no contexto da sociedade de classes.

A prática social foi problematizada em conformidade com a temática em estudo, ainda, referenciando Severino (2013,p.79):

A problematização que levanta questões importantes para a discussão das ideias veiculadas pelo texto. Observe-se que não é suficiente formular perguntas lacônicas: é preciso criar contextos problematizadores que provoquem o raciocínio argumentativo dos participantes.

Neste sentido, o contexto problematizador gera o desconforto, instiga o pensamento e coloca as (os) participantes em situação de

reflexão e indagação acerca de um determinado assunto, isso é preponderante e disparador de intervenções profícuas. Conforme as respostas compartilhadas pelo estudante, houve a sábia condução por parte da Dra. Celi Taffarel, que representou um marco, um diferencial e trouxe ao Seminário um teor de comprometimento com a formação dos (as) envolvidos(as) considerando as questões da prática social na sua raiz.

Um ponto crucial ocorrido durante a exposição do seminário foi: ao finalizar o momento de participação do estudante, houve uma complementação que expressou a intencionalidade de quem carrega consigo o compromisso de impregnar no (na) outro (a) o sentimento de transgressão frente às amarras impostas pelas condicionalidades do sistema, deste modo, foi registrado através de palavras de incentivo, a aspiração para que o participante prosseguisse com os estudos até que atingisse o patamar elevado de pós-graduação, como forma de rompimento com o que a classe burguesa projetou historicamente para os coletivos das classes populares: o não acesso ao conhecimento, o não poder estar na academia; em conformidade com o ocorrido é mister lembrar Freire (2001, p.77): “Somente homens e mulheres, como seres “abertos”, são capazes de realizar a complexa operação de, simultaneamente, transformando o mundo através de sua ação, captar a realidade e expressá-la por meio de sua linguagem criadora”.

Durante a ministração da fala, houve também a oportunidade para que discussões fossem tecidas no âmbito propositivo de como tem-se formado professores e professoras nas academias em tempos presentes, haja a vista, as nuances históricas que entrelaçam diferentes momentos do campo pedagógico em nosso país; uma indagação necessária e contundente, tendo em vista a notoriedade de pressupostos epistêmicos que o país fora acometido na última década.

Contudo, ao propor um Seminário onde os participantes, ao longo de suas formações, tiveram a oportunidade de apropriar-se de uma diversidade de arcabouços teóricos, cujo caminho possibilitou o delineamento de conhecimentos e posturas distintas, é possível que nem todas as pessoas que participem coadunem com a apresentação e os conhecimentos compartilhados; a discordância é algo esperado em um contexto diverso e, de fato, ocorreu um ponto divergente, todavia, é preciso conceber que mesmo diante de posturas, talvez, inconvenientes e desnecessárias, a oportunidade do aprendizado deve ser conservada.

De forma relevante, o Seminário ministrado pela Dra. Celi Taffarel, enfaticamente, permitiu valiosas reflexões, um apurado conhecimento compartilhado que conseguiu direcionar os conhecimentos e proposições, cuja sabedoria atrelada à experiência docente possibilitou à proposta de utilização de um Seminário como um caminho metodológico em um curso de Pós Graduação oportunidades ímpares para uma formação necessária.

3. Currículo e Educação do Campo: dimensão teórico conceitual

Conceber o Currículo e a amplitude que o envolve na perspectiva da Educação do Campo remete-o para a compreensão acerca das circunstâncias que o demarca enquanto elemento que faz parte das proposições que estão dentro das escolas. Para tanto, é necessário pautá-lo enquanto documento que materializa-se a partir das intencionalidades pretendidas pelas pessoas que o constroem e efetiva-o no âmbito escolar.

Ao tratar este tema, torna-se preponderante a indagação sobre a formação que almeja-se chegar a partir da sua materialização. Ao mesmo tempo, também se faz necessário a análise da formação territorial do Brasil considerando a necessidade de refutar as teorias burguesas que, historicamente, negaram as necessidades dos camponeses e camponesas.

O reconhecimento das forças que mobilizam para que os currículos postos nas salas de aulas sejam condicionantes com a ordem para formar a classe proletária para servir ao capital é nitidamente esboçada no projeto de sociedade vigente, a preparação para a “aptidão” ao mercado é incisivamente apregoadada.

A concepção de currículo enquanto um documento que possui em seu bojo uma proposta que possibilite a emancipação dos sujeitos é um desafio um tanto quanto árduo, que provoca debates e também tensionamentos, haja a vista, todas as amarras que o condicionaram para que este sempre estivesse à serviço de uma formação técnica e de não consideração das pessoas em sua totalidade, excluindo seus valores, identidades, vivências, enfim, o ser humano em sua essência, de acordo com Saviani (2008, p.36):

Efetivamente, se as condições se tornaram adversas, esse fato, em lugar de nos levar ao desânimo como infelizmente tende a acontecer, deve nos conduzir a ampliar nossa capacidade de luta, organizando-nos mais fortemente e atuando decisivamente no interior das escolas (...).

As dimensões inerentes ao contexto do currículo escolar expandem para uma dimensão um tanto quanto complexa, reconhecendo, pois, as bases epistemológicas que estão intrínsecas a ele, atingindo esferas da vida humana que perpassam pela completude de estar no território enquanto ser político e social.

Sobre a complexidade que o envolve, a representatividade concebida a partir da efetivação do que se propõe documentalmente precisa sempre está no campo do questionamento - às indagações sobre como as lutas de classes e de como os (as) trabalhadores (as) estão sendo considerados (as) na proposições delineadas curricularmente, por isso, conforme Arroyo (2012, p.560):

É importante dar centralidade nos currículos das escolas do campo, às experiências de opressão e, sobretudo, de resistência que professores e educandos carregam para as escolas; trazer as experiências sociais, coletivas, assim como dar centralidade à história de expropriação dos territórios, das teorias, da destruição da agricultura camponesa; trazer para os currículos as persistentes formas de resistência, de afirmação e de libertação dos povos do campo de que os próprios educadores e educandos participam - experiências de formação-humanização, de recuperação da humanidade roubada, ausentes nos currículos oficiais e no material didático, mas que disputam o território dos currículos nas escolas do campo.

Corroborando com o autor, é sabido que os currículos das escolas do campo estão no cerne das questões ideológicas onde as lutas de classes testificam a necessidade de, inegavelmente, combater a hegemonia do capital que avança para a exploração da força de trabalho dos camponeses e camponesas de modo que a escola - espaço onde o currículo se desenvolve cotidianamente precisa combater com todas as forças os paradigmas que historicamente foram impostos.

Frente ao exposto, é plausível destacar o trabalho enquanto princípio educativo e uma reflexão de como isso tem reverberado nos

currículos das escolas do campo, considerando o fato de que a relação de trabalho e escola foi imposta pelo capital como forma de exploração e disponibilização de mão de obra para servir uma minoria que explora e segrega às pessoas do campo, conforme Frigotto e Ciavatta (2012, p.748): “O trabalho como princípio educativo ganha nas escolas a feição de princípio pedagógico, que se realiza em uma dupla direção”.

A disputa pelo currículo é perceptível nos espaços escolares, neste sentido, uma postura contra hegemônica é necessária, tendo em vista que a mesma corrobora para que a educação no contexto emancipatório seja, de fato, considerada nos currículos da Educação do Campo, sendo assim, fundamentos epistemológicos e ontológicos necessitam estar consoantes, de modo que as bases teóricas considere a essência de ser e estar como parte da identidade, das vivências, da construção de culturas, enfim, que considere o processo diverso em que camponeses e camponesas são formados (as), conforme Moraes (2001, p. 03): “A escola tradicional, a educação formal, as antigas referências educacionais tornam-se obsoletas. É preciso, agora, elaborar uma nova pedagogia, um projeto educativo de outra natureza”.

De fato, para superar as nuances que entrelaçam o campo educacional é preciso analisar o projeto de sociedade que se pretende formar a partir do que está posto nos currículos escolares e que tem se materializado; é urgente pensar sobre os desafios e as perspectivas a fim de que velhos paradigmas sejam destituídos, pois, historicamente o que foi construído, não corresponde para a formação da classe trabalhadora, para os coletivos que compõem o contexto das lutas de classe.

4. Os impactos formativos advindos do seminário: Pesquisa aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítico-superadora

Ao considerar o Seminário enquanto um gênero oral, a articulação da fala para a mobilização das pessoas ouvintes de modo que sejam também participantes, interajam, construam ou desconstruam uma ideia é essencial, neste sentido, na instrumentalização acerca das Teorias do Conhecimento, uma indagação foi feita para os (as) ouvintes a fim de que suscitasse uma reflexão pertinente: “*Como se posicionam as teorias da educação sobre a situação do analfabetismo, evasão, não acesso às escolas?*”, tal indagação mobilizou a participação e fez com

que o desconforto frente às arbitrariedades que o capital tem incitado ao longo da história do Brasil viesse como ponto de discussão, deste modo, é pertinente mencionar o fato do currículo escolar contribuir para que crianças e jovens sejam colocados à margem de uma sociedade hegemônica, visto que, não atendem às prerrogativas impostas por ela, sendo estas condicionalidades excludentes e que não reconhecem as identidades, o ser humano em sua essência.

A partir do exposto, a relação entre prática social inicial, problematização, instrumentalização conduz à catarse tendo em vista uma nova síntese acerca da relação entre currículo e Educação do Campo. Assim, compreendemos que para que haja um grau de comprometimento com a educação para a transformação da sociedade, se faz necessário uma posição contundente diante da luta de classes. Ou seja, a dimensão política precisa ser assumida de modo contra hegemônico, considerando, ainda, a educação intrinsecamente relacionada às questões sociais. Deste modo, possui em sua gênese o poder de intervir no processo de formação, favorecendo primordialmente para que a unilateralidade no espaço escolar seja questionado e modificado frente à realidade apresentada, de acordo com Taffarel (2012,570): “Portanto, é na relação com os seres humanos, com a natureza em geral que os homens, pelo trabalho, constroem a sua cultura e tornam-se seres humanos. É pela produção e reprodução das condições de existência que nos tornamos seres humanos”.

Para tanto, a Pedagogia Histórico Crítica fundamentada no materialismo histórico-dialético assume a contra hegemonia e possui em suas características concepções que refuta as teorias liberais do campo educacional, sendo, pois, uma premissa da Pedagogia Histórico Crítica: sobrepular a aparência e conceber o real de forma propriamente dita, suplantando o que aparentemente está posto e considerar o que se tem por essência, deste modo, o materialismo histórico-dialético considera a realidade, tendo em vista as transformações concretamente concebidas ao longo da História e que impactou na formação das sociedades que temos em dias presentes.

Deste modo, concebe-se primordialmente que uma pedagogia que considere a historicidade das classes populares assume um método que esteja em consonância com as suas prerrogativas de ser e estar como parte fundante de uma sociedade, considerando, pois, o

ser humano, respeitando seus valores e a construção histórica de uma cultura, não anulando-a.

Neste sentido, o currículo da Educação do Campo assume a necessidade de ser discutido, apurado, indagado em relação às proposições que são levantadas com finalidades de materialização nos espaços das salas de aulas; é pertinente questionar acerca das ideologias apregoadas, as manifestações disseminadas e a formação que se pretende assumir quando se propõe um trabalho para as escolas do campo.

5. Considerações finais

As questões ora debatidas sob a perspectiva de reflexão necessária frente ao que historicamente fora propagado nas escolas, bem como os questionamentos levantados acerca do projeto de sociedade instaurado de forma hegemônica e unilateral, tendo em vista que não considera os aspectos da vida humana e não reconhece os coletivos que compõem arduamente as classes que tensionam para que um outro projeto de sociedade seja instaurado foi discorrido durante o Seminário; reconhecer a conjuntura que abrange os aspectos educacionais é ponto crucial para que se conceba a necessidade de intervenção – é preciso intervir nos currículos que estão postos nas salas de aulas, nas proposições que o sistema verticalmente incide sobre a classe trabalhadora.

Discutir a Educação sob a égide das amarras do capitalismo será sempre propício quando mediatizado por pessoas que assumem uma postura contra hegemônica, pois possibilita debater em dias presentes o que a História se encarregou de negar durante as épocas, possibilitando o fortalecimento das lutas de classes; é valoroso persistir, mesmo diante dos tempos adversos e do empoderamento histórico da burguesia, pois, resistir é um marco que caracteriza as classes populares e os currículos da Educação do Campo também constituem elementos de tensionamentos, sendo, pois, disputados dia após dias.

Neste sentido, os enfrentamentos precisam prevalecer, obviamente, com características diversas e em momentos diversos, utilizando estratégias variadas, sendo as atividades acadêmicas uma delas; não deixando de combater a perpetuação de um regime que no transcorrer dos séculos tem colaborado para que se propague a exploração da força de trabalho e a negação das identidades e da essência humana.

Referências

CALDART, R. S. et al. (Org). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Págs. 560 e 570.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos**. São Paulo; Paz e Terra, 2001.

Moraes M. de, Maria Célia. **Recuo da teoria**: dilemas na pesquisa em educação. Revista Portuguesa de Educação, vol. 14, núm. 1, 2001, pp. 7-25. Universidade do Minho - Braga, Portugal. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37414102>>. Acesso em: 8 set. 2023.

MARTINS, L. M.; PASQUALINI, J. C. **O currículo escolar sob enfoque histórico-crítico**: aspectos ontológico, epistemológico, ético-político e pedagógico. Nuances: Estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 31, n. esp.1, p. 23-37, 2020. DOI: 10.32930/nuances.v31iesp.1.8280. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/8280>>. Acesso em: 9 set. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. - Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim; **Metodologia do Trabalho Científico** [livro eletrônico]. 1 ed. . - São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5562413/mod_resource/content/1/Metodologia-Do-Trabalho-Cientifico-23%C2%AA-Edicao-Severino-EBOOK-Escolhido.pdf>. Acesso em: 04 de set. de 2023.

PRINCÍPIOS CURRICULARES NA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Márcio Costa Vitorino
Arlete Miranda Amancio Maciel
Patrícia Julia Souza Coelho
MPIES/UNEB
pscoelho@uneb.br

Resumo

O presente artigo amplia as discussões sobre as perspectivas da Pedagogia Histórico-Crítica em contributo para a formação do currículo da educação formal e não formal. Esse estudo tem caráter bibliográfico e tem como principais referências as concepções apresentadas nas obras de Saviani (2011, 2012, 2013) Arroyo (2008) e Martins (2013), entre outros. Espera-se que as breves considerações apresentadas nesse texto possibilitem o reconhecimento da importância do aprofundamento das discussões de uma prática pedagógica eficiente para a legitimação do saber sistematizado pelos educandos.

Palavras-chave: Pedagogia Histórico-Crítica. Currículo. Educação formal e não formal.

1. Introdução

O presente artigo objetiva traçar, em aproximações iniciais a concepção de currículo aprontado nas obras de Dermeval Saviani (2011, 2012, 2013), tendo como centralidade a compreensão do papel da educação frente ao desenvolvimento da humanidade. Para Saviani (2013, p. 15) "currículo é o conjunto de atividades nucleares desenvolvidas pela escola". Nessa concepção, considera-se o ato educativo como responsável pela formação de sujeitos historicamente e relacionalmente implicados com a humanização e seus atos humanizantes.

Essa temática em estudo emerge do Seminário: Pesquisa aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva

crítico-superadora, promovido pelo Mestrado Profissional de Intervenção Educativa e Social (MPIES), da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Campus XI, Serrinha-BA, no dia 27 de maio de 2023, no auditório DEDC XI, tendo como expositora a professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Dra. Celi Taffarel (UFBA).

À luz de Saviani (2011, 2012, 2013), levaremos em consideração o resgate da importância da pedagogia histórico-cultural ou materialismo histórico e seus fundamentos marxistas na reformulação da prática educativa, no qual o sujeito é constituído como ser social, em que a “[...] natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sob a base da natureza biofísica” (SAVIANI, 2013, p. 13). As pessoas humanizam-se ao passo que se apropriam da cultura. De modo geral, dizemos que a aproximação inicial da pedagogia histórico-crítica e a psicologia histórico-cultural, é o resultado da transformação biológica, por meio da produção do conhecimento historicamente produzido pela humanidade, portanto, o aprendizado cultural.

Esse método leva em consideração três passos na elaboração do conhecimento: prática-teoria-prática, justificando, desse modo, a denominação, dada por Saviani (2013), de Pedagogia Histórico-Crítica: “Histórico: porque nesta perspectiva a educação também interfere sobre a sociedade, podendo contribuir para a sua transformação. Crítica: por ter consciência da determinação exercida pela sociedade sobre a educação” (GASPARIN e PETENUCCI, 2014, p. 04). Com base nessa definição, faz-se necessário saber que os fundamentos teórico-metodológicos da Pedagogia-Histórico-Crítica, que tem como precursor o pesquisador Dermeval Saviani, tem como intencionalidade contrapor as teorias educacionais existentes, sejam as pautadas no professor e na professora, como centro e único (a) mediador (a) e detentor (a) do conhecimento, como também as centradas no (a) aluno (a), como posto na escola nova.

A defesa do autor é que a educação tenha como centralidade a prática social, pertencente tanto ao (à) aluno (a) quanto ao (à) professor (a). Para Saviani (2013, p.15), a escola tem um papel específico e sistemático na educação dos(a) alunos(a), o de garantia ao “acesso ao saber elaborado”, desse modo, na concepção do autor, todo conhecimento que não é historicamente elaborado, torna-se secundário, e assim sendo, não deve ter tratado como prioritário pela escola.

Nesse direcionamento, a educação escolar voltada para as crianças e adolescentes de classe popular estaria, ao mesmo tempo, articulada com a valorização da identidade cultural sem deixar de lado o saber científico, assim, por meio dos conhecimentos adquiridos na escola esses sujeitos, na condição de mediadores, teriam possibilidade de reaplicá-los com êxito em seu cotidiano, promovendo uma transformação sociocultural.

Nesta direção, Ponce (2010) evidencia que os novos fundamentos da educação se desenvolvem considerando o sujeito e seu percurso histórico-social. Para o autor, as questões educacionais não estão relacionadas às técnicas ou à cultura, mas estão vinculadas à luta de classes, ou seja, entre os interesses da classe dominante e da classe dominada.

A luta de classe originalmente posicionou de um lado os proprietários dos meios de produção e de outro os trabalhadores possuidores da sua força de trabalho. Entretanto, tudo indica que está no ar uma nova possibilidade de embate ideológico. O que há de relativamente novo na economia é o aumento do fluxo de capitais e não de mercadorias. Este aumento está ligado a um processo denominado “financeirização” da economia. Isto é, as atividades financeiras vêm ganhando mais importância que as de produção e de comercialização de produtos. Essa financeirização decorre da preponderância da lógica financeira e tem por consequência a supremacia dos mercados financeiros, das instituições financeiras e das elites financeiras no direcionamento da economia e até na ocupação direta das instituições de governo, tanto em nível nacional como internacional.

2 Metodologia

Com o objetivo de analisar as contribuições de Saviani para compreensão da educação, com base nos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica, apresentamos essa pesquisa, de caráter teórico bibliográfico. Segundo Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica tem como objetivo atualizar o conhecimento por meio da análise crítica de documentos publicados sobre o tema em estudo.

Brasileiro (2021), em relação à dimensão metodológica do texto científico, enfatiza que se faz necessário que o pesquisador se comprometa com as escolhas metodológicas, assim como os procedimentos

técnicos e instrumentos adequados à proposta. Para a autora, a pesquisa quanto aos meios, de cunho bibliográfico, realiza-se com base no levantamento de material publicado em livros, revistas, jornais e meios eletrônicos. Com sensatez diríamos que a pesquisa bibliográfica se constitui como o primeiro passo, quase sempre, de todas as pesquisas. Através da pesquisa bibliográfica toma-se conhecimento, através de fontes primárias e secundárias, das principais concepções e descobertas do tema.

Buscamos apresentar, após “provocações” consubstanciadas da professora Celi Taffarel, em explanação proferida no Seminário: “Pesquisa aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítico-superadora”, bem como nas sugestões bibliográficas disponibilizadas pelo MPIES, a importância do filósofo, Dermeval Saviani, na promoção do processo pedagógico e os resultados satisfatórios obtidos no processo de ensino-aprendizagem com a aplicação do seu método.

3. Desenvolvimento

Segundo Freire e Saviani *apud* Mattia & Teo (2021), a consciência não é apenas um reflexo da realidade. Eles confirmam a relação dialética entre consciência e realidade, sendo que esta relação permite a transformação de ambos. As relações de opressão e meios de liberdade para os oprimidos, a consciência e o processo de tomada de consciência são relevantes.

A consciência é um componente chave do materialismo histórico e um ponto de encontro em ambientes educacionais. A educação de uma pessoa deve capacitá-la a emergir de uma consciência ilusória e chegar a uma consciência crítica do processo educacional. Chamado de “conscientização”. A possibilidade de a educação permitir que uma pessoa avance do senso comum para a consciência filosófica também é mencionada por Saviani. Nesse processo, o indivíduo passa de seu conhecimento empírico cotidiano para uma compreensão filosófica mais sofisticada. A concepção freiriana, no que concerne a finalidade da educação, por sua vez, é libertar os sujeitos da chamada realidade opressiva e da injustiça.

Desenvolver um estudo acerca do ato curricular na educação é necessário compreender que por trás de todo ato educativo está uma

intenção de qual projeto de sociedade e de homem pretende-se formar. Nesse direcionamento, Saviani (2013) defende que cabe a escola formar sujeitos que superem a dominação social, e isso só será possível quando houver uma equidade de direitos e acesso ao conhecimento, quando os proletários passarem a ter acesso aos mesmos instrumentos e conhecimentos elementares que os burgueses.

Para Saviani (2013, p.85) “[...] o saber, que é o objeto específico do trabalho escolar, é um meio de produção” desse modo por meio da práxis social o saber é constituído, portanto, o saber é histórico, é produzido nas relações sociais. Vale enfatizar que para a Pedagogia histórico-crítica a função da escola não é excluir os conhecimentos empíricos, mas superá-los, torná-los elementares, ricos em suas concepções. E, desse modo, teríamos uma escola voltada para as camadas populares efetivamente democrática, uma vez que teríamos uma educação fortalecida em suas dimensões histórica e cultural.

Ancorado nas concepções apresentadas por Saviani (2013), compreende-se que o currículo escolar, na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, promove o enfrentamento ao projeto educacional burguês, ao mesmo tempo, que defende a importância dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade ao ato educativo.

Malanchen (2014) elucida que a teoria curricular, fundamentada na Pedagogia Histórico-Crítica, apresenta-se de modo diferente das demais teorias pedagógicas hegemônicas atuais, uma vez que busca uma teoria que supere a educação escolar burguesa, reconhecendo que, através do conhecimento, os sujeitos se humanizam.

Nesta perspectiva, o trabalho é uma categoria fundamental na teoria marxista, assim como, na teoria de Saviani. Conforme Saviani (2013, p. 80-81) “[...] A essência da realidade humana é o trabalho, pois é através dele que o homem age sobre a natureza, ajustando-a às suas necessidades”. Desse modo, pode-se afirmar que o homem/mulher é um sujeito autônomo, capaz de provocar transformações não somente em sua realidade, mas na sociedade como um todo.

Na esteira de Arroyo (2008), compreende-se que quando a escola é posta como instrumento de transformação humana, cabe aos (às) educadores(as) pensarem “na força que tem as matrizes culturais da terra e incorporá-las em nosso projeto pedagógico. [...]. A cultura é dinâmica.” (ARROYO, 2008, p. 23) No entanto, é válido salientar que sendo a [...]

cultura produzida pelos seres humanos [...] (MALANCHEN, 2014, p.124) esta deve ser apropriada pelo processo educativo para ser transmitido às novas gerações. Assim, a escola tem papel político de garantir que o conhecimento, historicamente construído pela humanidade, esteja a serviço de todos os sujeitos, promovendo uma escolarização democrática e um enriquecimento intelectual a toda população.

Nessa mesma direção, Saviani (2012) aponta a importância da pedagogia da essência que tem por natureza um caráter revolucionário propondo uma igualdade real entre os sujeitos. “A pressão em direção à igualdade real implica a igualdade de acesso ao saber, portando, a distribuição igualitária dos conhecimentos disponíveis” (SAVIANI, 2012, p.64). Partindo desse pressuposto, o autor propõe a superação do conhecimento do senso comum, não como um demérito, mas sim como uma possibilidade de apropriação de cultura, e de dominação dos instrumentos dominado pelo dominador.

Segundo Gasparin (2007, p. 2) o “conhecimento cotidiano eleva-se ao científico, ao mesmo tempo em que o científico desce ao cotidiano. Este caminhar dialético constrói e reconstrói o conhecimento possibilitando e fazendo o desenvolvimento do educando.” O papel do(a) professor(a), agora, transcende a mera repetição e transmissão do conhecimento, passa a ser pesquisador(a) e mediador(a) do conhecimento historicamente construídos pela humanidade, garantindo ao (à) aluno (a) a aquisição do saber elaborado e sistematizado. “As funções complexas não se desenvolvem na base de atividades que não as exijam e as possibilitem” (MARTINS, 2013, p. 276). Desse modo, ao saber escolar interessa os conhecimentos sistematizados historicamente.

Para Saviani (2013, p.14) o papel da escola “[...] consiste na socialização do saber sistematizado”, logo o autor afirma que a “escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular. Em suma, a escola tem a ver com o problema da ciência” (SAVIANI, 2013, p.14). Contudo, cabe à escola, ir além do empirismo tendo em vista o aluno concreto que se apropria da cultura escolar por meio do saber sistematizado.

Moraes (2001) critica o movimento que prioriza a eficiência e a construção baseada na experiência imediata em detrimento às discussões teóricas. Explicita que o capitalismo quer tornar obsoletas

escolas tradicionais, educação formal e referências educacionais mais antigas. Segundo a autora, o insaciável mercado quer desenvolver uma nova pedagogia, um outro tipo de projeto educacional. A mensagem é clara: garantir o desenvolvimento de competências, agregando valor a um processo que, apesar do que alguns possam acreditar, não é o mesmo para todos.

Segundo Moraes (2001) para reduzirmos os avanços dos processos de privatização e empresariamento do ensino, precisamos ampliar os debates teóricos, pois certas situações exigem o domínio de conhecimentos teóricos e metodológicos que a pesquisa empírica não pode fornecer por si só. Para a maioria manipulada pelo mercado, porém, tudo se resume simplesmente a ter as competências - no sentido amplo que a palavra assumiu na sociedade moderna - que permite sobreviver de trabalho fragmentado com padrões cada vez maiores de sofisticação e níveis de exclusão sem precedentes na história.

O processo de ensino sobre o viés da PHC baseia-se, fundamentalmente na dialética (prática - teoria - prática). Saviani (2012, p.68) sintetiza que uma “[...] pedagogia articulada com os interesses populares [...]” saberá valorizar as experiências dos sujeitos, tendo, como princípio, um método eficaz capaz de garantir a sistematização lógica do conhecimento científico, sem perder de vista o diálogo entre aluno (a) e professor (a) e os processos de “[...] transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos” (idem, p.70) considerando que “[...] o papel da escola não é mostrar a face visível da lua, isto é, reiterar o cotidiano, mas mostrar a face oculta, ou seja, revelar os aspectos essenciais das relações sociais que se ocultam sob os fenômenos que se mostram à nossa percepção imediata” (SAVIANI, 2011, p. 200-201), nos remetendo à concepção de que o currículo escolar precisa estar alicerçado na base histórica de forma que o proletário tenha acesso ao saber mais elaborado e com maior riqueza intelectual, rompendo com o imobilismo posto à classe trabalhadora pelo capitalismo.

A PHC, por sua vez, toma por base a lógica dialética, na qual a aprendizagem irá anteceder o desenvolvimento. Além de atuar no campo científico do psiquismo humano, baseando-se no material (prática social dos homens) e ideal, garantindo o máximo de conhecimento cultural, pensando na tríade, “conteúdo-forma-destinatário” (SAVIANI, 2015), para um (a) aluno (a) concreto, vale ressaltar que na pedagogia histórico-crítico o (a) educando (a) é considerado (a) um indivíduo

concreto que se materializa numa unidade da diversidade. Nesse aspecto, o aluno (a), mediado (a) pelos signos, e o professor (a), como o par mais experiente que o (a) orienta e tem a função de potencializar e qualificar suas funções, pondera sua realidade, agora, a partir de um conhecimento sistematizado, que o (a) possibilita analisar criticamente com apropriação e objetivação, para, então, ao retornar à sua realidade ser capaz de transformá-la.

Para Martins e Pasqualini (2020, p. 4) “o ato educativo, sintetizando ensino e aprendizagem, se apresenta, portanto, como esteira da formação humana, instalando-se entre ambos uma relação de condicionabilidade recíproca.” Martins (2013) afirma que o homem é um ser culturalmente social. O sujeito é, portanto, (trans)formado em humanizado através do meio natural que o condiciona, compreende-se, então, que sobre essa ótica o homem e a mulher não nascem humanizados, mas, o meio e o desenvolvimento psíquico humanizam o sujeito, assim é inerente ao currículo escolar perspectivar na aprendizagem dos alunos e alunas o conjunto de objetivações humanas.

Desse modo, observa-se que cabe aos espaços educacionais desenvolverem o seu fazer pedagógico pautado na consciência do fortalecimento da luta por uma educação de qualidade, através da criticidade, tendo em vista que “[...] a transformação da igualdade formal em igualdade real está associada à transformação dos conteúdos formais, fixos e abstratos, em conteúdos reais, dinâmicos e concretos” (SAVIANI, 2012, p. 64). Nessa concepção, compreende-se que a educação se relaciona dialogicamente com a sociedade, assim, o currículo escolar deve propor uma educação de qualidade para os (as) trabalhadores (as), levando em consideração os aspectos históricos.

No que tange a especificidade da PHC, frente à função da escola, observa-se que a pedagogia revolucionária define a função da educação escolar, que nada mais é do que democratizar o acesso ao conhecimento científico. Perpassando pelos aspectos históricos, filosóficos e dialéticos, ou seja, aquilo que é inerente ao ser humano, a própria natureza humana. “[...] O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2013, p. 13). Nesse sentido, ancorado na concepção apontada pelo autor, observamos que muitas vezes não tomamos consciência que a escola é uma instituição historicamente construída. Em outras palavras, vamos

dizer que nem sempre a instituição escolar foi como é configurada hoje, ela vem passando por transformações.

Para Saviani (2013), a escola elaborada para as camadas populares vem sofrendo ao longo dos anos um esvaziamento de conteúdo, o que o autor chama de “aligeiramento do ensino”, provocando, conseqüentemente uma perda na qualidade de ensino nas escolas destinadas aos grupos minoritários.

Nessa direção, Malanchen (2014, p.103) pontua que numa visão equivocada acerca da diversidade cultural “[...] acabam por relativizar a ciência e o conteúdo escolar [...] servindo para legitimar práticas pedagógicas esvaziadas de conteúdo, elaboração de currículos aligeirados, direcionados para a realidade do aluno” (MALANCHEN, 2014, p.103). Assim, “[...] contra essa tendência de aligeiramento do ensino destinado às camadas populares, nós precisaríamos defender o aprimoramento exatamente do ensino destinado às camadas populares. Essa defesa implica prioridade de conteúdo” (SAVIANI, 2012, p. 55). Considerando essa perspectiva, a proposta curricular escolar precisa garantir que os sujeitos marginalizados se apropriem dos conhecimentos do dominador, para então atingir a liberdade.

Assim, Saviani (2012; 2013) e a PHC, defendem a importância dos conteúdos na grade curricular da escola das camadas populares, para que a aprendizagem possa de fato existir. Partindo do pressuposto que “[...] o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar aquilo que os dominantes dominam é condição de libertação.” (SAVIANI, 2012, p.55) Sem o domínio da cultura o indivíduo não possui as condições mínimas de participar dos debates e tampouco de tentar modificar sua realidade, saindo da condição de dominado e da exploração em que vive.

Ainda no que concerne a responsabilidade do professor, principalmente quando o assunto é educação para as camadas populares e o rebaixamento da qualidade de ensino dessa população, percebe-se a importância de instaurar uma teoria crítica que:

[...] se impõe a tarefa de superar tanto o poder ilusório (que caracteriza as teorias não-críticas) como a impotência (decorrente das teorias crítico-reprodutivistas) colocando nas mãos dos educadores uma arma de luta capaz de permitir-lhes o exercício de um poder real, ainda que limitado.

[...] Do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Lutar contra a marginalidade por meio da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais. O papel de uma teoria crítica da educação é dar substância concreta a essa bandeira de luta de modo a evitar que ela seja apropriada e articulada com os interesses dominantes. (SAVIANI, 2012, p.30-31)

A escola deixando de atender esses requisitos de conteúdos clássicos deixará, por conseguinte, de cumprir com suas especificidades.

4. Considerações finais

Apoiados em Saviani (2011; 2012; 2013), sintetizamos que a escola voltada para as classes populares precisa estar em permanente diálogo com a realidade dos sujeitos, mas sem perder de vista o conhecimento científico, indispensável para a superação da condição de desigualdade imposta aos sujeitos pelo sistema classista. Na pré-história, como dito anteriormente, o homem já apresentava a necessidade de aprender mais sobre o seu ambiente para garantir sua sobrevivência.

Para tanto, o currículo escolar deve garantir que todos os estudantes tenham acesso ao conhecimento mais elaborado e sistematizados, acreditando-se que somente por esse mecanismo a educação será democrática, uma vez que garantirá a universalização do saber historicamente acumulado pela humanidade, permitindo aos seus sujeitos intervir em sua realidade de forma ativa e transformadora.

No Brasil uma evidência dessa transformação em curso é a vigência da Emenda Constitucional do teto dos gastos públicos (95/2016), aprovada para congelar os gastos públicos, porém preservando a intocabilidade dos juros. A principal estratégia adotada pelo imperialismo na fase atual para reverter essa dificuldade crescente de rentabilidade do capital é expressa nas famosas políticas de ajuste econômico – AS POLÍTICAS DE AJUSTE ESTRUTURAL (destruição: da soberania, dos direitos constitucionais, serviços públicos, meio ambiente, etc.). Nesse processo de destruição das forças produtivas, as guerras e sua cadeia produtiva, as privatizações e o desmantelamento dos direitos sociais ocupam centralidade.

O que fazer em relação à política educacional, com base nos interesses emancipatórios (superação da sociedade de classes), imediatos e transitórios e interesses históricos da classe trabalhadora, frente à crise de degeneração estrutural e conjuntural do capital que está levando as forças produtivas à destruição? Cabe a classe trabalhadora organizar suas reivindicações e, com base nelas, mobilizar e disputar os rumos da política econômica, os rumos do governo e o rumo do Estado. Sem esse enfrentamento de classe, que é econômico, político, ideológico e cultural, que em determinados momentos podem ser violentos, frente à intolerância da classe dominante, não existirá perspectiva de emancipação humana e social.

Contudo, evidenciamos a importância da Pedagogia Histórico-Crítica na construção do currículo escolar, enviesado pela compreensão que a educação como política pública se configura como essencial para o desenvolvimento e fortalecimento do ensino voltado para as camadas populares. E os fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítico preconiza a emancipação dos sujeitos, tendo como princípio o saber sistematizado, assim, essa discussão de caráter bibliográfico, põe-se como aliada na reformulação curricular, construindo para que novas pesquisas, mais amplas, sejam pensadas em prol da valorização do saber local sem perder de vista o saber científico.

Referências

ARROYO, Miguel. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: ARROYO, Miguel *et al* (Org.). **Por uma Educação do Campo**. 3ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol.** Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASILEIRO, A. M. M. **Como produzir textos acadêmicos e científicos**. São Paulo:Contexto,2021.

GASPARIN, J. L. A construção dos conceitos científicos em sala de aula (NO PRELO). In: NÁDIA LÚCIA NARDI. (Org.). **Educação: visão crítica e perspectivas de mudança**. 1. ed. Concórdia-SC: EDUNC - Editora da Universidade do Contestado -SC, 2007, v. 1, p. 1-25.

GASPARIN, J. L.; PETENUCCI, M. C. **Pedagogia Histórico Crítica**: da teoria à prática no contexto escolar. Semana Pedagógica - Núcleo Regional de Educação, Paraná: PR, 2014. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2289-8.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

MALANCHEN, J. **A Pedagogia Histórico-Crítica e o Currículo**: para além do multiculturalismo das políticas curriculares nacionais. Tese de doutorado, Araraquara, SP. 2014.

MARTINS, L. M.. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar**: contribuições à luz da psicologia históricocultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

MARTINS, L. M.; PASQUALINI, J. C. O currículo escolar sob enfoque histórico-crítico: aspectos ontológico, epistemológico, ético-político e pedagógico. **Nuances**: estudos sobre Educação, Presidente Prudente- SP, v. 31, n.esp.1, ep.022020, p.01-16, dez. 2020.

MATTIA, B. J.; TEO, C. R. C. A. Dialogando sobre a conscientização com Freire e Saviani: contribuições para a formação profissional em saúde. v. 1, 2021. **Anais do I Simpósio de Pós-Graduação do Sul do Brasil - I SIMPÓS-SUL**

MORAES, M. C. M. Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação. **Revista Portuguesa de Educação**, 2001, v. 14, n. 1, pp. 07-25.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, D. Antecedentes, origem e desenvolvimento da pedagogia histórico-crítica. In: MARSIGLIA, A. C. G. (Org.). **Pedagogia histórico-crítica**: 30 anos. Campinas: Autores Associados, 2011. pp. 197-226.

----- **Escola e Democracia**. 42. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

----- **Pedagogia Histórico-Crítica**: Primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas: SP. Autores Associados, 2013.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E ÉTICA SOB O PRISMA DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: REFLEXÕES DECORRENTES DO SEMINÁRIO PESQUISA APLICADA, PROCESSOS DE INTERVENÇÃO SOCIAL DO MPIES

*Kellen Gama Pêpe
Monica Moreira de Oliveira Torres*

Resumo

A temática surge a partir do Seminário de Pesquisa Aplicada, Processo de Intervenção do MPIES e problematiza a relação da liberdade de expressão com a ética a partir da Pedagogia Histórico-crítica. A liberdade de expressão é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988, todavia, não é um direito absoluto, de modo que pode colidir com outros direitos, também fundamentais. Nesse contexto encontra-se a ética, que numa interpretação aprofundada de cunho marxista sobre a moral, é compreendida como valores da classe dominante que conservam dado modo de produção benéfico a esta classe. Ao mesmo tempo, a ética indica que, como os direitos não são absolutos, funciona como limitadora da liberdade de expressão, sobretudo quando utilizada de forma odiosa e atentatória a demais direitos, como o da honra, por exemplo. O estudo tem como objetivo geral analisar a liberdade de expressão e os limites impostos pela ética sob o prisma da pedagogia histórico-crítica fundada no materialismo histórico-dialético, reveladas no contexto da palestra proferida pela Dr^a. Celi Nelza Zulke Taffarel em 27/05/2023, em Serrinha-BA, através do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social da UNEB – Campus XI. O trabalho adota a pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, desenvolvida através do estudo dos apontamentos realizados na palestra, da análise da abordagem da palestrante e dos referenciais teóricos da área, e principalmente na experiência vivenciada no seminário. As categorias abordadas se referenciam em Taffarel (2023), Sales (2008), Souza (2014), Cunha e Dias (2016), Silva

(2009), dentre outros. As considerações parciais sobre o tema apontam que, a partir da compreensão da ética e as limitações jurídicas ao exercício do direito de liberdade de expressão há necessidade ética de se ponderar essa liberdade em observação também ao axioma “o seu direito termina onde começa o do outro”.

Palavras-chave: Ética. Liberdade de Expressão. Limitação. Pedagogia histórico-crítica.

1. Introdução

Este breve estudo surgiu da necessidade de refletir sobre uma das categorias abordadas pela Professora Celi Taffarel quando da sua palestra no Seminário realizado no Campus XI da UNEB/Serrinha em 27/05/2023, com tema Pesquisa aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítico superadora. A produção é necessária aos componentes do PPGIES – Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social, da Universidade do Estado da Bahia, e do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS). Diante da vivência um tanto quanto constrangedora vivenciada pela palestrante e plateia, surgiu o desejo de refletir os conceitos de Liberdade de Expressão e Ética na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica e do Materialismo Histórico-Dialético. Problematizamos a relação da liberdade de expressão com a ética a partir da Pedagogia Histórico-crítica. O estudo tem como objetivo geral analisar a liberdade de expressão e os limites impostos pela ética sob o prisma da pedagogia histórico-crítica fundada no materialismo histórico-dialético, reveladas no contexto da palestra proferida pela Dr^a. Celi Nelza ZulkeTaffarel.

Dessa forma, o presente trabalho busca, primordialmente identificar as categorias liberdade de expressão e ética sob o prisma da pedagogia histórico-crítica, refletidas a partir da experiência vivenciada no Seminário; apontar as limitações da liberdade de expressão em detrimento de outros direitos fundamentais e a importância da ética nesse sentido.

Neste sentido, tem-se que a Pedagogia Histórico-Crítica defende o caráter humanizador da educação que deve ser instrumento de transformação social e da humanização do mundo pelo conhecimento. Nesse

cenário, a liberdade de expressão é imprescindível, todavia, muito embora seja um direito fundamental vem sendo confundida e muitas vezes mal-empregada, gerando desconforto e ainda, ferindo outros direitos fundamentais, quando arreigada de agressividade.

A liberdade de expressão é direito fundamental relevante e precioso previsto na Constituição Federal, visto que garante ao cidadão manifestar sua opinião de maneira que lhe aprouver, em situações que entender necessário e por quaisquer meios, desde que não venha a ferir a liberdade de outro indivíduo.

A metodologia, inspirada no estudo bibliográfico, adota a pesquisa qualitativa, que se fundamentou nos apontamentos realizados no seminário, nos referenciais teóricos, nos artigos científicos sobre os conceitos estudados e se inspirou, principalmente, na experiência vivenciada na palestra.

Pela pesquisa realizada, resta nítido que a pedagogia histórico-crítica, com base no materialismo dialético, defende que a compreensão crítica da realidade social e histórica é fundamental para a prática educativa, pois seu objetivo é desenvolver nos estudantes a capacidade de análise crítica do mundo que o cerca, identificando as relações de poder e contradições sociais.

Em seu turno, a liberdade de expressão enquanto direito fundamental não é absoluta, precisa de compatibilização com os demais direitos fundamentais para que permaneça em harmonia com o ordenamento jurídico pátrio. Nesse cenário encontra-se a ética, instrumento pelo qual o indivíduo é capaz de ponderar o uso de expressões com pretensão de aniquilar a igualdade e reciprocidade entre indivíduos e grupos sociais.

O trabalho culmina em considerações parciais, haja vistas que a temática é contemporânea, recorrente e demanda a construção de novos conhecimentos, e maior aprofundamento. As considerações indicam que, das dimensões social e individual da ética e as limitações apresentadas pelo próprio ordenamento jurídico do país em relação ao exercício do direito de liberdade de expressão refletidos no texto, conclui-se que há necessidade ética de se ponderar a liberdade de expressão em observação também ao axioma “o seu direito termina onde começa o do outro”.

2. Metodologia

Como metodologia, o trabalho utilizou o viés da pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, desenvolvida a partir da inspiração nas categorias abordadas pela Prof^a. Dr^a. Celi Nelza Zulke Taffarel na palestra que ministrou pelo MPIES – Mestrado Profissional de Intervenção Educativa e Social da UNEB – Campus XI, em 27/05/2023, em Serrinha-BA.

Para tanto, a pesquisa inspirada no estudo bibliográfico, utilizou os apontamentos realizados na palestra de Taffarel (2023), os referências teóricos de Sales (2008), Souza (2014), Cunha e Dias (2016), Silva (2009), dentre outros e a abordagem sobre ética, liberdade de expressão, materialismo histórico-dialético, pedagogia histórico-crítica pesquisada levantados no sítio Scielo, e sobretudo, a experiência vivenciada na palestra.

Das leituras realizadas do referencial teórico sobre categorias estudadas, que surgiram após a vivência na palestra e a da necessidade de elaboração do presente trabalho resultaram as discussões que seguem em quatro seções, a seguir: A Pedagogia Histórico-Crítica ao olhar de Celi Taffarel; Ética na perspectiva Histórico-Crítica; Liberdade de Expressão e o Ordenamento Jurídico Brasileiro; e Liberdade de Expressão e Ética: limites necessários.

3. Desenvolvimento

3.1. A Pedagogia Histórico-Crítica

Antes de adentrarmos na categoria Pedagogia Histórico-Crítica abordada por Taffarel (2023), é necessário pontuar que na ocasião da palestra, foram abordados os temas da Teorias do Conhecimento, Teorias Pedagógicas, Teorias do Ensino-Aprendizagem e o Trato com o Conhecimento dos Conteúdos Específicos. Dentre os temas, refletir sobre a Liberdade de Expressão e a Ética na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica se fez imperioso, diante da experiência vivida nesse momento precioso de construção de conhecimento e humanização proporcionado pelo evento.

Para tratar da Pedagogia Histórico-Crítica é fundamental, inicialmente, tratar os fundamentos do conhecimento ao qual pertence,

ou seja o materialismo histórico-dialético, que, para Taffarel (2023), enquanto teoria do conhecimento consiste:

[...] Crítica à visão estática da realidade implícita nas abordagens anteriores, que esconde o caráter conflitivo, dinâmico e histórico da realidade. Interesse transformador das situações ou fenômenos estudados, resgatando sua dimensão histórica e desvendando suas possibilidades de mudança. Destaca o dinamismo da práxis transformadora dos homens como agentes históricos.

(TAFFAREL, Celi. Seminário: Pesquisa aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítico-superadora. 27/05/2023.)

A perspectiva de conhecimento que norteia o materialismo histórico-dialético prevê as transformações das situações e fenômenos da realidade a partir da sua historicidade. É nessa concepção de conhecimento que se fundamenta a Pedagogia , Histórico-Crítica, assim definida pela palestrante:

A pedagogia histórico-crítica está assentada filosoficamente no materialismo histórico-dialético, que por sua práxis revolucionária choca-se frontalmente com as tendências ditas “hegemônicas” e contrapõe-se à teoria liberal em educação. A coerência com a concepção de conhecimento dialético materialista exige:

- 1) ultrapassar a apreensão do real em suas manifestações fenomênicas e aparentes tendo em vista superar o subjetivismo especulativo da realidade objetiva; dado que exige a transmissão dos conhecimentos historicamente sistematizados e aptos a desvelar o real, indo da aparência à essência dos fenômenos;
- 2) garantir a apropriação do caráter histórico dos fenômenos, a demandar análise dialética da relação entre sujeito e gênero humano, ou seja, operar dialeticamente com as categorias particularidade e universalidade;
- 3) possibilitar a inteligibilidade acerca do real, posto que o conhecimento se identifique com a reprodução do movimento da realidade objetiva na

consciência. (MARSIGLIA, MARTINS & LAVOURA, 2019, p. 7 apud TAFFAREL, 2023).

Dessa forma, para a palestrante, a pedagogia histórico-crítica se fundamenta no materialismo histórico-dialético, o qual concebe “o homem como ser social, cujo desenvolvimento condiciona-se pela atividade que o vincula à natureza, o trabalho”.

Resumidamente, a Pedagogia Histórico-Crítica defende que a compreensão crítica da realidade social e histórica é fundamental para prática educativa, pois seu objetivo é contribuir para desenvolver nos estudantes a capacidade de análise crítica do mundo que o cerca, identificando as relações de poder e contradições sociais. Busca superar a opressão e a desigualdade por meio da educação. Indo ao encontro do materialismo histórico-dialético, uma vez que ambos tem uma preocupação comum, com a análise crítica da realidade social e com a transformação social por meio da educação.

Assim, a Pedagogia Histórico-Crítica defende o caráter humanizador da escola, posto que esta tem o papel de dar acesso à classe trabalhadora ao conhecimento acumulado historicamente, através de metodologia que se fundamenta na teoria do materialismo histórico-dialético. Portanto, a escola, e por óbvio, as instituições de ensino superior devem estar a serviço das transformações sociais, da humanização do mundo pelo conhecimento.

Desse modo, compreendida a categoria da Pedagogia histórico-crítica à luz da autora, é necessário refletir sobre a vivência experienciada por esta, quando de algumas falas ocorridas no evento, no sentido de discutir a liberdade de expressão e as limitações que a ética, na perspectiva do materialismo dialético, traz à essa liberdade.

3.2. Ética na perspectiva Histórico-Crítica

Inicialmente é preciso destacar que a origem etimológica da palavra “ética” é grega, *éthos*, que de modo geral refere-se ao modo de agir, aos costumes de dada sociedade. Mas, ética não se reduz a dimensão coletiva. Bem verdade que o comportamento ético apresenta duas dimensões, uma social e outra individual. A face individual consiste na conduta, no comportamento das pessoas, a sua educação, a sua forma de conceber os valores da sociedade e a forma como amolda e adequa

esses valores aos preceitos éticos da sociedade a qual pertencem. (SALES, 2008, p.70)

Na sequência é necessário evidenciar que a Ética se faz presente na história da Filosofia e que muitos dos pensadores e escolas filosóficas se debruçaram em refleti-la e produzir teorias sobre ela. No entanto, também é necessário pontuar que Karl Marx não produziu matéria específica sobre o tema. Como aponta Souza (2017):

A primeira constatação é que Marx e Engels não produziram um tratado específico sobre ética. A ética marxista se fundamenta na concepção de homem como ser concreto, social e histórico, em uma ontologia imanentista, na visão materialista da história, nas determinações da existência social dos homens sob relações sociais e econômicas determinadas, em uma sociedade dividida em classes antagônicas. A afirmação fundante da ética marxista são as condições materiais da existência humana. (SOUZA, 2014, p. 78).

Portanto, não é fácil refletir sobre as concepções de ética e de moral no pensamento de Marx, todavia, são conceitos capazes de serem refletidos na obra do autor que trouxe algumas ponderações no que diz a moral como valores que emanam da estrutura social.

Em alguns dos seus livros, a exemplo de Manifesto Comunista, A Ideologia Alemã e O Capital, o autor por vezes afirma que os valores morais que imperam são aqueles sustentados pela sociedade vigente, são valores da classe dominante, que conservam dado modo de produção benéfico a esta classe, pois são valores que propiciam seu funcionamento e a dominação.

Cunha e Dias (2016), ao fazerem análises aprofundadas em escritos e obras marxistas que se aproximam deste tema, entendem que a ética diz respeito a um saber que se atém aos valores preenchedores da vida e relações sociais. Conforme os autores, a moral para Marx concerne às ações dos indivíduos, às práticas que eles executam. Nessa perspectiva, [...] “a moral é comportamento individual ou coletivo que se aufera na prática, no plano do “real”, e a ética é a atenção reflexiva, relativa a um processo em que se teorizam, se cogitam e põem-se em xeque as proposições morais – ou seja, “reais”, “práticas” – e a própria moral em si”. (CUNHA; DIAS, 2016, p.37)

Isto posto, é viável afirmar que a busca exacerbada por capital a todo custo, a exploração, a ganância, a coisificação do ser humano, o egoísmo, e os pensamentos distorcidos de igualdade, são valores que compõe a classe dominante, são a moral dominante, e a possível interpretação de conceito antagônico ao que atualmente se compreende como ética.

3.3. *Liberdade de Expressão e o Ordenamento Jurídico Brasileiro*

Quando o termo *Liberdade de Expressão* é utilizado, imediatamente remete-se aos direitos humanos, que são intrínsecos à natureza humana, e possuem caráter universal, atemporal, intransponível e inviolável.

Os direitos humanos ou direitos fundamentais é um conjunto de direitos e garantias do ser humano que tem como principal objetivo o respeito a dignidade humana, que visa garantir ao ser humano o respeito à vida, à liberdade, à igualdade e a dignidade, para que este possa desenvolver sua personalidade de forma plena. E que tal garantia deve ser reconhecida pelos ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais. SILVA (2009)

Assim, no Brasil, inspirada na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, a Constituição Federal de 1988 assegurou aos seus cidadãos a proteção e aplicação desses direitos humanos. E, dentre tais direitos, encontra-se o de liberdade de expressão, prevista no art. 5º, IV, da Carta Magna de 1988 que tutela a plena autonomia para o seu exercício, vedando apenas o anonimato para evitar a verbalização do discurso sem responsabilidade.

No cenário da liberdade de se expor livremente quase sempre se esquece que esse não é um direito absoluto nem ilimitado, aliás, nem mesmo o direito à vida é absoluto no ordenamento jurídico brasileiro, pois só em determinadas situações é permitida a legítima defesa. O que ocorre, em verdade, é que a liberdade de expressão terá que ser compatibilizada com outros direitos fundamentais, para que se possa respeitar o sistema constitucional em vigor.

Assim, ninguém tem um maior direito à liberdade de expressão, motivo pelo qual este direito não protege expressões que trazem pretensão de superioridade e que pretendam aniquilar as possibilidades de igualdade e reciprocidade entre os indivíduos e grupos sociais. (SILVEIRA, 2007, p. 865).

O exercício da liberdade de expressão pode entrar em colisão com os direitos personalíssimos ou o exercício da liberdade de comunicação social poderá colidir com o direito fundamental à presunção de inocência, e nesse sentido a Suprema Corte brasileira já firmou entendimento quando trata o tema no contexto do Recurso de Agravo - Queixa-crime - Condenação penal imposta a jornalista - delito de injúria (CP, ART. 140)- Reconhecimento, no caso, pelo Colégio Recursal, da ocorrência de abuso no exercício da liberdade de opinião, assim expreso:

E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO (LEI Nº 12.322/2010)- EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO RECURSO DE AGRAVO - QUEIXA-CRIME - CONDENAÇÃO PENAL IMPOSTA A JORNALISTA - DELITO DE INJÚRIA (CP, ART. 140)- RECONHECIMENTO, NO CASO, PELO COLÉGIO RECURSAL, DA OCORRÊNCIA DE ABUSO NO EXERCÍCIO DA LIBERDADE DE OPINIÃO - DECISÃO DO COLÉGIO RECURSAL QUE SE APOIOU, PARA TANTO, EM ELEMENTOS DE PROVA (INCLUSIVE NO QUE CONCERNE À AUTORIA DO FATO DELITUOSO) PRODUZIDOS NO PROCESSO PENAL DE CONHECIMENTO - PRETENDIDA REVISÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO DEPENDENTE DE EXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA, INSUSCETÍVEL DE ANÁLISE EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO (SÚMULA 279/STF)- RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. - O direito à livre manifestação do pensamento, embora reconhecido e assegurado em sede constitucional, não se reveste de caráter absoluto nem ilimitado, expondo-se, por isso mesmo, às restrições que emergem do próprio texto da Constituição, destacando-se, entre essas, aquela que consagra a intangibilidade do patrimônio moral de terceiros, que compreende a preservação do direito à honra e o respeito à integridade da reputação pessoal - **A Constituição da República não protege nem ampara opiniões, escritos ou palavras cuja exteriorização ou divulgação configure hipótese de ilicitude penal, tal como sucede nas situações que caracterizem crimes contra a honra (calúnia, difamação e/ou injúria), pois a liberdade de expressão não traduz franquia constitucional que autorize o exercício abusivo desse direito fundamental.** Doutrina. Precedentes - O Supremo Tribunal Federal,

ao julgar o apelo extremo, deve fazê-lo com estrita observância do conjunto probatório e da situação fática, tais como reconhecidos, soberanamente (RTJ 152/612 - RTJ 153/1019 - RTJ 158/693, v.g.), inclusive quanto à autoria do fato delituoso, pelo órgão judiciário a quo, a significar que o quadro fático-probatório pautará, delimitando-a, a atividade jurisdicional da Corte Suprema em sede recursal extraordinária. Precedentes. Súmula 279/STF. (STF - ED ARE: 891647 SP - SÃO PAULO 0064436-95.2012.8.26.0050, Relator: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 15/09/2015, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-187 21-09-2015) (Grifos da Autora)

Sendo assim, expressões de agressão, que estimulam violência e discriminação não podem ser utilizadas para finalidades diversas sob o fundamento da liberdade de expressão, não podem ferir outros direitos fundamentais como a dignidade da pessoa humana, não podem promover preconceito e desigualdade entre as pessoas. E é nessa linha tênue de poder expressar-se livremente, sem ultrapassar os direitos individuais do outro, que se encontra a ética.

3.4. Liberdade de Expressão e Ética: limites necessários

Da compreensão das dimensões social e individual da ética, trazidas por Sales (2008), e das limitações impostas pelo próprio ordenamento jurídico pátrio no que diz respeito ao exercício do direito de liberdade de expressão refletidos neste artigo, é razoável admitir a necessidade ética de se ponderar até que ponto é possível expressar-se livremente, refletindo sob o axioma “o seu direito termina onde começa o do outro”.

Frases formalmente injuriosas, manifestações subjetivas, carregadas de epítetos pejorativos contra pessoas e desnecessários para a essência do pensamento de quem os formulou, não se encontram tuteladas pelo âmbito de proteção da liberdade de expressão, como endossa Farias (2001).

Muito embora a liberdade de expressão consista num direito fundamental das sociedades democráticas, pelo qual os indivíduos podem expressar suas ideias, crenças e opiniões, nela reside o perigo de se

desdobrar em agressão gratuita, na hipótese de absorvidos pelo gozo de “falar o que se pensa”, infringir os direitos personalíssimos como a honra, a privacidade, a intimidade, a imagem de outrem. E dessa forma utilizar a liberdade de expressão de forma equivocada e opressora.

Nesse sentido, a ética, baseada pela concepção do materialismo histórico-dialético, que demanda “análise dialética da relação entre sujeito e gênero humano” (Taffarel, 2023), deve excluir das manifestações de pensamento e das expressões livres toda e qualquer agressividade, qualquer tipo de violência, de preconceito, de apologia às desigualdades e à opressão do outro. A ética deve se impor na defesa da dignidade da pessoa humana e da promoção da igualdade individual e coletiva.

A ética deve funcionar como um sistema de freio aos excessos, de equilíbrio e como instrumento de transformação social, sendo, um contraponto aos direitos fundamentais que não são absolutos, como é o caso da liberdade de expressão, hierarquicamente superior a esta, basicamente pela dimensão social na qual se fundamenta. Sendo objeto de transformação da realidade social, a ética se funda e se coloca a serviço da Pedagogia Histórico-Crítica tão bem explicitada e vivenciada na explanação da Professora Celi Taffarel.

4. Considerações finais

Tendo em vista o objetivo geral desse texto que busca analisar a liberdade de expressão e os limites impostos pela ética sob o prisma da Pedagogia histórico-crítica, reveladas no contexto da palestra da Prof^a. Dr^a. Celi Nelza Zulke Taffarel, tecemos algumas considerações conclusivas.

A Pedagogia Histórico-Crítica abordada pela palestrante, se fundamenta no materialismo histórico-dialético, o qual compreende o homem como ser social, onde seu desenvolvimento está condicionado à atividade que o vincula à natureza e ao trabalho. A perspectiva de conhecimento que norteia o materialismo histórico-dialético prevê as transformações das situações e fenômenos da realidade a partir da sua historicidade. Dessa forma a Pedagogia Histórico-Crítica nos convida também a pensar sobre os fatos, fenômenos e acontecimentos de forma crítica, analítica e contextualizada historicamente.

Ao tratar sobre a liberdade de expressão e os limites impostos pela ética sob o prisma da Pedagogia histórico-crítica analisamos os

fundamentos legais, conceituais da ética. Observa-se que a liberdade de expressão pode entrar em colisão com os direitos pessoais e que ela terá que ser compatibilizada com outros direitos fundamentais, para que se possa respeitar o sistema constitucional em vigor. Dessa pesquisa inferimos que a liberdade de expressão consiste num direito fundamental que não é absoluto e deve observar os limites que lhe são impostos por outros direitos é nesse cenário que se encontra também a ética, como uma espécie de freio à liberdade de expressão. É nesse liame de exercer um direito individual e coletivo, sem ferir direitos de outrem, que se encontra a ética, conceito também presente e necessário na pedagogia histórico-crítica, vez que esta se fundamenta no materialismo histórico-dialético.

Conclui-se que o direito à liberdade de expressão não dá direito ao uso indevido de expressões com pretensão de superioridade, de aniquilamento da igualdade e reciprocidade entre indivíduos e grupos sociais.

Considerando as dimensões social e individual da ética e as limitações apresentadas pelo próprio ordenamento jurídico do país em relação ao exercício do direito de liberdade de expressão refletidos no texto, conclui-se que há necessidade ética de se ponderar a liberdade de expressão em observação também ao axioma “o seu direito termina onde começa o do outro”.

Nesse ínterim, diante da análise realizada neste trabalho, conclui-se que todos têm de fato o direito à liberdade de expressão, mas esse direito precisa ser limitado não apenas pelo próprio ordenamento jurídico, mas preferencialmente pela ética, social e individual. É pela ética que o ser humano tem a capacidade de ponderar o que verbaliza, tem o cuidado de não ser agressivo, odioso e infringir os direitos do próximo.

E, tomando como premissa mais uma das falas da palestrante quando afirma que “a educação tem o papel de reproduzir a humanidade em cada ser humano e o educador é arquiteto da humanidade”, parece muito oportuno, antes de encerrar este artigo, provocar reflexão sobre a responsabilidade das instituições acadêmicas na imposição de limites à liberdade de expressão e na promoção da ética, no sentido de garantir a segurança e o bem-estar da comunidade acadêmica e dos seus visitantes, intervindo de forma institucional sempre que necessário.

Por todo exposto, das reflexões proporcionadas neste estudo, se faz necessário a promoção de debates sobre a temática, a provocação de reflexões e, principalmente a construção de novos conhecimentos voltados para o tema. Isso porque, muito embora muitos trabalhos abordem a temática, na área da educação, as produções são incipientes e demandam maior aprofundamento.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso 23/06/2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ED ARE: 891647 SP** – SÃO PAULO 0064436-95.2012.8.26.0050, Relator: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 15/09/2015, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-187 21-09-2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/stf/864003306/inteiro-teor-864003316>. Acesso 23/06/2023.

FARIAS, Dilsom Pereira de. **Liberdade de expressão e comunicação**: teoria e proteção constitucional. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/79426/182787.pdf?sequence=1&isAllow...> Acesso em 21/06/2023.

SALES, Helen Mara Praciano Vasconcelos. **A liberdade de expressão e informação frente ao direito à honra**: a ética na imprensa. 2008. 90 f. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Acesso em: 29/05/2023.

SILVA, Flavia Martins André da. **Direitos Fundamentais** (2009b). Disponível em: <https://www3.usf.edu.br/galeria/getImage/252/6892347672477816.pdf>. Acesso em: 21/06/2023.

SILVEIRA, Renata Machado da. **Liberdade de expressão e discurso do ódio**. Dissertação (Mestrado em Direito Público) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_SilveiraRM_1.pdf. Acesso em 02/06/2023.

SOUZA, A. C. **A ética marxista: aproximações conceituais, perspectivas políticas e educacionais.** Filosofia e Educação [RFE] – Volume 9, Número 3 – Campinas, SP Outubro de 2017–Janeiro de 2018 – ISSN 1984-9605 – p. 76-100. Acesso em 02/06/2023.

TAFFAREL, Celi. Seminário: **Pesquisa aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítico-superadora.** 27/05/2023.

PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA EM DERMEVAL SAVIANI

*Omundsen de Melo Costa Junio
Éverton Nery Carneiro*

Resumo

A partir da intensificação da fragmentação do currículo sistematizado dos interesses da classe dominante na formação da mão de obra rápida e barata, a educação esvazia-se de conhecimentos históricos que contribuem para a plena formação do estudante. O objetivo da pesquisa é refletir sobre os fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica preconizada pelo escritor e educador Dermeval Saviani e sua emergência na educação contemporânea, a partir da participação no Seminário de Pesquisa Aplicada e das provocações lá suscitadas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, descritiva, em que teóricos da educação e artigos científicos retirados dos repositórios digitais da *Scientific Digital Library Online* – Scielo, Google Scholar e Capes. Ficou evidenciado que na sociedade contemporânea, a escola cumpre papel de socializadora do conhecimento sistematizado, historicamente e socialmente construído. Tal sociabilização é o ponto de partida para estimular a reflexão crítica e preparar o estudante para a atuação cidadã como agente de transformação social.

Palavras-chave: Pedagogia histórico-crítica. Intervenção. Educação Contemporânea.

1. Introdução

No processo de exploração do tema “Pesquisa aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítico-superadora”, trabalhado no Seminário de Pesquisa 2023, realizado no auditório do Campus XI, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), foram abordados os “*Métodos filosóficos críticos-superadores na pesquisa aplicada e relação com processos de intervenção e transformação da sociedade*”,

pela professora Dra. Celi Nelza Zulke Taffarel (UFBA), sob a mediação da professora Dra. Marize Damiana Batista (UNEB).

Na oportunidade de aprofundar a pesquisa sobre os fundamentos do trabalho educativo, com foco na teoria pedagogia histórico-crítica, a partir das ideias do escritor e professor Dermeval Saviani (UNICAMPI), foi desenvolvida esta pesquisa, que surge provocada pelas explicações da professora Dra. Celi Taffarel realizadas durante o período do Seminário de Pesquisa.

O fundamento da sociedade capitalista contemporânea se assenta na divisão entre a força de trabalho e a detenção dos meios de produção. A essa organização social, recai a fragmentação do conhecimento que é transmitido por meio da sistematização de disciplinas que não se comunicam para atender demandas autônomas para as variadas práticas profissionais. O conhecimento não chega de forma integral ao estudante, pois é parte dos meios de produção, sendo, portanto, privado.

Criticando tal condição da educação básica, o educador Dermeval Saviani, um dos principais expoentes da Pedagogia Histórico-Crítica, buscou no marxismo dialético os elementos que reúnem a criticidade da influência da sociedade na educação e a historicidade para que, a partir da aquisição dos conhecimentos historicamente sistematizados os estudantes possam exercer sua criticidade e construir novos significados e conhecimentos que geram transformações sociais, rompendo com a lógica capitalista.

O objetivo da pesquisa é refletir sobre os fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica e sua emergência na educação contemporânea. Para isso, foram determinados como objetivos específicos apresentar a trajetória de Demerval Saviani, expor a teoria e fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica e identificar as possíveis contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica na educação contemporânea.

2. Metodologia

A partir das provocações feitas durante o Seminário de Pesquisa 2023 foi realizada esta pesquisa qualitativa, descritiva realizada pelo procedimento metodológico da revisão bibliográfica de algumas obras do educador, professor Dermeval Saviani e sobre as ideias dele por outros autores, a partir de um levantamento entre livros, artigos científicos

públicos nos repositórios digitais da Scientific Digital Library Online – Scielo, Google Scholar e Capes.

O artigo foi dividido em três seções, sendo na primeira seção apresentados os fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica, na segunda é tratado do Materialismo Histórico-Dialético como fundamento da Pedagogia Histórico-Crítica e, na terceira seção foi feita uma breve descrição e apresentação do Seminário de Pesquisa.

3. Desenvolvimento

3.1. Fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica

Os pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) foram afirmados entre as décadas de 1970 e 1980 por meio dos estudos de Demerval Saviani, entre as correntes pedagógicas não críticas, considerando como critério de criticidade, a educação que dialoga com a sociedade e reconhece a sua dependência da sociedade na qual está inserida.

As teorias da educação tradicional, o tecnicismo e a escola nova não preenchem o critério de criticidade, pois “[...] em lugar de reconhecer a determinação da sociedade sobre a educação, acabam por conferir à educação o poder de determinar a forma da sociedade” (SAVIANI, 2011, p.15).

A educação na realidade capitalista busca a adaptação dos sujeitos à sociedade a qual se inserem, esvaziando o currículo de conhecimentos humanizadores e historicamente construídos:

A sociedade capitalista tem colocado a escola como mecanismo que adapta seus sujeitos à sociedade na qual estão inseridos. Sendo assim, na sociedade capitalista a escola tem a função social de manutenção do sistema por meio das ideias e dos interesses da classe dominante, ocasionando o esvaziamento dos conteúdos adequados e necessários à humanização e de métodos igualmente adequados à apropriação da humanidade social e historicamente construída. Essa escola do capitalismo abre portas a todo tipo de organização não escolar, enfatiza a experiência e valoriza, por

consequente o indivíduo particular e sua subjetividade. (MARSIGLIA, 2019, p.7).

Compreende-se, assim, que a educação fundamentada na manutenção do sistema serve como reguladora do poder constituído, destituindo o sujeito de conhecimentos que possam contribuir para que haja como agente de transformação social. Para Saviani (1983) os sujeitos precisam adquirir os conhecimentos sistematizados para que desenvolvam sua criticidade, em movimento que vai do conhecimento social inicial, considerando os saberes do senso comum e da experiência até o conhecimento social final, quando à aquisição do conhecimento científico que fornece as ferramentas necessárias para que haja transformações sociais.

O conhecimento deve ser reconhecido diante de dois aspectos fundamentais, sendo estes: a) a sua caracterização histórica, pois, somente com o avanço do tempo histórico é que há evolução de conhecimento, esse reconhecimento possibilita aceitar a sua limitação ao mesmo tempo em que precisamos contextualizar e refletir as relações entre os saberes e a realidade social; b) a luta de classes presente na história da humanidade, marcada pela divisão social do trabalho.

Sem a compreensão destes aspectos, pode-se cair na fragmentação do currículo e dos conhecimentos historicamente construídos. Visto que, passam a ser ensinados de forma desconexa (quando são), ou ainda, considerados somente em sua dimensão pragmática e adaptativa, para adequação às demandas do mercado de trabalho e às exigências de avaliações. Ao contrário, a caracterização dos conhecimentos enquanto produtos humanos, históricos, culturais, nos permite considerar as possibilidades de intervenção crítica e consciente na realidade para sua transformação. O conhecimento escolar segue a mesma lógica quando ministrado ao operário, pois, como revela Saviani (1989), o trabalhador deve possuir um conjunto de conhecimentos que lhe são essenciais para que possa ser produtivo, porém, há limite para o conhecimento que o trabalhador irá receber.

Neste contexto, “[...] a fragmentação de conhecimentos somente poderá ser superada a partir da compreensão histórica e social da produção de tais fragmentações curriculares” (TAFFAREL, 2023, informação verbal). Ademais, é necessária a compreensão do movimento do pensamento na direção da superação do senso comum por meio da formação da consciência filosófica (SAVIANI, 1986).

A escola vive uma contradição, pois, ao mesmo passo que cumpre seu papel de socializadora do conhecimento sistematizado, não o transmite integralmente. Tal fato decorre de que o conhecimento faz parte dos meios de produção, que na sociedade capitalista é privado (SAVIANI, 1986).

Para tanto, é fundamental a reflexão sobre a própria organização curricular que a educação escolar, em uma perspectiva crítica e revolucionária, propõe, visto que:

O movimento do pensamento que vai da visão sincrética do conhecimento à análise por meio das abstrações e a partir destas elabora, no plano teórico conceitual a compreensão do concreto como totalidade é uma referência fundamental para avançarmos em direção a propostas de organização curricular coerentes com as teses centrais da pedagogia histórico-crítica (PAGNONCELLI; MALANCHEN; MATOS, 2016, p.38).

A PHC é fundamentada por 5 princípios como tentativa de romper a lógica da pedagogia reprodutivista. Para a PHC, a escola funciona como um campo de disseminação da ideologia dominante, porém, é possível que se aproprie de tal sistema transformando a expectativa imediatista que corresponde aos interesses do mercado para a reverter na formação social por meio da transmissão do conhecimento sócio-histórico sistematizado e articulado à realidade (SAVIANI, 2011).

O primeiro princípio da PHC é a prática social, o segundo princípio é a problematização, o terceiro princípio é a instrumentalização, o quarto princípio é a catarse e o quinto princípio é o ponto de chegada. No quadro 1 são apresentadas as características de cada princípio da PHC:

Quadro 1 – Os cinco princípios da Pedagogia Histórico Crítica

Princípio	Conceito	Características	Formato da aula
1º	Prática Social Inicial	Conhecer o saber de cada estudante, conhecer a sua memória e a sua experiência prática	Participativa e dialógica

Princípio	Conceito	Características	Formato da aula
2º	Problematização	Questionamentos sobre o conteúdo diante de diferentes dimensões de análise, o inserindo na prática social.	Professor desperta a curiosidade a partir da apresentação de situações-problemas que estimulam o aprofundamento do conhecimento e provocam a curiosidade do estudante
3º	Instrumentalização	O conhecimento é apresentado pelo professor em todo o seu conceito, abstração, formalidade e cientificidade por meio de métodos adequados diante das necessidades e singularidades dos estudantes	Transmissão direta ou indireta dos conhecimentos aos estudantes. O professor pode indicar instrumentos pelos quais haja a aquisição do conhecimento ou transmiti-los diretamente
4º	Catarse	É a manifestação da compreensão do conteúdo pelo aluno, da apropriação do conhecimento científico. O aluno apropria-se dos instrumentos culturais que lhe auxiliam na transformação social.	Instrumentos de avaliação
5º	Prática Social Final	Demonstração do aprendizado a partir da transformação de sua ação no cotidiano a partir do conhecimento adquirido	Exercício social final a partir da plena aquisição do conhecimento pelo aluno

Fonte: Dados adaptados de Silva (2015); Marsiglia; Cury (2017).

Na primeira etapa da prática teórico-metodológica pela PHC, os estudantes são vistos como sujeitos com saberes de senso comum, com uma visão sincrética representando sua visão de mundo. Então, o

discente leva para o ambiente escolar toda a sua experiência e conhecimento sobre o assunto, tornando possível que o professor realize a contextualização dos conteúdos à realidade (SILVA, 2015).

Na segunda etapa ocorre a problematização dada a contextualização do conteúdo em questionamentos diante da realidade, para que o conhecimento passe por interrogações que esclareçam de que modo ele se insere na prática social. A partir dos questionamentos levantados pelo docente, o aluno será despertado em sua curiosidade e notará que para chegar à solução da problemática apresentada será necessário aprofundar o conhecimento (SILVA, 2015).

Na terceira etapa há a instrumentalização que é propriamente a fase da aquisição do conhecimento pelo estudante. A fase de equacionar os problemas que foram identificados na prática social e há a efetivação da transmissão do conhecimento pelo docente (SAVIANI, 1983).

A quarta fase é a qual ocorre a catarse, ou a purificação a partir do entendimento do conteúdo trabalhado. O estudante efetivamente incorpora os instrumentos culturais, os transformando em elementos que podem ser utilizados para a transformação social. É na catarse que ocorre o ponto essencial do aprendizado a partir da elaboração mental do novo conceito aprendido. É nessa fase que são aplicadas as avaliações, identificando se há dificuldades dos estudantes diante do conceito apresentado e se os objetivos iniciais foram alcançados (MARSIGLIA; CURY, 2017).

A quinta e última fase é a prática social final, em que há a plena apropriação do conhecimento, os mobilizando para transformações sociais. O aluno, nessa fase, irá demonstrar o que realmente aprendeu a partir das mudanças em seu comportamento e intervenções no cotidiano (SILVA, 2015).

4. Materialismo Histórico-Dialético como fundamento da Pedagogia Histórico-Crítica.

O materialismo histórico-dialético parte do pressuposto da compreensão da materialidade, a historicidade levando em conta as contradições e totalidade que são construídas historicamente. Sendo assim a materialidade é o estudo do homem e suas ações ideológicas na sociedade, a totalidade é análise do contexto geral que cerca o homem e as suas inter-relações, a historicidade diz respeito ao espaço

material em qual o homem está inserido e as contradições diz respeito a dinâmica das superações (KOSIK, 1965).

O materialismo dialético desfaz os fetiches do que, o autor denomina como: “pseudoconcreticidade”, para expor a realidade empírica materialista:

[...] o pensamento acriticamente reflexivo” coloca imediatamente - e, portanto, sem uma análise dialética - em relação causal as representações fixadas e as condições igualmente fixadas, fazendo passar tal forma de “pensamento bárbaro” por uma análise “materialista” das idéias. Como os homens tomaram consciência de seu tempo (e, portanto, já o viveram, avaliaram, criticaram e compreenderam) nas categorias da “fé do carvoeiro” e do ceticismo “pequeno-burguês”, o doutrinador supõe que se fizera a análise “científica” daquelas idéias ao procurar para elas um equivalente econômico, social ou de classe. A9 invés, mediante tal “materialização” efetua-se apenas uma dupla mistificação: a subversão do mundo da aparência (das idéias fixadas) tem as suas raízes na materialidade subvertida (reificada). A teoria materialista deve iniciar a análise com a questão: por que os homens tomaram consciência de seu tempo justamente nestas categorias e qual o tempo que se mostra aos homens nestas categorias? Fazendo esta indagação, o materialista prepara o terreno para proceder à destruição da pseudoconcreticidade tanto das idéias quanto das condições, e só depois disso pode procurar uma explicação racional para a íntima conexão entre o tempo e a idéia. (KOSIK, 1965, p.23).

Sendo o mundo dialético, isto é, em movimento e contraditório é necessário um método que insira os elementos da historicidade e da materialidade de forma dialética para que seja possível compreendê-lo. Pela dialética tudo se relaciona pelo princípio da totalidade e tudo se transforma, tem-se o princípio do movimento. A mudança é realizada pelo acúmulo qualitativo de elementos que impacta na transformação. A luta dos opostos é a contradição que se constitui na base da dialética que se faz na explicação do movimento e transformação das coisas (GADOTTI, 1990).

Platão considerava a dialética como um método racional o qual podia-se chegar ao inteligível, pois podia-se passar da totalidade à unidade, sendo o conhecimento construído a partir da reflexão da coletividade. Já para Aristóteles a dialética era a crítica reflexiva auxiliar para o estudo da filosofia. Adeptos da metafísica condenavam à dialética ao sofismo e na Idade Moderna atribuída ao silogismo. Foi em Rousseau que a dialética voltou a ter sentido como oposição à metafísica e em Hegel voltou a se voltar a filosofia e como filosofia negativa de todas as coisas.

Hegel afirmara, em oposição a Kant, que a razão é a própria realidade e não apenas o seu entendimento: “[...] A idéia, a razão, é o próprio mundo que evolui, muda, progride, é a história. Portanto, a história universal é ao mesmo tempo domínio do mutável e manifestação da razão” (GADOTTI, 1990, p. 18). Para Hegel a razão é dialética e o conhecimento nasce da oposição dos contrários.

O dialético é concebido pelo racional por Hegel, sendo que a contradição não é ilógica, mas sim o verdadeiro motor que move a história. É pelas contradições superadas que o pensamento procede, não sendo, portanto, estático.

O pensamento não é mais estático, mas procede por contradições superadas, da tese (afirmação) à antítese (negação) e daí à síntese (conciliação). Uma proposição (tese) não existe sem oposição a outra proposição (antítese). A primeira proposição será modificada nesse processo de oposição e surgirá uma nova. A antítese está contida na própria tese que é, por isso, contraditória. A conciliação existente na síntese é provisória na medida em que ela própria se transforma numa nova tese (GADOTTI, 1990, p. 18).

A categoria da contradição é a base para um método dialético que se desenvolve pela luta de opostos com a apropriação de saberes que se movem pelos interesses das classes dominadas em direção a transformação das contradições sociais. A escola atua na reprodução do sistema existente pela disseminação massiva de sua cultura, porém, ao levar as contradições existentes na transmissão da reprodução de relações, se torna uma importante ferramenta política de criticidade que ameaça a ordem estabelecida, caminhando para a libertação (CURY, 1989).

Já “[...] na condição de método filosófico e científico, a dialética apresenta-se pelas concepções de Marx e Engels” (TAFFAREL, 2023, informação verbal). O idealismo dialético, notado em Hegel, é transformado em realismo. É pelas relações de produção que se levantam as estruturas econômicas e políticas da sociedade condicionando o processo de vida e consciência social.

Segundo Marx (1985) por trabalho compreende-se a força empregada para suprimir as necessidades básicas do Homem. São as transformações na organização de produção e do mercado que determinam as mudanças nas relações de produção. Karl Marx, em seu conceito de análise e crítica social denominado materialismo histórico-dialético baseado na luta de classes, compreendeu a existência da desigualdade e da exploração da burguesia sobre os trabalhadores (proletariado). Os autores da célebre obra Manifesto Comunista afirmam que “[...] a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2008, p. 8).

Enquanto Hegel tratava da dialética em plano espiritual, Marx passa a questão para o real como ciência das leis gerais do movimento capaz de explicar a evolução do homem e da natureza. Para que se chegue a concepção da sociedade, do homem e da relação do homem e do mundo é que a dialética é utilizada como método. Nota-se que a dialética não pretende se justificar como apenas um método em que se pretende alcançar a verdade (GADOTTI, 1990).

Isso ocorre pois, Marx critica tanto a posição dos empiristas quanto a concepção de esquema conceitual. Logo, não pretende identificar a essência e não toma como princípio investigativo pontos isolados, mas sim percorre um novo caminho que é o da compreensão histórica pelo modo produtivo do capitalismo, porém não como a relação do homem com o mundo de modo acabado.

Tal perspectiva pressupõe que não existem fatos neutros que se encerram em si mesmo, mas sim estão relacionados aos processos políticos, econômicos, psicológicos e históricos do homem. Não se trata, assim, bem da realidade pura defendida pelo empiricismo e nem da consciência humana, como quer o idealismo, mas da produção do homem, pela sua atividade identificada pela materialidade dos modos de produção, produzindo a si mesmo. O homem se torna homem pelo trabalho e pela construção de sua própria história (GADOTTI, 1990).

O real, nessa concepção, é tido como as manifestações do homem na natureza. O movimento ocorre, por assim, pela contradição, na interação entre todas as coisas, pois no interior que qualquer fenômeno existe contradições que levam as transformações por suas próprias ações.

Afirma-se, porém, que o pensamento dialético marxista não nega o valor da subjetividade para a construção do conhecimento, mas ao invés da subjetividade permanecer no campo das ideias, esta materializa-se independentemente do valor que confere esse ou aquele homem. Gadotti (1990) explica que a dialética é o entendimento da forma em que se encadeiam, relacionam e reciprocamente determinam as distintas condições da consciência e a existência social.

Com a lógica de Hegel sobre a dialética, Marx comprova seu valor e veracidade aplicando a todas as esferas da vida social, econômica e política. O pensamento e o material fazem parte de algo indivisível, pois o pensamento é considerado como algo tão concreto como a própria natureza. Entre os objetivos do materialismo dialético estão: o estudo das leis gerais do Universo considerando todos os aspectos que fazem parte da natureza e vida social e atuar como uma concepção científica fundamentada no materialismo do homem e da natureza e suas ações de movimento que geram transformações pelas contradições (GADOTTI, 1990).

5. Descrição e apresentação do Seminário de Pesquisa

No dia 27 de maio de 2023, no auditório da UNEB, Campus XI, no município de Serrinha no Estado da Bahia, ocorreu o Seminário de Pesquisa, com o tema: “Pesquisa aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítico-superadora”, para as turmas 3 e 4 do curso de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), estudantes de graduação do curso de Pedagogia do próprio Campus XI e demais convidados do município.

Como palestrante foi convidada a educadora, professora Dra. Celi Nelza Zulke Taffarel (UFBA), para conferenciar sobre: **Métodos filosóficos críticos-superadores na pesquisa aplicada e relação com processos de intervenção e transformação da sociedade**, sob a mediação da educadora, professora Dra. Marize Damiana Batista (UNEB), professora do MPIES, que conduziu todo evento, moderando as participações e organizando as informações que se fizeram necessárias na oportunidade.

A exposição da professora Celi Taffarel percorreu por três temáticas estruturais, onde a primeira fez um balanço, dos fundamentos, tratando das teorias do conhecimento, pedagógicas, e do ensino-aprendizagem. Na segunda aprofundou a questão do trato com os conteúdos específicos e na terceira trouxe o exemplo da matemática na Pedagogia Histórico-Crítica de Dermeval Saviani.

6. Considerações finais

O objetivo da pesquisa foi refletir sobre os fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica e sua emergência na educação contemporânea. Para isso foi feita a breve recuperação biográfica de Demerval Saviani como idealizador da Pedagogia Histórico-Crítica, repousando sobre os seus fundamentos, críticas e bases ideológicas.

A escola na contemporaneidade capitalista é pautada para a manutenção da organização social diante da classe dominante, preparando os estudantes para a rápida inserção no mercado de trabalho. Porém, pode seguir o caminho contra hegemônico, por meio da transmissão dos conhecimentos historicamente construídos para que os estudantes possam ter ferramentas de reflexão crítica e se tornarem agentes de transformação social.

A Pedagogia histórico-crítica, o desenvolvimento da aprendizagem por meio da mediação docente significa a seleção de conteúdos escolares que encaminham o direcionamento do aluno para uma aprendizagem significativa e totalizante do conteúdo. Ficou compreendido que a pedagogia histórico-crítica, ao considerar o desenvolvimento integral do indivíduo considerando todos os aspectos da dimensão humana, apresenta valiosas contribuições para que o saber historicamente construído seja transmitido aos estudantes em um movimento revolucionário de ruptura aos processos de exploração capitalista.

Referências

- CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e Contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 1989.
- DUARTE, Newton. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos**: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo. Campinas: Autores Associados, 2016.

GADOTTI, Moacir. **A dialética: concepção e método**. In: Concepção Dialética da Educação. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1990. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/gadotti__1990.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 2ª ed. NEVES, Célia [trad.]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1965.

LAVOURA, Martins. **Fundamentos da Didática Histórico-Crítica**. São Paulo, Campinas, 2019.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. **Infância e Pedagogia Histórico-crítica**. Autores Associados, 2013.

_____. **A prática pedagógica histórico-crítica na educação infantil e no ensino fundamental**. Campinas: Autores Associados, 2019.

_____. **Demerval Saviani: uma trajetória cinquentenária**. Interface: comunicação, saúde e educação, v.21, n.62, p.497-507, 2017.

MARX, K. **O capital**. 10.ed. São Paulo: Difel, 1985. Livro 1.

MARX, K.; ENGELS, E. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo. Expressão Popular, 2008.

PAGNONCELLI, Cláudia; MALANCHEN, Julia; MATOS, Neide (ORG.). **O trabalho pedagógico nas disciplinas escolares: contribuições a partir dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica**. Editora Autores Associados, São Paulo: Campinas, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. SP, Cortez Editora, 1983.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 18ed. Campinas: Cortez, 2008.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11ªed. Campinas -SP: Autores Associados, 2011.

_____. **O paradoxo da educação escolar: análise crítica das expectativas contraditórias depositadas na escola**. Cadernos de Pesquisa – Pedagogia em Debate, Curitiba, p. 13-28, 2009.

_____. **A Pedagogia Histórico-Crítica**. Revista RBBA. Vitória da Conquista, v.3 n.2p. 11-36, 2014.

SILVA, L.P. Metodologia da Pedagogia Histórico-Crítica: da prática social à prática social. **EFDeportes.com**, Buenos Aires, v.20, n.205, 2015.

PERSPECTIVA HISTÓRICO-CRÍTICA E CONHECIMENTO: CURRÍCULO E O ENFRENTAMENTO AO RECUO TEÓRICO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Elcione Carvalho Santos
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
cica.carvalho02@gmail.com

Eberson Luís Mota Teixeira
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
arcoteixeiraarco@yahoo.com.br

Dr. Marcelo Máximo da Purificação
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
marcelo.ueg@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como finalidade abordar discussões e reflexões traçadas no Seminário Pesquisa Aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítico-superadora”, ocorrido no dia 27 de maio de 2023 no auditório DEDC do *Campus XI- Serrinha-Ba*. A temática foi explanada por Taffarel (2023) numa perspectiva crítica, interventiva e pedagógica. A pesquisa também é embasada em textos de outros teóricos, como Saviani (2011), Moraes (2011), Martins e Pasqualini (2020). Assim, este trabalho intenta também compreender o processo do saber, conhecimento, bem como o currículo enviesado por meio da teoria histórico-crítica e sua forma de enfrentamento ao recuo teórico na sociedade contemporânea, em específico, no Novo Ensino Médio. A abordagem utilizada foi a qualitativa (MINAYO, 2007), para a coleta de dados foi feita uma pesquisa bibliográfica, documental, em Gil (2009). Por fim, espera-se que a lapidação do conhecimento esteja disponível a todos em sua totalidade analítica e interpretativa humanística.

Palavras-chave: Teoria histórico-crítica. Conhecimento. Currículo.

1. Introdução

Pretende-se, neste trabalho, fazer um recorte sobre a temática apresentada e discutida por Taffarel (2023) no auditório DEDC *Campus XXI – Serrinha-Ba*, oportunidade em que ocorreram algumas reflexões à luz do pensamento histórico-crítico de Saviani (2001), que considera o processo educativo sob um viés marxista de cunho filosófico, político, pedagógico, interligado à história da educação em seu movimento sempiterno transformativo, o que nos chama atenção para o esvaziamento do currículo escolar, quando desprovido de engajamento e ação política, criativa, libertadora, podendo ocasionar um recuo acadêmico a formas conservadoras e tradicionais de manutenção do *status quo* (ordem ideológica). Desta forma, serão abordadas a questão do currículo na concepção histórico-crítica e a importância do conhecimento em sua totalidade.

A perspectiva histórico-crítica surgiu no Brasil a partir da década de 70, quando houve uma luta pela abertura democrática no campo político, o que motivou, por consequência, vários questionamentos no campo educativo e sua relação intrínseca com as teorias críticas e reprodutivistas (LUCKESI, 1994). Este novo alvorecer criticista tem marcado seu percurso por meio das ideias e escritos de Saviani (2011) desde a escrita do seu livro *Escola e Democracia*. Não obstante, sua ação efetiva só viria a ser estabelecida, de fato, após a manifestação de estudantes da PUC-SP para ministrar uma disciplina que tivesse uma relação histórico-crítica como baluarte de engajamento e transformação da realidade. Eis que, posteriormente à consecução desta disciplina, surge a corrente pedagógica histórico-crítica, a qual visa a investigar e a analisar o enraizamento histórico do Brasil sob a égide de estruturas pautadas nas desigualdades sociais, econômicas e educacionais reinantes, que compactuavam com as teorias tecnicistas e reprodutivistas.

Esta corrente pedagógica criticista busca contribuições político-ideológicas de Marx, no tocante à questão da dialética, como lutas de classes, até o processo de transformação da sociedade por meio de movimentos históricos populares engajados no contexto educativo. Segundo Saviani (2011):

À educação, na medida em que é uma mediação no seio da prática social global, cabe possibilitar

que as novas gerações incorporem os elementos herdados de modo que se tornem agentes ativos no processo de desenvolvimento e transformação das relações sociais (SAVIANI, 2011, p. 121).

Assim, transformar não significa necessariamente abandonar o que já foi construído, mas refletir, dialogar e mudar o que precisa ser mudado sob o viés da solidariedade social. Ele (Saviani) ainda enfatiza que: “Os conteúdos históricos sempre serão importantes e, de certo ângulo, determinantes, porque é pelo caminho deles que se apreende a perspectiva histórica, o modo de se situar historicamente.” (SAVIANI, 2011, p. 123). Portanto, os fatores históricos e sociais intervêm na educação principalmente no que concerne aos saberes sistematizados pelas elites hegemônicas. Nesse processo histórico e do conhecimento, Taffarel (2023, informação verbal) sinaliza que é importante considerar a totalidade, enxergando o concreto e o abstrato, não obstante sem perder a rigorosidade e a radicalidade no que diz respeito a entender desde a raiz.

Vale ressaltar que, ao analisar conteúdos históricos críticos, faz-se mister tratar também da confecção do currículo, posto que ele deve responder aos questionamentos no que se refere à construção do saber e do conhecimento disponibilizados aos estudantes do novo Ensino Médio no Brasil. Daí as questões que devem ser examinadas: O que é o saber? Quais são os tipos de conhecimentos ofertados? Todos os saberes e conhecimentos estão acessíveis a todos e a todas? Como os saberes estão inclusos nos currículos trabalhados nas escolas? Para responder a essas questões, recorreremos a Saviani (2011), Taffarel (2023), Martins e Pasqualini (2020) e Moraes (2011).

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo geral compreender como a teoria histórico-crítica percebe o acesso ao conhecimento em sua totalidade e sua relação direta com o currículo, traçando uma reflexão sobre o Novo Ensino Médio no Brasil e o enfrentamento ao esvaziamento teórico ideológico, como o movimento da escola sem partido, na sociedade contemporânea. Como objetivos específicos, pretende-se identificar como se processam o saber e o conhecimento na teoria histórico-crítica, analisar o que é o currículo e como ele se apresenta atualmente no Novo Ensino Médio e perceber como estão ocorrendo o recuo teórico e as formas de enfrentamento ao seu esvaziamento. Espera-se então que, por meio desta análise comprometida

com a mudança social e econômica, seja percebida a importância de uma educação pautada em fatores histórico-sociais, atrelados a currículos pautados numa proposta emancipatória e de autonomia do cidadão perante uma visão crítico-revolucionária, que enseje a não sobreposição de classes desiguais, mas que seja considerada fora do jugo sistêmico da alienação ao resgatar no sujeito (atores sociais) o significado de pertencimento, responsabilidade solidária e atuação significativa para a fraternidade cívica típica no processo educativo, que abre caminhos para o conhecimento do mundo, do outro e de si mesmo.

2. Metodologia

Metodologia, segundo Minayo (2007), é um caminho elaborado, tendo em vista um pensamento conectado com a prática trabalhada, considerando a realidade apresentada. Para isto, faz-se necessário incluir ao mesmo tempo o método utilizado, as técnicas bem como os fatores essenciais ao pesquisador, incluindo sensibilidade, criatividade e experiência. No caso desta pesquisa, tem-se um olhar para o seguinte método citado: “[...] Enquanto método, propõe a abordagem dialética que teoricamente faria um desempate entre o positivismo e o compreensivismo, pois junta a proposta de analisar os contextos históricos [...]” (MINAYO, 2007, p. 24). Como se trata da teoria histórico crítica esses fatores históricos precisam ser considerados.

Quanto à pesquisa, a autora salienta que: “Entendemos por *pesquisa* a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo.” (MINAYO, 2007, p. 16, grifo da autora). Destaca-se aqui a importância da pesquisa para as escolas e universidades no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Ainda em se tratando de pesquisa, Gil (2008, p. 26) salienta que: “Pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico.” Assim, o caminho metodológico desta pesquisa procurou garantir a contextualização científica concernente à escolha da abordagem, que, no caso, é pesquisa qualitativa. Segundo Minayo (2007): “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado.” (MINAYO, 2007, p. 21). Neste tipo de abordagem, compete ao pesquisador ana-

lisar dados em palavras, mas não exclui os números desde que haja uma interpretação deles. O objetivo desta pesquisa foi exploratório no sentido apontado por Gil (2008) de se apresentar como um estudo que poderá ser aprofundado posteriormente e por ter como finalidade esclarecer e desenvolver conceitos. O autor ainda destaca: “Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla.” (GIL, 2008, p. 27). Quanto à coleta de dados, ela foi feita pela observação e transcrição da palestra de Taffarel – UFBA (2023), ofertada no Seminário “Pesquisa Aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítico-superadora”, no dia 27 de maio de 2023. Nesta oportunidade, foram lidos e refletidos textos de Saviani (2011), Martins e Pasqualini (2020) e Moraes (2011), disponibilizados via e-mail pela Coordenação do Mestrado Profissional em Educação Interventiva e Social, acrescentando o Resumo Técnico do INEP 2022 e BNCC (2018).

A análise dos conteúdos expostos pela palestrante será feita de forma interpretativa, buscando compreender a teoria histórico-crítica, o currículo, os conhecimentos disponibilizados aos estudantes do Ensino Médio no contexto contemporâneo e como o currículo poderá contribuir ou não para o recuo teórico na sociedade contemporânea por meio dos fatores históricos.

3. Desenvolvimento

No seminário “Pesquisa Aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítico-superadora”, foi apresentada a importância dos aspectos relevantes para o olhar a respeito do conhecimento em sua totalidade. Taffarel (2023, informação verbal) elencou fatores importantes como Defesa a Universidade Pública na condição de meio de acesso ao conhecimento, visto que este é um local de produção, reflexão e enfrentamento ao recuo teórico ao ser trabalhado o conhecimento sistematizado, bem como o compartilhar conhecimento para que todos tenham acesso e participem da humanização no processo de pesquisa.

Ela ainda destacou três grandes teorias para tratar da educação no âmbito da elaboração e desenvolvimento do conhecimento, sendo elas: 1 – A teoria pedagógica; 2 – As teorias de ensino-aprendizagem; e 3 – A organização do trabalho pedagógico, pautado no conhecimento do

currículo. Não obstante, salientou a importância do processo de humanização como gerador de empatia e o papel da escola como dinamizadora nesta arte cidadã. Por fim, para discussão deste trabalho, optou-se pelo conhecimento, pelo currículo no novo Ensino Médio (NEM) e pelo enfrentamento ao recuo teórico numa perspectiva histórico-crítica marxista via Saviani. Para Saviani (2011), a produção não material estabelece uma ligação com a produção do saber ao enfatizar que os diversos tipos de conhecimentos, como o artístico, intuitivo, sensível entre outros, não têm interesse em si mesmos, não obstante sua apreensão, que torna a espécie humana diferente por sua capacidade de aprender.

O conteúdo fundamental da escola se liga à questão do saber, do conhecimento. Mas não se trata de qualquer saber e sim do saber elaborado, sistematizado. O conhecimento de senso comum se desenvolve e é adquirido independentemente da escola. Para acesso ao saber sistematizado, é que se torna necessária a escola (SAVIANI, 2016, p. 55).

Este processo de aprendizagem envolve um trabalho educativo que não pode ocorrer fora do processo histórico. Quanto a este processo de conhecimento, Taffarel (2023, informação verbal) cita que: “O objeto da educação é o conhecimento”. E para tratar deste conhecimento, a autora enfatiza que é necessário ter rigorosidade, fator extremamente importante para a pesquisa. Ainda com relação ao conhecimento, Martins e Pasqualini (2020) apresentam três aspectos importantes referentes a uma realidade concreta - o aspecto ontológico, o epistemológico e o ético-político. Quanto ao primeiro, elas enfatizam a necessidade da consciência do ser, em seguida, o epistemológico, que se fundamenta na intervenção do homem na natureza (dizendo o que a natureza é), tendo para isto a educação escolar como local de conservação ou transformação desse conhecimento, que deve contemplar o aspecto ético-político.

Vale ressaltar que as autoras ainda afirmam que

Um currículo balizado por aspectos ontológicos e epistemológicos de orientação ético política contra hegemônica toma como questão prioritária a natureza dos conhecimentos a serem transmitidos às novas gerações pela via escolar [...] (MARTINS; PASQUALINI, 2020, p. 09).

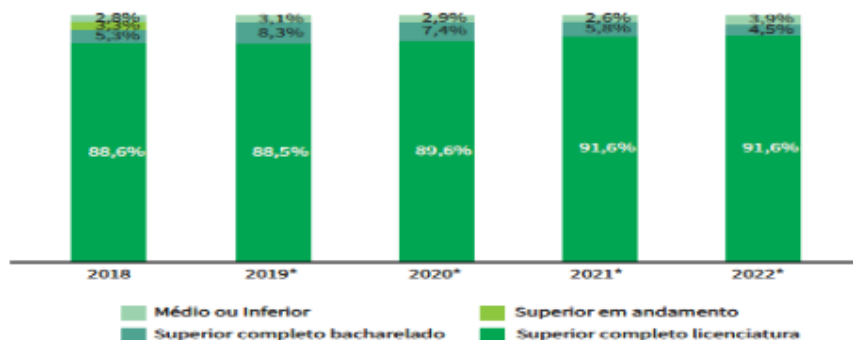
Desta forma, é preciso estar atento a este processo que, muitas vezes, ocorre com um direcionamento político-pedagógico unilateral, escolhido por órgãos governamentais, seguindo interesses de grupos elitistas, ficando a tarefa de apenas executar para quem está no chão da escola, especificamente, o professor, pressionado por forças governamentais, institucionais e de grupos hegemônicos, que irão tentar eliminar o planejamento docente em contato com sua realidade como fator essencial a ser ensinado em interação com os atores da educação.

Saviani (2011) destaca a importância de não perder a visão do todo, ou seja, ao alterar o conteúdo, há que serem mudados também o espaço e as estratégias de sua aplicação nos escaninhos da escola e da sociedade. Outro ponto importante é quando Saviani demonstra a amplidão do currículo. Isto é, “[...] o currículo incorporou as mais diversas atividades, mas dedicou pouco tempo ao estudo da língua vernácula, matemática, ciências da natureza, ciências da sociedade, filosofia, artes.” (SAVIANI, 2016, p. 57). Assim, o currículo precisa ser compreendido em uma totalidade, mas essa ubiquidade está no sentido de incorporar os conteúdos desde a sua raiz, garantindo uma rigorosidade fulcral, não enchendo o calendário de atividades ou de disciplinas aleatórias como têm sido apresentados os Itinerários para o Novo Ensino Médio (NEM), muitas vezes, sem contexto e sem discussão em detrimento dos saberes elaborados. Na BNCC, é apresentado o seguinte: “[...] prevê a oferta de variados itinerários formativos, seja para o aprofundamento acadêmico em uma ou mais áreas do conhecimento, seja para a formação técnica e profissional.” (BNCC, 2018, p. 468). Por isso, é importante que o professor obtenha conhecimento da sua área específica como fator histórico de apropriação e reflexão do que pode ou não ser transformado em cada realidade em que o conhecimento será abordado.

O Novo Ensino Médio (NEM) mostra como as disciplinas de Artes, Filosofia, Sociologia são tratadas sem a devida importância, causando um esvaziamento teórico e, por conseguinte, um recuo alarmante nos postos de trabalho. Portanto, ao escolher os conteúdos a serem ensinados, não deve haver amadorismo, mas devem se considerar as dificuldades, as situações e os possíveis problemas apresentados no trato educacional. Por consequência, para o professor ensinar, ele precisa também aprender e estar em constante processo de formação, contato com saberes historicamente construídos e transformados pela

sua práxis educacional. Segundo resumo técnico 2022 referente aos professores do ensino médio, a maior parte tem graduação. “Dos docentes que atuam no ensino médio, 96,1% têm nível superior completo - 91,6% em grau acadêmico de licenciatura e 4,5%, bacharelado - e 3,9% têm formação de nível médio ou inferior.” (BRASIL, 2023, p. 46)(Gráfico 1).

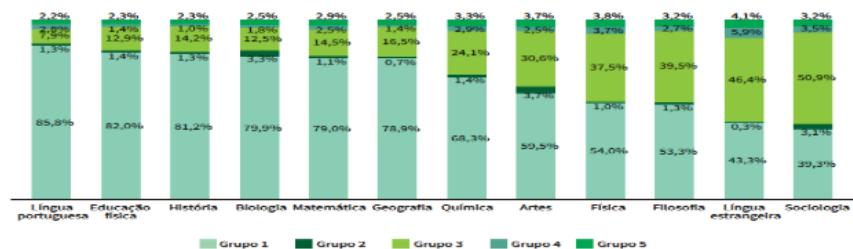
Gráfico 1 – Nível dos docentes



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep, com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

No resumo técnico, é possível notar também no Gráfico 2 as disciplinas mais ministradas por professores que não são graduados na área. Deste modo, a disciplina em que os estudantes são menos atendidos por profissionais graduados na área é Sociologia e, bem próximo a ela, Filosofia, com 53,3% apenas de profissionais preparados na área.

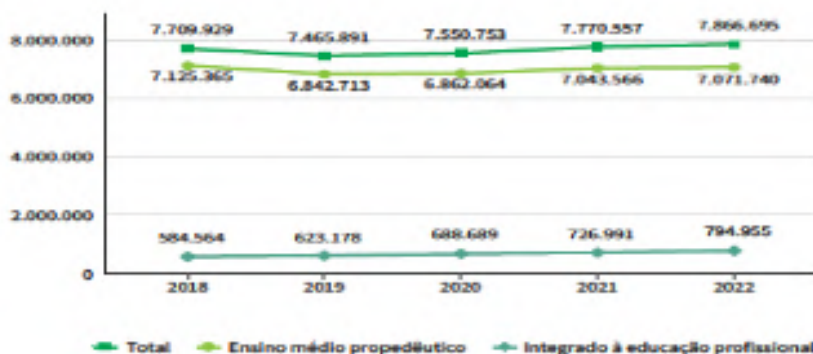
Gráfico 2 – Disciplinas mais ministradas pelos professores



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep, com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Estes resultados nos levam a questionar que tipo de conhecimento está sendo construído e transmitido nas escolas para estudantes do Ensino Médio atualmente e qual currículo está sendo trabalhado e priorizado. Martin e Pasqualini (2020) colaboram chamando atenção para o seguinte: “[...] sob enfoque histórico-crítico, um currículo balizado por aspectos epistemológicos não versa sobre quaisquer conteúdos a serem transmitidos por quaisquer formas dentro de um edifício com nome de escola.” (MARTIN; PASQUALINI, 2020, p. 7). Sendo assim, faz-se necessário perceber com qual intencionalidade ele está sendo trabalhado para poder intervir e transformar ou se segue os ditames tradicionais e conservadores das elites hegemônicas. É importante destacar o quanto os cursos técnicos profissionalizantes estão tomando uma grande proporção no quantitativo de matrículas nos últimos cinco anos. “A matrícula integrada à educação profissional cresceu 36% nos últimos cinco anos, passando de 584.564 em 2018 para 794.955 em 2022.” (BRASIL, 2023, p. 27). O Gráfico 3 mostra esta realidade.

Gráfico 3 – Evolução dos cursos profissionalizantes



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep, com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Essa modalidade de educação técnica se preocupa mais com a prática para o mundo do trabalho, dando ênfase à produção, o que resultará em mão de obra para atender aos ditames do mercado capitalista. Por isso, nos argüimos acerca desta formação unilateral: Mas que mão de obra é esta? A que prioriza a classe trabalhadora ou a classe dominante e

elitista? Saviani e Duarte (2010) apontam que: “Nas sociedades divididas em classes antagônicas, os resultados da produção material realizada pelas classes dominadas beneficiam as classes dominantes.” (SAVIANI; DUARTE, 2010, p. 426). Destarte, numa sociedade capitalista, ao que tudo indica, esse é o propósito ingente. Isto é, a exploração do trabalhador e a educação são muitas vezes utilizadas como meio instrumental alienante para subjugar às regras da elite e dos poderes constituídos com seus interesses de classe.

Uma realidade que ocorre muito nesses cursos técnicos profissionalizantes é a de que o estudante faz um curso que irá proporcionar acesso mais rápido ao emprego, mas sem questionar esse tipo de emprego e sua trajetória futura. Os autores Saviani e Duarte (2010) denunciam que:

No caso da sociedade capitalista, uma parcela considerável dos produtos da atividade de trabalho é incorporada ao capital, ou seja, a apropriação dos produtos da atividade humana dá-se sob uma forma social que aliena esses produtos da classe que os produz (SAVIANI; DUARTE, 2010, p. 427).

Nesse sentido, o sujeito não consegue se compreender como produtor, seja de forma material ou não material. Saviani e Duarte (2010) compreende e explica o trabalho como uma atividade humana que proporciona desenvolvimento e sobrevivência, o qual pode se apresentar de forma material e não material, dividindo-se em duas versões: uma onde o que é produzido não está próximo ao produtor e outra onde está ocorrendo ao mesmo tempo, ou seja, produto e produtor. Saviani sinaliza que, para o homem criar o real, ele necessita se apropriar de ideias e atitudes sob pena de estar num fazer (trabalho) alienado e alienante. Há em alguns cursos técnicos e também no ensino médio regular a introdução de uma nova disciplina, intitulada “Projeto de Vida”, em que são traçados os desejos dos estudantes para sua vida futura, dentro de um espectro que lhe é proposto (outorgado) como possível, não dentro do que o estudante realmente necessita ao analisar suas condições materiais, familiares, de interesses e habilidades. Quanto a isso, Moraes (2001) alerta que:

Nessas circunstâncias, sobretudo, evidencia-se o papel estratégico de uma reflexão teórica e crítica sobre a educação e seu papel em uma sociedade

civil que se quer esvaziada de conflitos, conformada como “sociedade educativa”, harmônica, positiva, pragmática, tolerante e plural. De modo que tais questões transcendem, em muito, a discussão meramente empírica ou a simples descrição dos fenômenos referentes à pesquisa ou à educação; remetem, ao contrário, ao grande debate filosófico e científico contemporâneo (MORAES, 2001, p. 20).

É nesse processo de reflexão crítica que o currículo poderá entrar não como um fator de submissão e reprodução, mas revolucionário e de enfrentamento perante as mazelas sociais. Por isso, os conteúdos curriculares precisam ser bem selecionados, considerando não apenas um tipo de classe hegemônica, posto que estabeleceria a separação entre pessoas e manteria os privilégios de classe, mas ao contrário, deve primar por uma consciência de classe em coletividade e, ao mesmo tempo, como papel social emancipador revolucionário do indivíduo em sua autonomia humanista.

Mas quando tal educação libertadora não ocorrer no papel, ou seja, nos programas curriculares institucionalizados, é necessário que o educador esteja preparado para atuar nesse processo de produção como produtor de mentalidades histórico-críticas, enfocando e percebendo o produto não material que está sendo desenvolvido nas salas de aula ao ensinar como fator de engajamento, desalienação e fraternidade cidadã. Sendo assim, o currículo não é mera lista de conteúdos sem conexão, mas um mosaico construído a partir da perspectiva histórica dos sujeitos e de seus locais de fala de forma crítica, por meio de um olhar social, universal e coletivo. Somente assim o processo de alienação poderá ser percebido, identificado e superado, visando a uma sociedade plural e integrada no respeito à diversidade.

4. Considerações finais

Amparado em Saviani (2011), foram apresentados neste trabalho a teoria histórico-crítica e seu processo de surgimento, mesmo que de forma sucinta. Procuramos destacar os saberes, conhecimentos e sua importância para a construção e a reformulação do currículo escolar numa perspectiva histórica de pertencimento e compromisso social. Por conseguinte, frisamos o papel da escola como instituição promotora da humanização citada por Taffarel (2023, informação verbal),

apresentando-se de forma democrática, considerando os saberes espontâneos e os elaborados pelo homem que conhece, apropria-se e constrói estratégias próprias para sanar suas necessidades de sobrevivência e convívio mútuo.

Foi traçada uma reflexão sobre o contexto contemporâneo, trazendo como pano de fundo o Novo Ensino Médio e sua oferta de ensino técnico profissionalizante, voltado para o mundo do trabalho, com acesso mais aligeirado. A argumentação construída em todo processo da pesquisa procurou centrar-se em compreender a intencionalidade dos currículos dispostos atualmente no Ensino Médio, quem trabalha com esse público, como são trabalhados esses conteúdos e seu propósito, descobrindo que muitos professores não atuam na área para a qual foram graduados, o que gera um prejuízo teórico para os estudantes em razão da falta de arcabouço teórico e prático que se espera das especializações *stricto e lato sensu*.

Desta forma, esse artigo é concluído com a provocação de um olhar voltado para o enfrentamento com o esvaziamento (não perentencimento) do currículo escolar e as realidades sociais dos atores da educação, bem como promotor de libertação, buscando o resgate dos conteúdos sistematizados – não numa perspectiva tradicional e domesticadora – mas histórico-crítica revolucionária, que transite no sentido de totalidade (autonomia) do ser humano em sua busca por transformação das desigualdades em oportunidades escolares e sociais, tanto do meio, quanto de si mesmo, percebendo-se como ser histórico, capaz de promover mudanças cívicas de acolhimento e justiça social. Sem tardança, na condição de educadores, é necessário se posicionar contra os currículos com intencionalidades apenas burguesas, capitalistas e reprodutivistas do *status quo* excludente, posto que é preciso lutar pelo conhecimento crítico, dentro de uma educação humanizada, promovendo uma sociedade mais acessível a todos.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2022**: Resumo Técnico. Brasília: Inep, 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MARTINS Lígia Márcia; PASQUALINI, Juliana Campregheer. O currículo escolar sob enfoque histórico-crítico: aspectos ontológico, epistemológico, ético-político e pedagógico. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente-SP, v. 31, n. esp. 1, p. 1-16, dez. 2020. ISSN: 2236-0441. DOI:10.32930/nuances.v31iesp.1.8280.

MINAYO, Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MORAES, Maria Célia M. de. Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 14, n. 1, p. 7-25, 2001. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/374/37414102.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento**, n. 4, p. 54-84, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575/18710>. Acesso em: 2 jun. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 422-590, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yXjXQvzWfhSp5VNhX6KqKLh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 jun. 2023.

PERSPECTIVAS DO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL ALIADA À PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE SOBRE ACESSIBILIDADE

*Nélia de Mattos Monteiro
Tainá das Mercês Oliveira
Claudia Regina de Oliveira Vaz Torres*

Resumo

Este trabalho tem como objetivo geral identificar como a inteligência artificial tem sido incluída no sentido de assegurar a acessibilidade e tem objetivos específicos descrever como o pensamento de Saviani com a teoria histórico-crítica influencia na inclusão e elencar quais atitudes estão sendo tomadas sobre a acessibilidade relacionada a IA. O estudo é um desdobramento de reflexões sobre a abordagem filosófica crítico-superadora (TAFFAREL, 2023). A metodologia é bibliográfica por meio de pesquisa de artigos relacionados aos descritores acessibilidade e Inteligência Artificial (IA) pelo periódico Portal Capes. Foram encontrados apenas 4 artigos, sendo usados apenas 3 que possam relacionar a esta pesquisa. Destaca-se a baixa quantidade de artigos sobre o assunto e a necessidade de ampliação e discussão sobre a temática. A IA integra as atividades de pesquisa, produção do conhecimento e letramento científico, tornar seus processos e produtos acessíveis a grande parte da sociedade, poderá colaborar com mudanças nos métodos de ensino e no sistema educacional.

Palavras-chave: Conhecimento Científico. Acessibilidade. IA.

1. Introdução

Este artigo foi proposto diante das discussões realizadas no *Seminário: Pesquisa aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítico-superadora* (PPGIES, UNEB, 2023) que abordou os métodos filosóficos críticos-superadores na pesquisa aplicada e a relação com processos de intervenção e transformação da sociedade.

O tema abordado por Taffarel (2023) trouxe reflexões sobre o balanço dos fundamentos, sendo elas as teorias do conhecimento, pedagógicas e de ensino-aprendizagem, assim como o trato com o conhecimento dos conteúdos específicos. Desta forma, intencionamos relacionar essas reflexões com temas atuais como a acessibilidade e a Inteligência artificial, no sentido de encontrar pontos convergentes com a transformação da sociedade.

Como objetivo geral da pesquisa bibliográfica realizada, propomos identificar como a inteligência artificial tem sido incluída no sentido da acessibilidade e tendo como objetivos específicos descrever de que forma o pensamento de Saviani com a teoria histórico-crítica influencia na inclusão, elencando quais atitudes estão sendo tomadas sobre a acessibilidade relacionada a IA.

Sendo assim, para a compreensão da relação da inteligência artificial com a acessibilidade ancora-se nos métodos filosóficos críticos-superadores que na pesquisa aplicada tem como objetivo compreender, intervir e transformar a sociedade de forma crítica e emancipatória. Além de relacionar as ferramentas analíticas e conceituais como aparato para identificar as estruturas de poder, desigualdades e opressões, bem como para promover a inclusão, a participação e a justiça social.

É válido salientar que a abordagem filosófica crítico-superadora associada a acessibilidade podem ser aplicadas sobre a análise crítica das barreiras existentes, diante da desconstrução de normas e estigmas, empoderamento e participação ativa, promoção de perspectivas múltiplas e transformação das estruturas sociais.

2. Metodologia

Diante das reflexões da expositora Celi Nelza Zulke Taffarel no *Seminário: Pesquisa aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítico-superadora* propomos discutir à luz de temas bastante difundidos atualmente, como a acessibilidade e a IA.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, estabelecemos palavras-chave para delimitar o objeto da pesquisa e utilizamos os seguintes descritores na busca avançada no Portal da CAPES: acessibilidade e IA, tendo como parâmetro os artigos produzidos nos últimos dois anos.

Foram encontrados 4 artigos relacionados com os descritores pesquisados e apenas 3 artigos foram aproveitados para esta pesquisa por ter relação com a temática. Por isso, para ter mais respaldo teórico foi realizado um novo levantamento com os descritores: inteligência artificial, educação e trabalho e foram acrescentados para um melhor embasamento.

Diante dos dados encontrados e dos fichamentos referentes ao seminário, elaboramos a compilação, análise e interpretação e, por fim, a redação deste artigo.

3. Desenvolvimento

Tendo em vista que a abordagem necessária para esta temática necessita de ética, reflexão e sensibilidade é fundamental levar em consideração a diversidade de perspectivas e experiências na sociedade de forma crítica e emancipatória, pois nesse processo é ideal uma escuta ativa, diálogo intercultural e colaboração de maneira justa. Destarte, no campo da pesquisa aplicada os métodos filosóficos críticos-superadores podem ser aplicados em diversas áreas como os estudos de gênero, estudos raciais, estudos pós-coloniais, estudos sobre classe social, permitindo uma análise profunda das estruturas sociais e as suas consequências.

É válido ressaltar que para embasar as ações com característica interventiva e de transformação da sociedade, é possível por meio dos métodos filosóficos críticos-superadores tanto com a teoria quanto com o conceito. Elas podem ocorrer de variadas maneiras, como exemplo das políticas públicas, da educação crítica, da conscientização, militância social, engajamento comunitário, entre outros.

O Seminário intitulado *Pesquisa aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítico-superadora*, exposto por Taffarel trouxe reflexões acerca da necessidade de saber fazer o balanço, discutir o resultado por meio do exemplo de ensino. Ela abordou temas recentes como a situação da fake news e também da importância da posição de classe e de como reagir ao sistema. A autora intensificou as discussões diante do aparato existente da colonização e ressaltou a dificuldade da sociedade em reconhecer as teorias como fontes de questionamento, já que permanece a reprodução da ideologia dominante.

Ainda nesta mesma perspectiva, ela salientou sobre a reforma trabalhista e a relevância das políticas públicas. Com intuito questionador, ela perguntou como nos tornamos humanos e pontuou como meios desse processo a natureza, o trabalho humano, a apropriação cultural, pela política e pelo trabalho educativo. A autora descreveu os tipos de teorias que fundamentam o trabalho educativo como teorias do conhecimento, teorias pedagógicas, teorias do ensino-aprendizagem e também o trato com o conhecimento dos conteúdos específicos. “A pesquisa é o que nos humaniza” (TAFFAREL, 2023). Nessa perspectiva, a educação é crucial no processo da humanização e faz-se necessário pensar nos usos da IA enquanto possibilidade de criação imediata, instantânea. Isto porque o seu uso inadequado, mesmo trazendo respostas satisfatórias aos usuários, pode acarretar a perda da criticidade, da análise humana, permeada por contextos subjetivos e carregados de emoções. Isso implica reconhecer a cultura e as mensagens implícitas relacionadas aos valores e interesses da informação.

Por isso, a colaboração entre homens e máquinas se complementam de tal forma que é capaz de oferecer serviços e suporte personalizados, sendo impossível conceber a educação apenas no ensino de sala de aula e aos conhecimentos dos livros didáticos. A IA também favorece a intervenção através da pesquisa e da ação, que envolve a coleta e interpretação de dados proporcionando mudanças e a avaliação dessas mudanças, através da inclusão de dados adicionais (ALMEIDA, 2022).

Para realizar o critério da reflexão pedagógica Taffarel (2023) menciona Saviani (2009), que faz parte dos pensadores que estão pautados na transformação da sociedade sem perder a erudição, conforme a obra *Do senso comum à consciência filosófica* (2009). As reflexões deste conjunto de estudos deste autor trazem a totalidade, rigorosidade das explicações científicas e a radicalidade como essenciais neste processo de mudanças. Outra obra deste autor mencionada por ela foi *Escola e Democracia* (2012) para obtenção do entendimento das teorias da educação e o problema da marginalidade sobre o analfabetismo, a evasão e ao não acesso às escolas, propõe-se um estudo das teorias não-críticas, teorias crítico-reprodutivistas e teoria histórico-crítica.

Foi possível perceber que ela se fundamenta nos estudos de Karl Marx e Friedrich Engels sobre a necessidade de transformar o mundo e não somente interpretá-lo. Destaca-se que a abordagem filosófica

críticos-superadoras estão enraizadas em diversas correntes filosóficas como o marxismo, a teoria crítica, o pós-estruturalismo, dentre outras.

Acerca das reflexões pedagógicas, Taffarel (2023) ressaltou que é fundamental o diagnóstico, a justificatividade, a teleologia, além destas é inerente pensar a forma como a transformação deverá acontecer e por meio dos fundamentos do trabalho educativo. E uma das causas da crescente transformação porque passou e passa a sociedade, é através do avanço tecnológico, em especial a Inteligência Artificial (IA).

A IA é um conjunto de tecnologias que garantem a execução de tarefas complexas por máquinas de modo autônomo. É um conceito amplo já que são inúmeras as definições de inteligência, sendo esta subjetiva e temporal. Quando falamos de produtos e serviços, podemos dizer que a TV é inteligente, assim como também existe a geladeira inteligente e o carro inteligente. Quando comparamos uma tecnologia antiga aos dias atuais, podemos concebê-la ultrapassada, assim como as atuais tecnologias serão.

Não é um tema novo, o termo Inteligência Artificial foi utilizado pela primeira vez no ano de 1950 nos estudos do matemático Alan Turing (ROCHA, 2019), mas a velocidade dos atuais computadores aliado ao volume de dados disponibilizados na internet, colaboraram para a evolução da IA. Não é difícil entendermos o seu impacto em nossas vidas, principalmente na última década onde a evolução de diversos softwares transformou nosso jeito de realizar tarefas. Mesmo sem entender grande parte dessa tecnologia, a utilizamos cotidianamente. Seus usos vão desde a utilização de planilhas, mecanismos de pesquisa, reconhecimento facial, arquivamento de dados em nuvem e muitos outros.

São inúmeros os avanços e respectivos benefícios, principalmente a respeito da praticidade na execução de tarefas, cabendo debate a respeito dos limites éticos da IA. Isso porque se faz essencial que não seja usada de forma errônea, ilícita ou abusivamente.

Partindo para a discussão sobre acessibilidade, a web permite que pessoas com deficiência possam acessar com segurança e autonomia, em igualdade de oportunidades, tudo o que está disponível na internet, que deve ser elaborado adequando-se aos padrões estabelecidos. Sobre estes padrões, estabelecidos pela proposta do Desenho universal, cujo conceito é o desenvolvimento de produtos e ambientes acessíveis para todas as pessoas, sem a necessidade de adaptação ou auxílio.

A ideia principal contida no Desenho universal é um mundo adaptado a todas as pessoas, independente da sua condição e sem barreiras, cuja aplicabilidade não se limita apenas à arquitetura, mas a todas as dimensões da acessibilidade, conforme Sasaki (2020):

- Dimensão arquitetônica: eliminação de barreiras físicas externas e internas, que permitam acesso ao ambiente, como a construção de guias rebaixadas, portas largas, sanitários adequados, boa iluminação, entre outros;
- Dimensão comunicacional: eliminação de barreiras na comunicação entre as pessoas, através da sinalização dos locais, utilização de audiodescrição, libras, textos em braille, lupas, legendas, etc;
- Dimensão metodológica: eliminação de barreiras através de adequação nos métodos e técnicas, levando em consideração as necessidades especiais e ampliando as estratégias de ensino-aprendizagem;
- Dimensão instrumental: acessibilidade nos instrumentos, ferramentas, recursos, utensílios, que podem ser tanto nos locais de lazer, como no ambiente de trabalho e na educação;
- Dimensão programática: eliminação de barreiras implícitas e explícitas existentes nas políticas públicas, legislações, normas, etc, visando equiparação de oportunidades;
- Dimensão atitudinal: eliminação do capacitismo, preconceitos, estereótipos, etc, que impeçam o desenvolvimento das habilidades da pessoa com deficiência;
- Dimensão natural: eliminação de barreiras e obstáculos da natureza, realizando a poda de árvores, possibilitando o acesso às praias, etc.

Ao relacionar que a acessibilidade faz parte da transformação da sociedade quando se preocupa com a diversidade é inerente identificar a Inteligência Artificial como um recurso de avanço tecnológico que pode estar direcionado à inclusão. Segundo Melo (2020, p.174) “com a velocidade com que os processos produtivos vêm se transformando devido às tecnologias digitais, adaptações se fazem necessárias, não apenas das empresas e seus executivos, mas, principalmente dos trabalhadores”. Por isso, é fundamental compreender as necessidades

de todos os públicos sendo pensado de maneira inclusiva, já que com o avanço da IA com a forte tendência a informatização e possibilidade de transferência do trabalho humano às máquinas deve existir uma preparação multidisciplinar que valorize as habilidades dessas pessoas.

Por mais que a IA possa ser vista como aliada, ela somente será se for construída a partir desse antagonismo de classes. Mantendo sempre um olhar crítico sobre seus avanços. O contrário disso será a criação de uma massa de pessoas economicamente excluídas bem como um grave aumento das desigualdades sociais. (MELO, 2020, p.180)

O reconhecimento da existência da exclusão e das desigualdades sociais é importante para a não aceitação a-crítica da lógica do capital, pois o silêncio e o esquecimento da realidade de destruição social afeta o avanço das reflexões e ações transformadoras. Segundo Moraes (2001, p. 18) “o apaziguamento da sociedade civil, o esvaziamento das diferenças, reduzidas agora à mera diversidade cultural, exercem forte impacto sobre a política da teoria desenvolvida na pesquisa em ciências sociais e na educação, em particular”. Por isso, é fundamental a estratégia no uso das teorias, principalmente aquelas que não são negacionistas para que o discurso não seja eivado pelo conformismo, que não seja esvaziado de realidade como conflitos, e a sociedade sendo apenas vista como educativa, positiva, tolerante e harmônica.

Neste sentido, a IA colabora para a acessibilidade à medida que democratiza o acesso aos serviços, produtos e informações para todos, especialmente às pessoas com deficiência. Como exemplos, podemos citar as legendas closed caption disponíveis nos televisores ou as legendas automáticas do YouTube, que transcrevem o conteúdo falado em vídeos; o recurso “digitação por voz” do Google Docs, que escreve textos a partir da fala; o Jaws, programa do Windows que lê a tela; as assistentes de voz, como Siri e Alexa; a melhoria das redes sociais através do sistema de Texto Alternativo Automático, que traz descrições de imagens, entre outros. Além disso, a IA possibilita que as pessoas com deficiência possam acessar, interagir e também contribuir para a web.

Porém, esse conhecimento ainda é negado, filtrado e a utilização da IA ainda não é realidade para todos, em razão das desigualdades sociais, fazendo com que muitas pessoas ainda não tenham acesso à educação, quiçá acesso a computadores e internet, tornando-se imprescindível

entender e posicionar-se à essa realidade para que sejamos capazes de interceder, intervir e transformar, “visando à elevação do pensamento teórico dos trabalhadores, fato esse que se conecta também com os anseios da teoria pedagógica histórico-crítica” (TAFFAREL; COSTA; JÚNIOR, 2020, p 10).

A IA integra as atividades de pesquisa, produção do conhecimento e letramento científico e como tal precisamos tornar seus processos e produtos acessíveis a grande parte da sociedade, colaborando em mudanças nos métodos de ensino e até na possibilidade da construção de um novo sistema educacional.

Na compreensão da análise crítica deste novo sistema, o uso da pergunta e da resposta para a construção do conhecimento por meio da problematização é eficaz. Gamboa (2013, p. 94-95) destaca que “a pergunta não tem sentido em si mesma, nem se origina espontaneamente, ela se situa em um contexto de possibilidades e em uma relação entre a necessidade problematizada e um sujeito sensível e crítico”. Percebe-se que a construção crítica é essencial para este novo sistema de educação.

4. Considerações finais

Diante da quantidade pequena de artigos encontrados sobre a relação de acessibilidade e inteligência artificial infere-se a necessidade de estudos sobre a temática e a inserção das pessoas com deficiência nos avanços que a tecnologia tem trazido para a sociedade. Relaciona-se ao que a expositora abordou “estamos cheios de teorias que deveríamos questionar e não fazemos” (TAFFAREL, 2023). Por isso, é fundamental perceber a necessidade de criticidade. Ela refletiu que somos imediatistas, tanto do visível quanto das emoções e para esta mudança é inerente entender o projeto histórico.

É inerente perceber que os avanços da IA Chat GPT pode beneficiar a economia de tempo, custos e praticidade. No entanto, percebe-se que o modo de uso das pessoas pode não estar sendo tão assertivo, principalmente àqueles que se limitam a copiar e a colar os textos, o que deveria ser usado apenas como consulta.

É fundamental pensar na maneira ética do uso da IA, sendo essencial que o governo juntamente com outras entidades possa elaborar um regulamento do modo de uso, que respalde os usuários e também

que possam alertar sobre os perigos. O ideal é que além de detector de plágio na IA, CHAT GPT, sobre os direitos autorais sejam percebidas as transformações em benefício da sociedade.

A aplicação desses métodos filosóficos críticos-superadores requer uma abordagem colaborativa e inclusiva, envolvendo pessoas com deficiência em seus diversos âmbitos de atuação, seja profissional, acadêmico ou pessoal. A acessibilidade não deve ser vista como uma questão isolada, mas sim como parte de um processo mais amplo de transformação social, baseado na igualdade, inclusão e respeito aos direitos humanos.

O futuro do trabalho não deveria ser visto como ameaça ao inserir as habilidades da IA, mas sim como meio de alavancagem, principalmente em estudos que pudessem agregar a população com deficiência sendo avaliada a acessibilidade como fator prioritário. Sendo assim, a qualidade das pesquisas em educação e o letramento científico precisam estar pulsantes na sociedade para a aceleração do processo de inserção das pessoas, por vezes vista como vulneráveis ou excluídas, no ambiente de trabalho, nos espaços sociais e no cotidiano em geral. Percebe-se que é necessário questionar os rumos que a sociedade está tendo, se é da humanização ou da automação mecânica.

De acordo com Saviani (2012) na pedagogia histórico-crítica existe a proposta da socialização do saber, sendo o saber elaborado como meio de produção. Logo, a relação do saber inter-relacionado à IA deve ser amplamente socializada para que o acesso aos meios de produção de fato seja igualitário, já que a educação para ter uma efetiva transformação na sociedade e o alcance do desenvolvimento social precisa assumir a posição de classe.

Conforme Saviani (2009), as teorias devem elevar a prática educativa dos educadores do senso comum ao nível da consciência filosófica e possam amparar e fornecer bases para uma transformação responsável e ética. Conforme as reflexões mencionadas, é premissa cultivar a erudição, além de reconhecer que a realidade social é marcada por relações de poder, desigualdades e estruturas opressivas. Não obstante, é imprescindível não apenas compreender a realidade, mas também intervir e trazer à tona as vozes marginalizadas e as experiências subalternizadas que promovam a inclusão e a participação de diversos grupos sociais.

Conclui-se que os métodos filosóficos críticos-superadores podem contribuir na identificação e análise das barreiras que estão impedindo a efetiva participação e a inclusão das pessoas com deficiência nas evoluções tecnológicas. É relevante destacar que estas barreiras podem ser físicas ou sociais, na exclusão do uso da Inteligência Artificial nos processos de desenvolvimento das soluções.

Salienta-se que questionar as normas sociais que perpetuam a exclusão e marginalização das pessoas com deficiência é crucial para o alcance de uma compreensão mais inclusiva e respeitosa, assim como, o reconhecimento da sua capacidade de contribuir com a sociedade. O benefício da IA no sentido da participação das pessoas com deficiência no planejamento e tomadas de decisão com políticas de acessibilidade que tenham inserido o que realmente afetam as suas vidas é essencial, reconhecendo as suas opiniões e as experiências.

A inteligência artificial tem um enorme potencial para transformar a acessibilidade, oferecendo soluções inovadoras a um número cada vez maior de pessoas com deficiência. É importante que empresas e governos continuem investindo em pesquisas e projetos para tornar a IA cada vez mais eficiente e acessível, garantindo que todos possam usufruir dos benefícios dessa tecnologia.

Referências

GAMBOA, Silvio Sándicz. Projetos de pesquisa, fundamentos lógicos: a dialética entre perguntas e respostas. Chapecó: Argos, 2013. 159 p. (Didáticos; v. 6). 23 cm.

MACHADO, J. dos S. et al. A inovação tecnológica e os desafios representados pela Inteligência Artificial. Revista Thema, v. 22, n. 1, p. 151-168, 2023. DOI: 10.15536/thema.V22.2023.151-168.2991.

MARTINS, L. M.; PASQUALINI, J. C. O currículo escolar sob enfoque histórico-crítico: aspectos ontológico, epistemológico, ético-político e pedagógico. Nuances: Estudos sobre Educação, v. 31, n. esp.1, p. 23-37, 2020. DOI: 10.32930/nuances.v31iesp.1.8280. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/8280>. Acesso em: 10 jun. 2023.

MELO, G. Inteligência artificial, gestão empresarial e o futuro do trabalho no Brasil. Mundo Livre: Revista Multidisciplinar, v. 6, n. 2, p. 160-183, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/mundolivres/article/view/42340>. Acesso em: 06 jun. 2023.

MORAES, M. de Maria Célia. Recuo da teoria: dilemas na pesquisa em educação. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 14, n. 1, p. 7-25, 2001. ISSN 0871-9187. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37414102>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PARREIRA, A.; LEHMANN, L.; OLIVEIRA, M. O desafio das tecnologias de inteligência artificial na Educação: percepção e avaliação dos professores. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, vol. 29, n. 113, pp. 975-999, 2021. ISSN 1809-4465. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-40362020002803115>. Acesso em: 07 jun. 2023.

ROCHA, T. Inteligência Artificial, educação e trabalho: entrevista com Eric Aislan Antonelo. *Texto Livre, Belo Horizonte-MG*, v. 12, n. 2, p. 214-220, 2019. DOI: 10.17851/1983-3652.12.2.214-220. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivre/article/view/16851>. Acesso em: 07 jun. 2023.

TAFFAREL, C. N. Z; Notas realizadas no Seminário Pesquisa aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítico-superadora. *UNEB, DEDC XI*, 2023.

-----; COSTA, C. dos S.; VILAS-BÔAS JÚNIOR, J. C. dos S. O trato com o conhecimento da Ginástica em Classes Multisseriadas: Apontamentos da Pedagogia Histórico-Crítica e da Metodologia do Ensino da Educação Física Crítico-Superadora para o Currículo das Escolas Públicas. *Movimento*, [S. l.], v. 26, p. e26040, 2020. DOI: 10.22456/1982-8918.87783. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/87783>. Acesso em: 05 jun. 2023.

SAVIANI, Dermeval. *Do Senso Comum à consciência filosófica*. Campinas/SP: Autores Associados, 2009.

----- *Escola e democracia*. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

A INFLUÊNCIA DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO NA CONSTRUÇÃO DA PSICOLOGIA ESCOLAR CRÍTICA BRASILEIRA

*Aderilson Anunciação de Oliveira
Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres*

Resumo

O materialismo histórico-dialético possibilita a compreensão de como o entrelace da Educação com a Psicologia que serviu para a manutenção do sistema de opressão capitalista. Estes saberes pertencem historicamente a classe burguesa e atuavam diariamente para fortalecer padrões de controle dos corpos, promoção de alienação e ampliação das desigualdades. Este trabalho tem cunho bibliográfico e foi construído a partir da visita a livros, artigos e legislações para sustentar as afirmações apresentadas. Ele objetiva promover reflexões a respeito das contribuições do materialismo histórico dialético na construção da psicologia escolar crítica brasileira. Para alcançar seu objetivo utiliza-se de autores referenciais. Entre esses autores destacam-se Marx (2013), Fernandes (1975), Foucault (2012), Freire, (2001), Patto (2022a), Patto (2022b), Patto (1981), Goulart (2015). A práxis da Psicologia Escolar, num viés crítico, favorece para a criação de intervenções que não sejam baseadas na tentativa de reproduzir fazeres que promovem exclusão social.

Palavras-chave: Materialismo Histórico Dialético; Psicologia Escolar Crítica; Opressão.

1. Introdução

A produção e reprodução de saberes nas escolas atravessam diversos elementos que pertencem ao contexto sócio-histórico no qual aquela comunidade está inserida. Outrossim, pensar a escola é também pensar sobre os seus diversos agentes e como eles foram direcionados a atuar dentro dessa realidade. Cabe recordar que inicialmente a escola assume uma postura na qual o destaque é dado a necessidade

de desenvolvimento intelectual, pois sujeitos intelectualmente “sadios” apresentam maior probabilidade de serem produtivos, com isso os aspectos físicos, emocionais, morais e sociais vão sendo negligenciados e fomentando a exclusão daqueles não “sadios” (Patto, 1981).

A esse respeito tem-se o entrelace da Educação com a Psicologia que no passado tinha como intencionalidade a manutenção do sistema de opressão que capitalismo estabeleceu e ampliou. Estes saberes pertencem historicamente a classe burguesa e atuavam (e ainda hoje atuam, entretanto de forma mais sublimada e palatável) diariamente para fortalecer padrões de controle dos corpos, promoção de alienação, produção e reprodução de violências e ampliação das desigualdades por meio do acúmulo desigual de capital.

Todavia, antes de termos uma Psicologia, enquanto ciência e profissão, no Brasil tivemos a Psicologia Educacional e Escolar. A nível educacional ela vai atuar na produção de saberes a respeito da “identificação e a descrição de princípios de aprendizagem e de desenvolvimento humano e condições de ensino relacionadas para aperfeiçoar práticas educacionais” (Goulart, 2015, p. 13). No âmbito escolar “consiste na introdução do psicólogo na escola, como técnico interessado no desenrolar do processo educacional” (Goulart, 2015, p. 13). Neste trabalho assumiremos um enfoque voltado a prática profissional do psicólogo dentro da escola. Portanto, ao tecermos reflexões sobre a Psicologia na educação estaremos nos referindo a Psicologia Escolar (PE).

Buscando ampliar as discussões sobre a temática relacionando-a a realidade do pesquisador o Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI – Serrinha –BA, apresentou para a sua comunidade acadêmica o Seminário intitulado: “Pesquisa aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítico-superadora”. O referido evento fora realizado no auditório do referido *campus*.

Ocorreu no dia 27 de maio de 2023 e contou com a colaboração da professora doutora Marize Damiana Moura Batista e Batista e a professora doutora Celi Nelza Zulke Taffarel. A primeira assumiu o papel de mediadora e a segunda o papel de expositora. Este trabalho traz como objetivo promover reflexões a respeito das contribuições do materialismo histórico dialético na construção da psicologia escolar crítica brasileira. Além disso, buscasse apresentar algumas ampliações

possíveis no que diz respeito a prática da Psicologia Escolar, bem como explicitar o quão tal relevância em ter-se uma atuação crítica neste fazer.

2. Metodologia

Ocorreu no dia 27 de maio de 2023 o Seminário intitulado: “Pesquisa aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítico-superadora”. O referido evento fora realizado no auditório do campus XI da UNEB (Universidade do Estado da Bahia) e contou com a participação das professoras doutoras Marize Damiana Moura Batista e Batista e Celi Nelza Zulke Taffarel. A professora Marize Batista assumiu a função de mediadora, enquanto a professora Celi Taffarel assumiu a função de expositora.

Este trabalho objetiva promover reflexões a respeito das contribuições do materialismo histórico dialético na construção da psicologia escolar crítica brasileira. Para alcançar seu objetivo utiliza-se de autores referenciais nos dois cantos de saber citados anteriormente. Entre esses autores destacam-se Marx (2013), Fernandes (1975), Foucault (2012), Freire, (2001), Patto (2022a), Patto (2022b), Patto (1981), Goulart (2015).

A nível metodológico trata-se de um trabalho de cunho bibliográfico por ter sido construído a partir da visita a livros, artigos e legislações para sustentar as afirmações apresentadas. Marconi e Lakatos (2003) colocam que

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações (p. 158).

Para esse trabalho foram utilizados 10 livros, 02 artigos, 01 Lei Federal e 01 Resolução do Conselho Federal de Psicologia. Além de anotações realizadas durante a realização do evento. Os critérios de inclusão basearam-se nas indicações realizadas pela expositora professora doutora Celi Nelza Zulke Taffarel e também outros materiais utilizados nos estudos sobre a crítica na educação dentro do programa

de pós-graduação e outros que são basilares para se pensar a Psicologia Escolar Crítica na qual tem-se a Maria Helena Souza Patto como a principal expoente.

3. Desenvolvimento

3.1. Dimensão conceitual sobre a temática, referendando-se nos textos sugerido e outros com aprofundamento teórico

O materialismo histórico-dialético surge do pensamento marxista objetivando a eliminação do dualismo entre o homem e o objeto. Por materialismo podemos compreender as tentativas de Marx de trazer o conhecimento sobre as coisas como elas o são numa perspectiva científica. Neste sentido, é um saber que acessa a totalidade das coisas reais. Por outro lado, o materialismo também “defende a superação da exploração da força de trabalho e das desigualdades sociais fixadas na sociedade capitalista” (Pereira; Francioli, 2011, p. 94).

Sobre isto Patto (2022b) coloca que

Marx parte do mundo material (daí o termo materialismo) rumo à compreensão do universo mental e cultural; por isso, para ele não existe o Homem, enquanto entidade abstrata, atemporal, ahistórica, mas homens históricos reais. Consequentemente, não existe uma consciência que seja consciência pura, a priori, mas somente a consciência enquanto produto das condições reais de existência (p.57).

Neste prisma, o sujeito é visto como alguém que se desenvolve a partir do seu contexto. Portanto, o tensionamento entre o homem e o meio em que vive se apresenta como primordial para que se tenha condições de tomar consciência sobre ele de forma integral. Dizendo de outro modo, o entendimento do indivíduo na sua integralidade depende de reflexões que levem em consideração a conjuntura social em que ele reside (Pires, 1997).

Ao pensarmos sobre o sujeito precisamos considerar o discurso que o sustenta. Para Foucault (2012), o discurso emerge das relações de poder e se mostra como construtor dessas relações e destes sujeitos. Desta forma, a dialética que outrora era vista como a arte da conversação

e do convencimento se mostra como potência ambivalente, podendo criar e destruir pessoas e objetos.

Se estamos falando de relações de poder não podemos de lado as desigualdades que envolvem as realidades que constroem cada indivíduo. Não se trata de sujeitos serem mais ou menos que outros, mas sim das condições que são disponibilizadas e para outros não. A partir disto tem-se as desigualdades como matéria prima para pensarmos os discursos e, conseqüentemente, a construção social que ele possibilita.

Para Marx (2013), a desigualdade é o *modus operandi* do capitalismo que se sustenta nessa diferenciação entre grupos (classes sociais). Segundo o autor supracitado, o capitalismo carece do acúmulo de capital por poucos (estes são os donos dos meios de produção) e da exploração da mão de obra de muitos (estes são os proletariados) para se manter perpetuar-se e fortalecer-se de modo que seja visto como a única forma possível de efetivação de uma sociedade “civilizada”.

A revolução industrial traz consigo a hegemonia do capitalismo, a mecanização dos processos de produção e torna os corpos daqueles que compõem o grupo do proletariado peças dentro de um sistema complexo de produção de capital. Por conseguinte, temos a desumanização de sujeitos a partir do estabelecimento de estratégias de controle dos corpos destes. Para além disto, a ótica capitalista cria o paradigma da dependência no qual os corpos do proletariado dependem da autorização, benevolência e manutenção da classe burguesa para existirem. Vale destacar que o discurso, como elemento criador, sustenta tal realidade (Foucault, 2012).

Cabe frisar que isto não se dá no Brasil apenas por meio da instauração do capitalismo, pois desde a colonização já existiam sistemas interpostos de busca por controle social que se mantinha a partir de um sadismo perverso que dividia a sociedade brasileira em castas. Fernandes (1975) pontua que os

[...] Fundamentos legais e políticos dessa dominação colonial exigiam uma ordem social em que os interesses das Coroas e dos colonizadores pudessem ser institucionalmente preservados, incrementados e reforçados, sem outras considerações. Isso foi conseguido pela transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (de nativos,

africanos ou mestiços). Assim, uma combinação de estamentos e castas produziu uma autêntica sociedade colonial na qual apenas os colonizadores eram capazes de participar das estruturas existentes de poder e de transmitir posição social através da linhagem “européia” (p. 13).

O materialismo histórico dialético nos permite então compreender todas as nuances, facetas e entrelinhas nas quais a dominação da burguesia foi gradativamente se estabelecendo no Brasil. O autor citado anteriormente ainda pontua que a democracia nessa conjuntura traz uma dupla materialização: por um lado temos o discurso (que produz a ideia de um estado democrático no qual todos têm direitos e podem se desenvolver a partir do seu esforço legítimo) e a prática (ações do cotidiano que demonstram que a democracia era relativa, pois só poderia ser aplicada até o momento no qual os interesses burgueses não fossem violados).

Diante da menor possibilidade de violação dos seus poderes o que resta é a violência como instrumento de manutenção do poder. Nas palavras do autor: “as classes dominantes aceitam a ordem social competitiva em vários pontos, exceto naqueles nos quais suas vantagens relativas poderiam ser real ou supostamente ‘prejudicadas’, tendem a solapar e a bloquear, sistematicamente” (Fernandes, 1975, p. 104).

Trazendo a discussão para o campo formal de ensino temos no Brasil a educação bancária denunciada por Freire (2001) que se instalou no país a partir da chegada da revolução industrial no país. Tal educação coloca o estudante na posição de sujeito passivo da sua aprendizagem. Deste modo, “a educação passa a ser “o ato de depositar”, no qual os alunos são os depósitos e o professor aquele que deposita” (p. 41). O professor se estabelece no lugar de poder que “controla” os alunos e estes últimos são postos no lugar de dependentes do saber desse professor. Poder-se-á fazer a analogia com o que é exposto anteriormente por Fernandes (1975) e assim afirmar que as castas dentro do ambiente escolar se materializam e atualizam na educação bancária por meio da relação professor-aluno.

Freire (2001) então propõe uma educação libertadora que possibilita ao professor e ao estudante refletirem sobre os seus papéis sociais no processo de aprendizado e coloca-os diante da possibilidade de construir um olhar crítico que traz consigo a compreensão de si, do

outro e do mundo circundante e, conseqüentemente, lança luz sobre os poderes que se inter cruzam na produção dos saberes que estão postos. Desta forma, tem-se a condições efetivas de tensionar paradigmas que foram produzidos sob as mais variadas formas de violência.

Isto reforça a compreensão de que há diversas intencionalidades atravessando a educação e a produção de saberes, pois “a ciência não é neutra, nem desinteressada; ela nasce ligada a interesses históricos, ou seja, toda ciência é motivada historicamente, embora sua natureza específica não resida nesta motivação” (Goulart, 2015, p. 09). Outrossim, ter uma visão crítica sob a educação e as práticas educativas seria provocar reflexões que elucidem os tons e entretons que estão envolvidos na escolarização formal.

Tratar da educação formal brasileira se faz pela compreensão de como ela se estabeleceu por meio das interações com saberes outros. Neste trabalho daremos ênfase a relação que ela desenvolveu com a Psicologia. Todavia, a dependência é mútua, pois a história da Psicologia brasileira nos revela que a sua efetivação e instituição no país se deu *a priori* por conta do seu inter cruzamento com a educação formal. Goulart (2015) ao revisitar a história da Psicologia brasileira traz que esta emerge da Psicologia da Educação. Ainda segundo a autora não podemos perder de vista que “tanto a Psicologia quanto a Educação estão inseridas num quadro histórico, político, econômico e social” (Goulart, 2015, p. 09). Outrossim, ao expormos a interrelação produtiva entre Educação e Psicologia se sustentou pelo fato de ambas estarem, numa perspectiva marxista, pertencendo a classe burguesa.

Tal relação de intimidade favoreceu em grande medida para que ambas servissem uma à outra de chanceladoras de ações de exclusão, violência e negligência. A Psicologia ao adentrar a escola o faz objetivando a instalação de um sistema de higiene mental no qual temos os saberes da Psicologia aplicados de forma clínica dentro das escolas para que se possa identificar o aluno anormal. Partindo disto, temos a Psicologia dentro das escolas sendo posta no lugar de ajustadora de condutas e esses comportamentos desviantes deste aluno-problema sendo explicado ora por um prisma desenvolvimentista (coloca questões genéticas como explicadoras dos comportamentos desviantes), ora por um prisma social (coloca as famílias e a falta de pulso delas como responsáveis pelos comportamentos desviantes dos alunos) (Pattoa, 2022).

Temos então a criança problema ou a família problema. A escola se exime de uma possível responsabilidade sob tais comportamentos do aluno-anormal/problema, deixando a cargo das/os profissionais da Psicologia Escolar a conduta pela resolução daquela situação. Destaca-se que as intervenções apresentavam um viés clínico, consequentemente o fim último da intervenção era a promoção da cura que se materializava por meio da docilização/domesticação daqueles corpos tidos como desviantes/ desviados.

A Psicologia Escolar ao sustentar-se numa ótica positivista que se traveste de um discurso de neutralidade realiza atos corretivos, orientativos e motivacionais sem levar em consideração a subjetividade dos sujeitos, nem a conjuntura na qual estão imersos. Isto produz nos indivíduos acessados (alunos, famílias) um conformismo social que produz e reproduz as violências estabelecidas hegemonicamente a fim de sustentar a alienação dos alunos e suas famílias (aqui identificados como os mais vulneráveis nesse jogo de biopoder) (Pattob, 2022).

A autora supracitada tensiona a respeito da urgência de que a Psicologia Escolar Brasileira assuma uma nova postura frente as questões emergentes do contexto escolar, pois a sua postura clínica/bancária se mostra ineficaz diante da tentativa de resolução destas questões. Portanto, assumir uma postura crítica se apresenta como algo imprescindível para que se tenha condições de mudar a realidade que está posta. Saindo de um viés individualizante para um coletizante que considere as contradições como pertencentes a realidade educacional de modo complementar.

Tem-se então a possibilidade de conceber um fazer dialético e dialógico que considera o sujeito como aquele que é transformado pela sua realidade e também a transforma num jogo de afetamentos múltiplos. Outrossim, o viés crítico da Psicologia Escolar cria condições para que ela possa ver o homem como um ser historicamente construído; traz também a possibilidade de visibilidade de todos os agentes que compõe o contexto escolar, além de promover espaços de expressão para que os sujeitos que são silenciados, excluídos, violentados, equalizando as vozes e os discursos.

4. Descrição e apresentação do Seminário/Colóquio

O Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus XI, Território do Sisal promoveu no dia 27 de maio de 2023 o Seminário intitulado: “Pesquisa aplicada, processos de intervenção social: disputando a perspectiva crítico-superadora”. O referido evento contou com a colaboração da professora doutora Marize Damiana Moura Batista e Batista como mediadora e a professora doutora Celi Nelza Zulke Taffarel como expositora.

A fala da professora Taffarel objetivou trazer reflexões a respeito do conhecimento científico e como ele se desenvolve a partir da pesquisa e do lugar do pesquisador. Consequentemente, tem-se a necessidade de refletir sobre a necessidade de buscar ir as raízes daquilo que se está investigando para ter condições de compreendê-la na sua totalidade. Outro ponto importante a se destacar é o fato de que a subjetividade do pesquisador (que é construída a partir de elementos, sociais, históricos e culturais) influencia na sua pesquisa. Portanto, não há neutralidade na pesquisa e isto não a torna menos científica.

A referida expositora trouxe ainda que para se pesquisar sobre algo tem-se a necessidade de pesquisar quem já pesquisou sobre o assunto e a partir dos dados encontrados realizar uma análise desses materiais. Sobre tal ação dar-se o nome de produção do estado de conhecimento. Ela ainda explicitou que a produção científica baseia-se em quatro grupos teóricos distintos, são eles: os das teorias do conhecimento (empírico-analítica, fenomenológica hermenêutica, materialista histórico dialético), os das teorias pedagógicas (não críticas e críticas), os das teorias de ensino-aprendizagem (condicionamento operante, cognitivismo, construtivismo, histórico-cultural) e os das teorias do organização do trabalho pedagógico pautado no currículo (organização do trabalho pedagógico).

Traçando reflexões sobre o papel da perspectiva crítica baseada no Materialismo Histórico-dialético de Marx, Taffarel (2023) salienta que para o pesquisador é primordial rasgar o véu que encobre as ideologias dominantes, bem como as suas intencionalidades. O saber na sua totalidade é um saber ontogênico que vai até as profundezas para ter condições de entender como os conhecimentos são produzidos e o que se busca com eles. A referida expositora cita Saviani (2009) para

tratar dos critérios que a reflexão pedagógica precisa considerar na sua mobilização de produção de saberes.

O primeiro critério é o da totalidade das coisas no qual tem-se uma atenção especial ao modo de produção da vida capitalista e que tal produção se materializa por meio da luta de classes. O segundo critério diz respeito a rigorosidade das explicações científicas, deste modo, cabe ao pesquisador refletir de modo crítico a respeito dos critérios que tem utilizado para definir algo como verdade e também qual a lógica de raciocínio que tem produzido a sua atitude científica. O terceiro critério, e último, é o da radicalidade, nele o foco está no desenvolvimento filogenético e ontogenético que possibilita o acesso a raiz da formação humana e conseqüentemente o movimento histórico, o estágio atual e a necessidade de superação do modo de produção capitalista. Cabe ao pesquisador assumir uma postura que avance para além de uma interpretação do mundo, pois é preciso transformá-lo.

5. Considerações finais

Assumir uma postura crítica frente a realidade que será vislumbrada na pesquisa mostra-se como fulcral para que seja efetivada uma ação transformadora tanto naquela comunidade em que o pesquisador terá acesso, quanto em outros espaços que a sua pesquisa venha a acessar. Destaca-se ainda que esse olhar ampliado traz consigo a possibilidade de que o pesquisador reflita e atue sobre o seu lugar de produtor de saberes e como eles irão impactar o mundo que o cerca.

A práxis da Psicologia Escolar, num viés crítico, favorece para a criação de condições favoráveis para que as intervenções não sejam baseadas na tentativa de reproduzir fazeres que sustentam as ideologias que, de modo hegemônico, objetivam controlar os sujeitos mais vulneráveis, a final o código de ética profissional coloca que “é vedado ao psicólogo “praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão” (CFP, 2005, p. 09). E tais elementos são os instrumentos que a classes dominantes utilizam para a manutenção do *status quo*.

Referências

BRASIL. **Lei Nº 4.119, de 27 de agosto de 1962.** Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Diário Oficial da União, 5 set. 1962.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. **Conselho Federal de Psicologia**, Brasília, agosto de 2005, p. 20.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e as classes sociais na América latina.** Rio de Janeiro. ZAHAR, 1975. 116 p.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber.** Rio de Janeiro, Edições Graal, 2012.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Centauro, 2001, p. 53.

GOULART, Íris Barbosa. **Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica** / Íris Barbosa Goulart. —21. ed. — Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 214.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003, p. 311.

MARX, K. **O Capital - Livro I - crítica da economia política: O processo de produção do capital.** Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 1493.

PATTOa, M.H.S. **A Produção do Fracasso Escolar:** histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022, p. 682.

PATTOb, M.H.S. **Psicologia e ideologia:** uma crítica à psicologia escolar. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022, p. 315.

PATTO, M.H.S.(Org.). **Introdução à Psicologia Escolar.** São Paulo: T.A. Queiroz, 1981, p. 474.

PEREIRA, João Junior Bonfim Joia; FRANCIOLI, Fatima Aparecida de Souza. Materialismo histórico-dialético: contribuições para a teoria histórico-cultural e a pedagogia histórico-crítica. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 3, n. 2, 2011, p. 93-101.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface - comunicação, saúde e Educação, Botucatu- SP**, v. 01, n. 01, 1997, p. 83-94.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do Senso Comum à consciência filosófica.** Campinas/SP: Autores Associados, 2009, p. 123.



PARTE II

INOVAÇÃO E PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

[RETORNAR AO SUMÁRIO](#)

PROPRIEDADE INTELECTUAL E O PLÁGIO ACADÊMICO

*Hemily Araújo dos Santos
Silvaneide Santos Cordeiro
Selma Barros Daltra de Castro*

Resumo

Este estudo intenciona refletir sobre a questão da propriedade intelectual na perspectiva do direito do autor sobre as obras científicas, discutindo o conceito, tipos e impactos do plágio neste contexto. Sobre isto, impulsiona pensar na importância e necessidade de normas protetivas dos direitos autorais com vistas de uma conduta ética na elaboração e difusão do conhecimento produzido por seres humanos. O referido estudo é procedente das discussões tecidas no II Seminário: Inovação e proteção da propriedade intelectual promovido pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) – UNEB/CAMPUS XI. Como aporte metodológico utilizou-se a pesquisa qualitativa inspirada na análise bibliográfica. Como suporte teórico utilizou-se dos estudos de Ghesti; Areas; Panzolini (2018); Krokoszcz (2014); Pithan e Vidal (2013) dentre outros. Os resultados apontam que o plágio pode ter impactos significativos em diversos contextos e para evitar esses impactos negativos, é crucial compreender as práticas acadêmicas éticas, citar adequadamente as fontes e realizar trabalhos de forma honesta e autêntica.

Palavras-chave: Propriedade intelectual. Produção científica. Plágio.

1. Introdução

Na era da informação e da inovação acelerada, a propriedade intelectual emerge como alicerce essencial para nutrir a criatividade e impulsionar o progresso. Este conceito transcende simplesmente a posse de bens tangíveis; trata-se da salvaguarda das ideias, invenções e expressões que moldam nosso mundo. Ao explorarmos o vasto território da propriedade intelectual, mergulhamos em um universo onde

a proteção dos direitos do pensamento e da originalidade não apenas estimula a inventividade, mas também cultiva um ambiente propício à inovação e ao desenvolvimento humano. Assim sendo, no bojo do direito do autor, enfatiza-se a produção científica.

A produção científica é o elo vital entre a curiosidade humana e o progresso do conhecimento. Reflete o esforço coletivo de mentes inquisitivas que buscam compreender e desvendar os mistérios do universo, da vida e da sociedade. Em seu cerne, a produção científica engloba a pesquisa, a experimentação e a análise crítica, dando origem a descobertas que moldam nosso entendimento do mundo.

Ao longo da história, a produção científica tem sido a força propulsora por trás de avanços tecnológicos, médicos e sociais. Ela não apenas responde a questões prementes, mas também suscita novas perguntas, instigando um ciclo contínuo de exploração e aprendizado.

Em qualquer jornada acadêmica, a integridade é o alicerce que sustenta o desenvolvimento intelectual e a busca pelo conhecimento. Um aspecto crítico desse compromisso com a honestidade é a prevenção do plágio. O plágio, entendido como a apropriação indevida do trabalho intelectual de outros, não apenas viola os princípios éticos fundamentais, mas também mina a essência mesma da aprendizagem. Ao explorarmos este tópico, é essencial compreender não apenas as definições formais de plágio, mas também os motivos subjacentes e as consequências significativas que essa prática pode acarretar para os indivíduos e para a comunidade acadêmica como um todo. Vamos mergulhar na complexidade do plágio, examinando suas nuances e discutindo estratégias para promover uma cultura de originalidade e responsabilidade acadêmica.

A pesquisa em questão tem como ponto de partida o II Seminário Inovação e proteção da propriedade intelectual, realizado pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES). Este evento ocorreu no Auditório do Campus XI da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em Serrinha-BA, sendo apresentado pela Me. Laís Santana Viana – Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e o Prof. Dr. José Gileá de Souza – Universidade Estadual da Bahia (UNEB). O propósito central foi promover uma análise aprofundada dos aspectos conceituais relacionados a inovação e proteção da propriedade intelectual.

2. Metodologia

Procedente das discussões tecidas no II Seminário: Inovação e proteção da propriedade intelectual, este estudo intenciona refletir sobre a questão da propriedade intelectual na perspectiva do direito do autor sobre as obras científicas, discutindo o conceito, tipos e impactos do plágio neste contexto. O seminário ocorreu a partir de uma exposição característica de aula expositiva-dialogada, participaram na condição de expositores a Me. Laís Santana Viana – Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e o Prof. Dr. José Gileá de Souza – Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

A aula expositiva-dialogada caracteriza-se pelo seu formato dinâmico, e para além disso propicia interpretação e análise crítica, em um formato dinâmico e proximal que permite a participação dos ouvintes tirando dúvidas, e/ou tecendo críticas e permitindo a livre discussão. Hartemann, Maronn, Santos (2019). Sendo assim, o encontro ocorreu com a participação de professores e estudantes.

O estudo está alicerçado metodologicamente pela pesquisa qualitativa e inspirada na pesquisa bibliográfica. Gil (2002, p. 44) aponta que a “[...] pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Deste modo, a partir das discussões tecidas no seminário, outros materiais foram considerados importantes para a construção desta pesquisa.

Alguns dos autores escolhidos para compor a discussão teórica são a) Ghesti; Areas; Panzolini (2018) abordam a questão do direito autoral; b) Gomes e Dalberio (2010) discutem sobre os aspectos éticos no uso da internet; c) Krokosz (2014) apresenta o conceito de plágio; d) Pithan e Vidal (2013) trazem os tipos de plágio. Para além desses autores a utilização dos pressupostos legais foram importantes para o delineamento das proposições tecidas neste estudo.

3. Desenvolvimento

3.1. *Produção científica e os impactos do plágio*

É de conhecimento geral e prevista em lei, conforme apontado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (nº 9394/96), expressa em seu artigo 56, que as universidades “são instituições pluridisciplinares

de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (Brasil, 1996). Acresce a isso, a importância dada na referida lei no que tange a prática da pesquisa científica apontada no artigo 43, que a educação superior tem por finalidade:

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição; VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (Brasil, 1996)

Desse modo, a universidade incentiva e possibilita a produção e divulgação de novos conhecimentos fruto de pesquisas científicas, estas se configuram como procedimento racional e sistêmico, desenvolvidos a partir de conhecimentos disponíveis, utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos com o objetivo de proporcionar respostas aos problemas que são propostos (Gil, 2002). A universidade tem um papel de extrema relevância na geração e promoção de novos conhecimentos mediante a estudos aprofundados

e autorais, com isso, há diversas razões que determinam a realização de uma pesquisa.

No contexto das investigações científicas, as universidades de acordo a LDB (1996) tem como uma das características a “produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional” (Brasil, 1996). Essa premissa se insere na discussão sobre a proteção da propriedade intelectual que está associada a proteção legal e reconhecimento de obras autorais de produção intelectual e se divide em alguns tipos, a saber:

Quadro 1 – Tipos de Propriedade Intelectual

Direito Autoral	Direito do autor
	Direito conexos
	Programa de computador
Propriedade Industrial	Marca
	Patente
	Desenho industrial
	Indicação geográfica
	Segredo industrial & regressão à concordância desleal
Proteção Sui Generis	Topografia de circuito integrado
	Cultivar
	Conhecimento tradicional

Fonte: Viana, 2023 – Informação verbal.

Fica evidente, a partir do quadro organizado que a propriedade intelectual é um tema vasto e se apresenta como elemento extremamente importante no desenvolvimento da sociedade em diversos âmbitos e está situado nos diversos campos do conhecimento e tecnologia (Santos, 2018). No presente estudo, dedicaremos atenção a discussão

do direito do autor no que se refere as obras científicas, além desta, também se divide em obras literárias e artísticas.

Segundo Ghesti; Areas; Panzolini (2018, p. 22) no que se refere às obras científicas “é importante destacar que a proteção das referidas criações se restringe à maneira como os dados científicos são organizados, consolidados e expressos, uma vez que o mérito científico não é protegido pelo Direito Autoral”. Dependendo do tipo da obra, como no caso das obras científicas, o registro é feito por em órgão diferente.

No Brasil a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) é a responsável por registrar as obras intelectuais originárias do país desde 1898, e oferece esse serviço a população brasileira para segurança jurídica dos direitos morais e patrimoniais do autor, nos termos da lei nº 9.610/98 que se refere aos direitos autorais sendo aqueles ligados ao autor como consequência de obra por ele elaborada. Segundo Costa (2020) esse órgão contempla o registro das obras literárias, artísticas e científicas. Com isso, impulsiona pensar na importância e necessidade de normas protetivas dos direitos autorais com vistas de uma conduta ética na elaboração e difusão do conhecimento produzido por seres humanos.

De fato, a autoria dos trabalhos científicos é uma tema que desencadeia vários debates para além da proteção, perpassando pela discussão da ética e da moral, como por exemplo falsificação de dados, honestidade na condução dos trabalhos científicos, plágio, dentre outros. Estes são alguns desafios encontrados apesar de ter pressupostos legais voltados a proteção dos direitos autorais, reverberando na existência de problemas na produção e publicação de trabalhos científicos.

No âmbito acadêmico nos cursos de graduação alguns dos escritos científicos fazem parte de produções finais, a nível de pós-graduação as produções científicas torna-se uma atividade um tanto rotineira com vistas de promoção acadêmica individual e coletiva do pesquisador, com incentivo da divulgação nos meios digitais como revistas eletrônicas, repositórios e bibliotecas digitais, sendo um dos principais canais utilizados por pesquisadores. Acresce a isto o pensamento de Gomes e Dalberio (2010, p. 199) reflete que “a internet tem sido a ferramenta, pelo menos, mais acessível à comunidade científica.” Os referidos autores complementa que

Frente ao crescimento acelerado e tão positivo da troca de informações, vieram inúmeras preocupações e questões éticas relacionadas ao uso da Internet. Hoje, tanto crimes quanto pesquisas de grande porte podem ter grandes contribuições advindas desse ciberespaço. (2010, pág. 197)

O plágio (cópia indevida) é considerado um tipo de crime que viola um dos princípios da pesquisa que é a ética, para Krokosz, (2014, p. 12) o plágio é compreendido popularmente como “apropriação indevida da obra ou conteúdo alheio que é apresentado como sendo próprio”. Para além do conceito, apresenta-se tipologias que desencadeia diversos impactos que reverberam em consequências nos mais diversos contextos e serão respectivamente apresentados a seguir:

Quadro 2 – Tipos de plágio acadêmico

Tipificação	Definição
Plágio integral/direto	Consiste na cópia palavra por palavra, sem citar a fonte do texto.
Plágio Parcial	Quando o trabalho acadêmico é um mosaico formado por cópias de parágrafos e frases de autores diversos, sem mencionar suas obras.
Plágio conceitual/indireto	Quando há utilização da ideia do autor escrevendo de outra forma, porém, novamente sem citar a fonte original.
Plágio “às avessas”	Acontece quando se coloca o nome de uma autoridade ou de alguém reconhecido na sua própria frase.
Plágio “ghost writer”	Quando um autor desconhecido é chamado para escrever a biografia de uma celebridade.
Plágio consentido	Quando por exemplo um aluno faz um texto e coloca na autoria o seu nome e o do seu orientador.
Autoplágio	Quando o autor muda o título de um trabalho ou faz pequenas alterações no texto de uma mesma pesquisa e o publica em vários veículos como se fosse inédito.

Fonte: Citado por Costa (2016. p. 191) a partir dos estudos de Silva (2008) e Wachowicz (2015)

Conforme aponta os tipos de plágio abordados no quadro é notável que sua diversidade de formas reflete como a má conduta acadêmica pode ocorrer. A complexidade dessas categorias destaca a importância de uma compreensão abrangente e da implementação de estratégias para prevenir e combater o plágio.

Como mencionado, o plágio pode ter impactos significativos em diversos contextos, incluindo acadêmico, profissional e ético. Aqui estão alguns dos impactos mais comuns associados ao plágio:

Quadro 3 – Principais consequências do plágio

Tipo de consequências	Detalhamento
Consequências Acadêmicas	<p>Nota Reduzida ou Falha: Em ambientes acadêmicos, o plágio geralmente resulta em penalidades, que podem variar desde uma nota reduzida na tarefa até uma falha na disciplina.</p> <p>Expulsão: Em casos graves, especialmente em instituições de ensino superior, o plágio pode levar à expulsão do estudante.</p>
Danos à Reputação Acadêmica	<p>Registro Permanente: Registros de má conduta acadêmica, incluindo casos de plágio, podem ser mantidos nos registros acadêmicos, afetando a reputação do aluno a longo prazo.</p>
Impactos Profissionais	<p>Prejuízo à Carreira: No ambiente profissional, o plágio pode prejudicar a reputação de um profissional e afetar suas oportunidades de emprego.</p> <p>Consequências Éticas: Em profissões que valorizam a integridade e a ética, o plágio pode levar a demissões e ações disciplinares.</p>
Consequências Legais	<p>Ações Judiciais: Em casos extremos, o plágio pode levar a ações legais, especialmente se envolver violação de direitos autorais.</p>
Impacto na Produção Científica	<p>Desconfiança e Retirada de Publicações: No campo da pesquisa, o plágio em artigos científicos pode levar à retirada dessas publicações e à desconfiança por parte da comunidade acadêmica.</p>

Tipo de consequências	Detalhamento
Perda de Credibilidade	Perda de Confiança: A descoberta de plágio pode resultar na perda de confiança por parte de colegas, professores, empregadores e outros membros da comunidade.
Desenvolvimento Pessoal Prejudicado	Prejuízo ao Aprendizado: O plágio impede o desenvolvimento real de habilidades essenciais, como pesquisa, redação e análise crítica, que são fundamentais para o processo educacional.
Consequências Psicológicas	Culpa e Estresse: A descoberta de que se envolveu em plágio pode causar sentimento de culpa, ansiedade e estresse, afetando negativamente o bem-estar emocional do indivíduo.

Fonte: Produção autoral, com base nos estudos de Araújo (2017), Pithan e Vidal (2013)

Para evitar esses impactos negativos, é crucial compreender as práticas acadêmicas éticas, citar adequadamente as fontes e realizar trabalhos de forma honesta e autêntica. O plágio não apenas prejudica o plagiador, mas também compromete a integridade do processo educacional e da comunidade acadêmica como um todo.

4. Descrição e apresentação do Seminário

O II Seminário intitulado “Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual”, promovido pelo programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI- Serrinha, realizado no dia 18/08/2023, o evento fez e faz parte de uma das atividades obrigatórias do MPIES e se estabelece com uma perspectiva de aprofundamentos e conhecimentos sobre temáticas interdisciplinares em vista de subsidiar pesquisas no âmbito do mestrado profissional.

O Seminário foi coordenado pelo Prof. Dr. José Gileá de Souza que além de ser do professor adjunto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), também é Coordenador da Agência UNEB, que a partir da exposição da expositora advogada Me. Laís Santana Viana estabeleceu

diálogos fecundos sobre a temática supramencionada. Contou com a participação dos professores e discentes do Programa.

Foi iniciado pelo Prof. Dr. José Gileá de Souza com a apresentação da temática e da referida ministrante. Posteriormente, o Prof. Me. Laís Santana Viana trouxe sua exposição com o seu lugar de fala a partir da vida profissional enquanto membro da Comissão de Propriedade Intelectual da OAB/BA, Pesquisadora na Agência UNEB de Inovação e advogada atuante na área de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia, Direito Civil, Público, Consumidor e Administrativo.

Seguindo a programação, Laís conceituou a temática Inovação e Propriedade Intelectual apresentando os seus tipos, aplicabilidade e princípios legais, foi um momento enriquecedor a nível de conhecimento de um assunto pouco conhecido por alguns que se faziam presente, isto foi revelado no momento aberto para diálogo com o público.

Posteriormente foram disponibilizados textos subsidiários sobre a temática para leitura afim de potencializar e auxiliar nos escritos, que se configuram como um dos produtos proposto pelo MPIES.

5. Considerações finais

Por todo o exposto, é notório a importância que as obras científicas possuem, visto que a sua produção nas instituições acadêmicas possibilita o desenvolvimento da sociedade, promovendo discussões elementares para uma ascensão social. A divulgação dessas produções perpassa principalmente pelo meio eletrônico, ambiente fértil para o que se chama de apropriação indevida.

Neste viés, a principal vítima do plágio é a integridade, levando em consideração que os seus efeitos refletem em muitos campos como no acadêmico, profissional, legal, desenvolvimento pessoal, dentre outros. Além disso, o plágio mina a confiança e a validade dos diplomas, para mitigar esses efeitos, é imperativo adotar uma abordagem proativa, de conscientização e responsabilização, lançando mão dos princípios éticos que norteiam as boas relações entre os pares.

Referências

ARAÚJO, Eliane Regis de Oliveira. O plágio na pesquisa científica do Ensino Superior. **Revista Conhecimento em Ação**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan/

jun. 2017. Acesso em: set de 2023 Disponível em: file:///C:/Users/LENOVO/Desktop/pl%C3%A1gio.pdf

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. **Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.** DF, 20 fev. 1998. Acesso em: out de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação-1996.** Acesso em: out de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

COSTA. Carlos Germano Ferreiro. **Apostila propriedade intelectual-WIPO-Curso-DL-101P-BR-CURSO-GERAL-DE-PROPRIEDADE-INTELECTUAL-2020-S4.pdf**

GOMES. Livia Letícia Zanier. DALBERIO Oswaldo. **Aspectos éticos no uso da internet como ferramenta de pesquisa.** EccoS – Rev. Cient., São Paulo, v. 12, n. 1, p. 195-205, jan./jun. 2010. Acesso em: out de 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/715/71518577011.pdf>

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GHESTI. Grace Ferreira. AREAS. Patrícia de Oliveira. PANZOLINI. Carolina Diniz. Direito autoral. In: **PROFNIT, Conceitos e aplicações de propriedade intelectual;** Salvador (BA): IFBA, 2018. V.1. 262 p.

HARTMANN, Andressa Corcete. MARONN, Tainá Griep. SANTOS, Eliane Gonçalves. A importância da aula expositiva dialogada no Ensino de Ciências e Biologia. In: **Anais II Encontro de Debates sobre Trabalho, Educação e Curriculo Integrado.** V. 1. n. 1, 2019. Acesso em: outubro de 2023 Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/enteci/issue/view/209>

KROKOSZ. Marcelo. **Outras palavras: análise dos conceitos de autoria e plágio na produção textual científica no contexto pós-moderno.** Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

PITHAN, Livia Haygert. VIDAL, Tatiane Regina Amando. O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico. **Revista Direito & Justiça.** v. 39, n. 1, p. 77-82, jan./jun. 2013. Acesso em: out de 2023 Disponível em: https://www.unifac.edu.br/images/materiais_de_apoio/2015/ed_fisica/leone/trabalho_ferrias_julho_01_04.pdf

SANTOS. Wagna Piler Carvalho dos (org.) Propriedade intelectual [Recurso eletrônico on-line]. Salvador (BA): IFBA, 2018. 262 p. – (PROFNIT, Conceitos e aplicações de propriedade intelectual; V.1).

PESQUISA INTERVENÇÃO: CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PRÁTICA SOCIAL

*Taise Lima de Menezes
Nadjane Estrela Soares
Marize Damiana Moura Batista e Batista*

Resumo

O presente trabalho é fruto das discussões elencadas a partir do II Seminário denominado “Inovação e proteção da propriedade intelectual”, realizado pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação Campus XI, Serrinha, através do programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES). A discussão metodológica ancora-se no pensamento de Gil (2010) revisão bibliográfica e Gil (2000) abordagem qualitativa. Conta com as contribuições teóricas de (BARBOSA, 2003), (SAVIANI, 2002), (MÉSZÁROS, 2005), (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1977) (MARX; ENGELS, 2002) e outros teóricos que subsidiam as análises desse estudo. Portanto, consideramos que a pesquisa-intervenção desenvolvida no âmbito do Mestrado profissional pode se configurar como caminhos para o desenvolvimento da prática social e para atingir tal objetivo é necessário considerar a “educação para além do capital” (MÉSZÁROS, 2005), ou seja possibilitar através do desenvolvimento da pesquisa-intervenção análises e aprofundamentos teóricos que permitam a instrumentalização intelectual da classe trabalhadora, como mecanismo para favorecer a transformação social.

Palavras-chave: Educação. Classe trabalhadora. Prática.

1. Introdução

O artigo apresenta de forma sistematizada discussões apresentadas no II Seminário intitulado “Inovação e proteção da propriedade intelectual”, realizado pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação Campus XI, Serrinha, através do programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social

(MPIES). O seminário contou com as contribuições da palestrante Me. Laís Santana Viana da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), que discutiu aspectos relevantes da Inovação e da Propriedade Intelectual. O Estudo teve como objetivo descrever os temas debatidos no II Seminário como também analisar a relação entre pesquisa-intervenção e práxis social. A abordagem se qualifica como qualitativa e de revisão bibliográfica. Destaca-se que a educação é um processo político e que as dimensões sociais devem fazer parte necessariamente das análises e ações desenvolvidas no contexto da pesquisa-intervenção.

As concepções aqui apresentadas subsidiam a base do pensamento defendida por esse estudo, o qual entende que não há como elaborar protocolos éticos da pesquisa, sem necessariamente pensar em humanização da educação e da pesquisa. Esse processo de humanização perpassa pela tomada de consciência que o fazer educativo acontece numa sociedade capitalista exploradora e desumanizadora, a partir dessa tomada de consciência os processos interventivos desenvolvidos não podem acocorar-se na falta ideia de neutralidade científica.

2. Metodologia

Os procedimentos metodológicos desse estudo foram construídos com o objetivo de analisar as perspectivas conceituais a partir da revisão bibliográfica (GIL, 2010) destacadas no II Seminário intitulado “Inovação e proteção da propriedade intelectual”, realizado pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação Campus XI, Serrinha, que contou com as contribuições intelectuais em formato de palestra apresentada pela Me. Laís Santana Viana da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), e pelo professor Dr. José Gileá de Souza (UNEB).

Destaca-se ainda que essa pesquisa se ancora na abordagem qualitativa de Gil (2000) com a perspectiva de ampliar a compreensão sobre a Inovação e propriedade intelectual. É importante destacar que faremos destaques aos conceitos apresentados pela palestrante, mas nossa análise dará conta de tratar sobre pesquisa-intervenção na perspectiva da práxis social.

3. Desenvolvimento

A convenção da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), conceitua a Propriedade Intelectual como a agregação dos direitos referentes a obras literárias, artísticas e científicas, interpretações de artistas, intérpretes e execuções de artistas, fonogramas e emissões de radiodifusão, invenções em todos os setores da atividade humana, descobertas científicas, desenhos e modelos industriais, marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como firmas comerciais e denominações comerciais. Essa abrangência envolve a proteção contra a concorrência desleal e todos os demais direitos decorrentes da atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico (BARBOSA, 2003).

O II Seminário denominado “Inovação e proteção da propriedade intelectual, realizado pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES/UNEB), apresentado pela palestrante trouxe o conceito de Propriedade Intelectual da Organização Mundial da Propriedade Intelectual. Destacou em sua fala sobre Direito Autoral, que abrange o direito do autor, direitos conexos e programa de computador, Propriedade Industrial, que destaca sobre marca, patente, desenho industrial, indicação geográfica, segredo industrial, repressão a concorrência desleal, e Proteção *Sui Generis* que engloba a topografia de circuito integrado, cultivar e conhecimento tradicional, além da conceituação ancorada na OMPI. A autora embasou as discussões na Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Também, citou o pensamento de Barbosa (2003), Tigre (2006) e Venkataraman (2000) que ressaltam sobre inovação, resultados acadêmicos e benefícios sociais, e Kuppere e Tigre (2004) que abordam as novas tecnologias.

O Seminário compõe a carga horária das atividades obrigatórias desenvolvidas pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social, a proposta da ação foi debater temáticas relevantes no campo educacional que subsidiem a pesquisa-intervenção desenvolvida pelos alunos do programa. A atividade apresentou uma temática de grande relevância acadêmica, quando problematiza a produção intelectual e a inovação tecnológica.

Antes de aprofundarmos o nosso estudo, é necessário fazer um destaque sobre as discussões levantadas, pois tratou-se de uma

palestra no campo conceitual mais aproximado da técnica da descrição, e o debate mais aproximado do campo da indústria, não que a educação não se relaciona com a temática, mas percebi a necessidade de discutir um pouco mais sobre a propriedade intelectual no contexto da pesquisa-intervenção, e do mestrado profissional.

Destarte, educação não acontece fora das dimensões históricas, econômicas, políticas, ambientais e sociais, ao contrário disso todo processo educativo é condicionado a partir desses processos e estão imbricados nas diversas dimensões estruturais da luta de classe. Portanto, como afirma Saviani (2002) a educação se constitui sempre como ato político, apesar da sua função técnica, é preciso [...] frisar que a educação cumpre sempre uma função política [...] (SAVIANI, p. 212).

Portanto, consideramos que a pesquisa-intervenção desenvolvida no âmbito do Mestrado profissional pode se configurar como caminhos para o desenvolvimento da práxis social e para atingir tal objetivo é necessário considerar a “educação para além do capital” (MÉSZÁROS, 2005). Ou seja, possibilitar através do desenvolvimento da pesquisa-intervenção análises e aprofundamentos teóricos que permitam a instrumentalização intelectual da classe trabalhadora, como mecanismo de favorecer a transformação social.

Uma pesquisa-intervenção por si só não dará conta de transformar essa complexidade social de exploração e apropriação da força de trabalho da classe trabalhadora, mas em nossa visão ambiciosa, a reversão da dominação intelectual dos trabalhadores é uma atividade revolucionária, que pode contribuir [...] “na destruição de uma determinada ordem social, para instaurar ou criar uma nova estrutura social” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1977, p. 377), ou seja, a verdadeira práxis social.

O trabalho ético e intelectual no desenvolvimento de uma pesquisa vai muito além de considerar os protocolos de proteção de dados envolvidos na pesquisa, não que essa tarefa seja, a menor, pelo contrário, o pesquisador e a própria instituição responsável pela pesquisa devem estabelecer um rigor exponencial para não ferir princípios de beneficência, justiça, parcialidade, rigor, cientificidade e tantos outros. Para isso, é necessário cumprir com as normas técnicas e orientações estabelecidas para pesquisas com seres humanos, como também os critérios acompanhados pelos Comitês de Ética na Pesquisa de cada instituição, que tem a função de resguardar direitos e amenizar ou

evitar riscos na pesquisa. Portanto, [...] “tanto do ponto de vista teórico como prático, é necessária para humanizar os sentidos do homem e criar a sensibilidade humana correspondente a toda a riqueza do ser humano e natural (MARX, 1993, p. 200).

No âmbito do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus XI, Serrinha, no qual esse estudo se desenvolve, todo processo de desenvolvimento da pesquisa-intervenção é pensando nessas dimensões protocolares da ética de pesquisa com seres humanos. O projeto de intervenção conta com a apreciação ética, os participantes da pesquisa tomam ciência de todo rito da pesquisa e só se tornam integrantes após conhecer os riscos e benéficos do estudo e posteriormente assinar o termo Livre Esclarecido para participação. Sendo, assim o pesquisador é o titular responsável para proteger os dados obtidos na pesquisa-intervenção.

Ao fazer esse importante destaque protocolar sobre a pesquisa-intervenção, retomemos o pensamento sobre ética em Marx, nesse sentido, a pesquisa-intervenção deve assumir um posicionamento crítico perante as contradições, dinâmicas e interesses sociais. Uma vez que o modo de produção capitalista explora e desumaniza a classe trabalhadora. Nesse cenário, não há como fazer “educação da borboleta”, que explora as partes superficiais das flores, é preciso entender o processo estruturante, as raízes históricas e criar ferramentas para superá-las. Portanto, há movimentos contraditórios, visto que “enquanto uma tem interesse em perpetuar a dominação, a outra tem interesse em superar e se libertar do modelo dominante. E tal libertação aponta para a justificação e criação de um novo tipo de sociedade” (SAVIANI, 2002, p. 226).

A classe trabalhadora no modelo de produção capitalista é submetida a exploração do trabalho, a produção destrutiva, a exclusão do processo de apropriação das condições materiais de existência, portanto quando Saviani afirma que a educação é política, ela é parte e reprodutora dessa dinâmica social, mas a educação também, ancorada nas bases crítico-superadoras pode proporcionar o processo de instrumentalização intelectual da classe trabalhadora, o que pode se configurar o verdadeiro sentido da pesquisa-intervenção, criar mecanismos de enfrentamento ao sistema capitalista para criar bases de superação, visto que a base intelectual é extremamente importante.

O axioma de Engels e Marx “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes” (ENGELS; MARX, 2007, p.72) chama atenção para as estratégias dominantes de perpetuação da sua dominação através da ideologia, ou seja, as concepções, o trabalho intelectual é determinado pela produção material capitalista, aquele que detém os meios de produção material, também dominam a estrutura da intelectualidade, as relações materiais se “materializam” na consciência.

Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, [...] também a consciência e, por isso [...] eles dominam como pensadores, como produtores de ideias que regulam a produção e a distribuição de ideias de seu tempo (MARX; ENGELS, 2007, p.47). Portanto, a educação e as propostas interventivas desenvolvidas nesse contexto devem buscar a desalienação da consciência, buscar caminhos para que os trabalhadores compreendam essas estruturas de dominação.

Mészáros, (2005), afirma que a educação tem um papel soberano para elaborar procedimentos apropriados que modifiquem as condições objetivas de produção e reprodução, para criação de outra ordem social, na qual o indivíduo tenha autoconsciência e sejam mobilizadores de transformação. Mediante essa questão, cabe afirmar que a “concepção marxista “efetiva transcendência da autoalienação do trabalho seja caracterizada com uma tarefa inevitavelmente educacional” (MÉSZÁROS, 2005, p. 65).

Marx (2007), destaca que a consciência dos homens está relacionada com as condições materiais de vida, mas que esses homens não têm consciência dessas relações, que as concepções sobre a realidade aparecem através de representações da vida cotidiana. Criando uma falsa consciência, apreendidos às aparências dos fenômenos sociais. O que favorece a dominação da classe trabalhadora.

Mas, qual a relação da pesquisa-interventiva, com a dominação intelectual e com a desalienação? Como já foi demarcado pelo pensamento de Saviani (2002), a educação tem sempre uma função política, e nesse contexto da dominação intelectual, a educação tem um papel fundamental.

Assim, uma pesquisa-intervenção desenvolvida no âmbito da universidade pública, através de um programa de mestrado, deve proporcionar um aprofundamento intelectual, e trazer para as questões

centrais de sua análise os processos contraditórios do sistema capitalista, a sua totalidade social, as suas contradições e suas possibilidades superadoras, “que coloquem sob seu controle consciente as condições materiais de vida, [...] antes haviam sido abandonadas ao acaso, e que por isso adquiriram uma existência independente, [...]” (MARX; ENGELS, 2002, p. 93).

Por efetivamente em prática o conceito de práxis, da filosofia da práxis de Gramsci (1981) enquanto atitude crítica, de superação do pensamento concreto, predominante implica na superação do senso comum. A pesquisa-intervenção nesse contexto, pode provocar a elevação da consciência, para ir além da realidade aparente, e levar a compreensão da essência, da estrutura, da superestrutura de dominação do capital.

A geração de ideias, representações e consciência está, inicialmente e diretamente ligada à atividade material e à troca material dos seres humanos. [...] São os próprios seres humanos que produzem suas representações, ideias, mas são seres humanos reais, ativos, moldados pelo desenvolvimento específico de suas forças produtivas e das relações correspondentes, incluindo as formas mais amplas que essas relações podem assumir. A consciência nunca pode ultrapassar o ser consciente; e o ser dos seres humanos é o seu processo de vida (MARX; ENGELS, 2002, p. 18-19).

As concepções aqui apresentadas subsidiam a base do pensamento defendida por esse estudo, não há como elaborar protocolos éticos da pesquisa, sem necessariamente pensar em humanização da educação e da pesquisa, esse processo de humanização perpassa pela tomada de consciência que o fazer educativo acontece numa sociedade capitalista exploradora e desumanizadora. A partir dessa tomada de consciência os processos interventivos desenvolvidos não podem ancorar-se na falsa ideia de neutralidade científica.

Tendo em vista que a educação deve socializar o saber científico produzido pela humanidade, socializar conhecimentos da arte, da matemática, da filosofia, da linguagem, da biologia e diversos outros campos de conhecimento, essa socialização não pode acontecer fora da criticidade, fora da problematização social, fora da denúncia das mazelas sociais produzidas pela sociedade capitalista.

Neste contexto, o fazer educativo precisa problematizar a estrutura que reproduz a miséria, a fome, a pobreza, a falta de moradia, a

falta de água potável, a negação de acesso a terra, a negação as condições materiais de existência, a degradação ambiental, a destruição dos biomas, o extermínio de comunidades tradicionais, as condições análogas a escravidão, o trabalho não remunerado, as condições das mulheres, o trabalho infantil, o racismo, elementos que possuem raízes profundas, raízes na estrutura social, política e econômica da sociedade capitalista.

Há como falar de educação sem considerar as condições de existência do aluno e de sua família? Há como debater o processo de produção do conhecimento sem falar de reforma agrária? Há como se discutir o sucesso e fracasso educacional sem discutir a violência, a pobreza, a desigualdade social, as condições estruturais das escolas? Existe uma forma de fazer pesquisa-intervenção, sem analisar a estrutura social? São questões urgentes e latentes, são questões que definem as oportunidades e condições de existência da classe trabalhadora, são debates que em hipótese alguma pode sair da agenda educacional. Os que o fizerem, estão compactuando com a dominação de uma classe. Como explica Saviani (2003, p. 13): [...] “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

Em particular como estes, a prática socioespacial adquire uma natureza conflituosa, visto que a classe trabalhadora se encontra numa posição paradoxal em que não acumula riqueza, apesar de ser uma geradora da mais-valia que atrai os proprietários dos meios de produção. Por outro lado, as normas do sistema capitalista sustentam que a classe trabalhadora é, por si só, responsável pelas condições de sua existência material. Desta forma, o sucesso ou fracasso dessa classe é interpretado, pela ideologia da classe dominante, como um reflexo da (ir)responsabilidade dos próprios indivíduos (SANTOS, 2015).

Nessa dinâmica de interesses opostos, como a educação deve se posicionar? Ao lado da estrutura dominante que desumaniza e explora os trabalhadores e que lhes tira as condições materiais de existência, ou ao lado de uma dinâmica socioespacial humanizadora dos processos, comprometidos com a formação de outro projeto de sociedade, projeto no qual os trabalhadores e trabalhadoras deixam de ter sua mão de obra explorada e tem acesso a condições dignas e materiais de existência?

Portanto, a educação deve problematizar a estrutura social, e criar instrumentos e mecanismos de instrumentalizar a classe trabalhadora, para que os sujeitos dessa classe encontrem formas de organização coletiva para enfrentar a dominação do capital, para superar as condições materiais de existência que produz e reproduz desigualdades e que explora a força de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras. A educação pode ser considerada como [...] “elemento socialmente determinante, passa a ser veiculada como determinante das relações sociais, sendo capaz, em consequência, de modificá-la pela força de seu intrínseco poder (SAVIANI, 2003, p. 12)”.

Precisamos, estabelecer outras formas de convívio com o trabalho, considerando o trabalho como princípio educativo, outra forma de conviver com a terra e com a natureza, produzir para alimentar e não para lucrar, precisamos humanizar as relações sociais fora dos padrões da barbárie e da violência. Construir estratégias de vida, de possibilidades, de superação, de existência, de humanidade, de civilidade, de proteção ambiental e social, de proteção e garantias de direitos básicos, como água, moradia, terra e educação.

Ao longo de décadas, a classe trabalhadora não tem acesso a condições essenciais para uma vida material digna. Apesar das diversas leis de proteção social, o capitalismo tem produzido desigualdades, e vai colocando os trabalhadores em condições desumanizadoras, em condições de subsistência, de sobrevivência e não de vida. Por isso, a educação deve problematizar as condições desiguais e contraditórias de existência social.

4. Considerações finais

Conclui-se que a pesquisa-intervenção pode se configurar enquanto instrumento para a práxis social, uma vez que as ações desenvolvidas tenham como base as perspectivas crítico-superadoras da educação. Destaca-se também que cabe à perspectiva ética do fazer pesquisa, perpassar muito além de protocolos, é preciso garantir a humanização dos processos, é preciso problematizar e analisar as condições materiais de existência da classe trabalhadora, além de oportunizar a instrumentalização e a elevação da consciência e do saber científico.

Destarte, em nenhum fazer educativo de adotar a perspectiva conceitual da neutralidade científica, conforme já foi apontado anteriormente do desenvolvimento do pensamento desse estudo, a educação atravessa processos econômicos, políticos e sociais estruturais, processos que definem o fazer educativo e que, portanto, não devem ser tratados como fenômenos do cotidiano, dentro da normalidade objetiva. Ao contrário, são processos que necessitam de análises aprofundadas para entender a totalidade social, para fugir da realidade imediata e conhecer a dinâmica da concretude social.

A educação é ferramenta de alto potencial para oportunizar a classe trabalhadora possibilidades de resistência e organização “para além do capital”, para além de um sistema predatório que aniquila os trabalhadores, que lhes negam possibilidades de vida. A educação pode e deve possibilitar a construção de um outro projeto social, de uma outra sociabilidade, visto que o processo ético educacional, é primeiramente garantir a humanização. Frente a isto, a pesquisa de intervenção exerce papel crucial mediante os múltiplos e contraditórios desafios que atravessam a sociedade brasileira.

Referências

- BARBOSA, Denis Borges, **Uma Introdução à Propriedade Intelectual**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 1268p. 2003.
- BITTAR, Eduardo C.B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de Filosofia do Direito**. São Paulo: Atlas, 2005.
- GIL, Antonio Carlos. **Metodologia do Ensino Superior**. Editora Atlas, São Paulo: 2000.
- _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família. Portugal**: Presença; Brasil: Martins Fontes, s/d.
- _____. **Sobre a religião**. Lisboa: Edições 70, 1976.
- _____. **A ideologia alemã**. Vol. II. Lisboa: Editorial Presença, 1976a.
- _____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

- **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.
- **A teoria da alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006.
- SANTOS, Janeide Bispo dos. **Questão agrária, educação do campo e formação de professores:** territórios em disputa. p .253, 2015. Disponível: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/21471>
- SAVIANI, D. **Educação e questões da atualidade.** São Paulo: Cortez, 1991.
- **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 8 ed. revista e ampliada. Campinas: Autores Associados, 2003.
- **Pedagogia histórico-crítica.** Campinas: Autores Associados, 2005.
- **A formação humana na perspectiva histórico-ontológica.** In: SAVIANI, D.; DUARTE, N. Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar. Campinas: Autores Associados, 2012. p.

PROPRIEDADE INTELECTUAL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA: ÉTICA, MORAL E O DIREITO DO AUTOR

*Emile Cristina do Nascimento Costa
Claudia Regina de Oliveira Vaz Torres*

Resumo

Este trabalho resulta de reflexões produzidas com base na palestra realizada no II Seminário: Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual, por Me. Laís Viana. O presente artigo tem como objetivo discutir sobre a relação entre a Propriedade Intelectual no campo da Produção Científica, apontando para a perspectiva da ética, moral e direitos autorais, a fim de elucidar os possíveis riscos para o campo da ciência, caso estes aspectos sejam negligenciados. Para a realização deste trabalho, o processo metodológico pautou-se na pesquisa de cunho bibliográfico, a qual se caracteriza por ser um levantamento a partir de referências teóricas já analisadas e publicadas. Desse modo, o trabalho apresentou definições e reflexões apoiadas na Convenção de Estocolmo (1967), na Constituição Federal (1988), Barbosa (2003), Galvão (2014), dentre outros, os quais possuem estudos sobre os direitos autorais considerando o conceito de Propriedade Intelectual. Por meio deste estudo, conclui-se que há uma grande necessidade de conscientização sobre os direitos reservados aos autores, especificamente, no âmbito científico.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual. Direito do autor. Produção científica.

1. Introdução

Este artigo foi proposto a partir das discussões suscitadas no II Seminário promovido pelo Mestrado Profissional de Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI, na cidade de Serrinha-Ba, no segundo semestre do ano de 2023. O objetivo da atividade obrigatória do programa é elucidar e multiplicar o conhecimento sobre temáticas relevantes na construção de saberes.

O tema do evento foi “Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual”, o qual contou com a mediação do Prof. Dr. José Gileá de Souza, e da expositora Me. Laís Santana Viana, no dia 18 de agosto de 2023, às 15h, no auditório do Departamento de Educação do campus. Na ocasião, a palestrante abordou sobre o conceito de Propriedade Intelectual e a legislação que abarca o conteúdo. A expositora enfatizou sobre a importância de conhecer os direitos que os criadores/autores detêm sobre às suas propriedades, bem como a importância de patentear seus produtos ou processos, a fim de impedir que terceiros explorem suas invenções, além de aprofundar sobre outros aspectos dentro deste contexto.

Os programas de pós-graduação têm o compromisso de promover discussões sobre a propriedade intelectual, sobre a proteção jurídica dos direitos do autor, a proteção da produção e do controle bibliográfico. A formação dos mestrandos em ética e integridade em pesquisa envolvem medidas educativas e preventivas para o desenvolvimento da consciência crítica e construção autoral dos trabalhos. A compreensão sobre os direitos dos autores, criadores e produtores de obras e trabalhos científicos deve ser assegurada nos programas, evidenciando as normas constantes na legislação e a importância da difusão do conhecimento.

Ancorado nos arcabouços teóricos apresentados no II Seminário, este artigo buscou discutir, especificamente, sobre a Propriedade Intelectual na Produção Científica, a partir da conceituação e debate sobre ética, moral e direitos dos autores, uma vez que a conscientização sobre limites éticos, dentro do ambiente científico, auxilia na redução de violação de direitos autorais, contribuindo para a construção de uma ciência cada vez mais crítica e moral.

O presente trabalho está organizado em quatro seções, sendo a primeira um texto introdutório, o qual apresenta a temática que será discutida; já a segunda seção refere-se ao método de pesquisa utilizado, descrito de forma detalhada. A terceira seção apresenta uma reflexão sobre Propriedade Intelectual e Produção científica, além de expor apontamentos relevantes sobre o evento citado logo no início deste trabalho. Por fim, a última seção discorre, de forma sucinta e objetiva, as considerações finais com respeito ao estudo desenvolvido para a construção deste artigo.

2. Metodologia

Para a construção deste trabalho, utilizou-se do processo metodológico de uma abordagem qualitativa, no qual se procurou observar, refletir e interpretar à medida que as análises ocorrem. Neste estudo os dados são analisados com base nas perspectivas epistemológicas definidas (Gil, 2002). O estudo é de cunho bibliográfico, uma vez que ele se apoiou nos materiais teóricos disponibilizados pela expositora da palestra do “II Seminário: Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual”, Me. Laís Viana, promovido pelo Programa de Pós-graduação e Intervenção Educativa e Social da UNEB, Campus XI, Serrinha-Ba, o qual deu origem a este artigo.

Uma produção científica ancorada nos conceitos da pesquisa bibliográfica pode ser denominada como aquela que é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (Gil, 2008). Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, este em questão foi desenvolvido a partir de fontes bibliográficas, destacando-se, portanto, Barbosa (2003), Fernandes et al. (2008), Gonçalves et al (2011) e Galvão (2014). Foram utilizadas a Convenção de Estocolmo (1967) e a Constituição Federal (1988) para análise do tema.

3. Desenvolvimento

3.1. *Propriedade Intelectual e Produção científica: uma discussão sobre direitos, ética e moral*

Durante muito tempo a compreensão sobre o que é Propriedade Intelectual foi permeada por dúvidas e discussões. No entanto, o melhor ponto de partida para auxiliar nesta conceituação é a consideração do significado da palavra “propriedade”. Embora existam diferentes tipos de propriedades, estes têm em comum o fato de que o titular da propriedade é livre para usá-la – desde que o uso não seja contrário à lei e não interfira no direito de terceiros – e, também, para impedir alguém de utilizá-la.

Atualmente, tem-se o termo “propriedade intelectual” restrita a tipos de propriedades, as quais resultem da criação do espírito humano. Na Convenção que instituiu a Organização Mundial da Propriedade

Intelectual (OMPI), o termo não é definido de modo formal. No entanto, os Estados que redigiram a Convenção preferiram definir Propriedade Intelectual como:

A soma dos direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico (Brasil, Convenção de Estocolmo, 1967).

Desse modo, a propriedade intelectual decorre diretamente da capacidade inventiva ou criadora do intelecto humano (conhecimento, tecnologia e saberes) de seus criadores. No que diz respeito às produções científicas, o trabalho irá se ater aos direitos relativos à categoria dos Direitos de Autor e Conexos, que são direitos concedidos aos autores de obras intelectuais expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte. Estes direitos incluem: obras literárias, artísticas e científicas (direitos de autor); interpretações artísticas e execuções, fonogramas e transmissões por radiodifusão (direitos conexos); programas de computador (Barbosa, 2003).

O Direito de Autor assegura aos autores dois tipos principais de direitos: um deles de caráter pessoal, também chamado de direitos morais, e outros de caráter patrimonial. Os direitos morais do autor, estabelecidos na Lei brasileira 9.610/98, são os seguintes: reivindicar a autoria; ser identificado como autor; conservar a obra inédita; assegurar a integridade da obra; modificar a obra; retirar a obra de circulação, e de ter acesso a exemplar único e raro da obra (Fernandes et al., 2008).

Já os direitos patrimoniais são aqueles que garantem ao autor a exclusividade de utilizar, fruir e dispor da sua obra literária, artística ou científica (artigo 28 da Lei 9610/98). Sendo assim, a utilização da sua obra depende de autorização prévia para permitir a reprodução parcial ou integral da obra, a edição, a tradução, a utilização para recitação ou execução musical, a sua distribuição por qualquer sistema. Logo,

os direitos patrimoniais são que geram o que ficou conhecido como sendo *copyright*, nos países de “*common law*”, como os Estados Unidos e o Reino Unido (Fernandes et al., 2008).

Em relação a projetos, artigos e livros científicos, a autoria destas produções é uma das questões éticas que mais tem gerado preocupações nos últimos tempos. Fraudes envolvendo questões de autoria têm sido constantemente relatadas. Exemplo disso são os inúmeros casos denunciados, nos quais o artigo foi escrito por um outro autor ou empresa de redação de textos científicos, e um patrocinador oferece a um pesquisador de renome para que assuma a sua publicação. Tal prática é inaceitável, uma vez que viola inúmeras questões abordadas na Lei de Direitos Autorais (Fernandes et al., 2008).

Outro aspecto, ainda nesta vertente, é a não inclusão de autores, que é um fato corriqueiro, porém grave. De acordo com o que é estabelecido por Lei, todos os autores devem sempre ser incluídos, e não deve haver omissão de qualquer participante que preencha os critérios de autoria. Este é um dever moral, baseado na fidelidade que deve existir entre os membros do grupo que efetivamente realizaram o projeto de pesquisa (Fernandes et al, 2008).

A comunidade científica tem discutido a ética na construção e publicação de textos públicos, como artigos, teses, dissertações, monografias, capítulos de livros, resumos, sobretudo, naqueles nos quais não há a identificação de autorias e as fontes de referências. No Brasil, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) propôs um conjunto de diretrizes para promover a ética na publicação de pesquisas científicas e estabeleceu parâmetros para investigar eventuais condutas indevidas (Galvão, 2014).

Dentre as diretrizes indicadas pelo CNPq, destacam-se as seguintes:

O autor deve sempre dar crédito a todas as fontes que fundamentam diretamente seu trabalho; Quando se resume um texto alheio, o autor deve procurar reproduzir o significado exato das ideias ou fatos apresentados pelo autor original, que deve ser citado; Quando se submete um manuscrito para publicação contendo informações, conclusões ou dados que já foram disseminados de forma significativa, o autor deve indicar claramente aos editores e leitores a

existência da divulgação prévia da informação; Para evitar qualquer caracterização de autoplágio, o uso de textos e trabalhos anteriores do próprio autor deve ser assinalado, com as devidas referências e citações (CNPQ, 2011).

A discussão sobre plágio indica que este decorre, sobretudo, da facilidade e do avanço tecnológico de comunicação, mediante a infinidade de informações disponibilizadas por acervo virtual, o que promove o acesso a diferentes produções. Tal fato tem possibilitado aos usuários usufruírem de materiais para enriquecimento intelectual. Contudo, ao mesmo tempo, também possibilita que sejam utilizadas informações de modo incorreto ou com segundas intenções, sem dar os devidos créditos aos verdadeiros autores (Galvão, 2014).

A relevância da discussão sobre direitos autorais nas pesquisas e escritos acadêmicos e científico se dá mediante a compreensão de que, a autoria é objeto de proteção legal, como assegura a Constituição da República Federativa do Brasil nos seguintes termos:

Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a todos os brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. XXVIII - são assegurados, nos termos da lei: a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas; b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas. [...] XXIX - a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país (BRASIL, Constituição, 1988).

A partir do que se percebe no fragmento citado desta parte do texto constitucional, a proteção da autoria individual ou coletiva é, sobretudo, uma questão de direito, impondo-se, dessa forma, limitações sociais acerca da reprodução, além de sinalizar o dever de se fazer a menção ou divulgação da procedência de determinada informação que seja reproduzida. Logo, tal tema contribui para o desdobramento de várias questões, as quais relacionam a formação de uma consciência do “fazer ciência”, da moral, da ética e da aplicação do Direito (Gonçalves et al., 2011).

De acordo com Gonçalves et al (2011), em vários países, o plágio e a violação de direito autoral se referem, diretamente, à obra intelectual e o direito que seu criador exerce sobre ela. Em relação ao termo plágio, este tem origem do latim *plagiu*, qual significa oblíquo, indireto, astucioso e sua origem etimológica aponta para um ato de má intenção, um recurso que compromete a garantia da propriedade intelectual.

A proteção legal das criações intelectuais, como condição de garantia ou direito de autoria, permite que seus criadores usufruam dos direitos econômicos sobre produtos e serviços que, resultantes do esforço humano, se denomina de obra. Já a moral, é o contraponto entre os limites que os seres humanos estabelecem entre seus pares sociais de convivência, tratando-se de um articulado conjunto de normas e valores que regulamentam a convivência social ou, ainda, no senso comum, de que não se deve fazer para o outro aquilo que não gostaria que se fizesse para si (Gonçalves et al., 2011).

Desse modo, surge o Direito Moral, que se configura como um direito de personalidade, inalienável e irrenunciável, enquanto o patrimonial refere-se às várias modalidades de usos e de exploração econômica de uma obra. Partindo desta premissa, o Direito Moral concede ao criador/autor a garantia de menção de título e nome de sua obra, opondo-se a qualquer tipo de alteração que possa prejudicá-la, modificá-la, retirá-la de circulação e mantê-la inédita, sempre que desejar (Gonçalves et al., 2011).

Segundo análise de Gonçalves et al (2011), considerando o plágio como violação de direito, é possível concluir que a pessoa o comete – denominada de plagiário –, é alguém que, a todo custo, quer ser um autor e, não tendo nem gênio nem talento, copia não só frases, mas também páginas e passagens inteiras de outros autores e tem a má

fé de não os citar; ou aquele que em pequenas mudanças e adição de pequenas frases apresenta a produção dos outros como algo que fosse imaginado ou inventado por ele próprio; ou ainda aquele que reclama para ele a honra da descoberta feita por outro.

O problema do plágio agravou-se com o advento da internet, uma vez que o acesso à informação ficou mais fácil, rápido e prático. Nos ambientes acadêmicos, portanto, observa-se que uma parcela significativa de jovens que ingressam na universidade nasceu no tempo da internet e sabem que com alguns cliques possuem o domínio, instantâneo, a uma infinidade de fontes de consulta sobre diferentes temas e áreas.

A facilidade no acesso às informações possui um caráter positivo. Entretanto, ao analisá-la criticamente, não há como negar que seu uso indevido está muito mais voltado às intenções dos sujeitos que partilham desse universo do que daquilo que se disponibiliza em rede interativa. A discussão sobre o tema amplia-se na medida em que novas formas de troca de informações surgem, pois o mundo virtual evolui a cada instante, ao passo que as pessoas, na maioria das vezes, têm dificuldades de acompanhar essas mudanças, o que pode resultar no uso ilegal de conceitos vagos ou incompletos (Gonçalves et al, 2011).

Nessa linha tênue que agrega aspectos positivos e negativos, há que se pontuar o caráter de incerteza ou falta de consciência dos acadêmicos ingressantes em relação aos resultados de plagiar partes de textos de outrem. Ainda que em menor grau de intencionalidade, o plágio também pode ocorrer de forma involuntária, não eximindo, no entanto, o plagiador de sua responsabilidade civil. A realidade é que é esperado, daqueles que fazem parte deste universo, que sejam conscientes de seus atos, cujo privilégio de pertencer a um espaço de excelência e acesso às bibliotecas e demais espaços de informações possa criar uma consciência sobre a importância de respeitar direitos e deveres (Gonçalves et al., 2011).

Diante do exposto, evidencia-se que, ao iniciarem na vida acadêmica, os estudantes precisam ter clareza de que o uso de ideias e pensamentos de outrem não é algo proibido, no entanto, para não se tornar um escritor plagiador, o acadêmico deve utilizar-se dos recursos de referência, textual e pós-textual, das fontes utilizadas em seu trabalho acadêmico-científico, forma pela qual não fere o direito, não pratica atividades de forma antiética, além de depositar os créditos

de ideias e informações por ele utilizadas, àqueles que possuem o devido direito.

4. Apontamentos sobre o II Seminário: Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual

A presente seção discorre sobre o II Seminário promovido pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI, na cidade de Serrinha/Ba. O evento, que faz parte da programação de atividades obrigatórias e presenciais do curso, ocorreu no auditório do Departamento de Educação (DEDC XI), no dia 18 de agosto de 2023, às 15h.

A palestra, cujo tema foi “Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual”, teve como mediador o Prof. Dr. José Gileá de Souza e, como expositora, a Mestre Laís Santana Viana, a qual é Advogada, Membro da Comissão de Propriedade Intelectual da OAB/BA e Pesquisadora na Agência UNEB de Inovação. Na oportunidade, a palestrante pontuou sobre a importância de conhecer os direitos relativos às obras, sejam elas literárias, artísticas, científicas, dentre outras, além das marcas industriais, comerciais, etc., ou seja, tudo que for produto/invenção da atividade humana.

A professora também expôs sobre os seguintes pontos: Direito Autoral, Direito Moral, Direito Patrimonial, Patentes, Programa de Computador, Marcas, Desenho Industrial e Indicação Geográfica. A palestrante utilizou como aporte teórico a Convenção de Estocolmo, na qual foi criada a Organização Mundial da Propriedade Intelectual em 1967, e a Constituição Federal de 1988, que assegura os direitos autorais e dá outras providências. A pesquisadora Laís Viana (2023) defende que no centro do debate sobre a propriedade intelectual existe a necessidade da legislação para regulamentar essas relações, inclusive entre as empresas no que diz respeito à transferência de tecnologia. A pesquisadora, também, destacou que a originalidade de uma obra assegura a sua proteção legal, como um requisito básico.

5. Considerações finais

Este artigo resultou de reflexões produzidas com base na palestra realizada no II Seminário: Inovação e Proteção da Propriedade

Intelectual, por Me. Laís Viana. O artigo teve como objetivo discutir sobre a relação entre a Propriedade Intelectual no campo da Produção Científica, apontando para a perspectiva da ética, moral e direitos autorais, a fim de elucidar os possíveis riscos para o campo da ciência, caso estes aspectos sejam negligenciados.

O tema emergiu do compromisso do Programa de Pós-graduação em promover discussões sobre a propriedade intelectual, sobre a proteção jurídica dos direitos do autor, a proteção da produção e do controle bibliográfico. A formação dos mestrandos em ética e integridade em pesquisa envolvem medidas educativas e preventivas para o desenvolvimento da consciência crítica e construção autoral dos trabalhos.

O estudo evidenciou a importância da compreensão do conceito Propriedade Intelectual como proteção aos direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas, [...] às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, [...] e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico (BRASIL, Convenção de Estocolmo, 1967). A propriedade intelectual envolve proteção, é um sistema que assegura a proteção para que os autores tenham segurança jurídica em torno da sua criação.

O artigo destacou os direitos relativos à categoria dos Direitos de Autor e Conexos, que são direitos concedidos aos autores de obras intelectuais expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte. Este Direito de Autor assegura aos autores dois tipos principais de direitos: um deles de caráter pessoal, também chamado de direitos morais e outros de caráter patrimonial. Assim como, analisou que a proteção legal das criações intelectuais, como condição de garantia ou direito de autoria, permite que seus criadores usufruam dos direitos sobre produtos.

Portanto, este trabalho concluiu que, na elaboração de trabalhos acadêmico-científicos, o iniciante em cursos de graduação deve se conscientizar sobre a existência de características indispensáveis, as quais serão indicadores, obrigatoriamente, de qualidade na construção de seu produto intelectual escrito, como por exemplo: o respeito ao rigor acadêmico; a aplicação do método científico com diferentes classificações de pesquisa; o uso de linguagem técnica e padrão culto da língua vernácula; a exploração de técnicas de escritas, seja para

facilitar o entendimento do leitor ou para preservar a autoria das ideias ou fragmentos textuais das fontes de informação de fundamento teórico, dados ou imagens, gráficos e tabelas que foram utilizados, além do respeito às orientações institucionais e aplicação das normas de elaboração dos trabalhos acadêmico-científicos da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (Gonçalves et al., 2011).

Desse modo, espera-se ter atingido o objetivo proposto neste artigo ao debater a questão dos direitos autorais na produção científica, sob uma ótica legislativa, despertando, em especial, o interesse dos iniciados em ciência, acerca da condição de criminalização de práticas de cópia, a exemplo do plágio. Contudo, o foco deste escrito se funda nas necessidades do chamado ético, responsável e criativo como forma de atenção dos que partilham a vida no universo acadêmico e científico, sem perder de vista o respeito às orientações emanadas pelas Instituições de Ensino Superior do Brasil.

Referências

- BARBOSA, Denis Borges. Uma introdução à propriedade intelectual. 2003.
- BRASIL, Constituição. Lei nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998. **Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: INTERTEMAS Presidente Prudente**, v. 22, p. 238, 1998.
- BRASIL, Convenção de Estocolmo, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), 1967. **DL 101P BR - Módulo 2** - Introdução à Propriedade Intelectual - (4V) © OMPI/INPI.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPQ. Ética e Integridade na Prática Científica-Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq. 2011.
- DO BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. **Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico**, 1988.
- FERNANDES, Márcia Santana; FERNANDES, Carolina Fernández; GOLDIM, José Roberto. Autoria, direitos autorais e produção científica: aspectos éticos e legais. **Clinical and Biomedical Research**, v. 28, n. 1, 2008.
- GALVÃO, Marli Teresinha Gimenez. Plágio na construção de trabalhos científicos. **Rev Rene**, v. 15, n. 2, p. 187-188, 2014.
- Gil, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GONÇALVES, Heloísa Helena Leal; NOLDIN, Pedro Henrique Piazza; GONÇALVES, Claudio Cesar. O recurso do plágio em trabalhos acadêmico-científicos: um tema em questão. **Revista da UNIFEPE**, v. 1, 2011.

CONSTRUINDO PONTES ENTRE PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E INCLUSÃO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

*Leilany Marry Brizolara Silva
Thaiana Ferreira dos Santos
Marcia Torres Neri Soares*

Resumo

O presente texto oferece um panorama sobre os Mestrados Profissionais (MP) e sua implicação com a proteção da propriedade intelectual, haja vista o MP ser um programa de pós-graduação voltado para profissionais comprometidos em aprimorar suas habilidades e conhecimentos em uma área específica com o objetivo de resolverem problemas reais dos setores de sua atuação. Assim, esse trabalho objetiva apresentar reflexões provenientes de referenciais bibliográficos e da exposição oral realizada no II Seminário Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual promovido pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), ocorrido no dia 18 de agosto de 2023 às 15 horas, na cidade de Serrinha-BA. A metodologia utilizada segue o parâmetro de inspiração bibliográfica, para alicerçar teoricamente o trabalho contribuindo para a construção de um argumento sólido. Como base teórica foram utilizados autores como: Ribeiro (2006); Santos (2020) e Soares (2020), os quais favorecem a contextualização e entendimento da temática. Esperamos suscitar reflexões atinentes a criação de produtos nos MP, demarcando, assim, as implicações das criações feitas pelos mestrandos para o âmbito social e acadêmico.

Palavras-chave: Proteção intelectual. Mestrado Profissional. Inclusão

1. Introdução

No coração de uma sociedade, em constante evolução, emergem diversos desafios para os quais subjaz atenção imediata e soluções inovadoras. Os Mestrados Profissionais (MP) são de grande relevância para esse cenário, pois estão imbuídos em capacitar os profissionais para resolver problemas reais dos setores onde atuam e também a

adquirir competências para maior eficácia em suas carreiras, através da aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

Esse tipo de formação tem implicação direta com novas descobertas, nas diversas áreas, inclusive na seara da Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual. Exatamente por isso, o Programa de pós-graduação *stricto-sensu* Mestrado em Intervenção Educativa e Social (MPIES) e o Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), *Campus XI - Serrinha-BA*, trouxeram este tema no II Seminário, ocorrido no dia 18 de agosto de 2023. Na oportunidade, dentre outros assuntos, explanou-se sobre a importância de patentear uma construção intelectual.

O seminário contou com a mediação do prof. Dr. José Gileá de Souza e palestra da profa. Ms. Laís Santana Viana, cuja explanação lançou luz a importância e relevância do tema no âmbito profissional e acadêmico, ratificando a preocupação do MPIES em aprimorar a formação de seus mestrandos. Além da exposição oral citada, foi realizada uma análise bibliográfica para fundamentar a construção do presente texto, cujo objetivo central foi a reflexão sobre os Mestrados Profissionais e sua relação com a proteção da propriedade intelectual.

A luz dessas considerações introdutórias, com breve abordagem do tema, este artigo apresenta a metodologia utilizada na seção intitulada “Trilhando o caminho metodológico”. Em seguida, na seção “Desenvolvendo Expertise e inovação: O percurso do Mestrado profissional e seus produtos voltados à Educação Especial e inclusiva” discorre sobre a relação dos Mestrados Profissionais no processo de construção de produtos inovadores ligados à Educação Especial e Inclusiva.

A seção “Tecendo reflexões sobre inclusão no processo de construção dos produtos de inovação: a relevância da discussão” reforça a imprescindibilidade dos produtos em Mestrados Profissionais, revelando instruções para/no movimento de patentear constructos intelectuais com vista à garantir os direitos autorais da criação. Segue discorrendo sobre o Mapeamento da Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual, a qual descreve as contribuições e a experiência vivida no II Seminário do MPIES para, enfim, tecer as considerações finais do texto.

Espera-se com esse estudo fomentar um importante debate sobre o assunto, como também anunciar novas possibilidades de aprofundamento desse tema de grande relevância para o campo acadêmico e social.

2. Trilhando o caminho metodológico

Metodologicamente este artigo segue um parâmetro de inspiração bibliográfica, tendo em vista a consulta realizada nos textos disponibilizados pela expositora do II Seminário: Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual. Como dantes apresentado, o evento foi organizado pela equipe do MPIES e realizado no décimo oitavo dia do mês de agosto. As falas sobre o evento estão explicitadas na seção posterior.

Uma escrita ancorada num método bibliográfico visa utilizar reflexões de autores precursores das falas sobre determinado tema. Discorrer sobre proteção intelectual é uma tarefa árdua, pois envolve diversas questões: territoriais, econômicas, direitos autorais, dentre outras vertentes. Na verdade, trata-se de um leque de informações imprescindíveis para a proteção de uma criação inovadora. Para tanto, definimos a pesquisa bibliográfica na construção deste trabalho porque,

[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. (GIL, 2002, p. 440.

Sendo assim, a metodologia escolhida tem intrínseca relação com a abordagem aludida, afinal esta exposição emerge de experiências e vivências a serem referendadas com intuito de demarcar a necessidade de valorizar a autoria dos trabalhos aqui utilizados. Nessa tomada crítica, ressaltamos o evento base das tessituras deste trabalho, pois aconteceu conforme planejado, no dia e horário estabelecidos, e contou com um público interessado em absorver este conhecimento tão profícuo. O próximo tópico, faz luz à elucubrações concernentes a aderência dos Mestrados Profissionais para o meio acadêmico, a construção de produtos inovadores com observâncias condizentes a proteção intelectual, e uma breve descrição do II Seminário embrionário para as discussões deste artigo.

3. Desenvolvendo Expertise e inovação: O percurso do Mestrado profissional e seus produtos voltados a Educação Especial e inclusiva

O Mestrado Profissional no Brasil foi marcado por resistência e desconfiança envolvendo a comunidade acadêmica. Muitos compreendiam como uma ameaça ao futuro da pós-graduação *stricto sensu*, a qual se destinava à formação do pesquisador. Consideravam as possibilidades do Mestrado Profissional em Educação trazer diversas consequências para o futuro desse nível de ensino (CASTRO; SOARES, 2021).

Nesse contexto, depois de muitas discussões e embates, surge o primeiro curso aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 2009. O curso era vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e seu funcionamento iniciou, efetivamente, em 2010.

O Mestrado Profissional privilegia a pesquisa com articulação da investigação e da prática pedagógica na estrutura curricular de seus cursos. Destaca-se como característica dos MPs a particularidade de seu trabalho final de conclusão. O mestrando deve apresentar uma intervenção e seu produto final, com o objetivo de formar alguém capaz de localizar, identificar, reconhecer e, acima de tudo, agregar valor à sua atividade profissional. Uma perspectiva diferente do Mestrado Acadêmico, mais localizado na esfera da formação, a longo prazo, de um pesquisador através da imersão na pesquisa.

De acordo aos ensinamentos de Ribeiro (2006), o MP intenta algo aparentemente simples, mas, ao mesmo tempo, algo bastante ambicioso e difícil. Isso porque almeja o aluno pesquisador e sua percepção sobre a importância da pesquisa em sua respectiva área de atuação profissional, sendo capaz de encontrar caminhos de investigações ainda não feitas, numa perspectiva futura e assim conseguir incorporá-las em seu exercício profissional. Para tanto o mestrando deve ser capaz de desenvolver atitudes na problematização da realidade, buscar dados e referências, bem como expressar seus achados.

Diante disso, uma das preocupações seria com os trabalhos finais dos MPs. A Portaria 80/98 da CAPES (BRASIL, 1999) traz em seu artigo 2º, as seguintes exigências:

(...) Que demonstre domínio do objeto de estudo, (sob a forma de dissertação, projeto análise de casos, performance, produção artística, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, protótipos, entre outras, de acordo com a natureza da área e os fins do curso) e capacidade de expressar-se lucidamente sobre ele.

Assim, percebe-se a importância de conhecer sobre a proteção da propriedade intelectual, haja vista os trabalhos finais produzidos nos cursos dos MP também poderem necessitar dessa proteção.

Se adentrar no entendimento dos diferentes trabalhos de conclusão de curso dos MPs pode-se ampliar as diversas possibilidades do uso da propriedade intelectual. Neste diapasão, o artigo 7º §3º, da Portaria de nº 17, de 28/12/2009 assim determina:

O trabalho de conclusão final do curso poderá ser apresentado em diferentes formatos, tais como dissertação, revisão sistemática e aprofundada da literatura, artigo, patente, registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, publicações tecnológicas; desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrumentais e de produtos, processos e técnicas; finais de pesquisa, softwares, estudos de caso, relatório técnico com regras de sigilo, manual de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação em serviços, proposta de intervenção em procedimentos clínicos ou de serviço pertinente, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, projetos de inovação tecnológica, produção artística, sem prejuízo de outros formatos, de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, desde que previamente propostos e aprovados pela CAPES. (BRASIL, 2009, p.3).

Nesse sentido, fica clara a necessidade de formar profissionais pesquisadores de sua prática, com formação orientada para a proteção dos seus resultados, a fim de garantir o devido registro do trabalho final de conclusão e sua devida aplicabilidade. É exatamente por isso a relevância de conhecer sobre o tema proteção da propriedade intelectual para os MPs.

O produto do mestrado profissional é, de fato, uma manifestação tangível de conhecimentos adquiridos durante o programa. Dessa forma, o MPIES visa contribuir com o desenvolvimento dos seus mestrandos, seja nas competências acadêmicas, científicas e profissionais. Isso ocorre de forma articulada e integrada, contemplando os novos contextos de aprendizagem e as novas formas de subjetivação e organização comunitária, linhas do programa, tanto em espaços do setor público quanto privado.

Nessa construção é sempre importante valorizar a interdisciplinaridade, de forma a propiciar uma instrumentalização para a realização de intervenções educativas e sociais, com o foco na área de concentração: a educação, a sociedade e a intervenção.

Há uma preocupação, portanto, em contribuir com a formação de conhecimentos acerca de diversos assuntos, inclusive de proteger os produtos advindos da pesquisa. Acredita-se na importância de, no interior da pesquisa educacional, poder suscitar diversas mudanças valiosas, dentre as quais, na área da educação especial e inclusiva.

Logo, os MPs são espaços de grande importância para chegar a grandes inovações nas concepções voltadas também à educação da pessoa com deficiência. A pesquisa deve ser sempre baseada no rigor acadêmico e na implicação do pesquisador no seu ambiente de atuação, onde deve ser demonstrada a relevância social e educacional do produto. Os trabalhos de conclusão de curso são vistos da seguinte forma:

Art. 11 - Os trabalhos de conclusão dos cursos profissionais deverão atender às demandas da sociedade, alinhadas com o objetivo do programa, utilizando-se o método científico e o estado da arte do conhecimento, seguindo-se os princípios da ética. Parágrafo único. O regulamento do programa Profissional deverá indicar os formatos dos trabalhos de conclusão, assim como os mecanismos de registro documentado sobre o conhecimento gerado pela pesquisa, para fins de verificação e avaliação. Art. 12. As orientações específicas para os formatos dos trabalhos de conclusão serão explicitadas nos documentos orientadores de cada área de avaliação, permitindo formatos inovadores, com destaque para a relevância, inovação e aplicabilidade desses trabalhos para o segmento da sociedade na qual o egresso poderá atuar. (BRASIL, 2019, p.03).

Nesse sentido, se faz importante observar a utilidade prática deste produto, seja no âmbito institucional ou intelectual, contribuindo com sua implementação de forma conclusiva e operacional.

Hodiernamente, a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é algo pulsante nas nossas escolas e necessita de ações interventivas para melhor atender as pessoas com deficiência (PCD), as quais historicamente passam por diversas situações de exclusão e (in) visibilidade no campo educacional, aspecto reforçado por Soares (2020, p. 24), quando assim se posiciona:

Conquanto, nem sempre era em decorrência de um esquecimento, ou uma falta de reflexão. Em alguns momentos, era intencionalmente praticada, pela falta de informações do grupo sobre como agir com estes estudantes, ou da ideia sobre a incapacidade de intervir por não dominar tais informações.

Diante disso, compreende-se a necessidade de pesquisas voltadas para essa área de conhecimento. O objetivo é alargar as oportunidades de inclusão das pessoas com deficiência nos espaços escolares, para desmistificar o assistencialismo caritativo voltado para elas.

Pereira (2020) reforça a pesquisa de intervenção em educação em um mestrado profissional como base para a mudança da prática educativa e profissional, além de se constituir um avanço do conhecimento dos atores envolvidos. Finalmente, pode-se enfatizar a promoção da pesquisa interventiva na área da educação especial e inclusiva nos mestrados profissionais como de grande relevância para as PCDs. Isso porque, por meio desse conjunto de saber acadêmico prático, o mestrando pode alcançar seu protagonismo na busca por mudanças.

4. Tecendo reflexões sobre inclusão no processo de construção dos produtos de inovação: a relevância da discussão

As falas destacadas anteriormente denotam uma relação importante dos MP no processo de construção de produtos inovadores. O detalhamento exposto traz a baila uma desconstrução da perspectiva negativa sobre a categoria da pós-graduação profissional, postulando assim, o grande benefício para o âmbito acadêmico. Nesse debate, os MP cumprem o papel de levar inovações com a construção de diversos produtos e suas respectivas contribuições para as áreas afins.

Pensando nessa perspectiva, a presente seção visa discutir a importância da construção dos produtos em MP, atribuindo a imprescindibilidade de se pensar em patentear e garantir os direitos autorais da criação. O produto base para este fragmento discursivo, versa sobre a elaboração de uma videoteca intitulada vídeos (in) formativos de uma pesquisa em andamento alusiva ao processo educacional de estudantes surdos.

Para início de conversa, os recursos aqui citados como uma produção intelectual, representam o bojo da nossa discussão. Toda criação pode ser registrada, seja um projeto, um objeto, ou até mesmo uma ideia. Desconsiderar os direitos autorais significa copiar falas/ideias de um “proprietário” sem o seu consentimento, e isso reverbera em consequências para o “copiador” ao não citar a ideia/fala de uma criação já patenteada ou não. Toda literatura idealizada tem o respaldo da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

“às obras literárias, artísticas e científicas; às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão; às invenções em todos os domínios da atividade humana; às descobertas científicas; aos desenhos e modelos industriais; às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais; à proteção contra a concorrência desleal e “todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico.” (Convenção que Institui a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, assinada em Estocolmo, em 14 de julho de 1967; Artigo 2, § viii)

Nesse sentido, com base na elaboração dos vídeos (in) formativos, faz-se mister a presente discussão, certamente por se tratar de um material a contribuir significativamente para as práticas educacionais dos professores da educação básica numa ação colaborativa com os Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais e Portuguesa (TILSP).

Descrevendo sinteticamente, a construção dos vídeos (in) formativos, tem por objetivo sistematizar os diálogos constituintes da aplicação de uma pesquisa em andamento, com professores e TILSP de uma escola estadual em Ipiaú na Bahia. As discussões trarão à luz as dificuldades de trabalhar com o estudante surdo, aspecto problemati-

zado na atuação de professores e TILSP pelos desafios no desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para as especificidades desse público. Destarte, no tocante às dimensões regentes sobre a atuação do TILSP, é necessário, por um lado, reconhecer seus limites, mas por outro lado, expandir as possibilidades de sua atuação sob a perspectiva de um trabalho executado com coesão, e atento às especificidades dos estudantes surdos.

O bom profissional também precisa reconhecer suas limitações, e reconhecer àquele que domina conhecimento mostra-se mais que uma estratégia; é uma questão de ética e compromisso com verdadeiro propósito de interpretar em sala de aula: propiciar a condição de igualdade entre surdos e ouvintes por meio do acesso às informações por meio da Libras. (SANTOS, 2020, p. 91).

A fala da autora é muito importante, porque este reconhecimento é necessário, e aproxima-se com a ideia central deste trabalho, o qual também tem implicações com a pesquisa citada outrora. Sendo assim, entendemos também o TILSP como importante agente no processo inclusivo. No exercício de sua função não pode modificar a fala do “proprietário”/professor, pois estará infringindo os direitos autorais da informação e desconstruindo a ideia a ser transmitida para o estudante surdo. Dessa maneira, como toda profissão da esfera educacional, a qual exige uma formação, os profissionais precisam sempre reconhecer a imprescindibilidade de buscar os conhecimentos e se atentar às suas potencialidades antes de aceitar qualquer tipo de serviço.

A criação dos vídeos seguirá uma característica participante, posto tomar como ponto de partida a relevância dos olhares dos professores e dos estudantes surdos como complementares na proposta. Este processo se definiu a partir de dados, apresentados aos professores e TILSP, oriundos de relatos de estudantes surdos que estudaram/estudam na escola concedente. É importante ressaltar a utilização de vídeos como condizente aos recursos utilizados na aprendizagem de estudantes surdos, afinal, foram contemplados por meio da acessibilidade em Libras durante todas as reflexões apresentadas.

Atentando-se a uma perspectiva acadêmica, o produto a ser construído e disponibilizado no canal do *Youtube* do MPIES, cumpre o dever de levar a público conhecimentos relevantes no fomento de

materiais para cursos de formação de professores com vistas à educação inclusiva, em especial para estudantes surdos. Por esse motivo, consideramos pertinente ancorar-se na discussão sobre patente, afinal para o pesquisador, pode requerer a proteção do seu constructo.

As patentes constituem uma das mais antigas formas de proteção da propriedade intelectual e, como em todas as formas de proteção da propriedade intelectual, a finalidade de um sistema de patentes é incentivar o desenvolvimento econômico e tecnológico recompensando a criatividade (OMPI, 1967, s/p).

Nesse sentido, destacamos aqui a extrema necessidade de se pensar numa forma de proteção intelectual, pois o conhecimento é algo a ser partilhado, mas com o reconhecimento de autoria necessário. Todo e qualquer trabalho, seja acadêmico ou não, exige citar quem contribuiu para alguma reflexão. Portanto, elencou-se neste trabalho não só a importância dos MP, mas as suas produções e as formas éticas de reconhecer o idealizador dos materiais construídos. A próxima seção versará sobre como emergiram as indagações colocadas até aqui, haja vista ter implicações com o II seminário: Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual.

5. Mapeamento sobre Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual: descrevendo as contribuições do II seminário do MPIES

A presente seção descreve a experiência do segundo seminário ocorrido no dia 18 de Agosto de 2023, promovido pelo MPIES e o Departamento de Ciências Humanas da Uneb, *Campus XI* na cidade de Serrinha- BA. O evento tratou da temática: Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual, o qual explanou sobre a importância de patentear uma construção intelectual. O II seminário adotou como organização, à disposição de um professor mediador, Prof. Dr. José Gileá de Souza e uma palestrante, a saber: prof. Me. Laís Santana Viana.

A expositora utilizou como aporte teórico fragmentos da Convenção, a qual institui a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, assinada em Estocolmo, em 14 de julho de 1967, e abordou em suas falas diversos exemplos dialogando com o documento. A professora

ênfatisou com muito afinco o fato de “todo autor precisa ser citado” independente de ser um documento patenteado ou não. Isso ratifica o fato de os trabalhos acadêmicos serem sempre referendados, demarcando o compromisso e credibilidade da pesquisa/escrita.

Em seguida, trouxe a lei 10.973/2004 a qual, segundo as falas da palestrante, estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica para/no ambiente produtivo. Em sua explanação, ênfatisou a ideia de alguns doutrinadores, responsável por desmistificar a inovação como patente, pelo contrário, os serviços e processos introduzidos no mercado, não necessariamente serão geradores de lucro. Ao contrário, pode ser uma produção patenteada seguindo as diretrizes impostas. Em suma, a referida lei contornou esse debate também e desconstruiu a ideia de toda inovação poder ser considerada uma patente .

Ao apresentar o manual de Oslo (1977), uma das principais obras categorizadas com pressupostos e teorizações, a expositora retomou em sua fala contribuições da lei para o conceito de inovação. Nesse sentido, apreendemos a inovação como algo amplo, mutável, de acordo ao dia a dia de cada indivíduo, podendo esta, ter a característica de chegar ao mercado com possibilidades de ser absorvida. Por conseguinte, possibilitou o entendimento acerca de nem toda inovação poder ser considerada uma patente porque, “muitas patentes correspondem a invenções de valor tecnológico e econômico quase nulo; embora muitas delas tenham valor bastante expressivo, muitas outras jamais resultam em inovação” (MANUAL DE OSLO, 1997, p. 27), e isso reflete muitas vezes em diversas problemáticas para/no processo de reconhecimento intelectual.

Diante de muitas informações abordadas sobre inovação e proteção da propriedade intelectual ficou claro a importância de se proteger as nossas criações em todos os aspectos. Essa proteção é de grande relevância para a pesquisa e seus produtos, dessa maneira a inovação tem o papel de amparar seus pesquisadores na proteção de suas propriedades intelectuais, a exemplo de produtos criados nos Mestrados Profissionais em Educação.

6. Considerações finais

Todo pesquisador é envolvido com a sua escrita, todas as suas falas estão totalmente implicadas com sua área de atuação ou militância.

Nesse viés, as interlocuções trazidas aqui elucidaram falas importantes sobre os MP, sob uma perspectiva de desconstrução dos preconceitos nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em concatenação a produção e proteção dos produtos criados.

Toda a escrita perpassou por uma experiência dentro de um MP, teve como principal objetivo trazer à luz as contribuições, os aprendizados e as oportunidades do estudante ao ser selecionado em um certame tão almejado como um mestrado. Falar sobre a criação e proteção dos produtos e correlacionar com as pesquisas envolvidas, dentro de um contexto de educação inclusiva, e propostas atinentes aos estudantes surdos nas escolas básicas, foi uma ação profícua, pois percebe-se o quanto as pesquisas podem se correlacionar, e englobar uma temática tão complexa como proteção intelectual/patente.

Enfatizou-se a importância das construções dentro de um MP, e esclareceu dúvidas relativas à inovação, comumente confundidas com a temática de patente por se relacionarem no critério da criação, no entanto, nem toda ideia, produção de “inovação” é possível patentear, afinal existe um processo burocrático para todo e qualquer trâmite com vistas a um reconhecimento de uma produção intelectual.

A inovação, segundo a palestrante, vislumbra aspectos organizacionais. Desse modo, uma pessoa pode inovar dentro do seu local de trabalho, ter o reconhecimento pela sua ação, mas não fecunda uma ratificação com vistas a considerar o depósito para patentear tal inovação. Ainda mais, frisou a inovação social como questão fulcral, pois esta perpassa a solução de um problema para benefício de um público específico ou a sociedade como um todo. Também ponderou sobre considerar um registro como patente, pois existe todo um aparato legal subjacente.

Tendo em vista todas as discussões supracitadas, concluímos, portanto, sobre os MPs serem representativos no tocante ao reconhecimento de uma produção inovadora a nível de uma patente. Embora enfrente desafios, os MPs atuam de forma significativa não só com as pesquisas, mas com o fomento de materiais, possibilitando a abertura de oportunidades no desenvolvimento de intervenções e produtos. Em consideração ao descortinado nesse texto, materiais alusivos à temática da inclusão, sobremaneira conhecimentos sobre a inclusão de estudantes surdos, precisam do reconhecimento de autoria, haja

vista concordar acerca de serem materiais propícios de embasamento para outros profissionais, e assim, a horizontalizada a discussão de proteção intelectual/patente.

Referências

BRASIL, Convenção de Estocolmo, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI),1967. **DL 101P BR - Módulo 2** - Introdução à Propriedade Intelectual – (4V) © OMPI/INPI.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº80 de 16 de dezembro de 1998.** (DOU, 11.01.1999, Seção 1, p. 14) Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2183/portaria-capes-n-80>

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº17 de 28 de dezembro de 2009.**

BRASIL (2019), Ministério da Educação. Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior . **Portaria normativa CAPES nº60 de 20 de março de 2019.** Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2716/portaria-capes-n-60> [20 de agosto 2023].

CASTRO, Selma Barros Daltro de; SOARES, Marcia Torres Neri. El máster profesional y sus intersecciones con el perfil del profesional estudiante: bastidores del MPIES. In: **Rev. Cubana Edu. Superior** vol.40 supl.1 La Habana 2021 Epub 01-Nov-2021.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

Manual de Oslo: **Diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação.** 2 edição. Paris: OCDE, 1997. ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE).

RIBEIRO, R. J. Ainda sobre o mestrado profissional. **RBPG**, Brasília,v.2,n.6, p.313-315, 2006

SANTOS, Lara Ferreira dos. **Práticas do intérprete de libras no espaço educacional.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2020.

SOARES, Marcia Torres Neri. **Sobre (in)visibilidades no currículo escolar: a zona flutuante da escolarização de estudantes com deficiência/** Marcia Torres Neri Soares- Curitiba: CRV, 2020. 130p.

INOVAÇÃO E PROTEÇÃO DE PROPRIEDADE INTELLECTUAL: APROXIMAÇÕES ABRANGENTES NO CONTEXTO DOS PROGRAMAS DE MESTRADO PROFISSIONAL

Angélica Gimenes Naranjos

Resumo

Este artigo tem o objetivo de apresentar a discussão realizada no II Seminário: Inovações e Proteção de Propriedade Intelectual, ocorrido no dia 18 de agosto de 2023, promovido pelo Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social e pelo Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. O presente texto para ser estruturado considerou a escuta das discussões apresentadas no seminário e a leitura de textos norteadores, destacando a importância da interação entre a proteção da propriedade intelectual e o mestrado profissional. O Seminário foi mediado pelo professor Dr. José Gileá de Souza (UNEB) e a exposição realizada por Me. Laís Santana Viana (Universidade Estadual de Santa Cruz), que apresentou as características, documentos e normas para manutenção dos registros da propriedade intelectual, possibilitando refletir sobre as propriedades intelectuais desenvolvidas em pesquisas no mestrado profissional, a saber: softwares, materiais pedagógicos, entre outras que contribuirão para intervir em determinado contexto.

Palavras-chave: Seminário. Proteção de Propriedade Intelectual. Registros.

1. Introdução

Este artigo emerge de discussões tecidas no II Seminário: Inovação e Propriedade Intelectual, promovido pelo Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social – MPIES, do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS), e Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus XI, Serrinha BA.

O II Seminário foi realizado no dia 18 de agosto de 2023, às 15 horas, no auditório da UNEB, campus XI, Serrinha-Ba, a oratória foi mediada pelo professor Dr. José Gileá de Souza (UNEB) e a exposição sobre inovação e proteção da propriedade intelectual aconteceu por intermédio de Me. Laís Santana Viana (UESC), que apresentou os tipos de propriedades e registros, assim como os trâmites necessários para o registro de um produto construído ou descoberto. A partir de uma pesquisa, a expositora abordou diversos tipos de produtos e registros, no entanto, este tema para os mestrados se configurou como uma temática relevante, devido às especificidades dos mestrados, sejam eles acadêmicos, que visam apresentar conhecimentos acerca de determinado assunto, ou do mestrado profissional, que além de conhecimentos agrega o constructo de um produto relacionado ao tema de pesquisa e que irá levar contribuições para o lócus da pesquisa.

Desta forma, durante a exposição realizada por Me. Laís Viana ia-se agregando novos conhecimentos sobre o que vem a ser propriedade intelectual a qual a expositora associa aos “direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico” e os subdivide em três categorias, sendo: Direito autoral; Propriedade Industrial e Proteção Suí Generis (Viana, 2023). A expositora, ao longo de sua apresentação, discorreu sobre conceitos como:

- Patente, tipos de patentes, registros;
- Marcas, naturezas das marcas ou de produtos, marcas coletiva, marcas normativa, marcas figurativa, marcas mista, marcas tridimensional, entre outros tipos de marcas, princípios legais, extinção e manutenção das marcas;
- Desenho Industrial e
- Indicação geográfica.

Essas informações inclinam para a amplitude do conhecimento científico realizado através da pesquisa e das exigências para que os conhecimentos adquiridos e que serão levados à sociedade como provedora do bem em geral precisam passar por trâmites de reconhecimento e validação. É importante ressaltar que esse feito não só valida o status do cientista e seu reconhecimento, como valida seu produto, ou sua propriedade intelectual que será utilizada para determinado fim sem sofrer desvios em sua finalidade.

Para estudantes dos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*, com ênfase no Mestrado Profissional, visto ser a modalidade em que se insere este contexto, é de extrema relevância possuir o conhecimento sobre registros de proteção de propriedade intelectual devido às pesquisas que são realizadas no âmbito acadêmico citado e dos produtos idealizados e construídos pelos pesquisadores em pró do lócus da pesquisa em que se realiza.

Neste viés, conhecer as especificidades do mestrado acadêmico e profissional irá remeter ao tema abordado pelo II seminário devido a sua complexidade, no entanto, essencial para a ciência, inovação e propriedade intelectual, assim, para efeito metodológico foram seguidos dois caminhos, o da escuta atenta e reflexiva sobre o que estava sendo apresentado pela expositora Me. Laís Viana e pelos estudos bibliográficos, que serão delineados na próxima seção.

2. Metodologia

Este artigo emerge como resultado de atividade prática proposta pelo MPIES, UNEB, campus XI, Serrinha, BA e do EPODS, proveniente das discussões realizadas no II Seminário: Inovação e proteção da propriedade intelectual, realizado em 18 de agosto de 2023. A metodologia possui enfoque qualitativo, que de acordo a Minayo (2001) é uma abordagem que tem o objetivo de conduzir a atenção para obter dados sobre aspectos da experiência humana que são subjetivos e complexos, assim, não podem ser quantificados por meio de dados estatísticos.

Dessa forma, este artigo possui inspiração na pesquisa bibliográfica, visto que se fundamenta em estudos já realizados. A pesquisa bibliográfica se efetiva através da pesquisa em materiais como livros, revistas; envolve a utilização de meios de comunicação orais e audiovisuais, como rádio, gravação em fita magnética, filmes e televisão para coletar informações e dados sobre um determinado assunto. Assim, a principal finalidade da pesquisa bibliográfica é permitir que o pesquisador tenha acesso direto ao conteúdo, em formato oral ou audiovisual, relacionado ao tema de pesquisa. As fontes de dados podem ser publicadas, podem ser oriundas de transcrições de conferências, o que possibilita que o registro seja impresso ou gravado. (Marconi e Lakatos, 2003).

O primeiro momento para elaboração deste trabalho aconteceu com a escuta atenta realizada no momento em que era realizada a apresentação do II Seminário: Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual e o segundo momento ancorado em leituras de textos indicados pelo Professor Dr. José Gileá de Souza (UNEB) e pela expositora Me. Laís Viana, conduzindo ao aprofundamento da temática que trata sobre os direitos de quem se dedica a estudos e produção científica, visando ou não lucro financeiro, científico, benefício social, entre outros.

Para embasamento teórico foram indicadas as leituras de: A Criação de uma marca - Uma Introdução às Marcas de Produtos e Serviços para as Pequenas e Médias Empresas - (Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Direito Autoral (2013)); DL 101P BR - Módulo 4 - Marcas © WIPO/OMPI/INPI; DL 101P BR - Módulo 5 - INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS - (2V) © WIPO/OMPI/INPI; DL 101P BR - Módulo 6 - Desenho Industrial - (2V) © WIPO/OMPI/INPI e DL 101P BR - Módulo 7 - Patentes - (2V) © WIPO/OMPI/INPI.

A cartilha trata dos diferentes tipos de registro, das normas e orientações sobre como registrar e como manter o registro de uma marca, patente, entre outros. Os textos nomeados por módulos e numerados de 4 a 7 tratam especificamente de cada tipo de propriedade e serão detalhadas em seção específica.

3. Mestrado Acadêmico e Mestrado Profissional

Para melhor compreensão sobre a aderência entre o tema do II Seminário: Inovação e proteção da propriedade intelectual e o curso de mestrado em contexto é necessário dialogar com André e Princepe (2017), que tecem em seus estudos as características específicas do mestrado acadêmico e do mestrado profissional. André e Princepe (2017) discorrem que os mestrados profissionais enfrentam desafios no sistema de educação no Brasil, que se dedicam a formação crítica, participativa e ativa dos estudantes, assim como pela formação dos profissionais brasileiros. O mestrado profissional, segundo os autores, se apresenta em perfil diferenciado, mas não perde qualidade, pois: "o mestrado acadêmico procura-se, pela imersão na pesquisa, formar o pesquisador ao longo prazo. Já no mestrado profissional também deve haver imersão na pesquisa, mas no sentido de que o mestre profissional possa compreendê-la e saber como utilizá-la." (André e Princepe, 2017, p. 105).

Sendo assim, André e Princepe (2017) afirmam que a pesquisa desenvolvida no mestrado profissional é notável a formação do pesquisador, com o envolvimento na aquisição de conhecimentos e na criação de vínculos de colaboração para a construção de novos saberes. No ramo da educação, a metodologia é proposta para desenvolver habilidades de pesquisa entre os profissionais da educação, e neste trajeto estão inclusos instrumentos para coletas e análise de dados, a relevância se fundamenta ao condicionar a criticidade sobre a prática profissional, visto que busca evidenciar fatos específicos, compreender situações localizadas e propor soluções.

A priori, tanto no mestrado profissional, quanto no mestrado acadêmico, as finalidades são as mesmas, produzir conhecimento. No entanto, o mestrado profissional apresenta como diferencial a ligação intrínseca entre pesquisador e objeto de pesquisa, ou seja, o que ocorre na maioria dos casos é a relação direta do pesquisador com o seu contexto profissional, tendo em vista uma determinada problemática. Assim, a elaboração de um produto visa contribuir no contexto em que o pesquisador está inserido, a fim de solucionar a situação-problema apresentado.

Desta forma, conhecer os tipos de registro para propriedades intelectuais que podem ser construídas, preparadas em um programa de mestrado profissional, tendo em vista como se dão os procedimentos para registro e manutenção das propriedades intelectuais é de extrema relevância para a trajetória científica de um pesquisador. Sem registro a propriedade intelectual pode sofrer violação ou cópia, o que não é apenas prejudicial aos criadores e detentores de direitos, mas também tem implicações econômicas, sociais e culturais que afetam a sociedade como um todo. É por isso que a proteção da propriedade intelectual é considerada fundamental para promover a inovação e a qualidade nos produtos e serviços disponíveis.

4. II Seminário: Inovação e Proteção da Propriedade intelectual

O II Seminário: Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual oportunizou a todos os presentes conhecer, diferenciar e refletir sobre o papel ético de quem está inserido academicamente e profissionalmente na pesquisa e dos novos saberes sobre inovações, produtos

intelectuais, em os conhecimentos que repercutem em benfeitorias a si e a sociedade, seja economicamente, seja em outras esferas da vida.

A abertura e mediação do II Seminário aconteceu por intermédio do Professor Dr. José Gileá de Souza (UNEB) e a exposição sobre inovação e proteção da propriedade intelectual foi feita por Me. Laís Santana Viana (UESC), especialista em registro de propriedades que são fomentados pelas unidades da UNEB. Segundo a palestrante a UNEB apresenta uma grande quantidade de produtos de softwares, provenientes de pesquisas nos programas de mestrado da UNEB, assim, é necessário que tais produtos sejam devidamente registrados e passem por manutenção periódica.

Considerando a discussão sobre Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual, a expositora discorreu sobre os conceitos básicos de propriedade intelectual:

A soma dos direitos relativos às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações dos artistas intérpretes e às execuções dos artistas executantes, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal e todos os outros direitos inerentes à atividade intelectual nos domínios industrial, científico, literário e artístico. (Viana, 2023).

Desta forma, em sua apresentação Viana (2023), explanou que há muita dificuldade para que as pessoas consigam diferenciar quando usar o registro da patente acrescentando em sua fala que as pessoas, quando pensam em registrar uma propriedade, acreditam que devem registrar como patente. Assim, para o conhecimento das pessoas que se fizeram presentes no seminário, a expositora, no decorrer de sua apresentação, discorreu sobre as diferenças e os tipos de propriedades intelectuais existentes.

Neste viés, após apresentar o conceito de propriedade intelectual e suas divisões, Viana (2023) explicou sobre patentes e marcas, termos que na prática apresentam distinção em sua finalidade, visto que: “Patente é

um título de propriedade temporária que confere ao seu titular direito de impedir terceiros de explorar sua invenção, em um determinado território, por um limitado período de tempo, em troca de descrição da invenção”. (Viana, 2023) e ainda que patente é emitido por território.

As patentes desempenham um papel fundamental na proteção da propriedade intelectual e no estímulo ao desenvolvimento tecnológico e econômico, estimulando a criatividade e a inovação, visto se tratar de um documento legal que descreve uma invenção e concede ao titular direitos exclusivos sobre essa invenção em um país determinado, por um período limitado, e durante o tempo em que estiver sobre vigência essa exclusividade permite que o titular da patente tenha controle sobre o uso, fabricação, venda ou licenciamento de invenção.

Qualquer pessoa física ou jurídica pode depositar um pedido de patente, desde que a invenção seja apta, para isso não pode ter sido divulgada publicamente antes do pedido de patente, a invenção deve ser algo que possa ser fabricado ou usado em uma indústria, neste mesmo seguimento existem os modelos de utilidade pública, no entanto se concentram em melhorias funcionais em vez de inovações. Os modelos de utilidade pública também devem atender aos requisitos de invenção e de aplicação industrial. As patentes e os modelos de utilidade concedem ao titular o direito exclusivo de usar, fabricar, vender ou licenciar a invenção durante o período de proteção, porém, é de responsabilidade do titular tomar medidas legais contra infratores, se necessário.

O processo de depósito de patentes pode ser realizado em nível nacional, regional ou por meio do PCT (Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes). O PCT permite a concessão de patentes em vários países através de um único pedido internacional, a legislação relacionada às patentes inclui acordos internacionais como a Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial, o Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT) e o Acordo TRIPS (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio), já a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) desempenha um papel importante na facilitação do processo do PCT, auxiliando os países na harmonização de suas leis de patentes e na promoção da proteção global da propriedade intelectual.

Em relação a Marcas sua história conduz à Antiguidade, pois já eram utilizadas pelos artesãos indianos para distinguir seus produtos

e serviços e desde então as marcas evoluíram e se tornaram elementos essenciais no mundo dos negócios e do comércio. Assim, como marcas famosas, a exemplo da FORTIS que era frequentemente alvo de cópias, esse fato reforçou a importância de proteger a identidade das marcas, um desafio que persiste até dias atuais.

Desta forma, as marcas possuem papel essencial para o comércio de produtos eletrônicos devido à concorrência alavancada pela globalização que permitiu que as marcas se expandissem para os mercados em todo o mundo, tornando a identificação das marcas como a Apple, Nike e Coca-Cola reconhecíveis em qualquer lugar do mundo, remetendo ao pensamento que as marcas apresentam como principais funções simplificar a identificação, agregar qualidades e valores aos produtos e serviços, por isso quando alguém compra um produto de marca reconhecida espera que esse produto apresente padrões de desempenho e confiabilidade. A Marca ainda tem como finalidade servir de ferramenta para atrair consumidores para os produtos através de logotipos, slogans e estratégias de marketing.

Convém lembrar que o Brasil conta com serviços para a proteção de marcas e produtos, e dessa forma a Cartilha: A Criação de uma marca - Uma Introdução às Marcas de Produtos e Serviços para as Pequenas e Médias Empresas do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Direito Autoral, de 2013, é um documento intrinsecamente ligado à criação e proteção de marcas de produtos e serviços para pequenas e médias empresas. A cartilha do INPI aborda aspectos importantes sobre a definição de uma marca e apresenta como conceito que uma marca é um sinal visual, a sua função é distinguir os produtos ou serviços de uma empresa e de seus concorrentes.

Neste sentido, são necessárias que as marcas possuam proteção e o registro de marcas no INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), pois esse registro é uma forma de garantir os direitos exclusivos e evitar conflitos com concorrentes. Tais conflitos, de acordo com a Cartilha, podem existir, visto que existem diferentes tipos de marcas e muitos se assemelham, como marcas de produto, marcas de serviço, marcas coletivas, marcas de certificação, marcas notoriamente conhecidas e marcas de alto renome, por isso, quando uma propriedade tem sua marca registrada é importante usar o símbolo de marcas registradas que é ® ou TM para indicar o status de registro da marca.

Conforme Viana (2023), em relação ao conflito entre marcas e nomes de domínio, é importante escolher nomes de domínio que não infrinjam em marcas já registradas. A expositora discorreu que as marcas podem ser licenciadas para outras empresas, gerando receita para o titular da marca. Em exemplo, Viana (2023) mencionou o caso da franquia, na qual empresas fornecem seus dados e sua referência de mercado para outras empresas produzir ou comercializar produtos de renome no mercado comercial, no entanto, o titular da marca deve monitorar o uso de sua marca por terceiros e, em caso de uso indevido, deve adotar medidas legais para proteger seus direitos.

A legislação Brasileira prevê a proteção aos criadores e inovadores de diversas maneiras, uma delas é através do registro de Desenho Industrial e não pela patente. Este mecanismo de proteção se concentra na segurança da configuração externa de objetos tridimensionais ou padrões gráficos bidimensionais que serão aplicados em objetos, é importante ressaltar que o registro de Desenho Industrial não se aplica a funcionalidades, vantagens práticas, tipos de materiais ou processos de fabricação, mas sim ao aspecto estético e ornamental desses objetos. O Registro do Desenho Industrial tem seu foco no apelo visual e estético do objeto. Neste viés o Registro de Desenho Industrial é, sobretudo, relevante para designers, artistas e criadores que desejam proteger a aparência única de seus produtos.

Sendo assim, o registro de Desenho Industrial é um título de propriedade temporária concedida pelo Estado, durante o período em que estiver com a proteção em vigência o titular tem o direito particular de impedir terceiros de fabricar, comercializar, importar, usar ou vender o objeto sem sua autorização prévia. Assim, para que um objeto (ou padrão) seja elegível para registro de Desenho Industrial ele deve apresentar características que o tornem distinto em relação a outros objetos, deve ser passível de fabricação industrial e deve oferecer condições para que possam ser produzidas em larga escala.

No entanto, existem limitações quanto ao que pode ser registrado como Desenho Industrial, de acordo com a Lei 9279 de 1996. Essa lei impede que objetos ou padrões sejam registrados se possuírem caráter puramente artístico, contrário à moral e aos bons costumes, que ofendam a honra ou imagem das pessoas, ou que atentem contra a liberdade de consciência, crença, culto religiosos, ideias e sentimentos dignos de respeito e veneração e ainda os objetos comuns ou vulgares e

aqueles determinados essencialmente por características técnicas ou funcionais e, por isso, não podem ser protegidos por meio do registro de Desenho Industrial.

Outro tipo de registro importante está relacionado à proteção e à promoção de serviços que possuem origem geográfica. Este tipo de registro recebe a denominação de Indicações Geográficas (IGs) e designam um conceito tido como legal a produtos que incorporam ativos imateriais, como tradição, fatores ambientais e conhecimentos humanos.

As IGs têm como principal função proteger a origem de produtos e serviços, informando aos consumidores sobre a procedência desses produtos, assim, ajudam a garantir a conservação e a qualidade dos produtos e permitem que os consumidores façam as suas escolhas baseados nas informações recebidas. As IGs podem ser aplicadas a uma ampla gama de produtos, incluindo produtos industriais, agrícolas, artesanais e até mesmo serviços, agregando, assim, como a patente e a marca, valores às propriedades. As IGs são recomendadas pela preservação das particularidades regionais, incentivando a manutenção de práticas tradicionais e métodos de produção específicos de cada área, protegendo a diversidade cultural e os modos de vida das comunidades locais.

A regulamentação das IGs é estabelecida pela Lei da Propriedade Industrial (Lei 9.279/96). As IGs podem ser protegidas internacionalmente, por meio de acordos de reciprocidade entre países ou pelo Acordo de Lisboa para a Proteção de Denominações de Origem e seu Registro Internacional. O Acordo TRIPS (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio), da Organização Mundial do Comércio, exige que seus membros protejam as IGs, sendo assim, por este motivo, possuem alcance global.

Dessa forma, as IGs são consideradas um mecanismo especial para proteger e promover produtos e serviços com origem geográfica definida, elas impactam positivamente na preservação da cultura local, no estímulo ao desenvolvimento econômico regional e na garantia de qualidade e melhorias dos produtos. A regulamentação das IGs é uma parte essencial da legislação de propriedade intelectual, tanto no Brasil, quanto internacionalmente.

5. Considerações finais

Durante o II Seminário: Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual, foi possível conhecer as formas de registros, procedimentos e normas destinados a cada tipo de propriedade, assim como a vigência, os procedimentos e a importância da propriedade intelectual para a ciência, estudantes, proprietários de indústrias, comércio, entre outros.

Associar os resultados obtidos em pesquisas, realizadas por intermédio dos programas de mestrado profissional, e a relevância do conhecimento obtido no II Seminário de inovações e proteção da propriedade intelectual, a exemplo de softwares, materiais didáticos, utensílios para educação especial e inclusiva, entre outros, oportuniza a obtenção do reconhecimento pelo registro em marcas, patentes, modelos de utilidade pública, desenhos industriais e Indicações Geográficas, conforme sua especificidade, garantindo a legitimidade da pesquisa e os direitos autorais, caso o produto venha a ser copiado.

Nesse contexto, o registro da Propriedade Intelectual não apenas promove a proteção dos produtos e inventores, mas também atua como um escudo de defesa para os consumidores, visto evitar que eles adquiram mercadorias de qualidade duvidosa ou que possam causar prejuízos econômicos e, em casos mais graves, físicos. Isso se traduz em benefícios para os estudantes e leitores, que podem confiar que o material que acessam está alinhado com os princípios morais e éticos.

Resumindo, os registros em suas respectivas categorias têm como objetivo primordial proteger os interesses do inventor, do consumidor e, ao mesmo tempo, atuar como uma barreira contra fraudes e prejuízos.

Neste viés, o II Seminário: Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual desempenhou papel crucial para sensibilizar os participantes sobre questões éticas relacionadas aos registros de suas inovações e propriedades intelectuais, assim como o de promover um ambiente de pesquisa e inovação responsável.

Referências

A Criação de uma marca - Uma Introdução às Marcas de Produtos e Serviços para as Pequenas e Médias Empresas - (Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Direito Autoral (2013)).

ANDRÉ, Marli e PRÍNCEPE, Lisandra. O lugar da pesquisa no mestrado profissional em educação. **Educar em Revista**, v. 33, n. ja/mar. 2017, p. 103-117, 2017. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-40602017000100103&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 28 de agosto de 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OMPI/INPI. Curso DL 101 BR- módulo 2 - Introdução a Propriedade Intelectual - (3V). 13 fl. 2016C. Disponível em. Acesso em: 01/05/17. OMPI/INPI. Curso DL 101 BR-

DL 101P BR - Módulo 4 - Marcas © WIPO/OMPI/INPI

DL 101P BR - Módulo 5 - INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS - (2V) © WIPO/OMPI/INPI

DL 101P BR - Módulo 6 - Desenho Industrial - (2V) © WIPO/OMPI/INPI

DL 101P BR - Módulo 7 - Patentes - (2V) © WIPO/OMPI/INPI

PROPRIEDADE INTELECTUAL: ANÁLISE DE PRODUTOS ELABORADOS POR EGRESSAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTERVENÇÃO EDUCATIVA E SOCIAL - BOLETIM VERDE INFORMATIVO DIGITAL E OFICINAS (IN)FORMATIVAS

Leane de Magalhães Silva
Sandra Heloísa Teixeira Reis
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

Resumo

Este estudo, intitulado “Propriedade Intelectual: Análise de Produtos Elaborados por Egressas do Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social - Boletim Verde Informativo Digital e Oficinas (In)formativas”, tem como objetivo analisar os produtos desenvolvidos por egressas do programa referido durante o período de 2020-2021. O trabalho é resultado do “II Seminário: Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual”, promovido pelo PPGIES do Departamento de Educação, Campus XI, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). A palestra sobre o tema foi ministrada pela Mestra Viana (UESC) e mediada pelo Professor Dr. Souza (UNEB). A metodologia empregada abrange aspectos referentes à revisão de literatura Bento (2010), e está ancorada em Drucker (1985), Barbosa (2010), Guimarães (2004), entre outros. A conclusão deste trabalho visa compreensões sobre a interseção entre a criação de produtos no âmbito educativo e social, as práticas inovadoras aplicadas pelas egressas e a relevância da proteção da propriedade intelectual nesse contexto específico.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual. Boletim Verde. Oficina (in)formativa.

1. Introdução

Promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) do Departamento de Educação, Campus XI, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em 18 de agosto de 2023, o **II SEMINÁRIO: Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual** foi ministrado pela Mestre Viana, da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) que abordou uma rica variedade teórica e conceitual a respeito da Inovação e Propriedade Intelectual, utilizando de textos de teóricos como Barbosa (2003). O seminário foi mediado pelo Professor Dr. Souza (UNEB).

Vale destacar que Viana possui Mestrado profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), é Membro da Comissão de Propriedade Intelectual da OAB/BA e Advogada com atuação na área de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia, Direito Civil, Público, Consumidor e Administrativo. Suas explanações acerca do tema deram origem a este trabalho que tem como título **PROPRIEDADE INTELECTUAL: análise de produtos elaborados por egressas do Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* em Intervenção Educativa e Social - Boletim Verde Informativo Digital e Oficinas (In)formativas.**

O referido trabalho encontra-se vinculado à Linha 1 – Novos Contextos de Aprendizagem que compõe e faz parte do projeto integrador cadastrado na Plataforma Sucupira, denominado: “Intervenções educativas e sociais e os novos contextos de aprendizagem: “(inter) relações com a educação, família, gênero, religião, cultura e saúde”. Está também associado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS) e objetiva analisar os produtos elaborados por egressas do Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* em Intervenção Educativa e Social - Boletim Verde Informativo Digital e Oficinas (In) formativas no período (2020-2021).

Ancorados nos autores Drucker (1985), Barbosa (2010), Guimarães (2004), (RIBEIRO et al., 2014), entre outros, este artigo foi desenvolvido em duas seções, a saber: Inovações e Propriedade Intelectual: discussões teóricas e Propriedade Intelectual: Boletim Verde Informativo Digital e Oficinas (In)formativas e as considerações finais. Na primeira seção tratamos sobre a diferença entre inovação social e inovação tecnológica; proteção da propriedade intelectual; classificações dos

direitos de propriedade intelectual, conforme apresentado por Viana (2023). Na segunda seção foram apresentados os produtos elaborados pelas egressas Coelho (2021) e Alencar (2021) e os respectivos desdobramentos. Nas considerações finais, as reflexões acerca das temáticas em estudo.

2. Metodologia

O “II Seminário: Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual” foi organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social, ligado ao Departamento de Educação do Campus XI da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O encontro abordou uma temática relevante referente a inovação e proteção da propriedade intelectual, com a apresentação conduzida pela Mestra Viana, da UESC, e mediada pelo Professor Dr. Souza, membro da equipe acadêmica da UNEB.

A participação no evento foi aberta a diversos membros, incluindo alunos de mestrado, professores e discentes de diferentes cursos da comunidade acadêmica, todos com o objetivo de aprofundar reflexões sobre o tema em destaque. Importante ressaltar que este trabalho teve como base a palestra proferida por Viana (UESC) e os materiais fornecidos para estudo.

Assim, foram realizadas revisão de literatura Bento (2010), que diz ser essa metodologia uma parte primordial no processo de investigação e pesquisa bibliográfica de natureza exploratória e descritiva, considerando as teorias de Gil (2002) que a conceitua como pesquisa realizada a partir de materiais já elaborados. Além disso, procedeu-se também, a análise dos produtos elaborados por duas ex-alunas, Coelho (2021) e Alencar (2021), ambas da linha 01 - Novos Contextos de Aprendizagem, inseridas no projeto integrador: “(inter)relações com a educação, família, gênero, religião, cultura e saúde”, cadastradas na Plataforma Sucupira.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar os produtos desenvolvidos por egressas do programa de pós-graduação em intervenção educativa e social - Boletim Verde Informativo Digital e Oficinas (In) formativas, estabelecendo conexões com os conceitos trazidos por Viana (2023), Peter Drucker (1985) em relação à inovação, criação de mecanismos inovadores e proteção intelectual.

Conforme Drucker (1985) destaca, a inovação é uma ferramenta específica dos empreendedores, sendo o processo pelo qual exploram a mudança como oportunidade para um negócio ou serviço diferenciado. Em outras palavras, inovar implica em conceber e implementar o novo.

Nesse contexto, os produtos desenvolvidos pelas egressas refletem a aplicação prática desses princípios de inovação delineados por Drucker (1985), e estão alinhados com a capacidade de perceber e capitalizar oportunidades de mudança para melhorar e diversificar negócios ou serviços locais.

Assim, as inovações resultam em direitos específicos, conhecidos como propriedade intelectual, dependendo da temática e do produto desenvolvido. Este estudo adotou uma abordagem qualitativa em sua metodologia, envolveu uma revisão de literatura sobre os produtos Boletim Verde Informativo Digital e Oficinas (in)formativas, bem como a função de registro de marca e suas especificidades.

No âmbito da pesquisa qualitativa, Figueira Barbosa (1999, p. 237) destaca que as marcas desempenham um papel crucial ao consolidar diversos canais de comercialização de mercadorias, exercendo uma função sistêmica na realização da produção. Em outras palavras, as marcas são elementos essenciais para que as mercadorias atinjam seu propósito no mercado, ou sejam, comercializadas.

3. Desenvolvimento

3.1. Inovações e Propriedade Intelectual: discussões teóricas

Preocupados em garantir sua sobrevivência, os seres humanos, no período conhecido como pré-história, começaram a inventar utensílios e ferramentas com o objetivo de interferirem na natureza. Desde aquela época, sua capacidade de raciocinar, também foi evoluindo até que conseguiram suprir suas necessidades básicas com o cultivo de alimentos e construção de moradias.

De lá para cá, observa-se que a criatividade humana vem alcançando altos patamares, pois o homem foi capaz não só de produzir artefatos para assegurar sua subsistência ao longo dos anos, como também aprimorar e ampliar sua linguagem através de diferentes formas de expressão e de investir na produção de conhecimentos científicos

para melhorar sua condição de vida no planeta em diferentes aspectos, entre eles, a saúde, o trabalho, a educação e o lazer.

Mediante essa capacidade do ser humano para criar ou inovar em todos os domínios da atividade humana, em 1967, conforme salienta Barbosa (2010), em seu livro “Uma introdução à propriedade intelectual”, foi instituída a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), em Convenção realizada na cidade de Estocolmo. Naquela ocasião, essa Organização constituiu-se também, como órgão autônomo dentro do sistema das Nações Unidas e tem como finalidade “promover a proteção da propriedade intelectual em todo o mundo, [...]”, (OMPI, 2002).

Conforme explicitado no Artigo 3º do documento de 2002, essa missão reflete a necessidade de criar um ambiente global que reconheça e respeite os direitos dos criadores, inovadores e detentores de propriedade intelectual.

Ao buscar promover a proteção da propriedade intelectual em escala global, a OMPI desempenha um papel crucial na criação e manutenção de normas internacionais que regem direitos autorais, patentes, marcas registradas e outros aspectos da propriedade intelectual. Essas normas visam proporcionar um equilíbrio entre a proteção dos interesses individuais e a promoção do bem comum, incentivando ao mesmo tempo a inovação e a disseminação do conhecimento.

No entanto, é fundamental que o desafio seja encontrar o equilíbrio adequado, garantindo que a proteção dos direitos de propriedade intelectual não impeça o acesso ao conhecimento e aos benefícios sociais mais amplos. Portanto, a atuação da OMPI é um esforço contínuo para criar um ambiente propício à inovação, ao mesmo tempo em que considera as complexidades e desafios inerentes à proteção da propriedade intelectual em escala global.

Nesse sentido, é válido destacar a relevância da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) para resguardar os direitos de cada indivíduo que se dedica às descobertas científicas, às produções artísticas e literárias, às invenções e inovações em diferentes áreas do conhecimento, neste contexto capitalista em que há uma concorrência incessante e acirrada pela produção de conhecimento e inovação tecnológica que possibilitem às indústrias de diversos setores produzirem bens e serviços com menor custo/benefício.

Ao discorrer sobre inovação social, inovação tecnológica e proteção da propriedade intelectual, Viana (2023) destacou que, às vezes, as pessoas têm a mentalidade que inovação social diz respeito a algo grandioso ou precisa ser realizada em uma comunidade extensa. Entretanto, ao contrário do que se costuma pensar, inovação social é aquilo que o indivíduo pode fazer no seu local para solucionar problemas e necessidades que afetam toda a sociedade e, com isso, melhorar a qualidade de vida da comunidade em que ele se encontra inserido.

Diante do exposto, percebe-se que a inovação social não se limita a algo complexo de alto valor para a humanidade, como no caso da produção de medicamentos, vacinas e inovações tecnológicas na área da saúde. A inovação social pode ser algo simples, desde que seja viável para solucionar o problema em parte ou em sua totalidade.

De acordo com Viana (2023) há uma diferença entre inovação social e inovação tecnológica. Enquanto, essa visa a maximização dos lucros ao ser inserida no mercado, aquela tem o intuito de buscar soluções para problemas sociais, modificar atitudes e comportamentos que impedem o aparecimento de outras formas de colaborar e de trazer benefícios para a comunidade. Ela salientou ainda, que a inovação não precisa ser necessariamente algo novo, mas uma melhoria ou aperfeiçoamento em produtos, serviços ou processos já pré-existentes, essa inovação é denominada de incremental. Ao contrário da inovação incremental têm-se as inovações disruptiva e radical.

A inovação radical é a criação de novos mercados que podem tornar produtos existentes em obsoletos, e a inovação disruptiva trata-se de um processo em que um produto ou serviço é substituído por uma inovação superior, a exemplo do Uber que não extinguiu o uso do táxi, mas criou um novo mercado para um público ainda não atendido; da *netflix* e do *spotify* que ao surgirem, substituíram as fitas de vídeo, os CDs e os DVDs.

Quanto aos direitos de propriedade intelectual, segundo Viana (2023) eles estão classificados em: a) Direito Autoral que abarca: Direitos de autor, Direitos conexos e Programas de computador; b) Propriedade Industrial: Marca, Patente, Desenho industrial, Indicação geográfica, Segredo industrial e Repressão à concorrência desleal; c) Proteção *sui generis*: Topografia de circuito integrado, Cultivar e Conhecimento tradicional.

Ainda, quanto ao direito autoral, Viana(2023) destacou que ele se divide em Direito moral e Direito patrimonial. O direito moral diz respeito ao direito do autor como, por exemplo, ter seu nome indicado na obra, e o Direito patrimonial diz respeito àquele(a) que tem a titularidade da obra para explorá-la, a exemplo das gravadoras e empresários que negociam composições musicais criadas por outrem com o objetivo de obterem lucros. Diante disso, é de suma importância que o(a) autor(a) da obra tenha conhecimento da diferença existente entre direito moral e direito patrimonial para não cometer o erro de assinar um contrato sem compreender o seu teor.

Considerando o Direito moral, todas as vezes que uma obra ou trecho dela for utilizado é necessário citar o nome do(a) autor(a) para não incorrer em plágio e, conseqüentemente, ser punido(a), caso o(a) autor(a) da obra venha a reclamar seus direitos.

4. Propriedade Intelectual: Boletim Verde Informativo Digital e Oficinas (In)formativas

Viana(2023) abordou em sua apresentação as principais marcas registradas e patenteadas globalmente, enfatizando a significância desse processo para a preservação do patrimônio e a distinção entre o valor intrínseco da empresa e o valor associado à sua marca. De acordo com suas observações, a marca representa a personificação da empresa, possuindo um valor inestimável.

A análise de Viana(2023) revela que a sociedade contemporânea está constantemente envolvida com diversos modelos de inovação, especialmente após a vigilância da internet, que facilitam a disseminação de informações e conhecimentos entre estudiosos em todo o mundo. Esse intercâmbio possibilitou o surgimento de novas tecnologias, provocando, por sua vez, a necessidade de adaptação da sociedade, que se vê obrigada a adquirir novos produtos e serviços, bem como a modificar comportamentos.

Nesse contexto, Viana(2023) destaca a importância do registro dos produtos pelos autores, a fim de garantir proteção contra possíveis plágios. Para tanto, ressalta que obras, programas de computador, marcas, patentes e outros trabalhos intelectuais devem ser fixados em algum meio, seja por escrito ou digitalmente. Isso se deve ao fato de

que não é possível registrar algo abstrato que permaneça unicamente no domínio das ideias.

Nesse contexto, o produto 1ª edição do Boletim Verde Informativo Digital foi registrado pela egressa Coelho (2021), sua logomarca recebeu a classificação como mista e de natureza produtos/serviços. Segundo Coelho (2021) a escolha da logomarca deu-se após uma roda de conversa com as colaboradas da pesquisa que optaram por selecionar as frutas pera e laranja para comporem a logomarca Boletim Verde Digital, por serem essas mais comuns na feira local.

Conforme destacado por Guimarães (2004), a escolha de uma cor pode evocar uma sensação visual que se registra no cérebro. Coelho (2021) em sua pesquisa destacou que ao considerar o ambiente vibrante da feira e em conversa com as mulheres feirantes participantes da pesquisa, compreenderam que a escolha das cores foi guiada pela atmosfera única do local. Assim, escolheram o verde, simbolizando natureza, saúde, vitalidade e renovação, e o laranja, associado ao vigor, prosperidade e criatividade, características claramente evidenciadas nas barracas de hortifrúti.

Após a criação da logomarca Boletim verde Informativo Digital, essa foi encaminhada para registro na Agência UNEB de Inovação que está vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação – PPG. Sua criação e atribuições estão inclusas nas Resoluções nº 685 e nº 686 aprovadas pelo Conselho Superior (CONSU) em março de 2009. A função primordial dessa agência inclui a promoção da cultura de inovação e empreendedorismo, bem como a proteção da propriedade intelectual produzida. A publicação do registro da marca ocorreu em outubro de 2021 na Revista de Propriedade Intelectual (RPI) do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) nº 2649.

O exemplo acima ilustra como a proteção da propriedade intelectual se manifesta no âmbito prático, destacando a diversidade de formas que as marcas podem assumir a importância do seu registro para a consolidação e reconhecimento no mercado.

Nesse sentido,

(...) é através da marca que a empresa promete e entrega ao cliente um valor superior ao encontrado no mercado. Quando as empresas fazem isso contínua e consistentemente, tendem a ser mais

lembradas, desenvolvem a preferência e contam com a lealdade do consumidor, são mais protegidas da concorrência e fortalecem o poder de barganha com os canais de distribuição e com os fornecedores. [...] A marca estabelece um relacionamento e uma troca de intangíveis entre pessoas e produtos. O produto é o que a empresa fabrica, o que o consumidor compra é a marca. Os produtos não podem falar por si: a marca é que dá o significado e fala por eles. (Tavares, 1998, p. 17).

A ideia de que a marca estabelece um relacionamento e uma troca entre pessoas e produtos é particularmente relevante. Essa perspectiva destaca que a marca vai além do produto em si, assumindo o papel de mediadora na comunicação entre a empresa e seu público-alvo. A marca não apenas confere significado aos produtos, mas também se torna a representação simbólica da promessa e da identidade da empresa.

A citação de Tavares (1998) destaca que, na dinâmica atual do mercado, os produtos por si só não têm capacidade de se comunicar de forma eficaz. É a marca que preenche essa lacuna, transmitindo significado, valores e promessas aos consumidores.

Nesta perspectiva, a 1ª edição do BOLETIM VERDE - um informativo com edições periódicas anuais em formato digital foi elaborado conjuntamente com as colaboradoras da pesquisa, teve como objetivo "dar visibilidade a mulher feirante e trazer no seu conteúdo sugestões dialogadas com as mulheres sobre o empreendedorismo feminino" (Coelho, 2021, p. 81).

Nesse contexto, a iniciativa não apenas se propõe a ser um veículo de comunicação, mas também um meio de empoderamento e reconhecimento das mulheres envolvidas na atividade de feirantes. Além disso, a escolha do formato digital para o boletim reflete a adaptação às tecnologias contemporâneas, ampliando o alcance e a acessibilidade do conteúdo.

É crucial destacar que, ao colocar em foco o empreendedorismo feminino, a iniciativa não apenas destaca as realizações individuais, mas também contribui para a construção de uma narrativa mais inclusiva e equitativa. A promoção de sugestões dialogadas implica um reconhecimento da diversidade de experiências e perspectivas das mulheres feirantes, reforçando a importância de abordagens participativas na

construção de soluções e no fortalecimento da comunidade empreendedora feminina.

Essa abordagem inovadora do BOLETIM VERDE não apenas informa e sensibiliza, mas também serve como um instrumento prático para o desenvolvimento do empreendedorismo feminino, proporcionando um espaço para a expressão e compartilhamento de conhecimentos. No contexto mais amplo da pesquisa, esta edição do boletim representa um importante contributo para a compreensão prática de como os conceitos de inovação e empreendedorismo, conforme propostos por Drucker (1985), são aplicados e vivenciados pelas mulheres feirantes, destacando a importância da proteção intelectual nessas iniciativas.

Esse propósito demonstra um compromisso não apenas em documentar e divulgar as experiências das mulheres feirantes, mas também em promover um diálogo construtivo sobre o empreendedorismo feminino. A iniciativa do Boletim Verde reflete a intenção de reflexão e fortalecimento da voz e da presença das mulheres no contexto da feira, contribuindo para uma abordagem mais inclusiva e participativa no âmbito do empreendedorismo e inovação social.

Ao contrário da egressa Coelho (2021), a mestra Alencar (2022) optou por não registrar seu produto, isto é, Oficinas (in) formativas. Entretanto, é fundamental destacar que “é assegurado ao autor, criador, pesquisador e artista o direito de controlar o uso de sua obra” (RIBEIRO et al., 2014, p. 33). Esses direitos são regulamentados pela Lei nº 9.610/98, cujo artigo 28 estipula que “ao autor cabe o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica” (BRASIL, 1998, art. 28). Tais direitos abrangem tanto aspectos morais quanto patrimoniais e permanecem válidos desde a criação da obra até 70 anos após o falecimento do autor, contados a partir do primeiro dia do ano subsequente ao óbito.

Nesse contexto, as Oficinas (in) formativas organizadas por Alencar (2021) atravessam os domínios dos direitos autorais e foram concebidas para oferecer às mulheres vinculadas a uma organização comunitária de curtume na região do Sisal, informações relevantes sobre a preservação da cultura local e do meio ambiente.

5. Considerações finais

Adentrar nesse campo da Inovação e Propriedade Intelectual possibilitou-nos refletir acerca das proposições feitas pela Mestre Viana (2023), levou-nos à leitura de diversos textos que tratam sobre o tema em questão e a examinar de modo detalhado os produtos elaborados por Coelho (2021) e Alencar (2021), ex-alunas, do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Intervenção Educativa e Social do *campus* XI, da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) para depreender seus desdobramentos.

Assim sendo, a revisão de literatura e pesquisa bibliográfica, metodologias adotadas para realização deste estudo foram de fundamental importância para se conseguir o objetivo proposto. Ademais, este estudo propiciou aprimorar a compreensão das dinâmicas da produção intelectual no âmbito do referido programa, promovendo uma discussão sobre a significância da inovação e da proteção dos direitos autorais no contexto educativo e social. A expectativa é que as reflexões aqui originadas possam estimular futuras iniciativas e investigações nesta área, impulsionando o progresso do conhecimento e fomentando práticas inovadoras sustentáveis.

Referências

ALENCAR, Carla Giselle Pereira Mascarenhas de. **Organização comunitária feminina em um curtume da região sisaleira**: proposições educativas, socio-ambientais e culturais. Serrinha, 2021. Disponível em: <http://www.mpies.uneb.br/wp-content/uploads/2023/03/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BARBOSA, Denis Borges. Uma introdução à propriedade intelectual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. Disponível em: https://www.dbba.com.br/wp-content/uploads/introducao_pi.pdf. Acesso em: 12 de nov. 2023.

BARBOSA Denis Borges, PORTO, Patricia, PRADO, Elaine Ribeiro do. **Da proteção real da marca não registrada no Brasil**. 2013b.

----- **Ensaios e estudos de Propriedade Intelectual 2014-2015**. Volume I Marcas. Revista Eletrônica do Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual, 11ª edição. 2015. Disponível em: <https://ibpieuropa.org/book/ensaios-e-estudos-de-propriedade-intelectual-2014-2015-volume-i-marcas>. Acesso em 18 de nov.2023.

BENTO, A. **Como fazer uma revisão da literatura:** Considerações teóricas e práticas. Revista JA (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira), nº 65, ano VII (p. 42-44), 2012.

BRASIL. **LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.** Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm. Acesso em 14 de nov. 2023.

COELHO, Mariana Amado Alvarez. **Mulheres empreendedoras sociais numa feira livre do recôncavo baiano:** uma proposta interventiva. Serrinha, 2021. Disponível em: <http://www.mpies.uneb.br/wp-content/uploads/2023/03/>. Acessado em: 10 nov. 2023.

DRUCKER, Peter F. **The discipline of innovation. Separata da Harvard Business Review**, Boston, p. 67-72. May/June 1985.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

Organização Mundial da Propriedade Intelectual. Genebra 2002. Texto oficial português adaptado em virtude do artigo 20. 2WIPO PUBUCATION No.250(P) ISBN 92-8050299-9 WIPO 1990. Disponível em https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_250.pdf. Acesso em 12 de nov., 2023.

RIBEIRO, E. F. S. et al. **Propriedade Intelectual na UFU.** Uberlândia: UFU, Agência Intelecto, 2014. Disponível em: http://www.propp.ufu.br/sites/propp.ufu.br/files/livro_propriedade_intelectual_na_ufu.pdf. Acesso em 18 de nov. 2023.

TAVARES, Mauro Calixta. **A Força da Marca.** São Paulo, Harbra, 1998. Disponível em <https://br.linkedin.com/company/ag%C3%Aancia-uneb-de-inova%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 18 de nov. 2023.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA [UNEB]. CONSELHO UNIVERSITÁRIO. **Resolução número 686/2009.** Aprova a instrução normativa referente aos direitos de propriedade Industrial resultantes da produção intelectual da UNEB. Disponível em: https://inovacao.uneb.br/wp-content/uploads/2022/05/RESOLUCAO-No-686_2009.pdf. Acesso em 18 nov. 2023.

----- CONSELHO UNIVERSITÁRIO. **Resolução N.º 685/2009. Publicada no D.O.E. de 17-03-2009, p.23.** Dispõe sobre a criação da Agência de Inovação da UNEB e suas atribuições. Disponível em: <https://inovacao.uneb.br/wp-content/uploads/2022/05/685-consu-Res.-aprova-agencia-de-inovacao-patentes.pdf>. Acesso em 18 nov. 2023.

UMA ANÁLISE DA INOVAÇÃO E PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

*Cristiane Maria de Freitas Ribeiro
Edjane Gomes de Souza Soares
César Costa Vitorino*

Resumo

o presente trabalho tem como objetivo analisar concepções e ações presentes no campo da inovação e proteção da propriedade intelectual, suas legislações e relações entre sujeitos sociais. Baseado em uma revisão de literatura, foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica de material já publicado sobre o tema “inovação e proteção da propriedade intelectual”. Os dados secundários foram coletados no II Seminário Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual, ocorrido no dia 18 de agosto de 2023, no Campus XI da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, em Serrinha, mediado pelo professor Dr. José Gileá de Souza, com a exposição da advogada Me. Laís Santana Viana, onde foram apresentadas as questões teóricas e jurídicas acerca da inovação e proteção da propriedade intelectual nas diversas áreas do mercado, tendo como foco de observação para esta pesquisa a produção intelectual a partir da Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996 que regula os direitos e as obrigações relativos à propriedade intelectual e a sua importância em incentivar a inovação, os tipos de inovação, a fim de diferenciá-las Trata-se de uma pesquisa qualitativa (MINAYO, 2003) e de revisão bibliográfica. Como referenciais teóricos temos Barbosa (2003) e Sherwood (1992). Espera-se que toda forma de inovação se mantenha sempre protegida.

Palavras-chave: Proteção. Propriedade Intelectual. Inovação. Lei 9.279/96.

1. Introdução

Este trabalho busca refletir sobre inovação e a proteção intelectual como um dos principais motores do desenvolvimento econômico

e tecnológico. Ao proteger a propriedade intelectual, os/as criadores/as são recompensados/as por suas inovações, incentivando a criação de novos produtos e serviços. Vários tipos de propriedade intelectual estão disponíveis para proteger diferentes tipos de direitos. O registro e a proteção legal são fundamentais para garantir o reconhecimento dos direitos do/a proprietário/a.

O foco desta pesquisa gira em torno do tema “Uma análise da inovação e proteção da propriedade intelectual”, que foi idealizado a partir das considerações feitas no II Seminário Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual, que faz parte do componente curricular Seminários e Colóquios do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), Departamento de Educação, Campus XI (Serrinha), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), desenvolvido e produzido pelas estudantes participantes do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS). Seu propósito foi analisar concepções e ações presentes no campo da inovação e proteção da propriedade intelectual, suas legislações e relações entre sujeitos sociais. A questão de pesquisa consiste em saber: como a relação entre inovação e propriedade intelectual e os diferentes tipos de proteção impactam na economia e nas perspectivas futuras?

Neste relato sobre as contribuições da inovação e proteção da propriedade intelectual, elaboramos considerações que se expandem nas seguintes seções: Dimensão conceitual sobre Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual, fazendo um levantamento bibliográfico do trabalho acerca do tema e uma reflexão sobre o apreendido; Descrição e apresentação do seminário, onde apresentamos, de forma sucinta, um relato do evento com tema “II Seminário Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual”, a relação entre inovação e propriedade intelectual, os diferentes tipos de proteção, seu impacto na economia e as perspectivas futuras.

2. Metodologia

Considerando-se que no ensaio teórico há predominância da orientação funcionalista de pesquisa, que coloca como ponto central a produção de um saber embasado em relações de causa e efeito, o nosso estudo fundamenta-se em pesquisa bibliográfica, utilizando artigos, livros e outros recursos científicos como alicerce para a exploração

da temática em análise. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes segundo Minayo (2003).

Toda pesquisa qualitativa, social, empírica, busca a tipificação da variedade de representações das pessoas no seu mundo vivencial, mas, sobretudo, apresenta a maneira como as pessoas se relacionam com seu mundo cotidiano (BAUER; GASKELL, 2008).

Deste modo, com o objetivo de tornar a compreensão do tema mais acessível, Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual, decidimos empregar a revisão bibliográfica como nosso enfoque de pesquisa. No percurso metodológico, fornecemos análises das características deste estudo, destacando a importância de uma investigação mais aprofundada da dimensão conceitual relacionada ao que é inovação e proteção da propriedade intelectual e da descrição e apresentação do II Seminário Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual, ocorrido no Auditório da UNEB, campus XI, Serrinha-Bahia.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1. Dimensão conceitual sobre Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual

A inovação é um dos principais motores do desenvolvimento econômico no mundo, impulsionando novos negócios, aumentando a produtividade e a competitividade das empresas e melhorando a qualidade de vida da população. A propriedade intelectual é considerada pelos/as pesquisadores/as como vital para a proteção dos direitos de criadores/as e incentivadores/as da inovação. A proteção desses direitos garante que invenções, ideias e criações sejam reconhecidas e monetizadas, incentivando novas descobertas e soluções.

A melhor forma de compreender mais claramente o tema é partindo da consideração do significado da palavra propriedade. Em sua maioria, os diferentes tipos de propriedade têm em comum o fato de que o/a titular da propriedade ser livre para usá-la, (desde que esse uso não seja contrário à lei e não interfira no direito de terceiros) e para impedir alguém de utilizá-la. Atualmente, o conceito de propriedade intelectual abrange categorias de propriedade originadas da criativi-

dade humana. É notável observar que na Convenção que estabelece a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), o termo “propriedade intelectual” não é formalmente definido. (BARBOSA, 2003).

Para Sherwood (1992), a propriedade intelectual é um conjunto de duas coisas: em primeiro lugar são ideias, invenções e expressão criativa, que são essencialmente resultado da atividade privada, seja ela individual ou coletiva; em segundo lugar, há o desejo (público ou de instituição privada) de fornecer o *status* de propriedade a essas invenções e expressões. Assim, para o autor, a propriedade intelectual se constitui na junção da invenção e da expressão criativa com a proteção.

A inovação e a proteção da propriedade intelectual são fundamentais para o desenvolvimento das ciências e da economia. A inovação se refere à criação de novas ideias, produtos, serviços ou processos que agreguem valor ao mercado consumidor, seja ele de produtos ou de produção de conhecimento. Já a propriedade intelectual é o conjunto de direitos sobre criações da mente humana. Os conceitos de inovação e propriedade intelectual se relacionam diretamente, pois a proteção desses direitos incentiva a inovação e garante que criadores/as recebam reconhecimento e retorno financeiro por suas criações. Esse retorno financeiro se apresenta como uma forma de recompensa pelo tempo, dinheiro, esforço e reflexão investidos na criação da obra, seja ela produto físico ou intelectual.

Os direitos de propriedade intelectual, relacionados com a proteção legal que a lei atribui à criação do intelecto humano, garante aos/as autores/as de determinado conteúdo o reconhecimento pela obra desenvolvida e a possibilidade de expor, dispor ou explorar comercialmente o fruto de sua criação (ALMEIDA; DEL MONDE; PINHEIRO, 2013). O registro de propriedade intelectual, por sua vez, é fundamental para garantir a proteção dos direitos do/a criador/a. É necessário registrar a inovação de forma adequada para assegurar o reconhecimento dos direitos e evitar a cópia não autorizada. Em síntese, reforça-se a ideia de que a proteção legal da propriedade intelectual requer uma ação jurídica para reivindicar os direitos do/a criador/a, impedir práticas ilegais e garantir a justa compensação financeira. A escolha do tipo adequado de proteção é crucial para proteger inovações. Disputas de propriedade intelectual são comuns em muitos setores. Quando ocorrem, podem ter um impacto significativo nos mercados e na economia como um todo. As empresas podem enfrentar enormes despesas legais e os/as

consumidores/as podem ser afetados/as pelo aumento dos preços em produtos e serviços. (SHERWOOD, 1992)

Parcerias para inovação e licenciamento de propriedade intelectual podem permitir que pequenas empresas entrem em mercados e desenvolvam novos produtos sem investir em pesquisa ou desenvolvimento de inovações. Sem a proteção dos instrumentos de propriedade intelectual, empresas poderiam apresentar prejuízos econômicos em função do parasitismo de seus concorrentes. Sem a proteção da marca, essa empresa também não conseguiria construir uma “fidelidade à marca”, o que, com uma gestão eficaz, pode durar muito mais que a proteção garantida pela patente. (SHERWOOD, 1992). A nossa opção aqui é fazer o registro de alguns autores, entre eles Robert M. Sherwood e Denis Borges Barbosa, que contribuem para esclarecimentos necessários a respeito da propriedade intelectual, ainda que algumas orientações da metodologia científica possam se opor com tal posicionamento.

Para Antônio Carlos de Campos e Edmila Adriana Denig,

A propriedade intelectual está relacionada com as criações ou invenções da mente. O sistema de propriedade intelectual foi criado para garantir a propriedade ou exclusividade que é resultado do esforço intelectual, nos campos industrial, científico, literário e artístico. Essas atividades intelectuais são também chamadas de ativos intangíveis, que por definição, são os ativos que não possuem existência física e são baseados em conhecimento. (CAMPOS, DENIG, 2001, p. 98)

Assim, com o reconhecimento da propriedade intelectual quem investe trabalho e esforço numa criação intelectual garante algum benefício econômico em virtude disso. Além disso, ao proteger uma obra, descoberta ou estudo pelo instrumento da propriedade intelectual, estimulam-se as atividades desse gênero e o desenvolvimento de empresas dedicadas à exploração dessas criações, na medida em que tais obras propiciam um retorno financeiro.

A proteção conferida pelo direito de propriedade intelectual é uma ferramenta utilizada em modelos de desenvolvimento abertos, pois esses modelos têm sido baseados na cooperação entre as partes envolvidas, garantindo a segurança jurídica para licenciamento cruzado

de conhecimento para o aperfeiçoamento ou o desenvolvimento de novos produtos e/ou processos. Deve-se acatar a ideia de que “é fundamental o planejamento de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento científico e tecnológico e para o fortalecimento da cultura de proteção da propriedade intelectual no Brasil” (SILVA; SANTANA, 2022, p.22).

As concessões de propriedade intelectual também têm a capacidade de preservar os componentes da expressão cultural oral ou não registrada provenientes de várias nações em desenvolvimento, frequentemente referidos como folclore. Esse amparo permite a exploração legal desses elementos, com os benefícios sendo redirecionados para as nações de origem e suas respectivas culturas. (BARBOSA, 2003).

O papel que tem a propriedade intelectual é garantir à nação inovadora (empresa, indivíduo ou governo) o direito sobre as inovações tecnológicas e o reconhecimento entre as demais nações. Essa função pode-se alargar e servir como base de informação para a produção de outras inovações ainda mais especializadas ou adaptadas a determinados contextos. Assim, a legislação sobre patentes é considerada indispensável na sociedade globalizada para conquista de novos mercados, acordos e até mesmo evitar conflitos. Neste sentido, a propriedade intelectual é importante para apoiar o processo de desenvolvimento tecnológico dos países. Segundo Rita de Cassia Medeiros Gomes,

O primeiro estatuto de Propriedade Intelectual foi promulgado em Veneza (1474), objetivando o estímulo ao avanço tecnológico, através da concessão de licenças de importação das mercadorias com a condição de que as invenções fossem incorporadas. Os direitos de Propriedade Intelectual entre os séculos XVII e XVIII se diferenciavam, segundo cada nação que os protegia, iniciando já neste período a distinção entre Propriedade Industrial e Propriedade do Direito Autoral ou Propriedade do Intelecto, denominada por partes de doutrinadores, em que ficava evidente, a atribuição de exclusividade na exploração, em favor aos inventores, voltados a indústria e aos criadores, voltados a área autoral. (GOMES, 2020, p. 2)

No Brasil, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, responsável pela análise dos pedidos de Patentes, Marcas, Desenho

Industrial, Indicação Geográfica, oferece serviços de informação tecnológica, de bancos, de patentes e emite decisões sobre o pedido de averbação/registro de contratos, de licenciamento, de direitos, de propriedade industrial, transferência de tecnologia e franquia.

Em relação ao Direito de Autor, o registro é feito em órgãos diferentes, dependendo do tipo de obra e cada país tem suas particularidades. A legislação brasileira já reconheceu a importância de se proteger o direito de propriedade de um bem intelectual, de acordo com a Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996 que regula os direitos e as obrigações relativos à propriedade intelectual (BRASIL, 1996). Sobre esta lei, Rita de Cassia Medeiros Gomes, afirma:

No atual contexto brasileiro, o Direito de Propriedade Intelectual surge como forma de sistema para Proteção aos inventos e inovações tecnológicas, sendo garantida através de Acordos, Tratados, Convenções, Carta Magna, Leis Específicas, dentre outros aparatos legais, em que dispõem estas fontes legislativas que uma das características deste Direito de Propriedade Intelectual e seu Sistema de Proteção é atender às funções sociais, de acordo com o artigo 5º, Inciso XXII e artigo 170, Inciso III da Constituição Federal de 1988 e Artigo 2º da Lei 9.279/96, Lei de Propriedade Intelectual. Também merece destaque neste momento a Lei de Inovação, Lei nº 10.973, de 2004, que dispõe sobre inventos à inovação e a pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, sendo o campo de sua aplicação voltado aos interesses das Instituições Públicas Federais, em que os pesquisadores visados são os servidores públicos federais nas Universidades e nos Institutos de Pesquisa. (GOMES, 2020, p. 3)

É importante ressaltar que nas sociedades atuais, sejam elas ocidentais ou orientais, a busca por riqueza vem assumindo cada vez mais formas intangíveis. Nessa corrida global, o capital intelectual vem se tornando a base da competitividade através de conhecimentos e experiências. Desta forma, o processo inovador, nos diversos mercados, depende cada vez mais da produção e aplicação de informações e conhecimento. É preciso lembrar que a maior parte dessas inovações vêm das universidades. Assim, o avanço da economia depende do

avanço da educação. Conforme Campos e Denig (2001, p. 98), “na atual sociedade, a pesquisa científica e a educação, ou seja, o capital intelectual é quem fortalece a base para geração de riqueza e as vantagens competitivas são sustentadas pela capacidade de inovação”.

Autores apresentam uma crítica para o caso do Brasil relativa à taxa de inovação como relativamente baixa, onde de acordo a Pintec, abrangente pesquisa sobre inovação e tecnologia “[...] no período 2012-2014, considerando os setores indústria, eletricidade e gás e serviços selecionados, foi de 36%, praticamente a mesma registrada em 2009-2011(35,7%), patamares relativamente baixos [...]” (BUAINAIN; SOUZA, 2019, p. 86), isso é especialmente relevante ao levar em conta que a amostra abrange um conjunto limitado de empresas em comparação com o universo total de empresas brasileiras. Os dados evidenciam de forma mais clara que a inovação ainda não está disseminada na economia brasileira. Segundo Buainain e Souza:

(...) Além de baixa, a inovação no Brasil evolui a reboque do que acontece nos países líderes, e se caracteriza por pouca novidade e mais por inovação de processo que de produto. Em todos os anos de atividades a Pintec registrou que a taxa de inovação de processo é mais elevada que a de inovação de produtos. Este traço indica o caráter conservador das empresas brasileiras, que inovam mais em resposta a restrições pontuais nos processos produtivos do que devido a atitudes mais ativas voltadas para conquistar mercados e vantagens pela diferenciação de produtos. (2019, p. 87)

Os autores supracitados, não apontam motivos ou justificativas para essa estagnação em inovações no país, tão pouco sugerem soluções. Mas nos faz refletir sobre a situação do país, principalmente nos baixos investimentos em educação e programas de pesquisas científicas que se sucederam em diversos governos brasileiros. Independente de qual seja a solução, entendemos que é uma mudança a longo prazo.

Vale ressaltar que é crescente o volume de pesquisas no tocante à propriedade intelectual e seu impacto na economia e no desempenho organizacional. Ocorre que esse mecanismo protege as criações humanas e as inovações tecnológicas, que são considerados como elementos estratégicos em empresas, especialmente nas indústrias,

que trabalham, essencialmente, a partir de uma base tecnológica. (SILVA; SANTANA, 2022).

4. Descrição e apresentação do Seminário

O II Seminário versou sobre Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual mediado pelo professor Dr. José Gileá de Souza e ministrado pela advogada mestra, membro da Agência UNEB de Inovação, Laís Santana Viana. A mesma iniciou a apresentação tratando sobre o conceito de inovação e a importância da sua aplicabilidade na lei 10.973/2004 que trata da inovação, pesquisa científica e tecnológica, uma vez que é este que permanece aplicado na prática. De acordo com a palestrante Laís, nessa lei, a inovação é introdução de novidade ou aperfeiçoamento do ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características do produto e serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias em ganho de qualidade e desempenho (BRASIL, 2004).

A expositora fez um destaque na palavra *inovação* ao afirmar que muitos/as doutrinadores/as consideram que inovação é somente aquilo que resulta em novo serviço de processos ou na prática daquilo que se consiga introduzir no mercado. Não necessariamente que gere lucro ou renda, mas aquilo que se inova, aquilo que se consiga introduzir e resulte em novos produtos e processos. Ela citou que o Manual de Osmo (SIC) concentrou a inovação como uma implementação do produto novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional das práticas de negócios, na organização do local de trabalho e nas relações externas, enfatizando que é o mesmo que está na Lei 10.973/2004. Discutiu estes dois conceitos principais e afirmou ser a inovação um conceito aberto, ampliado, do dia a dia, com critérios que se considera o que vem a ser inovador. Informou que ao se buscar nova doutrina encontram-se vários outros conceitos.

A inovação tecnológica, quase sempre, trabalha com viés de geração de lucro, de introduzir no mercado algo que gere lucro. Evidencia que ao falar de inovação está tratando de introdução do ambiente produtivo social que resulte produtos, processos ou serviços, ou seja, quando chegar ao mercado que é absorvido e se torna um patrimônio

material para a empresa. Na prática é aquilo que realmente foi inovado e criado e que a empresa introduziu no mercado gerando lucro. Essa inovação se transfere para essa tecnologia a qual vai tendo ROAS, que vai dar o ritmo dessa tecnologia e vai gerar lucro. Apresentou outros tipos de inovações como a radical, a social, a organizacional e considerará os tipos principais, embora sinalize que não são só essas. Desta forma, cita a propriedade industrial e elucida que são as marcas, patentes, desenho industrial, indicação geográfica, cegueira industrial e representação concorrente às leis legais.

Discutiu-se sobre a inovação de produto, que pode ser de bem ou de serviços e a partir dela trata das logomarcas, na frente das marcas, pois como consumidor, quando tem uma marca, automaticamente já se agrega essa marca ao produto. Pode ser produto ou serviço novo ou melhorado, não necessariamente a inovação vai ser de um produto novo, uma vez que se pode fazer um aperfeiçoamento que já existe, isso também é inovação. Ao exemplificar bens ou serviços, apresentou a partir de uma imagem a criação da patente de um escorredor de arroz a partir da demanda de uma dona de casa. Comentou-se sobre a necessidade da inovação e as possibilidades de sua criação a partir da intervenção que se faça necessária para melhoria da vida na sociedade. Ainda que se venha patentear, ainda assim é uma melhoria e é um aperfeiçoamento de algo que já existe.

Comentou-se que o desejo de resguardar sua propriedade intelectual, muitos/as pesquisadores/as confundem com a patente. E, a inovação de processos ocorre com o intuito de reduzir custos, melhorar a qualidade, produzir ou distribuir produtos novos ou significativamente melhorado.

Ao focar na propriedade intelectual a palestrante apresentou a inovação organizacional como a implementação de um novo método na organização, na prática da empresa, na organização do seu local de trabalho, ou em suas relações externas, ou seja, inovar no seu local de trabalho, na sua organização, na sua cooperativa, qualquer coisa que seja organizacional. Abordou ainda a inovação social, solução para um problema social, uma solução mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa do que as soluções existentes e cujo valor gerado beneficia prioritariamente a sociedade em torno e não apenas alguns indivíduos (*SIC*). Em outras palavras, são as intervenções que fazemos na comunidade, no local que vivemos, por mínima que seja, na tratativa de soluções

para os problemas e necessidades sociais, já se está plantando novas perspectivas. Colaboração, cooperação, modificação de atitudes, modificação dos comportamentos, colaborar permitindo uma outra maneira de beneficiar a comunidade, é inovação social. Assim, a inovação não é necessariamente algo novo.

Na continuidade sobre inovação e propriedade intelectual abordou a inovação incremental, outro tipo de inovação, enquanto uma melhoria em produtos ou processos já anteriormente existentes, a exemplo do lançamento de um carro novo, que sempre apresenta alguma novidade, alguma mudança.

Teceu considerações sobre inovação radical e citou o Uber como exemplo, o qual criou um novo mercado que não existia. Também chamada de inovação radical ou disruptiva, diz que esta ao criar novos mercados, torna produtos existentes obsoletos como exemplo uma tv ao ter sua tecnologia modificada cria uma tecnologia diferente, o que a torna uma nova tv. Desta forma, os videocassetes e o CD foram substituídos uma vez que se modificou completamente uma tecnologia da outra.

Após a exposição dos conceitos de inovação, a palestrante adentrou na temática da propriedade intelectual, apresentando o conceito enquanto habilidade de visão primária, direito autoral, propriedade industrial e proteção de estudos vigentes (*SIC*). No direito autoral, afirmou que se tem o direito de autor/a, os direitos conectos e os programas de computador. Quanto aos programas de computador, é preciso compreender que é registrado pelo MPI (Message-Passing Interface) e, embora o MPI faça o registro do programa de computador, este é considerado um direito autoral, uma vez que cada programa de computador tem sua autoria, resguardando o direito intelectual. Portanto, expressa a palestrante, através da lei que trata do direito autoral, Lei 9.610 de 98, artigo 7, diz: Direito autoral “são obras intelectuais protegidas às criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro [...]” (BRASIL, 1998). A escrita digitada, uma canção musical que se tira no violão, uma nota, tudo isso entra com o direito autoral. Elucidou-se que a diferenciação entre direito moral e direito patrimonial, é assim compreendido: O direito moral é aquilo que pertence ao/a autor/a. Se uma pessoa criou uma obra, ninguém mais pode dizer que essa obra é sua. Essa obra é de quem a criou.

O direito moral, foi de quem criou. Portanto, é inalienável, irrenunciável e imprescritível, ou seja, direito exclusivo de ter seu nome indicado na obra para assegurar sua integridade, para modificar a obra, se assim achar necessário.

O direito exige que cite o seu/sua autor/a. No que concerne ao direito patrimonial, esclarece que é aquele que tem a titularidade da obra, ou seja, aquele que pode explorar essa obra. Exemplificou: vimos hoje, muitos artistas, eles fazem as músicas, eles têm o direito autoral de ter indicação naquelas músicas, porque foram eles que criaram, mas quem tem a titularidade de poder tirar lucro dessas músicas são as gravadoras, os/as artistas, os/as empresários/as, enfim. O direito patrimonial pertence a uma empresa que vai explorar esse direito. Até 70 anos a autoria para garantia de lucros da obra permanece, e, passado esse tempo fica a obrigação moral de citar o/a autor/a da obra. Enfatizou que o direito autoral não precisa ser registrado para se ter o reconhecimento do direito autoral. Então, não precisa registrar. Pode-se registrar na Biblioteca Nacional. Assim, a partir do momento que se criou qualquer coisa e se tenha como provar que foi sua criação, já se pode reivindicar caso qualquer pessoa esteja utilizando indevidamente, sem citação, a obra da sua criação.

Desta feita, retomou a discussão sobre patente, dizendo que a mesma é territorial, válida somente no território de registro. A propriedade intelectual precisa ser resguardada em cada território, garantindo assim a autoria do/a autor/a. Independente dos tipos de patentes, seja de invenção ou de utilidade, passível de aplicação pela indústria, condição essa possível para se ter uma patente, uma vez ser essa a condição *sine qua non* para se obter uma patente, reproduzir em larga escala. Entretanto, enfatizou-se que não se podem ser patenteadas ideias, quer dizer, não pode ser patenteado o que for contrário à moral, aos bons costumes e à segurança, à ordem e à saúde pública, as substâncias, as matérias, misturas, elementos ou produtos de qualquer espécie, bem como a modificação de suas propriedades físico-químicas e os respectivos processos de obtenção ou modificação com o resultante de transformação do núcleo atômico, o todo ou a parte dos seres vivos, exceto os microrganismos transgênicos, que atendem requisitos de patenteabilidade. A lei 9.279, em seu Art. 10, estabelece o que não são invenções baseadas em modelo de utilidade e, portanto, não se pode patentear, são as descobertas, teorias

científicas ou métodos matemáticos, concepções puramente abstratas, esquemas, planos, princípios, ou métodos comerciais, contábeis, financeiras, educativos, publicitários, de sorteio e fiscalização (BRASIL, 1996). No entanto, podem ser registrados como direito de autor. Cabe registrar a importância do direito autoral, na impossibilidade de registrar patente, sendo este um imprescindível recurso na garantia da propriedade intelectual. Alertou aos/as participantes que embora sejamos os/as autores/as das nossas produções, o fato de estarmos vinculados/as a programas de uma instituição, e publicarmos a partir dela, a titularidade das produções pertencem a essa instituição. O registro é essencial na construção da marca.

A partir dessa construção, aborda a importância das marcas, seu registro a fim de proteger o investimento e garantir o direito ao uso exclusivo. Assim, o/a titular da marca vai poder utilizar, criar confiança com os/as consumidores/as e estabelecer uma imagem e reputação da marca muito ligada à imagem, à qualidade, à reputação daquela empresa. A propriedade intelectual exige registro a depender de que tipo de inovação se esteja realizando, a sua concepção antes de tudo, é para proteger todo o esforço do/a pesquisador/a, sem perder de vista que todo esse esforço deve reverter-se em benefícios para a sociedade.

5. Considerações finais

À luz do que foi apresentado, é necessário entender que a inovação e a propriedade intelectual estão intrinsecamente ligadas, pois a proteção dos direitos de propriedade intelectual recompensa o/a criador/a e incentiva a inovação. Embora a proteção da propriedade intelectual seja essencial para incentivar a inovação, algumas reformas são necessárias. As formas de licenciamento e parceria podem ser expandidas e as disputas de propriedade intelectual devem ser reduzidas para proteger a economia e o acesso à inovação.

A participação no II Seminário Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual contribuiu para (re)pensar sobre a valoração e o reconhecimento das produções acadêmicas que são produzidas nos cursos de mestrado e doutorado, que visam contribuir com o processo de construção de uma educação mais eficiente e humanizada, levando em consideração todo o trabalho teórico e de campo desenvolvido por discentes e orientadores/as. Isso posto, espera-se que toda forma de

inovação se mantenha sempre protegida e que seu/sua autor/a seja reconhecido/a e receba valorização, seja ela monetária ou moral.

Referências

ALMEIDA, D. P.; DEL MONDE, I. G.; PINHEIRO, P. P. **Manual de Propriedade Intelectual**: versão 2012-2013. Disponível em: https://www.foar.unesp.br/Home/Biblioteca/unesp_nead_manual_propriedade_intelectual.pdf. Acesso em: 13 set. 2023.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Gareschi, P. A. 7.d., Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BARBOSA, D. B. **Uma introdução à propriedade intelectual**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

BRASIL. Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 mai. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm Acesso em: 06 set. 2023

BRASIL. Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm Acesso em: 06 set. 2023

BRASIL. Lei n. 10.973, de 02 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 dez. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm Acesso em: 06 set. 2023

BUAINAIN, A. M.; SOUZA R. F. **Propriedade intelectual e desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: Ideia D; ABPI, 2019.

CAMPOS A. C. de; DENIG, E. A. **Propriedade intelectual: uma análise a partir da evolução das patentes no Brasil**. v. 13, n. 18, p. 97-120, jul. – dez. 2011.

CURVELO, R. ROAS é diferente de ROI: Aprenda a calcular o retorno sobre investimento em publicidade. **HubSpot**, 17 jan. 2023. Disponível em: <https://br.hubspot.com/blog/marketing/roas> Acesso em: 06 set. 2023

GOMES, R. de C. M. A propriedade intelectual: a função social, a universidade e a economia. **Revista Juris Novarum**. Cacoal/RO, v. 2, n. 01, ago. – dez. 2020.

MINAYO, M. C. de S. (org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

RIBEIRO, N. S.; FERNANDES, L. G. L. **Programação Híbrida**: MPI e OpenMP Disponível em: <https://gmap.pucrs.br/files/documents/a0ac54cb-3179d58e216c26297400631e.pdf> Acesso em: 06 set. 2023

SHERWOOD, R. **Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Edusp, 1992.

SILVA, M. B.; SANTANA, J. R. Propriedade intelectual e desempenho da indústria do Brasil. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, out. 2022. Finanças Estratégicas. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMF220131>. pt Acesso em: 06 set. 2023

PROPRIEDADE INTELECTUAL, PATENTE E MARCAS: ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS À COMUNIDADE ACADÊMICA

*Angelo Márcio Correia da Conceição
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva*

Resumo

A pesquisa de cunho bibliográfico tem como principais referências as pesquisas de Barbosa (2010), Pinheiro (2013), Pimenta (2023) e outras produções acadêmicas sobre o tema “inovação e proteção da propriedade intelectual. O objetivo consiste em descrever as normas gerais, normas institucionais e os principais procedimentos relacionados às atividades desenvolvidas no âmbito da gestão da propriedade intelectual, patente e marcas. A questão de pesquisa consiste em: como a relação entre inovação e propriedade intelectual e os diferentes tipos de proteção impactam na economia e nas perspectivas futuras? Outras informações foram oriundas da exposição dialogada do II Seminário Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual, ocorrido no dia 18 de agosto de 2023, no Campus XI da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, em Serrinha, mediada pelo professor Dr. José Gileá de Souza, com a exposição da advogada Mestra Laís Santana Viana. Pretendemos no desenvolvimento apresentar a relação entre propriedade intelectual, patente e marcas. A proposta é fazer alguns esclarecimentos a respeito de uma propriedade intelectual, com ênfase nos direitos de autor e conexos, propriedade industrial e direitos sui generis. Faremos breves reflexões sobre o que é uma patente e a sua utilidade. Em relação às marcas, apresentamos uma breve trajetória da origem à atualidade. Nas considerações finais, retomamos pontos importantes discutidos nas seções.

Palavras – chave: Propriedade intelectual. Proteção. Exposição dialogada.

1. Introdução

As reflexões colocadas nesta produção acadêmica tem como objetivo descrever as normas gerais, normas institucionais e os principais procedimentos relacionados às atividades desenvolvidas no âmbito da gestão da propriedade intelectual, patente e marcas. Inicialmente tecemos alguns esclarecimentos a respeito de uma propriedade intelectual, com ênfase nos direitos de autor e conexos - facultados aos autores de obras intelectuais expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, propriedade industrial - direitos transferidos ao titular de tecnologias industriais e marcas e direitos sui generis - são do espaço ou oportunidade para um movimento, atividade ou pensamento desimpedido de propriedade intelectual. As ponderações resultam da explanação no II Seminário Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual.

Almeida(2013) enfatiza que os direitos de propriedade intelectual estão relacionados com a proteção legal que a lei atribui à criação do intelecto humano. Há, entretanto, duas ramificações atribuídas aos direitos da propriedade intelectual: direitos autorais e os direitos de propriedade industrial (marcas, patentes e know-how). Em relação aos direitos autorais, ressaltamos que com o advento da internet e da massificação do acesso à informação, tais direitos deixaram de ser uma matéria de estudo acadêmico e passaram a ser tratados como fator de conhecimento essencial para todos aqueles que criam e fazem a gestão de conteúdo, seja no meio acadêmico, profissional ou intelectual.

A patente, considerada como a forma mais antiga de proteção dos direitos de propriedade intelectual, tem a sua possível origem com o advento da revolução industrial. A principal finalidade da patente é a de atribuir garantia jurídica de exclusividade ao seu inventor, além de contribuir para o desenvolvimento econômico e tecnológico de uma sociedade, uma vez que a patente pode ser considerada como uma forma de recompensa pela criatividade técnica de seu inventor. Portanto, é um documento que descreve determinado processo baseado na invenção, fruto da mente humana e que é suscetível de aplicação industrial em larga escala. Sabemos que, no Brasil, a patente é concedida pelo Inpi mediante processo de análise dos elementos patenteáveis.

No desenvolvimento revisitamos anotações e indicações de leituras a partir do tema “Uma análise da inovação e proteção da propriedade intelectual”, durante o II Seminário Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual, ocorrido no dia 18 de agosto de 2023, que faz parte do componente curricular Seminários e Colóquios do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), Departamento de Educação, Campus XI (Serrinha), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), desenvolvido e produzido pelas estudantes participantes do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS), com o objetivo de analisar concepções e ações presentes no campo da inovação e proteção da propriedade intelectual, suas legislações e relações entre sujeitos sociais. A questão de pesquisa é: como a relação entre inovação e propriedade intelectual e os diferentes tipos de proteção impactam na economia e nas perspectivas futuras?

Para sintetizar a respeito das contribuições da inovação e proteção da propriedade intelectual, no desenvolvimento, apresentamos as seguintes seções: propriedade intelectual: esclarecimentos necessários, patente: o que é, para que serve?, marcas: da origem à atualidade. Por fim, as considerações finais.

2. Metodologia

Optamos pela pesquisa bibliográfica, quanto aos procedimentos, devido ao fato desse tipo de pesquisa ser realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Ocorre que qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (FONSECA, 2002).

O método de exposição dialogada principalmente em um Mestrado Profissional que agrega discentes de várias áreas do conhecimento é ferramenta indispensável para aproximar o conhecimento entre expositor (a), mediador (a) e público ouvinte, bem como a teoria e a prática. Nessa modalidade oportuniza-se a obtenção e organização de dados, a interpretação e análise crítica, a comparação e a síntese do(s) conteúdo(s) apresentado(s).

3. Desenvolvimento

3.1. PROPRIEDADE INTELECTUAL: ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS

Ao indagarmos sobre o que é uma Propriedade Intelectual (PI) obteremos possivelmente como resposta algo do tipo: o inventor de uma máquina, o autor de um livro, um compositor, ou seja, o chamado “proprietário” de uma determinada obra. Por esta razão não é recomendável apenas copiar algo de alguma(s) obra(s) ou comprar uma respectiva cópia desconsiderando os direitos de autoria. Deve-se também atentar para o fato de que os desenhos industriais originais de móveis, ou de papel de parede são a propriedade de uma pessoa física ou de uma pessoa jurídica. Ao realizarmos a compra de produtos protegidos, “uma parte de nosso pagamento é revertida ao proprietário, a título de recompensa pelo tempo, dinheiro, esforço e reflexão investidos na criação da obra” (Módulo 2 – Introdução à PI, 2020, p.1). Essa observação é pertinente para entendermos que a PI é um termo usado para fazer referência a tipos de propriedade oriundas da criação do espírito humano.

Fazendo ainda referência ao Módulo 2 – Introdução à PI, 2020, diríamos que o Sistema de PI, por sua vez, compreende direitos relativos a:

- a. **Direitos de Autor e Conexos:** compreendendo-se que são os direitos facultados aos autores de obras intelectuais expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, incluem-se obras literárias, artísticas e científicas (direitos de autor); Interpretações artísticas e execuções, fonogramas e transmissões por radiodifusão (direitos conexos) Programas de computador;
- b. **Propriedade Industrial:** são os direitos transferidos ao titular de tecnologias industriais e marcas, cujo o objetivo é o de promover a criatividade pela proteção, disseminação e aplicação industrial de seus resultados. Nesse sentido, a patente é decorrente da proteção das invenções;
- c. **Direitos Sui generis:** são do espaço ou oportunidade para um movimento, atividade ou pensamento desimpedido de propriedade intelectual, mas não abrangem direito de autor e propriedade industrial. Sendo assim, tem-se a Proteção

de Novas Variedades de Plantas. Vale ressaltar que a proteção de novas variedades vegetais refere-se à proteção de aperfeiçoamento de variedades de plantas com o intuito de incentivar as atividades dos criadores e desenvolvedores de novas variedades de plantas.

O item “c” carece de maiores esclarecimentos porque tem relação com a Topografia de Circuito Integrado, os Conhecimentos Tradicionais e as Manifestações Folclóricas.

A Topografia de Circuito Integrado diz respeito a uma série de imagens relacionadas que representa a configuração tridimensional das camadas que compõem um circuito integrado e cada imagem representa, quer seja no todo ou em parte, a disposição geométrica ou arranjos da superfície do circuito integrado em qualquer estágio de sua concepção ou manufatura.

Os conhecimentos tradicionais referem-se à parcela do conhecimento, de prática isolada ou coletiva que pode ser desenvolvida de forma isolada ou em uma determinada comunidade, que não necessariamente está formalizado pela Ciência.

Nas manifestações folclóricas atentam-se para as produções de elementos característicos do patrimônio artístico tradicional criado e mantido por uma comunidade ou por indivíduos refletindo as tradicionais expectativas artísticas de uma comunidade ou indivíduo.

Para indicar a área do direito da propriedade intelectual mais apropriada para sua proteção diríamos que se uma empresa deseja assegurar-se que nenhum terceiro irá usar seu logotipo esta área do direito da propriedade intelectual refere-se à marca; se uma cantora deseja ceder os direitos de reprodução de um vídeo de seu concerto musical vale-se de direitos conexos; se um novo processamento de tratamento do leite que evita a presença de gordura nos queijos fabricados com esse leite o direito da propriedade intelectual refere-se à patente; caso uma empresa tenha como decisão investir numa forma particular de embalagem, com caráter distintivo, e deseja assegurar seu uso exclusivo o direito da propriedade intelectual é o desenho Industrial; se uma empresa decide usar um logotipo que tem a mesma forma do logotipo de seu concorrente, mas com cor diferente o direito da propriedade intelectual refere-se à defesa da concorrência; se um licenciamento exclusivo de uma patente

é depositada no Brasil o direito da propriedade intelectual refere-se ao contrato de transferência de tecnologia.

A partir dos exemplos apresentados enfatizamos a área do direito da propriedade intelectual mais apropriada para sua proteção. É pertinente ressaltar que:

A indústria farmacêutica mundial ilustra bem a importância da propriedade intelectual. Um investimento de vários anos com pesquisa e desenvolvimento (o tempo gasto nos laboratórios para a criação e os testes, os procedimentos a serem seguidos para obtenção da aprovação do governo ou órgão responsável). Este setor realiza um investimento de milhões de reais para que um novo medicamento atinja o mercado. Sem os direitos da Propriedade Intelectual e de outros instrumentos de proteção, para impedir que os concorrentes também fabriquem um novo medicamento sem a devida autorização do titular da criação, a empresa farmacêutica que o criou não teria incentivo para despende o tempo e os esforços descritos [...] para desenvolver seus medicamentos. (Módulo 2 – Introdução à PI ,2020,p.12)

A norma brasileira que rege a Propriedade Intelectual e, consequentemente, a Propriedade Industrial completa 27 anos de vigência no ano de 2023. Podemos considerar que um dos pontos chave para o setor é dar autonomia orçamentária ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial, conhecido pela demora na análise de patentes. A Lei 9.279/1996, que regula patentes, marcas, indicações geográficas e concorrência desleal atende, inicialmente, às chamadas demandas básicas para proteção dos direitos no país.

Pimenta (2023) ressalta que ainda há muito espaço para que algumas melhorias sejam implementadas, a fim de dar maior aplicabilidade à própria Lei nº 9.279/1996 e aos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário e que regem a proteção da Propriedade Industrial, a exemplo do protocolo de Madri, que entrou em vigor no país em 1º de outubro de 2019.

PATENTE: O QUE É , PARA QUE SERVE?

Patente, um direito conferido pelo Estado, dá ao seu titular a exclusividade da exploração de uma tecnologia. Como contrapartida pelo

acesso do público ao conhecimento dos pontos essenciais do invento, a lei faculta ao titular da patente um direito limitado no tempo, no pressuposto de que é socialmente mais produtiva em tais condições a troca da exclusividade de fato (a do segredo da tecnologia) pela exclusividade temporária de direito. Barbosa (2010), em nota de rodapé, argumenta que “na prática, hoje em dia, [...] existe entre os países desenvolvidos uma forte tendência à recuperação da velha ideia de um direito natural à patente” (p.295).

Devemos admitir, então, que a outra maneira de proteção da tecnologia é a manutenção do segredo – o que é sempre socialmente desaconselhável, uma vez que dificulta o desenvolvimento tecnológico da sociedade. Na verdade, manter o sigilo é arriscado do ponto de vista da empresa. A patente prevê a extinção do segredo, tornando o conhecimento da tecnologia acessível a todos. Ocorre que “como requisito para conceder a patente, o Estado exige a descrição exata da tecnologia de forma a que um técnico com formação média na área seja capaz de reproduzir a invenção”(BARBOSA,2010,p.296).

O art. 6º, da Lei 9.729/96, trata do direito de uma invenção. Textualmente diz: “Art. 6º - Ao autor de invenção ou modelo de utilidade será assegurado o direito de obter a patente que lhe garanta a propriedade, nas condições estabelecidas nesta lei. Parágrafo 1º- Salvo prova em contrário, presume-se o requerente legitimado a obter a patente”. Em relação a um invento, as mesmas regras se aplicam à criação industrial suscetível de patente de invenção e de modelo industrial. Devemos considerar que a falta de definição do que é invenção resulta da prática do exame de patentes, na qual se indaga a respeito da existência de novidade.

O art. 10 da Lei 9.729/96 distingue entre o que não é invento e o que, sendo invento, não terá proteção no que se referem os termos da lei.

Na lei em vigor, listam-se como não sendo inventos:

- I - descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos;
- II - concepções puramente abstratas;
- III - esquemas planos, princípios ou métodos comerciais, contábeis, financeiros, educativos, publicitários, de sorteio e de fiscalização;
- IV - as obras literárias, arquitetônicas, artísticas e científicas ou qualquer criação estética;
- V - programas de computador em si;

VI - apresentação de informações;
VII - regras de jogo;
VIII - técnicas e métodos operatórios ou cirúrgicos, bem como métodos terapêuticos ou de diagnóstico, para aplicação no corpo humano ou animal;
e IX - o todo ou parte de seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza, ou ainda que dela isolados inclusive o genoma ou germoplasma de qualquer ser vivo natural e os processos biológicos naturais. (BARBOSA, 2010, p.301 -302)

Devemos considerar que o art. 10 trata de coisas que necessitam de outro tipo de proteção jurídica concedida pelo ordenamento, a exemplo de caso das obras literárias, conforme inciso IV, que são protegidos pelo direito autoral, ou seja, Lei 9.610/1998 e dos programas de computador (software) que é protegidos pela referida lei. Embora o inciso VIII afaste de proteção patentária técnicas e métodos operatórios, cirúrgicos, terapêuticos ou de diagnóstico, não existe impedimento para que se obtenha a patente de um aparelho ou equipamento utilizado em cirurgias.

MARCAS: DA ORIGEM À ATUALIDADE

A existência de marcas tem a sua origem possivelmente desde a Antiguidade. Há 3 mil anos atrás, os artesãos indianos tinham o costume de gravar assinaturas em suas criações artísticas, antes de encaminhá-las para o Irã. Posteriormente, os romanos utilizavam mais de 100 marcas diferentes em sua cerâmica, mas a marca FORTIS se tornou famosa e era copiada e contrafeita. Por ocasião da Idade Média, o desenvolvimento do comércio acarretou o aumento da utilização das marcas. Em síntese, diríamos que marca refere-se a um sinal usado para fazer a distinção entre os produtos ou serviços que podem ser oferecidos por uma empresa e aqueles oferecidos por outra empresa. Embora aparentemente uma definição simplificada, mas permite uma explicação a respeito do que é uma marca. Então:

Existem marcas nominativas, que consistem em palavras, abreviações, neologismos ou qualquer combinação de letras e/ou algarismos, desde que os mesmos não se apresentem de forma fantasiosa, como por exemplo, a marca 'ROBERTO

SIMÕES', registrada sob o número 006434444 para proteger, dentre outros, artigos de utilidade doméstica, ou a marca '1001', registrada sob o número 006376479 para proteger, dentre outros, os serviços de transporte de passageiros. As marcas podem também ter uma apresentação figurativa, sendo constituídas apenas por desenhos, imagens, formas fantasiosas de letras ou algarismos isolados, ou ideogramas, como é o caso da empresa de petróleo Shell (registro no 823643778).(MÓDULO 4 - MARCAS,p.3)

Uma marca pode ter letras, palavras, nomes, imagens, símbolos, cores, formas gráficas ou uma combinação dos referidos elementos. A marca identifica a origem de um produto ou serviço, bem como serve para distingui-los em um mundo cada vez mais globalizado.

De acordo com a lei brasileira, especificamente no seu Art. 122, da Lei 9.279/96, marca registrável recebe a seguinte orientação: a) é o signo suscetível de representação visual; vale informar, não serão dignos da proteção os signos olfativos e outros "não suscetíveis de representação gráfica" ; b) destinado a distinguir produto ou serviço de outro idêntico ou afim, de origem diversa . A partir de tal constatação marca diz respeito ao sinal visualmente representado, que é configurado para o fim específico de distinguir a origem dos produtos e serviços. Símbolo, por sua vez, é voltado a um fim, sua existência fáctica depende da presença de dois requisitos, a saber: 1) capacidade de simbolizar; 2) capacidade de indicar uma origem específica, sem confundir o destinatário do processo de comunicação em que se insere: o consumidor.

A legislação do Brasil apresenta 4 (quatro) tipos de marca, em função de sua natureza:

Marca de produto	A marca usada para distinguir produto de outro idêntico, semelhante ou afim, de origem diversa.
Marca de serviço	A marca usada para distinguir serviço de outro idêntico, semelhante ou afim, de origem diversa.
Marca de certificação	A marca usada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada.
Marca coletiva	A marca usada para identificar produtos ou serviços provindos de membros de um determinado grupo ou entidade.

(MANUAL DO USUÁRIO SISTEMA E-MARCAS,2013,p.6)

A marca de produto distingue produto de outro idêntico, enquanto a marca de serviço distingue serviço de outro idêntico. A marca de certificação serve para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, enquanto a marca coletiva serve para identificar produtos ou serviços provindos de membros de um determinado grupo ou entidade.

A marca deve ser solicitada por quem tem legitimidade para requerê-la. A regra é a seguinte: uma marca de produto ou de serviço só pode ser requerida por pessoas físicas ou jurídicas, quer dizer, de direito privado ou público, podendo ser nacionais ou estrangeiras, domiciliadas ou não no país que exerçam atividade lícita, efetiva e compatível com o produto ou serviço que a marca visa assinalar. Vale ressaltar que a sua atividade também pode se dar através de empresas controladas direta ou indiretamente.

4. Considerações finais

Diante da sistematização apresentada, percebemos que propriedade intelectual, patente e marcas estão interligadas. A Lei 9.279/1996, nos seus artigos, regula patentes, marcas, para proteção dos direitos no país. Não é aconselhável copiar algo de alguma(s) obra(s) ou comprar uma respectiva cópia desconsiderando os direitos de autoria. A patente dá ao seu titular a exclusividade da exploração de uma tecnologia. Na atualidade, existe entre os países desenvolvidos uma forte tendência à

recuperação da velha ideia de um direito natural à patente. A marca é um sinal usado para fazer a distinção entre os produtos ou serviços que podem ser oferecidos por uma empresa e aqueles oferecidos por outra empresa.

O II Seminário Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual na fala da expositora, pessoa experiente em lidar com propriedade intelectual, patente e marcas à luz do Direito, trouxe importantes questões possibilitando acadêmicos do Programa MPIES e comunidade externa uma análise crítica de uma temática necessária a toda cidadã e a todo cidadão.

Referências

ALMEIDA, D. P.; DEL MONDE, I. G. ;PINHEIRO, P. P. **Manual de propriedade intelectual**.UNESP,2013.

BARBOSA, D. B. **Uma introdução à propriedade intelectual**. Disponível em: https://www.dbba.com.br/wp-content/uploads/introducao_pi.pdf. Acesso em: 28 set. 2023.

Brasil precisa de um novo marco regulatório de Propriedade Intelectual?

Disponível em: <https://www.montaury.com.br/pt/brasil-precisa-de-um-novo-marco-regulatorio-de-propriedade-intelectual>. Acesso em: 28 set.2023

Criações não patenteáveis: breves comentários ao art. 10 da Lei de Propriedade Industrial. Disponível em:<https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2019/04/02/criacoes-nao-patenteaveis-breves-comentarios-ao-art-10-da-lei-de-propriedade-industrial/>.Acesso em: 27 set. 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

MANUAL DO USUÁRIO SISTEMA E-MARCAS. Instituto Nacional da Propriedade Industrial Diretoria de Marcas Versão 2.2 -Atualizado em 19/03/2013.Disponível em: https://sites.unicentro.br/wp/pi/files/2012/11/manual_do_usuario_e-marcas_-_versao_2_2_final_0.pdf .Acesso em: 27 set. 2023.

Módulo 2: Introdução à Propriedade Intelectual. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Carlos-Ferreira-Costa/publication/346680140_Apostila-Propriedade_Intelectual-WIPO-Curso_DL_101P_BR_-_CURSO_GERAL_DE_PROPRIEDADE_INTELECTUAL_-_2020-S4/links/5fce61b792851c00f85b7dc7f/Apostila-Propriedade-Intelectual-WIPO-Curso-DL-101P-BR-CURSO-GERAL-DE-PROPRIEDADE-INTELECTUAL-2020-S4.pdf. Acesso em: 27 set. 2023.

Módulo 4: Marcas. Disponível em: <https://nit.uncisal.edu.br/wp-content/uploads/2012/08/Marcas.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

TECENDO REFLEXÕES SOBRE O PLÁGIO E SUAS INTERFACES: O ESTADO DE CONHECIMENTO

*Érica Santos Araújo
Vanessa Goes Lima*

Resumo

Neste trabalho, objetivamos investigar a produção intelectual acerca dos plágios a partir do estado de conhecimento, na perspectiva de escritas que tecessem relações com o II Seminário intitulado “Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual”, que aconteceu no Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), Campus XI, Serrinha-BA. Com isso, a abordagem utilizada foi de natureza qualitativa, com o método bibliográfico. Para fundamentar a pesquisa utilizamos o pensamento de alguns teóricos como: Fonseca (2002); Sobral (2009); Silva (2008); Ferreira (2006), dentre outros. Nesse contexto, o trabalho sinalizou a necessidade da compreensão mais aprofundada de identificações das práticas de plágios em contextos educacionais desde a educação básica até o ensino superior, no fortalecimento do desenvolvimento consciente dos estudante.

Palavras-chave: Plágio. Mestrado Profissional. Produção Intelectual.

1. Introdução

A presente escrita nasce das leituras, contextualizadas e reflexões tecidas no II Seminário intitulado Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual ministrado pelo professor Dr^o José Gileá de Souza e a Me. Laís Santana Viana, promovido pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI, através do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social – MPIES, em agosto de 2023. Durante o encontro foram abordados diversos conceitos aos quais referem-se aos direitos legais concedidos a indivíduos ou organizações sobre criações intelectuais, propriedade intelectual e a sua proteção.

A propriedade intelectual é um ramo do direito que se subdivide em duas vertentes; o direito de autor e a propriedade industrial. O direito do autor envolve criatividade, envolvimento e possuem influências da cultura que se configura na proteção as obras intelectuais tais como literatura, música, cinema, fotografia, publicidade, arquitetura dentre outros. A propriedade industrial abrange as criações industriais e sinais distintivos, ou seja, marcas, produtos, serviços e empresas.

Com efeito, as discussões profícuas do seminário, reverberam na presente escrita, ao qual objetivou-se correlacionar a temática com as produções e as questões éticas que envolvem a responsabilidade e a proteção que permeiam o processo de escrita e desenvolvimento das dissertações e produtos no caso específicos de mestrados profissionais, para tanto buscou-se mapear e apresentar os textos já escritos sobre proteção intelectual utilizando-se de descritor no banco de dados da CAPES. Nessa direção, o artigo está dividido em cinco seções, que contextualizam a temática aqui abordada, a primeira: Introdução; a segunda: Metodologia; a terceira: Tecendo reflexões sobre Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual: descrevendo as contribuições do II Seminário do MPIES; a quarta: O plágio na base de dados da CAPES entre os anos de 2019 até 2023 na área da Educação: estado do conhecimento; e a última, Considerações finais.

2. Metodologia

A metodologia utilizada neste estudo consistiu em uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfica, tendo em vista a consulta realizada nos textos disponibilizados pelo II Seminário promovido pelo MPIES, Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual, que segundo Fonseca (2002);

A pesquisa bibliográfica, é realizada [...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o

objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Em suma, a pesquisa bibliográfica é um componente essencial de qualquer trabalho científico ou acadêmico, e requer uma atualização constante para incorporar as mais recentes contribuições ao campo, garantindo que a pesquisa esteja alinhada com o estado atual do conhecimento.

Inspirada no Estado do Conhecimento, a escrita teve como fonte de acervo digital o banco de dados da CAPES, que objetivou-se mapear e analisar e textos já escritos utilizando-se o descritor “Plágio”, compreendendo o marco temporal correspondente a 2019 a 2023, com base nos títulos e palavras-chave dos trabalhos, a fim de identificar os escritos já desenvolvidos que versam sobre a referida temática. Ao delimitar os campos da pesquisa, fazendo um recorte, utilizamos os seguintes filtros, grande área de conhecimento (Ciências Humanas); área de conhecimento (Educação); revelando 03 dissertações.

Nesse contexto, a pesquisa fundamentou-se nos referenciais teóricos de Fonseca (2002); Sobral (2009); Silva (2008); Ferreira (2006), dentre outros, que foram imprescindíveis para o andamento da pesquisa.

3. Tecendo reflexões sobre Inovação e Proteção da Propriedade Intelectual: descrevendo as contribuições do II Seminário do MPIES

Como anteriormente apresentado, o evento foi organizado pela coordenação do MPIES em agosto de 2023, em que as experiências e vivências oportunizada por ele serviu de base da tessitura deste trabalho. As discussões e material apresentado no referido seminário proporcionaram diversas reflexões acerca da propriedade intelectual, que segundo o Manual de Propriedade Intelectual do CDTN, o termo “propriedade intelectual se restringe a tipos de propriedade que resultem da criação do espírito humano”, em que compreendem direitos relativos à dimensão temporal, segurança jurídica e territorialidade do direito de propriedade industrial modalidades de proteção compreendidas.

As modalidades de proteção contidos no Sistema de Propriedade Intelectual são subdivididas em direito autoral, propriedade industrial e proteção Sui Generis, em que cada uma dessas modalidades visa prote-

ger diferentes tipos de criações intelectuais. Em suma, é uma estrutura legal e regulatória que busca incentivar a inovação e proteger os direitos dos criadores, dentro desse sistema abrangem uma ampla gama de criações intelectuais, desde obras artísticas a produtos agrícolas.

O direito autoral segundo o art. 7º, Lei 9.610/98, “são obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível”, que se configura como um instrumento vital que equilibra os interesses dos criadores e da sociedade, protegendo os direitos dos autores. É frequentemente dividido em duas categorias principais; direitos morais, que se concentram na relação pessoal e emocional do autor com sua obra, e direitos patrimoniais, que estão relacionados aos aspectos econômicos da exploração da obra. Sobral (2009, p. 61) acrescenta que a concepção de autoria compreende, de um lado, o princípio dialógico - relação com o outro - e de outro, as relações sociais e históricas que formam o contexto da interação e que incidem sobre a ação autoral

Em conjunto, o direito moral e o direito patrimonial constituem os elementos essenciais dos direitos autorais. Ambos são componentes cruciais da propriedade intelectual, equilibrando os interesses do criador com a necessidade de disseminação e utilização da obra na sociedade. A propriedade industrial é o patrimônio imaterial e não palpável de uma empresa, é regulamentada pela Lei nº 9.279/96 que diz em seu art. 2º que “a proteção dos direitos relativos à propriedade industrial, considerado o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País”, efetua-se mediante:

- I - concessão de patentes de invenção e de modelo de utilidade;
- II - concessão de registro de desenho industrial;
- III - concessão de registro de marca;
- IV - repressão às falsas indicações geográficas; e
- V - repressão à concorrência desleal.”(BRASIL, 2016)

A propriedade industrial configura-se como um conjunto de direitos legais concedidos aos inventores, criadores e proprietários de marcas e designs, garantindo a proteção a suas criações aos quais contribuem para o funcionamento de mercados globais, promovendo o desenvolvimento econômico. A relação entre os direitos morais e patrimoniais no direito autoral é intrínseca à preservação da integridade

criativa e ao estímulo à produção cultural e artística. A compreensão e o equilíbrio adequado entre esses direitos são cruciais para o funcionamento eficaz do sistema de direito autoral na sociedade contemporânea.

Dentro dessa perspectiva, a correlação entre a proteção da propriedade intelectual e os programas de mestrado é relevante visto que os programas desempenham um papel importante na construção e desenvolvimento de produtos autorais, que objetivam contribuir, ressignificar, desenvolver mudanças em determinados contextos. Representam um ambiente propício para aprofundar o entendimento sobre as complexidades legais, éticas e práticas associadas à proteção da propriedade intelectual.

4. O plágio na base de dados da CAPES entre os anos de 2019 até 2023 na área da Educação: estado do conhecimento

A responsabilidade ética na produção acadêmica perpassa pelo rigor acadêmico, demanda a observância de princípios éticos na condução da pesquisa, na apresentação de dados e na comunicação dos resultados. Os direitos autorais e a propriedade intelectual são fundamentais para proteger a expressão criativa e a validação da pesquisa. Para tanto, respeitar esses conceitos na produção acadêmica, destacando a necessidade de preservar a integridade intelectual e promover uma “cultura de ética na pesquisa e na escrita,

Atualmente, com as diversas tecnologias e o avanço sobretudo das Mídias Digitais (MD) que perpassa pela Inteligência Artificial (IA), Fernandes (2003) aborda a AI como,

Parte da ciência da computação voltada para o desenvolvimento de sistemas de computadores inteligentes, isto é, sistemas que exibem características, as quais associam-se com a inteligência no comportamento humano - por exemplo: compreensão da linguagem, aprendizado, raciocínio, resolução de problemas, etc. (FERNANDES, 2003, p. 03)

Desse modo, as IAs utilizam sistemas de aprendizagem semelhantes aos humanos no que se refere a busca pela resolução de tarefas, como os *chatbots*, que, possuem uma tecnologia capaz de processar linguagem natural e elaborar textos de forma fluente, e que podem ser um grande aliado dentro do processo de ensino-aprendizagem, pois tarefas repetitivas ou que possuem na sua interpretação gama

significativa de dados, ou de alta precisão poderá ser desempenhadas por tais programas de computação.

Contudo, o uso dos *chatbots* na escrita de pesquisadores pode ser uma ferramenta valiosa, desde que seja aplicado com consciência dos seus limites e potenciais impactos éticos. A combinação equilibrada de tecnologia e habilidades humanas continua sendo essencial para a produção acadêmica de qualidade. Dentro desta perspectiva, a produção acadêmica é um campo onde a ética, inovação e o avanço do conhecimento são fundamentais. No entanto, esse ambiente de descobertas e aprendizado traz consigo responsabilidades éticas, especialmente no que diz respeito aos direitos autorais e à prevenção do plágio.

Ao abordar sobre o processo de formação e as questões éticas que permeiam a inserção e utilização desses recursos, é necessário, discutir e dialogar sobre questões que vão além da utilização dos recursos digitais, mas adentrando ao campo da ética e da moral. Nesse sentido, ao mapear as escritas disponibilizadas no repositório da CAPES, por meio do descritor “plágio” observando-se os títulos e as palavras-chave no período que corresponde ao marco temporal de 2019 até 2023, encontramos 03 dissertações que versam ou citam o descritor e apresentam aderência temática com a bibliografia sistematizada do presente estudo, conforme apresenta o quadro abaixo.

Quadro 1 – Dissertações encontradas no repositório da CAPES

AUTOR(A)/ANO	TÍTULO	PALAVRAS CHAVES	OBJETIVOS
SOARES, Vanessa Sousa. 2022	Plágio e pesquisa na internet: do discurso docente ao conteúdo do livro didático das séries iniciais do ensino fundamental.	Plágio. Cópia. Pesquisa na internet. Discurso docente. Livro didático. Ensino fundamental	Analisar criticamente o discurso docente e o conteúdo do livro didático do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, para identificar a abordagem ou a omissão do plágio relacionado à pesquisa na internet e quais os possíveis significados atribuídos a esses temas.

AUTOR(A)/ANO	TÍTULO	PALAVRAS CHAVES	OBJETIVOS
FARINA. Cassiamara. 2020	A percepção docente sobre as consequências do plágio para os processos de ensino e aprendizagem na universidade	Plágio. Ensino e aprendizagem. Ensino superior. Trabalho Docente.	Investigar a percepção dos professores sobre as consequências do plágio para a aprendizagem na graduação.
SCHORN. Gabriella Thais. 2020	Competências Digitais para o Ensino Fundamental: foco no aluno dos Anos Iniciais	Competências na Educação; Tecnologias Digitais na Educação; Competências Digitais; Competências Digitais para o aluno; Estratégias Pedagógicas para os Anos Iniciais	Construir Competências Digitais para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental voltadas ao aluno deste contexto.

Fonte: elaborado pelas autoras (2023)

Com efeito, é relevante abordar que os trabalhos citados acima, trazem a importância de como acontecem algumas formas do uso do plágio, suas interfaces em algumas instituições de ensino, desde a educação básica até o ensino superior e a reverberação na aprendizagem dos estudantes. De acordo a Ferreira (2006, p. 634), plágio é “o ato de plagiar e plagiar é apresentar como seu o trabalho de outrem. Quem o pratica, foge totalmente de um dos pilares da pesquisa científica que é a ética.”. Com isso, as pesquisas refletem sobre relacionam a prática do plágio a algumas situações, como iremos destacar abaixo.

Em sua pesquisa, Sorares (2022) versou sobre o plágio no sentido de afirmar que ele tem predominância no contexto acadêmico, mas não se restringe e está em todo o sistema de ensino, a autora sugestiona fazer uma analogia relacionando uma árvore gigantesca ao sistema de ensino, começando dos anos iniciais e finais, perpassando pelo ensino médio até chegar à graduação e a pós-graduação. Desse modo,

o plágio está nesse mais consolidado no ensino superior, que seria o topo da árvore, mas também permeia pelos caminhos da educação básica, sendo defendida a investigação desde o ensino fundamental, que seria a raiz dos problemas. Assim, a autora conseguiu identificar a palavra cópia, como definição do termo plágio, nos discursos de todas as docentes participantes da pesquisa, no entanto, consideram o uso dessa palavra como nível elevado para os estudantes dos anos iniciais, mas consideram o plágio enquanto uma cópia que poderá se tornar indevida na prática se o estudante tiver ambiente e idade propícia para que aconteça. Por sim, foi notório que a pesquisa sinalizou resistência das professoras em relação as transformações nas práticas pedagógicas acerca da utilização do termo plágio em sala de aula, na percepção de que nesse contexto educacional o termo cópia é um recurso que facilita algumas instruções pedagógicas.

Farina, buscou compreender a incidência de plágio em trabalhos acadêmicos e opiniões sobre as consequências desta atitude para o processo de ensino e aprendizagem e futura atuação profissional através da percepção dos docentes do curso de Direito de duas Instituições de Ensino Superior (IES). Nesse segmento, o objetivo geral foi a investigação acerca da percepção dos professores sobre as consequências do plágio para a aprendizagem na graduação, para isso, foi realizada uma pesquisa descritiva, por meio de investigação bibliográfica e de campo, que contou com aplicação de questionários, com 35 docentes que ministram aulas no curso de direito das instituições selecionadas, sendo elas: a Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí (UFG-REJ) e o Centro de Ensino Superior de Jataí (Cesut). Os dados foram analisados através da análise de conteúdo, que emergiram do discurso dos participantes três categorias: atuação do professor em relação ao plágio; consequências do plágio para a aprendizagem do estudante; e tipos, ocorrências e motivos para o plágio. Portanto, foi constatado ao decorrer da pesquisa que os professores em sua maioria perceberam como é prejudicial o plágio para a aprendizagem ao se depararem com plágio em textos de alguns estudantes, o que interfere na futura atuação e na produção intelectual dos estudantes. Nesse sentido, foram verificadas ações que são desenvolvidas para prevenir e punir práticas dessa natureza e que o plágio é uma situação que reverbera mais na ética do que na desinformação dos estudantes no estímulo de hábitos escolares do ensino fundamental e do ensino médio, como no uso da

internet, o que foi de encontro ao referênciã teórico no qual aborda problemas relacionados ao contexto social.

Em sua pesquisa, Schorn (2020) teve como objetivo da sua pesquisa fazer o mapeamento e construção das Competências Digitais para estudantes dos anos iniciais, assim, foram desenvolvidas estratégias em um plano de ação com perspectiva de nortear o trabalho do professor e da escola nesse processo de construção. A abordagem foi constituída em três eixos temático: Tecnologias Digitais (TD) na Educação; Competências Digitais; e o aluno dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Assim, estabelecendo relação entre as necessidades e motivações do estudante ligadas à utilização das TD no contexto escolar. Nesse contexto, a pesquisa ocorreu em sete etapas e os dados analisados através da análise de conteúdo, identificando cinco Competências Digitais Gerais de Alfabetização Digital, que foram: Uso básico do computador (desktop, notebook) e dos dispositivos móveis (smartphone, tablet); Identificação e resolução de problemas; Recursos básicos de comunicação em rede; Cuidados básicos com a saúde e segurança digital; e Busca e tratamento de informações. Além disso, verificou sete CD Gerais de Letramento Digital, como: o Uso intermediário do computador (desktop, notebook) e dos dispositivos móveis (smartphone, tablet); Reconhecimento de padrões e algoritmos; Perfil ético e respeitoso na web; Criação e desenvolvimento de conteúdo digital; Cuidados intermediários com a segurança digital; Recursos intermediários de comunicação em rede; e Uso de mecanismos de gerenciamento e compartilhamento de informações. O Plano de Ação apresenta o cenário e as estratégias pedagógicas para construção da CD. A partir do estudo de caso foi possível identificar que este estudante está inserido nas tecnologias digitais, mas não tem o domínio como é imaginado e a construção de um CD desde os anos iniciais é fundamental para evitar diversas situação como o plágio, fake News, entre outras.

Desse modo, as pesquisas trouxeram abordagens relevantes em relação a utilização do plágio, visto que nos anos iniciais e finais é discutido de forma sucinta, fazendo a menção como cópia e muitas vezes utilizado como estratégia de aprendizagem. Para Silva (2008), a prática do plágio “acontece há muito tempo, ocorrendo do ensino fundamental até a universidade, o que é apresentado enquanto a cópia total ou parcial sem a identificação da fonte.” Contudo, ao chegar no

ensino médio e principalmente no ensino superior a realidade é diferente, o que algumas vezes acabam fazendo com que o estudante fique desestabilizado em meio ao desconhecido, ao que não foi avisado sobre a falta de ética e crime da utilização de materiais produzidos por outras pessoas de forma indevida.

5. Considerações finais

Como foi visto na pesquisa, a utilização do plágio traz impactos para o ambiente de ensino e dificilmente será superado, devido ao grande número de trabalhos e falta de conhecimento voltado a formação de professores para o fortalecimento dessas demandas. Desse modo, as pesquisas presentes no estado do conhecimento versam sobre as relações e aspectos que envolvem exatamente o trabalho do professor diante dessa problemática, diante da realidade em que vivemos em que o aumento do uso de telas e o uso das tecnologias na educação ganharam mais espaços, podendo ser um forte estímulo para o plágio,

Através das leituras, ficou evidenciado que o plágio sendo utilizado para além da graduação, já que durante a educação básica alguns estudantes são estimulados ao exercício da cópia no sentido de desenvolvimento da aprendizagem, o que dificulta a compreensão quando adentram o ensino superior. É pertinente afirmar, que por mais que as IES ofertem disciplinas de metodologia científica, é necessário reconhecer que a escrita acadêmica é um universo mais complexo para estudantes que saíram da educação básica, precisando ser mais fortalecida para a compreensão dos estudantes de maneiras para que o plágio não seja praticado, reafirmando a falta de ética e o crime que acontece nessas situações de utilização de forma equivocada.

Portanto, deve-se refletir sobre o papel das instituições, professores, pesquisadores e da sociedade acerca da redução da prática do plágio realizada pelos estudantes, na busca de estratégias e metodologias que tentem diminuir essas lacunas presentes na educação. Assim, é preciso ter uma formação que tenham a ética enquanto espaço significativo nas discussões e práticas desde a educação básica, estimulando a autoria para o desenvolvimento dos estudantes.

Referências

BRASIL, lei Nº 9.279, de 14 de maio de 1996. **Lei de Propriedade Industrial;** Código de Propriedade Industrial(1996); Lei de Patentes(1996)EMENTA: Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

----- Lei 9.610/98, de **Direitos autorais e a proteção da propriedade intelectual das obras de seus titulares.** (1998). Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm>. Acessado em: 12 de novembro de 2023.

----- **Manual de Propriedade Intelectual do CDTN.** (2022) Disponível em: <https://www.gov.br/cdtn/pt-br/inovacao-e-tecnologia/manual-de-propriedade-intelectual-do-cdtn/manual-de-propriedade-intelectual-do-cdtn-pdf>. Acessado em: 12 de novembro de 2023.

----- **Convenção de Estocolmo, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual** (OMPI),1967. DL 101P BR - Módulo 2 - Introdução à Propriedade Intelectual – (4V) OMPI/INPI.

----- **Ministério da Educação.** Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria normativa CAPES nº60 de 20 de março de 2019. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2716/portaria-capes-n-60>. Acessado em: 12 de novembro de 2023.

----- **Ministério da Educação.** Portaria Normativa nº80 de 16 de dezembro de 1998. (DOU, 11.01.1999, Seção 1, p. 14) Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2183/portaria-capes-n-80>. Acessado em: 12 de novembro de 2023.

----- **Ministério da Educação.** Portaria Normativa nº17 de 28 de dezembro de 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo. Portugal:** Edições 70, 2002. DAY, Christopher. Ser professor, desenvolver-se como profissional. In: DAY, Christopher. Desenvolvimento Profissional de Professores: os desafios da aprendizagem permanente. Portugal: Porto, 2001. p.15-45.

FARINA, Cassiamara. **A percepção docente sobre as consequências do plágio para os processos de ensino e aprendizagem na universidade.** 2020. 144 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio:** o dicionário da língua portuguesa. 6.ed. Curitiba: Positivo, 2006.

FERNANDES, Anita Maria da Rocha. **Inteligência artificial:** noções gerais. Florianópolis: Visual Books, 2003, p. 148.

SILVA, Obdália Santana Ferraz. **Entre o plágio e a autoria:** qual o papel da universidade? Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 38, p. 357-414, maio/ago. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/PK7VSKjhMWTqCrSPQrVYTDb/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 de novembro de 2023.

SOBRAL, Adail. Autoria e estilo. In: **Do dialogismo ao gênero:** as bases do pensamento do círculo de Bakhtin. Campinas: Mercado das Letras, 2009. Série Ideias sobre linguagem, p. 61-71.

SOARES, Vanessa Sousa. **Plágio e pesquisa na internet:** do discurso docente ao conteúdo do livro didático das séries iniciais do ensino fundamental / Vanessa Sousa Soares; orientador Carlos Alberto Lopes de Sousa. -- Brasília, 2022. 142 p.



PARTE III

LETRAMENTO RACIAL

[RETORNAR AO SUMÁRIO](#)

RACISMO ESTRUTURAL: PROCESSOS DE EXPLORAÇÃO, EXCLUSÃO E APROPRIAÇÃO

*Taise Lima de Menezes
Nadjane Estrela Soares
Marize Damiana Moura Batista e Batista*

Resumo

A presente pesquisa analisa o racismo dentro de uma concepção histórica-crítica, debate a perspectiva de raça para afirmação dos processos de exploração, exclusão e apropriação, sofridos pela maioria da população negra. A produção surge a partir de diálogos estabelecidos na palestra sobre Letramento Racial, realizada pela Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus XI Serrinha, através do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES). Para fundamentar a metodologia utilizamos as sistematizações de Gil (2002) e Minayo (2009), os pressupostos teóricos estão embasados em Almeida (2019), Biko (1990), Munanga (2017), Souza (2022), Cruz e Bittencourt (2010), Moura (2020), Domingues (2003), Fernandes (2008), Ianni (2004) e outros importantes teóricos. Apresentamos como conclusão, que o racismo não pode ser desvinculado da estrutura social, ou naturalizado, deve ser entendido como estrutural e estruturante, e que sua superação perpassa pela construção de outro projeto de sociedade.

Palavras-chave: Racismo estrutural. Classe trabalhadora. Educação.

1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar de forma resumida discussões desenvolvidas no I Colóquio: Letramento Racial, realizado pela Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus XI, Serrinha, como também analisar o racismo estrutural e desvelar complexas interconexões entre as instituições, práticas sociais, políticas, históricas e econômicas que perpetuam a discriminação racial. Conclui-se que o racismo é elemento estruturante e estruturado pela sociedade capitalista, desta forma, a classe

trabalhara precisa se organizar coletivamente para a construção de outra sociabilidade.

2. Metodologia

O presente estudo se constitui em primeiro momento em revisão bibliográfica, inspirada nas discussões estabelecidas no I Colóquio: Letramento Racial, realizado pela Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus XI, Serrinha. Na revisão da literatura, Gil (2002) afirma que a pesquisa bibliográfica apresenta uma vantagem significativa ao pesquisador, pois possibilita a abrangência de uma variedade de fenômenos muito mais ampla do que seria viável investigar diretamente. Essa vantagem torna-se especialmente crucial quando o problema de pesquisa envolve a coleta de dados dispersos geograficamente. Por exemplo, seria impraticável para um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de informações sobre população ou renda per capita. No entanto, ao dispor de uma bibliografia adequada, ele encontra menos obstáculos para acessar as informações necessárias. Além disso, a pesquisa bibliográfica desempenha um papel indispensável em estudos históricos, uma vez que, em muitas situações, a única maneira de conhecer eventos passados é por meio de dados bibliográficos.

A escolha pela abordagem qualitativa foi motivada pela natureza da pesquisa, pois, a pesquisa qualitativa aborda questões relacionadas a um conjunto de fenômenos humanos considerados como integrantes da realidade social. Isso se justifica pelo fato de que o ser humano não apenas realiza ações, mas também reflete sobre suas ações, interpretando-as dentro e a partir da realidade vivenciada e compartilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2009). Destaca-se ainda que a realidade social aqui analisada não se restringe ao particular, mas se relaciona com a totalidade social¹ que está historicamente integrada à prática social.

¹ Na totalidade, cada realidade e cada esfera dela são uma totalidade de determinações, de contradições atuais ou superadas. Cada esfera da realidade está aberta para todas as relações e dentro de uma ação recíproca com todas as esferas do real. Mas a totalidade sem contradições é vazia e inerte, exatamente porque a riqueza do real, isto é, sua contraditoriedade, é escamoteada, para só se levarem em conta aqueles fatos que se enquadram dentro de princípios estipulados a prior. A consideração da totalidade sem as contradições leva a colocar a coerência acima da contradição. Nesse caso, o objeto de conhecimento ganha em coesão e coerência, em detrimento, porém, do que há de conflituoso nele. E o privilegiamento da contradição revela a qualidade dialética da totalidade (CURY, 1985, p. 35).

3. Desenvolvimento

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018, revela em seus dados a partir da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), considerando o recorte temporal dos anos 2016 e 2017, que a taxa de analfabetismo se consolida significativamente elevada entre as pessoas pretas ou pardas, registrando o indicador de 9,95%. Ao comparar com a taxa de analfabetismo entre pessoas brancas 4,2%, nota-se que os percentuais mais que dobram. Considerando anos subsequentes, PNAD/IBGE aponta que em 2019 a taxa de analfabetismo era de 6,1%, e em 2022 recuou para 5,6%. Apesar da redução, o percentual entre pretos e pardos, continua sendo o mais alto, pretos e pardos estão na média nacional de analfabetismo de 7,4% e entre pessoas brancas 3,4%, repetindo uma série histórica que apesar da redução da taxa do analfabetismo considerando os dados gerais de 2022, o percentual para pretos e pardos aumentou, e para brancos caiu, o que amplia ainda mais a diferença entre os grupos étnicos.

Considerando dados sobre analfabetismo do PNAD 2022, a partir de diferentes etapas de ensino, percebe-se que no Ensino Médio mais da metade da população de até 25 anos (53,2%) concluíram essa etapa, porém essa taxa para pessoas pretas e pardas é de 47%, enquanto para brancos o percentual se materializa em 60,7%. Na população de 18 a 24 anos, 36,7% dos brancos estavam estudando, enquanto entre negros a taxa foi de 26,2%. Dentro desse grupo etário que frequentava a escola, 29,2% dos brancos cursavam graduação, em comparação com 15,3% das pessoas de cor preta ou parda.

Adicionalmente, 71% dos indivíduos pretos nessa faixa etária não estavam matriculados em cursos de ensino superior e não haviam concluído essa etapa, enquanto entre os brancos esse percentual foi de 57,3%.

Além disso, em 2021 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, destacou através de seus dados do PNAD, a cor da pele como fator determinante na disparidade salarial entre trabalhadores brasileiros. Registram entre brancos uma média salarial de R\$ 3.099 mensal, enquanto pretos são remunerados em média com R\$ 1.764 e os pardos com R\$ 1.814. Portanto, conclui-se, que em média, um trabalhador branco teve uma renda 75,7% superior à de um trabalhador preto e 70,8% maior que a de um trabalhador pardo.

A pesquisa indica que a discrepância salarial reduz com o aumento da escolaridade e o avanço na hierarquia profissional, mas mantém-se percentuais significativos de diferença. Estes dados destacam os patamares significativos de desigualdade racial no Brasil, evidenciando o quão distantes ainda estamos de atingir a falsa ideia de democracia racial, e chamam uma atenção para um agravante, quando relaciona a renda com a elevação da escolaridade, porém os dados da pesquisa acima revelam que o percentual de analfabetismo entre negros e brancos se mantem distintos, e com margem de ampliação entre a população preta e parda, escancarando as sutilidades do racismo brasileiro, Munanga (2017) definiu [...] “o racismo brasileiro como difuso, sutil, evasivo, camuflado, silenciado, em suas expressões e manifestações, porém eficiente em seus objetivos” [...] (MUNANGA, 2017, p. 41).

Frente ao exposto, observa-se que a Consciência Negra diz respeito ao negro e à sua situação, e que o negro neste país enfrenta duas forças. Primeiramente, ele é oprimido por um mundo externo por meio de mecanismos institucionalizados, como leis que limitam suas ações, condições de trabalho árduas, salários baixos e uma educação de qualidade inferior. Todas essas são influências externas a ele. Em segundo lugar, e o que consideramos mais crucial, o negro desenvolveu internamente um certo estado de alienação. Ele rejeita a si mesmo precisamente porque associa o conceito de branco a tudo o que é positivo. Em outras palavras, ele relaciona o que é positivo, considera o que é bom como equivalente a ser branco. Essa perspectiva advém de sua experiência de vida e de seu desenvolvimento desde a infância (BIKO, 1990).

Apresentamos aqui dados introdutórios que dão embasamento ao processo de discussão desse estudo, visto que a proposta desse artigo se constituiu dentro do Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), a partir das discussões elencadas no “I COLÓQUIO: Letramento Racial”, que contou com a pelestra dos professores, Dr. Marcelo Máximo da Purificação (MPIES/UNEB), e Dr. Silvio Humberto dos Passos Cunha do Instituto Cultural Steve Biko.

Destacamos, que nesse trabalho não aprofundaremos conceito de Letramento racial, e sim, com base na discussão realizada no referido colóquio, abordaremos o racismo e a perspectiva de raça para afirmação dos processos de exploração, exclusão e apropriação, sofridos pela maioria da população negra.

O prof. Dr. Marcelo Máximo da Purificação, destacou o Letramento Racial a partir das perspectivas de narrativas e saberes de jovens ubandistas, destacou pontos sobre experiência educacional, o currículo colonizado, e estereótipos sociais sobre os negros, dentro do contexto social, político e econômico. Debateu o letramento na perspectiva de Barton (1994) e a partir do conceito de identidade inspirada no pensamento de Hall (2001). Além disso chamou atenção para as produções científicas de Fotoetnografia de Achutti (2004), Culturas híbridas de Canclini (2008), Letramento racial crítico em Ferreira (2014), Letramento múltiplos de Rojo (2009) e outros autores.

O prof. Dr. Silvio Humberto dos Passos Cunha, abordou o pensamento de Silveira (2021), a partir do texto “A presença de Paulo Freire na filosofia da práxis de Steve Biko” e também citando obra de Biko (1990), para retratar o debate sobre racismo estrutural, e a situação de opressão à qual o negro é submetido. A análise dessa pesquisa, se entrelaça com a perspectiva do debate teórico sobre racismo estrutural compreendido a partir de uma totalidade social que cria relações sociais contraditórias.

Segundo Wood (2006, p. 229) “[...] a história do capitalismo foi marcada pelos mais virulentos racismos já conhecidos”. Na perspectiva de Souza (2022), o Segundo Projeto de Identidade Nacional, elaborado no final do século XIX e início do século XX, surgiu em meio a um intenso debate sobre os rumos do progresso do país e as transformações na realidade brasileira, como a transição da mão de obra escravizada para a mão de obra livre. Nesse contexto, uma parte substancial da intelectualidade brasileira, aderindo à teoria do determinismo racial importada da Europa, argumentava que havia evidências científicas suficientes para afirmar que a raça de um povo era um fator crucial para o progresso de uma nação. Além disso, essa intelectualidade defendia que a raça branca era a única dotada dos atributos intelectuais e morais essenciais para conduzir esse processo (SOUZA, 2022).

Sempre alegando o caráter científico de suas teses, os defensores do determinismo racial afirmavam não haver dúvidas de que os negros não apenas careciam dos atributos necessários para o progresso nacional, mas também representavam um sério obstáculo para a implementação de qualquer projeto desse tipo, devido às suas supostas limitações intelectuais e morais. Os intelectuais brasileiros que seguiam essa perspectiva passaram a propagar a ideia de que o

fato da maioria esmagadora da população negra viver em cortiços, desempenhar trabalhos braçais e se envolver em práticas consideradas antisociais, como violência, prostituição, roubos e comportamento sexual “desviante”, era uma comprovação científica de como a raça negra constituía o principal entrave para o progresso do país (SOUZA, 2022).

Segundo Munanga (1999) e Schwarcz (2005), posteriormente, esses intelectuais resolveram abordar essa questão ao adaptar o determinismo racial à realidade brasileira, deixando de lado a crítica dos deterministas raciais e passando a desenvolver a teoria do branqueamento. Segundo essa teoria, com a chegada em grande número de imigrantes europeus e a geração de filhos entre pessoas brancas e negras, assim como entre aquelas de pele mais escura e pele mais clara, juntamente com o aumento das mortes, de pessoas negras devido a doenças inerentes à sua raça, ao longo do tempo, o elemento negro seria gradualmente eliminado da população. Isso resultaria na formação do povo brasileiro composto exclusivamente por indivíduos com as características fenotípicas, intelectuais e morais atribuídas ao povo europeu. Em resumo, a miscigenação não seria um objetivo em si mesma, mas sim uma transição com o propósito de eliminar a população negra da composição do povo brasileiro.

Essa proposta de avanço nacional fundamentada no determinismo racial e no branqueamento estava alinhada com os interesses da classe dominante brasileira, especialmente com a principal fração dessa classe: os grandes proprietários de terra. Ao atribuir à raça um papel crucial no progresso da nação, ela criava obstáculos para abordagens que visavam modificar a estrutura econômica, como proposto no pensamento de Manuel Bomfim (1868-1932). Contrariando as teses do determinismo racial e da teoria do branqueamento, esse intelectual discordava da explicação de que as condições socioeconômicas precárias da maioria da população negra derivavam de sua raça. Para Bomfim, as respostas para esse fenômeno deveriam ser buscadas na escravidão e, principalmente, na forma como ocorreu a abolição, onde a população negra não foi contemplada com nenhuma política pública voltada para sua integração em condições mais favoráveis na sociedade brasileira, como acesso à terra, educação escolar e indenização (CRUZ; BITTENCOURT, 2010).

Através da dominação intelectual, surgiu a convicção de que as condições socioeconômicas precárias em suas vidas não estavam

associadas à estrutura econômica da sociedade, mas sim à condição de serem negras. Esse processo de inferiorização manifestou-se, tanto subjetiva quanto objetivamente, na aceitação por parte de muitas pessoas negras do branqueamento biológico, do branqueamento estético e do branqueamento cultural como uma maneira de superar as barreiras raciais e buscar uma inserção mais favorável na sociedade competitiva brasileira (MOURA, 2020; DOMINGUES, 2003; FERNANDES, 2008; IANNI, 2004).

Almeida (2018) chama atenção, para a atribuição natural da desigualdade “[...] que a desigualdade social seja naturalmente atribuída à identidade racial dos indivíduos ou, de outro modo, que a sociedade se torne indiferente ao modo com que determinados grupos sociais detêm privilégios” (ALMEIDA, 2018, p. 57).

Mudança significativa ocorreu na abordagem racial, a partir da década de 1930, com o Terceiro Projeto de Identidade Nacional, contrapondo-se ao Segundo Projeto de Identidade Nacional. Nesse contexto, houve a valorização da mestiçagem como uma característica do povo brasileiro, e a população negra foi reconhecida como um elemento fundamental na composição da sociedade brasileira, juntamente com os indígenas e os brancos europeus. Contudo, isso não resultou no fim do racismo nas relações sociais. Pelo contrário, o racismo persistiu como uma força social e tornou-se mais desafiador de ser combatido, em grande parte devido a um componente central desse novo Projeto de Identidade Nacional: o mito da democracia racial (FERNANDES, 2008; MOURA, 2020; GUIMARÃES, 2021; MUNANGA, 2017).

O racismo é uma resultante inerente à própria configuração social, ou seja, ao modo “regular” como se estabelecem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não constituindo uma anormalidade social nem um desajuste institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais decorrem de uma sociedade cuja discriminação racial é a norma e não a exceção. A discriminação racial é parte de um processo social que ocorre “por trás das costas dos indivíduos e lhes parece transmitido pela tradição”. Nesse cenário, além das medidas que combatam a discriminação racial a nível individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (ALMEIDA, 2019).

A viabilidade da perpetuação sistemática de práticas racistas reside na estrutura política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo manifesta-se tangivelmente como disparidade política, econômica e jurídica. Contudo, o uso do termo “estrutura” não implica afirmar que o racismo seja uma condição inevitável e que a implementação de políticas e ações institucionais antirracistas sejam ineficazes; ou ainda, que indivíduos que praticam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. Sustentar tal argumento seria ignorar os aspectos sociais, históricos e políticos do racismo. O que desejamos destacar do ponto de vista teórico é que o racismo, enquanto fenômeno histórico e político, estabelece as condições sociais para que, de maneira direta ou indireta, grupos identificados racialmente enfrentem discriminação sistemática. Mesmo que os responsáveis por atos racistas sejam responsabilizados, uma análise estrutural das relações raciais nos leva à conclusão de que a responsabilidade jurídica não é suficiente para impedir que a sociedade continue a ser uma fonte geradora de desigualdade racial (ALMEIDA, 2019).

A ênfase na análise estrutural do racismo não exclui os sujeitos racializados, mas os considera como parte integrante e ativa de um sistema que, ao mesmo tempo, viabiliza suas ações e é constantemente moldado por eles. O objetivo desse olhar mais complexo é afastar análises superficiais ou simplistas sobre a questão racial, as quais, além de não contribuírem para a compreensão do problema, dificultam consideravelmente o combate ao racismo. De acordo com o ensinamento de Anthony Giddens, a estrutura “é viabilizadora, não apenas restritora”, o que permite que as ações repetidas de muitos indivíduos transformem as estruturas sociais. Em outras palavras, conceber o racismo como parte da estrutura não exime a responsabilidade individual pelas práticas discriminatórias e não serve como desculpa para os racistas. Pelo contrário, reconhecer que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou grupo, nos torna ainda mais responsáveis por combater o racismo e seus praticantes. Conscientes de que o racismo é uma parte intrínseca da estrutura social e, portanto, não requer intenção para manifestar o silêncio diante do racismo, mesmo que não torne o indivíduo moral ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o torna ético e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança na sociedade não ocorre apenas por meio de denúncias ou repúdio moral ao racismo; depende, antes de tudo, da adoção de posturas e práticas antirracistas (ALMEIDA, 2019).

Segundo Almeida (2019), por ser um processo estrutural, o racismo é também um processo histórico. Portanto, não é adequado compreender o racismo unicamente como uma derivação automática dos sistemas econômico e político. A particularidade da dinâmica estrutural do racismo está vinculada às características específicas de cada formação social. Nesse sentido, em relação ao processo histórico, podemos afirmar que o racismo se revela: “a) de forma circunstancial e específica; b) em conexão com as transformações sociais” (ALMEIDA, 2019, p.36).

O racismo constitui um amplo conjunto no imaginário social que é constantemente fortalecido pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Após anos de exposição a telenovelas brasileiras, um indivíduo acabará por internalizar a ideia de que mulheres negras são naturalmente inclinadas ao trabalho doméstico, que a personalidade de homens negros invariavelmente oscila entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, e que homens brancos sempre possuem características complexas, sendo líderes naturais, metódicos e racionais em suas ações. A escola, por sua vez, reforça todas essas percepções ao apresentar um cenário no qual negros e negras têm contribuições limitadas para a história, literatura, ciência, entre outras áreas, resumindo-se a celebrar sua própria libertação graças à benevolência de brancos conscientes (ALMEIDA, 2019).

Contudo, há outra consideração a ser ponderada. O significado das práticas discriminatórias, pelas quais o racismo se manifesta, é moldado pela ideologia. Nossa interação com a vida social é filtrada pela ideologia, ou seja, pelo conjunto de ideias que é disseminado pelos meios de comunicação, pelo sistema educacional e pelo sistema de justiça, alinhado com a realidade. Dessa forma, uma pessoa não nasce identificada como branca ou negra, mas adquire essa identificação a partir do momento em que seu corpo e mente estão inseridos em uma rede de significados compartilhados coletivamente, cuja existência antecede a formação de sua consciência e de seus sentimentos (ALMEIDA, 2019).

O conflito social de classe não representa o único embate existente na sociedade capitalista. Existem outros conflitos que, embora não estejam diretamente relacionados às relações de classe, não têm sua origem nelas e persistiriam mesmo sem elas: são conflitos de natureza racial, sexual, religiosa, cultural e regional, que podem remontar a períodos anteriores ao surgimento do capitalismo, mas que assumem uma forma específica dentro desse sistema. Portanto,

compreender a dinâmica dos conflitos raciais e sexuais é fundamental para uma compreensão abrangente do capitalismo, uma vez que a dominação de classe se manifesta em diversas formas de opressão racial e sexual. A relação entre o Estado e a sociedade não se limita à troca e produção de mercadorias; as relações de opressão e exploração sexual e racial desempenham um papel crucial na definição da intervenção do Estado e na organização dos aspectos gerais da sociedade (ALMEIDA, 2019).

Em síntese, a superação do racismo requer uma reflexão sobre formas de convivência que não se baseiem em uma lógica de conflitos, contradições e antagonismos sociais que, no máximo, podem ser controlados, mas nunca totalmente resolvidos. No entanto, a busca por uma nova economia e por formas alternativas de organização torna-se uma tarefa impossível sem que o racismo e outras formas de discriminação sejam compreendidos como elementos essenciais nos processos de exploração e opressão de uma sociedade que busca a transformação (ALMEIDA, 2019).

4. Considerações finais

Na sociedade capitalista os corpos pretos e pardos, são submetidos a diferentes formas de opressão e desigualdades sociais: a negação do acesso e permanência no processo educativo formal em seus diferentes níveis e modalidades; a exploração pelo trabalho manual, sem remuneração condigna; a situação de miserabilidade social, pobreza e fome, são diversas opressões, inclusive do ponto de vista ideológico, que submetem essa população a margem social.

Portanto, iniciativas e debates sobre o combate ao racismo, são importantes para a organização coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras, mas não há como destruir essa estrutura racial, sem modificar as formas como a relação social indivíduo/classe está sustentada. Para isso, precisamos construir um novo projeto de sociedade, que rompam com esses elementos constituintes do racismo e da opressão/alienação dos trabalhadores.

Referências

- ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BIKO, Steve. **Escrevo o que eu quero**. São Paulo: Ática, 1990. Boa reportagem sobre Biko e a SASO. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/exhibit/steve-biko-o-movimento-daconsci%C3%AAncia-negra-steve-biko-foundation/AQp2i2I5?hl=pt-BR>.
- COSTA, E. V. **Brasil: história, textos e contextos**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- CRUZ, J. V.; BITTENCOURT, J. A. **Manuel Bomfim e a América Latina: a dialética entre o passado e presente**. Aracaju: Editora Diário Oficial, 2010.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição**. São Paulo, Editora: Cortez e Autores Associados, 1989.1
- DOMINGUES, P. **Protagonismo Negro em São Paulo São Paulo: Edições Sesc, 2016.**
- DOMINGUES, P. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Senac, 2003.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. 13 ed. São Paulo: Edusp, 2009.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes: ensaio e interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. v. 1.
- FRASER, N. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- **Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)**. São Paulo: Editora 34, 2021.
- HELLER, A. **O cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- HENRIQUES, R., 2001. **Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90** Texto para Discussão 807. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- IINSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio continua**. 2017, 2021, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html>.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MONSMA, K. **A Reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes o oeste paulista, 1880-1914**. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

MOURA, C. **Sociologia do Negro Brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2020.

MUNANGA, K. **As Ambiguidades do Racismo à Brasileira**. In: KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C. (org.). *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 71-90.

----- **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANT'ANNA, W. & PAIXÃO, M., 1997. **Desenvolvimento humano e população afrodescendente no Brasil: Uma questão de raça**. *Proposta*, 73:20-37.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)**. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SOUZA, MÁRIO LUIZ DE. **Capitalismo e racismo: uma relação essencial para se entender o predomínio do racismo na sociedade brasileira**. Florianópolis, v.25, n. 2, p. 2022, maio-ago. 2022 ISSN 1982-0259. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/C6N8TfK97tq9XXbmgG9nJcv/?format=pdf&lang=pt>.

WALLERSTEIN, I. **As tensões ideológicas do capitalismo: universalismo versus racismo e sexismo**. In: BALIBAR, É; WALLERSTEIN, I. *Raça, nação, classe: as identidades ambíguas*. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 63-74.

WOOD, E. M. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2006.

O LETRAMENTO RACIAL COMO IMPORTANTE VIA PARA A PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL

Leilany Marry Brizolara Silva
Marcia Torres Neri Soares

Resumo

A discussão sobre o letramento racial faz-se importante na luta pela desconstrução do racismo advindo do contexto histórico brasileiro. Assim, este trabalho objetiva apresentar reflexões oriundas de referenciais bibliográficos estudados no âmbito do Mestrado em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), juntamente à exposição oral realizada durante o I Colóquio: Letramento Racial, ocorrido no *Campus XI* em Serrinha-BA, em julho de 2023. A metodologia usada foi de abordagem qualitativa, por transcender a quantificação de variáveis e, a partir da atividade acadêmica efetivada, permitir aglutinar informações e estudos sobre o tema em relevo. Com base em pesquisa bibliográfica traz como referencial teórico autores como: Camilloto e Camilloto (2022), Pereira e Lacerda (2019); Silveira (2021); Biko (1990), para construir uma ideia sobre Letramento Racial, consciência negra e suas nuances. Deveras, a temática é importante e requer práticas mais respeitosas na constituição de uma verdadeira justiça social.

Palavras-chave: Letramento Racial. Racismo. Consciência Negra.

1. Introdução

O racismo tem exercido uma força poderosa em todos os espaços sociais. Esta é uma triste constatação a circundar as reflexões advindas do presente texto. Em vista disso há uma busca constante por avanços na luta pelos direitos civis e conscientização da importância pela igualdade racial, haja vista essa ideia de raça surgir com o intuito de segregar, separar pessoas em raças superiores e inferiores, persistindo até os dias atuais. Tal ideia reverbera em profundas e sistemáticas desigualdades, as quais afetam a vida de grande parte da sociedade.

Nesse sentido, para lidar efetivamente com essa problemática se faz necessário desenvolver estratégias educacionais responsáveis por promover a equidade entre as raças e concomitantemente o enfrentamento ao racismo.

O letramento racial emerge, portanto, como uma abordagem cujo objetivo é o de ajudar as pessoas a analisar, reconhecer e conseqüentemente enfrentar as estruturas opressoras presentes diariamente em seu cotidiano. O Letramento racial apresenta-se como forma de enfrentamento ao sistema imposto na sociedade, e a partir dele desenvolvem-se estratégias para responder ao racismo de forma crítica em seus diferentes contextos.

Assim, o Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - *Campus XI*, juntamente com o grupo de pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS) promoveu, no dia 07/07/23, às 16h no auditório da UNEB *Campus XI*, o I Colóquio: Letramento Racial, com a participação dos professores dr César Costa Vitorino (coordenador de Linha-MPIES/UNEB) como mediador, dr Marcelo Máximo Purificação (MPIES/UNEB) e dr Silvio Humberto dos Passos Cunha (Instituto Cultural Steve Biko) como expositores. O colóquio objetivou explorar o conceito de letramento racial, sua importância na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, promovendo uma reflexão sobre as práticas e abordagens a serem adotadas em diversos contextos sociais. Além disso, oportunizou discutir o uso dos termos Letramento racial e consciência negra.

Ao reconhecer a amplitude e pertinência do tema no âmbito profissional e acadêmico, principalmente pela natureza de um mestrado profissional, como é o caso do MPIES, além do compromisso assumido com a intervenção educativa e social, o presente texto tem como objetivo central refletir acerca do letramento racial como instrumento importante para a formação de uma consciência racial e reconhecimento sobre a desejada justiça social, com base na análise bibliográfica realizada e na exposição oral.

Para fins de organização, este artigo, além desta seção introdutória com breve abordagem do tema, apresenta a metodologia utilizada na seção intitulada "Curso metodológico: interfaces entre a atividade acadêmica e os estudos decorrentes". Em seguida, em "Letramento

racial e suas interfaces” versamos sobre a fundamentação teórica basilar do estudo e, então, discorremos as “Considerações Finais” do texto. Esperamos promover um importante debate e anunciar novas possibilidades de aprofundamento de tema extremamente relevante, como doravante discutido.

2. Percurso metodológico: interfaces entre a atividade acadêmica e os estudos decorrentes

Esta seção objetiva discorrer sobre o percurso metodológico base para as reflexões apresentadas nesse texto. Como dantes anunciado, o I Colóquio: Letramento Racial culminou nessa construção, nos moldes aqui compartilhados. Para tanto, nos utilizamos da abordagem qualitativa, com vistas a elucidar aspectos teóricos subjacentes ao tema em questão. Segundo Minayo (2001, p.22) “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado.” Conforme acreditamos, a apreensão do tema letramento racial, trouxe-nos reconhecer um nível de realidade, especialmente de subjetividades e conteúdos subliminares na constituição social, dos quais e para os quais necessitamos reconhecer a impossibilidade de quantificação e a importância de analisar as contribuições teóricas sob o ponto de vista qualitativo.

A metodologia utilizada tem inspiração na pesquisa bibliográfica. Ao reconhecer as características de uma pesquisa bibliográfica, muitas vezes caracterizada como uma revisão de literatura ou bibliográfica, compreendemos sua amplitude, afinal “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório.” (LIMA, MIOTO, 2007, p. 38). Também por considerar o relativo curto espaço de tempo para sua realização, optamos por trazer a inspiração nesse tipo de pesquisa como caminho possível para consecução do objetivo do texto.

Partimos da leitura de alguns referenciais como o de Camilloto e Camilloto (2022), Pereira e Lacerda (2019); Silveira (2021); Biko (1990), unindo-se a leitura de outros autores para construir uma ideia sobre o tema Letramento Racial.

Do ponto de vista da organização da atividade acadêmica, as palestras realizadas tiveram o intuito de unir-se às leituras já existentes sobre a temática. Nessa dialética a pesquisa bibliográfica e a atividade prática, a saber o Colóquio, constituíram-se o embasamento para a elaboração desse estudo, promovendo a discussão de conhecimentos no campo das ações afirmativas e suscitando aspectos para serem aprofundados posteriormente. Nessa perspectiva, passamos a entender a incompletude dos ciclos, os quais se solidificam não em etapas estanques, mas em planos complementares (MINAYO, 2001).

O trabalho seguiu alguns procedimentos, os quais aqui apresentados, ajudam a entender sua produção. No tocante ao I colóquio, as ações seguiram ao planejamento previamente realizado. Inicialmente houve a apresentação do Coletivo Resistência Preta, em seguida o professor dr^o Cesar fez as devidas apresentações dos convidados e assim passou a palavra para o professor dr^o Marcelo Máximo para iniciar a sua fala sobre a temática. O professor Marcelo explanou com ajuda de *slides* ilustrativos sobre sua pesquisa etnográfica e a protagonização de jovens umbandistas, assim como um estudo sobre as encruzilhadas. Sua fala também oportunizou conhecer um substancial levantamento teórico sobre o tema, no intuito de auxiliar nossa compreensão e a contextualização do próprio conteúdo da palestra.

Por seu turno, o professor Humberto usou como método o somatório de seus conhecimentos e experiências para atingir o objetivo de reflexão sobre a temática, criando uma interlocução com os ouvintes. Por fim, tivemos a oportunidade de participar do debate com a proposição de perguntas.

Do ponto de vista da metodologia realizada para a produção deste estudo, além da participação como ouvinte, pudemos ter acesso a textos discutidos no âmbito do Programa. No seguimento, apresentamos as reflexões advindas de nossa imersão nas leituras realizadas.

3. Letramento racial e suas interfaces

O Letramento Racial vem ganhando força e abrindo caminhos para romper o racismo estrutural impregnado há séculos na sociedade. Logo, tratar dessa temática é algo bastante relevante para toda sociedade, em especial a população negra, afinal o Brasil traz em sua história a discriminação da população preta e o colorismo acaba levando

o racismo pautado no fenótipo de cada um. Nesse sentido, a realidade social da raça ainda reflete a geografia dos corpos.

Para Munanga (2022) diversos fatores como as migrações, tráfico humano, colonização dos territórios e os fatores perversos da globalização contribuem para as práticas racistas, a xenofobia, intolerância religiosa e outros tipos de discriminações. Pinheiro (2023, p.58) vem corroborar dizendo: “Não é necessariamente sobre você, é sobre um sistema que te forjou para olhar o mundo sob a óptica de uma racionalidade que hierarquiza pessoas por seu fenótipo. Isso é racismo e ele está aqui, está aí, está acolá.” Assim, desconstruir essa realidade é uma tarefa difícil e árdua, pois persiste desde a nossa colonização.

O etnocentrismo colonial e a classificação racial universal são fatores preponderantes para explicar o porquê de os europeus terem sido levados a sentirem-se naturalmente superiores aos demais povos. Precisamos considerar todo processo histórico de nosso país onde a hegemonia europeia ou ocidental promoveu um novo padrão de poder mundial, controlando todas as formas de cultura, subjetividade e da produção do conhecimento.

Essa colonialidade do poder deixou diversas sequelas em nossa sociedade, e para romper com essas mazelas históricas de racismo e discriminação precisamos de ações afirmativas as quais venham romper com concepções como a da pessoa preta como inferior e desprovida de direitos e liberdade de ser quem é, com dignidade, equidade e igualdade. Vivemos uma oportunidade de desmistificação do dantes construído na nossa subjetividade, agora é tempo de aprendizagem para nos libertarmos do espelho eurocêntrico, mostrando a nossa imagem de forma distorcida e inferiorizada. Precisamos ver, de fato, quem somos sem as lentes da colonização eurocêntrica e, para isso, o Letramento Racial é uma práxis fundamental para essa limpeza das lentes.

Através do Letramento racial podemos reconhecer e desafiar o racismo estrutural e conseguir as devidas habilidades de promover a justiça social. Então, discutir sobre esse assunto no âmbito educacional é de grande valia para a devida mudança de paradigma, através da formação de cidadãos conscientes e preparados para enfrentar a diversidade racial e paralelamente combater o racismo, pois será capaz de construir ambientes inclusivos propícios à formação de indivíduos com identidades saudáveis.

Hodiernamente, é fundamental a promoção de debates sobre letramento racial nos espaços educacionais, e o Colóquio promovido pelo MPIES foi um momento rico de debate e de aprendizado de como podemos promover o letramento racial e o quão ele é necessário e urgente. A palestra do professor dr^o Marcelo Máximo da Purificação trouxe “o letramento como processo de educação racial que reúne um conjunto de práticas com o intuito de desconstruir formas de pensar e agir, naturalizadas, notarizadas socialmente em relações às pessoas pretas e brancas com o foco em despertar a reflexão.” A partir daí demonstrou suas inquietudes de pesquisa focado na reflexão sobre os jovens umbandistas, e como eles falam sobre o sagrado, sua religião. Seus corpos materializam seus conhecimentos e saberes umbandistas, os saberes emergentes da relação dos jovens com os terreiros e sua repercussão na escola, além de buscar quais saberes emergem da encruzilhada do cotidiano com a cultura, religião e a escola e, ainda, se são despachados nas narrativas dos jovens umbandistas.

Diante de sua explanação evidencia a relação do letramento com identidade, ao levantar alguns conceitos relacionados a jovens umbandistas, como auto representação, sentimento pessoal, auto-conceito, identidades rasuradas (aquelas vivenciadas por pessoas de religião de matriz africana mas, que não falam com receio de como vão ser tratadas e olhadas), identidades atacadas (que são invisibilizadas quando se declaradas umbandistas ou de outra religião de matriz africana), identidades denunciadas (aquelas que o jovem apresenta o seu pertencimento religioso, fazendo questão de se apresentar como membro de religião de matriz africana). O prof. Dr^o Marcelo Máximo da Purificação evidenciou as identidades umbandistas traduzidas, em sua pesquisa, na fé, nos corpos, no sagrado, na vestimenta, no silêncio, no medo, no cotidiano, na virtude no canto e na dança.

Através de imagens em *slides* foram apresentados corpos de pessoas com tatuagens de elementos, símbolos e artefatos sagrados. Assim, percebemos em sua explanação o letramento racial de diversas formas, inclusive através de nossos corpos com tatuagens, roupas brancas, as guias como forma de resistência.

A encruzilhada como letramento racial foi levantada na pesquisa como lugar de oferenda a Exú e Pomba Gira, mas, também como lugar onde se busca a proteção à prosperidade, a quitação e outras chamadas naquele momento de despacho. A encruzilhada vista como intersecção

de saberes, e os saberes permitindo aos terreiros e as escolas pensar de maneira saudável o cotidiano, demonstrando que muitos conhecimentos que são vivenciados nos terreiros podem ser trabalhados nas escolas, mas, segundo sua exposição, o currículo não permite.

Ela foi vista também na pesquisa como lugar de transgressão de traquinagem da juventude umbandista e caminhos com infinita e diversas formas e significados, são as bocas do mundo, são saberes, é a poesia para afastar a falta e abrir caminhos. E a escola e o currículo também são espaços de encruzilhada, pois com eles se dão importantes passos em direção a construção da identidade dos sujeitos da profissão, de conhecimento de áreas e etc.

O professor dr^o Marcelo Maximo demonstrou em sua pesquisa como se dá a relação dos jovens umbandistas com o sagrado. Esse sagrado foi afluído como verdade, como algo palpável nos terreiros, como elo a aproximar o divino da espiritualidade, experienciado nas vestimentas, nas pérolas, nos calçados, nas guias, nos banhos de ervas, dentre outros. Essas representações do sagrado estão repletas de significados demonstrando um pouco da cultura negra na sociedade atual, sendo formas de letramento racial.

De acordo ao explanado pelo professor percebemos que construir um letramento racial crítico é fundamental, promovendo aos indivíduos a capacidade de refletir e desenvolver uma transformação do *status quo*, compreendendo e questionando as desigualdades naturalizadas pelo discurso do grupo hegemônico na busca de uma sociedade mais justa e com igualdade (PEREIRA e LACERDA, 2019).

Essa percepção crítica só irá acontecer a partir de leituras e do próprio letramento racial. É preciso intelectualizar pessoas negras para alteração da realidade atual. Sobre isso Pinheiro (2023, p.83) diz: “Se fomos destituídos de humanidade pelo atributo da razão, é pelo intelecto que conquistamos a nossa dimensão humana”. Ocupar os espaços de poder é, sem dúvida, de grande importância para a população negra, a representatividade e o letramento racial fortalecem a luta antirracista.

No segundo momento o professor Dr. Silvio Humberto dos Passos Cunha pautou-se na instituição Steve Biko e seu papel no letramento racial. Inicialmente falou da diversidade e da necessidade da inclusão das pessoas com deficiência trazendo ações promovidas para promoção da acessibilidade por essa e outras instituições, envolvidas na criação

de novo paradigma da equidade, no qual se falou de sexualidade, consciência negra, religiosidade e inclusão.

Relata que foi no movimento negro onde aprendeu a fazer política. Em 1980, estudante do curso de Economia da Universidade Católica, iniciou a sua militância. Em seguida fez uma indagação para a reflexão crítica sobre: o que é letramento Racial? segundo ele o racismo se mostra de duas maneiras, a primitiva do século XIX e sofre mutações no decorrer do tempo. Desse modo, segundo suas provocações o racismo não é o mesmo conhecido no século XX, com fonemas diferentes de acabar com os corpos negros.

O Professor Dr. Silvio Humberto dos Passos Cunha volta ao questionamento: o que é letramento racial? Para o professor, o termo encontra-se em moda, mas, até onde chegaria esse movimento e suas causas e repercussão diante da sociedade complexa ao qual vivemos, haja vista estarmos cercados de armadilhas do capitalismo onde tudo é transformado em mercadoria e com valor. É nessa perspectiva que o expositor aborda a consciência negra por sua ação e força da palavra e a primeira a mexer nas estruturas do racismo.

As reflexões do professor Dr^o Silvio Humberto nos remete a um pensamento de do testemunho de Steve Biko no julgamento da Black Peoples's Convention (BPC) e transcrito pela South African Student Organization (SASO) (BIKO, 1990, p. 125) que diz:

Acredito que, basicamente, a consciência Negra se refere ao negro e à sua situação, e acho que neste país é submetido a duas forças. Em primeiro lugar ele é oprimido por um mundo exterior por meio de mecanismos institucionalizados, por meio de leis que o impedem de fazer certas coisas, por pesadas condições de trabalho, salários baixos, condições de vida muito difíceis, uma educação inferior. Todos esses são fatores externos a ele. Em segundo lugar, e o que consideramos mais importante, o negro desenvolveu dentro de si um certo estado de alienação. Ele rejeita a si mesmo exatamente porque ele liga o significado de branco com tudo o que é bom. (BIKO, 1990, p. 125).

Demonstra que os movimentos sociais têm sua força nas mudanças da sociedade e do mercado, e ao promover essa mudança vai colocando nessa linguagem uma forma palatável, digerível dessas

corporações incorporarem as diversidades, o que não significa uma mudança efetiva e significativa, pois pode ser apenas fruto da pressão social negra. Essa integração pelo consumo não significa que está mudando tudo com profundidade.

Logo, muitas empresas podem fazer campanhas publicitárias com diversidade, e no entanto em seu corpo funcional não existe essa diversidade mostrada na publicidade e quando estão incluídas em seu quadro funcional geralmente não estão em espaço de poder. Nesse sentido Pinheiro (2023) traz o fato de uma empresa mostrar para a sociedade uma suposta diversidade em uma campanha publicitária e se essa inclusão não reverberar em seu quadro funcional, apenas fazendo com que pessoas consumam seus produtos motivadas por essa especificidade, trazendo uma falsa impressão de benefício. Consequentemente, podemos vislumbrar o capitalismo no uso dessas facetas para perpetuar o lucro.

Dessa forma o professor dr^o Silvio Humberto faz uma relação do uso da expressão Letramento Racial com consciência negra e levanta uma reflexão sobre o que fazemos diariamente, letramento racial ou consciência negra? e se o uso do termo letramento racial consegue atingir todas as dores e riquezas da cultura negra? Assim, ele demonstra a consciência negra como algo mais abrangente. Diz que o uso do termo pode impactar no futuro da formação da juventude, então precisamos fazer essa reflexão crítica sobre a prática do Letramento Racial, apenas um viés de negócios e na verdade não se empenha na luta pela causa, já que estamos falando em ato de poder, de luta pelo poder e ou manutenção dele.

Em continuidade o professor dr^o César Costa Vitorino se colocou de forma sintética sobre a vertente de cada expositor e também fez suas contribuições sobre o tema, fala do conceito de letramento a partir de Magda Soares, exemplificando o letramento como construção a partir da vivência. No momento seguinte foi aberto a perguntas aos participantes do I Colóquio Letramento racial.

4. Considerações finais

O letramento racial é um tema muito importante para a construção de uma sociedade com equidade e inclusão. Abordar questões de raça, preconceito e discriminação não é nada fácil, principalmente

se buscarmos promover a conscientização sobre as desigualdades e todo seu sistema estrutural. Assim, se faz necessário uma educação antirracista nas instituições educacionais, valorizando e incentivando a diversidade cultural e principalmente o respeito às diferenças, sejam elas quais forem, promovendo a inclusão de todos em todos os espaços.

Favorecer o letramento racial ajuda a desconstruir estereótipos, favorece a representatividade das minorias raciais e eleva a autoestima. Então, a escolha desse tema para o Colóquio foi de grande valia para toda comunidade acadêmica como também para toda sociedade.

De acordo com as explicações dos professores sobre o tema percebemos que muito se tem a dialogar sobre Letramento racial, afinal o letramento é uma prática educacional na busca de uma consciência política, social e cultural. Também percebemos, na ótica apresentada no Colóquio que o uso do termo Letramento racial consegue abarcar toda a amplitude da luta antirracista.

Em vista disso, percebemos o quanto o uso dos dois termos é importante para a luta antirracista, pois precisamos letrar as pessoas sobre a cultura negra promovendo o acesso a essas informações, desmistificando diversos mitos inclusive sobre a intelectualidade da pessoa negra e com isso favorecer o despertar de uma consciência crítica sobre sua situação na sociedade construindo assim uma consciência negra de forma educacional e politizada.

Letramento racial e consciência negra são congruentes, um é fundamental para a formação do outro, A partir do letramento possibilita uma melhor compreensão das questões raciais, promovendo a empatia e solidariedade. Já a consciência negra é essencial para o letramento racial, pois é com conscientização que se reconhece as lutas e conquistas da comunidade negra ao longo de sua história.

Para que esse processo seja efetivo, é fundamental o engajamento de toda a sociedade na luta contra o racismo estrutural e na busca por uma convivência harmoniosa e equitativa. E para isso a escola é um espaço fundamental nesse processo de transformação da realidade social entendendo com esse conjunto entre o letramento racial e a consciência negra pode contribuir para a construção de uma sociedade respeitosa com todas as pessoas, independente de sua origem étnico-racial.

Referências

CAMILLOTO, B.; CAMILLOTO, L.. **Comissões de heteroidentificação racial**: Por quem os sinos deveriam dobrar?. Educação & Sociedade, v. 43, p. e254673, 2022.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. In: **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

MUNANGA, K. **O mundo e a diversidade**: questões em debate. Estudos Avançados, [S. l.], v. 36, n. 105, p. 117-130, 2022. DOI: 10.1590/s01034014.2022.36105.008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/198485/182615>

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

O QUE É CONSCIÊNCIA NEGRA? Transcrições do testemunho de Steve Biko no julgamento da BPC (Black People's Convention)/ SASO (South African Student Organization), primeira semana de maio de 1976.

PEREIRA, Ariovaldo Lopes; LACERDA, Simeia Silva Pereira de. **Letramento Racial Crítico**: Uma Narrativa Autobiográfica. Travessias, Cascavel, v. 13, n. 3, p. 90-106.

PINHEIRO, Barbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023. 160p.

SILVEIRA, P. H. F.. A presença de Paulo Freire na filosofia da práxis de Steve Biko . Pro-Posições, v. 32, p. e20210102, 2021.

I COLÓQUIO: LETRAMENTO RACIAL

*Eberson Luís Mota Teixeira
Elcione Carvalho Santos
Marcelo Máximo da Purificação*

Resumo

O presente artigo tem como escopo as discussões delineadas no **I COLÓQUIO: Letramento Racial**, ocorrida em 07 de julho de 2023 às 16:00h no auditório do DEDC - *Campus XI-Serrinha-Ba*. A temática foi explanada pelo Dr. Marcelo Máximo Purificação (MPIES/UNEB) e o Dr. Silvio Humberto dos Passos Cunha (Instituto Cultural Steve Biko) e a mediação pelo Dr. César Costa Vitorino (MPIES/UNEB). A pesquisa é embasada nos textos e teóricos, tais quais: Freire (1996), Hall (2001), etc. Assim, este trabalho intenta também compreender a conscientização via identidade étnico-cultural e o enfrentamento contra o racismo (ALMEIDA, 2019) na sociedade hodierna. A abordagem foi a qualitativa em (DESLANDES, 2007), sendo a coleta de dados realizada sob a égide bibliográfica em Lakatos (2003) e a técnica de observação em Gil (2009). Por fim, espera-se que o estado da arte traga estudos e interpretações cognitivas voltadas para os princípios dos direitos humanos em analogias étnico-raciais.

Palavras chave: Letramento Racial, identidade étnico-cultural, racismo, direitos humanos.

1. Introdução

Pretende-se neste trabalho fazer um recorte sobre a temática apresentada e discutida pelo Dr. Marcelo Máximo Purificação (MPIES/UNEB) e o Dr. Silvio Humberto dos Passos Cunha (Instituto Cultural Steve Biko) com relação ao **I COLÓQUIO: Letramento Racial** concretizada no auditório DEDC - *Campus XI - Serrinha - Ba*.

A primeira parte da exposição contou com a presença do **coletivo resistência preta** sediado na UNEB - *Campus Cabula - em Salvador - Ba*, que informou a parceria com o **projeto circulô** para alavancar as lutas

entre jovens pretos/pretas, e ao buscar solidificar a identidade negra no agir com caráter interventivo na valorização das políticas públicas antirracistas ante o governo.

Entrementes, houve a fala de um ogã (representante da matriz africana de Ketu), onde suas observações redundaram no resgate da memória histórica acerca das comunidades feridas pelo racismo secular colonialista, ao qual nos foi imposto pelo mercantilismo da sociedade eurocêntrica. Neste intermezzo, também aludiu a ênfase por angariar ambientes para 'lugares de falas' - parafraseando Djamilia Ribeiro- e ao preceituar os espaços do **Instituto Steve Biko**, em cujo conluio com o programa - **a voz do axé** - florescem seminários e oficinas laborais volvidas para a comunidade circundante das periferias e do corpo social soteropolitano.

Após estas intervenções supracitadas, contra o racismo e a favor da pluralidade étnico-religiosa, o prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação empreendeu a exposição: **LETRAMENTO RACIAL: visto na perspectiva das encruzilhadas de saberes e nos despachos das narrativas de jovens umbandistas** oriundo da sua tese de doutoramento. Destarte, a preleção aferiu espaço privilegiado ao reconhecimento do existir fenomênico e de fé dos jovens umbandistas. Isto é, foram explicitadas suas motivações nas experiências educacionais religiosas *inter pares* mirando o fortalecimento identitário, porquanto foi possível examinar que o aprendizado cultural e interreligioso vai além do currículo da escola convencional, tradicionalmente, abarrotada de aspectos patriarcais, elitistas e estereótipos negativos contra a etnia negra, às quais reverberaram nos recortes vivenciais (sociais, políticos, econômico e religioso) corroborados nos âmbitos dos terreiros entre os participantes desta fé.

O Prof. Dr. Marcelo Máximo intentou neste estudo provocar reflexões e mudanças no contexto vivencial das pessoas de matrizes africanas e indígenas, tão quanto no corpo social que os rodilham. Afinal de contas, o processo educativo, é um movimento engajado na ação política libertadora (FREIRE, 1996) versus os contornos colonialistas e tradicionais vigorantes na manutenção do *status quo* (ordem ideológica) de uma sociedade.

Daí a ingente ansiedade acerca do Letramento Racial, que tomou base na lei 10.639/03 e a lei 11.645/08 para desenvolver a visão de

identidade nos jovens umbandistas perante suas encruzilhadas do viver numa estrita relação etnográfica e autobiográfica.

Neste sentido, o conceito de letramento racial apresentado pelo Prof. Dr. Marcelo Máximo é entendido “como um processo de reeducação racial que reúne um conjunto de práticas com o intuito de desconstruir formas de pensar e agir naturalizadas e normalizadas socialmente, em relação a pessoas negras e pessoas brancas. O foco então, é despertar uma reflexão sobre o racismo estrutural no intuito de combatê-lo”.

Neste mesmo diapasão, supracitado, Almeida, (2019. p. 36) corrobora que “Por ser processo estrutural, o racismo é também processo histórico. Desse modo, não se pode compreender o racismo apenas como derivação automática dos sistemas econômico e político. A especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às peculiaridades de cada formação social”. Sem embargo, educar para as relações étnico-raciais é lutar contra o racismo e confranger (quebrantar) a estrutura sistêmica da episteme civilizatória europeísta nas escolas e na coletividade.

Para o Dr. Silvio Humberto Cunha, que retomou a perspectiva do letramento racial em sua alocução (discurso), e andarilhou por um viés acadêmico ao desvelar a importância para a consciência do sujeito negro no seu resgate histórico ancestral e o desenvolvimento da educação para as relações antirracistas – prioritariamente – contra o preconceito, a denúncia das agressões, assim como da violação do corpo negro – sempre alvo e inimigo preferencial na sociedade racista contemporânea. À vista disso, o professor assentiu e propalou às marcas indelévels de resistências contra a opressão secular presentes nos quilombos, nas revoltas populares e no existir negro ao longo de sua existência ancestral.

Nesse ínterim, o expositor traz à baila o questionamento deste *modus operandi* (modo de operação) contra a etnia negra sendo um fator do anti-humanismo colonial, patriarcal e eurocêntrico, em cujo vigor tensiona o social, tal qual força opressiva e repressiva desumanizante. Dessarte, este artigo teve seu ponto fulcral na compreensão das teorias e práticas de descortinamento e incremento engajado para um letramento racial nas vertentes educacionais, culturais, religiosas e de valorização da identidade negra, em conformidade com o despertar para a consciência cidadã, coletiva e humanista numa esfera política e educacional.

Acerca dos objetivos específicos pretendeu-se: Entender o letramento racial e sua relação com o saber através das cosmovisões atávicas e de valorização da diversidade de matrizes africana e/ou indígenas nos contextos do corpo social hodierno. Outrossim, foi analisar de que modo o letramento racial é capaz de mudar realidades, enquanto configurações de interposições contrárias ao racismo e a favor de uma educação decolonial fraterna.

Para isso, resgatar o sujeito histórico negro em seu significado ancestral de pertencimento, responsabilidade solidária e atuação política significativa versada para a fraternidade cívica e educativa - posto que são instrumentos para abrir caminhos na esteira do conhecimento do mundo, do outro e de si mesmo - é uma missão dignificante e solidária.

Por fim, esperamos com Freire (1996) desenvolver uma análise comprometida com a mudança social e econômica, visto que o letramento racial imiscuído numa educação pautada em fatores históricos criticistas, tendo também por base, uma matriz emancipatória e decolonial, tanto quanto descolonial libertadoras são baluartes para as mudanças benfazejas no corpo social.

Assim, entendemos ser um imperativo categórico para a autonomia do cidadão negro, a conscientização cidadã via educação político partidária engajada, na qual ensinará a não aceitação sobreposta de classes (elites x subjugados) numa afirmação das desigualdades como algo naturalizado pela genética racista ou na fenotípi excludente.

Não obstante, a ação educacional na política, é um mote para desanuviar o acossamento do jugo sistêmico da alienação como mantenedora do *status quo* (ordem das coisas), para qual devemos resistir sempre, quando injustas forem.

2. Metodologia

A metodologia parafraseando as ideias de Deslandes (2007) é uma seara elaborada a partir da práxis conectada com a realidade apresentada. Para isto, deve-se inserir - *pari passu* (ao mesmo tempo) - o método utilizado, as técnicas, de acordo com os vetores de maior relevância para o pesquisador e seu público-alvo, donde transitem na sensibilidade, criatividade e experiência destes como viés biunívoco. No tocante desta análise tem-se um olhar para o seguinte conceito atrelado à pesquisa científica:

A pesquisa científica busca ultrapassar o senso comum (que por si é uma reconstrução da realidade) através do método científico (...), permite que a realidade social seja reconstruída enquanto objeto do conhecimento, através de um processo de categorização (possuidor de características específicas) que une dialeticamente o teórico e o empírico (DESLANDES, 2007, p.34).

A autora sinaliza que apesar da pesquisa científica se constituir com normas devidamente organizadas, compreende e acata a interligação da teoria e prática. Entrementes, analisar os fatos sociais é uma tarefa tênue entre juízos de realidade e juízos de valor. Isto é, em relação a pesquisa, em si, temos que: “Entendemos por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo.” (DESLANDES, 2007, p.16). Destaca-se aqui a importância da pesquisa para as escolas e universidades no tripé do ensino, pesquisa e extensão. Por conseguinte, aludimos também a Lakatos (2003, p. 183): “Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Ao adentrarmos o mundo da vida, das coisas e das construções representativas –via de regra– simbólicas dos povos, é mister, a utilização da pesquisa atrelada à ciência para além do senso comum. Isto porque, a realidade construída pela episteme busca um rigor de verificação, aplicação e conclusões universais. Destarte, a vivência do dia a dia é importante elemento inicial para darmos um primeiro passo na construção de um caminho viável entre a teoria e a prática, todavia irmanadas na ciência, enquanto fiel da balança para o conhecimento último.

Para Gil, em relação à pesquisa, salienta-se que: “Pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico.” (GIL, 2009, p.26). Assim, a metodologia de uma pesquisa com bases sólidas na episteme é um foco paradigmático, que serve como garantia para buscar a verdade – independente – da contextualização valorativa de uma sociedade em suas cosmovisões outorgadas.

Por conseguinte, a abordagem que tem o universo humano como alvo é qualitativa, visto que a temática sobre letramento racial adentra em análises de fenômenos históricos, culturais, psíquicos e de pessoas

em relação consigo mesmas, com as alteridades, as ancestralidades e com o meio social. Segundo Deslandes: “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado.” (DESLANDES, 2007, p.21). Este tipo de acometida adjudica ao pesquisador considerar dados, fenômenos, em transcrições semióticas de palavras e hermenêuticas. Contudo, não exclui o quantitativo, a frequência, as categorias etc, desde que haja uma anotação rigorosa e racional para lapidar as conclusões.

Em conformidade metodológica, o objetivo deste trato acadêmico foi usado a análise exploratória no sentido apontado por Gil (2009) de apresentação temática com envergadura no campo dos conceitos, das experiências e das vivências pluriculturais. O autor ainda destaca: “Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla.” (GIL, 2009, p.27). Não obstante, a coleta de dados foi realizada pela observação e transcrição da palestra dos Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação e Dr. Silvio Humberto Cunha na oitava do **I Colóquio sobre Letramento Racial** nos meados do mês de julho de 2023.

Já a análise dos conteúdos foi realizada na fronteira entre palestras, textos e uma exegese, a qual visou compreender, sensibilizar e conscientizar para uma postura antirracista no terreno da práxis crítica, historicista e etnográfica, donde currículo, escola e denúncia do racismo na sociedade ainda vigora na discriminação, preconceito e antirresistência às políticas públicas humanistas. Por fim, Biko (1990) em relação à educação antirracista é catedrático:

“Acreditamos que é dever do movimento político de vanguarda, que traz a mudança, educar a perspectiva do povo. (...) Tudo isso precisa ser levado até eles e explicado às pessoas pelo movimento de vanguarda que está liderando a revolução” (BIKO, 1990, p. 181, entrevista de 1977).

Eis que escolarizar uma população, não é somente ensinar conteúdos das ciências para uma elite hegemônica se perpetuar no poder, malgrado seja creditar uma educação comprometida com o ser humano, em suas vivências significativas, para o respeito inclusivo e um *modus vivendi* (modo de viver) equânime, vanguardista para a fraternidade e a solidariedade étnico-raciais no seio civilizatório.

3. Desenvolvimento

No campo teórico do letramento racial, em exposição do Prof. Dr. Marcelo Máximo, este utilizou nos slides os autores: ACHUTTI, (2004), CANCLINI, (2008), CAPUTO, (2012), FERREIRA, (2014), GEERTZ, (1989), HALL, (2001), LEJEUNE, (2012) e ROJO, (2009). Tais teóricos serviram de aporte acadêmico para ‘então mostrar à comunidade científica, – como se manifestam as identidades dos jovens umbandistas’ (MÁXIMO, 2023) e responder as questões abaixo:

- O que significa ser um jovem Umbandista?
- Como os jovens Umbandistas falam sobre o Sagrado?
- Como falam sobre sua religião?
- Como seus corpos materializam os conhecimentos e os saberes umbandistas?
- Que saberes emergem da relação do jovem com o terreiro e como isso repercute na escola?
- Como os saberes que emergem da encruzilhada do cotidiano com a cultura, com a religião e com a escola são despachados nas narrativas dos jovens umbandistas? (MÁXIMO, 2023).

A perspectiva intelectual do desnudamento da realidade perpassa pelo sujeito, que se encontra no mundo da vida e se imiscui nas inter-relações com o mundo e seus pares. Eis que estar e ser numa seara religiosa é um caminho a ser trilhado com sentido de pertencimento e identidade, tanto quanto compreender e significar a religião em um cabedal de cosmovisões, empirias e apreensões da corporeidade como *modus operandi* e *modus vivendi* do estar aí imerso no seio da religião e da vida.

Nesta esteira dialógica, o Prof. Dr. Silvio Humberto Cunha, abraça a realidade prescritiva pelo Dr. Marcelo Máximo e aventa uma ampla valorização da diversidade étnico-racial descortinando o alijamento e o apagamento da história do negro no Brasil desatrelando-o do mito da democracia racial á lá Gilberto Freyre em “Casa Grande e Senzala (1933)”. Por isso, o palestrante aludiu a Biko, a seguir:

Acredito que, basicamente, a Consciência Negra se refere ao negro e à sua situação, e acho que o negro neste país é submetido a duas forças. Em primeiro lugar, ele é oprimido por um mundo exterior por

meio de mecanismos institucionalizados, por meio de leis que o impedem de fazer certas coisas, por pesadas condições de trabalho, salários baixos, condições de vida muito difíceis, uma educação inferior. Todos esses são fatores externos a ele. Em segundo lugar, e o que consideramos mais importante, o negro desenvolveu dentro de si um certo estado de alienação. Ele rejeita a si mesmo exatamente porque ele liga o significado de branco com tudo o que é bom. Em outras palavras, ele associa o que é bom, ele considera o que é bom equivalente a branco. Isso provém de sua vida e provém de seu desenvolvimento desde a infância (BIKO, 1990, p. 125).

O Dr. Silvio Humberto traz à consciência negra consoante a um fator personalístico, ou seja, a situação deste na sociedade é uma tipicidade étnica *sui generis* (singular), porque sua subjugação e baixa estima acontecem por vias institucionais/estruturais de condicionantes para uma vida periférica excludente, tanto quanto na alienação de seu ser perante uma branquitude boa, paradigmática e desejada como viés universal ubíquo, malgrado aquela sendo modelo civilizacional etnocida e epistemicida.

Não por contingência, para o Prof. Dr. Marcelo Máximo, os saberes, são ensinados, praticados e ressignificados nos feixes de relações sociorreligiosas e no convívio sociocultural na comunidade. Tal horizonte de sentidos pode ser percebido, quando Barton (1994) cita, “as práticas de letramento são modos culturais gerais pelos quais as pessoas usam o letramento”. Já “a identidade não é um fato concluído, deve ser pensada de modo incompleto, em constante reconstrução, ou seja, é reposicionada”. (HALL, 2001, p. 222). Logo, é possível perceber o letramento como fator cultural educativo, que traduz uma realidade de um povo como elemento de mundividências, conquanto a formação da identidade está mais ligada à arena da entropia (mudanças intermitentes) do self (si mesmo) em circunvoluções.

Por conseguinte, o Dr. Silvio Humberto corrobora com tal premissa e entende a prática antirracista, em harmonização com uma ação prioritária de luta e resistência social pela valorização étnico-racial. Sendo assim, referenda seu pensar em Biko (1990).

Quando a gente diz: ‘Negro é lindo’, o que na verdade a gente está dizendo para ele é: ‘Cara, você está bem do jeito que você é, comece a olhar para si mesmo como um ser humano’. Agora, na vida africana, especialmente, isso tem também certas conotações; as conotações sobre o modo como as mulheres se preparam para serem vistas pela sociedade, em outras palavras, o modo como sonham, o modo como se maquiam, etc. que tende a ser uma negação do seu verdadeiro estado. (...) De modo que, num certo senso, a expressão ‘Negro é lindo’ desafia precisamente essa crença que faz com que alguém negue a si mesmo (BIKO, 1990, p. 129).

Sem embargo, as diversidades subjetivas e de sujeitos nos faz perceber as multiplicidades de identidades dentro da Umbanda, por exemplo a do negro, pobre, subempregados, periféricos, e de sua sexualidade na trilha de resistência voltada para o reconhecimento de si (“negro é lindo”), porém seus eus são envergonhados, suas falas apagadas, e suas etnias negociadas, em *pari passu* aos padrões da branquitude, as quais caracterizam a inferioridade da corporeidade do umbandista e, por extensão do negro, na sua identificação coletiva com o primitivismo, posto que intenta negar sua maturação humana e cidadã na sociedade.

Outro tema explorado pelo Dr. Marcelo Máximo foi a interrelação entre ‘encruzilhada’ e ‘letramento’. Para este,

Encruzilhada é:

- Refere-se ao cruzamento de conhecimentos que permeiam a trajetória social do jovem umbandista, perpassando pelo campo social (do cotidiano), das culturas, dos aspectos religiosos e da vida escolar. Já o termo “despachar” aparece no sentido de encaminhar, dar direcionamentos aos saberes e conhecimentos gerados a partir da intersecção desses campos de saberes e conhecimentos;
- [...] é “um lugar onde são feitas oferendas a Exu e Pomba Gira. Essas ofertas têm as mais variadas funções, como proteção, prosperidade, quitação, entre outras, e são chamadas de despacho;

- É vista como a intersecção dos saberes, os saberes que permeiam os terreiros, a escola e ressoam no cotidiano;
- É a da transgressão, é a traquinagem da juventude umbandista, sujeito central deste estudo;
- É caminhos, cercado por uma infinidade de formas e significados;
- As encruzilhadas são as bocas do mundo, são saberes praticados na periferia por inúmeras criaturas que usam a tecnologia e a poesia para afastar a falta abrindo o caminho;
- É na encruzilhada que a escola e os saberes terrenos se transformam em possibilidades, em multiplicidade e se abrem ao diálogo com outros saberes e outras perspectivas dialógicas (MÁXIMO, 2023).

A encruzilhada, tradicionalmente, é um local de escolhas e rumos. Ao inserir este elemento simbólico e adjudicar aos arquétipos de entidades encarregadas de dar caminhos e prosperidade – o expositor – nos abre um horizonte de analogias, donde este local profano e sagrado se harmonizam com forças telúricas de desdobramentos, saberes e transgressões.

Nesse meio-tempo, o Dr. Silvio Humberto Cunha incrementa tal palmilhar teórico e simbólico demonstrando que o controle da narrativa é um fator existencial do discurso das gentes, e neste campo, o letramento racial teria a nobre tarefa da arqueologização do saber propício à consciência negra. Eis que o palestrante se acossa em Biko (1990) abaixo:

Nós fazemos referência à situação do negro e às condições em que ele vive. Tentamos fazer com que o negro, ao se conscientizar, enfrente seus problemas de modo realista, tente encontrar soluções para os seus problemas, procure desenvolver o que poderíamos chamar de percepção, uma percepção física de sua situação, para ter condições de analisá-la e encontrar respostas para si mesmo. O objetivo atrás de tudo isso é realmente dar algum tipo de esperança. Acho que o tema central a respeito da sociedade negra é que ela tem elementos de uma sociedade derrotada, as pessoas muitas

vezes têm a aparência de quem desistiu de lutar (BIKO, 1990, p. 140).

Steve Biko, ao referenciar a condição do negro subjugado, tenta despertar a consciência para a realidade contemporânea desalienando-o, posto que a esperança é um alento para a batalha da valorização do si mesmo no corpo social. Por conseguinte, os umbandistas também necessitam entender, conscientizar-se e tomar posse de suas narrativas no mundo, tal qual a política de valorização da autoestima preta.

Não obstante, o jovem umbandista, ao encontrar-se no local destes entrecruzamentos precisa estar ciente de suas escolhas, seus desejos e das possibilidades de abertura para sendas de progresso e diálogos. Por isso, o pesquisador Dr. Marcelo Purificação analogiza o profano, com o sujeito e o sagrado, sem o qual não há a quididade (essência) para o magismo ocorrer. Neste sentido, o sagrado assume diversos matizes hermenêuticos, dentre elas temos que para Máximo (2023),

- O sagrado é a verdade;
- O sagrado, na Umbanda, é palpável e impalpável nos terreiros, estabelece uma ligação com a verdade e a caridade;
- O sagrado é um elo que aproxima do divino e da espiritualidade. Na Umbanda, isso aparece de diversas formas, desde o toque do adejá, perpassando pelo uso diário das guias e pelas próprias obrigações destinadas aos guias e entidades;
- O sagrado se estende às vestimentas e aos calçados, usados especificamente para o ato. Esses objetos passam por um cuidado especial, no guardar, no lavar e na forma de usar;
- As velas em muitas religiões estão relacionadas ao sagrado;
- As guias usadas nos pescoços juvenis, na Umbanda, representam sua ligação com o sagrado e servem para identificar o seu vínculo com o sagrado que os rege e os protege;
- O banho de ervas, na Umbanda, na perspectiva do jovem umbandista, é um ritual de aproximação com o sagrado (MÁXIMO, 2023).

O sagrado na Umbanda tem uma correspondência instrumental palpável nas suas imagens, adereços e comunicação com os espíritos.

Já nas religiões fenomênicas que se predicam na fé abstrata advindas de um livro alhures – o sagrado – é inominável, incomunicável, impalpável e onisciente. Vale ressaltar que o sacro, nas religiões de matrizes afroameríndias, são campos que se insurgem numa interrelação eu, outro, mundo terreno e espiritual, e sem o qual, não há o fenômeno interativo com as entidades, encantados e orixás.

Assim, não só a liturgia, a musicalidade e os adereços mil são as manifestações deste sentido de religioso nestas miríades negras e indígenas. Conquanto, este caráter numinoso é a ligação entre o que está fora (o mundo) e o que está dentro (self), porque a amalgama destes diapasões são as complementações entrópicas e dinâmicas deste equilíbrio sacrossanto, onde a consciência de si, do outro, do símbolo e da divindade perpassam pela questão mental da conscientização como *condictio sine qua non* (condição sem a qual) a mudança impinge a positivação mais justa nas relações uníssonas nos estratos étnico-raciais.

Sem embargo, as religiões de origem afroameríndias usam de elementos da natureza, consoante a ‘pontos de luz, energia ou vibração’ para ritualizar as manifestações espirituais através do uso de guias, vestimentas, pontos musicados e ritmados nos atabaques para a criação da egrégora e do chamamento do sagrado (espíritos) ao mundo dos encarnados, em que unidos ao resgate da identidade pessoal e ancestral se movem entre subjetivações, e suas relações interculturais num universo (terreiro e escola) livre de preconceitos como fontes revigorantes da representatividade, respeito e diálogo(s) construídos. Para tal, “a temporalidade não se deixa dizer no discurso direto de uma fenomenologia, mas requer a mediação do discurso indireto da narração” (RICOEUR, 2012, p. 411).

4. Considerações finais

Nas considerações finais é possível perceber que as falas dos coletivos no introito das palestras sobre o letramento se casam nos temas abordados pelos expositores, desde os lugares de fala, as narrativas das encruzilhadas sendo locais de partidas e progressos e a necessidade de uma educação antirracista no âmbito social.

Com isso, a posição de invisibilidade do negro em nossa sociedade, é alçada à posição de existência, porque ao valorizar a identidade,

as lutas e resistências contra o racismo, foi possível atentarmos para o ser do negro como etnia e resgate do seu direito à humanidade. Não por contingência, Steve Biko (1990) destacou o quanto a imposição da branquitude ocorre de forma sutil, por vezes disfarçada, outras explícita, e está entranhada desde a infância, ao construir uma incompletude que alcança a vida adulta, perpassando lugares, espaços, culturas, e a parte mais sensível do ser, isto é, a construção da sua própria identidade na aceitação de si mesmo, em qualquer âmbito que desejar atuar de forma completa como ser humano igual a todos os outros. Vide abaixo:

Agora isso é parte da raiz da autonegação que nossas crianças recebem, mesmo enquanto estão crescendo. As casas são diferentes, as ruas são diferentes, a iluminação é diferente, e assim a gente tem a tendência de começar a achar que há qualquer coisa incompleta na nossa condição humana, e que o complemento vem junto com a brancura. Isso continua até a sua vida adulta, quando o negro tem de viver e trabalhar (BIKO, 1990, p. 125).

Ao se desnudar a civilização da branquitude, é possível constatar, que o estado de marginalização a que a etnia negra é submetida não é uma eventualidade. Não obstante, é um projeto de poder e morte (MBEMBE, 2018). No qual, alija-se a etnia negra do *welfare state* (estado de bem viver) por um estado de falta e incompletude civilizacional, porquanto ao limitar a condição do humano à carência do viver temos a alienação em seu *background* (pano de fundo) da consciência autonegada.

Sem tardança, os estereótipos – ora analisados – foram ressignificados nos letramentos raciais, em harmonia com uma reeducação racial e cultural voltados para a religiosidade no Prof. Dr. Marcelo Máximo e desanuviado perante a tomada de atitude pessoal e política do Dr. Silvio Humberto Cunha, que ao desenvolver a consciência de si e do outro dentro das relações étnico-raciais contra o racismo e o preconceito encontra-se pertencente ao mundo da vida. Dessa arte, é possível acreditar que a educação é um caminho para resolução de conflitos e luta contra o primitivismo colonial, donde a fé colima com a esperança do viver em paz e harmonia numa sociedade justa e fraterna.

Referências

- ACHUTTI, L. E. R. **Fotoetnografia da Biblioteca Jardim**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Tomo Editorial, 2004.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural** / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).
- BIKO, Steve. **Escrevo o que eu quero**. São Paulo: Ática, 1990.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas** – estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2008.
- CAPUTO, S. G. **Educação nos terreiros e como a escola se relaciona com crianças de candomblé**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.
- DESLANDES, Suely Ferreira et all. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Teoria Racial Crítica e Letramento racial crítico: Narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas**. Revista da ABPN, v. 6, n.14, 2014.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**, 7ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paula: Atlas, 2009.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.
- LEJEUNE, Phillipe. **O pacto autobiográfico** (2012).
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**/ Achille Mbembe; traduzido por Renata Santini. - São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.
- OTTO, Rudolf. **O sagrado: os aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional** / Rudolf Otto. [Traduzido por] Walter O. Schlupp. - São Leopoldo: Sinodal/EST; Petrópolis: Vozes, 2007.

RIBEIRO, Djamila **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa III: O tempo narrado.** São Paulo: WWF Martins Fontes, 2012, p. 411.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

LETRAMENTO E LETRAMENTO RACIAL: PERSPECTIVAS NO CONTEXTO DAS PRÁTICAS SOCIAIS

Edjane Gomes de Souza Soares
Cristiane Maria de Freitas Ribeiro
César Costa Vitorino

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar concepções e ações existentes no contexto do Letramento e do Letramento Racial, suas práticas e relações entre sujeitos sociais no caminho para a construção da equidade racial e, mais que isso, da consciência negra. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, com base em uma revisão bibliográfica onde o percurso metodológico busca apresentar reflexões sobre as características existentes no letramento praticado em contextos reais, em duas das suas várias concepções. Debater sobre tais concepções e ações requer perceber a importância do letramento e do letramento racial amparados nas ideias de Soares (2009), Tfouni (2006), Pereira e Lacerda (2019), Street (2014), Gomes (2012), Silveira (2021) que proporcionam discussões relevantes para análises conceituais e de ações, facilitando no confronto das abordagens sobre desigualdades enraizadas pela sociedade. Afinal, compreendemos que esse tipo de discussão beneficia e auxilia para dismantelar modelos estruturais de segregação e marginalização racial.

Palavras-chave: Letramento. Letramento racial. Consciência negra.

1. Introdução

Não se pode falar em educação sem mencionar a leitura e a escrita. Mas é preciso compreender o que se entende por alfabetização. O ato de alfabetizar não pode estar resumido em fazer conhecer as letras, as sílabas e as palavras. É imprescindível entender os sentidos daqui que se escreve e que se lê. Devemos falar, então, em letramento. Faz-se necessário mais do que ler as palavras, é preciso ler o mundo em que vivemos.

Falamos, na verdade, de múltiplos letramentos. A partir das concepções de letramento e de letramento racial se compreende a relevante contribuição que esta temática possui para a análise de diferentes contextos, inclusive ambientes formais e informais em que ocorrem e como ocorrem. O desencadeamento de ações acerca do papel do letramento e o letramento racial e crítico vem trazer contribuições imprescindíveis para a igualdade, a fraternidade que promovam a dignidade humana entre povos e nações.

O objeto de pesquisa tem como tema “Letramento e Letramento Racial: perspectivas no contexto das práticas sociais”, onde as autoras são estudantes do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), ofertado pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação, Campus XI (Serrinha), integrantes do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS), desenvolvendo essa produção de forma obrigatória do componente curricular Seminários e Colóquios, e que foi concebido a partir das reflexões feitas no I Colóquio sobre Letramento Racial. O mesmo teve por objetivo discutir concepções e ações existentes no contexto do Letramento e Letramento Racial na contemporaneidade, suas práticas e relações entre sujeitos sociais. Tem como questão de pesquisa: Como a Universidade, local de produção e socialização de conhecimentos, pode promover discussões e ampliar a perspectiva dos participantes em relação aos tipos de letramento, especificamente o letramento racial e a resistência do povo negro?

Nesta exposição acerca das contribuições do Letramento e do Letramento Racial, desenvolvemos reflexões que se desdobram nas seguintes seções: Dimensão conceitual de Letramento, fazendo uma relação com a oralidade, alfabetização e algumas concepções de Letramento; Dimensão conceitual de Letramento Racial, contextualizando o letramento crítico e as lutas pela emancipação dos pensamentos opressores; Letramento Racial e Consciência Negra, com um diálogo comparativo frente ao entendimento da Consciência Negra enquanto práxis à resistência dos oprimidos, e o Letramento Racial como superação da Consciência Negra do povo negro e dos pontos de vista ontológicos das relações étnico-raciais; e a Descrição e apresentação do Colóquio, onde apresentamos, de forma sucinta, um relato do evento que contou com a participação de dois professores expositores, um professor mediador e um grupo Movimento Coletivo Resistência Preta da cidade de Salvador, Bahia.

2. Metodologia

O presente artigo científico busca demarcar em sua metodologia as características científicas do estudo baseado no procedimento da pesquisa bibliográfica, utilizando livros, artigos e outros materiais de natureza científica como base para o desenvolvimento da temática investigada. Ele adota uma abordagem qualitativa, com ênfase social e empírica, uma vez que, de acordo com Minayo (2003), a metodologia a ser adotada envolve a construção da realidade por meio da análise dos comportamentos, atitudes e significados que surgem nas interações tanto na escola quanto nos espaços de convivência social.

Desta forma, para facilitar a compreensão da temática abordada, Letramento e Letramento Racial, optamos por utilizar a revisão bibliográfica como abordagem de pesquisa. Como percurso metodológico, apresentamos reflexões sobre as características deste estudo, ao enfatizar a relevância de uma análise mais detalhada sobre a dimensão conceitual do Letramento e Letramento Racial e da descrição e apresentação do 1º Colóquio sobre Letramento Racial, ocorrido no Auditório da UNEB, campus XI, Serrinha – Bahia. Diante disso, atribui-se um caráter qualitativo ao abordar cenários que destaquem aspectos sociais-políticos-educacionais, que impedem durante muito tempo que ações antirracistas sejam vistas como prioridade perante nossa sociedade.

3. Desenvolvimento

3.1. DIMENSÃO CONCEITUAL DE LETRAMENTO E LETRAMENTO RACIAL

Ler e escrever são práticas sociais que implicam não apenas compreender uma língua e seu funcionamento, mas necessidade de entender como serão usadas a leitura e a escrita, como os contextos e os sujeitos serão afetados por essas experiências, que serão tão múltiplas como as pessoas e os percursos por elas realizados. Com isso, partimos do pressuposto que para formar leitores é fundamental ter contato com livros, conhecer diferentes gêneros e produções escritas diversas, ler sobre muitos temas a partir de variadas perspectivas e experimentar múltiplas situações que envolvam as infinitas formas de leitura. Isso também se aplica em relação à escrita.

A emergência da discussão sobre letramento originou-se da percepção que ocorreu, especialmente entre os linguistas, de que existia algo além da alfabetização, algo mais abrangente e até mesmo decisivo para o desenvolvimento da educação linguística. Conforme a análise de Tfouni (2006), em primeiro lugar é importante destacar que não há uma definição decisiva sobre o conceito de letramento e esse termo vem sendo amplamente empregado em textos técnicos que abordam temas relacionados à escrita sob diversas perspectivas. Isto posto, Tfouni (2006, p. 30-31) afirma que “[...] no processo de determinação desse novo sentido da palavra letramento, em função das várias posições teóricas adotadas, pode-se dizer que, no estado atual, já existe uma polissemia relacionada à mesma, o que torna a sua conceituação complicada”. Verifica-se que o conceito de letramento é uma dimensão política e que é preciso implementar outras perspectivas, construir novas formas de olhar, de entender e de significar nossa história e nossas identidades, não apenas fazendo uma relação com “pessoa de muitas letras”, culta. Tfouni aponta que há três perspectivas para se pensar o letramento:

Em uma primeira perspectiva, que denominarei individualista-restritiva, *literacy* é vista como estando voltada unicamente para a aquisição da leitura/escrita, considerando-se aí, portanto, a aquisição da escrita enquanto código, do ponto de vista do indivíduo que aprende. [...] Uma segunda perspectiva, que pode ser chamada tecnológica, relaciona *literacy*, enquanto produto, com seus usos em contextos altamente sofisticados. [...] Já a terceira perspectiva, a cognitivista, enfatiza o aprendizado como produto das atividades mentais, e conseqüentemente vê o indivíduo (“criança”) como responsável central pelo processo de aquisição da escrita, uma vez que pressupõe que o conhecimento e as habilidades têm origem nesse indivíduo. (TFOUNI, 2006, p. 31-32)

A autora retrata acima que existe uma relação por extensão entre letramento e escolarização que envolve o ensino formal e o aprendizado de habilidades específicas, como o domínio do alfabeto; que numa perspectiva otimista sobre os usos da leitura e escrita está intrinsecamente ligada ao avanço da sociedade e da tecnologia; e que a abordagem foca exclusivamente nos processos internos do letramento, negligenciando suas origens sociais e culturais, respectivamente.

Alguns estudos atuais, principalmente na área de educação, fazem uma relação entre o letramento e a oralidade de forma crucial, ao examinar esses elementos de forma integrada, considerando sua interdependência mútua. Porém, é frequente a prática de rotular os períodos mais remotos como “orais” e os mais contemporâneos como “letrados”, como se fossem tradições completamente distintas, o que pode levar a uma visão equivocada da evolução histórica da comunicação. Thomas (2005), reconhece em sua obra que o letramento nunca esteve dissociado da oralidade e o estudo pioneiro e sistemático sobre o papel da comunicação oral e escrita teve origem na Grécia antiga. Segundo a autora, “[...] a Grécia serviu de caso de teste para as consequências do letramento na medida em que o alfabeto chegara a uma sociedade completamente oral” (THOMAS, 2005, p. 21), ou seja, sustenta que o raciocínio crítico dos gregos foi influenciado significativamente pela cultura escrita. Desta forma, o letramento exerce um preponderante papel na transformação do intelecto, tanto na antiguidade Grega, assim como em outras sociedades passadas.

Na sociedade atual discute-se várias concepções de letramento. Street afirma que “[...] existem múltiplos letramentos praticados em contextos reais [...]” (STREET, 2014, p. 13), dessa forma, o autor subdivide os letramentos em social, político, na etnografia e na educação, sendo todas capacidades cognitivas dos sujeitos. Numa visão mais abrangente do letramento, enfoca-o como práticas sociais, destacando a dimensão social da leitura e da escrita, bem como a multiplicidade das práticas envolvidas na alfabetização.

Da análise, Soares (2009) aponta que, o letramento não deve ser avaliado apenas como a capacidade de ler e escrever, que no Brasil é entendido como a capacidade de se decifrar símbolos, mas ao uso que se faz das práticas sociais da leitura e da escrita, ou seja, se apropriar daquilo que se lê é saber como usar essa apropriação no ato de escrever. O que ocorre muito é termos pessoas que mesmo alfabetizadas são iletradas. Como defende a autora, uma pessoa alfabetizada é aquela que é capaz de ler e escrever, enquanto uma pessoa letrada dispõe da capacidade de compreender/dar significado àquilo que lê.

O fato de o aluno necessitar da ajuda do educador, não significa que a criatividade do educando deva ser anulada ou tirada a sua responsabilidade na construção de sua linguagem escrita e na leitura desta linguagem. Assim, não se deve “[...] reduzir a alfabetização ao ensino

puro da palavra, das sílabas ou das letras” (FREIRE, 1989, p. 13). O autor defende que o processo da alfabetização deve ter no alfabetizando, o seu sujeito. A alfabetização é a criação ou a montagem da expressão escrita da expressão oral. O educador não deve realizar ou fazer esta montagem em relação ao alfabetizando. É preciso “[...] falar com eles, enquanto simplesmente falar a eles seria uma forma de não ouvi-los” (FREIRE, 1989, p. 17).

É imprescindível ainda abordar o tema do letramento racial. Esse conceito se refere à racialização das relações, isto é, à imposição opressora de direitos e posições categoricamente distintas para brancos e não-brancos, perpetuando uma alegada soberania branca.

O conceito de letramento racial está fundamentalmente ligado à urgência de dismantelar padrões de pensamento e comportamento que foram internalizados a anos em nosso país. A menos que reconheçamos que nossa sociedade é estruturada a partir de uma perspectiva eurocêntrica e enraizada na lógica do privilégio do branco, perpetuaremos uma ideia errônea e intolerável de igualdade, pois o racismo é inerente e institucionalizado em nossa organização social.

Ainda atualmente, é frequente ouvirmos afirmações de que o racismo já não existe ou foi superado. Contudo, estamos cientes de que essa visão está distante da realidade. Diariamente, testemunhamos situações de segregação e marginalização da população negra no nosso país. Logo, é imprescindível dismantelar o racismo por meio de combate ativo. Isso requer uma luta incansável para que todos de forma a assegurar o reconhecimento pleno de todos como cidadãos e garantir efetivamente seus direitos. A escola desempenha um papel crucial nesse contexto, ao estabelecer uma conexão significativa com os estudantes, suas famílias e a comunidade, ao propor medidas para combater o racismo.

É de suma importância que as escolas assumam o compromisso de efetivar a implementação das Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, abordando de maneira orgânica e sistemática a história e culturas africanas e afro-brasileiras, não só em datas específicas e incluídas integralmente em todos os níveis escolares, sobretudo na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Cabe, inclusive e principalmente na escola/educação, diferenciar letramento, alfabetização e alfabetismo que foi, principalmente o último,

usado como sinônimo de *literacy*, sendo considerado, segundo Pereira e Lacerda (2019, *apud* Rojo 2009, p. 93) como neologismo. E, ainda de acordo com Pereira e Lacerda (2019, p. 3), Rojo define a partir de uma diferenciação entre os termos a fim de distinguir a compreensão e o uso destes, assim esclarecem que “alfabetismo tem uma conotação de aquisição individualizada e escolar das habilidades valorizadas da leitura e da escrita (ambientes escolarizados), enquanto o letramento (ambientes de trabalho, familiares, rua, escola..), busca valorizar os usos e as práticas sociais que podem ou não envolver a leitura e a escrita” leva-nos a entender que os letramentos são múltiplos conforme as suas múltiplas e diferenciadas práticas.

No entanto, Pereira e Lacerda (2019) tratam do letramento crítico, afirmando Freire como seu precursor e que este é resultado do conhecimento da leitura e seus reflexos na busca da emancipação do pensamento opressor. Assim, enfatiza ainda o letramento racial crítico o qual se configura como uma outra construção para potencializar o racismo contra negros e negras e, “é uma corrente dos letramentos que se propõe a estudar e entender como as relações de poder são engendradas para modelar as identidades de raça e como essas identidades atuam no seio das sociedades” (p. 95). Que o letramento racial seja e se configure como força motriz para uma educação antirracista.

4. Letramento racial ou consciência negra?

Racismo no Brasil é uma questão tensa, controversa e em muitas circunstâncias parece ser da opinião de cada um mediante a falta de consciência e ou do descompromisso com uma educação antirracista, tendo em vista o famigerado discurso de que o Brasil não é um país racista. E, embora mais de 55% da sua população seja declarada entre pretos e pardos, segundo dados do IBGE (2019), essa população permanece em inferioridade na

sociedade hodierna, sobretudo nas categorias de violência e pobreza e têm índices de destaque nos dados estatísticos de acordo com a linha de pobreza e o índice de homicídios, segundo o Plano Juventude Negra Viva (2012) de acordo com Pereira e Lacerda (2019). Assim e a partir das construções históricas, culturais, sociais entre outras, fica evidenciado as mazelas que acometem ao povo negro, demonstrando que o racismo tem cor. Para Sodré (2023) o racismo é um

problema central no mundo, não obstante as raízes europeias a partir do seu antissemitismo adotada pela base racial da América ancorada na segregação racial e no seu estado permanente de violência externa e interna com pacto federativo de liberdade para os estados, porém moldados em regimes “democráticos” segregacionistas.

Gomes (2012) salienta que as relações étnico-raciais deixaram de ser pautadas pela localização geográfica em espanhol, europeu, português, passando a apresentar novas conotações raciais a partir da presença de indígenas, negros e mestiços. Às expensas das configurações de dominação, tais identidades passam a ser constitutivas de modelos dominantes impostos pela sua condição de origem, estratos sociais e papéis assumidos.

Estudos pós-coloniais, conforme Gomes (2012), Quijano (2005), com ênfase nas Américas, apontam a construção social da formulação da ideia de raça no Brasil, associada e mais que isso, implicada na invisibilidade do povo negro na constituição dessa nação. Essa implicação admite e aceita o modelo eurocêntrico como universal de acordo com Gomes (2012) com profundidade insuperável e da qual não há outra existência, de outras perspectivas, uma vez ser este modelo centrado e reconhecido de civilização e modernidade científica. A periferia, como tudo o mais é visto, está implicada a partir da concepção de raça, forjada pelas condições sub-humanas economicamente, relegadas socialmente, invisibilizadas culturalmente e desconsideradas de toda sorte de direitos. Para Gomes (2012, p. 733) “Se a lógica do pensamento abissal é tornar os Outros inexistentes e inferiores, a lógica desses Outros é conquistar o seu lugar de existência”. Assim, o letramento racial se torna essa possibilidade à medida que apresenta condições de transpor esse abismo. A partir desse cenário, surgem os movimentos sociais, enquanto ações políticas determinantes que promovem a compreensão de experiências sociais e com saberes amplos sobre conhecimento de mundo, uma vez redesenhados, numa nova epistemologia do sul, abrem caminhos para novas interlocuções dialógicas. Desse modo, o movimento negro se caracteriza segundo Domingues apud Gomes (2012, p. 733) “a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional,

político, social e cultural”. Com várias nuances em seus formatos, são ações de enfrentamento ao racismo e de libertação para o povo negro.

A luta contra o racismo se manifesta ao redor do mundo ancorada por negros e negras que compreendem a sua presença no mundo. Silveira (2021, p. 3) nos traz contribuições acerca do movimento da Consciência Negra em “promover mudanças efetivas nas pessoas e em suas condições de existência”. E nos sinaliza como a relação entre a práxis defendida por Freire em suas práticas e ideias são basilares para a práxis de Biko que compreende a “consciência negra como uma práxis” (p. 3), e assim, a resistência dos oprimidos se torna a condição para todos os relegados, invisibilizados enfrentarem a opressão. Silveira (2021) nos diz também da militância de Biko no movimento estudantil ao defender a autoafirmação da comunidade negra a fim de que antes de tudo se encontrem consigo mesmos para que o complexo de inferioridade em suas casas, salários, condições de trabalho e de uma educação inferior os quais promovem a autonegação e por conseguinte a alienação do povo negro, inclusive na teologia cristã ao serem instruídos a cantar meia culpa enquanto os brancos cantam tua culpa, pregações que não fazem oposição a opressão social, apresentando a denúncia de que negros e negras sabem da falta de condições para o trabalho e da falta de alternativas sociais que possam promover mudanças, inclusive na maneira de olhar para si mesmo. Necessitam do cultivo do amor a si e da humanidade.

O letramento racial perpassa indiscutivelmente pela consciência negra do povo negro, a fim de se afirmarem como tal em todos os seus contextos, mas de todas as pessoas brancas, amarelas, quais sejam, a fim de se construir uma nova concepção ontológica das relações étnico-raciais.

5. Descrição e apresentação do colóquio

O Colóquio Letramento Racial ocorrido no Departamento de Educação – DEDC/Campus XII /Serrinha – BA, no dia 07/07/2023, trouxe na sua abertura performance do Movimento Coletivo Resistência Preta de Salvador/BA com o objetivo de suscitar debate e ampliar o olhar dos participantes sobre o racismo e o Letramento Racial. Suas falas caracterizaram as razões, os encontros e as lutas deste coletivo como militância das causas racistas. O racismo não se configura em discriminar, vai além, na barbárie de negar e assim invisibilizar o povo negro.

Mediado pelo professor Dr. César Costa Vitorino, o I Colóquio Letramento Racial, traz, no primeiro momento, o resultado da pesquisa de doutorado na ULBRA – RS do professor Dr. Marcelo Máximo Purificação intitulado LETRAMENTO RACIAL: visto na perspectiva das encruzilhadas de saberes e nos despachos das narrativas de jovens umbandistas, a partir das experiências educacionais profissionais exercidas e do seu olhar sobre o currículo colonizado, se posiciona como negro, umbandista e demarca o seu lugar de fala em sua construção humana.

Provoca reflexões e mudanças ao olhar para a identidade de jovens umbandistas a partir da lei 10.639/03 e 11.645/08, em um estudo etnográfico e autobiográfico. O expositor trouxe a concepção de “letramento racial como um processo de reeducação racial que reúne um conjunto de práticas com o intuito de desconstruir formas de pensar e agir naturalizadas e normalizadas socialmente, em relação a pessoas negras e pessoas brancas” (SIC) com foco ao combate ao racismo estrutural amparado em teóricos como Canclini (2008), Geertz (1989), Hall (2001), Rojo (2009). Aborda concepções de letramento e identidades, especificando-os. Durante a explanação, fez ênfase a identidade de jovens umbandistas negros, pobres, subempregados, periféricos para além da sexualidade. Apresentou a ideia da resistência necessária, inclusive através de seus corpos que demonstram/carregam as suas identidades através de guias, vestimentas etc.

Desta feita, expressou as ideias de encruzilhada, de sagrado umbandista enquanto letramentos no modo de identidade e de vivências. No segundo momento, o Professor Dr. Sílvio Humberto se posicionou a partir de seu grande envolvimento nas lutas sociais e antirracistas a partir das suas experiências com o CAPA, Vita Brasil e Instituto cultural Steve Biko com os quais cria os paradigmas para a equidade para a formação da juventude e da consciência negra a partir de experiências concretas e compreende o papel transformador do movimento negro o qual o adentra no dia nacional da consciência negra, na Universidade Católica, onde desvelou a importância dos estudos (educação) para compreender a ascensão social, individual e coletiva como principal condição para o seu desenvolvimento humano. Abordou uma reflexão crítica sobre consciência negra de maneira tradicional e problematizou por que letramento racial? Sugeriu reflexão crítica para que possamos entender o que é letramento racial. Até que ponto a discussão que ganha terreno em vários lugares não atravessa e não busca esvaziar o termo

consciência negra e porque não se fala em consciência negra, que fomos nós que criamos, chamada educação para as relações étnico-raciais.

Elucidou que lidamos com um sistema e com um fenômeno que tem uma capacidade enorme de criar mutações e sofrer outras tantas, e disse que o nome disso é racismo. Afirmou que “o racismo tem complexidade enorme, se confunde com uma de suas manifestações que é o preconceito, mas ele não é a sua manifestação, ele é um fenômeno e o preconceito é essa manifestação e, às vezes, é colocado num mesmo plano. Preconceito se resolve até com educação, mas o racismo não, pois ora se vale da raça ora não” (SIC). Provocou reflexão sobre o poder do capitalismo e chamou a atenção que palavra tem força, e na medida que se fala de letramento, pode-se perder a consciência negra ou a consciência de pertencimento étnico-racial. Esse pertencimento passa por compreender essa complexidade nas concepções de Biko e questionou o seguinte: até que ponto essas concepções não vão resultar na desracialização dos conflitos?

De acordo com as ponderações do expositor, foi a consciência negra que trouxe a concepção primeira do fenômeno que questiona a nossa capacidade de problematizar e questionar todos os dias se somos ser humanos ou não, lembrando que o negro será sempre o negro, chame-se pardo, mulato, moreno claro, e se não se contextualiza pode-se perder a raiz do problema. Você pode ser quem for, você será questionado em seu ser, a mudança de paradigma da consciência negra para letramento pode parecer uma concepção mais amena para a questão do racismo estrutural e assim o capital pode se aproveitar desse fenômeno para tratar a diversidade do seu jeito esvaziando o que vem sendo tratado na luta, há muito tempo sobre. E retomou uma frase de Martin Luther King em seu discurso sobre emprego e liberdade, atualmente utilizado poder para o povo por uma empresa de eletricidade em que o sistema privatiza ajustando e gerando a configuração do mito da democracia racial.

Como o racial se move, como o novo racismo se configura, A gente faz consciência negra e não letramento racial. Concluiu indagando-nos: Se falarmos/assumirmos o dia nacional do letramento racial ao invés de Dia Nacional da Consciência Negra teremos todas as dores e lutas antirracistas amparadas? Não fazemos letramento racial, fazemos consciência negra. Encerrou com concepção de Steve Biko (1971), a partir de uma anotação da agenda e leu: “A consciência negra em essência é a percepção pelo homem negro da necessidade de juntar forças com seus

irmãos em torno da causa de sua atuação, da negritude de sua pele e de agir como grupo a fim de se libertarem das correntes que os prendem em uma servidão eterna. Procura provar que é mentira considerar o negro uma aberração do “normal”. É a manifestação de uma nova percepção de que ao procurar fugir de si mesmo e imitar o branco, os negros estão insultando a inteligência de quem os criou negros.” (SIC). A consciência negra repõe a identidade, a luta, a história. O racismo ainda é muito complexo, mas é preciso refletir e entender que há disputa de poder e precisamos reafirmar o que fazemos diariamente.

6. Considerações finais

Diante do exposto, é preciso compreender que há uma necessidade de se repensar as formas de avaliar o alfabetismo e o letramento no país. Mas, para isso, é necessário que saibamos o que significa ser alfabetizado e ser letrado. Só a partir disso pode-se pensar em mudanças e soluções.

É relevante ainda entender que existem letramentos -no plural-, e cada um destes deve ser entendido na sua particularidade, como é o caso do letramento racial. O letramento racial é ação subsequente e ininterrupta diariamente, porém, muito e tão necessário e historicamente construída é a consciência negra e sua luta a partir do movimento negro e das várias formas de atuação para combater o racismo cultural, social, intelectual, econômico enfim, o racismo estrutural. As relações étnico-raciais são, na atualidade, uma das razões para a humanidade encontrar o caminho para o respeito e a possibilidade de harmonia em seu convívio humano e numa nação antirracista, pois possibilita novos contextos de aprendizagem e se revela como uma das intervenções eficazes para reconstruir e quebrar as abissalidades existentes em um país com mais de 50% da sua população negra, miscigenado como o Brasil. Negar o racismo é negar a construção sociológica perversa desse país.

Referências

FREIRE, P. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

GOMES, N. L. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.- set. 2012.

MINAYO, M. C. de S. (org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

PEREIRA, A. L.; LACERDA, S. S. P. de. **Letramento racial crítico**: uma narrativa autobiográfica. *Travessias*, Cascavel, v. 13, n. 3, p. 90-106, 2019.

SILVEIRA, P. H. F. **A presença de Paulo Freire na filosofia da práxis de Steve Biko**. *Pro-Posições*, Campinas, v. 32, 2021.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SODRÉ, M. **O fascismo da cor**: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

STREET, B. V. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TFOUNI, L. V. **Letramento e alfabetização**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LETRAMENTO RACIAL E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE ESTUDANTES NEGROS PARA O COMBATE AO RACISMO

*Tainá das Mercês Oliveira
Nélia de Mattos Monteiro
Claudia Regina de Oliveira Vaz Torres*

Resumo

Este trabalho objetiva discutir as reflexões sobre letramento racial a partir de narrativas autobiográficas dos pesquisadores Purificação e Cunha (2023), pautadas essencialmente pelo Candomblé e pelo Movimento de Consciência Negra difundido pelo sul-africano Bantu Stephen Biko, combatente contra o regime de segregação racial do Apartheid. O processo de letramento racial é fundamental para a construção identitária de estudantes negros, para que possam se reconhecer, valorizar suas origens e enfrentar os desafios impostos pelo racismo estrutural. Historicamente, as pessoas negras têm sido marginalizadas e invisibilizadas em diversas sociedades, o que resulta em uma negação de suas experiências e uma subvalorização de suas culturas. As palavras negro e preto geralmente são ligadas a algo pejorativo, negativo, influenciando no modo como a identidade da população negra foi tão brutalmente negociada, rasurada e até apagada. O letramento racial busca desconstruir esses estereótipos e oferecer aos estudantes negros ferramentas para compreenderem sua história, identidade e papel na sociedade.

Palavras-chave: Letramento Racial. Narrativas Autobiográficas. Identidade. Negros. Racismo.

1. Introdução

Este artigo foi proposto diante das discussões realizadas no *Colóquio: Letramento Racial* que aconteceu no dia 07 de julho de 2023 no auditório da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Departamento de Educação - Campus XI - Serrinha, proposto pelo Mestrado

Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) e ministrado pelos professores Drs. Marcelo Máximo Purificação e Silvio Humberto dos Passos Cunha, mediado pelo Prof. Dr. César Costa Vitorino.

O trabalho apresentado por estes professores reflete que o racismo pode ser encontrado na literatura com alguns conceitos e especificações diferentes, que classificam como estrutural, institucional e recreativo. Sendo assim, a questão da cor é um aspecto de relevância decisório para esta ocorrência na sociedade e o combate ao racismo também tem diversificações quando são utilizados os termos letramento racial e conscientização racial.

Este artigo destaca que as pessoas negras têm sido historicamente marginalizadas e invisibilizadas, resultando na negação de suas experiências e subvalorização de suas culturas. O letramento racial busca desconstruir estereótipos e fornecer aos estudantes negros ferramentas para compreender a sua história, identidade e papel na sociedade. Para embasar as discussões tem-se o apoio das ações do Instituto Cultural Steve Biko (2023) com as abordagens educacionais diferenciadas desde a sua concepção, resgatando os valores ancestrais de seus estudantes por meio da cultura afro-brasileira, valorizando a religiosidade, a ancestralidade e a trajetória de ativistas referências na luta contra as desigualdades.

Sendo assim, este texto dialoga com o pensamento dos jovens negros, ressaltando a relevância da inserção destes no espaço acadêmico, a sua permanência e continuidade nas lutas por uma sociedade de transformação como estratégia de ascensão social e o combate à discriminação racial.

Essas discussões convergem com as novas formas de subjetivação identitária e de organização comunitária, destacando o impacto dessas nos relacionamentos intersubjetivos, imprimindo novas formas comportamentais que podem ser vistas nos diferentes espaços, sejam educativos ou sociais.

2. Metodologia

Diante das reflexões dos professores Drs. Marcelo Máximo Purificação e Silvio Humberto dos Passos Cunha no *Seminário: Letramento Racial* propomos discutir sobre a importância do letramento racial no

sentido da conscientização racial e da relevância da construção do antirracismo.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, estabelecemos palavras-chave para delimitar o objeto da pesquisa e utilizamos os seguintes descritores na busca avançada no Portal da CAPES: letramento racial e racismo, tendo como parâmetro os artigos produzidos nos últimos dois anos. Foram encontrados 03 artigos que reunimos junto a reportagens e dados da UNEB, trazendo informações acerca de políticas de cotas para acesso ao ensino superior.

O referencial teórico tratou de diferentes aspectos relacionados ao letramento racial, ações afirmativas, cotas raciais e a luta contra o racismo no contexto da educação e sociedade brasileira. Entre os assuntos abordados, destacamos:

- a implementação do sistema de cotas na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como uma importante medida de inclusão social para a população afrodescendente oriunda de escolas públicas;
- a Constituição Federal (BRASIL, 1988) como lei máxima do país que tipifica o racismo como crime inafiançável e imprescritível;
- o artigo de Camilloto & Camilloto (2022) que discute as comissões de heteroidentificação racial, utilizadas em processos seletivos para ações afirmativas, e suas implicações e controvérsias;
- a Resolução n. 196/2002, de 18 de julho de 2002 (CONSELHO, 2002), que estabelece e aprova o sistema de cotas para população afrodescendente, oriunda de escolas públicas, no preenchimento de vagas nos cursos de graduação e pós-graduação na UNEB;
- as discussões de Costa (2007), ao abordar a representação do negro nos livros didáticos de língua portuguesa e como essa representação pode afetar a percepção e autoestima dos estudantes negros;
- as discussões de Gomes (2009), cujo capítulo de livro aborda a importância das ações afirmativas para a permanência de jovens negros na universidade pública.

- López (2012), cujo artigo discute o conceito de racismo institucional e suas aplicações no campo da saúde;
- Munanga e Gomes (2006), cujo livro apresenta uma análise da situação dos negros no Brasil contemporâneo;
- Pereira e De Lacerda (2019), cujo artigo aborda o letramento racial crítico a partir de uma narrativa autobiográfica;
- Silveira (2021), cujo artigo discute a presença de Paulo Freire na filosofia de Steve Biko, abordando suas ideias sobre educação e conscientização.

Reunimos os dados encontrados aos fichamentos referentes ao seminário para elaborar a compilação, análise e interpretação e, por fim, a redação deste artigo.

3. Desenvolvimento

O *Seminário: Letramento Racial* aconteceu no Departamento de Educação (DEDC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) com narrativas autobiográficas, com abordagem sobre o Candomblé e pela ênfase no Movimento de Consciência Negra difundido pelo sul-africano Bantu Stephen Biko.

Estas reflexões são pertinentes em ambientes universitários como a UNEB, já que esta Instituição de ensino tem um papel importante na educação, na inclusão, na formação do sujeito e no desenvolvimento da sociedade. Ela lida com todos os tipos de relações culturais, linguísticas e pessoas com diversas características. Segundo o site institucional da UNEB (2023) “Está presente geograficamente em todas as regiões do Estado, estruturada no sistema multicampi”.

Além dos Campi, a UNEB está presente na quase totalidade dos 417 municípios do estado, por intermédio de programas e ações extensionistas em convênio com organizações públicas e privadas, que beneficiam milhões de cidadãos baianos, a maioria pertencente a segmentos social e economicamente desfavorecidos e excluídos. Alfabetização e capacitação de jovens e adultos em situação de risco social; educação em assentamentos da reforma agrária e em comunidades indígenas e quilombolas; projetos de inclusão e valorização voltados para

pessoas deficientes, da terceira idade, LGBT, entre outros, são algumas das iniciativas que aproximam a universidade da sociedade. (UNEB, 2023)

A UNEB completou 21 anos do sistema de cotas que é um marco sobre as lutas e garantias de direitos e continua ampliando nesta vertente conforme divulgado no jornal de ampla divulgação A TARDE por Viana (2023):

Em 2023, a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) celebra os 21 anos da aprovação do seu Sistema de Cotas, como a segunda universidade do país a estabelecer o marco histórico para a luta e a garantia de direitos ao adotar a medida de reparação social. Com a implementação das Cotas, muitos estudantes puderam ingressar em uma universidade pública e gratuita. A decisão, que ocorreu em 2002, antecedeu em cerca de 10 anos a Lei de Cotas, Nº 12.711, e deu caminho a diversos avanços na gestão e no acompanhamento das políticas de reparação histórica na instituição, inclusive, com a implantação da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (PROAF) em 2014. A Uneb foi a primeira universidade no Brasil a criar uma pró-reitoria para o tema.

Apesar das cotas demonstrarem um avanço na instituição e para a sociedade, é necessário reconhecer que geram desconforto e julgamentos de pessoas que não aceitam este sistema. De acordo com Camilloto (2022, p. 3) ressaltou esta dicotomia que “se, por um lado, as políticas de ações afirmativas são formas de redução das desigualdades em diversos contextos sociais, por outro, elas causam algumas polêmicas nas sociedades que as adotam”.

A discussão foi realizada no município baiano de Salvador, que é majoritariamente composto pela população negra, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos (DIEESE) o IBGE divulgou que a população negra da Bahia é de 80,9% “Dados do 2º trimestre de 2022 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE, revelam que a população negra corresponde a 55,8% dos brasileiros”.

A Universidade do Estado da Bahia possui diversos projetos internos e externos sendo desenvolvidos ao longo dos anos sobre as lutas e garantias de direito pela desigualdade sócio educacionais e foi a

primeira Universidade nordestina e brasileira a implantar o sistema de cotas raciais a partir do Conselho Universitário. É possível encontrar na Resolução CONSU 196/2002 que consta os 40% das vagas destinadas para graduação e pós-graduação.

A construção identitária de estudantes negros perpassa a permanência estudantil, segundo Gomes (2009) é fundamental o fortalecimento acadêmico no sentido das vivências e fazer universitário desses estudantes, o acesso deles ao aprendizado de segunda língua, domínio de tecnologias, cursos e eventos.

O Estado da Bahia possui um Programa conhecido por Universidade Para Todos (UPT) que tem como premissas o aprofundamento e fortalecimento dos conhecimentos da Educação Básica, adquiridos pelos estudantes da Rede Pública de Ensino, contribuindo no aumento da aprovação no processo seletivo vestibular, no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e outras formas de ingresso e acesso ao Ensino Superior. Estas ações ajudam na diversidade de conteúdos abordados. Contribuem para ampliar as opções de acesso dos estudantes aos conteúdos que estão relacionados ao Enem e outros processos seletivos para ingresso ao Ensino Superior, além de propiciar a experiência de ensino aos estudantes universitários, fortalece a política de permanência de estudantes universitários, por meio da participação efetiva no desenvolvimento das ações do programa.

Todas as ações e estratégias que envolvam a política de ingresso de estudantes da rede pública estadual e municipal ao Ensino Superior no âmbito da SEC deverão estar articuladas com o Programa UPT. “Programa instituído pelo Decreto 20.004 de 21 de setembro de 2020, que visa o fortalecimento das aprendizagens e a preparação dos estudantes concluintes e egressos da rede estadual, para os processos seletivos de ingresso ao ensino superior”.

Assim como acontece no Instituto Cultural Steve Biko, que antes mesmo da entrada destes jovens na universidade, prepara 70 jovens negros para terem a chance de ingresso. Além do Programa Oguntec, que forma e estimula 35 estudantes nas áreas de Ciências e Tecnologias e o Programa de Intercâmbio, que promove a troca de experiências, visitas e palestras de estudantes negros de diversos países.

Durante o Colóquio, o professor Dr. Marcelo Máximo Purificação abordou com base em uma experiência de pesquisa desenvolvida no

último doutorado defendido em maio de 2023 em que trabalhou com jovens umbandistas. Ele ressaltou duas palavras bem enigmáticas: encruzilhadas e despachos. Elas despertam na ideia de letramento bem profundo porque dentro do imaginário social a palavra encruzilhadas são lugares sujos e habitados por forças negativas, porém a intenção da pesquisa, as encruzilhadas estão em um lugar de encontro, de partida, lugar onde as pessoas têm a oportunidade de se conectar e que tem oportunidade de se direcionarem e a palavra despacho é considerada como encaminhamentos.

Para reafirmar estas definições, foram escutados os relatos desenvolvidos por jovens umbandistas, já que é um momento oportuno que eles colocam questões ligadas à suas identidades. Percebe-se o desafio de ser umbandista ainda nos tempos atuais, pois não é fácil ser negro em um país como o Brasil, em que o seu processo de construção, os negros sempre estiveram em uma posição de invisibilidade, sendo sempre visto como o lado negativo. “Tudo o que acontece de pejorativo é sobre o negro, agora imagine o negro, umbandista que sofre muito mais ainda o preconceito por ser negro e ainda estar em uma religião de negro” (PURIFICAÇÃO, 2023).

Destarte, o professor Dr. Silvio Humberto dos Passos Cunha problematizou o assunto por meio da inquietude, ele contextualizou que entrou no movimento negro quando se discutia o Dia Nacional da Consciência Negra. Para ele, esse movimento tem o poder transformador nas vidas. Para falar de letramento, ele reafirmou que estudar muda a vida no âmbito social, individual e coletivo.

Em vertente diferente do professor Marcelo, ele propôs uma reflexão crítica do letramento racial, porque questionou até que ponto a discussão que tem ganhado espaço em vários lugares de certa forma não busca esvaziar a construção do termo consciência negra.

Ele refletiu o motivo de não aderirem aos termos construção de consciência negra ou educação para as relações étnicos raciais. Já que é necessário compreender que estamos lidando com o sistema e o fenômeno que tem uma capacidade enorme de criar mutações e sofrer outras tantas. Para ele o nome disso é racismo, que é de uma complexidade enorme e às vezes se confunde como uma das suas manifestações que é o preconceito, mas ele não é a sua manifestação ele é um fenômeno e o preconceito é essa manifestação e às vezes é

colocada como se fosse no mesmo plano. “O preconceito você resolve até com educação, mas o racismo é para além disso, ele vende e tem hora que ele vai se valer da raça e tem hora que ele não precisa da raça para existir” (CUNHA, 2023).

Ele salientou que o racismo do século XIX não é o mesmo racismo que se apresenta no século XX e vem se apresentando no século XXI, porém isso não significa que o racismo primitivo tenha desaparecido, ele consegue permanecer e criar outras formas que tem a ver com a nossa capacidade de enfrentamento.

Estas reflexões estão em consonância com o que acontece no Instituto Cultural Steve Biko, que é reconhecida como uma das principais organizações dos movimentos sociais na Bahia e no Brasil. É válido ressaltar que existe um diferencial neste Instituto, ele possui uma disciplina de Cidadania e Consciência Negra, que tem como foco promover a autoestima e a luta do povo negro contra o racismo.

É válido salientar que os direitos e garantias para estes futuros estudantes da universidade é luta do movimento negro como abordou Cunha (2023) e Camillotto (2022, p. 3) “Resultado da luta do movimento negro brasileiro, as ações afirmativas de reserva de vagas nas instituições públicas de Ensino Superior têm por objetivo último reduzir as desigualdades sociais, como forma de políticas de inclusão para pessoas negras”.

O racismo acontece na sociedade de variadas maneiras. Assim como classifica Munanga e Gomes (2016) ao se referir que o racismo é um ato de ódio relacionado às características físicas, cor da pele, cultural ou linguística.

Ao pensarmos na construção identitária do indivíduo negro no meio universitário, os desafios estão no racismo institucional que acontece, segundo Lopéz (2012, p. 121) “de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, provocando uma desigualdade na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial”.

Segundo Costa (2007) é possível identificar que a população negra sofre com relação às ideologias de inferiorização, sendo tratada com pouca valorização social e insignificância.

Dentro dos limites da sua família e da vida comunitária, o povo negro conseguiu cumprir um magnífico feito.

Eles transformaram essa igualdade negativa emanada da opressão paritária que sofriam como escravos numa igualdade positiva: o igualitarismo caracterizava as suas relações sociais (DAVIS, 1983, p. 20).

Segundo Munanga (2006) o racismo no Brasil se distingue dos outros países e é necessário fazer essa ressalva:

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a idéia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade (MUNANGA, 2006, p.89).

É possível encontrar na Constituição Federal de 1988 as consequências para as pessoas que cometem racismo.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

Alguns avanços na sociedade já podem ser identificados, porém muitos futuros profissionais ainda não reconhecem, não sabem aplicar ou não tiveram acesso, como o exemplo da Lei n.º10.639/03 “Art. 1º A lei n.º9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts.26-A, 79-A e 79-B: Art. 26 - A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”.

4. Considerações finais

O letramento racial desempenha um papel essencial na construção identitária de estudantes negros, oferecendo-lhes ferramentas

para compreender e valorizar sua história, cultura e identidade. Ao promover o letramento racial no contexto educacional, estamos contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e livre de preconceitos.

Portanto, é fundamental que as escolas e os educadores assumam o compromisso de incluir o letramento racial em suas práticas pedagógicas, reconhecendo sua importância na formação integral dos estudantes negros.

Sendo assim, é fundamental o antirracismo diante de uma sociedade racista conforme reflete Davis (1983). Ao refletir o papel da Universidade na sociedade como fonte de aprendizado e exemplo, faz concluir que o antirracismo na Universidade é um papel da educação. Para isto, é essencial que as Instituições educacionais e os educadores assumam o compromisso de incluir o letramento racial em suas práticas pedagógicas como uma poderosa ferramenta na luta racial contra o racismo estrutural.

A UNEB é uma instituição de ensino importante para a sociedade, envolvendo diversas relações culturais, linguísticas e pessoas com características diversas. Ela possui programas e ações extensionistas que beneficiam cidadãos baianos, especialmente aqueles social e economicamente desfavorecidos e excluídos.

O sistema de cotas raciais na UNEB é destacado como um marco histórico para a luta e garantia de direitos ao adotar medidas de reparação social. Essas cotas têm beneficiado muitos estudantes negros, permitindo o acesso deles à universidade pública e gratuita. No entanto, ainda há polêmicas e resistências em relação a esse sistema. Apesar dos avanços institucionais e sociais, algumas pessoas ainda se sentem desconfortáveis com esse sistema. A questão racial é colocada em pauta, especialmente considerando a realidade majoritariamente negra da Bahia.

O racismo e o preconceito ainda persistem na sociedade brasileira, e o movimento negro tem lutado por ações afirmativas como forma de reduzir desigualdades e promover a inclusão das pessoas negras. A discussão sobre letramento racial envolve aspectos complexos e a compreensão das mudanças históricas e contextuais do racismo é fundamental para enfrentá-lo.

O racismo no Brasil se diferencia de outros países, sendo encoberto pelo mito da democracia racial, mas os avanços na legislação, como a Constituição Federal de 1988, punem a prática do racismo como crime inafiançável e imprescritível.

Apesar dos avanços sociais, ainda há muito a ser feito no reconhecimento e aplicação de leis que valorizem a cultura e história afro-brasileira, como a Lei n.º 10.639/03, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira em estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

Concluindo, é preciso promover a igualdade e a inclusão de estudantes negros no ensino superior. A discussão sobre letramento racial é fundamental para enfrentar o racismo e combater as desigualdades sociais. Ainda há desafios a serem superados, mas as iniciativas presentes na UNEB e em instituições como o Instituto Cultural Steve Biko mostram a relevância da educação e conscientização sobre a história e cultura afro-brasileira.

Referências

A TARDE. Sistema de cotas da Uneb completa 21 anos este ano. A Tarde, 2023. Disponível em: <https://atarde.com.br/educacao/sistema-de-cotas-da-uneb-completa-21-anos-este-ano-1236081>. Acesso em: 25 jul 2023.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, 2023.

Camilloto, B., & Camilloto, L.. (2022). COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO RACIAL: POR QUEM OS SINOS DEVERIAM DOBRAR?. Educação & Sociedade, 43, e254673. <https://doi.org/10.1590/ES.254673>. Acesso em: 11/07/2023.

CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Resolução n. 196/2002, de 18 de julho de 2002. Estabelece e aprova a sistema de quotas para população afrodescendente, oriunda de escolas públicas, no preenchimento de vagas relativas aos cursos de graduação e pós-graduação e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador BA, 25 jul. 2002.

COSTA, Cândida Soares. O negro no livro didático de língua portuguesa: imagens e percepções de alunos e professores. Coleção Educação e relações raciais – Cuiabá:UFMT/IE, 2007.

DIEESE. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/populacaoNegra2022/index.html?page=1>. Acesso em 14 jul 2023

GOMES, Nilma Lino. Para além das bolsas acadêmicas: ações afirmativas e o desafio da permanência dos(as) jovens negros(as) na universidade pública. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; MOEHLECKE, Sabrina (Orgs.). Ações afirmativas nas políticas educacionais, o contexto pós. DURBAN. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Universidade para Todos. Salvador, Bahia. Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/universidadeparatodos>. Acesso em: 25 jul 2023.

INSTITUTO CULTURAL BENEFICENTE STEVE BIKO. Disponível em: <http://www.stevebiko.org.br/sobre-nos>. Acesso em: 15/07/2023.

LÓPEZ, L.C. The concept of institutional racism: applications within the healthcare field. *Interface - Comunic., Saude, Educ.*, v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012.

MUNANGA, Kabengele & GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje. Coleção para entender, São Paulo: Global, 2006.

PEREIRA, A. L.; DE LACERDA, S. S. P. Letramento racial crítico: uma narrativa autobiográfica. *Travessias*, Cascavel, v. 13, n. 3, p. e23612, 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/23612>. Acesso em: 12 jul. 2023.

Purificação, Marcelo Máximo; Cunha, Silvio Humberto dos Passos. Letramento Racial. In: COLÓQUIO LETRAMENTO RACIAL MPIES, 2023, Serrinha. Notas de aula. Não paginado.

Silveira, P. H. F.. (2021). A presença de Paulo Freire na filosofia da práxis de Steve Biko . *Pro-posições*, 32, e20210102. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2021-0102> Acesso em 11/07/2023

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis. Publicações - Ações Afirmativas. Feira de Santana, Bahia. Disponível em: http://www.propaae.uefs.br/arquivos/File/publicacoes_acoesafirmativas3.pdf. Acesso em: 25 jul 2023.

REFLEXÕES ENTRE LETRAMENTO RACIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO

*Adriana Santos Costa
Hemily Araújo dos Santos
Silvaneide Santos Cordeiro*

Resumo

O letramento racial se refere à capacidade de compreender, analisar e questionar as questões raciais presentes em nossa sociedade. O referido estudo é oriundo das discussões tecidas no I Colóquio: Letramento Racial, promovido pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) – UNEB/CAMPUS XI. Objetivou discutir sobre os aspectos conceituais do letramento racial, bem como, refletir sobre as principais Políticas Públicas ligadas a educação étnico-racial. Como suporte metodológico, utilizou-se a pesquisa qualitativa inspirada na análise bibliográfica. As discussões teóricas e marcos conceituais utilizados neste estudo foram subsidiados pelos autores Almeida e Farago (2014); Severo (2021); Purificação (2023), dentre outros. Os principais resultados apontam o letramento racial como uma ferramenta para a educação antirracista, bem como, reflete a questão da criação de políticas públicas, das medidas para conscientização como instrumentos fortalecedores para uma reeducação social.

Palavras-chave: Letramento racial. Políticas públicas. Educação.

1. Introdução

O diálogo sobre as questões raciais, mediante a realidade encontrada no nosso país, é sempre carregado de desafios, principalmente, se levarmos em consideração o negacionismo do racismo existente. Diante do cenário atual, torna-se cada vez mais urgente e necessário dialogar sobre o letramento racial. Apesar de ser um termo já bastante utilizado, ele ainda pode soar como desconhecido para algumas pessoas.

É notório que vivemos em uma sociedade marcada pelo racismo estrutural e que reproduz desigualdades e injustiças. O letramento racial pode se tornar, então, uma ferramenta poderosa para desconstruir essa estrutura e construir uma sociedade mais justa com a tentativa de combater o racismo.

O letramento racial se refere à capacidade de compreender, analisar e questionar as questões raciais presentes em nossa sociedade. Assim como o letramento tradicional, que envolve a habilidade de ler e escrever, o letramento racial busca desenvolver uma consciência crítica sobre as estruturas de poder que perpetuam a discriminação racial.

Ao nos tornarmos letrados racialmente, somos capazes de reconhecer as desigualdades raciais existentes, entender suas origens históricas e refletir sobre como essas desigualdades afetam a vida de pessoas racializadas. Além disso, o letramento racial nos permite desconstruir estereótipos e preconceitos arraigados em nossa sociedade.

O termo ao qual estamos nos referindo neste trabalho, não deve se limitar apenas ao ambiente escolar. “Letramento Racial é uma compreensão das formas poderosas e complexas em que raça influencia as experiências sociais, econômicas, políticas e educacionais de indivíduos e grupos”. PEREIRA e LACERDA (2019 apud SKERRETT, 2011, p. 314). É um processo contínuo de aprendizado e reflexão, que envolve a busca por informações e o diálogo a fim de ampliar nossa compreensão sobre as experiências e lutas enfrentadas.

Assim, compreende-se o letramento racial como uma ferramenta para a educação antirracista, para tal, unidos a isto, a criação de políticas públicas e medidas para conscientização tornam-se instrumentos fortalecedores para reeducação social.

O trabalho aqui desenvolvido baseia-se no I Colóquio: Letramento Racial, promovido pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) que ocorreu no Auditório do Campus XI da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Serrinha-BA, com a mediação do Prof. Dr. César Costa Vitorino e exposição dos Professores Doutores Marcelo Máximo Purificação e Sílvio Humberto dos Passos Cunha, objetiva discutir sobre os aspectos conceituais do letramento racial, bem como, refletir sobre as principais Políticas Públicas ligadas a educação étnico-racial.

2. Metodologia

O presente estudo é oriundo das discussões realizadas no I Colóquio: Letramento Racial. Contou com a participação e explanação dos Profs. Drs. Marcelo Máximo Purificação (MPIES/UNEB) e Silvio Humberto dos Passos Cunha (Instituto Cultural Steve Biko). A apresentação dos expositores aconteceu de modo similar a uma aula de caráter expositiva-dialogada, onde o foco está na exposição dialogada do conteúdo em que possibilita um movimento de parceria entre professores e alunos, sendo considerado como ponto de partida o conhecimento prévio do conteúdo em questão. (ANASTASIOU; ALVES, 2009).

Como suporte metodológico, utilizou-se a pesquisa qualitativa com inspiração de pesquisa bibliográfica (PIZZANI, 2012). Os estudos bibliográficos permitem ao pesquisador apropriar-se dos conhecimentos construídos teoricamente, permitindo-lhe a escolha do marco conceitual a ser encorpado ao trabalho de pesquisa.

As discussões teóricas e marcos conceituais utilizados neste estudo foram subsidiados pelos estudos de: a) Almeida; Farago (2014) que trazem de forma sucinta sobre o conceito geral de letramento; b) Severo (2021) discute o letramento racial na perspectiva das práticas de si; c) Purificação (2023 – informação verbal) reflete os conceitos de letramento racial numa perspectiva de encruzilhada de saberes, trazendo o contexto de uma pesquisa realizada com um grupo de jovens umbandistas; d) Pereira; Lacerda (2019) que aborda o letramento racial crítico na perspectiva da narrativa autobiográfica; e) Políticas Públicas voltadas as questões étnico-raciais.

3. Desenvolvimento

3.1. Aspectos gerais sobre os conceitos de letramento racial

Uma discussão sobre conceitos de letramento racial requer sobretudo um breve delineamento no que tange ao significado do primeiro termo que compõe a temática. A primeira discussão sobre letramento no Brasil chega por volta dos anos 80, mais precisamente, nos ambientes acadêmicos. Almeida e Farago (2014, p. 204) refletem que o “[...] letramento, designa a ação educativa de desenvolver o uso

de práticas sociais de leitura e escrita em contextos reais de uso, inicia-se um processo amplo que torna o indivíduo capaz de utilizar a escrita de forma deliberada em diversas situações sociais”. É factível afirmar que sua designação está basicamente ligada às dimensões específicas da leitura e escrita, porém é interessante destacar nesta conceituação a premissa da utilização dos saberes em âmbitos reais na sociedade, ou seja, sua apropriação e utilização factual no contexto social.

Tomando como ponto de partida tal premissa, o letramento racial caminha por uma linha convergente ao tratar da habilidade para desenvolvimento de saberes, porém ancorados à discussão sobre raça. Vale salientar que o significado de raça se associa a “características fenotípicas que distinguem os grupos sociais, a exemplo da cor da pele” (Pereira; Lacerda, p. 97, 2019). Os autores complementam que é justamente a partir destas características que surgem as representatividades sociais e simbologias capazes de fazer caracterizações, bem como diferenciações entre os povos. (Pereira; Lacerda, 2019).

Acrescido a isto, os autores supracitados apontam para o conceito do letramento crítico, que está ligado a capacidade de reflexão e atuação sobre temas sociais emergentes, a exemplo da presença de um racismo latente e todas as mazelas imbuídas nele, questionando e indo em busca de transformações para uma sociedade justa (Pereira; Lacerda, 2019). O fato é que a importância da construção do letramento crítico abre precedentes para o incentivo de práticas nas quais pensamentos, culturas, ideais são discutidos e repensados de forma a propagar mudanças sociais significativas.

Para além da designação de letramento crítico, considerada por fazer um prenúncio em termos conceituais e reflexivos acerca de características do letramento racial, foco deste trabalho, os autores acima também refletem sua definição na ótica de outros estudiosos que em termos gerais apresenta o letramento racial como uma compreensão que traz influências relacionadas a raça nos diversos contextos sociais, bem como possibilita o exercício do pensamento crítico no que tange ao controle social exercido pela supremacia branca, para além de performances previsíveis, reforçando e reafirmando a presença e relevância das características e símbolos da negritude na sociedade. (Pereira; Lacerda, 2019).

Severo (2021) discute letramento racial sob uma ótica ancorada nas práticas de si, sendo que

O sujeito produzido no exercício das práticas de si do letramento racial possui códigos, gramática, vocabulário e é proficiente a ponto de conseguir analisar não apenas o racismo, mas sua interação com outras formas de opressão, ou seja, o sujeito produzido por esse discurso é um sujeito com ferramentas para examinar sua própria produção enquanto sujeito racializado e possui uma espécie de metalinguagem para abordar o dispositivo da racialidade. (Severo, 2021. p. 6409)

Nota-se que tal conceituação é completa no que se refere ao sujeito que busca entendimento integral de sua identidade, ademais, Severo (2021) admoesta que o letramento racial não pode se configurar como doutrina, mas como produto oriundo de práticas que versam sobre os discursos de negritude.

Purificação (2023 – Informação verbal) reflete que o letramento racial é um mecanismo para processos de reeducação racial e visa reunir “[...] um conjunto de práticas com o intuito de desconstruir formas de pensar e agir naturalizadas e normalizadas socialmente, em relação a pessoas negras e pessoas brancas”. Vale acrescentar que o expositor trata sobre a questão do letramento racial a partir de estudos sob uma lente própria, como alguém que possui lugar de fala por ser negro e umbandista, dedicando-se a tecer estudos encruzilhados nessas discussões. Algumas de suas principais motivações caminha pelo desejo de provocar reflexões e mudanças na sociedade, bem como a amplitude do tema negro/negritude.

Ainda sobre a designação de letramento racial, adentrando na questão de sua apropriação crítica, Pereira e Lacerda (2019. p. 95) discutem que esta “se propõe a estudar e entender como as relações de poder são engendradas para modelar as identidades de raça e como essas identidades atuam no seio das sociedades”. Foi exatamente no liame da identidade que Purificação (2023 – Informação verbal) contribui para o debate de um letramento identitário, a partir de narrativas levantadas por uma representatividade de jovens umbandistas. Como fruto dessas discussões aponta alguns conceitos de identidades que estão interligados com a relação letramento/identidade, aborda o quadro a seguir:

Quadro 01 – Conceitos de Identidades

	CONCEITO
Tipificação	[...] como “autoconceito”, “autorrepresentação” e “sentimento pessoal”, analisando-os do ponto de vista da identidade social e pessoal. (Grifo do autor)
Identidades rasuradas	[...] são identidades de fiéis envergonhados que não são ou não se deixam ser facilmente capturadas. (Grifo do autor)
Identidades apagadas	[...] que utilizam a invisibilidade para se camuflar de questões sociais racistas e preconceituosas. (Grifo do autor)
Identidades negociadas	[...] na qual se materializa o pertencimento religioso, a partir confronto, barganhas, nas lutas diárias, representatividade, respeito e diálogo. (Grifo do autor)
Identidade Umbandista	Fé, afeto, sagrado, vestimentas, corpos, canto e dança, silêncio, virtude, medo e cotidiano. (Grifo do autor)
Corpo	Formas de apresentação da identidade por jovens que não conseguiram negociar suas identidades, por meio de elementos ou símbolos nos corpos, a exemplo de tatuagens. (Grifo nosso)
Identidades religiosas coletivas	[...] vivenciadas nos barracões e nos terreiros. (Grifo do autor)

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base na exposição de Purificação, 2023.

As formas de manifestações das identidades negras apresentadas no quadro acima são compreendidas como símbolo de resistência para aqueles que militam e se dedicam na luta por espaços que lhes foram negados, como também possibilita a viabilização da discussão e materialização do letramento racial na sociedade.

4. Um passeio pelas Políticas Públicas Educacionais sobre Raça

A escola como espaço de pluralidade de ideias e identidades, é um campo fértil para a propagação e conscientização sobre as mais diversas questões como por exemplo, sobre raça, embora muito já se

tenha caminhado, o trabalho precisa continuar sendo feito, e é algo que exige a participação de todos, principalmente daqueles que compõe o campo educacional.

Na educação brasileira a temática começou a ser discutida com uma pitada maior de firmeza por meio da promulgação da Lei 10.639/2003 que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino públicos e privados, cinco (05) anos depois, apenas a título de complementariedade sobre a Cultura Indígena, criou-se a Lei 11.645/2008.

Ambas alteram a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática, passando a vigorar acrescida do art. 26-A e com a seguinte redação:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR) (Brasil, 2008)

A partir do que expressa a lei supracitada, nos termos do Art. 26-A apresentam normativas sobre os conteúdos programáticos, bem como sobre a adequação das temáticas supramencionadas nos currículos escolares. As reparações pelos direitos apontados nas leis caracterizam o fortalecimento da luta contra a discriminação e valorização da história e cultura na forma de debates ampliados das mais diversas formas.

Acrescido a isto a Diretriz Curricular Nacional para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana complementa que a importância das leis estabe-

lecionadas implica no reconhecimento da “justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira.” (Brasil, 2004, p. 11). Outras formas de reconhecimento, e postas na diretriz dão conta de refletir que:

Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino.

Reconhecer exige que se questionem relações étnico-raciais baseadas em preconceitos que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que, velada ou explicitamente violentas, expressam sentimentos de superioridade em relação aos negros, próprios de uma sociedade hierárquica e desigual.

Reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas.

Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana. (...).

Reconhecer exige que os estabelecimentos de ensino, frequentados em sua maioria por população negra, contem com instalações e equipamentos sólidos, atualizados, com professores competentes no domínio dos conteúdos de ensino, comprometidos com a educação de negros e brancos, no sentido de que venham a relacionar-se com respeito, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes e palavras que impliquem desrespeito e discriminação.

Fonte: Elaborado a partir Diretriz Curricular Nacional para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004).

Assim sendo, reafirma-se a importância de políticas públicas significativas para o resgate, reconhecimento, valorização e formação para uma sociedade justa e igualitária. Contudo, é importante destacar

que a lei não garante, por si só, a efetivação de seus preceitos, ela se torna mais um instrumento para que no cotidiano escolar mesmo com todos desafios e conflitos que ali se dão, sejam produzidos significados e valorização da diversidade.

Como desdobramento dessa política educacional voltada para a diversidade étnico-racial, no ano de 2006, o Ministério da Educação formalizou o documento de Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, este se apresenta como um instrumento para a construção de uma sociedade antirracista, que privilegia o ambiente escolar como um espaço fundamental no combate ao racismo e à discriminação racial.

Outro documento norteador é o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana objetiva fortalecer e institucionalizar as orientações que já existiam. O seu texto foi construído como um documento pedagógico que possa orientar e balizar os sistemas de ensino e as instituições educacionais na implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

Os documentos citados que regulamentam a Lei 10.639/03, possuem enfoque semelhante, como políticas de reparação, reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos negros. Além dos documentos apontados, outros também fazem parte dessa luta histórica e se dividem em políticas para implementações, atuações e intervenções na área da desigualdade racial, especificamente no campo educacional.

5. Descrição e apresentação do Colóquio

O Colóquio intitulado “Letramento Racial”, promovido pelo programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI- Serrinha, realizado no dia 07/07/2023, o evento fez e faz parte de uma das atividades obrigatórias do MPIES e constitui-se como uma oportunidade de aprofundamentos e conhecimentos sobre temáticas emergentes em vista de subsidiar pesquisas no âmbito do mestrado profissional.

O colóquio foi coordenado pelo Prof. Dr. César Costa Vitorino (Coord. de linha-MPIES/UNEB), que a partir da exposição dos Profs. Drs. Marcelo

Máximo Purificação, e Silvio Humberto dos Passos Cunha, estabeleceram interlocuções sobre a temática supracitada. E contou com a participação dos professores e discentes do Programa, alguns integrantes da comunidade acadêmica, bem como, o coletivo Resistência Preta.

A princípio foram disponibilizados textos subsidiários sobre a temática para leitura prévia afim de potencializar a proposta dialógica do colóquio, bem como, auxiliar nos escritos, que se configuram como um dos produtos proposto pelo MPIES. O colóquio foi aberto pelo Prof. Dr. César Costa Vitorino com a apresentação da temática e dos professores que ministraram a discussão.

Posteriormente, o Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação trouxe sua exposição com o seu lugar de fala a partir da vida pessoal e profissional, concretiza em sua tese de doutorado tendo como motivação provocar uma reflexão social para que os negros se vejam como negros, e como negros queiram ocupar seus espaços.

Seguindo a programação, o Prof. Dr. Silvio Humberto dos Passos Cunha, problematizou a sua dificuldade de entendimento do que é o letramento racial, por vir de uma tradição que fala de consciência negra, e sua intenção foi propor uma reflexão crítica sobre o termo letramento racial e até que ponto a discussão tem ganhado terreno em vários lugares.

Por fim, foi aberto espaço para continuidade a partir do diálogo com o público, houve a participação de convidados do grupo Resistência Preta, recitando versos (ver com Adriana) que destacavam situações vivenciadas por eles em detrimento de sua raça a despeito de contextos históricos, identidade, pertencimento e lutas.

6. Considerações finais

As discussões tecidas neste estudo percorreram propositalmente por alguns conceitos fundamentais até que se chegasse ao conceito de letramento racial de fato. Sendo assim a discussão inicial perpassou pelo conceito puro de letramento trazendo um entendimento de que a apropriação da leitura e escrita possibilitam sua utilização no mundo real, ponto fundante para a ligação dos saberes sobre raça, que por sua vez chama atenção para a questão das principais políticas públicas que regem a educação para o combate ao racismo e reparação cultural de um povo que teve seus direitos negados por gerações.

Ressalta-se ainda que a implementação da lei 10.639/03 foi um grande marco na história do Brasil fruto de reivindicações do movimento negro o que representa a democratização do currículo e tem o potencial de permitir aos alunos negros o reconhecimento e valorização de sua identidade e importância na formação da sociedade brasileira.

Assim sendo as discussões sobre a temática abordada neste estudo estão longe de serem esgotas, pontua-se também como inspirações para futuras reflexões a questão da formação dos profissionais de ensino; a forma como o material didático para alunos e professores estão sendo reestruturados; como são elaborados os projetos pedagógicos e práticas de ensino para abarcar as mudanças da legislação, dentre outras proposições.

Referências

ALMEIDA, Vanessa Fulaneti de. FARAGO, Alessandra Corrêa. A importância do letramento nos anos iniciais. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro – SP, Nº 1, p. 204-218, 2014. Disponível em: <https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074426.pdf> . Acesso em: 20 de julho de 2023.

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. **Estratégias de ensinagem**. In: Processos de ensinagem na universidade. Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 5ª Ed. Cap.3. Joinville-SC: Univille, 2009.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Dispõe sobre **a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira**. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 25 de julho de 2023.

_____. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Dispõe sobre **a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 25 de julho de 2023.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

_____. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

----- **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, 2004.

PEREIRA, Ariovaldo Lopes; LACERDA, Simeia Silva Pereira de. **Letramento racial crítico: Uma narrativa autobiográfica.** Travessias, Cascavel, v. 13, n. 3, p. 90-106, set./dez. 2019.

PIZZANI, Luciana et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação.** Campinas, v.10, n.1, p. 53-66, jul/dez, 2012.

SEVERO, Renata Trindade. Letramento Racial e Técnicas de Si. **Forum Linguistic.** Florianópolis, v. 18, n.3, p. 6400 – 6415, jul/set, 2021.

ORIGEM DO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA NO BRASIL

Omundsen de Melo Costa Junio
Éverton Nery Carneiro

Resumo

Este artigo investiga a origem do Dia da Consciência Negra no Brasil, com foco no contexto histórico e social brasileiro. O objetivo é explorar e analisar a relevância do Dia da Consciência Negra na promoção da igualdade racial e na celebração da cultura afro-brasileira. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, conduzida por meio de uma revisão bibliográfica da literatura relevante, contemplando tanto fontes históricas quanto estudos sociológicos contemporâneos e artigos científicos retirados dos repositórios digitais da *Scientific Digital Library Online* – Scielo, Google Scholar e Capes. O estudo conclui que o Dia da Consciência Negra é um marco significativo na luta contra o racismo e na valorização da cultura negra no Brasil. Além disso, este trabalho ressalta a necessidade de mais pesquisas sobre os impactos dessa celebração na sociedade brasileira e como ela influencia a percepção da população em relação à questão racial.

Palavras-chave: Consciência Negra. Brasil. Igualdade Racial. Cultura Afro-brasileira.

1. Introdução

No processo de exploração do tema “Letramento Racial”, trabalhado no Colóquio de Pesquisa 2023, realizado no auditório do Campus XI, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), foi abordado “*O Letramento Racial*”, pelo professor Dr. Marcelo Máximo Purificação (UNEB/MPIES) e professor Dr. Silvio Humberto dos Passos Cunha (UEFS), sob a mediação do professor Dr. César Costa Vitorino (UNEB/MPIES).

Na oportunidade foi possível compreender o letramento racial e suas nuances, da qual aos poucos nos damos conta, assim como apreciar o contraponto, elucidando a questão da consciência negra no

contexto da educação e da vida. A partir da explanação dos palestrantes foi provocada esta pesquisa, a partir da necessidade de se conhecer um pouco mais sobre a consciência negra, que todo mês de novembro dedicamos nas unidades escolares a comemorar.

A temática da Consciência Negra no Brasil se torna cada vez mais relevante no contexto sócio-político atual. Comemorado anualmente no dia 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra marca uma importante reflexão sobre a inserção do negro na sociedade brasileira, os avanços alcançados e os desafios que ainda persistem para alcançar a igualdade racial.

Este dia não foi escolhido ao acaso, pois é a data que se atribui a morte de Zumbi dos Palmares, no ano de 1695, um dos maiores líderes negros da história do Brasil, que lutou pela libertação do seu povo do sistema escravocrata no período colonial. A figura de Zumbi representa, portanto, a resistência negra à opressão física, psicológica e econômica imposta pelos colonizadores (DANTAS, 2002).

Entretanto, mesmo sendo um marco na história da população negra brasileira, a origem e o propósito do Dia da Consciência Negra são muitas vezes desconhecidos ou mal compreendidos. Nesse sentido, este trabalho busca analisar a origem deste dia, os motivos de sua criação e a sua importância no cenário atual do Brasil, oferecendo uma visão aprofundada do seu significado para a comunidade afro-brasileira e para a sociedade como um todo.

A discussão sobre a questão racial no Brasil é de suma importância para a compreensão de nossa formação histórica e da configuração socioeconômica atual do país. Mesmo após mais de um século da abolição da escravidão, as desigualdades raciais ainda são evidentes, se refletindo em diversos aspectos, desde a distribuição de renda até a representatividade nos espaços de poder (IPEA, 2018).

Dentro desse contexto, o Dia da Consciência Negra surge como um instrumento fundamental para a promoção do debate sobre a questão racial e para o fortalecimento da identidade negra. No entanto, apesar de sua importância, muitas vezes a origem e o significado deste dia são negligenciados ou mal interpretados. Assim, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a origem do Dia da Consciência Negra no Brasil, elucidando o seu propósito e significado na luta pela equidade racial.

Além disso, a pesquisa é relevante para ampliar o entendimento sobre o papel dos movimentos sociais negros na instituição desse dia e na promoção de uma consciência racial positiva. Ao focar na origem do Dia da Consciência Negra, a pesquisa contribui para a valorização da cultura e história afro-brasileira, apoiando a educação para a diversidade e a promoção de políticas públicas de equidade racial (SANTOS & SSANTOS, 2009).

O objetivo desta pesquisa é investigar a origem do Dia da Consciência Negra no Brasil, bem como analisar sua relevância. Para atingir esse objetivo, buscamos responder a seguinte pergunta de pesquisa:

Qual é a origem do Dia da Consciência Negra no Brasil e quais eventos históricos levaram à sua instituição? Para tanto segue a necessidade de descrever o contexto histórico que envolve a criação do Dia da Consciência Negra no Brasil.

Através da resposta a estas perguntas e da consecução do objetivo proposto, a pesquisa visa contribuir para melhor compreensão e valorização da história e cultura afro-brasileira, (COSTA, 2020).

2. Metodologia

Foram consultados livros, artigos acadêmicos e documentos históricos, entre outras fontes secundárias, que abordam tanto a trajetória histórica de luta da população negra brasileira, quanto a instituição do Dia da Consciência Negra. Essas fontes foram selecionadas de acordo com sua relevância para a temática da pesquisa e sua aderência aos objetivos propostos.

A análise dessas fontes seguiu uma abordagem qualitativa, enfocando a compreensão dos aspectos históricos e socioculturais que envolvem a celebração do Dia da Consciência Negra no Brasil. Nesse sentido, o estudo se valeu de técnicas de análise textual e interpretativa para captar as nuances e os significados por trás da criação e da celebração deste dia.

3. Desenvolvimento

3.1. *Origem do Dia da Consciência Negra*

O Dia da Consciência Negra, celebrado no dia 20 de novembro no Brasil, foi instituído no início do século XXI, sendo reconhecido por leis estaduais e municipais em várias partes do país e pela Lei Federal 12.519/2011. A data foi escolhida em referência ao dia da morte de Zumbi dos Palmares, uma das mais importantes lideranças negras da história do Brasil, morto em 20 de novembro de 1695 (FREYRE, 2000).

Zumbi é uma figura icônica na luta contra a escravidão no Brasil. Ele foi líder do Quilombo dos Palmares, uma comunidade autônoma de escravos fugitivos localizada na região que é hoje o estado de Alagoas. O Quilombo dos Palmares representou uma resistência significativa à escravidão e é visto como um dos primeiros movimentos de liberdade e igualdade no país (GOMES, 2005).

A escolha do dia 20 de novembro para o Dia da Consciência Negra se deu por iniciativa do Grupo Palmares, em Porto Alegre, no ano de 1971. Entretanto, somente em 2011, com a lei federal, a data foi reconhecida em todo o território nacional como um dia dedicado à reflexão sobre a inserção do negro na sociedade brasileira (SANTOS, 2014).

A história de Zumbi dos Palmares, portanto, serve como um lembrete da luta pela liberdade e igualdade racial, fazendo do Dia da Consciência Negra uma data importante para a reflexão sobre a presença africana e afro-brasileira na formação da sociedade brasileira.

A instituição do Dia da Consciência Negra no Brasil percorreu um longo caminho legislativo até ser reconhecida oficialmente. Inicialmente, a data foi adotada pelo Movimento Negro durante o Congresso Nacional do Negro, realizado em 1978, como um dia de protesto contra o racismo (CARVALHO, 2008).

No âmbito estadual, a lei que instituiu o Dia da Consciência Negra pela primeira vez foi a Lei 781/1987, no estado do Rio de Janeiro. A lei estadual marcou um importante passo para o reconhecimento da data, sendo posteriormente adotada por outros estados (Silva, 1995).

No âmbito federal, o dia 20 de novembro foi oficialmente instituído como Dia Nacional de Zumbi e do Dia da Consciência Negra pela Lei 12.519, sancionada em 10 de novembro de 2011. Essa lei estabelece

a data como um momento de reflexão sobre a inserção do negro na sociedade brasileira, sua luta e contribuições (BRASIL, 2011).

Além disso, é importante mencionar que alguns estados e municípios optaram por transformar o Dia da Consciência Negra em feriado, reforçando sua importância para a sociedade brasileira. Essas decisões foram tomadas por meio de leis estaduais e municipais, e atualmente, mais de mil cidades brasileiras já adotaram a data como feriado (IPEA, 2015).

A adesão ao Dia da Consciência Negra no Brasil tem enfrentado um processo de aceitação e resistências desde sua instituição. Apesar de ser um marco importante na luta pela igualdade racial e valorização da cultura afro-brasileira, a data tem enfrentado resistências em diferentes setores da sociedade (RIOS, 2015).

Algumas das resistências estão associadas à proposta de tornar a data um feriado nacional. Essa proposta tem gerado debates, sendo um de seus principais argumentos a relevância de dedicar um dia à reflexão e valorização da história e cultura afro-brasileira em contraste com o prejuízo econômico que um feriado poderia causar (SANTOS, 2012). Outras resistências envolvem críticas que consideram a data como um fator de segregação racial, reforçando a divisão entre negros e brancos na sociedade brasileira (GUIMARÃES, 2008).

No entanto, a adesão à data tem crescido ao longo dos anos. Diversos setores da sociedade, especialmente aqueles ligados ao movimento negro, têm se mobilizado para a valorização do Dia da Consciência Negra. As manifestações culturais, marchas e eventos educativos realizados nesse dia têm contribuído para a conscientização da sociedade sobre a importância da cultura e história afro-brasileira (FERNANDES, 2018).

Os movimentos sociais negros têm desempenhado um papel crucial na promoção e consolidação do Dia da Consciência Negra no Brasil. Esses grupos, que incluem organizações não governamentais, coletivos e associações, têm utilizado a data como uma plataforma para chamar a atenção para as questões de injustiça racial, discriminação e desigualdade que ainda persistem na sociedade brasileira (FERNANDES, 2018).

Desde o início, o Movimento Negro Unificado (MNU), uma das principais organizações de defesa dos direitos dos negros no Brasil,

tem sido um defensor proeminente da data. O MNU tem organizado uma série de eventos e manifestações no Dia da Consciência Negra, que servem tanto para celebrar a cultura e a história afro-brasileira quanto para protestar contra o racismo e a desigualdade (SANTOS, 2012).

Além disso, os movimentos sociais negros têm feito lobby para a instituição do Dia da Consciência Negra como feriado nacional, reconhecendo a importância de um dia dedicado à reflexão sobre a contribuição dos negros para a sociedade brasileira e as desigualdades que ainda enfrentam (GUIMARÃES, 2008).

Com a popularização da data, outros grupos, organizações e instituições também se mobilizaram para realizar eventos que vão desde seminários e debates até festivais culturais, proporcionando espaços para a disseminação da cultura afro-brasileira e para a discussão de questões raciais (RIOS, 2015).

A mídia brasileira tem tido um papel notável na divulgação do Dia da Consciência Negra. Desde a instituição da data, jornais, revistas, canais de televisão e, mais recentemente, plataformas digitais, têm dedicado espaço para cobrir eventos relacionados e discutir questões pertinentes à população negra no Brasil (LIMA, 2015).

Na semana que antecede o dia 20 de novembro, é comum a realização de uma série de reportagens e programas especiais que destacam a importância do Dia da Consciência Negra, apresentando entrevistas com ativistas, acadêmicos e figuras públicas negras. Esses programas muitas vezes também exploram a rica diversidade da cultura afro-brasileira, desde a música e dança, até a culinária e a literatura (SANTOS, 2016).

A mídia digital, em particular, tem ampliado o alcance e a profundidade da cobertura sobre o Dia da Consciência Negra. Redes sociais, blogs, podcasts e canais de vídeo online têm proporcionado uma plataforma para vozes negras discutirem questões de raça e identidade de uma maneira mais pessoal e imediata (SILVA, 2019).

Contudo, a mídia também tem sido criticada por alguns setores da sociedade por não dar uma cobertura consistente e aprofundada das questões raciais ao longo do ano, concentrando-se principalmente no Dia da Consciência Negra (MACHADO, 2017).

4. Significado e simbolismo do Dia da Consciência Negra para a comunidade afro-brasileira.

O Dia da Consciência Negra é de grande significado e importância para a comunidade afro-brasileira. A data simboliza a luta e resistência dos negros contra a escravidão e a opressão, bem como a celebração da sua contribuição para a construção da sociedade brasileira (SANTOS, 2015).

A escolha do dia 20 de novembro, dia da morte de Zumbi dos Palmares, traz consigo um forte simbolismo. Zumbi é reconhecido como um dos maiores líderes da resistência negra à escravidão no Brasil, e sua luta é vista como um exemplo de resistência e dignidade frente à opressão (ROCHA, 2016).

O Dia da Consciência Negra representa um momento de reflexão sobre a posição dos negros na sociedade. Ele destaca a necessidade de continuar lutando pela igualdade racial, contra o racismo e a discriminação, e pelo reconhecimento e respeito à cultura e à história afro-brasileira (SILVA, 2017).

Além disso, para muitos na comunidade afro-brasileira, este dia é também uma celebração da identidade negra, da autoestima e do orgulho de suas raízes e heranças africanas. É um dia de honrar os ancestrais e de se afirmar como indivíduos e como comunidade (DIAS, 2019).

A celebração do Dia da Consciência Negra tem um papel fundamental na educação para a diversidade no Brasil. Com a inclusão dessa data no calendário escolar em várias partes do país, torna-se uma oportunidade para abordar temas sobre a história, cultura, e a contribuição dos afro-brasileiros para a formação da sociedade brasileira nas escolas (SANTOS, 2016).

A Lei nº 10.639, de 2003, torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas. O Dia da Consciência Negra serve como um momento em que esses temas são destacados, contribuindo para a formação de uma consciência de respeito à diversidade e de combate ao racismo (SOUZA, 2018).

O envolvimento das escolas e dos professores na celebração desta data é crucial para disseminar uma visão mais justa e equitativa sobre a população negra. As atividades realizadas neste dia ajudam a estimular a reflexão crítica dos alunos sobre as desigualdades raciais e a importância do respeito e valorização das diferenças (LIMA, 2020a).

Portanto, o Dia da Consciência Negra é um instrumento pedagógico de extrema importância, auxiliando na construção de uma educação que valoriza a diversidade, promove a igualdade racial e contribui para a formação de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O Dia da Consciência Negra tem papel central na promoção de políticas públicas voltadas para a equidade racial. Essa data não só provoca reflexões sobre o tema, como também propicia ações que buscam combater a desigualdade racial e promover a inclusão dos afro-brasileiros (SILVA, 2015).

A implementação da Lei nº 10.639/2003 é um exemplo claro do impacto dessa data na elaboração de políticas públicas. Essa lei estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, promovendo a valorização das contribuições dos afro-brasileiros para a formação da sociedade brasileira (SOUZA, 2018).

Além disso, a celebração do Dia da Consciência Negra incentiva o debate e a conscientização sobre a necessidade de políticas afirmativas, como as cotas raciais. Essas medidas têm como objetivo promover uma maior igualdade de oportunidades, enfrentando os desequilíbrios provocados por séculos de discriminação e exclusão (GOMES, 2020).

Portanto, o Dia da Consciência Negra se configura como um momento de reflexão e mobilização pela equidade racial, sendo um catalisador para a promoção de políticas públicas de inclusão e igualdade.

O Dia da Consciência Negra tem um impacto profundo nas artes e na cultura brasileira, atuando como um catalisador para o reconhecimento e a valorização da contribuição afro-brasileira em vários campos artísticos e culturais (SANTOS, 2016).

Essa data propicia a exposição de trabalhos de artistas negros e negras, proporcionando uma plataforma para sua visibilidade e reconhecimento (OLIVEIRA, 2018). Por exemplo, diversas exposições de arte, peças de teatro, filmes e concertos musicais são programados para celebrar o Dia da Consciência Negra, promovendo a diversidade cultural e o intercâmbio artístico (FERREIRA, 2019).

Além disso, o Dia da Consciência Negra é um momento de resgate e valorização de tradições e expressões culturais de matriz africana, como a capoeira, o samba, o maracatu, entre outros. Essas manifestações artísticas e culturais são aspectos fundamentais da identidade

afro-brasileira e sua promoção e proteção são estratégicas para o combate ao racismo e a promoção da diversidade cultural (LIMA, 2020b).

Portanto, o Dia da Consciência Negra tem um papel crucial na valorização da cultura afro-brasileira, contribuindo para o reconhecimento da sua importância na construção da identidade nacional brasileira.

O Dia da Consciência Negra tem se firmado como um importante instrumento de reconhecimento e valorização das contribuições da população negra à sociedade brasileira, bem como de denúncia das desigualdades raciais ainda existentes no país (SANTOS, 2018).

Essa data é um convite à reflexão sobre o papel dos afrodescendentes na construção da sociedade brasileira, o que inclui aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos. Assim, o Dia da Consciência Negra possibilita a valorização de heróis negros da história brasileira, como Zumbi dos Palmares, e também a visibilidade de pessoas negras que fazem a diferença no presente, seja nas artes, na ciência, no esporte, entre outras áreas (OLIVEIRA, 2019).

Além disso, esta data é um momento de conscientização sobre as desigualdades raciais ainda presentes no Brasil. Nesse sentido, o Dia da Consciência Negra tem um papel fundamental no estímulo a políticas de igualdade racial e na luta contra a discriminação e o preconceito racial (FERREIRA, 2020).

Portanto, o Dia da Consciência Negra é muito mais do que uma simples data comemorativa. Ele é um instrumento valioso para o reconhecimento e a valorização da população negra no Brasil, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

5. Descrição e apresentação do Colóquio de Pesquisa

No dia 07 de julho de 2023, no auditório da UNEB, Campus XI, no município de Serrinha no Estado da Bahia, ocorreu o Colóquio de Pesquisa, com o tema: "Letramento Racial", para as turmas 4 e 5 do curso de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), estudantes de graduação do curso de Pedagogia do próprio Campus XI e demais convidados do município.

Como palestrantes foram convidados os educadores, Dr. Marcelo Máximo Purificação (UNEB/MPIES) e professor Dr. Sílvio Humberto dos Passos Cunha (UEFS), para conferenciar sobre: **Letramento Racial**, sob

a mediação do educador, professor Dr. César Costa Vitorino (UNEB/MPIES), que conduziu todo evento, moderando as participações e organizando as informações que se fizeram necessárias na oportunidade.

A exposição do professor Marcelo Máximo Purificação, na perspectiva das encruzilhadas de saberes e nos despachos das narrativas de jovens umbandistas. O professor Sílvio Humberto dos Passos Cunha que fez contraponto tratando da questão da consciência negra em função do letramento racial.

6. Considerações finais

Neste trabalho, foi explorada a origem do Dia da Consciência Negra no Brasil e sua relevância na luta pela igualdade racial. O dia 20 de novembro, dedicado à memória de Zumbi dos Palmares, figura central na resistência à escravidão, ressalta a importância do reconhecimento e celebração da contribuição africana para a formação da sociedade brasileira (SANTOS, 2005).

Discutiu-se também o significado do Dia da Consciência Negra no contexto das lutas atuais contra o racismo e a desigualdade racial. Reconhecemos o racismo estrutural no Brasil, que é negado por partes significativas da população e instituições, mesmo diante de disparidades raciais claras em todas as áreas da sociedade, incluindo educação, saúde, emprego e justiça criminal (HTUN, 2004).

A conclusão aponta para a importância do compromisso político sólido e duradouro com a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo. A mudança real só será possível quando o racismo for reconhecido e combatido em todas as suas formas, e quando todas as pessoas forem vistas e tratadas como iguais, independentemente de sua cor de pele (LOVELL, 2006).

Referências

BRASIL. Lei Nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. **Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra**, 2011.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COSTA, E. **Consciência Negra: História e Significado**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2020.

DANTAS, M. **Zumbi dos Palmares: História, símbolo e memória**. São Paulo: Editora Palmares, 2002.

DIAS, M. **Afro-brasilidades: cultura e identidade negra no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FERNANDES, F. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo e Presença Digital, 1, pp. 1-14, 2018.

FERREIRA, A. **Cultura e diversidade: o impacto do Dia da Consciência Negra na produção artística brasileira**. Recife: Editora UFPE, 2019.

----- **Políticas de igualdade racial no Brasil: desafios e avanços**. Recife: Editora UFPE, 2020.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Global, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, F. dos S. **Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro - século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

GOMES, J. **Políticas afirmativas e o debate sobre cotas no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

GUIMARÃES, A. S. A. **Preconceito de cor e racismo no Brasil**. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

HTUN, M. **Da democracia racial à ação afirmativa: Mudança na política de estado sobre raça no Brasil**. Latin American Research Review, 2004.

IPEA. **O Dia da Consciência Negra é feriado em mais de mil cidades brasileiras**. Brasília: IPEA, 2015.

----- **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. Brasília: IPEA, 2018.

LIMA, A. **Dia da Consciência Negra e a escola: reflexões sobre a prática pedagógica**. Recife: Editora UFPE, 2020a.

LIMA, R. **Tradição e Modernidade: O Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020b.

LIMA, V. A. **A representação social do negro na mídia**. São Paulo: Editora SENAC, 2015.

LOVELL, P. A. **Raça, gênero e trabalho**. São Paulo, Brasil, 1960-2000. Latin American Research Review, 2006.

MACHADO, M. **Racismo e mídia: debates contemporâneos**. Porto Alegre: Sulina, 2017.

OLIVEIRA, F. **Artes visuais e identidade negra no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

----- **Heroínas e heróis negros da história brasileira**. Salvador: EDUFBA, 2019.

RIOS, F. **Dia da Consciência Negra: entre a celebração e a resistência**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

ROCHA, M. **Zumbi dos Palmares: vida, luta e morte**. São Paulo: Editora Moderna, 2016.

SANTOS, B. **A contribuição afro-brasileira na cultura nacional**. Salvador: EDUFBA, 2016.

SANTOS, B. S. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 23-71

----- **O Dia da Consciência Negra e a valorização da identidade afro-brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

SANTOS, G. **A polêmica do feriado da Consciência Negra**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SANTOS, M. **A consciência negra no Brasil: uma história de luta**. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

SANTOS, R. E. dos. **Negro no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2005.

SILVA, M. **Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SILVA, P. **Identidade e resistência: a importância do Dia da Consciência Negra**. Salvador: EDUFBA, 2017.

SILVA, S. **O negro na mídia: do estereótipo à representatividade**. Salvador: EDUFBA, 2019.

SOUZA, M. **Educação e diversidade: o papel do Dia da Consciência Negra**. São Paulo: Cortez, 2018.

LETRAMENTO RACIAL E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA: DIÁLOGOS E REFLEXÕES COM VISTAS A UMA EDUCAÇÃO PARA AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

Ângelo Márcio Correia da Conceição
Leane de Magalhães Silva
Sandra Heloísa Teixeira Reis

Resumo

Este trabalho “Letramento racial e o processo de construção da identidade negra: diálogos e reflexões com vistas a uma educação para as questões étnico-raciais” originou-se das discussões no “I COLÓQUIO: Letramento Racial” promovido pelo Programa de Mestrado em Intervenção Educativa e Social do Departamento de Educação, *Campus XI*, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Tem por objetivo refletir acerca do processo de construção da identidade negra com vistas à consolidação de uma educação para as relações étnico-raciais. Explanaram sobre o tema, os doutores Purificação (MPIES/UNEB), Vitorino (MPIES/UNEB) e Cunha (Instituto Cultural Steve Biko). A metodologia foi inspirada na pesquisa bibliográfica, Gil (2002) e na abordagem qualitativa, Minayo (2000). As leituras de Camilloto e Camilloto (2022), Pereira e Lacerda (2019), Purificação (1998), Street (2013) e Biko (1990) deram suporte às discussões apresentadas no evento. Na conclusão, admite-se o conhecimento como maior potência em defesa de uma educação antirracista.

Palavras-chave: Racismo. Letramento racial. Consciência negra.

1. Introdução

Este trabalho intitulado Letramento racial e o processo de construção da identidade negra: diálogos e reflexões com vistas a uma educação para as relações étnico-raciais emergiu a partir de uma

ação afirmativa realizada nas discussões do “I COLÓQUIO: Letramento Racial” promovido no semestre 2023.1. O referido evento se constitui como uma atividade interdisciplinar do programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), Campus XI, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), e tem por objetivo refletir acerca do processo de construção da identidade negra com vistas à consolidação de uma educação antirracista.

Os Professores Doutores Purificação (MPIES/UNEB), Vitorino (MPIES/UNEB) e Cunha (Instituto Cultural Steve Biko), homens negros naturalizados baianos, discorreram sobre os percalços que os negros vêm enfrentando no processo de construção da identidade afro-brasileira e a importância de ampliar a educação para as relações étnico-raciais, nos diversos contextos sociais. De natureza profundamente reflexiva, destacamos as encruzilhadas de saberes e os despachos das narrativas de jovens umbandistas presentes na fala de Purificação, a atual condição do negro, mediante questões étnico-raciais que têm adquirido caráter político e multicultural, ao mesmo tempo, identitário e as discussões sobre letramento racial e consciência negra abordadas por Cunha.

Além disso, eles compartilharam suas experiências pessoais e profissionais, não mais como pessoas subjugadas e desvinculadas de suas histórias, mas como negros/as orgulhosos/as de suas identidades étnicas e de suas forças frente à desconstrução dos estereótipos a eles/as atribuídos/as ao longo da história escravocrata no Brasil, mas que perduram até os dias atuais.

Conhecer a cultura afro-brasileira, lutas e resistências de um povo que um dia foi forçado à submissão do homem branco é ver o negro para além da escravidão e do racismo. É, pois, respaldar esse ser humano nas suas singularidades, distanciando-se assim, da intolerância às diversidades socioculturais e da discriminação àquele/a que não se encaixa nos padrões europeus, e, a partir de novas leituras, outras atitudes, defendê-lo/a enquanto cidadão/ã de direito que deve ocupar todos os espaços.

O trabalho está organizado em duas seções, a primeira tem como título “Letramento racial e o processo de construção da identidade negra”. Nela, abordamos o conceito de letramento racial e discutimos sobre o processo de construção da identidade da pessoa negra, diante

das pressões de aculturação impostas a ela. Na segunda seção intitulada “Marcas da escravidão: diálogos e reflexões com vistas a uma educação para as relações étnico-raciais”, refletimos como o negro foi representado na sociedade dominante e como essa representação se perpetuou ao longo dos séculos, com o propósito de consolidar a educação antirracista. Nas Considerações finais, foram apresentadas as reflexões acerca das temáticas em estudo.

2. Metodologia

Configurado como espaço de diálogo, o **I Colóquio**: Letramento racial reuniu três professores doutores de diferentes áreas do conhecimento. Dr. Marcelo Máximo Purificação, professor do Programa de Mestrado em Intervenção Educativa e Social da UNEB – *campus XI* (palestrante); Dr. Sílvio Humberto Cunha, professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e cofundador do Instituto Cultural Steve Biko (palestrante) e Dr. César Costa Vitorino, professor do (MPIES/ UNEB) – *campus XI* (mediador da mesa); mestrandos/as; professores/as e a comunidade acadêmica em geral com objetivo de promover debates e aprofundar reflexões sobre o tema supracitado.

Diante do exposto, é mister salientar que a elaboração deste trabalho se deu a partir das palestras ministradas pelos professores Purificação e Cunha. Além das falas dos expositores, utilizamos como aporte metodológico a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, pois, de acordo com Gil (2002) “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Por sua vez, Minayo (2000) afirma que a abordagem qualitativa se ocupa com um universo de significados que não pode e não deve ser quantificado (MINAYO, 2002).

Desse modo, a pesquisa bibliográfica constitui-se como elemento primordial para o pesquisador ampliar seus conhecimentos teóricos acerca de um tema específico, enquanto a abordagem qualitativa trata da subjetividade compreendendo os pensamentos e os sentimentos dos envolvidos na realidade investigada.

Corroborando com a descrição de Gil (2002) para realizar esta pesquisa bibliográfica foi determinante participar da atividade prática e recorrer aos referenciais teóricos indicados pelos expositores. As leituras visaram à ampliação dos fundamentos teóricos, à reconstrução

das teorias referentes ao tema “I **COLÓQUIO**: Letramento Racial” e, posteriormente, à produção deste trabalho interdisciplinar que, juntamente, com as explanações feitas pelos ministrantes, muito contribuiu para ampliar nosso entendimento acerca do conceito de letramento racial, na perspectiva, de um conceito potente que demanda reflexão e exige posicionamento teórico e prático por parte da sociedade.

Esse conceito está intrinsecamente relacionado à urgência de desconstruir formas de pensamento e comportamento que foram naturalizadas ao longo do tempo. Caso não reconhecamos que nossa sociedade é estruturada a partir de uma perspectiva eurocêntrica e guiada pela lógica do privilégio do branco, estaremos lidando com uma noção falsa e insustentável de igualdade, uma vez que o racismo está enraizado nas estruturas e instituições sociais.

3. Desenvolvimento

3.1. *Letramento racial e o processo de construção da identidade negra*

Neste capítulo, discorreremos sobre a concepção de letramento através da apresentação de um estudo de caso etnográfico, apresentado por Purificação, “... a etnografia é um esquema de pesquisa desenvolvido pelos antropólogos para estudar a cultura e sociedade. Um conjunto de técnicas que eles usam para coletar dados sobre os valores, os hábitos, as crenças, as práticas e os comportamentos de um grupo social” (ANDRÉ, 2003, p.27).

Conforme Purificação ele se apresenta como pai menor no Terreiro de Umbanda da Comunidade Quilombola do Cedro, em Mineiros – Goiás/Brasil. Deixando claro que as motivações para a realização da sua pesquisa ocorreram devido experiência educacional do pesquisador, a questão do currículo colonizado, estereótipos sociais criados em torno dos negros, experiência enquanto umbandista e a importância da amplitude do tema negro/negritude. Ele se mostrou comprometido com a prática da religião afro-brasileira, a Umbanda. Pois, constatamos que suas ações pessoais e pedagógicas são embasadas em um conceito de inclusão que busca minimizar todas e quaisquer formas

de exclusão presentes nas diversas esferas sociais, seja por questões culturais, históricas, econômicas, étnicas e/ou religiosas.

Ao adentrarmos nos saberes sobre a Umbanda refletimos que a caminhada não é tão simples, pois esbarra na intolerância e no preconceito. Nas falas trazidas por Purificação fica explícito o quanto os jovens umbandistas se sentem desconfortáveis ao praticar sua fé em outros espaços, pois, seus corpos apresentam marcas da sua religiosidade. Desse modo, ao se reconhecerem como parte de uma religião que possui fortes raízes africanas, os jovens umbandistas podem desenvolver uma autoestima mais positiva. Esse senso de pertencimento e orgulho por sua cultura pode aumentar sua confiança permitindo-lhes enfrentar desafios com mais resiliência.

Assim, o terreiro de Umbanda pode ser um espaço de resistência contra o racismo e o preconceito. Ao promover o letramento racial e o empoderamento, os jovens são encorajados a se posicionar contra as práticas discriminatórias e a lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Eles se tornam agentes de mudança, capazes de desafiar estereótipos e desconstruir preconceitos tanto dentro quanto fora do ambiente religioso.

Ao citar Barton (1994) e Hall (2001), o pesquisador apresentou diferentes conceitos referentes à construção da identidade, cultura e religião afro-brasileira. Haja vista que, elas são moldadas por múltiplas influências, como a história, a linguagem e as estruturas de poder. Para Hall (2001), as identidades são híbridas, compostas de diferentes elementos culturais e sociais que se misturam e se entrelaçam. O empoderamento, a autoestima e o pertencimento são aspectos fundamentais na sua estruturação,

Em sentido antropológico a palavra cultura deve ser usada no plural, pois as leis, os valores, as crenças, as práticas e instituições variam de formação social para formação social, porque uma mesma sociedade, por ser temporal e histórica, passa por transformações culturais amplas.

Se juntarmos o sentido amplo e o sentido restrito, compreenderemos que a cultura é a maneira pela qual os humanos se humanizam por meio de práticas que criam a existência social, econômica, política, religiosa, intelectual e artística. Unindo a esses conhecimentos, podemos inserir o que diz Laraia (2002) a respeito da temática: “Cultura é

um processo acumulativo, resultante de toda a experiência histórica das gerações anteriores” (2002, p.48-49).

Entre os inúmeros conceitos que podemos encontrar, fica evidente que a cultura influencia o comportamento social e diversifica enormemente a humanidade. O colonizador não estabeleceu ao homem negro o direito à sua origem, identidade e cultura. E, graças a essa cultura elitizada implantada pelos seus senhores como condição suprema de identificação que se perpetuou a visão do indivíduo negro apenas como servil, como escravo, levando-os à objetificação. Os colonizadores “(...) chegaram a negar que os índios americanos e os negros africanos pertencessem à condição humana e tivessem alma igual à deles” (MARTINEZ, 1992, p.15).

Purificação também discutiu sobre letramento racial no tocante à riqueza das palavras pertencentes a Umbanda, entre elas, as interfaces da encruzilhada e dos despachos. Para ele, as encruzilhadas de saberes referem-se ao cruzamento advindo da cultura, do cotidiano, da escola e da religião de matriz africana, a Umbanda. O termo encruzilhada foi apresentado como cruzamento de conhecimentos que permeiam a trajetória social do jovem umbandista, perpassando pelo campo social (do cotidiano), das culturas, dos aspectos religiosos e da vida escolar.

Na Umbanda, as encruzilhadas são locais considerados sagrados e poderosos, onde as energias se encontram e se cruzam. Elas são pontos de conexão entre o mundo material e o mundo espiritual, e são frequentemente usadas em rituais e oferendas. Já o termo “despachar” aparece no sentido de encaminhar, dar direcionamentos aos saberes e conhecimentos. Ambos estão relacionados a rituais e práticas seguidos dentro da religião.

Cunha, segundo expositor do evento é um dos cofundadores e atual Presidente de Honra do Instituto Cultural Steve Biko, na cidade de Salvador-Ba. Por sua vez, ele abordou sobre racismo, letramento racial e consciência negra, convidando os ouvintes a refletirem criticamente sobre o termo letramento racial.

Quanto ao racismo, o supracitado professor argumenta que ele é de uma complexidade enorme, pois é um fenômeno que tem grande capacidade de criar mutações e sofrer outras tantas. Enfatizou ainda ao citar Camilloto e Camilloto (2022) que o racismo, camaleão poliglota, possui altíssima capacidade de adaptação e de perpetuação nos

ambientes sociais mais diversos e inóspitos à sua sobrevivência. Às vezes, ele é colocado no mesmo plano que o preconceito, noutras, é confundido com o preconceito. Porém, este é sua manifestação e, ele, o fenômeno. Assim sendo, é possível constatar que um indivíduo racista pode disfarçar, ocultar seu racismo, evitando demonstrar abertamente seu preconceito e discriminação contra pessoas de origem negra.

Segundo Cunha, uma das suas principais preocupações reside no emprego do conceito de “letramento racial”, cujo significado ele busca compreender, sobretudo, porque ele vem de uma tradição que fala de consciência negra. Ele ressalta que o uso desse termo não pode acontecer de maneira acrítica, pois à medida que é disseminado, pode ocorrer uma atenuação dos debates em torno da desracialização dos conflitos em uma sociedade capitalista marcada por intensas disputas de poder.

Considerando o exposto, podemos ilustrar a questão por meio da ausência de representatividade da população negra no cenário político brasileiro, notadamente em esferas governamentais. Isso se deve ao reduzido número de pessoas afrodescendentes com recursos financeiros e níveis de escolaridade que lhes permitam concorrer a cargos políticos disponíveis, seja em âmbito federal, estadual ou municipal.

Ao fazer uma comparação entre o uso do termo “letramento racial” e o emprego do termo “consciência negra”, Cunha afirma que este último engloba a noção de pertencimento étnico-racial, abarcando negros, indígenas e outros grupos marginalizados na sociedade. O autor enfatiza que a discussão da consciência negra nos movimentos afrodescendentes possibilitou a muitas pessoas de ascendência negra adquirir a compreensão de sua identidade racial, e que, portanto, o povo negro não faz “letramento racial”, mas sim “consciência negra”.

Nessa perspectiva, torna-se primordial considerarmos os significados das palavras antes de empregar os termos em discussão, não se restringindo apenas ao seu sentido lexical, mas, sobretudo, no que elas representam para os povos que há longo tempo travam batalhas em prol da equidade racial.

O letramento racial, a consciência negra e o empoderamento no terreiro de Umbanda são processos interligados que fortalecem a identidade, a autoestima e a consciência social. Desse modo, a construção da identidade religiosa é um processo complexo que envolve

diversos fatores, como a cultura, história, ambiente social, experiências individuais e a aceitação. No caso das pessoas negras, esse processo é influenciado também pelo racismo estrutural e pela marginalização histórica que vêm enfrentando. Nesse contexto, o letramento racial surge como uma ferramenta fundamental para enfrentar e superar esses desafios, permitindo que os indivíduos se reconheçam como sujeitos ativos e conscientes de sua história e cultura.

3.2. Marcas da escravidão: diálogos e reflexões com vistas a uma educação para as relações étnico-raciais

Nesta seção abordamos diálogos e reflexões sobre a escravidão no Brasil, seus impactos no presente e a importância de uma educação antirracista no combate às desigualdades. A escravidão no Brasil constituiu-se como um momento na nossa história que deixou grandes lacunas em diversos aspectos da cultura de várias etnias que aqui estiveram e construíram as riquezas de nosso país com muito suor e sangue derramado. Muitos foram prejudicados, porém os mais afetados foi sem dúvida o povo negro que ao serem forçados à escravidão, suas vidas foram invadidas e sua tradição cultural modificada.

A história da diáspora africana é fundamental para a construção da identidade afro-brasileira. A escravidão contribuiu mais ainda para o apagamento da história dos negros que acabavam sendo vistos como pessoas destituídas de história, sem nada a oferecer a não ser seus corpos para o trabalho braçal e sexual. E a vinda forçada de milhões de africanos para o Brasil ganhou marcas profundas na cultura e na sociedade brasileira. “A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior” (Souza, 1983, p.19).

Segundo Purificação precisamos nos apropriar do conceito de negritude, uma vez que, esse movimento tinha como objetivo político-literário fazer um reencontro da África com os africanos através de sua cultura e história. Devolvendo ao negro sua dignidade a muito tempo perdida, pela construção estereotipada em torno de sua imagem e, de tudo que ele e essa palavra representava de negativo.

Segundo Domingues (2005, p.6),

Na concepção de Aimé Césaire, negritude é simplesmente o ato de assumir ser negro e ser consciente de uma identidade, história e cultura específica. Césaire definiu a negritude em três aspectos: identidade, fidelidade e solidariedade. A identidade consiste em ter orgulho da condição racial, expressando-se, por exemplo, na atitude de proferir com altivez: sou negro! A fidelidade é a relação de vínculo indelével com a terra-mãe, com a herança ancestral africana. A solidariedade é o sentimento que une, involuntariamente, todos os 'irmãos de cor' do mundo; é o sentimento de solidariedade e de preservação de uma identidade comum.

Assim, a negritude é um movimento que surge no intuito de recolocar o negro nos espaços sociais, culturais e religiosos que lhes foram negados. Munanga (2006) por meio de seus vários trabalhos sobre a temática negritude, afirma que, durante séculos, o negro foi visto como um ser primitivo pelos colonizadores e pela religião cristã.

Ao negro, no processo de colonização europeia, foram atribuídas características inferiores, tais como preguiçoso, incapaz intelectualmente, objeto, coisa, entre outros. Esses fatores fizeram com que os negros sentissem vergonha de se autoidentificar como negro e, dessa forma, muitos se afastaram das tradições dos seus antepassados e assimilaram os valores dos grupos sociais aos quais queriam se integrar. Ou seja, eles por muito tempo buscaram se branquear para ser aceito e visto de forma positiva na sociedade.

A maneira como os homens entendem o seu mundo, a noção de raça cedeu lugar à noção de cultura, assim como a ideia de que a humanidade percorreria um único caminho que ia de um estágio menos desenvolvido para um mais desenvolvido foi substituído pela ideia de que os povos devem ser entendidos em suas especificidades, a partir de suas culturas, e não como elos de uma mesma cadeia de desenvolvimento. (SOUZA, 2006).

Todas essas mudanças ocorridas na maneira de ser e ver o mundo, as sociedades e as pessoas fortaleceram um movimento de afirmação de negritude e valorização das tradições africanas. Nesse ponto, os afro-brasileiros passaram, pouco a pouco, a valorizar seus traços distintivos, sua cultura, a identidade étnico-racial e a sua contribuição na

formação do Brasil. O sentimento de inferioridade criado pela situação anterior deu lugar ao orgulho de ser negro.

Assim, conhecer e compreender essa história é essencial para os afrodescendentes se reconectarem com suas raízes culturais e étnicas. E nesse sentido, Purificação enfatiza a importância da implementação efetiva da Lei 10.639/2003. Pois, o estudo da história da África e da cultura africana, sem distorções nostálgicas, vai enriquecer e ajudar na compreensão e redimensionamento do negro na sociedade brasileira.

Desse modo, só tendo o real conhecimento do papel do negro, de sua luta e participação na construção da nossa civilização é que perceberemos o quanto eles contribuíram para a formação de nossa sociedade, identidade cultural e religiosa. E a formação adequada de professores como passos fundamentais para que a educação se torne um agente transformador no enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil.

4. Considerações finais

Considerando o exposto, vale ressaltar que a elaboração deste artigo, que se deu mediante participação no evento promovido pelo (MPIES/UNEB) e pesquisa bibliográfica, permitiu-nos refletir sobre o processo de construção da identidade negra e de conceitos abstratos que estão presentes na sociedade brasileira, mas se manifestam apenas no cotidiano das pessoas afrodescendentes, trazendo-lhes grandes malefícios – preconceito racial ou alguns benefícios – consciência negra e letramento racial. Devido à relevância do tema, este estudo exigiu muita dedicação do/as pesquisador/as, que no discorrer da temática, conseguiram responder ao objetivo proposto.

Os estudos acerca da temática evidenciaram que o preconceito racial é extremamente prejudicial àqueles/as que sofrem agressões em razão da sua pele negra, cabelos crespos e outras características físicas negroides inaceitáveis por uma sociedade racista, que tende a perpetuar essa prática em diferentes contextos sociais, através de atitudes e falta de sensibilidade com as reais condições de sobrevivência a que os afrodescendentes são submetidos diariamente.

Concluímos ainda, que a palavra racismo e o conceito de letramento racial têm sido frequentemente mencionados no discurso do homem branco. No entanto, suas reais significações ainda estão muito

distantes de serem colocadas em prática, devido, em parte, à persistente sensação de superioridade que as pessoas brancas mantêm em relação às pessoas negras.

Apesar da implementação da lei 13.639/2003 que inclui oficialmente nos currículos escolares o ensino de história e cultura afro-brasileira, não são todos/as professores/as que demonstram preocupação em trabalhar esses conteúdos em sala de aula, tendo em vista a naturalização de todos os tipos de preconceito relacionados às pessoas negras. Além disso, a falta de investimento, pelo poder público, na formação continuada de professores/as impossibilita-lhes a adquirir conhecimentos teóricos para atuação pedagógica, o que reverbera na aprendizagem dos/as estudantes

Embora, haja, atualmente, movimentos antirracistas que lutam pela promoção da equidade racial das pessoas negras no Brasil, ainda há um longo caminho a ser percorrido para desnaturalização do preconceito racial. Esse problema deve sempre contar com a presença da maior potência emancipadora, que é o conhecimento, seja ele adquirido através da educação formal ou construído a partir dos contatos sociais, postos a serviço da humanização e da valorização da pluralidade cultural com vistas à consolidação de uma educação para as relações étnico-raciais.

Referências

- ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da Prática Escolar**. 4. ed. São Paulo: Papyrus, 2003.
- BIKO, S. **Escrevo o que eu quero**. São Paulo: Ática, 1990.
- CAMILLOTO, B.; CAMILLOTO, L. Comissões de heteroidentificação racial: por quem os sinos deveriam dobrar? In: **Educ. Soc.**, Campinas, v. 43, e254673, 2022.
- Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. São Paulo: DP&A: São Paulo, 2001.
- MARTINEZ. P. A visão da África pelos colonizadores. In: _____. **África e Brasil: uma ponte sobre o Atlântico**. São Paulo: Moderna, 1992. p.13 – 20.
- MINAYO, M. C. de L. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PEREIRA, A.L.; LACERDA, S.S.P. de. Letramento racial crítico: uma narrativa autobiográfica. In: **Travessias**, Cascavel, v. 13, n. 3, p. 90-106, set./dez. 2019.

PURIFICAÇÃO, M. M.; CATARINO, E. M. O corpo e suas representações na tessitura identitária umbandista. **Conjecturas**, v. 22, n. 1, p. 346-357, 2022.

SOUZA, N. S. **Tornar-se Negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

STREET, B. V. Políticas e práticas de letramento na Inglaterra: uma perspectiva de letramentos sociais como base para uma comparação com o Brasil. In: **Cad. Cedes**, Campinas, v. 33, n. 89, p. 51-71, jan.-abr. 2013.

LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CURRÍCULO E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Arlete Miranda Amancio Maciel

Resumo

O presente artigo, que emerge do Colóquio Letramento Racial, organizado pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - MPIES, vinculado à Universidade do Estado da Bahia - Campus XI, objetiva, principalmente, discutir políticas de leitura na Educação Infantil, a partir do entendimento de como o gênero Literatura Infantil opera com o contexto étnico-racial, a fim de compreender como a linguagem, o discurso e a personificação dos personagens negros das obras se apresentam no imaginário infantil. Como base de análise discutiremos as relações étnico-raciais tomando como pilar o conceito de letramento racial, ancorado na literatura infantil nas escolas de Educação infantil, onde, muitas vezes, predomina em seus acervos uma literatura infantil branca, silenciando ou invisibilizando as outras identidades que não atendem aos padrões de branquitude. Esse estudo tem caráter bibliográfico e tem como principais referências as concepções apresentadas nas obras de Hall (2006) Kleiman (2006) e Soares (2009) entre outros. Espera-se que as breves considerações apresentadas nesse texto possibilitem o reconhecimento da importância do aprofundamento das discussões de uma política de leitura que legitima a pluralidade das identidades das crianças que habitam as escolas da Educação Infantil.

Palavras-chave: Letramento racial. Identidades. Étnico-raciais.

1. Introdução

O presente artigo objetiva compreender como as concepções de letramento racial são apontadas no currículo da educação infantil. Tendo como centralidade identificar como o livro de Literatura Infantil reverbera na promoção do Letramento Racial Crítico.

Essa temática em estudo emerge do Colóquio: Letramento Racial, promovido pelo programa de Mestrado Profissional de Intervenção Educativa e Social (MPIES), da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Campus XI, Serrinha-BA, no dia 07 de julho de 2023, no auditório DEDC XI, tendo como mediador o professor Dr. César Costa Vitorino (MPIES/UNEB) e expositores: Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação (MPIES/UNEB) e Prof. Dr. Sílvio Humberto dos Passos Cunha (Instituto Cultural Steve Bike).

Ancorando no entendimento de que o letramento tem papel essencial na construção social, evidencia-se que a leitura e a escrita vão muito além do decodificar símbolos, perpassa também pela necessidade de ler e interpretar situações do cotidiano, como as de racismo. Desse modo, sabendo que letrar é muito mais que alfabetizar, é ensinar a partir de um dado contexto, fazendo-lhe sentido aos sujeitos, pode-se inferir que o letramento racial deve ser inserido no âmbito educacional desde a Educação infantil. Para Kleiman (2006)

As práticas específicas da escola, que forneciam o parâmetro de prática social segundo a qual o letramento era definido, e segundo a qual os sujeitos eram classificados ao longo da dicotomia alfabetizado ou não-alfabetizado, passam a ser, em função dessa definição, apenas um tipo de prática – de fato, dominante – que desenvolve alguns tipos de habilidades, mas não outros, e que determina uma forma de utilizar o conhecimento sobre a escrita (KLEIMAN, 2006, p. 19).

Nesse direcionamento, evidenciamos que o espaço educacional promove práticas de letramentos dentro de alguns contextos de leitura e escrita, porém o cotidiano dos sujeitos fora do espaço educativo proporciona outros contextos que viabilizam a prática da leitura e da escrita. Explorar o mundo externo juntamente com a prática de sala de aula, formam os diversos contextos que promovem o desenvolvimento do letramento e conseqüentemente a formação das identidades dos sujeitos.

Ainda na busca de compreender o processo de letramento, Soares (2009, p.39) traz à baila uma definição de letramento enquanto “Resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita; o estado ou condição que adquire um grupo social ou um

indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais”. Nesse sentido, evidencia-se que o letramento não está restrito somente ao ato de ler e de escrever, o que significa dizer que alfabetizar não garante a formação de um sujeito letrado.

Com esse olhar voltado para os contextos externos e internos ao espaço educativo, salientamos a importância dos avanços decorrentes da Lei 10.639/03 que marcar um avanço na esfera curricular, mesmo que reconheçamos que ainda há muitos desafios a serem superados em busca de uma educação antirracista. Para Hall (2006, p.11) “O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo como os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem”. Assim, compreende-se que os contextos são essenciais para a formação identitária dos sujeitos.

Partindo do pressuposto que os temas que tratam das relações raciais, africanidades, afrobrasilidade ou antirracismo são necessários para a educação, a Lei 10.639/03, Art. 26-A, estabelece que “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.” (BRASIL, 2003) Desse modo, esse trabalho tem como indagação basilar: Como o currículo da Educação Infantil tem tratado os temas das relações étnico-raciais? E ainda como as (os) professoras(es) da Educação Infantil tem utilizado os livros de literatura infantil a favor de um letramento racial crítico?

Com o intuito de compreender esses processos de formação identitária das crianças pequenas e bem pequenas, faremos uma busca de livros de literatura infantil que trate dos temas raciais para então, percebermos como estes podem ser utilizados no currículo escolar, a fim de fortalecer a identidade das crianças negras e de formar pessoas antirracista, uma vez que compreendemos que numa sociedade plural, não basta não ser racista, é cada vez mais necessário ser antirracista, combater todo o tipo de preconceito e discriminação.

Por fim, espera-se que esse estudo, mesmo que em aproximações iniciais, promova uma reflexão de como é necessário trabalhar temas de identidade e formação de pessoas antirracistas ainda na Educação Infantil, mesmo que na folha da lei a obrigatoriedade do ensino esteja no Ensino Fundamental e Médio.

A proposta supracitada está ancorada nos conceitos de letramento apresentas por Soares (2009) e Kleiman (2006) e Identidade por Hall (2006); dentre outros estudos que subsidiarão esse trabalho. A fim de contemplar os objetivos aqui propostos, esse estudo estruturou-se da seguinte forma: A primeira seção apresenta a introdução; a segunda seção, a trajetória metodológica, fazendo em aproximações iniciais um estado da arte; a terceira seção, o desenvolvimentos, apontando conceitos discutidos pelos principais autores sobre letramento racial e currículo na educação infantil, e por fim, na quarta seção as considerações finais, alicerçado nos achados no levantamento bibliográfico pesquisado.

2. Metodologia

O percurso metodológico consiste em uma pesquisa qualitativa, de natureza básica, uma vez que busca apresentar a compreensão do tema proposto, por meio de um levantamento bibliográfico, além de fazer um levantamento de livros de literatura infantil que tratem do tema e, assim, fazer uma releitura dos contextos e aplicabilidades dos temas nas salas de aula da Educação infantil.

Vale salientar que a partir de um levantamento bibliográfico o pesquisador pode mapear produções acadêmicas que discute a temática em estudo, assim, a fim de perceber como estão acontecendo as produções sobre a prática do Letramento Racial na Educação Infantil, fez-se um mapeamento a partir de categorias de análise, a saber: Letramento racial onde aparece 84 resultados; Letramento racial crítico, aparecendo 43 resultados; Letramento racial na Educação Infantil com 5 resultados, em um recorte de cinco (05) anos de tese de doutorado e dissertações de mestrado no repositório da CAPES.

Desse modo, a escolha dos trabalhos apresentados no quadro 1, se deu por terem uma maior aproximação com o tema proposto nesse estudo.

Quadro 1 – Periódicos selecionados nos acervos digitais

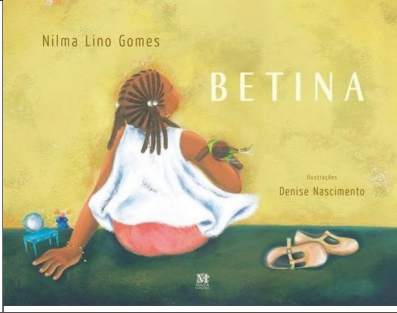
Acervo digital	Título	Autor/ano
CAPES - Pontifícia Universidade Católica Do Rio De Janeiro	As literaturas infantis africanas e afro-brasileiras como letramento racial crítico e construção das identidades étnico-raciais na Educação Infantil (2022)	Joice da Silva Pedro Oliveira
Capes - Universidade Estadual De Ponta Grossa	Letramento racial crítico nas séries iniciais do ensino fundamental I a partir de livros de literatura infantil: os primeiros livros são para sempre (2019)	Keila de Oliveira,
CAPES - Universidade Federal Do Rio Grande	A Construção de espaços de Letramento Racial Crítico na sala de aula: possibilidades para a Educação das Relações Étnico-raciais. (2023)	Fabia Vaniz De Oliveira
CAPES - Universidade Do Estado De Santa Catarina	Racialização da infância: O que a literatura infantil tem a ver com isso? (2019)	Renata Schlickmann

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Com a intenção de compreender a relevância da utilização da literatura infantil como recurso para tratar do letramento racial, letramento racial crítico e de racismo em sala de aula com crianças pequenas e bem pequenas, fizemos uma seleção de livros de literatura infantil negros. Vale salientar, que a escolha dos livros apresentados no quadro 2, se justifica por terem em seu bojo um elemento em comum, que é o uso do cabelo enquanto marca de cultura. “Ela trançava o seu cabelo, com carinho, para formar a majestade de um reinado em sua cabeça” (NUNES, 2015, p.2)

Quadro 2 – Livros literários infantil – Literatura africana e afro-brasileira

Nome do livro	Autor Ilustração	Capa do livro
Cabelo de Lelê	Valéria Belém/ Adriana Mendonça	
Menina Bonita do Laço de Fita	Ana Maria Machado / Claudius	
Sulwe	Lupita Nyong'o/ Vashti Harrison	

Nome do livro	Autor Ilustração	Capa do livro
Betina	Nilma Lino Gomes / Denise Nascimento	
Bucala: A pequena princesa do Quilombo do Cabula	Davi Nunes / Daniel Santana	

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Desse modo, tomando como base as histórias infantis apresentadas nesse trabalho, e os autores pesquisados no quadro 1, evidenciamos que mesmo reconhecendo que o acervo bibliográfico que predomina nas bibliotecas é de autores brancos e/ou que apresentam o negro de forma estereotipada, um professor protagonista de seu ato de currículo (MACEDO, 2013) quando porta um livro que narra a história de personagens negros de forma positiva, poderá travar importantes diálogos com as crianças ainda na Educação Infantil, podendo promover na concepção de Oliveira (2019) o Letramento Racial Crítico a partir do uso de livros de Literatura Infantil.

Histórias como a de Bucala, Lelê, Sulwe e Betina, assim como tantas outras histórias de meninas e meninos negros, podem contribuir para o reconhecimento racial da criança, valorizando suas marcas identitárias e de autoestima.

3. Desenvolvimento

Em 2003, precisamente há 20 anos, o Art. 26-A torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira (BRASIL, 2003), sendo incluído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/1996. Essa legislação foi de fundamental importância, já que respalda os atos curriculares quando trata dessa temática na sala de aula, uma vez que não apenas sugere, mas obriga que as escolas trabalhem as questões de identidade e racismo de forma sistematizada e estruturada.

Essa obrigatoriedade permite que a escola e sociedade lancem diferentes olhares sobre a discussão da formação histórica brasileira, visibilizando os sujeitos que ao longo de sua história tiveram sua origem contada sobre o olhar do outro e de forma estereotipada.

Em decorrência da lei, outras ações e documentos norteadores foram promovidos, a exemplo das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004). Esses documentos, contudo, impactam diretamente os espaços educativos, uma vez que exige formações continuadas, produção de material didático, reformulação de currículo escolar. No entanto, mesmo reconhecendo os avanços significativos nas práticas educativas e implementação de políticas educativas que visam a afirmação da diversidade cultural, muito ainda precisa ser feito para combater todo tipo de preconceito e discriminação, construindo, assim, uma sociedade que luta pela equidade de direitos e políticas públicas eficazes.

Nesse direcionamento, se insere as produções literárias infantis não somente com a função de atender a uma demanda de alfabetização, mas também de letrar criticamente, levando em consideração o lugar de fala dos autores, autoras e personagens negros/negras nas obras do gênero literário infantil.

Para Coelho (2000, p.55) “[...] a criança é levada a se identificar com o herói bom e belo, não devido à sua bondade ou beleza, mas por sentir nele a própria personificação de seus problemas infantis”, contudo, do mesmo modo que as personagens negras nas obras de literatura infantil são conduzidas a resolver seus conflitos, como é o caso da obra *O Cabelo de Lelê*, de Valéria Belém (2007, p.5), na qual a

personagem busca suas origens para descobrir “De onde vem tantos cachinhos?” ou ainda na obra de Ana Maria Machado (1986, p.4), Menina bonita do laço de fita, quando o coelho questiona “Menina bonita do laço de fita, o que você fez para ser tão bonita?”. Os questionamentos das personagens dos livros citados buscam o reconhecimento das suas ancestralidades para desvendar os segredos de sua identidade, e, com isso, permitem que o leitor/leitora se reconheça enquanto sujeito belo, podendo construir, conseqüentemente, sua identidade.

Na obra *Betina*, de Nilma Gomes, pode ser percebido a importância da aceitação da aparência externa do sujeito negro para tornar-se uma pessoa empoderada “- você vai trançar o cabelo de toda a gente, ajudando cada pessoa que chegar até você a se sentir bem, gostar mais de si, sentir-se feliz de ser como é, com seu cabelo e sua aparência” (GOMES, 2009, p.30).

O cabelo, “possui grande relevância cultural [...] em especial no que diz respeito à etnia” (QUINTÃO, 2013, p.24), o cabelo crespo sendo associado a afrodescendentes, acaba sendo uma marca cultural e está presente nas obras como: *As tranças de Bintou* e *O cabelo de Lelé* como um símbolo cultural que demarca sua história, sua identidade, desse modo, permitem que a criança leitora “intuitivamente, [...] compreenderá que tais histórias, embora irreais ou inventadas, não são falsas, pois ocorrem de maneira semelhante no plano de suas próprias experiências pessoais” (COELHO, 2000, p.57) ajudando-lhes a resolver seus conflitos interiores.

Nesse sentido, voltamos a questão inicial desse estudo para compreender como a literatura infantil pode aliar-se às escolas e se constituir como poderoso instrumento de lutas antirracistas. Sulwe, a personagem da história de *Lupita Nyong’ó* (2019, s/p), sofre preconceito racial e entra em crise de identidade quando tenta apagar sua cor com uma grande borracha. “Negrinha, Escurinha, Noite”, eram apelidos recebidos por Sulwe que a deixavam magoada, conflitos esses vividos por muitas crianças, meninos e meninas pretas. Na nota da autora, *Nyong’ó* (2019, s/p), ao narrar sua autobiografia revela que “Ver mulheres negras da pele escura sendo reconhecidas por sua beleza me ajudou muito. Percebi que, se elas eram lindas, eu também poderia ser”. Essa autobiografia revela a necessidade de histórias infantis protagonizarem crianças negras positivadas e assim ficção e realidade passam a se

confundir para dialogar com a criança real que vivencia situações de racismo e de não aceitação de seus corpos e cabelos crespos.

Reconhecendo, portanto, o papel da literatura nessa formação de sujeitos antirracistas, Silva (2010, p. 5), nos faz refletir que a “leitura de literatura infantil, por se constituir como uma atividade formativa e que trata com profundidade dos problemas da vida, problematiza as experiências emocionais universais dos seres humanos, representando seus conflitos e dilemas na figura de personagens”. Assim, a literatura auxilia ao leitor interpretar sua realidade e “a ressignificar sua existência, identificar e compreender a sua realidade emocional, realizando, assim, reflexões de fortalecimento identitário” (OLIVEIRA, 2022, p.45), além de permitir à criança, ainda na Educação Infantil, fazer suas próprias interpretações e reforçar a importância da valorização das tradições através da representatividade de crianças negras empoderadas na literatura infantil.

Para Oliveira (2019, p.33), discutir sobre raça é entender que para além de falar de racismo, de escravidão, “é preciso que as crianças negras se vejam representadas positivamente, se sintam participantes: do universo literário, da mídia, da escola e da sociedade.” Por isso, é tão importante o protagonismo da criança negra nas histórias infantis.

Desse modo, entende-se que as discussões acerca do Letramento Racial e Letramento Racial crítico devem ser fomentadas em sala de aula, ainda na Educação Infantil, uma vez que essas “discussões sobre raça não se limita à aquisição do código escrito, mas sim oportunizar que as crianças interajam em diversas práticas que podem envolver a leitura e a escrita. (OLIVEIRA, 2019, p.33), ao mesmo tempo que contribuem para a formação da identidade da criança.

Quanto à formação identitária do sujeito, Hall (2006) revela que as identidades não são uniformes, assumem identidades diferentes em diferentes momentos. Considerando essa perspectiva, nos livros analisados, a formação da identidade do sujeito, constata-se que as personagens Lelê e Sulwe, por exemplo, passam por momentos distintos, marcados pela não aceitação a aceitação de sua negritude. “- Lelê não gosta do que vê” (BELÉM, 2007, p. 5). “- Lelê gosta do que vê.” (BELÉM, 2007, p. 19), enquanto Sulwe demonstra seu conflito quando “tentou apagar algumas camadas de sua pele escura” ou quando fez um pedido à Deus “Querido Deus, porque eu tenho a cor da meia

noite se minha mãe tem a cor da aurora? Por favor! Faça com que minha pele seja clara como a pele de meus pais. Quero ser bonita de verdade [...]” (NYONG’O, 2019, s/p) e mudando de atitude ao perceber a importância de cada indivíduo, “[...] ela não se esconderia mais, o mundo era o seu lugar. Escura e bela, forte e cheia de brilho. E se ela precisasse de algo que a lembrasse de seu brilho, poderia olhar para o céu no momento mais escuro da noite para ver por si mesma.” (NYONG’O, 2019 s/p) Assim, como a identidade das protagonistas das histórias estavam passando por conflitos, as crianças podem passar por situações semelhantes em seu cotidiano, e a escuta de histórias de meninas e meninos pretos que passaram pelos mesmos conflitos, através da literatura infantil, pode ajudá-las a compreender as questões concernentes à sua negritude.

É importante destacar que as escolas, mesmo com a implementação da lei 10.639/03, nem sempre estão preparadas para efetivar a lei. Muitas vezes usam apenas a data do dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra, para trabalharem esse tema no currículo escolar, isso se dá por diversos motivos, que vão desde as questões ligadas ao preconceito religioso até a falta de formação continuada que prepare o docente para trabalhar essas questões nas instituições educativas escolares, não de forma enviesada, que retrata as questões de negritude apenas com o olhar da escravidão, mas, sobretudo, de se trabalhar com o olhar de potência, de cultura, de criatividade, de beleza e empoderamento, para que, desse modo, a criança se perceba inserida nesse ambiente de participação política que lhe proporciona novos olhares e possibilidades.

A criança, desde a Educação Infantil, precisa ter a garantia de sua participação política e social, pensando por esse viés Schlickmann (2019, p.31) afirma que “entender as crianças como cidadãs de direitos, fazedoras de história, de cultura, diversas, é o primeiro passo, entretanto, é preciso [...] diálogos que pensem em políticas públicas para que essa concepção seja efetivada em sua concretude”. Dito isso, as desigualdades étnico-raciais não podem ser perpetuadas na sociedade, tão pouco nos espaços educativos, para tanto, ações afirmativas, como a Lei 10.639/03, precisam estar presentes na organização curricular, durante todo o ano letivo.

4. Considerações finais

O ambiente escolar é o lugar onde as pessoas de diferentes culturas e identidades convivem e desenvolvem a linguagem e o letramento, portanto, é inerente ao espaço escolar incluir em suas práticas educativas reflexões sobre as relações étnico-raciais, e essas discussões precisam estar presentes nas salas de aula, desde a Educação Infantil, por compreender que criança é um sujeito político e social capazes de produzir e construir cultura com seus pares.

Assim, faz-se necessário que ações efetivas sejam feitas para fortalecer e garantir que as questões de negritude, africanidade, afro-brasilidade façam parte do currículo escolar, não somente em uma data comemorativa de forma superficial, mas efetivamente seja base dos currículos das escolas, a começar pela da Educação Infantil.

É importante que as escolas compreendam que as questões de racismo e das relações étnico-raciais fazem parte do currículo escolar, e, assim sendo, precisa ter seu lugar garantido nas práticas educativas e atividades didáticas dos professores e professoras.

Vale salientar que os livros didáticos precisam estar mais alinhados a essas questões, uma vez que não é raro encontrar esses temas apenas na lista de sugestões no final das atividades da unidade em estudo, não garantindo, portanto, que haja uma inserção dos temas de negritude no currículo escolar, de forma sistematizada e organizada como está posta na lei nº 10.639/03.

Sendo assim, pode-se inferir que as histórias de literatura infantil, mesmo em sua grande maioria sendo de escritores brancos que reforçam a branquitude e ou apresentam uma ideia quase sempre estereotipada do negro, podem, como no caso das obras expostas nesse artigo, possibilitar para um letramento racial crítico, uma vez que a construção dos significados provocados pelos enredos compactua com a realidade étnico-racial vivida pelas crianças nas escolas de Educação Infantil.

Referências

BRASIL. **LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 20 agosto 2023.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 20 agosto 2023.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** 2004

BELÉM, Valéria. **O cabelo de Lelê.** São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2007. 12p.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil:** teoria, análise, didática / Nelly Novaes Coelho. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2000.

GOMES, NILMA LINO. **Betina.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009. 24 p.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006,

KLEIMAN, A. B. **Professores e Agentes de Letramento:** Identidade e Posicionamento Social. *Filol. lingüíst. port.*, n. 8, p. 409–424, 2006.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Atos de currículo e autonomia pedagógica:** o socioconstrucionismo curricular em perspectiva. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

MACHADO, ANA MARIA. **Menina bonita do laço de fita.** Rio de Janeiro: Ática, 1986.

NUNES, Davi. **Bucala:** a princesa do Quilombo do Cabula. Rio de Janeiro: Malê, 2015. 32 p.

NYONG’O, Lupita. **Sulwe.** Rio de Janeiro: Rocco pequenos leitores, 2019.

Oliveira, Keila de O. **Letramento racial crítico nas séries iniciais do ensino fundamental I a partir de livros de literatura infantil:** os primeiros livros são para sempre/ Keila de Oliveira. Ponta Grossa, 2019. 174 f.

Oliveira, Joice da Silva Pedro **As literaturas infantis africanas e afro-brasileiras como letramento racial crítico e construção das identidades étnico-raciais na Educação Infantil /** Joice da Silva Pedro Oliveira; orientadora: Vera Maria Ferrão Candau. – 2022. 160 f.: il. color.; 30 cm.

OLIVEIRA, FABIA VANIZ DE. **“A Construção de espaços de Letramento Racial Crítico na sala de aula: possibilidades para a Educação das Relações Étnico-raciais.”** 03/04/2023 99 f. Mestrado em LETRAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE, Rio Grande Biblioteca Depositária: BDTD - FURG.

QUINTÃO, Adriana Maria Penna. **O que ela tem na cabeça?** Um estudo sobre o cabelo como performance identitária/ Adriana Maria Penna Quintão. – 2013. 196 p.

SCHLICKMANN, RENATA. **Racialização da infância: O que a literatura infantil tem a ver com isso?** 25/11/2019 145 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição

de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis
Biblioteca Depositária: Biblioteca da UDESC.

SILVA, Nívea Priscilla Olinto da. **Literatura infantil e os conflitos emocionais na infância:** tecendo caminhos para uma pedagogia das emoções. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010, p. 1-12.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização:** as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf> > Acesso em 23 de agosto de 2023.

LETRAMENTO RACIAL E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA COMO PRÁTICA LIBERTADORA DE PARADIGMAS SOCIAIS

*Indaiara Sant Anna Silva de Carvalho
César Costa Vitorino*

Resumo

A escola exerce um importante papel na sociedade: proporcionar mudanças sociais e críticas no contexto em que o indivíduo está inserido. Todavia, devido a todo o histórico de legitimação deste espaço para o privilégio branco, sustentado por currículo, diretrizes e leis, percebemos a necessidade da busca efetiva por uma educação antirracista por meio do estudo do letramento racial e da valorização dos indivíduos para uma nova forma de legitimação de saberes e culturas. Este artigo tem como objetivo analisar as contribuições do letramento racial para uma educação antirracista. Para tanto, utiliza a pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo fundamentada em Almeida (2019), Sodré (2023), Souza (2021), Gonzalez (2010), Gomes (2017), Freire (1989), Pinheiro (2023), dentre outras/os. Concluímos que a educação para as relações étnico-raciais é extremamente importante diante de todo processo histórico de negação de conhecimento e cultura em relação ao letramento racial, sobretudo quando atua por meio do fortalecimento das identidades e saberes tão apagados pela cultura patriarcal, eurocêntrica e colonialista.

Palavras-chave: Educação antirracista; Espaço escolar; Letramento Racial.

1. Introdução

A prática do letramento entendida por Soares (2004) como desenvolvimento de habilidades de leitura em práticas sociais e profissionais, ou seja, o letramento literário, é perceptível em muitas situações sociais, a leitura e escrita perpassa por conhecimentos diversos a serem explorados em diferentes momentos. A vivência com o desenvolvimento letrado

favorece ao indivíduo inúmeras experiências, por isso é tão importante o estudo aprofundando sobre letramento racial e educação antirracista.

O letramento racial envolve uma ação-reflexão dos indivíduos, e tem como foco a luta contra o racismo através de uma educação que envolve prática social, política e leitura crítica da situação brasileira atual. Assim sendo, o objetivo geral desta pesquisa é o reconhecimento do conceito de letramento racial como caminho a ser trilhado na busca por uma educação que reconheça saberes diversos.

Enquanto encaminhamento metodológico, preferimos a abordagem qualitativa (MINAYO, 2002), baseando-nos na análise das questões raciais de forma ativa e/ou passiva no atravessamento do espaço escolar. Além disso, utilizamos as pesquisas de Souza (2001), Gonzalez (2010), Gomes (2017), Freire (1989) e Pinheiro (2023) como embasamento teórico.

O trabalho está estruturado em quatro seções, entre as quais discutimos questões raciais no Brasil, a importância da educação antirracista no processo de superação do racismo e o conceito de letramento racial e sua construção histórica. Desse modo, trazemos para reflexão situações cotidianas visando repensarmos a questão da branquitude e seus privilégios, analisando situações reais que envolvem questões de raça em paralelo à negação de direitos aos negros no contexto educacional.

2. Questões raciais no Brasil

A história de construção do Brasil foi marcada pela negação da condição de existência negra e de suas grandes contribuições na constituição do país. Estudando a história e a política brasileira de forma crítica, sendo sua população de maioria negra, até a presente data, percebemos desigualdade e falta de oportunidades em relação a direitos básicos, especificamente em relação à educação, cultura e saúde. Tais elementos tão sucateados por uma minoria hegemônica branca que, apesar da temporalidade, continua destruindo a identidade do sujeito negro (Souza, 2021).

“Ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel” (Souza, p. 25, 2021) por meio da negação da diversidade de saberes, identidades e epistemologias. Além disso, tendo direitos recusados de emprego, de melhores condições de renda, a leituras literárias de acordo com a realidade, é estar imerso num complexo de recusa e

anulação de danças, pensamentos e coletividade negros. Esses fatores levam, inclusive, à situação de destruição do sujeito negro em sua subjetividade e causam desequilíbrio psíquico.

O racismo esconde assim seu verdadeiro rosto. Pela expressão ou persuasão, leva o sujeito negro a desejar, inventar e projetar um futuro identificatório antagônico em relação à realidade de seu corpo e de sua história étnica e pessoal. Todo ideal identificatório do negro converte-se, dessa maneira, num ideal de retorno ao passado, no qual ele poderia ter sido branco, ou na projeção de um futuro em que seu corpo e identidade negros deverão desaparecer (Souza, 2021, p. 29).

Isto posto, embora haja políticas de reparação através de cotas em universidades, vestibulares e concursos, é necessário ir além e refletir sobre o papel da branquitude para que a visão acima mencionada do sujeito negro passe a ser de valorização. Isto é, que o sujeito tenha a autoimagem do seu corpo-território permeada pela estima de sua história e cultura, mediante um pensamento de transformação e luta pela liberdade em detrimento das condições étnico-raciais da conjuntura brasileira. Ressaltando que branquitude é aqui entendida como traços da identidade racial do branco brasileiro (Bento, 2002).

O contexto racial brasileiro demanda participação ativa e política, busca por equidade de direitos, pelo enfrentamento de um sistema opressor e genocida que constituiu o Brasil com ideologias racistas que perduram até a contemporaneidade, perfazendo um racismo velado e estrutural, conforme aponta Almeida (2019):

Mas há outro ponto a ser considerado. O significado das práticas discriminatórias pelas quais o racismo se realiza é dado pela ideologia. Nossa relação com a vida social é mediada pela ideologia, ou seja, pelo imaginário que é reproduzido pelos meios de comunicação, pelo sistema educacional e pelo sistema de justiça em consonância com a realidade. Assim, uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede a formação de sua consciência e de seus afetos. (Almeida, 2019, p. 43).

O racismo tende a apagar o prazer de pensar diferente, banindo o infinito potencial criativo, de prazer e beleza pela vida por meio da racionalidade da lógica eurocêntrica. Por isso é válido o estudo crítico da realidade em que vivemos, mediante intervenções culturais e sociais numa perspectiva de mudança através da superação da opressão do colonialismo e de suas estratégias.

Em vista do exposto, precisamos compreender os espaços formais e não formais de ensino e aprendizagem enquanto mecanismo de busca e participação popular ativa e reativa com vistas a denúncias das injustiças e opressões evidenciadas pelo colonialismo, fatores tão marcados na vida dos oprimidos. Com isso, é preciso anunciar novos saberes e lutas sociais da negritude, promovendo resistência, emancipação e outros conhecimentos.

Com a busca da conscientização das opressões sofridas pelos oprimidos por meio da ação-reflexão-ação, de acordo a Freire (1989), almeja-se uma práxis reflexiva, transformadora, de superação das mazelas e de um fazer pedagógico e político com contributos críticos intencionais fortalecendo assim a prática política como meio de recuperação das injustiças sofridas para reafirmar sua existência e demarcar sua comunidade.

3. O pacto da branquitude

Diante da história do Brasil, vemos a necessidade de quebrar paradigmas nas relações de alta liderança, as quais são mais assumidas por pessoas brancas por meio dos altos postos em empresas. No próprio poder público é algo que precisa ser repensado. O lugar de privilégio somente por causa da raça é o primeiro recorte feito para uma vaga de emprego, a busca pelo endereço ou até mesmo o mapeamento das escolas localizadas nas periferias urbanas, fazendo com que, independentemente do recorte temporal, as marcas da branquitude e seus efeitos nocivos estejam presentes no cotidiano da vida escolar, social, econômica, cultural e política da sociedade.

Bento (2022) nos traz que a escola precisa fortalecer a relação de pertencimento, fomentando exemplos valorativos para as pessoas negras em se partindo, por exemplo, dos currículos escolares. Ou seja, problematizar a maneira com que determinado conhecimento atende aos anseios da classe dominante, a qual sempre optou por mostrar a

exploração escravocrata presente na sociedade permeada pelos moldes de subjuogo racista e fascista.

A discriminação acontece na sociedade de forma diária, e o racismo é tão presente que para combatê-lo é necessário repensar as relações entre negros e brancos, sobretudo porque há dominação da branquitude mediante privilégios em diversas áreas, como política, economia, cultura e educação. Enquanto, por outro lado, precisamos perceber a linha abissal entre sujeitos e as faltas estabelecidas pela negação de cultura, saberes e epistemologias do Sul (Santos, 2010).

Existe uma pluralidade que precisa ser respeitada e valorizada, pois, para uma convivência pacífica, as relações interpessoais precisam fortalecer as diversidades de raça, gênero e dentre tantas outras questões que permeiam a sociedade.

De acordo com Bento (2022, p. 18), a “branquitude e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios”. Esse pacto é evidenciado por meio das negações de direitos que envolvem também formas de exclusão aos negros, bem como o silenciamento ou apagamento de seus saberes epistemológicos.

Nesse sentido, tem-se a meritocracia, pela qual é facilmente perceptível a branquitude e seus pactos, haja vistas que, por este conceito de mérito, cada pessoa individualmente é responsável por seu lugar na sociedade. Essa ideia do mérito e sua relação com a raça branca é um discurso adotado pelas pessoas brancas que ocupam lugares qualificados e justificam seu acesso pelo argumento do merecimento. Assim, indiretamente, sinaliza a não presença do negro nos cargos altos por falta de merecimento e competência. As questões atravessadas nesse discurso envolvem também o que Sodré (2005) nos chama a atenção: um formato de vida social demandado à população não branca pela colonialidade, moldado desde a sociedade escravista, cujos desdobramentos podem ser observados em mínimos detalhes: correr pela rua, entrada numa loja, vestimentas para determinados lugares, entre outros.

O racismo funciona a partir do que Edson Borges, Carlos Alberto Medeiros e Jacques d’ Adesky (2002) enfatizam do comportamento social que está presente na história da humanidade e que acontece de formas variadas e em diferentes contextos. Envolve aspectos fenóticos

ou seja aspectos físicos como cabelo e cor da pele, que permeiam a relação racial e de classe. Almeida (2019) nos alerta sobre três tipos de racismo: individual, institucional e estrutural. Enquanto Sodré (2023) acentua que o racismo social escravista consiste na utilização do negro para seleção de mão de obra barata, sobretudo pode ser identificado na história quando, por exemplo, as babás não tinham direitos trabalhistas garantidos; as empregadas e babás não podiam visitar seus familiares; as imagens subalternizadas do negro passam a ser difundidas nas mídias televisivas; a depreciação em massa das classes dominadas pelo neoliberalismo.

É essencial compreendermos que o pacto da branquitude implementou, com o passar dos anos, novas formas de exclusão. Estas se percebem na precarização da escola pública, o que diretamente está ligado a oportunidades educacionais de menor qualidade. Envolve falta de moradias adequadas para a população negra, o que causa aglomerações em regiões mais afastadas e sem infraestrutura. A falta de emprego é outro problema em razão do grande número de desempregados e dos poucos empregos que surgem.

Desse modo, é evidente o número alto de inscritos com uma remuneração baixa para suprimento das necessidades básicas familiares. Ocasionalmente há ausência da negritude em posições de liderança tanto no setor privado quanto no público, logo, baixa representação na política vigente no país devido à negação de representatividade nos espaços de poder.

As situações acima mencionadas nos alertam para o racismo presente na estrutura social desde o regime escravocrata, no entanto, o que nos faz mais fortalecidos são as lutas sociais, que buscam por melhoria de vida mediante a luta antifascista e antirracista. Que se posicionam ocupando e resistindo nos espaços, principalmente em respeito à ancestralidade e potência negra presentes nos movimentos sociais e nas ações de políticas afirmativas.

É urgente repensar a grande importância nos investimentos educacionais para a população negra, visando impactar em melhores condições de vida, trabalho e salário no futuro próximo, pois o grupo social mais desprivilegiado precisa de mais investimentos e políticas públicas. Dessa forma, rechaçando a meritocracia de modo que sejam considerados aspectos e elementos outros que interfiram na vida

cotidiana e se distanciem das organizações em que as classes mais abastadas tendem a ser mais favorecidas., a exemplo da qualidade de escolas com equipamentos, professores e materiais diversos para ascensão e permanência dos estudantes, uso da internet e vários aparelhos tecnológicos disponíveis, planos de saúde de qualidade, saneamento básico e moradia em locais privilegiados.

Pinheiro (2023) nos alerta que a “dissimulação do racismo dificulta a percepção cotidiana desse gigantesco mal social”, por isso se dá a importância de leituras de autores negros, do conhecimento das potencialidades e referências negras do Brasil e do mundo. A partir do compromisso político e social da luta antirracista frente à branquitude, podemos identificar que, mesmo sem querer, a pessoa branca tem privilégios, pois o sistema social as privilegia.

O racismo precisa ser destruído e uma possibilidade de fazê-lo é a partir de um projeto pedagógico escolar que paute, desde os primeiros anos escolares da criança, a potência da cultura negra, com exemplos e práticas reais de identidade e cultura, combatendo opressões, tendo como foco uma educação transformadora e crítica que pense o sujeito enquanto um ser social que está inserido permeado por diversas disparidades dentre elas econômica e de raça.

4. A educação antirracista no processo de superação do racismo

O letramento racial é um dos marcos importantes da educação antirracista em nossa sociedade. No entanto, para abordar e efetivar o letramento racial é imprescindível refletir sobre os privilégios da branquitude e o sistema que atravessou os olhos para um fenótipo de hierarquia (Pinheiro, 2023). Cabe a escola e todos os profissionais da educação, com práticas pedagógicas de valorização ancestral africana, homenagear reinos, povos e demais contribuições do letramento literário enquanto prática social (Street, 2014), entendendo o fortalecimento de letramento racial permeado pelas epistemologias decoloniais, entendendo o grande potencial dos povos africanos em nossas vidas.

A promoção de outras leituras, outras danças e o senso de pertencimento pela importância da identidade e cultura nos remete a compreender os fenômenos sociais e outras realidades que não estão presentes nos currículos coloniais. E possibilita o aprofundamento na

história e na produção do conhecimento através da educação, pensando no presente e futuro das crianças negras e brancas.

É preciso destacar ainda que, a criticidade e a participação da comunidade que reivindica seus direitos nos espaços antes não acersados demanda representatividade para uma formação educacional questionadora e problematizadora capaz de, reverberar nas ações e práticas a partir da construção do enfrentamento das opressões estruturas que perpassam a construção subjetiva.

Quando se fala de letramento racial, propõe-se o conhecimento, em diversas áreas, de personagens e da intelectualidade negra, ressignificando as áreas da ciência, cultura e política. Sobretudo porque “se a democracia é o sistema político da maioria, e se nós, que somos maioria quantitativa nos espaços de poder, precisamos construir uma sociedade efetivamente democrática” (Pinheiro, 2023, p. 150).

5. Letramento racial e sua construção histórica: por uma educação antirracista

A escola é um espaço formativo que deve contribuir no processo de construção de uma educação antirracista a partir da identificação da diversidade racial e cultural do Brasil. Todavia, muitas vezes não ocorre esse olhar no espaço educativo.

Pela maneira como currículo é posto na escola e no cotidiano das ações previstas como metas e objetivos, há um cenário de reverberação de discriminações e preconceitos que reforçam estereótipos por meio de abordagens eurocentradas. Dessa forma, deixa de lado o grupo racial negro para contribuir na formação das identidades das crianças negras ou brancas, conforme discutiui Gonzales (2010) sobre as questões de raça, gênero e classe.

É preciso mostrar aos estudantes que existem outras culturas, artes e valores de diferentes continentes, logo, entendendo que a história da humanidade na formação do povo brasileiro se deu também por outras narrativas e pontos de vista. Ademais, proporcionar um olhar reflexivo com relação à miscigenação, considerando as culturas africanas no currículo, e cumprindo a legislação vigente, Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana nas escolas de ensino fundamental e médio brasileiras. Assim, visando contemplar a pluralidade histórica, cultural e

social intensificada pela forte atuação do movimento negro de forma política e com estratégias epistemológicas (Gomes, 2017).

A partir das discussões realizadas por Gomes (2017), é preciso fomentar a construção de conhecimentos e valores que compreendam as relações étnico-raciais e projetos educativos emancipatórios com discussões mais pontuais com relação ao conhecimento e o saber, reconhecendo o lugar da estética e beleza, garantindo o direito à diversidade cultural por meio de produção de conhecimentos; buscando assim práticas de convivência e respeito com valores que fortaleçam o cidadão para a diversidade étnico-racial.

Revisitar e adequar o currículo se faz urgente e necessário para um fortalecimento do pertencimento racial, favorecendo ações educativas em busca de novos saberes para acabar com atitudes preconceituosas por meio de brincadeiras e piadas discriminatórias. Para tanto, atuando com planejamento voltado para ampliar a compreensão e a valorização da pluralidade, tendo como objetivo valorizar as identidades e suas estéticas no espaço escolar enquanto forma de modificar o discurso e a prática pedagógica desde os livros didáticos até as relações pedagógicas subjetivas presentes na sala de aula que atravessam as epistemologias (Gomes, 2017).

A Lei 10.639/03 foi fruto de uma luta por uma educação antirracista para promoção da igualdade racial, tendo a política educativa e os movimentos sociais grandes contribuições na problematização das mais diversas facetas do racismo. Logo, permitindo aos sistemas de ensino, no âmbito escolar, a implementação de conteúdos para uma educação antirracista.

O currículo escolar promove aprendizagens sobre a diversidade étnico-racial e promoção da igualdade racial enquanto forma consciência e reflexão crítica para a transformação sociocultural vinculada às relações políticas e econômicas. O espaço escolar é um local de formação e de grande relevância para a pauta da educação antirracista como mecanismo de transformação e mobilização social, ajudando a comunidade escolar e local a valorizarem a construção da identidade afrodescendente “a escola precisa ser forte aliada no enfrentamento das opressões estruturais” (Pinheiro, 2023, p. 147).

Nesse sentido, é preciso atuar sob uma perspectiva de entender nossa ancestralidade para compreendermos quem somos a partir do

ensino-aprendizagem da cultura afro-brasileira através de um sistema educacional que envolva formação dos profissionais de ensino. Ademais, cabe ainda o alinhamento do Projeto Político Pedagógico, da Proposta Curricular e dos planos de aula, incluindo datas comemorativas voltadas para a construção de uma escola decolonial e afro-brasileira (Pinheiro, 2023), ou seja, valorizando os diferentes saberes ancestrais e emancipação dos marcos de outras civilizações não eurocêntricas.

6. Considerações finais

O debate sobre rescisão de narrativas precisa ser feito constantemente em prol da superação de desigualdades e preconceitos vigentes em nossa sociedade, ambos pautados nas questões raciais entendidas erroneamente como marcas negativas para o povo negro. Assim, cerceando as relações afetiva e social em contraponto à diversidade tão presente em nosso país. A partir do letramento racial, fica evidente como as histórias reais dos sujeitos negros se assemelham na reconstrução de marcas que precisam de reparação social e de como elas atravessam a questão da raça para além da desigualdade da estrutura social e da opressão social.

A educação antirracista precisa mobilizar toda a sociedade para o combate da negação do letramento racial silenciado pelos currículos escolares quando não favorecem narrativas valorativas da população negra, bem como seus impactos no percurso escolar educacional dos alunos negros. Dessa maneira, acreditamos que o investimento na formação dos profissionais da educação é um grande aliado na luta e resistência aos privilégios da população branca, manifestados sobretudo na reprodução de práticas pedagógicas elitistas e coloniais.

Diante disso, é preciso unir forças para a transformação e educação para a cidadania dos sujeitos negros através do conhecimento, reflexões críticas e reivindicações dos direitos sociais. Buscando, dessa maneira, promover ações pedagógicas de valorização, identidade e representatividade negra.

Referências

ALMEIDA, S. de. **Racismo Estrutural**: Feminismos plurais. São Paulo, Jandaíra, 2019.

- BENTO, C. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BORGES, E; MEDEIROS, C. A. e d' ADESKY, J. **Racismo, preconceito e intolerância**. São Paulo: Atual, 2002. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: Psicologia social do racismo estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil/ Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ. Vozes, 2002, p. (25-58)
- FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GOMES, N. L. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: RJ, Vozes, 2017.
- LELIA, G; Alex, R; FLAVIA, R. **Retratos do Brasil Negro**. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 2002.
- PINHEIRO, B. C. S. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.
- SANTOS, B.S. & MENESES, M.P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83.
- SOARES, M. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. **Revista Brasileira de Educação**, n. 25, jan/ fev/ mar/ abr, p. 6.17. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tx3SGW5G4dNWdHRkRxrZk/?format=pdf>. Acesso em: 20 março 2023.
- SODRÉ, M. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.
- SOUZA, N. S. **Torna-se negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- STREET, B. V. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

LETRAMENTO RACIAL: DESCONSTRUINDO PRECONCEITOS E PROMOVENDO A CONSCIÊNCIA ÉTNICA

*Angélica Gimenes Naranjos
Patrícia Júlia Souza Coelho*

Resumo

Este artigo objetiva apresentar a discussão realizada no I Colóquio de Letramento Racial, ocorrido no dia 07 de julho de 2023, por iniciativa do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social, do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI, Serrinha-Ba. O Colóquio contou com a presença do Professor Dr. Marcelo Máximo Purificação, Professor Dr. Silvio Humberto dos Passos Cunha e mediação do Professor Dr. César Costa Vitorino. O artigo possui abordagem qualitativa inspirada em pesquisa bibliográfica, fundamentando-se nos estudos teóricos realizados por: Camilloto e Camilloto (2022); Pereira e Lacerda (2019); Silveira (2021); Biko (1990); Munanga (1988), (2005), Nascimento (1978). A discussão apresentou as implicações do Racismo e as sequelas de séculos de exploração dos povos africanos, reflexões sobre Letramento Racial e Consciência Negra, com centralidade nos debates concernentes à identidade e religião, em uma sociedade preconceituosa e excludente.

Palavras-chave: Letramento racial. Consciência negra. Preconceito.

1. Introdução

Este artigo emerge de discussões tecidas no I Colóquio de Letramento Racial promovido pelo Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia – (UNEB), Campus XI, Serrinha BA, e foi coordenado pelo Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS).

O colóquio realizado em 07 de julho de 2023, às 16 horas, no auditório da UNEB, Campus XI – Serrinha foi mediado pelo professor Dr. César Costa Vitorino (Coordenador da Linha 1: Novos Contextos de Aprendizagem – MPIES/UNEB) e contou com a exposição do Professor Dr. Marcelo Máximo Purificação (MPIES/UNEB) e do Professor Dr. Silvio Humberto dos Passos Cunha (Instituto Cultural Steve Biko), os quais dialogaram sobre o Letramento Racial e Consciência Negra, apontando diferenças entre esses dois conceitos, sobre a intolerância religiosa, de gênero e a repercussão refletida no cotidiano contemporâneo das pessoas negras.

O início da exposição aconteceu com o Professor Dr. Marcelo M. Purificação, que apresentou sua tese de doutorado intitulado: “LETRAMENTO RACIAL: visto na perspectiva das encruzilhadas de saberes e nos despachos das narrativas de jovens umbandistas”. A referida tese apresentou como principais eixos de discussão a religião de matriz africana, a identidade e os preconceitos que os seguidores da umbanda sofrem, diante de uma sociedade que ainda possui a visão colonizadora.

No segundo momento, Professor Dr. Silvio Humberto dos Passos Cunha discorreu sobre o Instituto Cultural Steve Biko e sobre o paradigma que o termo letramento oferece frente aos movimentos negros, fez menção ao letramento digital a título de exemplo e comparação de conceitos e falou sobre a necessidade que existe em as pessoas se apropriarem da consciência negra.

Em um terceiro momento, contou-se com a palavra do sindicalista e ativista dos movimentos negros, Sr. Antônio Capilla, o qual parabenizou a exposição e na sequência explanou sobre a necessidade do letramento racial e dos movimentos geridos em defesa a população negra.

Para encerramento deste momento reflexivo, houve a apresentação cultural de um grupo de jovens negros/as que pertencem ao Coletivo Resistência Preta. Este grupo se define na luta por direitos e por políticas públicas para os jovens negros em Salvador- BA, no combate ao Racismo, e no “Aquilombamento que surge como ferramenta na luta antirracista e contra todas as desigualdades sociais”. Assim, o referido coletivo de jovens negros/as apresentou os movimentos que realizam através das artes, das poesias e dos poemas, como forma de conscientização e valorização dos que carregam como bagagem a dor do chicote de seus ancestrais.

Dessa forma, pensar sobre letramento racial e consciência negra, religião e cultura de matriz africana reverbera para o pensamento crítico sobre o papel social que tem um educador perante a sociedade e sobre as mazelas que ainda sofre a população negra do país. Convém ressaltar que discutir racismo, intolerância religiosa, assim como falar sobre questões sociais que inferiorizam o/a cidadão/ã negro/a, é emergente, visto que é necessário conscientizar as pessoas que ainda não conseguem perceber o quão valioso é o respeito entre as pessoas, independente da sua etnia e religião.

Ao mencionar sobre a importância do papel do/a professor/a na formação do/a cidadão/ã é que se percebe que os temas sociais precisam ser discutidos nas instituições de ensino superior e formações de professores/as. Dito isso, o I Colóquio Letramento Racial, promovido pelo MPIES-EPODS, ao abordar as diferentes formas de preconceito, com ênfase nas questões que envolvem o racismo estrutural e a religião de matrizes africanas, contribuiu para compreender cientificamente sobre questões raciais no âmbito educacional, em que as reflexões suscitadas partiram das narrativas de pessoas que convivem em seu cotidiano com movimentos sociais que buscam combater as ações racistas destinadas à população negra.

2. Metodologia

Este trabalho emerge das reflexões suscitadas no I Colóquio de Letramento Racial. As discussões apresentadas neste artigo se constituíram através de uma pesquisa bibliográfica sobre a temática em pauta no referido colóquio, tendo como referências estudos já realizados. Assim, a pesquisa bibliográfica se caracteriza pela sistematização de estudos registrados em materiais como livros, revistas, entre outros e ainda por:

[...] meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas (Marconi e Lakatos, 2003, p. 183).

Desta forma, a sistematização da discussão apresentada neste texto se estruturou a partir de dois momentos. O primeiro concernente à escuta atenta que se fez através do I Colóquio de Letramento Racial, considerando as exposições do Professor Dr. Marcelo Máximo da Purificação Professor e do Dr. Silvio Humberto dos Passos Cunha sobre o tema em questão. Neste momento, as reflexões apresentadas pelos docentes convidados foram relevantes, na medida em problematizaram práticas racistas e de intolerância religiosas, ainda presentes em nossa sociedade, e ressaltaram a importância dos movimentos sociais para o combate ao racismo, a fim de que a identidade, a religião e as manifestações culturais dos povos africanos e afrodescendentes sejam respeitadas e reconhecidas socialmente. O segundo momento foi realizado através dos estudos bibliográficos articulados às discussões empreendidas no referido colóquio, tendo como principais referências os escritos de: Camilloto e Camilloto (2022), Pereira e Lacerda (2019); Silveira (2021); Biko (1990); Munanga (1988), (2005); Nascimento (1978).

Assim, este artigo tem como objetivo apresentar as reflexões realizadas, a partir do I Colóquio de Letramento Racial em diálogo com análise da bibliografia indicada, sobre a temática proposta. O desenvolvimento desse trabalho possibilitou refletir coletivamente sobre questões emergentes relacionadas às práticas racistas que ainda afetam a população negra, como também, reconhecer a importância das pesquisas e dos movimentos sociais na construção de educação antirracista, em direção ao respeito à diversidade étnico-racial.

3. O Racismo e suas direções

No século XV quando os Europeus invadiram os Estados africanos estes já tinham uma organização política e social desenvolvida. O sistema de monarquia era formado por diferentes camadas da sociedade, no entanto, seus investimentos em tecnologia para defesa e combate a guerra era infimo, o que promoveu, então, que os africanos se tornassem meio de mão-de-obra barata, favorecendo, assim, o tráfico dos negros pelos europeus para servir ao sistema escravista. (Munanga, 1988).

No Brasil, a exploração dos negros acontece quase simultaneamente à invasão pelos portugueses no país, em pouco tempo se via o país constituído e organizado através dos negros que foram trazidos

acorrentados e que derramam muito sangue e suor nas plantações de cana-de-açúcar. (Nascimento, 1978)

Desta forma, o racismo tem sua origem associada à formação da sociedade brasileira, visto que, após séculos de exploração e com a chegada da modernidade, o país sentiu a necessidade de se livrar do negro cativo devido ao seu alto custo. Assim, foram sendo descartados e trocados por imigrantes brancos que, além contribuir para o sistema capitalista, ainda seriam os responsáveis por branquear o país e torná-lo “puro”, através dos relacionamentos com mulheres negras em troca de um pedaço de terra. (IPEA, 2011). Neste cenário, africanos e afrodescendentes, considerados inferiores pelo seu fenótipo, herdaram contra si o preconceito, ações de violência e todo tipo de mazela, nem mesmo sua cultura e religião poderiam ser manifestadas, visto que em nome da civilização estes deveriam seguir as influências do país que lhe tomara de suas origens. Sobre essa questão Munanga (1988) explica que:

A ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre duas raças que se confrontam pela primeira vez, tudo isso mais as necessidades econômicas de exploração predispueram o espírito do europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais. (Munanga, 1988, p.9).

No Brasil, a população se compõe por aproximadamente 55% de negros/as (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *apud* Pereira e Lacerda, 2019), essa população ainda sofre pela desvalorização. No entanto, falar de racismo torna-se complexo visto ser o Brasil um país que se considera isento de reações de preconceito e discriminação racial, porém os números de mortalidade apresentados nos noticiários mostram uma realidade diferente.

O artigo de Arcoverde (2022), publicado pela Globonews, alerta sobre o número de homicídios praticados contra a população negra, os quais foram registrados na segunda edição do relatório: “Violência Armada e Racismo”, o estudo foi realizado pelo Instituto Sou da Paz e demonstram que: “A taxa de homicídios por 100 mil habitantes de negros em 2020 no Brasil foi de 51, número quase quatro vezes maior do que a de homens não negros (14,6).” (Arcoverde, 2022, posição 1). Esses dados reforçam o que é explicitado por Lacerda e Pereira (2019)

quando afirmam que o número de homicídio entre a população negra e parda aumentou de 37,2 para 43,4 homicídios por 100 mil habitantes entre os anos de 2012 a 2017, e ainda que a pobreza e as mortes violentas no Brasil possuem cor e faixa etária, pois muitos dos assassinatos foram cometidos contra negros/as na faixa dos 15 aos 29 anos de idade.

Nesta vertente, Camilloto e Camilloto (2022) afirmam que: “Na estrutura das relações sociais brasileiras, o racismo está implícito (e, tantas outras vezes, está escancarado) nas relações interpessoais e institucionais, sendo quase naturalizado como uma ordenação social inerente à própria cultura”, (Camilloto e Camilloto, 2022, p. 3). Pereira e Lacerda (2019) coadunam com esta linha de pensamento, pois consideram que o racismo está tão atuante nas classes sociais que causam desvantagens sociais, econômicas e simbólicas, não sendo pouco o peso de ser pobre, desacreditado, e silenciado pelas ações hegemônicas da identidade branca, em que discursos e ações racistas tornam-se verídicas por sua repercussão, promovendo, assim, o sentimento de inferioridade e exclusão estética na população negra.

Na repercussão das desvantagens construídas através das ações negativas remetidas por meio do racismo e menosprezo promovidos pela branquitude, que os/as negros/as constroem sua identidade. Para Munanga (2005) a educação antirracista pode possibilitar a reflexão sobre tal problemática e dessa forma desconstruir as ideias de preconceito e discriminação raciais sofridas pela população negra. Nesta direção, questões sobre preconceito racial e intolerância religiosa se apresentaram nas discussões e nas reflexões suscitadas no decorrer do I Colóquio de Letramento Racial.

4. I Colóquio de Letramento Racial

As discussões realizadas no I Colóquio de Letramento Racial oportunizaram as pessoas presentes reflexões sobre o papel de cada cidadão/ã no combate as ações discriminatórias em relação à raça, à cor, à religião ou outra categoria, visto que a humanidade precisa urgente rever suas ações para a condução de uma sociedade mais justa e igualitária.

A abertura e mediação do colóquio aconteceram por intermédio do professor Dr. César Costa Vitorino (MPIES/UNEB), que fez as saudações e apresentação das pessoas que iriam compartilhar suas pesquisas e experiências sobre a temática proposta para o evento, o

Professor Dr. Marcelo Máximo Purificação, (MPIES/UNEB) e o Professor Dr. Silvio Humberto dos Passos Cunha (Instituto Cultural Steve Biko).

Na oportunidade, o professor Dr. Marcelo Máximo Purificação iniciou a exposição falando sobre sua tese de doutorado, que trata do letramento racial, estabelecendo como parâmetro a intolerância sobre as religiões de matrizes africanas e afrodescendentes, especificamente a umbanda. Neste contexto, conforme pesquisa realizada pelo professor Dr. Marcelo M. Purificação, nos terreiros de umbanda, os jovens narram que através da religião umbandista os seus seguidores se conectam e direcionam seus ideais, seu pertencimento ancestral, potencializando e condicionando o fortalecimento de sua identidade, portanto:

No terreiro, o jovem umbandista assume sua identidade pessoal como parte da identidade coletiva que ali se desenvolve, ou seja, projeta nesse espaço seu lugar de pertencimento, em que sua identidade pessoal se coloca em movimento em razão das relações que ele estabelece com os valores, as crenças, as normas com as quais e nas quais ele se reconhece [...](Purificação, 2023, p. 25).

Neste viés, ao fortalecer a identidade e assumir sua religião, a partir de seus princípios e sua herança ancestral, esses jovens passam por momentos que remetem a intolerância religiosa, racial e até de gênero, forçando muitos deles a usar suas guias de proteção escondidas, outros a tatuar a sua pele com os símbolos de seus santos e santas protetores e manter escondidos por debaixo da roupa, a fim de não serem vítimas de discriminação.

Diante as narrativas realizadas no I Colóquio de Letramento Racial sobre situações vivenciadas de discriminação racial e religiosa, é perceptível a urgência para que a escola siga o que está determinado na Lei 10.639 de 2003 e na Lei 11.645 de 2008, as quais tornam obrigatório o estudo da História e Cultura Africana, Afrodescendente e Indígena na Educação Básica. A materialização das referidas leis é nevrálgica no sistema educacional, a fim de reconhecer o quanto o legado africano faz parte do cotidiano, buscando inibir as manifestações do preconceito e discriminação racial e religiosa. Através de uma educação antirracista é possível caminhar em direção à construção de uma sociedade em que seja basilar o respeito entre as pessoas, independente da sua condição étnico-racial e da religião.

O letramento racial, portanto, aparece neste contexto como forma de elucidar a população sobre os conhecimentos essenciais para que seja construído o respeito aos africanos e afrodescendentes, negros e negras, com o objetivo de desconstruir o preconceito que atinge essa população que, como dito anteriormente, ainda paga o preço da história de seus ancestrais. Neste sentido, de acordo a Pereira e Lacerda (2019), o letramento racial crítico é uma vertente dos letramentos que tem como objetivo estudar e entender como ocorrem às relações de poder, que são meios de moldar as identidades de raça e como essas se articulam socialmente, sendo que:

[...] o estudo do Letramento Racial Crítico pode contribuir para o surgimento de identidades mais comprometidas com a superação histórica das desvantagens, à medida que os indivíduos entendem o funcionamento das relações de poder e dos discursos, aprendem a respeitar sua história, identidade e coletivamente buscam meios para que uma sociedade mais justa e igualitária seja possível. (Pereira e Lacerda, 2019, p. 103).

O Letramento Racial, portanto, tem como objetivo apresentar a sociedade brasileira os prejuízos acumulados por séculos em relação aos direitos a educação e a saúde, aos direitos sociais e que afetam a população negra, condicionando, assim, a refletir, inclusive, sobre os sistemas de cotas nas universidades públicas, uma das ações afirmativas existentes em direção à redução de práticas discriminatórias e excludentes que afetam as pessoas negras da nossa sociedade brasileira.

A negligência em relação aos direitos às pessoas negras ainda se faz presente quando as ações afirmativas de reparação a essa população tentam ser burladas, ora por falta de conhecimento, ou seja, a falta do letramento racial ou de consciência negra, ora por oportunismo em angariar vantagens ao que não lhe é de direito, assim como ocorre no sistema de heteroidentificação, quando o responsável pela função tenta inibir o declarante na sua afirmação. Neste sentido as pessoas responsáveis por essa atribuição necessitam de formação para que atuem deixando questões subjetivas fora do clivo de quem tem ou não direito as cotas para vagas em instituições de nível superior. (Camilloto e Camilloto, 2022).

No segundo momento, a exposição foi realizada pelo Professor Dr. Silvio Humberto dos Passos Cunha que, após fazer sua descrição pessoal, deu seguimento com a narrativa de sua luta junto ao movimento social negro, a qual se deu através do Instituto Steve Biko (Steve Biko foi um ativista negro assassinado aos 30 anos), quando se deu o reconhecimento de sua identidade e de toda trajetória que deveria seguir para não fazer parte dos números da estatística de jovens assassinados.

A militância nos movimentos negros ofereceu ao palestrante a oportunidade de participar da criação dos novos paradigmas da equidade, quando nos encontros da militância eram fomentadas discussões sobre consciência negra; sexualidade; formação dos/as jovens para o mercado de trabalho, religiosidade, entre outras referências da comunidade negra. Entre essas referências, a mais valiosa se fez sobre o incentivo aos/às jovens aos estudos, ratificando o direito deles de acessarem o mundo acadêmico das universidades.

Neste sentido, podemos refletir que uma das formas para combater o preconceito é a educação, ao passo que para o palestrante o racismo se mostra de duas maneiras, a primitiva do século XIX, que ainda existe, mas não é o mesmo do século XXI que passou por mutações e apresenta formas diferentes de acabar com os corpos negros. O expositor dá seguimento em seus posicionamentos e questiona o alcance do movimento que é realizado em torno do termo Letramento Racial, abordando a necessidade de refletir sobre suas repercussões diante de uma sociedade complexa e estruturalmente capitalista. O palestrante demonstrou em sua narrativa preocupação em relação às armadilhas do capitalismo, já que tudo é transformado em mercadoria e, dessa forma, o discurso sobre Letramento Racial, tendo em vista a afirmação identitária das pessoas negras, pode ser utilizado com a intencionalidade de produzir lucros, como é o caso dos produtos destinados a cabelos crespos, cacheados, vestimentas, entre outros.

Neste caminhar do I Colóquio de Letramento Racial, o Professor Dr. Silvio Humberto dos Passos Cunha aborda o conceito de Consciência Negra como provedora das muitas ações idealizadas por Steve Biko, através do movimento negro na busca e na conquista de direitos e de dignidade para os/as negros/as. Neste relato, Silveira (2021) explica que Steve Biko se inspirava em Paulo Freire para se posicionar frente às ações do movimento negro, e que em todas as suas falas, nas diversas circunstâncias, reforçava a necessidade dos/as negros/as cultivarem

o amor por si e pela humanidade, além de reforçar sobre a importância da cultura africana, visto que esta valoriza a vida em comunidade e os laços espirituais e de amizade, manifestando sua ideia de que, a partir da consciência humana, as pessoas poderiam encontrar soluções para transformar a realidade em que estão inseridas.

Partindo do movimento negro como referência para conquistas obtidas, discutir sobre as ações preconceituosas que ainda existem; sobre a quantidade de jovens talentosos que tem a vida ceifada; sobre a incerteza do ir e voltar das pessoas negras para casa, depois do cumprir os compromissos do dia a dia, ainda se faz emergente em nossa sociedade brasileira. Nesta direção, Professor Dr. Silvio Humberto dos Passos Cunha, problematiza, em sua exposição, a ideia de que o Brasil está livre do racismo e questiona se o letramento racial, diante de problemas estruturalmente tão complexos, pode atender as demandas sociais. Assim, o palestrante reflete se os adeptos ao letramento racial estão realmente em busca de dias melhores para a população negra do país ou se, como já mencionado anteriormente, o termo é mais um instrumento para atender ao mercado capitalista a partir da produção e comercialização de produtos destinados à afirmação da identidade negra.

Neste sentido, para compreender o que o expositor transfere ao afirmar que o que é feito através do movimento negro é “consciência negra” e para esta afirmação que o testemunho de Steve Biko no julgamento da Black Peoples’s Convention (BPC) e transcrito pela South African Student Organization (SASO) se faz oportuno ao dizer que:

Acredito que, basicamente, a Consciência Negra se refere ao negro e à sua situação, e acho que o negro neste país é submetido a duas forças. Em primeiro lugar, ele é oprimido por um mundo exterior por meio de mecanismos institucionalizados, por meio de leis que o impedem de fazer certas coisas, por pesadas condições de trabalho, salários baixos, condições de vida muito difíceis, uma educação inferior. Todos esses são fatores externos a ele. Em segundo lugar, e o que consideramos mais importante, o negro desenvolve dentro de si um certo estado de alienação. Ele rejeita a si mesmo exatamente porque ele liga o significado de branco com tudo o que é bom. Em outras palavras, ele associa o que é bom,

ele considera o que é bom equivalente a branco. Isso provém de sua vida e provém de seu desenvolvimento desde a infância.” (Biko, 1990, p. 125).

O palestrante, Professor Dr. Silvio Humberto dos Passos Cunha, associa o letramento racial ao letramento digital, questionando como seria caso existisse o letramento de gênero e que como seria se o dia da Consciência Negra, fruto do movimento social negro, fosse dia do Letramento Racial, afirmando que ter consciência vai além de ter letramento, que o certo seria que todas as pessoas, que a sociedade tivesse consciência humana e assim, chamando mais uma vez para a reflexão, encerrou sua explanação.

O encerramento se deu com a apresentação do grupo de jovens negros/as, pertencentes ao Coletivo Resistência Preta. Através dos poemas, os/as jovens desse grupo promoveram a reflexão sobre o que sofrem as pessoas de fenótipo negro, cotidianamente. Este coletivo de jovens negros/as expressou artisticamente a importância da ONG, que tem como um dos objetivos inserir os jovens negros no contexto acadêmico e no mercado de trabalho. As ações educativas e culturais promovidas pela ONG têm contribuído na construção identidade e do lugar de protagonismo da juventude negra baiana. Assim, ficou evidente neste colóquio, através das exposições dos palestrantes e dos/as jovens que integram Coletivo Resistência Preta, que é necessário buscar ações que contribuam na construção de dias melhores para a população negra, em que prevaleçam condições dignas de vida e de respeito a sua etnia e a religião de matrizes africanas.

5. Considerações finais

O Colóquio de Letramento Racial oportunizou conhecer e refletir sobre a importância de práticas antirracistas, na qual a reflexão se configura como um instrumento essencial para que as pessoas consigam mudar o rumo de suas ações.

Neste sentido, pensar sobre questões raciais e religiosas em uma sociedade complexa, que formula o país entre a divergência da palavra e a ação, é complexo, considerando a realidade que se apresenta, cotidianamente, realidade marcada pela dor de pessoas que sofrem pelas vidas ceifadas de entes queridos/as e que fazem parte da estatística de homicídios diários cometidos contra a população negra no país.

A possibilidade de refletir sobre o que a falta de conhecimento relacionada às questões raciais pode causar é de extrema importância. Acreditamos que, através de uma educação pautada no reconhecimento da contribuição realizada pelos africanos, é possível construir uma sociedade mais justa e igualitária. Para tanto, o respeito à cultura e à religião da população negra é um princípio fundamental e que precisa se fazer presente nas políticas sociais e educacionais brasileiras.

O letramento racial, tema desse colóquio, e a consciência negra devem estar direcionados ao respeito às histórias ancestrais das pessoas negras e aos seus modos de ser e viver. Também é necessário o respeito às políticas de ações afirmativas destinadas a população negra, como é o caso das cotas para acesso dessa população às universidades públicas. É preciso reconhecer que tais políticas são formas de ressarcir uma herança histórica que marcou a população negra pela ancestralidade de seus descendentes e que, até hoje, causam muitas mazelas para este povo, que pelo seu fenótipo, considerado inferior, foi arrancado de sua nação para ser escravizado e gerar riquezas a poucos, através de sua mão-de-obra nas lavouras do Brasil.

Sendo assim, através das reflexões oportunizadas pelo I Colóquio de Letramento Racial ficou evidente que Letramento Racial e/ou Consciência Negra devem ser integralizados em ações de respeito ao outro e que é fundamental garantir que a população negra tenha seus direitos concretizados em todas as dimensões: subjetiva, social, política, intelectual, religiosa e cultural.

Referências

ARCOVERDE, Leo. Taxa de homicídio de homens negros no Brasil é quase 4 vezes maior do que a de não negros, aponta estudo. **Globonews** – São Paulo. 19/11/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/11/19/taxa-de-homicidio-de-homens-negros-no-brasil-e-quase-4-vezes-maior-do-que-a-de-nao-negros-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 22/07/23

CAMILLOTO, B.; CAMILLOTO, L.. Comissões de heteroidentificação racial: Por quem os sinos deveriam dobrar. **Educação & Sociedade**, v. 43, p. e254673, 2022.

BIKO, Steve. **Escrevo o que eu quero**. São Paulo: Ática, 1990.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Gilberto Marangoni. **História – O destino dos negros após a Abolição**. IPEA – Desafios do desen-

volvimento. 2011. Disponível: [HTTPS://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude – usos e sentidos**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2 ed. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro, processo de um racismo**. Ed. Paz e Terra S/A. 1978.

PEREIRA, Ariovaldo Lopes; LACERDA, Simeia Silva Pereira de. Letramento Racial Crítico: Uma Narrativa Autobiográfica. **Travessias**, Cascavel, v. 13, n. 3, p. 90-106.

PURIFICAÇÃO, Marcelo M. **Encruzilhada dos saberes: Despachos de narrativas de Jovens Umbandistas no Terreiro e na Escola**. Universidade Luterana do Brasil, ULBRA, Brasil. Tese de Doutorado 2023.

SILVEIRA, P. H. F.. A presença de Paulo Freire na filosofia da práxis de Steve Biko. **Pro-Posições**, v. 32, 2021.



PARTE IV

TRANSEXUALIDADE E OLHARES
MULTIDISCIPLINARES PARA
E NA CONSTRUÇÃO DE
DIÁLOGOS INCLUSIVOS

[RETORNAR AO SUMÁRIO](#)

A URGÊNCIA DE UMA ESCOLA TRANSVIADA: REVISÃO SISTEMÁTICA DAS PRODUÇÕES DA CAPES ENTRE OS ANOS DE 2013 E 2023 SOBRE A TRANSEXUALIDADE NA ESCOLA

*Aderilson Anuniação de Oliveira
Emile Cristina do Nascimento Costa
Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres*

Resumo

É urgente a necessidade de ampliar a ideia sobre escola transviada nos tempos atuais. O objetivo deste trabalho foi discutir sobre as reflexões suscitadas no II Colóquio “Transexualidade e olhares multidisciplinares para e na construção de diálogos inclusivos”, organizado pelo Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social e, a partir destas discussões, promover elucidações sobre a relevância de se transformar o espaço educacional para que seja mais inclusivo, em especial para as pessoas trans e travestis. Para isso, foi adotado o método bibliográfico, o qual se desenvolve a partir de material já elaborado (Gil, 2008). Foram encontrados 61 artigos, dos quais apenas 15 foram selecionados, por terem relação direta com a temática escolhida. Portanto, promover uma educação transviada é tensionar o sistema educacional como um todo: desde as políticas públicas que sustentam a educação nacional, passando pelos cursos de graduação, até chegar às outras pessoas da comunidade escolar, de modo a fortalecer ações inclusivas para todas/es/os, em especial as pessoas trans e travestis.

Palavras-chave: Escola transviada. Transexualidade. Ambiente escolar.

1. Introdução

A subjetividade humana é conceituada por Gonzales Rey (2005) como modos de estar, pensar e sentir o mundo, atreladas às questões econômicas, culturais, políticas, sociais. Os processos de subjetivação se constituem na relação com o outro com base no contexto cultural e

simbólico de cada um. Para Rey (2005) ela é simultaneamente social e individual relacionam-se como processos ou sistemas implicadas nos diferentes contextos sociais. Para Bock, Furtado e Teixeira (2018) como uma síntese de cada pessoa. Ela envolve comportamentos, sentimentos, singularidades, elementos genéticos e tantas outras coisas. Ela nos iguala ao constituir o lugar de humano e nos diferencia dos outros humanos (Bock, Furtado e Teixeira, 2018). A autora supracitada ainda ao correlacionar a subjetividade humana com espaços educativos formais acrescenta que a escola se apresenta como a instituição social mais importante para o desenvolvimento da subjetividade humana e as experiências que ocorrem nela e no seu entorno terão um impacto significativo na vida do sujeito.

Por conseguinte, a escola pode se materializar como um espaço de proteção ou de produção de violências. Pensando nisto, este trabalho objetiva promover reflexões sobre a importância e, conseqüentemente, urgência de uma escola transviada. Este conceito foi cunhado por Bento (2017), ela apresenta que transviada/o é uma forma de decolonializar a Teoria Queer. Para a referida autora não basta apenas tensionar as discussões sobre gênero e sexualidade, é preciso também produzir reflexões a respeito do lugar/território no qual esse gênero e essa sexualidade se manifestam.

Deste modo, quando introduzimos a ideia de escola transviada buscamos contribuir com pensares sobre a urgência de transformação da escola de um espaço transfóbico, adoecedor e aniquilador para um espaço de acolhimento de todas as subjetividades, pois elas fazem parte da nossa humanidade e carecem de visibilidade e reconhecimento para que tenham condições de existir com dignidade (única forma de existir que conseguimos conceber). Outrossim, a produção de humanidade, civilidade e cidadania na escola precisa ser amparada por políticas públicas e intervenções educativas e sociais inclusivas de todas as subjetividades para que se tenha condições de realizar ações de transformação coletivas.

Neste prisma o Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) do Campus XI da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), localizado na cidade de Serrinha, interior do estado da Bahia, na região conhecida como Território do Sisal desenvolveu no dia 18 de agosto de 2023 o segundo Colóquio de 2023 deste campus "Transexualidade e olhares multidisciplinares para e na construção

de diálogos inclusivos”. A partir das discussões eliciadas no referido evento este trabalho foi gerado objetivando promover reflexões sobre a relevância/urgência de se transformar o espaço educacional para que seja mais inclusivo, em especial para as pessoas trans e travestis que ainda hoje são violentadas das mais variadas formas neste espaço que tem como obrigação legal defendê-las.

2. Metodologia

Diante das reflexões suscitadas no “II Colóquio: Transexualidade e olhares multidisciplinares para e na construção de diálogos inclusivos”, evento realizado no dia 18 de agosto de 2023 e organizado pelo Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES), a construção deste trabalho ocorreu em direção às aproximações sobre o tema Transexualidade e o ambiente educacional.

Para isso, foi adotado o método bibliográfico, o qual se desenvolve a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, de acordo com o que é definido por Gil (2008). A principal vantagem da pesquisa bibliográfica é o fato de que esta permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

A fim de realizar o levantamento de trabalhos que abordassem o tema estudado nos últimos 10 anos, utilizou-se o descritor “Transexualidade e Educação” no Portal de Periódicos da Capes. Ao todo foram encontrados 61 artigos, dos quais 15 foram selecionados, pois tinham relação direta com a temática escolhida. Desse modo, o artigo pautou-se nos estudos de Maria (2021), Oliveira e Klein (2019), Torres e Prado (2014), Lima (2021), dentre outros, para a realização da análise do tema.

3. Desenvolvimento

3.1. Dimensão conceitual sobre a temática, referendando-se nos textos sugerido e outros com aprofundamento teórico

Maria (2021) aborda no seu trabalho sobre a temática das crianças e adolescentes transgênero com base no princípio da dignidade humana, considerando a relevância da vontade dos infantes e o seu direito à inclusão. Reconhecer a importância do contexto escolar no

processo de desenvolvimento destes jovens e suas perspectivas de vida é fundamental, para isso é necessário abordar sobre a educação inclusiva nas escolas explorando também a influência exercida pela cultura heteronormativa como o padrão de normalidade no processo de exclusão praticada contra as pessoas transgênero.

O trabalho destaca a realização de estudos sobre a presença de sexualidades não normativas no âmbito escolar como instrumento para refletir sobre a educação como articuladora da diferença, afastando a identidade sexual hegemônica que se vislumbra estável e apropriada. A partir desta reflexão é possível concluir que a transfobia é um fenômeno que habita o contexto escolar, exigindo medidas pontuais para que esse processo de segregação humana seja amenizado.

Analisar a relação entre gênero, transexualidade e educação e o reconhecimento do sujeito transexual na instituição educacional no Brasil é de extrema importância. E, para isso, se faz necessário discutir o conceito de identidade de gênero e transexualidade a partir do ponto de vista do saber médico e das ciências humanas. De Carvalho e De Oliveira (2018) apontam em seu estudo que a problemática de gênero é pouco estudada no sistema educacional. Considerando a perspectiva dos/as professores/as entrevistados/as, apesar do questionamento acerca da teoria da oposição binária da sexualidade, os discursos evidenciam a falta de reconhecimento do sujeito transexual na educação superior no Brasil.

A transexualidade é uma realidade existente em nossa sociedade contemporânea e que ainda sofre com alta carga de preconceito por parte dos setores mais conservadores. Esta se caracteriza pela oposição entre identidade de gênero e sexo biológico. Oliveira e Klein (2019) apontam que estudos recentes demonstram que a determinação da identidade sexual decorre de critério morfológico, enquanto que o papel do gênero se apresenta como expressão pública dessa identidade. A fim de que sejam devidamente aceitas, as pessoas transexuais têm empenhado diversos movimentos sociais e ações educativas para que seus direitos sejam garantidos. Desse modo, o estudo realizado pelas autoras visou demonstrar que o direito à transexualidade é um direito humano e que a Educação em Direitos Humanos (EDH) contribui com a efetivação das conquistas transexuais no dia a dia.

No que diz respeito aos direitos desta população, no Brasil temos decisões judiciais e algumas leis esparsas, contudo, merece destaque

o ano de 2018, em que o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou transexuais e travestis a mudarem prenome e sexo no Registro Civil sem necessidade de cirurgia de redesignação sexual e sem autorização judicial. Dessa forma, é notório que todas as conquistas estão baseadas na grande luta dos movimentos da população transexual e nas ações educativas de algumas organizações. Oliveira e Klein (2019) ressalta, no entanto, a EDH como via de promover direitos e garantir dignidade aos transexuais.

O nome carrega consigo um forte significado, uma vez que é utilizado para identificar, diferenciar e individualizar o ser humano, para que tenha um convívio interpessoal e inclusão social. No entanto, quando se aborda a temática da transgeneridade surge uma incompatibilidade do nome do registro civil com a expressão de gênero da travesti e da/ do transexual. Callou, Mascarenhas e Diniz (2018) buscou analisar a utilização do nome social como forma de inclusão das travestis e das/ dos transexuais, bem como as legislações brasileiras pertinentes a temática. Neste estudo, os autores concluíram que, mesmo com algumas normas possibilitando a utilização do nome social, ainda é necessário que o ordenamento jurídico progrida na direção de uma maior igualdade e acessibilidade de direitos.

Pazó, Salles e Zaganelli (2015) propõem uma análise da relação jurídica existente entre as instituições privadas de ensino e a sua responsabilidade frente à educação de crianças e adolescentes transexuais. Para isso, foi necessário verificar os eventuais danos físicos e psicológicos que a escola pode acarretar na vida de uma criança transexual, caso não atenda às necessidades particulares que esta possui. O estudo aborda as variadas formas de exercício da sexualidade e gênero, além de estudar a responsabilidade civil que recai sobre as escolas em caso de desrespeito aos direitos personalíssimos. Primeiramente, o estudo identificou as formas de compreensão da relação corpo/gênero/sexo. Em seguida, identificou os direitos envolvidos em tal relação, por isso, foram estudados os direitos personalíssimos de tais crianças e adolescentes com o intuito de perceber quais direitos podem ser lesados dentro da escola. O trabalho buscou, também, perceber qual conteúdo normativo é necessário para aplicar a indenização proveniente da responsabilidade civil às instituições privadas de ensino quando esta ignorar as relações de gênero e causar danos aos alunos transexuais.

Diante destas discussões, Campos, Silva e Bonetti (2021) realizaram uma investigação e análise sobre teses e dissertações do banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, referentes ao assunto transexualidade na educação, com objetivo de identificar as principais pesquisas realizadas no Brasil sobre a relação entre escola e transexualidade no campo de estudos pós-graduados; bem como analisar como alguns conceitos são compreendidos e construídos. Os resultados encontrados apontaram que a produção científica brasileira, no campo da educação, tem se dedicado ao estudo das experiências transexuais na escola e, em todas suas pesquisas, a escola apresenta-se como principal espaço onde ações violentas e discriminatórias acontecem. Contudo, o estudo concluiu que há a necessidade de constantemente repensar a educação e a escola, para que sejam acessíveis a todos e de qualidade.

Torres e Prado (2014) no seu trabalho debatem questões envolvidas na emergência de professoras transexuais femininas ou travestis na escola. Para isso, utilizam a noção de *outsiders* e de heteronormatividade para analisar como essas professoras permanecem na função docente. Considera-se que a emergência dessas professoras está relacionada a novos posicionamentos referentes às noções de gênero nas políticas de direitos humanos, especificamente pelas lutas do movimento social. Por fim, é possível afirmar que a emergência dessas professoras não pode ser compreendida como suspensão da heteronormatividade, mas como o aparecimento de novas questões para se analisar no ambiente escolar.

Lima (2020) discute em seu trabalho sobre como os debates de gênero e sexualidade durante a educação básica podem interferir no acesso de transexuais e travestis à educação superior, com base nos dados obtidos por meio de pesquisas realizadas por iniciativas de projetos, produções acadêmicas, organizações não governamentais (ONGs), redes de apoio ou de associações, como também por notícias em mídias sociais, além das ações governamentais que têm o intuito de promover equidade e respeito às identidades de gênero na escola. De acordo com o estudo proposto, embora as questões de gênero e sexualidade tenham obtido relevância em políticas e legislações que se vinculam tanto ao campo da educação como a outros campos, estudantes transexuais e travestis ainda têm dificuldade para

concluir o período de escolaridade obrigatória. Isto posto, propor reflexões e trabalhar conceitos nas escolas de educação básica não é o suficiente, é preciso investir na formação inicial e continuada de todo o corpo docente.

Em seu estudo, Pamplona (2017) se debruça a explorar o conceito de transexualidade enquanto um dispositivo tecnológico biopolítico, engendrado pela maquinaria do sistema patriarcal e heterossexual. Nesse sentido, compreende ser fundamental que educadoras e educadores busquem problematizar o viés de produção das diferenças sexuais e de gênero, a exemplo da transexualidade, a fim de ampliar a possibilidade de exercerem práticas educativas plurais e não discriminatórias. Desse modo, as bases que estabelecem a categoria da transexualidade são invenções políticas, discursivas, históricas, culturais e sociais, realizadas intencionalmente por campos de saber específicos, os quais buscam manter o sistema patriarcal/heterocentrado.

Tal visão corrobora com o que é apresentado por Santos (2015), que em seu estudo dialoga com alguns conceitos de Michel Foucault (1977) para pensar a transexualidade na escola por meio da invenção do dispositivo da sexualidade, de um de seus deslocamentos – o dispositivo da transexualidade –, bem como a reflete sobre os agenciamentos biopolíticos da instituição escolar com vistas ao controle e ao governo dos corpos e subjetividades trans e travesti. Através deste viés, surge a problematização da utilização do nome social por travestis e transexuais nas escolas, por um lado vista como uma conquista e, por outro, como uma estratégia biopolítica de governo e controle dos corpos e subjetividades dessas/es personagens.

Cruz e Santos (2016) apresentam em seu estudo a história de duas transexuais femininas, assim autodefinidas, no intuito de analisar suas experiências escolares durante o paulatino processo de feminilização. A pesquisa apontou para o contraditório espaço escolar como lugar de discriminação heterossexista, vigilante contra quem não se enquadrasse nos padrões binários e hegemônicos de gênero e de sexualidade.

As representações sociais de professores e professoras da Educação Básica sobre alunas travestis e transexuais foi o alvo do estudo desenvolvido por Ribeiro e Da Costa (2022). Os resultados mostraram que transexualidade e a travestilidade são representadas como algo

não familiar, além de serem ancoradas a partir das referências de corpos cisgêneros. Evidencia-se que ainda há um caminho extenso a ser percorrido para a qualidade de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais na escola básica.

A investigação sobre o que indicam os conteúdos programáticos do componente curricular Direitos Humanos e Cidadania da rede estadual de ensino, em relação às questões de gênero e diversidade sexual, realizada por Santos e Lage (2017), apontou que estes conteúdos programáticos buscam, de fato, a promoção da igualdade de gênero e o respeito à orientação sexual. Todavia, ainda existe um silenciamento sobre transexualidade e cidadania de pessoas trans.

Do Prado Puglia e Garcia (2016) realizaram uma análise sobre os efeitos da heteronormatividade dentro da escola. Os resultados indicaram que os níveis de rejeição às homossexualidades, lesbianidades e transexualidades, ainda que disfarçados por um discurso politicamente correto, revelaram o entrecruzamento de crenças solidamente fundamentadas no sexismo e no desconhecimento a respeito da sexualidade humana e suas possibilidades. Logo, percebe-se que este desconhecimento mantém preconceitos e tabus que podem estar tornando profissionais da educação guardiãs/ões da norma heterossexista, o que gera sofrimento dentro da escola. Estes resultados apontam para a necessidade de criação de políticas públicas voltadas não somente para facilitar a capacitação destas/es profissionais nos campos de estudos da sexualidade humana, mas, sobretudo para viabilizar a interdisciplinaridade dentro das escolas.

No tangenciar entre gênero e sexualidade, a transexualidade “borra” os regimes de verdades e das significações binárias. No seu trabalho, Santana, Polizel e Maio (2016) buscaram compreender quais representações as/os professoras/es encontram imersas/os e situadas/os ao assunto ‘transexualidade’. O estudo evidenciou que os/as docentes compreendem os indivíduos trans e vinculações emocionais, afetivas ou de autoconhecimento ou como desvio das normas. Portanto, quanto às dificuldades encontradas pelas/os entrevistadas/os sobre a temática das pessoas trans no espaço escolar, acabam responsabilizando estas pessoas ou a equipe pedagógica da escola, bem como outros/as estudantes ou a comunidade externa, pela violência que sofrem.

4. Descrição e apresentação do Seminário/Colóquio

Entende-se por mestrado profissional a modalidade de ensino de pós-graduação que tem por objetivo promover a qualificação profissional por “contemplar disciplinas e atividades centradas na reflexão crítica da prática profissional e no delineamento de caminhos para aperfeiçoá-la” (André, 2017, p. 829).

Este, por sua vez, viabiliza a “produção de conhecimentos está voltada para a solução de problemas práticos” (Barata, 2006, p.269) do contexto profissional no qual o sujeito está inserido. A partir do exposto tem-se o Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social (PPGIES) do Território do Sisal como um espaço de produção de diálogos que objetivam dar conta, dentro das suas possibilidades, das demandas que emergem do contexto educativo baiano.

Para que tais resoluções possam emergir tem-se a realização das atividades programadas dentro do programa. Entre elas cabe destacar o II Colóquio do programa realizado no dia 18 de agosto de 2023 no campus XI na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O referido evento, intitulado “Transexualidade e olhares multidisciplinares para e na construção de diálogos inclusivos”, contou com a apresentação de discussões a respeito das diversas violências e interdições enfrentadas pela comunidade trans e travesti dentro de espaços educacionais e sociais de modo geral. Para nortear as discussões a respeito disto estiveram presentes como palestrantes a secretaria municipal de cultura da cidade de serrinha, ativista trans e advogada Fernanda Borges, o professor e pesquisador Luiz Alberto da Silva Lima e o médico Ronaldo Antunes Barros.

A fala da advogada Fernanda Borges buscou endereçar discussões a respeito das diversas formas de violência que as pessoas trans e travestis vivenciam no seu cotidiano. Dentro dessa temática a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) apresentou no ano de 2023 o dossiê intitulado “Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022”. Nele são explicitadas as diversas formas de violência que a comunidade trans e travesti vivencia cotidianamente (Benevides, 2023).

O dossiê traz que o Brasil é o país que mais mata pessoas travestis e transexuais no mundo, com uma média anual de 121 assassinatos por

ano, enquanto o México, segundo colocado nesse *ranking*, apresenta uma média de 50 mortes por ano. Segundo dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), só no ano de 2022 foram 131 assassinatos. Entre os anos de 2012 e 2022 o que apresentou o maior número de mortes foi o ano de 2017 com 179 mortes, seguido pelo ano de 2020 com 175 e 2018 com 163 assassinatos (Benevides, 2023).

Cabe frisar que estes números são os oficiais e que as pesquisas indicam que a subnotificação ainda é uma problemática muito séria que precisa ser combatida, pois acaba por transparecer a falsa ideia de que a problemática não é tão grave. Destaca-se ainda que as violências se materializam contra as pessoas trans e travestis de diversas formas, desde a exclusão social que as coloca em situação de vulnerabilidade até eventos que favorecem para que estas sejam suicidadas.

Essa questão foi abordada pelo médico Ronaldo Antunes Barros, ao tratar do trabalho com pessoas transexuais e travestis o primeiro passo, segundo o referido expositor, é desenvolver um *rapport* para que essas pessoas compreendam que estão em um espaço seguro e que nele podem expressar as suas subjetividades e necessidades pessoais sem o risco de serem violentadas. Tendo em vista que estas pessoas vivenciam mais episódios de exclusão do que de inclusão, é, no mínimo, esperado que busquem desenvolver estratégias próprias de retração como forma de autopreservação. Tal postura profissional emerge como primordial para a produção de uma prática humanizada de acolhimento dessas subjetividades.

Essas afirmações corroboram com as demarcações de Cannone (2019), pois a autora supracita explicita que todo fazer profissional possui uma inclinação política e a práxis profissional que objetive a promoção de saúde efetivamente precisará atuar no cuidado e proteção de sujeitos invisibilizados. Assim despatologizar as subjetividades trans e travestis se apresenta como condição *sine qua non* para a materialização de um fazer humanizado. Neste prisma, estaremos fortalecendo as redes de combate ao fazer biomédico que defende a psiquiatrização dessas subjetividades que diariamente são assassinadas.

O professor e pesquisador Luiz Alberto da Silva Lima apresentou na sua fala o lugar da educação na interação com a comunidade Trans e Travesti. Nela o referido expositor buscou construir uma reflexão crítica que tivesse condições de elucidar os certames que envolvem

as relações sociais, historicamente constituídas, junto as pessoas Trans e Travesti.

Na ocasião ele citou as questões que envolvem o biopoder, trazendo como referência as afirmativas de Michel Foucault (1977) no que diz respeito à relação saber-poder e como as ações de exclusão educacional das pessoas Trans e Travesti faz parte de uma estruturação social baseada no patriarcado que almeja fazer o uso desses corpos como objetos de satisfação pessoal. Neste sentido, o educar entraria como uma estratégia de humanização desses corpos e os retiraria do lugar de objetificação. Portanto, cabe questionar: a quem é servido a exclusão/marginalização das pessoas Trans e Travestis do contexto educacional?

Outrossim, a inclusão educacional de pessoas Trans e Travestis além de servir como instrumento de emancipação delas também pode ser lida como uma prática de humanização desses corpos, além de possibilitar o combate as violências sociais direcionadas a essa comunidade, pois sujeitos empoderados dos seus direitos terão maiores condições de lutar contra as diversas formas de opressão. Lima (2020) concorda com tais afirmações e ainda cita como exemplo o programa “Brasil sem Homofobia” da secretaria de direitos humanos (2004) que objetivava o combate as diversas formas de violência a comunidade LGBTQIAP+.

5. Considerações finais

Diante do exposto entendemos que promover uma educação transviada é tensionar o sistema educacional como um todo: desde as políticas públicas que sustentam a educação nacional, passando pelos cursos de graduação que formam sujeitos que atuarão como profissionais nas escolas e universidades, até chegar às outras pessoas da comunidade escolar, de modo a fortalecer ações inclusivas para todas/es/os, em especial as pessoas trans e travestis, a fim de que tenham condições de expressar as suas subjetividades sem que isto lhes custem a saúde mental, nem a vida.

Uma educação transviada é, por conseguinte, uma educação que tem condições de estruturar atos educativos que materializem espaços e dispositivos de aprendizagens que tornem as escolas e universidades em ambientes salutarres para o desenvolvimento humano de todas as pessoas que se inter cruzam nos espaços de produção de saber. Portanto, a luta pelo reconhecimento da dignidade das pessoas

trans e travestis não devem ser privada apenas as pessoas de dentro da comunidade, mas de toda a sociedade. Entretanto, não podemos perder de vista o lugar de fala e as intencionalidades que permeiam essas falas, esses corpos, esses dispositivos de biopoder.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. MESTRADO PROFISSIONAL E MESTRADO ACADÊMICO: APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS. **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 17, n. 53, p. 823-841, 2017. DOI: 10.7213/1981-416X.17.053.A006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/8459>. Acesso em: 21 set. 2023.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022** / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) - Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023, 109p.

BENTO, Berenice. É o Queer tem pra hoje? Conversando sobre as potencialidades e apropriações da teoria Queer ao Sul do Equador. In: _____. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos** / Berenice Bento. - Salvador: EDUFBA, 2017. 329 p.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lurdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Ed. 15. Saraiva: 2018.

CALLOU, Tiago Alves; MASCARENHAS, Maria Eduarda Henrique; DINIZ, Priscila Ribeiro. **Transexualidade e educação: utilização do nome social como forma de inclusão no estado do Ceará**. 2018.

CAMPOS, Maria Eduarda Castelhana de; SILVA, Fabiane Ferreira da; BONETTI, Alinne de Lima. **Transexualidade na escola: um estudo bibliográfico sobre a produção educacional brasileira recente**. 2021.

CANNONE, Lara Araújo Roseira. Historicizando a Transexualidade em Direção a uma Psicologia Comprometida. **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 39 ed. esp. 03, 2019, p. 21-34.

CRUZ, Tânia Mara; SANTOS, Tiago Zeferino dos. Experiências escolares de estudantes trans. **Revista Reflexão e Ação**, v. 24, n. 1, p. 115-137, 2016.

DE CARVALHO, Guilherme Paiva; DE OLIVEIRA, Aryanne Sérgia Queiroz. **Gênero, transexualidade e educação: reconhecimento e dificuldades para emancipação**. 2018.

DO PRADO PUGLIA, Joana; GARCIA, Edna Linhares. Sexismo na escola: Presente! **Cinergis**, Vol.17(3), 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977, 176p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GONZALEZ REY. **Subjetividade, complexidade e pesquisa em Psicologia**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

LIMA, Tatiane. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 70-87, 2020.

MARIA, Vanessa Andriani. TRANSEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: DESAFIOS ALÉM DO CURRÍCULO. **Revista Alembra**, v. 3, n. 6, p. 117-130, 2021.

OLIVEIRA, Flaviana de Freitas; KLEIN, Ana Maria. Transexualidade e educação em direitos humanos: trajetórias e conquistas no Brasil. 2019.

PAMPLONA, Renata Silva; DINIS, Nilson Fernandes. A TRANSEXUALIDADE EM QUESTÃO: problematizações nos contextos educacionais. **Itinerarius reflectionis**, v. 13, n. 2, p. 01-24, 2017.

PAZÓ, Cristina; SALLES, Geiziele; ZAGANELLI, Juliana. A TRANSEXUALIDADE E O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO. **Revista de Direito Brasileira**, v. 11, n. 5, p. 239-258, 2015.

RIBEIRO, Luiz Paulo; DA COSTA, Mariana Esteves. "EU NÃO DOU CONTA DISSO": REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA SOBRE ALUNAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Diversidade e Educação**, v. 10, n. 2, p. 268-293, 2022.

SANTANA, Naomi Neri; POLIZEL, Alexandre Luiz; MAIO, Eliane Rose. As/os trans são vistas/os na escola?. **Revista Ártemis**, v. 22, n. 1, 2016.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis. **Cadernos de pesquisa**, v. 45, p. 630-651, 2015.

SANTOS, Émerson Silva; LAGE, Allene Carvalho. Gênero e diversidade sexual na educação básica: um olhar sobre o componente curricular Direitos Humanos e Cidadania da rede de ensino de Pernambuco. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 10, n. 22, p. 2, 2017.

TORRES, Marco Antônio; PRADO, Marco Aurélio. Professoras transexuais e travestis no contexto escolar: entre estabelecidos e outsiders. **Educação & Realidade**, v. 39, p. 201-220, 2014.

DISCUTINDO A SURDEZ À LUZ DE ESTUDOS ACERCA DA TRANSEXUALIDADE: APROXIMAÇÕES NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Thaiana Ferreira dos Santos

Resumo

Este artigo retrata aproximações teóricas sob a perspectiva inclusiva entre transexualidade e o campo da surdez. Baseou-se na experiência do II Colóquio de 2023 do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em uma palestra bastante profícua para esta produção. Nesse sentido, a presente escrita objetiva apresentar reflexões relativas às condições de invisibilidade social vivenciada por pessoas transexuais e pessoas surdas. Para tanto, utilizamos a metodologia bibliográfica sob contribuições de Marconi e Lakatos (2003). Outrossim, como aporte teórico atestamos as falas de Nascimento (2022) com uma discussão sobre identidade no viés da transexualidade, concomitante às interlocuções balizadas por Moreira (1998), ao recordar as identidades surdas no processo de sexualidade, dentre outras contribuições. Salientamos a importância das interlocuções deste texto, e esperamos, portanto, contribuir para/na desconstrução de preconceitos estereótipos existentes.

Palavras-chave: Transexualidade. Surdez. Perspectiva inclusiva.

1. Introdução

A presente tessitura emerge da experiência advinda do II Colóquio realizado pelo Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) *Campus XI-Serrinha-BA*, com introdução de temática de grande cunho acadêmico e social, a transexualidade correlacionando com multidisciplinaridade e inclusão. Nesta chamada crítica, tivemos a

oportunidade de mapear as afinidades dessa abordagem com aspectos relativos ao campo da surdez.

Este trabalho possui também grande interlocução com o Grupo de Pesquisa Educação Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS), por fomentar discussões caras, como as teorizações elencadas nesta escrita, bem como implicação com a autora, haja vista integrar o referido Grupo de Pesquisa. Destacamos também a realização do evento outrora citado de acordo ao calendário de atividades previstas pelo programa, acontecendo assim no segundo semestre denominado 2023.2.

Nesse sentido, as discussões explicitadas neste texto, são correlatas a perspectiva inclusiva com destaque na violação de direitos prevalentes na sociedade, os quais, de certa forma, coadunam numa (in)visibilidade de pessoas transexuais e surdas. De igual modo, é possível afirmar a aderência dessa abordagem, haja vista serem pessoas militantes na luta por melhorias de direitos sociais.

Para fins de organização, o trabalho está dividido em seções temáticas, indubitavelmente necessárias para o nosso entendimento. A primeira seção, discorre sobre as aspirações metodológicas, têm como intuito aludir os procedimentos da escrita, ancorando-se no método de pesquisa bibliográfica. Vislumbra a importância da consulta a textos já realizados, revisados e publicados, como também obras relacionadas à temática pretendida em um novo trabalho.

As seções subsequentes viabilizam três discussões, a saber: “Breve estudo sobre transexualidade e suas interlocuções com a comunidade surda: olhares inclusivos”, “A identidade surda e falas sobre o assujeitamento na transexualidade: o labirinto das/para discussões” e “Experiências e vivências: o protagonismo de uma trans apresentado no II Colóquio no Programa de Pós-graduação MPIES”. Oportuniza a apreensão de conhecimento teórico, como também a experiência e o protagonismo de uma pessoa participante do evento.

Ao final, apresentamos as principais considerações deste texto, retomando as ideias principais com as evidências mostradas nessa escrita. Acreditamos na importância de fomentar esse tipo de temática, e esperamos com o avançar da leitura neste artigo, bem como dos estudos apresentados e de outros passíveis de serem realizados, desmistificar estereótipos e preconceitos ainda enfrentados por pessoas transexuais e surdas no âmbito social.

2. Aspirações metodológicas: procedimentos da/para escrita

Metodologicamente o presente texto inspira-se em dois aspectos imprescindíveis para/no constructo de conhecimento, a saber, teórico e prático. O trabalho científico está intrinsecamente elencado nestes dois parâmetros citados, haja vista entendermos os textos já publicados como inspirações sobre a temática pretendida, e fontes de legitimidade para vozes tecidas neste artigo. Destarte, é notório reconhecer o quanto as vivências agregam discussões para as escritas, por se tratar de ações da nossa práticas, justificando assim, as pretensões metodológicas deste trabalho.

Teoricamente, a presente escrita está ancorada nas acepções de pesquisa bibliográfica, pois segue pressupostos já destacados em estudos anteriores. Foi realizada uma consulta nos textos disponibilizados pelo MPIES, sobre o **II Colóquio : Transexualidade e olhares multidisciplinares para e na construção de diálogos inclusivos**, um evento organizado pelos responsáveis do programa e realizado no dia 18 de agosto de 2023. O nosso apanhado teórico enfoca discussões de Marconi e Lakatos (2003), pois explicitam faces importantes sobre o levantamento de dados para a construção dos textos científicos. Reconhecendo a necessidade desta seletividade de informações, partimos do seguinte entendimento,

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 158)

Sendo assim, instituímos o cunho bibliográfico como indispensável para as inspirações desta escrita por apresentar interlocuções entre duas temáticas de extrema aderência para/no meio acadêmico. As diversas literaturas disponibilizadas e consultadas atribuíram a este trabalho, um cunho de aproximações entre as abordagens elencadas no decorrer da presente tessitura de cunho científico e acadêmico.

Oportunizamos aqui, a horizontalização da discussão no âmbito da inclusão, sendo portanto, possibilidades fecundas de possíveis interlocuções para as produções acadêmicas.

3. Breve estudo sobre a transexualidade e suas interlocuções com a comunidade surda: olhares inclusivos

A transexualidade é considerada uma temática emblemática por se tratar de um enfrentamento relacionado a uma auto aceitação, bem como a do outro, em outras palavras, da sociedade. Este é considerado um assunto passível de muitas interpretações, ou tentativas de compreensões. Entendemos como um grande desafio tecer sobre este tema, conquanto, é possível perceber as interlocuções entre essa nuance, com a realidade de pessoas surdas. Assim, intentamos descrever, os desafios encontrados no tocante às apreensões sobre essa as intersecções deste tema em congruência as postulações sobre a identidade surda. O crescente fomento em pesquisas alusivas à transexualidade visa descortinar os desafios enfrentados por esse público, sobretudo mulheres trans negras. Para um melhor entendimento Nascimento (2022, p. 550) argumenta,

No Brasil, travestis e mulheres trans, muitas delas negras, em movimentos organizados e, nos últimos anos, inseridas cada vez mais em espaços universitários e pesquisas acadêmicas, passaram a dar visibilidade a uma perspectiva transfeminista para denunciar os violentos efeitos das transfobia, do racismo, do sexismo e do heteropatriarcado na vida de pessoas transfemininas e, além disso, para destacar a centralidade das construções e desconstruções de gênero em corpos trans que não foram designadas (pelos poderes médicos) como femininas ao nascer e assumiram suas identidades para além dos determinismos binários.

À guisa de estabelecer um primeiro paralelo com a discussão pretendida, em relação à pessoa surda, o enfrentamento está relacionado às barreiras comunicativas existentes na sociedade. No Brasil, temos políticas públicas de amparo aos direitos desse público, porém, existem lacunas, as quais dada as dificuldades em garantir o seu cumprimento ou adequação, perduram-se diversos embates. Nesse aspecto, a surdez,

atrelada ao campo das discussões concernentes a inclusão social, possui a característica no aspecto intrinsecamente ligado a diferença, que, por sua vez, considerando as interlocuções entre as temáticas elencadas neste trabalho, carrega um fator opressor porque,

Quando pensamos na surdez como um fator de diferença (e, portanto, também como um marcador de opressão e vulnerabilidade como já salientado), não localizamos um grupo ou uma organização (assim como a ANTRA no caso das pessoas trans) que realize a sistematização de violência contra pessoas surdas. Devido à ausência de informações específicas às pessoas surdas, estendendo a pesquisa para dados acerca da violência contra Pessoas com Deficiência (PCD), até o ano de 2009 não havia nenhum órgão responsável pela sistematização dos dados sobre violência contra PCDs[...] (MATEUS, 2022, p. 14).

Percebemos um silenciamento e insuficiência de dados e de estatísticas com vistas à uma análise quantitativa, conquanto, as que são divulgadas, certamente não são/serão expostas como realmente acontece. Este movimento nos conclama a apresentar uma reflexão com aportes teóricos sobre a identidade surda em com aproximações à discussão correlatas à transexualidade, para tanto considerada tão cara e necessária no meio acadêmico e na nossa sociedade. A seguir é apresentado um leque de reflexões pertinentes com significativas participações das dimensões identitárias fulcral da comunidade surda e suas interlocuções com a transexualidade .

4. A identidade surda e falas sobre o assujeitamento na transexualidade: o labirinto das/para reflexões

Estudos sobre a identidade surda são recorrentes, diversas escritoras (surdas) se empenham no fomento de reflexões passíveis a contribuir para sanar necessidades de fomento teórico relacionadas a essa vertente (PERLIN, 1998; STROBEL, 2018). No tocante a este estudo e suas relações com a transexualidade, temos a possibilidade de horizontalização das ideias, com vistas a inclusão de pessoas surdas e transexuais, rompendo o assujeitamento das suas falas. Para tanto, acreditamos no protagonismo social, e também reconhecemos as múltiplas identidades imbricadas nas visões sobre gênero e sexualidade.

Os deslocamentos de uma identidade para a multiplicidade de identidades desestruturam aspectos e , também as visões de gênero e sexualidade, entre outros, assim como modifica, ainda, o mapeamento arquitetônico desse campo de conhecimento. Então, a paisagem, o lugar onde esse sujeito multifacetado andar é construído e se constitui como uma teia, que é tecida nas relações de poder e saber; mas, com a mobilidade necessária para aceitar cada detalhe, cada particularidade, como uma nova face, que está sempre aberta para um novo olhar. (MOREIRA, 1998, p.97)

Conforme afirma a autora, as identidades são passíveis de deslocamentos, os quais implicam em consequências que reverberam positiva ou negativamente na vida de cada sujeito. O lugar onde habita e constrói “teias de relações”, contribui, sobremaneira para sua aceitação. Esse deslocamento por sua vez, pode ter uma interlocução com a falta de informação, que também reflete nas barreiras comunicativas, ou as próprias interpretações deturpadas geradas na sociedade.

A falta de conhecimento sobre a identidade surda, e suas multi-formes apresentações, corrobora numa atitude hegemônica e seletiva, a qual, em algumas situações, os surdos só têm acesso ao conteúdo considerado interessante na visão das pessoas ouvintes que desconhecem as necessidades da comunidade surda. Desta forma, como seria possível viabilizar a inclusão social destes sujeitos, se a sua maior necessidade, é em parte solucionada? A inclusão começa na aceitação da língua de expressão do surdo, assim, as percepções sobre esta nuance intercalam também com afinidades atinentes à sexualidade que, embora o bojo deste texto seja sobre a transexualidade, não tangenciamos a necessidade de expor contribuições desta premissa que se faz essencial a nossa proposta.

A sexualidade (sexo) é sempre tratada pelo enfoque biológico-funcional e psicológico, em termos prescritivos e reguladores. Isto é, a sexualidade aparece sempre ligada à maternidade e aos órgãos sexuais. Entretanto, observa-se, na discursividade textual, que as investigações, ao apontarem para a sexualidade se diluem e o sujeito surdo é referido como “incapaz” de receber informações e experiências relações no seu cotidiano. A preocupação retorna ao “fazer-falar, centrado no sujeito surdo, reduzindo a um ouvido doente. (MOREIRA,, 1998, p. 102).

Nessa perspectiva, relacionamos também a importância de dialogar sobre a transexualidade como a modificação do corpo, ou seja, uma transição, em outras palavras, trata-se “e uma coerência entre as estruturas físico-corporais e as expectativas de gênero que desejam viver” (ROCON, et.al, 2019, p. 2). São diversos os desafios e entraves encontrados pela pessoa ao passar por esse processo, e quando se infere as possibilidades de identidades de uma pessoa surda, cabe-nos refletir sobre as diversas subjetividades construídas ao longo de suas experiências, porque é um processo conflituoso, tendo em vista as intervenções necessárias numa sociedade majoritariamente ouvinte, a desconstrução de perspectivas deturpadas agrega as nossas menções que vislumbram o enfrentamento das invisibilidades sociais existentes. Nesse sentido,

Tentando pensar o sujeito surdo dentro de uma perspectiva pós-moderna, posso dizer que há múltiplas identidades surdas em construção. Elas se manifestam conforme os sujeitos são contados ou chamados a narrarem as diferentes experiências e subjetividades. Acredito que todos os surdos possuem, entre outras, uma identidade surda, porém esta se apresenta de forma variada ou de acordo como estes são representados. (MOREIRA, 1998, p. 117)

Sendo assim, nos propomos a manifestar uma ponte desta discussão para uma situação corriqueira, o assujeitamento tido como um processo de resistência. Percebe-se a lutas constantes pelo espaço no meio social, e quando mencionamos esse assunto, as pesquisas apontam “lentamente, a cada nova geração, novas conquistas vão sendo agregadas e paulatinamente se conquista o espaço à custa do cruzamento entre assujeitamentos e resistências à ordem normativa” (ANDRADE, 2012, p. 243). Hodiernamente, temos à disposição políticas públicas como subsídios na promoção de direito para todas as pessoas, no entanto, percebe-se o quanto precisam ser melhoradas no tocante às invisibilidades enfrentadas por surdos e pessoas transgênero, e propor uma atuação mais efetiva. Acerca disso, a Constituição Federal (CF) de 1988 assegura,

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de

todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988)

A CF ratifica o desenvolvimento igualitário para todas as pessoas sem distinção, e por serem incipientes as discussões sobre transexualidade, o Poder Público muitas vezes, tangencia a responsabilidade em promover o bem estar desse público especificamente. As leis acabam funcionando muito superficialmente, os surdos, por sua vez, em termos legais, possuem muitas políticas públicas inclusivas, contudo, a acessibilidade, por exemplo, é a última coisa a se pensar em alguns casos.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) no art. 3 configura o direito de acessibilidade, e ainda descreve sobre, o não cumprimento deste, acarreta em barreiras comunicativas e na informação descrevendo como “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação”[...] (BRASIL, 2015, art. 3, IV).

Isso agrega aos nossos desejos de propor e propiciar diálogos inclusivos, reproduzindo mais trabalhos voltados para essa tônica, sob uma abordagem voltada para a comunidade surda, pois reconhecemos como conhecimentos imprescindíveis para banco de produções acadêmicas com alargamento teórico. Na próxima seção, provemos ao leitor, a oportunidade de conhecer a inspiração deste trabalho Para tanto, as próximas tessituras discorrem sobre a experiência do II Colóquio realizado pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) sob contribuições voltadas para a transexualidade e inclusão.

5. Experiências e vivências: o protagonismo de uma trans apresentado no II Colóquio no Programa de Pós-graduação MPIES

A presente seção intenta descrever um breve relato de experiência do segundo Colóquio ocorrido no dia 18 de Agosto de 2023, promovido pelo MPIES na cidade de Serrinha-BA. O evento expôs uma temática cara para o âmbito acadêmico e social, tendo como título: Transexualidade e olhares multidisciplinares para e na construção de diálogos inclusivos. Trataremos deste assunto nesta seção, fazendo uma interlocução com a proposição de inclusão de pessoas surdas, pois percebe-se uma

similaridade existente entre as temáticas, no tocante às condições de vulnerabilidade e/ou invisibilidade de seus direitos.

O II Colóquio adotou como organização uma exposição dialogada tendo à disposição uma professora mediadora, profa. Dra. Isabelle Sanchez Pereira (Diretora da UNEB/Campus XI) e três expositores, a saber, Esp^a. Fernanda Borges (Secretária Municipal de Cultura de Serrinha), Prof^o Ms. Luiz Alberto Lima (UNEB/FAT) e Ms. Ronaldo Antunes Barros (atuante na Universal Day Hospital).

A exposição das falas, *a priori*, foi protagonizada pela especialista Fernanda Borges, responsável por elencar sua vivência como mulher trans. Desse modo, fez uma ponte com os diversos aparatos teóricos existentes com o propósito de referendar as suas ideias, demarcando a imprescindibilidade de estar no lugar de fala. Foram arguidas falas com contribuições de Andrade (2012), incidindo elocuições sobre o assujeitamento de pessoas trans em ambientes educacionais, tratando como sinônimo de resistência. Também foram explicitadas ponderações sobre a vertente transfeminista, perpassando pelo preconceito sofrido por mulheres trans negras, segundo as reflexões de Nascimento (2022), além de outras acepções.

O evento contou também com a contribuição de outros dois expositores, já mencionados nesta seção. Os convidados apresentaram concepções subliminares à nuance de transexualidade, as quais notadamente fizeram luz às nossas perspectivas relativas às invisibilidades sofridas pelo público aludido neste trabalho. Nesse sentido, realizamos interlocuções com as teorizações, e enfatizamos os impasses vivenciados pelas comunidades surdas. Doravante, as indagações descortinadas pela especialista citada neste tópico, representarão grandes avanços condizentes com a temática elencada para/no fomento de trabalhos multidisciplinares.

Retomando ao que foi balizado, apresentamos aqui as proximidades da temática da transexualidade em consonância com as dificuldades enfrentadas pela comunidade surda, sob uma perspectiva voltada à integração de olhares inclusivos. No bojo das nossas discussões, as barreiras comunicativas sofridas por pessoas surdas, demarcam aspectos denotadores de uma invisibilidade latente, pois “se os enxergo, enxergo antes minhas alegações sobre o fato de não haver sido preparada a conviver com algo tão discrepante do meu parâmetro de normalidade” (SOARES, 2020, p. 32).

A sociedade impõe a estranha dicotomia da (a)normalidade. Com o fomento de discussões relativas a essa vertente, talvez, quem sabe, possamos desmistificar os diversos preconceitos implicadores de entraves sociais para os sujeitos citados neste artigo. A seguir, são apresentadas as considerações finais deste breve estudo.

6. Considerações finais

As ponderações deste texto, trouxeram à baila a interlocução entre a temática transexualidade imbuída no processo de enfrentamento das invisibilidades, similarmente às barreiras vivenciadas pela comunidade surda sob uma perspectiva inclusiva. Abordar aspectos relacionados à inclusão, torna-se um desafio, quando faz-se mister correlacionar nuances as quais, *a priori*, demonstram ser distintas, no entanto, apresentam anseios afins, sobretudo, nas questões relacionadas à inclusão social.

As acepções teóricas utilizadas para/na construção desta produção acadêmica permitiram descortinar as simetrias existentes nas temáticas, demarcando um extremo cunho social. Nessa perspectiva, as falas se manifestam com intuito de prover a “multidisciplinaridade para e na construção de diálogos inclusivos”, fala extraída do II Colóquio 2023 realizado pelo MPIES e UNEB/Campus XI.

O dinamismo para se promover a inclusão de pessoas surdas nas sociedades permeia o campo das políticas públicas, e essas precisam ser factíveis, no sentido de desconstruir as barreiras comunicativas responsáveis por subjugar a comunidade surda a uma invisibilidade latente.

Nessa direção, nos debates consoantes aos direitos de pessoas transexuais, no entendimento das diretrizes existentes, acreditamos na importância não apenas da garantia de leis específicas, como também do processo de visibilidade social. Sendo portanto, uma estratégia pensada numa conscientização de/no reconhecimento social. Portanto, por considerar a relação entre as invisibilidades vivenciadas tanto por pessoas transexuais, como por pessoas surdas, julgamos importante a presente discussão, pois descortinou as disparidades existentes e embrionou a multidisciplinaridade e semelhanças, principalmente no tocante ao aspecto social, como ilustram os preconceitos e estereótipos enfrentados por esse público. Sendo assim, reforçamos mais uma vez a importância das políticas públicas para garantia e respeito

à dignidade, com vistas à reconhecer e respeitar as idiossincrasias existentes, possibilitando a sua participação ativa na sociedade.

Referências

BRASIL, **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003. Bibliografia ISBN 85-224-3397-6

MATEUS, Idris Bonilha. **Surdidade e Transgeneridade**: Afastamentos e Aproximações. Universidade Federal de São Carlos Centro de Ciências Humanas (CECH) Departamento de Psicologia Bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa, 2022.

MOREIRA, Sandra Zanetti. **A mulher surda e suas relações de gênero e sexualidade**. In: A surdez: um olhar sobre as diferenças/ org. de Carlos Skliar. - Porto Alegre: Mediação, 1998. 196 p.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. Epistemologias transfeministas negras: perspectivas e desafios para mulheridades múltiplas. Estudos Históricos Rio de Janeiro, **vol 35**, nº 77, p.548-573, Setembro-Dezembro 2022.

PERLIN, Gladis T. T. **Identidades surdas**. In: A surdez: um olhar sobre as diferenças/ org de Carlos Skliar. - Porto Alegre: Mediação, 1998.

ROCON , Pablo Cardoso; SODRÉ, Francis; RODRIGUES, Alexsandro; BARROS Maria Elizabeth Barros de ; WANDEKOKEN, Kalen Dettmann . Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. **Interface (Botucatu)**. 2019; 23: e180633. <https://doi.org/10.1590/Interface.180633>.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda/** Karin Strobel. 4. ed .I. reimp. - Florianópolis: Ed. da UFSC, 2018.

TRANSEXUALIDADE: AS/OS CORPAS/OS EM INFLEXÕES SOCIAIS SUBVERSIVAS

*Fabricia Santos de Jesus
César Costa Vitorino*

Resumo

Esse trabalho tem como objetivo refletir elementos que possam contribuir acerca da transexualidade enquanto dimensão própria da humanidade. Para tanto, apresentamos produções de pensadoras e pensadores críticas/os de gênero e suas análises acerca da constituição social moderna, em torno da universalização da ideia de binarismo de gênero, e a instituição desta constituição como caminho exclusivo de inteligibilidade dos corpos. Discutimos também os impactos da organização social binária na existência de corpos transexuais, a partir da narrativa da intelectual Jota Mombaça (2021).

Palavras-chave: gênero; corpos; inteligibilidades

1. Introdução

Quem observou atentamente o discurso de Fernanda Borges, secretária de cultura do município de Serrinha- Ba, durante o II Colóquio, “Transexualidade e Olhares Multidisciplinares para e na Construção de Diálogos Inclusivos”, ocorrido em agosto de dois mil e vinte e três em auditório do campus XI da UNEB, percebeu a oratória da secretária que exclamou acerca da complexidade de sentir-se com a mira na testa, fato que faz de seu viver impregnado de memórias doloridas, pontuou Fernanda Borges. Constituir coletividades foi segundo essa palestrante, o ambiente estratégico de sobrevivência. Esse trabalho surge como proposta de desdobramento acerca de seu discurso, e as discussões que ampara a temática transexualidades, na perspectiva de compreender as vertentes que subsidiam o processo de hostilidade aplicado a corpos sexuais em suas experiências em transexualidades.

Diante disso tece o diálogo com Jota Mombaça (2021) e suas considerações sobre a regulação de corpos e o atravessar esse complexo sistema de binaridade que transforma o mundo em trama e as dores de quem rompe com a regra social posta. Visando contribuir com a reflexão acerca de gênero, esse trabalho é construído a partir de discussões críticas da organização social imbricadas em gênero.

2. Metodologia

Pesquisa de cunho bibliográfico a partir das teóricas Oyèwùmí, (2021) e Louro(2000), que ampara-se como ponto de partida nas discussões realizadas no II Colóquio Transexualidade e olhares multidisciplinares para e na construção de diálogos inclusivos efetivamente a partir das contribuições discursivas da convidada palestrante Fernanda Borges e suas experiências enquanto mulher trans no contexto de negações da sua existência, sociais no campo social construído subjetivamente. No intuito de melhor compreender fatores que sustentam o cenário não inteligibilidades, esse trabalho vale-se de diálogo entre as pensadoras Butler (2023) e Bento (2012) e suas análises acerca de gênero, heteronormatividade e seus impactos nas experiências de vidas transexuais.

3. Desenvolvimento

“Se Deus fosse mulher, para saudá-la você se curvaria? Se Deusa fosse mulher, favelada, analfabeta, popular, Yalorixá, LGBTrans, como seria tua reação? Na Igreja ou Terreiro ou Boate dela você entraria? [...]” (JESUS, p.237)

Para refletir acerca do binarismo o homem Gay, poeta, escritor, Valdeck de Jesus (2020), traz para o primeiro plano de discussão, a análise da imagem construída socialmente de Deus problematizando a constituição do poder, vinculada ao corpo masculino por meio de um sarcasmo poético que busca do/da leitor /a uma tomada crítica, individual e coletiva acerca das percepções perante questão de gênero e, em especial a ideia de inferioridade atribuída ao que conhecemos como feminino, bem como, seus desdobramentos. Afinal, questiona Valdeck de Jesus, “Se Deusa fosse mulher, você teria respeito? Colocaria uma

imagem dela no peito? Faria desenho, estátua de uma Redentora no Corcovado?” (2020, p.237) Logo, um debate complexo e necessário que versa no anseio por caminhos e diálogos que nos ampare para pesarmos a estrutura política e social hegemonicamente estabelecida para as categorias gênero e sexo e os lugares de poder, ou não poder, associados a elas.

Segunda a autora Oyéwúmi (2021), no ocidente as sociedades são constituídas por corpos e como corpos. Ao corpo são ofertadas lógicas particulares, visto que é nele que se estrutura a ordem social, é pela visão de corpos e suas distinções que o ocidente justifica as classificações e hierarquias. Para essa autora, diferenças e hierarquias estão consagradas nos corpos; e os corpos consagram as diferenças e as hierarquias, fazendo parte das dualidades hierarquicamente ordenados. Para Oyéwúmi (2021, p.35), “No ocidente desde que a questão seja a diferença e a hierarquia social, o corpo e constantemente colocado, posicionado, exposto e reexposto como sua causa.” Cabe salientar que Oyewúmi pontua que na cultura ocidental as explicações biológicas são os subsídios utilizados para diferenças de gênero, é o determinismo biológico que concede a lógica para organização do mundo social.

Neste tocante, o que é posto enquanto “diferente” é sustentado enquanto hipoteticamente em condições biológicas inferiores, portanto socialmente categorizado como dessemelhante, subordinado. Neste âmbito, as mulheres, corpos sem pênis, foram organizadas em formato diferente perante a lógica que estabelece cidadania. Corroborando com o pensamento acerca da colonialidade, Mbembe(2018) considera que a construção do ‘outro’ em desumanização se constitui a partir das identificações de diferenças. Para esse pensador, a ordem colonial estabeleceu uma classificação hierárquica de espécies e subespécies. Já para Louro(2000), o ‘outro’, o qual não possui os mesmos atributos, é produzido a partir de demarcador social em poder constituído, logo a desigualdade é estabelecida construindo novas identidades, essas são, estruturadas pelas relações de poder na qual são fixadas.

Em mesmo sentido, Butler (2023) explica que a marca do gênero que questiona o ser, se menino, ou se é menina, aparece como qualificador de humanidade. Assim pessoas que extravasam essa binaridade são consequentemente desumanizadas. Para essa autora o dessemelhante, o outro, surge da relação binária estruturada entre, cultura e natureza.

Nesta compreensão, ela invoca problemas de gênero, analisando a narrativa teórica feminista, e os discursos de pensadores de gênero.

No âmbito feminismo, essa autora reflete a busca deste movimento, por uma origem da opressão em um tempo anterior ao patriarcado. Essa busca, pelo início, revela uma narrativa pré-histórica que finda em justificar o estado contemporâneo. Para Butler(2023) esse retornar desempenha papel problemático de idealizar um passado onde exista uma feminilidade original ou genuína, afastando, assim, uma crítica sob a perspectiva de gênero enquanto uma complexa construção. Assim, ela aponta que no seio do movimento, algumas feministas teceram a crítica reflexiva perante a leitura do patriarcal e sua universalização. Afinal essa universalização patriarcal, desempenha papel anulante aos diferentes contextos culturais, sendo a relação estabelecida contra a opressão racial e colonialista o lugar de análise diante a estratégia colonizadora de subordinar por distintas formas de dominação.

Em parâmetro decolonial, Butler(2023), problematiza a teoria feminista e propõe um deslocamento de análise da categoria gênero, nos convidando pensar o limite lógico de distinção sexo/gênero e a descontinuidade radical entre corpos e gêneros culturalmente construídos, refletindo neste sentido que talvez sexo seja também assim como gênero, uma construção social. Neste âmbito, questiona o seguinte: em que medida as práticas reguladoras imbricadas desde a capacidade de linguagem a deliberação do moral, constituem a identidade e coerência interna das pessoas? Para Butler(2023), gênero é inteligível, ou seja participa do reconhecimento existencial das pessoas, sendo definido a partir de um nexos que fundamenta uma relação de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, logo a constituição e legitimação de heterossexualidade do desejo ou uma ordem em heteronormatividade.

Sob essa estrutura define-se corpos admitidos antologicamente. Esse pressuposto subsidia a ideia de que identidades de gênero outras parecem falhas do desenvolvimento, ou impossibilidades lógicas, aponta a autora, e isso ocorre pela condição de que pessoas que diferem do modelo posto, não se conformarem com as normas da inteligibilidade cultural. Neste âmbito Butler(2023), explica que, é a matriz cultural, instituída pelas leis culturais, que estabelece e regula a forma e o significado de sexualidade. Suas considerações revelam, que a instituição

da heterossexualidade do desejo e/ou heteronormatividade, são produtores de oposição discriminatória entre masculino e feminino, bem como, sustentam a ideia acerca de identidades de gêneros que podem e as que não podem existir.

Essa regulação binária da sexualidade, opera por desumanizar corpos e/ou imagens corporais que estejam fora do modelo de generalizado e legitimado pela matriz cultural. A intelectual examina que “A marca do gênero parece “qualificar” os corpos como corpos humanos” (BUTLER, 2023, p.193).

A crítica de Butler acerca da heteronormatividade ampara sua discussão sobre o problema de gênero, sendo esse, elemento que opera para definição de quais pessoas importam, quais serão excedentes, quais serão validados, pensados para cuidado, e em rede de proteção, e/ou, em políticas públicas ou não. As análises de Butler propõem outras possibilidades de pensar gênero e sexo, os movendo da ordem até então defendida em que sexo é natural do corpo e gênero é construção cultural. Em suas reflexões indagativas, gênero poderia ser constituído a partir de qualquer corpo sexuado, sendo ambos, gênero e sexo, construção social.

Objeto de interesses de suas leituras críticas, a ideia de gênero sugere para Butler um lugar definido para corpos diferenciados anatomicamente, corpos atuados passivamente por um determinismo de uma lei cultural inexorável. Fato que coloca fronteiras e limites da realização do gênero pensadas a partir da estrutura binária, realizada pela racionalidade universal instituída pelo sistema ocidentalizado. Nestes termos Butler(2023), nos revela que fora deste limite imaginável da binaridade opera-se, o mecanismo de coerção. Por essas lentes, passamos a pensar acerca das práticas de subalternização e negação de pessoas. Tais considerações da autora reverbera nas palavras repletas de sentimentos e saberes de Mombaça (2021). Em sua obra intitulada “Não vão nos matar agora”, a artista interdisciplinar aborda o mundo como local de trauma. Mombaça (2021), descreve o cenário de dor vivenciado por ela enquanto corpo que não apresenta -se na lógica da heteronormatividade. Segunda ela, essas pessoas cuja existência social é mantida pelo terror, são também aquelas que nunca tiveram paz como opção.

Ao dialogarmos a reflexão de Butler(2023), acerca da inteligibilidade garantida àquelas pessoas cuja as relações de sexo, gênero, prática

sexual e desejo estão instituídas em coerência as inscrições culturais postas, ampliamos os limites do entendimento para analisarmos corpos que subvertem a condição cultural organizacional da sociedade. Neste sentido, é preciso dedicarmos atenção para corpos que rompem os limites estipulados pelos gêneros, realizando suas inteligibilidades, ou seja, para a experiência da transexualidade. Frente a isso, aportamos nossas análises trazendo para discussão Bento(2012), e suas contribuições conceituais. Segunda essa intelectual transexualidade é,

Uma das múltiplas expressões identitária que emergiram como uma resposta inevitável a um sistema que organiza a vida social fundamentada na produção de sujeitos 'normais/anormais' e que localiza a verdade das identidades em estruturas corporais (BENTO, 2012, p.13).

Enfatizando transexualidade enquanto experiência identitária que rompe com as normas na contemporaneidade de limites estabelecidos para gênero, Bento(2021), apresenta que não há nenhum tipo de alteração de estruturas cromossômicas em pessoas que vivem a experiência transexual sendo as normas de gênero a delimitação que opera as opressões.

Os valores que organizam a ideia simplista de binaridade de gênero estão subsidiados pelo poder instituído na heterossexualidade, assim, "corpo sexuado e a suposta ideia da complementaridade natural, que ganha inteligibilidade através da heterossexualidade, é uma contínua e incessante materialização intencionalmente organizada, condicionada e circunscrita pelas convenções históricas, e que se apresenta como a-histórica (BENTO,2021, p.16). Nesta lógica a vagina conclui para o feminino e pênis para o masculino não contemplando outras possibilidades de existências sexuadas e humanas, tornando complexo o pensar transexualidade. A autora acentua a importância das interações cotidianas e sua organização simbólica que reproduz o campo binário e simplista dos corpos sexuados. Para Bento (2021), antes de nascer o corpo já está vivenciando o gênero, quer dizer, já está inscrito em campo discursivo. Comemorações e expectativas para descobrir qual o "sexo" do feto, ilustra esse determinismo binário. Sexo, portanto, é norma constituída que qualifica e pode humanizar corpos. (BENTO,2021, p.21) "O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história do processo de (re)produção sexual".

Nesta conjuntura, signos corporais são indicadores de lugares em inteligibilidade, seus desdobramentos são complexos e nocivos. Expressivamente revelado nas denúncias do Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, onde dados informam que a expectativa de vida de uma pessoa transexual no Brasil, não passa de 35 anos. Segundo o mesmo estudo, em 2022, houve 273 mortes LGBT de forma violenta, sendo 159 pessoas travestis e/ou mulheres transexuais. Essa realidade responde o mundo trauma de Mombaça(2021), e o que ela define como ficção de poder proliferado e fazendo efeito. Sua existência, ela pontua, é diariamente lida como ofensiva por esse regime político cuja a heterossexualidade é continua e, então,

Os olhares acostumados ao mundo dividido em vaginas-mulheres-feminino e pênis-homens-masculino ficam confusos, perdem-se diante de corpos que cruzam os limites fixos do masculino/feminino e ousam reivindicar uma identidade de gênero em oposição àquela informada pela genitália. (BENTO,2021, p.11)

Mombaça (2021) socializa em sua narrativa o quanto adoecedor e letal é existir em um mundo organizado arbitrariamente em hegemonia binaria de gênero. Escapar deste limite instituído é gerar conflitos, pois esse mover-se em gênero é dado como algo impossível ou anormal nesta lógica limitante. Bento aponta gênero como algo que transcende a capacidade de compreensão se não analisado livre da determinação postas como biológicas ou naturais associadas ao sexo. Gênero no pensamento crítico é a prática social. Fora deste contexto torna-se elemento de disputa contra o poder constituído e organizador da sociedade.

4. Considerações finais

Rememorando a poesia de Valdeck de Jesus, que segue versando o questionamento sobre se Deus fosse mulher, favelada, analfabeta, popular, Yalorixá, LGBTrans, em diálogo as discussões que rasgamos neste trabalho é possível perceber possibilidades outras de pensar gênero, de pensar a existência assexuada, de questionar o mundo como fomos apresentadas e apresentados. Posto esse lugar, alcançamos um provocar repensar as figuras e lugares de poder. Refletir gênero

enquanto verdade socialmente construída perpassa pensar o objetivo sociopolítico que engrena essa estrutura, e logo como se estabelece essa relação de poder e opressão aos corpos distintos. Inevitável não problematizar o funcionamento social e lugar de subversividade em pessoas que simplesmente reivindicam o direito de ser quem são. O direito de existir. O trabalho buscou deslocar o ponto de análise diante as formas universalizantes do binarismo que alicerçaram a organização em gêneros trazendo para cena o pensar diversidade de pessoas.

Referências

- Bento. Berenice. **O que é Transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BUTLER. Judith. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.
- GUACIRA Lopes Louro (org.) **Corpo Educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- MBEMBER. Achille. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: n1edições, 2018.
- MOMBAÇA. Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero* Trad. Wanderson Flor do Nascimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021.
- Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022 / Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). – Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.
- JESUS. Valdeck. *E se Deus fosse mulher*. Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia / Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Escola Judicial. – Ano 1, n. 1 (dez. 2012-). Salvador, 2012- Ano 5, n. 7, mar. 2016 (online). Disponível em: https://escolajudicial.trt5.jus.br/sites/default/files/escolajudicial/12a_edicao_da_revista_eletronica_do_trt5.pdf. Acesso: 19.set.2023.

A MULHERIDADE DAS MULHERES TRANS: COMO SUPERAR A TRANSFOBIA E OCUPAR ESPAÇOS DE PODER EM UMA SOCIEDADE INCULTA, RESENTIDA E OPRESSORA?

Márcio Costa Vitorino

Resumo

O presente artigo discute as multiplicidades das violências impostas às pessoas trans e travestis no Brasil e a inércia da sociedade com o descaso do Legislativo e Executivo. O objetivo consiste em apresentar uma discussão demonstrando que para que o feminismo seja eficaz, ele deve ser dirigido a todos. Esse estudo tem caráter bibliográfico e tem como principais referências as concepções apresentadas nas pesquisas de Saffioti (2013), Andrade (2012), Cyrino (2023), Nascimento (2022), entre outros. Espera-se que as breves considerações apresentadas nesse texto possibilitem o reconhecimento da importância da representatividade da população LGBTI+ nos mais variados espaços de poder em um país envolto no ódio de classe, raça, gênero e cultura.

Palavras-chave: Pessoas trans. Violências. Representatividade.

1. Introdução

O presente artigo objetiva apresentar uma discussão demonstrando que para que o feminismo seja eficaz, ele deve ser dirigido a todos. O feminismo ganha uma nova faceta ao acolher mulheres trans e suas reivindicações, exigir e garantir sua segurança e defender seus direitos.

Essa temática em estudo emerge do II Colóquio: **“Transexualidade e olhares multidisciplinares para e na construção de diálogos inclusivos”**, promovido pelo programa de Mestrado Profissional de Intervenção Educativa e Social (MPIES), da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Campus XI, Serrinha - BA, no dia 18 de agosto de 2023, no auditório DEDC XI, tendo como expositores: Prof. MSc. Luiz Alberto

Lima (UNEB/ FAT), Prof.^a Dr.^a Isabelle Sanches Pereira (UNEB) e a Esp. Fernanda Borges (Secretaria Municipal de Cultura de Serrinha).

Ainda presos ao colonialismo, feminismo radical contemporâneo e as pautas conservadoras, o Brasil segue discriminando, violentando e matando transexuais e travestis a cada dia. Quando se fala em feminismo, as pessoas geralmente pensam em um grupo de mulheres unidas que lutam contra o patriarcado e se defendem umas às outras. No entanto, as divergências entre os membros do movimento ao longo dos anos não envolvem essa representação. Essa necessidade de separação surge das diferenças de luta, perspectivas e posição do movimento feminista na sociedade. Ainda assim, diferentes grupos de feminismo, incluindo o feminismo liberal, o feminismo negro e o feminismo radical, utilizam métodos distintos para atingir o mesmo objetivo. Mulheres trans é um dos grupos mais afetados por essa discriminação, pois lutam para serem reconhecidas como mulheres e aderirem às ideias feministas.

Cyrino (2023) analisa a história do feminismo radical e do novo feminismo radical, buscando compreender as tensões e contradições que levaram ao surgimento de uma corrente transfóbica. A autora busca caracterizar e contextualizar tanto o feminismo radical dos anos 1970 quanto o novo feminismo radical, identificando as diversas tensões e contradições que explicam o “movimento” feminista em cada contexto particular. A análise sugere que a “nova” radicalidade construída pelo “novo” feminismo radical, que elegeu as identidades trans como alvo do combate na luta contra o patriarcado, estariam relacionadas à influência crescente de um paradigma identitário particularmente excludente, combinado com uma versão biologizante e essencialista acerca da opressão das mulheres. Além disso, o menciona que autoras como Janice Raymond, Sheila Jeffreys, Robin Morgan, Germaine Greer e Eloisa Samy, representantes do novo feminismo radical, possuem como traço comum a rejeição à noção de transgeneridade, o que levou a uma associação frequente entre o feminismo radical e a transfobia.

O feminismo radical surgiu como uma corrente crítica ao modelo de sociedade do final dos anos 1960, que se baseava em uma luta pela plena participação das mulheres como cidadãs na sociedade capitalista liberal propondo uma transformação radical das relações sociais e políticas entre homens e mulheres. Apesar de suas contradições

internas, o feminismo radical contribuiu para a luta pelos direitos das mulheres ao questionar as bases da opressão patriarcal e ao propor novas formas de organização e mobilização política, como os grupos de conscientização e as ações diretas.

De acordo com Cyrino, a transfobia se manifesta no feminismo radical de diversas formas, como a rejeição à noção de transgeneridade, a associação entre a identidade trans e a opressão patriarcal, a negação da autonomia e da agência das pessoas trans e a violência física e psicológica contra essas pessoas. Para a Especialista, advogada e TransAtivista Fernanda Borges, a violência na área externa do corpo foi a que teve menor impacto em sua vida e que 90% das violências sofridas foram praticadas por mulheres cis. Essa deriva transfóbica do feminismo radical afeta negativamente a luta pelos direitos das pessoas trans, pois exclui essas pessoas do movimento feminista e as coloca em uma posição de vulnerabilidade e marginalização. Além disso, a transfobia no feminismo radical contribui para a manutenção de estereótipos e preconceitos em relação às pessoas trans, reforçando a discriminação e a violência que elas enfrentam na sociedade em geral.

A Professora Doutora Isabelle Sanches, gestora do Departamento de Educação da UNEB/ Campus XI, Serrinha – Bahia, em sua fala inicial no Colóquio, reforçou que os padrões de heteromodernidade e patriarcado vigente precisam ser desconstruídos. Para Safiotti (2013), ainda que seja um conceito específico, o termo violência de gênero é igualmente amplo e abrangente. Ele se destaca de outras formas de violência estudadas na sociologia, como a violência policial, e tem um significado maior do que a violência contra mulheres, pois atinge crianças e adolescentes e aqueles que são considerados desvios das normas do patriarcado e são punidos por homens a quem se dá permissão para punir.

Para Andrade (2012), identidade leva a outra palavra: identificação, cuja escrita não é apenas gráfica, mas também corporal. Identificação não é apenas escrita com tinta, pois é vivida e sentida. A imagem, o nome e o sobrenome são valorizados nas identidades criadas no início e no final da modernidade. Quando as pessoas nascem, crescem e morrem com a mesma identidade sexual, isso é chamado de plastificação da identidade. As identidades são individuais e inatas no que diz respeito ao sujeito cartesiano. De acordo com seu sexo biológico, todos os seres humanos nascem como masculinos ou femininos.

No que diz respeito ao sujeito sociológico, as identidades são construídas ao longo da vida; todas as noções de gênero, incluindo a sexualidade, são aprendidas pela cultura, valorizando as representações do que é ser homem ou mulher.

De acordo com a autora, a travesti é uma pessoa que se identifica com o gênero feminino, mas que nasceu com características físicas masculinas. Ela pode se vestir e se comportar de acordo com sua identidade de gênero, mas ainda assim enfrentar preconceito e discriminação por parte da sociedade. É importante ressaltar que a identidade de gênero é diferente da orientação sexual, ou seja, uma pessoa pode se identificar como travesti e ter qualquer orientação sexual.

Segundo Jesus (2012) pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros na sociedade atual são as pessoas mais marginalizadas e perseguidas devido à crença na sua anormalidade, decorrente da crença de que o “natural” é que o gênero atribuído ao nascimento seja aquele com o qual as pessoas se identificam e, portanto, espera-se que elas se comportem de acordo com o que se julga ser o “adequado” para esse ou aquele gênero. Em nosso país, o espaço reservado a homens e mulheres transexuais, e a travestis, é o da exclusão extrema, sem acesso a direitos civis básicos, sequer ao reconhecimento de sua identidade. São cidadãos e cidadãs que ainda têm de lutar muito para terem garantidos os seus direitos fundamentais, tais como o direito a vida, ameaçado cotidianamente.

2. Metodologia

Com o objetivo de analisar as questões de transgeneridade e discriminação para compreensão da ausência ou escassez de representação das pessoas trans em espaços de poder na sociedade, sejam eles espaços educativos, sociais ou políticos, apresentamos essa pesquisa, de caráter teórico bibliográfico. A pesquisa bibliográfica tem como objetivo atualizar o conhecimento por meio da análise crítica de documentos publicados sobre o tema em estudo. (BOCCATO, 2006) Buscamos apresentar, após explanações proferidas no Colóquio, bem como nas sugestões bibliográficas disponibilizadas pelo MPIES, a importância da participação e representação das pessoas trans nos espaços educativos, sociais e políticos na sociedade.

3. Desenvolvimento

De acordo com Podestà (2019), a importância do conceito de transfobia pode ser analisada em relação à crescente autonomização do movimento trans no Brasil contemporâneo. Isso significa que, à medida que o movimento trans se torna mais autônomo e organizado, a necessidade de um conceito que designe e analise as múltiplas formas de violência contra pessoas trans se torna mais evidente e urgente. Além disso, menciona a emergência do campo dos estudos transgêneros como outro fator que reforça a importância do conceito de transfobia.

Para o autor, o conceito de transfobia pode ser relacionado a outros conceitos teóricos de violência, como homofobia e genocídio. A transfobia é um conceito que designa e analisa as múltiplas formas de violência contra pessoas trans, enquanto a homofobia se refere à violência contra pessoas homossexuais. Já o genocídio é um conceito que se refere à destruição sistemática de um grupo étnico, racial ou religioso. Embora sejam conceitos distintos, eles podem estar interligados, uma vez que a violência contra pessoas trans e homossexuais pode ser entendida como uma forma de genocídio cultural, que busca eliminar grupos que não se enquadram nas normas de gênero e sexualidade dominantes.

A transfobia pode afetar não apenas pessoas trans, mas também pessoas cisgêneras (ou seja, pessoas cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhes foi atribuído ao nascer). Isso pode ocorrer de duas formas: (1) através da má representação da cisgeneridade, que pode levar a uma visão estereotipada e preconceituosa das pessoas cisgêneras; e (2) através da recusa do poder e da violência decorrentes da cisgeneridade, que pode levar a uma rejeição das normas de gênero e uma busca por outras formas de expressão de gênero. Além disso, é importante lembrar que a transfobia também pode afetar pessoas intersexo, que não se enquadram nas categorias binárias de gênero masculino e feminino.

Para Nascimento (2022), a autodefinição é uma peça-chave para o reconhecimento coletivo de mulheres trans e travestis dentro das epistemologias trans negras. A autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição da mulher afro-americana dentro de uma matriz de dominação e controle. Por sua vez, a autoavaliação

ênfatisa o conteúdo específico das autodefinições e substitui essas imagens externamente definidas por outras autênticas de mulheres negras. A autodeterminação, por sua vez, coloca as mulheres negras como protagonistas de suas experiências subjetivas, retirando a autoridade que, na sociedade vigente, ainda está tutelada por instituições.

A autora menciona que a despatologização é um dos aspectos transversais abordados pelas epistemologias trans negras. Jesus (2012, p. 29) define assim a despatologização:

Conceito introduzido por uma campanha internacional pela exclusão da transexualidade, da travestilidade e das manifestações de gênero escapam à noção binária homem/mulher da Classificação Diagnóstica e Estatística de Doenças – CID, da Organização Mundial de Saúde, e do Manual Diagnóstico e Estatístico das Doenças Mentais – DSM, da Associação Psiquiátrica Americana. Em nível nacional, a campanha se estende à reformulação do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde, tendo em vista a adoção de uma concepção de saúde que reconheça a pluralidade de identidades de gênero como uma manifestação natural dos seres humanos e que atenda as demandas das pessoas trans sem a necessidade de condicionar esse atendimento a um diagnóstico psiquiátrico e/ou psicológico.

No campo das epistemologias trans negras, a despatologização é abordada como um aspecto importante. Uma das perspectivas transversais dessas epistemologias é a luta contra o cissexismo e o racismo, o que implica questionar e desafiar a patologização das identidades trans e travestis. A despatologização busca desnaturalizar a categoria mulheres e feminilidades, reconhecendo a diversidade de experiências e identidades de gênero. Isso envolve questionar as noções de adoecimento e bem-estar que são impostas pela sociedade e reconhecer as cosmologias da travestilidade como esquemas específicos de apreensão do mundo. Portanto, a despatologização é uma forma de resistência e empoderamento dentro das epistemologias trans negras.

O termo “mulheridades múltiplas” utilizado por Nascimento (2022) refere-se a uma categoria que faz parte dos aspectos transversais das epistemologias trans negras. Essa categoria se refere à desnaturalização da categoria mulheres e feminilidades, reconhecendo a diversidade de

experiências e identidades de gênero que existem dentro da população feminina. As “mulheridades múltiplas” reconhecem que as mulheres não são um grupo homogêneo e que existem múltiplas formas de ser mulher, incluindo mulheres trans, travestis e outras identidades de gênero não binárias. Portanto, essa categoria busca ampliar a compreensão e a inclusão de todas as experiências femininas, reconhecendo a diversidade e a complexidade das identidades de gênero.

Andrade(2012) aborda a situação das travestis na escola. Ressalta que a sanção normalizadora na avaliação escolar pode ser identificada quando a avaliação não está relacionada com a aprendizagem ou com mérito profissional, mas sim pautada em rótulos e etiquetas sociais. Isso significa que a avaliação é utilizada como uma forma de punição e controle social, em que os alunos/as são avaliados/as não apenas por seu desempenho acadêmico, mas também por sua aparência, comportamento, identidade de gênero, orientação sexual, entre outros aspectos que não deveriam ser considerados na avaliação. Além disso, a sanção normalizadora pode ser identificada quando a punição não é individual, mas coletiva, ou seja, quando um aluno/a é punido/a não apenas por seu comportamento, mas como exemplo para os demais alunos/as.

Segundo a autora, a avaliação como punição pode ter diversas consequências negativas para os alunos/as, tais como:

1. **Desmotivação:** quando a avaliação é utilizada como uma forma de punição, os alunos/as podem se sentir desmotivados/as a aprender e a se desenvolver academicamente, pois não veem sentido em se esforçar se serão punidos/as de qualquer maneira.
2. **Baixa autoestima:** a avaliação como punição pode fazer com que os alunos/as se sintam desvalorizados/as e com baixa autoestima, pois são avaliados/as não apenas por seu desempenho acadêmico, mas também por aspectos que não deveriam ser considerados na avaliação.
3. **Preconceito e discriminação:** a avaliação como punição pode reforçar preconceitos e discriminações existentes na sociedade, pois os alunos/as são avaliados/as não apenas por seu desempenho acadêmico, mas também por sua aparência, comportamento, identidade de gênero, orientação sexual, entre outros aspectos.

4. Repressão: a avaliação como punição pode fazer com que os alunos/as se sintam reprimidos/as e com medo de expressar suas opiniões e sentimentos, pois temem ser punidos/as por isso.
5. Desigualdade: a avaliação como punição pode perpetuar desigualdades sociais, pois os alunos/as que não se enquadram nos padrões normativos estabelecidos pela escola e pela sociedade são mais punidos/as do que os demais.

Apesar de não apresentar uma lista explícita de alternativas para uma avaliação mais justa e efetiva na aprendizagem, sugere algumas reflexões e mudanças de perspectiva que podem contribuir para uma avaliação mais justa e efetiva. Algumas delas são:

- a. Desvincular a avaliação do sistema de punição e controle social, e utilizá-la como uma ferramenta para aprimorar a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos/as.
- b. Considerar a diversidade dos alunos/as e suas diferentes formas de aprendizagem, evitando avaliar todos/as de forma padronizada e uniforme.
- c. Valorizar as competências e habilidades dos alunos/as, e não apenas seu desempenho acadêmico.
- d. Incentivar a autoavaliação e a avaliação entre pares, para que os alunos/as possam refletir sobre seu próprio processo de aprendizagem e ajudar uns aos outros a se desenvolverem.
- e. Utilizar diferentes formas de avaliação, como trabalhos em grupo, projetos, apresentações, entre outros, que permitam aos alunos/as demonstrar suas habilidades e competências de forma mais ampla e diversificada.
- f. Fornecer feedbacks construtivos e orientações claras para os alunos/as, para que possam compreender seus pontos fortes e fracos e trabalhar para melhorar seu desempenho.

Franco e Cicillini (2015) descrevem os caminhos e dificuldades que as professoras trans brasileiras enfrentaram durante sua escolarização e inserção na docência. Trazem relatos emocionantes e inspiradores de mulheres trans que enfrentaram obstáculos e resistências constantes em sua jornada educacional, mas que encontraram na docência um espaço para se afirmarem como seres humanos. De acordo com as

autoras, as professoras trans brasileiras enfrentam diversos desafios em sua jornada educacional, incluindo a discriminação e o preconceito por parte de colegas, alunos e gestores escolares, a falta de políticas públicas que garantam o respeito à identidade de gênero e a ausência de representatividade e visibilidade de pessoas trans na educação.

Segundo as autoras, a teoria queer pode ajudar a entender a experiência das professoras trans brasileiras na escola e na docência, pois ela propõe uma forma múltipla e dinâmica de problematizar os campos identitários, incluindo as identidades sexuais e de gênero. Além disso, a teoria queer possibilita visualizar, analisar e contextualizar o campo geral em que todas as identidades são construídas, percebendo-as necessárias e interrelacionadas, constituindo uma realidade complexa e em constante movimento nas mais variadas dimensões: históricas, sociais, políticas e educacionais.

Franco e Cicillini (2015) concluem que a luta contra a transfobia na educação é urgente e necessária, uma vez que as professoras trans brasileiras enfrentam diversos obstáculos e resistências em sua jornada educacional, desde a educação básica até a docência. Além disso, destaca a importância da discussão sobre a transfobia no contexto escolar e a necessidade de políticas públicas que garantam o respeito à identidade de gênero e a inclusão de pessoas trans na educação.

4. Considerações finais

As diversas correntes feministas que surgem após o início da década de 1970, século XX, ampliam e complexificam o escopo do campo feminista. É o caso dos feminismos negros e dos interseccionais, que nos anos 1970 e 1980, chamam a atenção para a inexistência de uma homogeneidade da categoria das mulheres, defendendo um feminismo que leve em conta as diversas formas de opressão. Esses feminismos, ao problematizarem a ideia de que existiria uma opressão comum sofrida por todas as mulheres, podem ter provocado uma tensão com o feminismo radical nascente.

Debates sobre casamento LGBT, por exemplo, expõe o preconceito do Congresso mais conservador e autoritário que o Brasil já elegeu. Deputados progressistas, como Pastor Henrique Vieira, argumenta que o Estado não deve ser uma extensão da igreja. Critica, de forma veemente, lideranças políticas ligadas as igrejas que querem impor suas vontades

na Câmara Federal. Ressalta a pluralidade religiosa do Brasil e a diversidade dentro do cristianismo. Já a deputada trans, Erika Hilton, autora de Projeto de Lei que instituiu o Programa TransCidadania na cidade de São Paulo, é atacada constantemente por deputados e deputadas da ala bolsonarista. Declarou em um dos seus discursos durante reunião da Comissão da Mulher que a alegação de uma deputada conservadora de que “mulheres trans estão roubando o lugar da mulher de verdade” é apenas um ataque disfarçado de falsas preocupações com os direitos das mulheres, pois esse discurso não se traduzia em cobranças aos colegas bolsonaristas que votaram contra a igualdade salarial de gênero, contra a distribuição de absorventes gratuitos pelo governo, por exemplo. A deputada finaliza afirmando que tem direito ao espaço ocupado na Câmara Federal e que, apesar de serem apenas duas deputadas trans eleitas nessa legislatura, suas vozes reverberam com todas aquelas que foram historicamente excluídas por discursos como esse.

A Assembleia Legislativa da Bahia aprovou o Projeto de Lei nº 24.107/2021, de autoria da deputada estadual Olívia Santana, que inclui na Política Estadual de Saúde da Mulher um capítulo voltado para a conscientização e combate à pobreza menstrual na Bahia. De acordo com a deputada, com a aprovação do PL, meninas e mulheres baianas vão contar com uma série de ações voltadas para a promoção da saúde menstrual, entre elas o acesso gratuito a absorventes higiênicos nas escolas, unidades de saúde e unidades prisionais em todo o estado.

A UNEB, universidade pública e inclusiva, lançou o Projeto Pobreza e Dignidade Menstrual na UNEB – É um direito em seu fluxo! O referido Projeto é uma iniciativa liderada pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAES) e tem um caráter social e educativo para que as pessoas/estudantes da instituição que menstruam possam ser assistidas em suas necessidades físicas, sociais e psicológicas.

De acordo com a Câmara Municipal de São Paulo, o Programa TransCidadania tem o objetivo de promover os direitos humanos, a autonomia financeira, a elevação de escolaridade, a qualificação profissional e a preparação para o mundo do trabalho da população trans e travesti em situação de vulnerabilidade social, bem como a humanização dos serviços públicos prestados pelo poder público a essas pessoas.

O Brasil se constitui como um país extremamente inseguro para a população trans e com uma tendência de crescimento no número

de mortes violentas. Essa população tem sido vitimada por diferentes formas de mortes violentas desde a colonização do país, mesmo antes das denominações atuais de sexualidade e gênero. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil – ANTRA, em 2022, o Brasil assassinou um LGBTI+ a cada 32 horas. E que apenas por serem LGBTI+, 273 pessoas morreram em 2022. Dessas mortes 228 foram assassinatos, 30 suicídios e 15 outras causas. Além disso, a taxa de empregabilidade é menor para LGBTI+ em relação a cis-heterossexuais e a probabilidade de estigmatização, humilhação e discriminação é maior em serviços de saúde. Apesar de todo esse cenário pouco mudou em relação a medidas efetivas de enfrentamento da LGBTIfobia por parte do Estado.

De acordo com o Observatório de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil, a pesquisa de 2022 identificou diversos tipos de violência LGBT, tais como: agressões físicas e verbais, negativas de fornecimento de serviços e tentativas de homicídio. Houve uma maioria de mortes LGBTI+ provocadas por terceiros: 228 homicídios representam 83,52% do total, 30 suicídios, que correspondem a 10,99% dos casos e outras 15 mortes, 5,49% dos casos. Alguns destaques dos dados divulgados pelo dossiê são:

- 159 travestis e mulheres trans mortas
- 97 gays mortos
- 91 vítimas pretas e pardas, 94 brancas
- 91 vítimas entre 20 a 29 anos
- 74 mortes por arma de fogo
- 48 mortes por esfaqueamento
- 130 mortes em período noturno
- 18 suicídios por pessoas trans
- 118 mortes no Nordeste e 71 no Sudeste

Todas essas violências contra indivíduos LGBTI+ foram cometidas em uma variedade de locais, como casa, via pública, prisão, local de trabalho e assim por diante. Percebemos a recorrente inércia do Legislativo e do Executivo em abordar a LGBTIfobia, que continua acumulando vítimas e permanece arraigada no Estado e em toda a sociedade, apesar de grandes avanços no Poder Judiciário. Vale ressaltar que houve um

número significativo de suicídios, com 30 casos registrados (10,99%). Mais uma evidência dos danos causados pela LGBTIfobia estrutural na saúde mental das pessoas.

É importante tratar as pessoas transgênero de acordo com o gênero com o qual elas se identificam e, caso você não esteja certo/a quanto ao gênero da pessoa, perguntar respeitosamente como ela prefere ser tratada e tratá-la dessa forma. Além disso, o guia apresenta um glossário de termos inclusivos que representam adequadamente o cotidiano de homens e mulheres transexuais, de travestis e outras pessoas transgênero, buscando-se representar minimamente, e com didática, a sua diversidade identitária, incluindo conceitos relacionados a gênero e orientação sexual.

Por fim, fica evidente que precisamos avançar muito em relação às políticas públicas essenciais a serem discutidas, bem como a necessidade de se pautar o que realmente importa para o progresso e implementação de leis que impulsionem o desenvolvimento em nosso país. Propor avanços, cotidianamente, em constituição de leis que não tentem minorizar política e socialmente as mulheres em suas multiplicidades constituídas.

Referências

ANDRADE, L. N. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2012. 278 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.

Assembleia Legislativa da Bahia – **Projeto de Lei nº 24.107/2021 da Deputada Estadual Olívia Santana**. Disponível em: <https://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa-nova/proposicao/PL.-24107-2021>. Acesso em: 10 set. 2023.

BENEVIDES, B. G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022. **ANTRA** (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2023.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol.** Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

Câmara Municipal de São Paulo. **Projeto de Lei nº 01-00421/2021 da Vereadora Erika Hilton** (PSOL). Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0421-2021.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

CYRINO, R. A deriva transfóbica do feminismo radical dos anos 1970. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 39, n. 79, e23107, jan./abr. 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/vh/a/qvMKX837sK6RSrdPp4b4zbd/?lang=pt>>. Acesso em: 12 set. 2023.

FRANCO, N; CICILLINI, G. A. Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 23(2): 352, mai.-ago./ 2015.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. 2. ed. Brasília, 2012.

NASCIMENTO, S. S. Epistemologias transfeministas negras: perspectivas e desafios para mulheridades múltiplas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 77, p. 548-573, set.-dez./ 2022.

Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/>. Acesso em: 13 set. 2023.

PODESTÀ, L. L. de. Ensaio sobre o conceito de transfobia. **Periódicus**, Salvador, n.11, v. 1, mai-out.2019 – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classe**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TRANSEXUALIDADE E JUVENTUDES DO CAMPO: INTERSECÇÕES QUE ENTRECruzAM, DIÁLOGOS QUE MOBILIZAM A CONTRA HEGEMONIA

*Sirlei Aparecida de Almeida Ribeiro
Janeide Bispo dos Santos*

Resumo

Este artigo traz contribuições para a discussão sobre transexualidade e juventudes do campo, tendo em vista colaborar com os debates acerca dos desafios, entraves e estigmas que os(as) jovens do campo são acometidos(as) diante da escolha em assumir a transexualidade. O ponto de partida foi o Colóquio organizado no Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social, cujo título foi: Transexualidade e olhares multidisciplinares para e na construção de diálogos inclusivos, cujo objetivo foi compartilhar experiências de transexualidade, assim como os desafios que as pessoas trans sofrem durante a trajetória de vida, além de contribuir com debates profícuos sobre o tema, colaborando para que discussões sejam feitas a partir de referências que subsidiam o assunto. A metodologia é sustentada por análise bibliográfica e o desenho seguido na exposição do Colóquio. Os(as) autores(as) que referenciam o presente artigo são: Arroyo (2012); Minayo (2002); Freire (2001); Severino (2013); Leão e Antunes (2015); Nascimento (2022), além da página oficial do Conselho Nacional de Justiça (2023). A problemática discutida neste trabalho abrange as ponderações sobre como as pessoas trans, mais precisamente as juventudes que estão presentes no campo, precisam enfrentar o dilema de conviver com uma sociedade que historicamente foi moldada no modelo patriarcal que reprime o posicionamento transexual, neste sentido, a necessidade de discutir sobre a referida questão e de como os espaços acadêmicos precisam promover debates que possuem esse teor, haja a vista todas as prerrogativas que envolvem esse contexto.

Palavras-chave: Transexualidade. Estigmas. Juventudes do campo.

1. Introdução

O II Colóquio organizado pelo Programa de Pós Graduação - Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) / Campus XI, cuja temática abordou sobre a Transexualidade e os olhares multidisciplinares para e na construção de diálogos inclusivos, teve como expositores e expositoras as seguintes pessoas: O Prof.Me. Luiz Alberto Lima (UNEB/FAT), o Mestre Ronaldo Antunes Barros (Universal Day Hospital) e a Especialista Fernanda Borges (Secretaria Municipal de Cultura - Serrinha), a mesa foi mediada pela Prof^a. Dr^a. Isabelle Sanches Pereira (UNEB).

O depoimento da expositora Fernanda Borges provocou reflexões a partir de uma história de vida que diz muito sobre como a sociedade não está preparada para conviver com as rupturas e transgressões diante do que foi posto como “normalidade” pela sociedade, diante disso, a necessidade em discutir e trazer temas como estes para a academia são necessários e urgentes, pois implica no rompimento de paradigmas e colabora para o despertar de práticas e leituras desprovidas do caráter preconceituoso, segregador e inoportuno.

Em consonância com a exposição da Fernanda Borges, o Médico Ronaldo Antunes expôs a colaboração enfatizando sobre “a condição de colocar-se no lugar do

outro (a)”, compartilhando também a seguinte proposição: “O diferente, não precisa ser diferenciado (a)”, a importância das falas reside na ponderação acerca do que se tem propagado com relação a transexualidade, no sentido de que durante o transcorrer da História condicionou-se a tratar tal questão como anormalidade e despadronização, enfim, algo fora do contexto aceitável pela sociedade, fato este que precisa ser cuidado, principalmente, no contexto médico, onde tem aumentado a procura por pessoas para que seja feito procedimentos de correção e/ou adaptação para a mudança do sexo biológico para a mudança do sexo que a pessoa possui identificação.

A lógica ocidental da binaridade foi discorrida pelo Prof. Mestre Luiz Alberto Lima (UNEB/FAT) que apresentou-se como pessoa que não identifica-se com o sexo biológico, logo, o lugar de fala é de alguém que também possui o lugar da vivência cotidiana com aspectos que a sociedade tem impregnado diante de tal contexto;

de fato, tratando-se da civilização ocidental, a binaridade de gênero implica na exclusão das pessoas que não se reconhecem a partir do modelo biologicamente imposto, sendo assim, existe uma negação da subjetividade do ser humano, os papéis sociais são negados, neste sentido, o atendimento à binaridade de gênero - prevalecer homem ou mulher, tem significado para muitas pessoas uma condição de sofrimento e reclusão social.

A relevância da temática justifica-se a partir dos contextos em que insere-se as discussões da transexualidade, adentrando para as questões inerentes às juventudes do campo, haja vista os entraves e todas as nuances que são intrínsecas a essa conjuntura, deste modo, é crucial o destaque para este trabalho, haja a vista, o discorrer de questões pautadas em subsídios que amparam as relações intrínsecas à sociedade contemporânea.

Este texto está organizado conforme a seguinte estrutura: introdução, metodologia, transexualidade e juventudes do campo: interseções que entrecruzam, diálogos que mobilizam a contra hegemonia - dimensão teórico conceitual, os impactos advindos do seminário: o viés formativo, considerações finais e as referências que aportam o referido trabalho.

2. Metodologia

O tema: Transexualidade e olhares multidisciplinares para e na construção de diálogos inclusivos do II Colóquio foi discorrido no auditório da Universidade do Estado da Bahia - Campus XI, no turno matutino, onde estiveram presentes estudantes do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - tanto da turma V, quanto alunos (as) de ingresso em período anterior, além de egressos (as) e estudantes das Licenciaturas em Pedagogia e Geografia e docentes do Campus XI.

Através da mediação da Profa. Dra. Isabelle Sanches Pereira (UNEB), a exposição dialogada ocorreu a partir das participações da Especialista Fernanda Borges, do Prof. Me. Luiz Alberto Lima e do Me. Ronaldo Antunes; Registre-se, ainda, que textos para subsídio em conformidade com a temática discorrida foram encaminhados através da Secretaria do Programa para que houvesse uma leitura antecipada acerca do assunto em pauta, neste sentido, os referências compartilhadas estarão

também contribuindo com este artigo, além de outros (as) autores (as) que ancoram uma discussão profícua sobre a temática.

A metodologia qualitativa foi escolhida para respaldar os trabalhos, tendo em vista todas as prerrogativas que a consolidam enquanto método que preconiza a subjetividade, além de outras características subjacentes à mesma, de acordo com Minayo (2002, págs. 21,22):

A pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Colaborando com a citação da autora, a pesquisa qualitativa possibilita que dados não quantificáveis sejam considerados, perpassando pela consideração ao processo, a participação através da dialogicidade, cuja amplitude evidencia marcas um tanto quanto profundas, abarcando uma complexidade e, concomitantemente, com um entendimento abstrato acerca das relações e dos processos.

A importância em debater, onde discussões sejam efetivadas, que haja o compartilhar de vivências, adentrando nas experiências, de modo que sejam subsidiadas em referências que sustentam uma temática um tanto quanto complexa, tendo em vista o histórico de estranhamento da mesma é uma assertiva da academia, pois, assuntos que carregam consigo tal amplitude, necessitam de modo urgente que sejam colocados no bojo das discussões, nas pautas reivindicatórias, de modo que contribua para que estigmas sejam rompidos.

O arcabouço epistemológico e metodológico da pesquisa qualitativa pressupõe explicações aprofundadas, frente a essa questão, o que move a participação são elementos intrínsecos e contundentes, por isso, uma das questões que apresentam o diferencial entre o qualitativo e o quantitativo e que torna a pesquisa qualitativa a partir de suas características próprias e elementos distintos, de modo que a profundidade e abstração de um referido assunto seja levantada.

A palestrante Fernanda Borges iniciou a exposição com uma indagação e uma afirmativa, ambas pertinentes ao momento: “o que causa exclusão, o que causa solidão?”, “Quanto mais é, menos precisa afirmar!”

; a partir de tais proposições, foi perceptível a mobilização do público participante, de modo que a interação foi garantida, houve envolvimento entre público e palestrante, de modo que o lugar de fala da Especialista Fernanda Borges representou um lugar de quem discorre a partir das vivências, do cotidiano e de quem sente e também ressoante, no sentido de ter a experiência a partir do que a sociedade patriarcal e excludente materializam por meio do que se propagou historicamente a respeito de pessoas transexuais. A partir de tais provocações, houve a problematização em consonância com o tema, neste sentido, para Minayo (2002, p. 22): “A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e das relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”.

De fato, a problematização das relações sociais são necessárias em um Colóquio que aborda sobre a construção de diálogos inclusivos no que diz respeito à transexualidade, deste modo, a condução do mesmo requer a maestria na exposição das falas, o envolvimento e questões de cunho reflexivo e problematizador são pontos tangentes para que se construa a dialogicidade, sobre essa questão é pertinente mencionar Severino (2013, p.79):

A problematização que levanta questões importantes para a discussão das ideias veiculadas pelo texto. Observe-se que não é suficiente formular perguntas lacônicas: é preciso criar contextos problematizadores que provoquem o raciocínio argumentativo dos participantes.

Destarte, o viés da problematização incita à consideração para questões inerentes ao conteúdo em discussão, uma intervenção válida, haja a vista a necessidade em colocar os(as) participantes em situação de ponderação acerca do que está posto na sociedade, do que acontece cotidianamente e de como repercute diretamente na vida das pessoas afetadas pelas relações existentes e impregnadas por meio das materializações sejam elas de acolhimento, respeito ou de preconceitos e disseminação de estigmas que maltratam o ser humano tendo como referência as suas escolhas de vida relacionadas a discordância entre sexo biológico e uma identidade de gênero contrária.

Prosseguindo, as demais pessoas que expuseram o diálogo tendo como subsídio sua formação e também convivências acerca do tema explanado tiveram a oportunidade de compartilhar as impressões

e suscitar uma discussão ancorada em princípios dialógicos, deste modo, foram levantadas questões pertinentes, inclusive, a respeito das “leituras biologizantes” que propagou-se historicamente em uma sociedade conservadora, de acordo com Freire (2001, p.81):

A criticidade e as finalidades que se acham nas relações entre os seres humanos e o mundo implicam em que estas relações se dão com um

espaço que não é apenas físico, mas histórico e cultural. Para os seres humanos, o aqui e o ali envolvem um agora, um antes e um depois. Desta forma, as relações entre os seres humanos e que não apenas fazem a história em que se fazem mas, consequentemente, contam história deste mútuo fazer.

De modo incisivo, no transcorrer da História, as relações foram estabelecidas com finalidades um tanto quanto excludentes, tendo em vista que as relações de gênero sempre foram consideradas “normais” em conformidade com o sexo biológico, todavia, ao “fugir” essa regra sempre foi considerada como “diferente”, “fora do padrão” e transgressor moralmente e culturalmente por uma maioria que condicionou-se a enxergar padrões estereotipados pela sociedade patriarcal e machista.

Relevantemente, o referido Colóquio abriu possibilidades para reflexões plausíveis, coadunou com conhecimentos apurados a partir de experiências ímpares e diversas, deste modo, assumiu um caminho metodológico que possibilitou aprendizagens importantes sobre um tema que apresenta necessidades no sentido de que outros debates precisam ser travados, outras percepções precisam ser compartilhadas de forma que contribua para a quebra de paradigmas, colaborando com o rompimento de ideias e posturas excludentes.

3. Transexualidade e juventudes do campo: intersecções que entrecruzam, diálogos que mobilizam a contra hegemonia - dimensão teórico conceitual.

Ao expor sobre a questão da transexualidade, é crucial considerar a questão dos direitos humanos, cujos preceitos estão subsidiados na garantia inalienável para que todos (as), indistintamente, tenham seus direitos cumpridos por lei, todavia, na materialização das práticas não são observados conforme o que está determinado, haja a vista o histórico de

preconceitos e estigmas que são observados nos índices de discriminação que homens e mulheres trans já sofreram e sofrem em suas trajetórias, de acordo com o Observatório dos Direitos Humanos: “No decorrer do ano passado, foram registradas 131 mortes de pessoas trans no Brasil, sendo que 65% dessas mortes foram motivadas por crimes de ódio com requinte de crueldade”. Os dados evidenciados aqui, estão registrados no Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras durante o ano de 2022.

Conforme o exposto, os assassinatos estão no ápice da forma mais cruel que as pessoas trans são acometidas, ou seja, a retirada do direito à vida, todavia, para além da negação do direito à vida, as incontáveis formas de violências contra pessoas trans são enumeradas todos os dias, citando algumas delas, tendo como fonte o Observatório dos Direitos Humanos:

Entre as violações de direitos sofridas pelas pessoas trans, estão negativa de reconhecimento e de emissão da identidade de gênero; negativa de uso do nome social; negativa de acesso ao banheiro feminino; cancelamento de corrida em aplicativo de transporte; xingamentos depreciativos; violência contra profissional do sexo; estupro ou violência sexual; tratamento degradante em espaço público; negligência médica ou omissão de socorro; violações por agentes de segurança pública; demissão motivada pela Identidade de gênero.

Os dados compartilhados evidenciam o quão distante está o país em ser considerado um lugar de inclusão no que tange às questões de gênero, posto isso, os desafios, os entraves e as amarras que são intrínsecas a esse contexto constituem elementos que precisam ser contestados nos espaços acadêmicos - lugar onde se debate ciência e se preconiza a diversidade e a inclusão.

Ao fomentar a discussão sobre juventudes do campo e a questão da transexualidade, discorre-se para as dimensões que envolvem os desafios intrínsecos à referida situação, tendo em vista esta etapa da vida humana e a condição histórico e cultural de ocupar este espaço (campo), com isso, assumir uma identidade trans nesse contexto implica em também ocupar um lugar de resistência e transgressão, conforme Leão e Antunes (2015, p.19): “Assim perguntar pelos jovens seria inves-

tigar as relações sociais em que estão inseridos, atentando para as dimensões simbólicas e culturais”.

Prosseguindo, é pertinente um destaque apurado sobre como as juventudes do campo também estão incluídas nos índices de violência e negação a vida, pois, os preconceitos e estigmas reverberam de modo conjuntural e implícito, sem distinção de espaço geográfico, atingindo jovens na dimensão territorial do país, por isso, é importante referenciar-se Arroyo (2012, p.230):

Um dos traços marcantes na nossa história social, política e cultural tem sido a produção de coletivos diversos em desiguais; tem sido, ainda, a produção dos diferentes em gênero, em raça, em etnia, e também dos trabalhadores do campo como inexistentes, segregados e inferiorizados como sujeitos de história. As tentativas de mantê-los à margem da história hegemônica e a margem da história social, econômica, política e cultural tem sido uma constante.

Reiterando, o “olhar” de negação e anulação para os(as) jovens do campo é incisivo e real; entre as diversas motivações que o autor traz, estão as questões de gênero, motivo que segrega e, de modo literal, mutila, pois, o efeito “cortante” da sociedade conservadora, hegemônica e machista provoca retaliações e muitas outras rupturas relacionadas a violência de gênero e sexualidade.

Posto isso, a importância dos enfrentamentos em conformidade com os dados e estimativas ocupa um lugar de relevância e é algo crucial, pois os indicadores indicam a intolerância e a negação de direitos conforme está preconizado em lei, neste sentido, os tensionamentos precisam ocorrer e as universidades possuem um papel fundamental nessa demanda de ordem política e social.

4. Os impactos advindos do seminário: a dimensão formativa

A Especialista Fernanda Borges compartilhou a experiência na condição de mulher trans e a sua trajetória desde a infância até chegar à idade adulta na condição discordante entre sexo biológico e gênero, neste sentido, as agruras sofridas e que ainda sofre foram e são fundantes para que tenha experiência sentida para discorrer a

respeito dos entraves para que uma pessoa se assuma mulher trans: as vivências no bairro de uma cidade no interior da Bahia, até chegar a adolescência quando começou a perceber os olhares de rejeição, algo notório e explícito em uma sociedade patriarcal onde historicamente foi moldada para que, obrigatoriamente, o sexo biológico estivesse em consonância com o gênero, sendo, pois, todas as posturas contrárias rotuladas, estereotipadas, rejeitadas, enfim, adjetivos que traduzem a intolerância que as pessoas trans sofrem durante a vida.

Prosseguindo, foram levantadas reflexões sobre como “as dores estão postas hoje nas escolas?”, “quais são os discursos anulatórios das identidades”, “a transfobia anula também as pessoas que são parceiras” (Fernanda Borges, 2023), as impactantes falas compartilhadas pela palestrante, de certa forma, mobilizou toda a comunidade que teve a oportunidade de ouvi-la no Colóquio, uma aprendizagem que possibilitou outros despertamentos, outros olhares, enfim, uma abrangência necessária.

O médico Ronaldo Antunes colaborou trazendo os aspectos relacionados aos conhecimentos da medicina desprovidos das amarras estereotipadas e preconceituosas que por vezes, são disseminadas, reiterando, a partir de uma referência compartilhada pela Secretaria do MPIES, segundo Nascimento (2022, p.03):

o Brasil, travestis e mulheres trans, (...), em movimentos organizados e, nos últimos anos, inseridas cada vez mais em espaços universitários e pesquisas acadêmicas, passaram a dar visibilidade a uma perspectiva transfeminista para denunciar os violentos efeitos das transfobia, do racismo, do sexismo e do heteropatriarcado na vida de pessoas transfemininas e, além disso, para destacar a centralidade das construções e desconstruções de gênero em corpos trans que não foram designadas (pelos poderes médicos) como femininas ao nascer e assumiram suas identidades para além dos determinismos binários.

A colaboração do Sr. Ronaldo Antunes foi preponderante para enfatizar a importância da medicina em contribuir para que estereótipos disseminados historicamente de forma a desprezar homens e mulheres trans sejam desconstruídos e práticas mais inclusivas

sejam incorporadas não somente no âmbito da medicina, mas em um contexto sócio cultural.

“Como aprendemos a ver os currículos e os corpos?” Quais perspectivas podemos trazer para o nosso currículo?” (Prof. Me. Luiz Alberto Lima, 2023), de modo contundente, as indagações e provocações do professor Alberto Lima mobilizou a comunidade, incluindo de modo incisivo estudantes e professores (as) das licenciaturas, haja vista os desafios contemporâneos dentro da esfera educacional, neste sentido, provocar os currículos escolares no que tange à questão de inclusão de gênero e diversidade é plausível e passível de afetamentos mobilizadores.

Neste sentido, os enfrentamentos são necessários, pois, abre possibilidades para que novas estratégias, novos debates e incursões sejam feitas e também fortalece os já existentes, contribuindo para a quebra de paradigmas patriarcais e hegemonicamente construídos.

5. Considerações finais

As discussões abordadas neste trabalho, cujas proposições trouxeram possibilidades para discussões plausíveis acerca da necessidade em contestar como tem sido considerada a questão da transexualidade, os desafios imersos nessa dimensão representa, de fato, uma necessidade contemporânea, pois, abordar sobre a referida temática significa transgredir com amarras históricas, implica em discutir diversidade como categoria fundante para inclusão social, haja a vista o que fora determinado no transcorrer da história, especificamente em nosso país e, principalmente, nos territórios camponeses, reconhecendo as agruras que as (os) jovens do campo enfrentam.

O diverso condiz com a pluralidade, sob a perspectiva de gênero e sexualidade, implica em reconhecer que não se pode limitar à homogeneização, contudo, as estruturas sociais formaram-se a partir de relações estabelecidas por meio de preceitos biologizantes, por isso, estigmas foram concebidos, neste sentido, é crucial as produções acadêmicas, os debates concebidos em Colóquios, tal qual foi discorrido aqui.

Considerar a heteronormatividade é considerar a formação patriarcal de uma sociedade marcada pelo contexto sócio histórico de padrões hegemônicos, reiterando, a divisão de gênero em, resumidamente, homem e mulher em conformidade com a esfera biológica

desencadeia para processos excludentes, logo, afeta as convivências, os espaços e faz emergir situações de distinções, posto isso, é válido os “olhares multidisciplinares”, de modo que construções de diálogos inclusivos sejam disseminados nos espaços acadêmicos de modo que reverbere para além deles e contribua para desconstruções e que, sobretudo, as juventudes do campo sejam reconhecidas nesse processo.

Referências

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Observatório dos Direitos Humanos: **Violença contra pessoas trans exige mobilização do poder público**. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/observatorio-dos-direitos-humanos-violencia-contra-pessoas-trans-exige-mobilizacao-do-poder-publico/#:~:text=Em%202022%2C%20foram%20131%20casos,pessoas%20na%20s%C3%A9rie%20hist%C3%B3rica>> Acesso em: 20 de set. de 2023.

DESLANDES, Suely Ferreira; Neto, Otavio Cruz; Gomes, Romeu; Minayo, Maria Cecília de Souza - (organizadora). - **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. - 21ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CALDART, R. S. et al. (Org). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Págs. 229 - 236.

LEÃO, Geraldo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. **Juventudes do campo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. - (Coleção Caminhos da Educação do Campo).

NASCIMENTO, Silvana de Souza. **Epistemologias transfeministas negras: perspectivas e desafios para mulheridades múltiplas**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 35, nº 77, p. 548-573, setembro-dezembro 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/eh/a/DGJb8snh5xr44yXVwvgrDSB/>> Acesso em: 20 de set. de 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim; **Metodologia do Trabalho Científico** [livro eletrônico]. 1 ed. . - São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5562413/mod_resource/content/1/Metodologia-Do-Trabalho-Cientifico-23%C2%AA-Edicao-Severino-EBOOK-Escolhido.pdf>. Acesso em: 14 de set. de 2023.

TRANSEXUALIDADE, DIREITOS HUMANOS, ENSINO SUPERIOR E POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DO II COLÓQUIO “TRANSEXUALIDADE E OLHARES INTERDISCIPLINARES PARA E NA CONSTRUÇÃO DE DIÁLOGOS INCLUSIVOS” DO MPIES

Kellen Gama Pêpe

Resumo

A temática apresentada surge a partir do II Colóquio “Transexualidade e Olhares Interdisciplinares para e na Construção de Diálogos Inclusivos” promovido pelo MPIES – Mestrado Profissional de Intervenção Educativa e Social da UNEB – Campus XI, em Serrinha-BA, e problematiza as dificuldades e barreiras sociais encontradas pelas pessoas transexuais no que diz a sua inserção no ensino superior. O estudo tem como objetivo geral analisar o termo transexualidade, os direitos e políticas públicas das/para pessoas trans e seu ingresso e permanência no ensino superior, refletidas a partir da experiência vivenciada no Colóquio. O trabalho adota a pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, desenvolvida através do estudo dos apontamentos realizados no evento, da análise da abordagem feita pelos membros da mesa e dos referenciais teóricos da área, e principalmente na experiência vivenciada no seminário. As categorias abordadas se referenciam em Almeida (2012), Bento (2014), Irigaray (2010), Sales (2010), dentre outros. As considerações parciais sobre o tema apontam que a inclusão de pessoas transexuais nas instituições de ensino superior é uma questão de direitos humanos; que é crucial que o Legislativo se debruce na elaboração de leis específicas que assegurem os direitos da comunidade transexual; que o Estado precisa adotar uma agenda de políticas públicas que não se reduzam em campanhas de saúde; e que as instituições de ensino superior precisam adotar políticas e práticas que promovam a inclusão e o respeito pelos direitos das pessoas transexuais.

Palavras-chave: Transexualidade. Direitos Humanos. Ensino Superior. Políticas Públicas.

1. Introdução

Este breve estudo surgiu da necessidade de refletir sobre a temática abordada no II Colóquio “Transexualidade e Olhares Interdisciplinares para e na Construção de Diálogos Inclusivos” promovido pelo MPIES – Mestrado Profissional de Intervenção Educativa e Social da UNEB – Campus XI, em Serrinha-BA, com mesa composta pela Prof.^a Dr^a. Isabelle Sanches Pereira, diretora do Departamento de Educação Campus XI/UNEB; Fernanda Borges, advogada, servidora na Secretaria de Cultura de Serrinha e membro da comissão diversidade sexual e de gênero da OBA/BA, seccional Serrinha; Prof. Mestre Luiz Alberto Lima, e Mestre Ronaldo Antunes, Médico da Universal Day Hospital. A produção é necessária aos componentes do PPGIES – Programa de Pós-Graduação em Intervenção Educativa e Social, da Universidade do Estado da Bahia, e do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS).

Assim, o estudo problematiza as dificuldades e barreiras encontradas pelas pessoas transexuais no que diz a sua inserção no ensino superior, e tem como objetivo geral analisar o conceito de transexualidade, os direitos humanos garantidos as pessoas transexuais e o papel das políticas públicas no contexto da educação superior, com inspiração a partir da temática do Colóquio.

Isto porque, a transexualidade é um tema que tem ganhado cada vez mais visibilidade e reconhecimento na sociedade contemporânea, pois tem sido objeto de estudo e debate em diversas áreas do conhecimento, uma vez que é imprescindível refletir sobre questões de gênero e identidade, a fim de enriquecer o campo da sexualidade e dos estudos de gênero, a fim de promover políticas públicas que assegurem os direitos das pessoas transexuais, atualmente vulnerabilizadas pelo Estado, de modo geral.

Dessa forma, o presente trabalho busca, primordialmente analisar o termo transexualidade, os direitos e políticas públicas das/para pessoas trans e seu acesso e permanência no ensino superior refletidas a partir da experiência vivenciada no Colóquio.

A metodologia, inspirada no estudo bibliográfico, adota a pesquisa qualitativa, que se fundamentou nos apontamentos realizados no evento, nos referenciais teóricos, nos artigos científicos sobre os

conceitos estudados e se inspirou, principalmente, na experiência vivenciada no Colóquio.

O trabalho culmina em considerações parciais, haja vistas que a temática é contemporânea, recorrente e demanda a construção de novos conhecimentos, e maior aprofundamento. As considerações indicam que a inclusão de pessoas transexuais nas instituições de ensino superior é uma questão de direitos humanos; que é crucial que o Legislativo se debruce na elaboração de leis específicas que assegurem os direitos da comunidade transexual; que os Estado precisa adotar uma agenda de políticas públicas que não se reduzam em campanhas de saúde; e que as instituições de ensino superior precisam adotar políticas e práticas que promovam a inclusão e o respeito pelos direitos das pessoas transexuais.

2. Metodologia

Como metodologia, o trabalho utilizou o viés da pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, desenvolvida a partir da inspiração no II Colóquio “Transexualidade e Olhares Interdisciplinares para e na Construção de Diálogos Inclusivos” promovido pelo MPIES – Mestrado Profissional de Intervenção Educativa e Social da UNEB – Campus XI, em Serrinha-BA.

Para tanto, a pesquisa inspirada no estudo bibliográfico, utilizou os apontamentos realizados no Colóquio supracitado, os referencias teóricos de Almeida (2012), Bento (2014), Irigaray (2010) Sales (2010), dentre outros, e a abordagem sobre a temática direitos humanos, transexualidade e ensino superior foi analisada em artigos levantados no sítio Scielo, e sobretudo, na experiência vivenciada no colóquio.

Das leituras realizadas do referencial teórico sobre categorias estudadas, que surgiram após a vivência na palestra e a da necessidade de elaboração do presente trabalho, este está organizado em quatro seções, a seguir: (Pre)Conceitos; Direitos Humanos e Transexualidade no Brasil; O “sonho” do ingresso na Universidade; e Políticas Públicas, Discussões de Gênero e Ensino Superior.

3. (Pre) Conceitos

Antes de adentrar no centro do objeto de estudo é imprescindível entender o termo transexualidade e abordar os preconceitos enfrentados pelas pessoas transexuais na sociedade. Assim, com base em Bento (2014), é possível ressaltar que:

A transexualidade deve ser observada como um dos mais recentes desdobramentos do dispositivo da sexualidade, passando a constituir-se como um dispositivo específico, que se encontra em pleno período de operacionalização, com a organização crescente de comissões ou projetos vinculados a hospitais, visando a “tratar” os disfóricos de gênero (BENTO, 2014, p.137).

A transexualidade é um fenômeno complexo e multifacetado que se insere no âmbito dos estudos de gênero e identidade de gênero. Segundo Bento (2014), a transexualidade é uma expressão da diversidade de gênero, desafiando as normas binárias de masculinidade e feminilidade impostas pela sociedade. É um fenômeno que transcende o corpo e a medicina, sendo fundamentalmente uma questão de identidade de gênero e de direitos humanos.

Todavia, a imprecisão do conceito ainda é reinante na sociedade e o conjunto das influências coloniais, patriarcais, sexistas etc., atua de maneira discriminatória e coloca as pessoas transexuais em condição de marginalidade e violência de todos os tipos.

Em virtude da construção social e histórica da concepção de homem e de mulher, determinada preconceituosamente a partir da matriz biológica feminino/masculino e de perspectivas morais e religiosas que estigmatizam as identidades de gênero que não correspondem à norma e padrões impostos, pessoas transexuais e travestis sofrem transfobia e são excluídas/os de ambientes sociais, pois de modo equivocado, ilegal e perverso, são associadas/os ao pecado, à marginalidade e à patologia.

O peso da transfobia é perceptivelmente forte e sentido na fala de Fernanda Borges (2023) quando na sua participação na mesa do Colóquio:

Ser ponta de flecha é cansativo e doloroso. Me sinto esgotada mentalmente. A situação de isolamento

constante. Quando vivi a transição sofri muitos preconceitos, era chamado de menino afeminado, rapaz que se transforma em trans. Perdi o afeto da família. Transfobia afeta também aqueles que assumem se relacionar com as trans. O que causa exclusão e solidão é o primeiro passo para se pensar numa sociedade inclusiva (BORGES, 2023).

No contexto brasileiro, o maior desafio da transexualidade é a despatologização das identidades de gênero e a promoção de uma abordagem mais empática e humanizada. É a luta dos movimentos sociais por fazer compreender que a transexualidade deve ser entendida como uma manifestação legítima da diversidade humana, e não como um transtorno a ser tratado, medicado na perspectiva da cura. Bento (2014), aborda que a luta das pessoas transexuais por reconhecimento e direitos é uma luta por justiça social e igualdade, e não uma mera busca por cirurgias de redesignação sexual.

Para garantir que as pessoas transexuais tenham uma vida digna e respeitada no Brasil, é necessário um esforço contínuo por parte do governo, da sociedade civil e de instituições educacionais a fim de promover a cultura de compreensão e a aceitação da diversidade de identidades de gênero e nesse contexto encontra-se a legislação, que no que se refere ao tema, precisa avançar. Desse modo, considerando a imprescindibilidade de um aparato jurídico que assegure os direitos das pessoas transexuais, os direitos humanos e a transexualidade, constituirá a próxima seção deste artigo.

3.1. Direitos Humanos e Transexualidade no Brasil

A igualdade de gênero é um princípio fundamental dos direitos humanos e um dos pilares da sociedade democrática. No entanto, as desigualdades de gênero persistem em muitas esferas da vida e não é diferente no que diz ao legislativo brasileiro, seja na representatividade, na agenda legislativa voltada para pessoas transexuais ou na elaboração de leis específicas para a matéria.

Esse fato é evidenciado no parlamento brasileiro, onde ainda existem discursos preconceituosos e odiosos no que diz respeito às pessoas transexuais. Recentemente a deputada mulher trans Erika Hilton precisou se posicionar veementemente em sessão na câmara

dos deputados no Congresso Nacional, defendendo a si e a agenda das pessoas transexuais, especialmente as mulheres, e assim discursou:

Sem contar que nós estamos diante de uma cenário que aumenta gradualmente a violência contra nós e quando parlamentares que foram eleitas pelo povo usam desse espaço de representação para dizer contra a dignidade dessa população o que nós vemos são travestis que tem seus corações arrancados, o que nós vemos são travestis e mulheres transexuais que não conseguem emprego porque não são consideradas dignas do mercado de trabalho, são expulsas de suas casas porque existe um sentimento no parlamento brasileiro que corrobora com a cultura de ódio, de preconceito e de estigma. Porque o STF precisou discutir sobre a proteção dessas mulheres. Porque este parlamento segue calado, não só calado, porque se seguisse calado seria menos pior, mas segue vociferando, segue dizendo asneiras, o tempo inteiro, abrindo a boca para dizer aquilo que não conhece, falando em “opção sexual”, o que tem a ver a identidade de gênero de mulheres transexuais e travestis com orientação sexual? Discursos burros, discursos rasos, discursos preconceituosos, discriminatórios (ÉRIKA HILTON, 2023).

Nesse cenário, no Brasil, não há nenhuma lei federal que garanta direitos às pessoas trans, em verdade, o que há são arranjos legais, como a utilização do nome social que não garante que uma estudante transexual não continuará se submetendo a todas as situações vexatórias e humilhantes dos espaços universitários, do mercado de trabalho, dos próprios órgãos públicos etc.

Portanto, no país, assim como noutras partes do mundo, proteger os direitos das pessoas trans é um desafio quando se trata da promoção da igualdade e não discriminação de pessoas transexuais, mas não se pode olvidar que avanços ocorreram nos últimos tempos, dentre elas é possível citar:

Nome Social - Uma das conquistas mais importantes para as pessoas transexuais no Brasil foi o reconhecimento do uso do nome social em órgãos públicos e privados. Em 2016, o Decreto nº 8.727/16 permitiu que pessoas transexuais e travestis utilizassem seu nome social em

documentos não oficiais, como crachás e cadastros em instituições de ensino. Isso foi um passo crucial para respeitar a identidade de gênero das pessoas trans.

Quando em 2022, finalmente foi sancionada a Lei 14.382 que tornou a troca de prenome e sobrenome mais simples, rápida e acessível; garantindo direitos de forma abrangente.

Reconhecimento da Identidade de Gênero - Em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu uma decisão histórica reconhecendo o direito das pessoas transexuais de alterar sua identificação de gênero no registro civil, sem a necessidade de cirurgia de redesignação sexual ou avaliação psicológica. Isso permitiu que as pessoas transexuais tivessem seu gênero reconhecido de acordo com sua identidade, representando um avanço significativo na garantia de seus direitos.

Atendimento de Saúde - A legislação também aborda a questão da saúde das pessoas transexuais. O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro inclui tratamentos hormonais e cirurgias de redesignação sexual em sua cobertura, facilitando o acesso a esses serviços para pessoas que desejam realizá-los.

Crimes de Ódio e Discriminação - O Brasil também possui leis que criminalizam a discriminação e violência contra pessoas transexuais. A Lei nº 7.716/89 prevê penas para crimes de ódio, incluindo aqueles motivados por identidade de gênero e orientação sexual.

Pelo exposto, nota-se que apesar dos avanços notáveis na legislação referente às pessoas transexuais no Brasil, os desafios ainda são consideráveis. A violência direcionada às pessoas transexuais permanece como uma inquietação persistente, e a prática discriminatória perdura em diversos setores da sociedade, abrangendo a esfera laboral e a área educacional. A ausência de um entendimento amplo acerca das temáticas relacionadas à identidade de gênero, juntamente com a relutância cultural em aceitar mudanças, representam barreiras adicionais. Além disso, a aplicação eficaz das legislações em vigor pode ser desigual em determinadas áreas do país.

A legislação relacionada às pessoas transexuais no Brasil é insuficiente, ainda que alguns arranjos tenham sido feitos, representam um pequeno progresso, de alguma forma pouco significativo na proteção dos direitos e na promoção da igualdade de gênero.

3.2. O “sonho” do ingresso na Universidade

Os preconceitos enfrentados pelas pessoas transexuais alcançam todas as searas da suas vidas, desse modo, chegar às instituições de ensino superior é um desafio complexo, permanecer e concluir os estudos é uma vitória homérica. Isto porque são muitas as barreiras, econômicas, sociais e culturais que dificultam o acesso e a permanência na educação superior. Somada às barreiras está a ausência de políticas específicas de inclusão, o preconceito e a violência de parte da comunidade acadêmica que pode criar um ambiente hostil.

As pessoas transexuais, em grande parte, sofrem com as desigualdades econômicas que são agravadas pelos custos de terapias e tratamentos médicos necessários à sua transição, conseqüentemente o acesso à educação é mais difícil. Ultrapassadas as barreiras econômicas é preciso enfrentar aos estigmas e a discriminação que ainda são prevalentes em muitas instituições de ensino superior; o tratamento desumano, o isolamento social e falta de apoio da comunidade acadêmica é evidente.

Neste contexto de despreparo das instituições é possível citar a falta de adaptação do ambiente físico que garanta a dignidade e o respeito à identidade de gênero. Os preconceitos são enfrentados desde a uma simples ida ao banheiro, até a utilização de alojamentos universitários, como residências estudantis, no caso dos estudantes em vulnerabilidade econômica.

Para a maioria das pessoas travestis e transexuais, a experiência no ensino superior é acompanhada de situações conflituosas, resultando no abandono e dificuldade de inserção no mercado de trabalho, por falta de formação superior e ainda, quando inseridos no mundo do trabalho e para manterem seus empregos, conforme Irigaray (2010), muitas vezes são obrigadas a separar suas identidades trans e interesses pessoais de suas identidades profissionais, reprimindo sua singularidade em prol do bem comum da empresa que as emprega.

Desse modo, percebe-se que o acesso das pessoas transexuais ao ensino superior não se limita ao simples acesso, existem questões que antecedem o ingresso à faculdade e que vão além dele, persistem por toda a experiência universitária, na maioria das vezes gera e evasão e, quando a duras penas às pessoas trans concluem seus cursos

superiores se deparam com violência e preconceitos para ingressarem no mercado de trabalho.

Almeida (2010), aponta que o acesso à universidade por si só não é suficiente; é necessário implementar políticas que assegurem a permanência, especialmente para pessoas trans de baixa renda que enfrentam obstáculos financeiros como custos de transporte, material didático, livros e alimentação. Com frequência, essas pessoas precisam trabalhar para se manter, o que limita o tempo disponível para estudar e se adaptar ao ambiente acadêmico. Conciliar trabalho e estudos não satisfaz plenamente as necessidades de desenvolvimento do estudante e, frequentemente, resulta apenas na obtenção de um diploma. Essa situação levanta preocupações de que a universidade possa perpetuar os mesmos preconceitos e exclusões experimentados durante a educação escolar, o que pode levar ao isolamento e dificuldades para as pessoas trans.

Neste contexto, é essencial promover debates e conversas acerca de tópicos ligados à variedade de identidades de gênero e orientações sexuais em todos os estágios da educação, desde a educação básica até o ensino superior. A falta de reconhecimento da ampla diversidade de corpos e formas de expressão de gênero é um dos principais fatores que impulsiona o preconceito e a discriminação, particularmente em ambientes educacionais, incluindo as universidades.

Feitas essas considerações, entende-se que é necessário ampliar o debate sobre o acesso das pessoas transexuais ao ensino superior e implementar ações concretas para transformar a realidade atual, promovendo o respeito às pessoas travestis e transexuais, garantindo seu acesso, sua permanência e sua conclusão em cursos superiores, bem como sua inserção e desenvolvimento profissional no mundo do trabalho.

3.3. Políticas Públicas, Discussões de Gênero e Ensino Superior

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na promoção da igualdade de gênero e na criação de ambientes inclusivos no ensino superior. Nesse sentido, a colaboração entre governos, instituições de ensino e a sociedade civil na promoção de políticas públicas eficazes para a igualdade de gênero no ensino superior é imprescindível.

Embora algumas políticas antidiscriminatórias e medidas de inclusão venham sido adotadas em instituições brasileiras, muitas vezes são ineficazes devido à falta de implementação adequada. É fato que as políticas públicas atuais não têm dado conta de eliminar completamente as barreiras enfrentadas pelas pessoas transexuais, porque, em grande parte se limitam a campanhas voltadas para saúde e raramente se pensa e efetiva uma agenda direcionada para inclusão das pessoas transexuais na educação como um todo, no mercado de trabalho, quiçá para seu ingresso, permanência e conclusão do ensino superior.

Assim, fundamentando-se em Sales (2010), é possível dizer que campanhas de saúde não configuram políticas públicas para as pessoas trans, isso porque:

Nessa acepção as políticas públicas se constituem em respostas a demandas, necessidades e proposições da sociedade civil organizada em busca da garantia de direitos, como também são respostas aos problemas sociais e políticos situados em determinado contexto. As políticas públicas com foco em questões de gênero e juventude significam de certa forma, o reconhecimento das diferenças e/ou das proposições do movimento de mulheres, do movimento feminista e de outros movimentos que pressionam para que essas questões entrem na agenda do governo brasileiro (SALES, 2010, p. 425).

Com esses esclarecimentos, é salutar ponderar que políticas públicas para pessoas transexuais voltadas para inclusão do ensino superior devem conter projetos de não discriminação, pelos quais as instituições de ensino superior adotem e efetivem políticas claras de não discriminação, que incluam a identidade de gênero e a expressão de gênero como categorias protegidas. Devem fomentar formação de sensibilização, promovendo debates onde funcionários e discentes reflitam sobre questões de identidade de gênero que resultem num ambiente acadêmico mais acolhedor e inclusivo.

Ainda nesse contexto de ensino superior, são necessárias agendas que tratem de acomodações adequadas, como banheiros e alojamentos de gênero neutro; apoio psicossocial com disponibilização desse serviço para estudantes transexuais, a fim de a mitigar o impacto negativo do estigma e da discriminação. E mais, agendas que promovam a diver-

sidade e a inclusão em toda a instituição, incluindo a representação de transexuais em cargos de liderança e em programas acadêmicos.

Além disso, é fundamental que sejam estabelecidos programas de bolsas de estudo específicos para pessoas transexuais, bem como políticas de ação afirmativa que considerem a diversidade de gênero como um fator relevante no processo de seleção. É necessária a implementação de cotas em cursos e programas acadêmicos, aumentando a representatividade da comunidade trans e a elaboração de programas de bolsas de estudo e subsídios específicos para pessoas transexuais, com intuito de reduzir as barreiras financeiras que podem desencorajar o acesso à educação superior.

A colaboração entre governos, instituições de ensino superior e a sociedade civil e a interseção entre políticas públicas, discussões de gênero e o ensino superior são fundamentais para promover a igualdade de gênero em todas as áreas da sociedade e essencial para o sucesso das políticas públicas direcionadas as pessoas trans no ensino superior; são cruciais para superação dos desafios que ainda existem e para construir um futuro mais justo e igualitário não apenas no ensino superior, mas na sociedade como um todo.

4. Considerações finais

Tendo em vista o objetivo geral desse texto que analisar o termo transexualidade, os direitos e políticas públicas das/para pessoas trans e seu ingresso e permanência no ensino superior, refletidas a partir da experiência vivenciada no Colóquio. reveladas no contexto do II Colóquio “Transexualidade e Olhares Interdisciplinares para e na Construção de Diálogos Inclusivos” promovido pelo MPIES, algumas considerações foram elaboradas.

Primeiramente, os resultados deste estudo apontam que o direito à educação de qualidade é um aspecto fundamental e deve ter como prioridade a construção de uma sociedade inclusiva e, por isso, assegurar adequadamente esse direito é um dever do Estado. Desta maneira, acredita-se que as políticas de democratização do ensino requerem não apenas oferecer condições para que todos e todas possam estudar, mas também assegurar a igualdade de oportunidades, inclusive do ponto de vista qualitativo.

Pela presente pesquisa se nota também que ainda existem desafios significativos a serem enfrentados. A persistência de estereótipos de gênero, a falta de representação da comunidade trans de liderança nas instituições de ensino superior e a necessidade de enfrentar as desigualdades de gênero de forma interseccional, são questões que exigem atenção contínua.

Por todo exposto, pode-se afirmar ainda que a inclusão de pessoas transexuais nas instituições de ensino superior é uma questão de direitos humanos; que é crucial que o Legislativo se debruce na elaboração de leis específicas que assegurem os direitos da comunidade transexual; que os Estado precisa adotar uma agenda de políticas públicas que não se reduzam em campanhas de saúde; e que as instituições de ensino superior precisam adotar políticas e práticas que promovam a inclusão e o respeito pelos direitos das pessoas transexuais.

Além disso, é importante continuar avançando na conscientização e na educação sobre questões de identidade de gênero para criar um ambiente mais acolhedor, inclusivo para todos os estudantes e que, sobretudo abandone definitivamente o estigma da patologização da transexualidade.

Referências

ALMEIDA, Wilson de Mesquita. **O Prouni e a “Democratização do Ensino Superior”**: Explorações Empíricas e Conceituais. In: Anais da 33ª Reunião Nacional da Anped, Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT11-6232-Int.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. 2a. ed. Natal, Editora da UFRN, 2014.

BORGES, Fernanda. **II Colóquio “Transexualidade e olhares interdisciplinares para e na construção de diálogos inclusivos”**. MPIES, Serrinha/BA, 18/08/2023.

HILTON, Érika. **Não Passarão**. Brasília, DF. 30 ago. 2023. Instagram: @hilton_erika. Disponível em <https://www.instagram.com/reel/CwloSEWguq9/?igshid=MTc4MmM1Yml2Ng%3D%3>. Acesso em: 30 ago. 2023

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis. **Identities Sexuais Não-Hegemônicas**: A Inserção dos Travestis e Transexuais no Mundo do Trabalho Sob a Ótica Queer. In:

Anais ANPAD, Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo425.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SALES, Celecina M. Veras. Mulheres jovens rurais: marcando seus espaços. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200021/22867>. Acesso em: 10 ago. 2023.

A DIVERSIDADE SEXUAL NO CURRÍCULO ESCOLAR: UM DEBATE NECESSÁRIO PARA O RECONHECIMENTO E A VALORIZAÇÃO DAS IDENTIDADES DOS ESTUDANTES

Geovana Marcia Carneiro Oliveira

Resumo

A temática da diversidade sexual nas escolas é ainda algo distante na realidade brasileira. Há um silenciamento no currículo escolar da educação básica sobre questões de gênero e sexualidade, especialmente em relação às identificações não cisgêneras. Nesse sentido, o presente artigo objetiva promover uma ampliação dos olhares da escola sobre o seu currículo, para que busque contemplar a diversidade sexual dos estudantes que compõem a comunidade escolar, acolhendo, respeitando e valorizando suas identidades. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com a metodologia do estudo bibliográfico, que conta com as contribuições de Louro (1997; 2008), Andrade (2012), Nascimento (2022), Hall (2005), Santos (2011) e Moreira e Silva (2005). O estudo visa ampliar a visibilidade da temática, promovendo reflexões sobre a importância de se adotar um currículo crítico que contribua para a construção de uma sociedade que respeite e valorize as diferenças.

Palavras-chave: Diversidade sexual. Currículo. Identidades.

1. Introdução

O presente artigo é resultado das provocações do II Colóquio promovido pelo Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus XI), apoiado pelo Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS), que teve como tema “Transexualidade e olhares multidisciplinares para e na construção de diálogos inclusivos”, ocorrido no dia 18 de agosto de 2023, no auditório DDEC do Campus XI- Serrinha.

Contando com expositores e mediadora implicados com a temática ali discutida, o objetivo do colóquio foi o de pensar o conhecimento, relacionando-o às variadas maneiras de ver, numa perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, questões que nem sempre estiveram no centro das discussões acadêmicas, como os estudos sobre gênero e sexualidade, que, comumente, são demandadas pelos movimentos sociais e pelos sujeitos que as vivenciam, especialmente a partir da inserção dessa questão no meio acadêmico.

Com efeito, também, no âmbito escolar, a inclusão de temáticas relacionadas à diversidade foi resultado de fortes pressões dos movimentos sociais, algumas refletidas nos documentos oficiais, a partir da publicação de leis que estabelecem obrigatoriedade da abordagem de temas no currículo, tais como as questões raciais e étnicas, do campo, de inclusão social. Contudo, há outras temáticas invisibilizadas, como a de gênero e de sexualidade, que ainda sofrem fortes pressões de setores conservadores da sociedade, como as ocorridas há pouco tempo nos debates nacionais e territoriais para construção da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, quando o tema “gênero” foi vigorosamente hostilizado.

É notável que falar de diversidade sexual no Brasil continua sendo um tabu, um sacrilégio. Por isso, a escola sente muitas dificuldades para promover atividades que respeitem e valorizem essas diversidades, seja por não tê-las contempladas no currículo oficial, seja por não saber como lidar com questões de cunho tão subjetivo, afinal a escola foi construída numa base empírica, cartesiana, onde as subjetividades são, no mínimo, um terreno estranho. Então, como dar visibilidade à diversidade sexual no currículo escolar para acolher e valorizar os estudantes em suas identidades? Para responder a esse problema, esse artigo objetiva promover uma ampliação dos olhares da escola sobre o seu currículo para que busque contemplar a diversidade sexual dos estudantes que compõem a comunidade escolar, acreditando que, com isso, ele (o currículo) possa contribuir para a formação de pessoas mais sensíveis, abertas e acolhedoras às diferenças. Assim, a escola poderá reconhecer, validar e valorizar as diversas identidades presentes em seu universo, eliminando práticas preconceituosas e discriminatórias ocorridas em seus espaços, em seu entorno e na sociedade.

Para discutir o assunto, são pertinentes e significativas as contribuições de Louro (1997; 2008), pesquisadora no campo do gênero,

Andrade (2012) e Nascimento (2022), que trazem à tona a luta dos movimentos sociais e das minorias sexuais, Hall (2005) e Santos (2011), que dissertam sobre identidades culturais, além de Moreira e Silva (2005), na perspectiva crítica do currículo.

Acredita-se que, para construir uma sociedade mais igualitária, tolerante e democrática, é necessário respeitar a diversidade dos estudantes em suas variadas dimensões, não só da religião, da cultura, da etnia, da inclusão social, mas também daquelas relacionadas às questões de gênero e sexualidade, sendo necessário, para isso, um olhar multidisciplinar do currículo, que materialize as concepções de cidadania e sociedade que deseja formar.

2. Metodologia

Adotando uma abordagem qualitativa, que, segundo Minayo (2015), preza pela emancipação dos sujeitos e considera o universo de significados e subjetividades, esse trabalho possui o caráter metodológico do estudo bibliográfico e segue o itinerário proposto por Gil (2010, p. 47), que delinea as seguintes etapas da pesquisa bibliográfica:

- escolha do tema;
- levantamento bibliográfico preliminar;
- formulação do problema;
- elaboração do plano provisório de assunto;
- busca de fontes;
- leitura do material;
- fichamento;
- organização lógica do assunto, e
- redação do texto,

A escolha do tema e o levantamento bibliográfico preliminar (etapas *a* e *b*) foram definidos pela organização do Colóquio, mencionado na introdução do artigo. Para Gil (2010), essas duas primeiras etapas são passos importantes para delinear o problema e para proporcionar ao pesquisador uma familiaridade necessária ao aprofundamento do tema. Assim, o problema (etapa *c*) foi formulado em torno da invisibilidade do tema diversidade sexual no currículo escolar brasileiro e, para discuti-lo, foram realizadas as etapas seguintes: elaboração de

um plano de estudo, busca de fontes, leitura e fichamento de material, organização das ideias e redação final.

Considerando que esta pesquisa está alinhada à realização do referido Colóquio, vale ressaltar a importância e a riqueza dos debates para a sensibilização dos pesquisadores presentes e para a apropriação de novos conceitos até então pouco discutidos. As leituras recomendadas preliminarmente também foram relevantes para construir/ampliar um conhecimento prévio sobre o que seria discutido.

3. Desenvolvimento

A produção teórica sobre as diferenças teve origem no século XVI, quando foram encontrados povos diferentes do “civilizado” ocidental. Esses povos, que não tiveram respeitadas suas culturas e suas identidades, por serem consideradas “atrasadas”, “inferiores”, “menores”, não foram reconhecidos em suas especificidades, sendo comumente descritos a partir do olhar ocidental europeu, branco, héteronormativo. O etnocentrismo impediu, durante séculos da história, que o ser humano aprendesse a conviver com as diferenças e reconhecesse a riqueza da diversidade existente na humanidade. Somente a partir dos anos 60 e 70 do século XX, com a emergência dos Estudos Culturais, nos Estados Unidos (SILVA, 1995), questões como gênero e sexualidade, raça e etnia, nacionalidade e identidade cultural, política de identidade, cultura popular, dentre outras temáticas, começaram a ser discutidas, primeiro no campo dos movimentos sociais e, em seguida, nos espaços acadêmicos.

Aqui no Brasil, foi só no final dos anos 80 que o termo gênero foi utilizado por feministas (LOURO, 1997), apesar da visibilidade que estas passaram a ter, a partir do movimento sufragista no início do século XIX. Para Louro (1997), o movimento feminista teve grande impacto para a definição do que hoje se entende por gênero, que ultrapassa a visão simplista de uma relação com o biológico:

[...] É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico [...] (LOURO, 1997, p. 19).

Com efeito, a distinção elaborada para determinar o masculino e o feminino, baseada em parâmetros biológicos, tem, especialmente no Brasil, reforçado estereótipos e empregado marcas dolorosas nas pessoas que assumem, ou desejam assumir, uma identidade sexual diferente da que se convencionou compreender como “natural”. Nesse cenário, a escola, reflexo da sociedade patriarcal e paternalista, adotou (e ainda adota) um separativismo secular, ao distinguir atividades para meninos e para meninas, excluindo aqueles que não se encaixam nesse formato “padrão”.

As questões de gênero, especialmente sobre a diversidade sexual e as identificações não cisgêneras, ainda não são discutidas nas escolas da educação básica brasileira. A primeira tentativa de debate, nesse sentido, a nível nacional, deu-se em torno da construção da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que gerou polêmicas e preconceitos e até mobilizou setores antes nunca envolvidos e comprometidos diretamente com o currículo escolar, como as igrejas em suas diversas agremiações. As minorias sexuais foram sufocadas nesse debate e as más interpretações sobrepuseram-se às fragilidades da pouca produção teórica – na verdade nem houve tempo para conhecer essa produção. Com isso, as escolas de educação infantil, do ensino fundamental e médio continuam assistindo inertes a um silenciamento, mesmo quando os estudantes sofrem atos preconceituosos e discriminatórios relacionados às questões de gênero, de gostos e orientações sexuais. Até mesmo no âmbito universitário brasileiro essa questão é ainda incipiente, especialmente em relação às identificações não cisgêneras. Segundo Nascimento (2022), travestis e mulheres trans estão mudando esse cenário, participando de movimentos sociais e produzindo pesquisas acadêmicas, com o objetivo de dar visibilidade à perspectiva transfeminina e de denunciar os abusos sofridos por essa parcela da sociedade ignorada e subjugada.

A escola, que é composta por sujeitos diversos, muitas vezes não se atenta para as dificuldades de convivência, de reconhecimento e de aceitação das diferenças. Corroborando com Andrade (2012, p. 179), “a escola tenta moldar os jovens e seus sonhos em uma única forma, esquece que eles podem ter outros sonhos e objetivos distantes do que a escola tem a oferecer. Por que tentam enquadrá-los em suas metas e objetivos sem saber o que pensam? [...]”, ou seja, a escola não considera suas identidades, seus contextos, suas histórias de vida.

Para Hall (2005, p. 12), as sociedades modernas são caracterizadas pelas mudanças constantes e, nesse contexto, “[...] o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas [...]”. Nesse sentido, o autor concebe a identidade como um construto social e não biológico, podendo variar continuamente de acordo com os sistemas culturais que rodeiam o ser. Na contramão dessa concepção, as escolas conservam modelos uniformizados, concepções totalitaristas e pensamentos pré-fixados que idealizam um homem e uma mulher conforme os padrões heterossexuais.

Ao contrapor a concepção bancária e imobilista da educação, Freire (1987) alerta para o caráter histórico do ser humano, que possui a capacidade de problematizar, de modificar e ser modificado num contínuo e dialético movimento. Para ele as realidades não são fixas nem imutáveis, porque os seres humanos estão em constante processo de mudança. A historicidade dos homens faz com eles sejam reconhecidos “[...] como seres que *estão sendo*, como seres inacabados, inconclusos, *em* e *com* uma realidade que, sendo histórica também, é igualmente inacabada. [...]” (FREIRE, 1987, p. 72). Se os seres são inacabados, inconclusos, não há como fixar suas identidades, determinar sua condição de ser e estar no mundo. Sendo assim, a escola, que tem a função de “formar” as pessoas, precisa percebê-las em seu processo de inacabamento e eliminar práticas que tentam homogeneizar tudo e todos, por meio dos seus regimentos e do estabelecimento disciplinar, que engessa, enquadra e exclui. Ela é extensão e reflexo de uma sociedade essencialmente plural e, portanto, precisa se abrir ao diferente, respeitando e valorizando suas gentes em sua construção identitária e social.

Por reconhecer a pluralidade existente no Brasil e respeitando os princípios de liberdade e democracia, a Constituição Federal de 1988 (art. 206, I, II, III) afirma que o ensino deve se pautar: “na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas [...]”. Além desses princípios, a lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – inclui o “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (art. 3º, IV).

Apesar da “garantia” do respeito às diferenças, presente na legislação, não é difícil encontrar posições e atitudes preconceituosas e

discriminatórias para com estudantes relacionadas às construções de gênero. Andrade (2012) traz em sua tese os depoimentos daquelas que foram excluídas da escola por serem travestis. Em seu estudo, a pesquisadora comprova o olhar machista e patriarcal da escola revelados pelo currículo formal, e oculto, e pelos documentos regradores da escola, como o regimento escolar. Ela denuncia, ainda, a invisibilidade de temáticas relacionadas à diversidade sexual no projeto pedagógico das escolas integrantes da sua pesquisa. Segundo a estudiosa:

Na hierarquia da escola, os(as) alunos(as) ocupam o último nível, a parte de baixo da pirâmide escolar, cabendo apenas a obediência, pois é para eles(as) que existe todo aquele aparato que objetiva torná-lo um(a) cidadão(ã) previsível, enquadrado em um padrão idealizado e hegemônico de homem e mulher (ANDRADE, 2012, p. 179).

A autora confirma que, na construção do currículo escolar, as vozes dos estudantes não estão presentes. O “outro”, o “adulto”, o “formado” é quem diz o que é melhor para eles, restando ouvir, reproduzir, seguir o determinado. Sabe-se que o currículo é construído a partir de uma determinada ideologia e que esta está a serviço de algo ou alguém, e esse alguém está sempre relacionado ao poder dominante que exclui e marginaliza as minorias.

A palavra currículo vem do latim *currere* e significa “caminho, jornada, trajetória, percurso a seguir” (PACHECO, 1996, p. 15). Segundo Pedra (1998), até o século XIX, o currículo foi compreendido como plano de estudo, matéria, recebendo nova conotação a partir dos trabalhos de John Dewey, com a criação da Escola Laboratório, onde a aprendizagem pela experiência recebia especial atenção. Atualmente o campo do currículo tem outras concepções e vem sendo muito debatido, questionado. Autores, como Moreira e Silva (2005), buscam desenvolver uma reflexão mais crítica assinalando que:

[...] O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (MOREIRA e SILVA, 2005, p. 8).

De fato, por não ser neutro, muito menos inocente, o currículo atende aos interesses de quem elabora e organiza os sistemas de ensino, por isso precisa ser contestado, alterado e reformulado criticamente para dar vez e voz àqueles e àquelas que historicamente são excluídos em sua condição de ser e de viver.

Nesse sentido, a escola, enquanto espaço genuinamente plural, precisa abrir as portas para a diversidade dos seus estudantes, de sua comunidade e da humanidade como um todo. Para tanto, é mister uma prática crítica e reflexiva acerca do currículo e dos elementos pedagógicos que o materializam, no sentido de poder inserir a diversidade de sua gente, dar vez e voz às minorias, construindo, assim, uma escola mais democrática, cidadã e multicultural em que caibam todos(as). Autores, como Silva (1995), McLaren (1997), Moreira e Silva (2005), dentre outros, alertam para a necessidade de uma visão multicultural dentro do espaço escolar, a fim de que se construa uma sociedade capaz de conviver com as diferenças, respeitá-las e valorizá-las.

Ao defender a adoção de uma pedagogia crítica, Moreira e Silva (2005, p. 95) faz “[...] um apelo a uma política da diferença e do fortalecimento do poder, que sirva de base para o desenvolvimento de uma pedagogia crítica através das vozes e para as vozes daqueles que são quase sempre silenciados [...]”. Isso requer uma atenção sobre as vivências materiais e simbólicas do cotidiano das pessoas, para que elas possam expressar, corajosamente, e serem acolhidas sem prejulgamentos. Essa não é uma tarefa fácil, nem para quem propõe, nem para quem é proposto, mas cada vez mais necessária.

Assumindo papel relevante, por ser um espaço comum onde a diversidade está fortemente presente, a escola precisa perceber-se protagonista dessa nova sociedade que tanto se quer implantar, agindo de maneira aberta em relação à temática da diversidade sexual, deixando de ignorar essa realidade tão presente em seu espaço e transformando novas mentalidades. Tudo isso perpassa pela discussão curricular. Concordando com Fontana (2013), o currículo precisa ser questionado, tanto na escola do campo quanto da cidade, para se compreender o porquê de alguns conhecimentos serem escolhidos em detrimento de outros e o porquê de tais culturas e identidades serem valorizadas ou não. A partir de então, torna-se necessário construir um currículo contextualizado com as vozes dos sujeitos envolvidos.

Com a BNCC, o componente Projeto de Vida ganhou destaque na matriz curricular da educação básica, em especial nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Na ementa desse componente, a discussão em torno do tema “identidade” pode trazer alternativas para a inclusão da diversidade sexual: “quem sou”, “o que me faz feliz ou infeliz”, “como gostaria de ser reconhecida(o)” são questões que abrem espaço para o reconhecimento de que não existem identidades permanentes e fixas (HALL, 2005). Para tanto, há de se reconhecer que o conceito de identidade extrapola o plano lógico e metafísico, como aponta Santos (2011), ao destacar a importância do aspecto antropológico.

Do mesmo modo que a “diferença é sempre um produto da história, cultura, poder e ideologia” (MCLAREN, 1997, p. 123), a identidade e a diversidade sexual, também o são. Nesse sentido, é preciso reconhecer que as concepções de gênero são construídas social e culturalmente e que a escola, através do seu currículo, é campo privilegiado para isso, pois “[...] a escola é um território de luta [...]” (MOREIRA e SILVA, 2005, p. 95).

4. Considerações finais

A temática da diversidade sexual ainda não recebeu a relevância necessária nos espaços escolares, ficando o currículo distante e desarticulado da vida dos estudantes que não se enquadram ao “padrão” por ela normatizado. Isso tem impossibilitado uma contribuição efetiva e/ou eficaz na superação dos estereótipos existentes sobre as diversas identidades presentes nos espaços escolares. A cultura homogeneizada em torno das questões de gênero, que demarcam a sexualidade em feminino e masculino e admite apenas a perspectiva heterossexual situa-se como um processo de invasão das identidades dos estudantes que se sentem acuados em suas orientações sexuais e, não tendo forças para subvertê-la, acatam ou evadem, ferindo, assim, a sua dignidade de pessoa que possui o direito ao acesso, à permanência e ao sucesso escolar.

Na sociedade contemporânea, a presença, nas escolas, de pessoas identificadas em uma das letras da sigla LGBTQIA+ é uma realidade que não pode ser ignorada nem desprezada. Faz-se necessário, urgentemente, promover uma reflexão sobre as práticas curriculares que excluem e marginalizam essas pessoas e desenvolver práticas

cotidianas que deem contribuição significativa à construção de uma sociedade mais igualitária, a partir da valorização da diversidade sexual em que pese o respeito às diferenças, resignificando e até criando novos valores e atitudes em contraponto àqueles já cristalizados pela cultura patriarcal. Como diz Louro (2008, p. 19), “[...] ainda que normas culturais de há muito assentadas sejam reiteradas por várias instâncias, é indispensável observar que, hoje, multiplicaram-se os modos de compreender, de dar sentido e de viver os gêneros e sexualidade [...]”, e a escola precisa integrar, em suas práticas, esses novos modos de ser.

Apropriar-se de componentes curriculares, como Projeto de Vida, é uma alternativa para desmontar conceitos estereotipados de identidade, cultura, diferença, diversidade, sexualidade, gênero. Além disso, realizar amplos debates com as famílias e os estudantes é uma necessidade latente para alcançar acolhimento em relação à inserção da diversidade sexual no currículo escolar e no Projeto Político Pedagógico, de modo a rever as anulações dessa temática, considerando as diversas manifestações sexuais presentes na vida dos estudantes e suas famílias, contextualizando o currículo e resignificando as aprendizagens.

A efetivação de práticas pedagógicas que deem visibilidade e valorem positivamente as diferenças, as identidades dos sujeitos, sua cultura, trabalho, costumes e preferências sexuais é um passo importante para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 04 out. 2011.

FONTANA, Maria Iolanda et. al. **A identidade e a cultura dos sujeitos do campo no currículo escolar**. XI congresso Nacional de Educação – EDUCERE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 23 a 26/09/2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 14-36.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade**: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56), maio/ago., 2008, p. 17-23.

MACLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 1997.

MINAYO, Maria C. de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOREIRA, A. F. B. E SILVA, T. T (orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2005.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. **Epistemologias transfeministas negras**: perspectivas e desafios para mulheres múltiplas. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 35, nº 77, p. 548-573, Setembro-Dezembro 2022.

PACHECO, José Augusto. **Currículo**: teoria e práxis. Porto Alegre: Porto Editora, 1996.

PEDRA, Nilcéa Maria de Siqueira. In: **Pensando Currículo**. Coordenação de Pós-graduação e Educação. Curitiba: UFPR, 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SANTOS, Luciano do. **As identidades culturais**: proposições conceituais e teóricas. Revista Rascunhos Culturais. Coxim/MS, v. 2, n. 4, p. 141-157, jul/dez. 2011.

VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO: A PRÁTICA TRANSFORMADORA

Vanessa Goes Lima

Resumo

O cenário atual está repleto de novas demandas e realidades que devem ser respeitadas. Com isso, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre acerca da valorização da diversidade e sua relação com a prática transformadora nos espaços educacionais. Com isso, utilizamos uma pesquisa qualitativa e como procedimento a pesquisa bibliográfica que foram essenciais para as discussões que reverberaram o trabalho. Para fundamentar a pesquisa foram utilizados alguns autores como Freire (1991, 1997, 2006, 2013); Imbernón (2010); Nóvoa (1991); dentre outros. Através das reflexões é pertinente reafirmar que as práticas transformadoras são fundamentais para uma educação mais justa e democrática na desconstrução de preconceitos, tanto fora, como dentro dos espaços educacionais, assim, possibilitando a formação de cidadãos autônomos, críticos e conscientes com conhecimentos vivenciados nas diferentes realidades.

Palavras-chave: Educação. Diversidade. Prática transformadora.

1. Introdução

Os profissionais da educação que ocupam espaços escolares estão propícios a lidar diariamente com situações de preconceitos referentes aos alunos, como também, colegas de trabalhos, necessitando buscar formações e apoio para que essas práticas sejam sessadas dentro e fora desses espaços. Com isso, participar de formações que possibilitam conhecer e refletir sobre diferentes demandas a respeito da diversidade se faz pertinente para manter relações profícuas entre os sujeitos na luta contra as desigualdades.

Desse modo, o educador, enquanto mediador das aprendizagens dos estudantes, tem um papel fundamental no andamento das práticas

pedagógica, podendo contribuir de maneira significativa para que processos de autoconhecimento e no fortalecimento de identidades através da busca da valorização da diversidade. Nesse viés, falar sobre ocupação de espaços, especificamente da desconstrução de preconceitos, toca no meu íntimo, enquanto professora, enquanto pesquisadora e enquanto uma pessoa que faz parte da comunidade Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Questionando, Intersexuais... (LGBTQI+), enquanto mulher bissexual que muitas vezes me sinto excluída e questionada sobre minha sexualidade.

Considerando a importância da formação continuada para profissionais que muitas vezes sentem-se inseguros sobre determinados temas, o Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) traz em sua trajetória o fortalecimento da promoção de eventos que viabilizam a diversidade em inúmeros contextos, assim, através do II colóquio “Transexualidade e olhares multidisciplinares para e na construção de diálogos inclusivos”, foi possível compreender algumas demandas que fazem parte de pessoas que acabam se tornando marginalizadas devido a sua sexualidade ou identidade de gênero, nesse segmento, esse trabalho objetiva refletir acerca das reflexões trazidas no II colóquio e relações com a diversidade presente nas escolas através da prática do educador.

Com isso, é necessário que o educador busque estratégia para que aconteça a inclusão entre as pessoas que permeiam diferentes realidades, na promoção de ações para que essas pessoas tenham seus lugares ocupados com diálogo, respeito e dignidade, reverberando em conquistas significativas.

O artigo está dividido em quatro seções, que contextualizam a temática aqui abordada, sendo a primeira, Introdução; a segunda, Metodologia; a terceira, Valorização da diversidade, que está dividida em duas subseções, Relações sociais e a prática transformadora; Reflexões desenvolvidas acerca de diálogos inclusivos e a última, Considerações finais.

2. Metodologia

A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, na intencionalidade de compreender as discussões que fizeram parte desse trabalho, Brandão (2001) nos assevera que esse tipo de pesquisa,

[...] está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.), em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa (BRANDÃO, 2001, p.13).

Partindo desse pressuposto, esse tipo de pesquisa tem relação intrínseca com a prática social, o que foi pertinente na construção desse trabalho. Como procedimentos foi utilizada a pesquisa bibliográfica que segundo Gil (2002, p. 3) “[...] a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente [...]”, nesse sentido, através de fundamentações teóricas que foram essenciais para compreensão do trabalho, permitindo ao pesquisar conhecer saberes que já foram construídos por outrem e fazem sentido para compreensão do trabalho, assim, aliada à atividade prática, como citada acima, o II colóquio “Transexualidade e olhares multidisciplinares para e na construção de diálogos inclusivos”, promovido pelo MPIES, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI- Serrinha, realizado no dia 18/08/2023, mediado pela Prof^a Dr^a Isabelle Sanches Pereira (UNEB) e proferido pela Especialista Fernanda Borges, pelo Prof^o Me. Luiz Alberto Lima e pelo Me. Ronaldo Barros, que proporcionaram discussões emergentes para nosso contexto.

3. Valorização da diversidade

As transformações que acontecem na sociedade reverberam em demandas sociais, por isso, devem acontecer momentos de formações, palestras, rodas de conversas, entre outros que contribuam para garantir diálogos inclusivos para as pessoas que vivem a margem da sociedade devido a preconceitos que fazem parte da estrutura e que precisam ser desconstruídos, além de penalizados. Entretanto, as políticas de formações no contexto escolar muitas vezes são insuficientes, o que faz com que esses preconceitos sejam disseminados cada vez mais através de termos errôneo e falácias utilizadas com pessoas que devem ter seus direitos preservados. Para Imbernón (2010, p. 8), “[...] a instituição que educa deve ensinar, por exemplo, a complexidade de

ser cidadão e as diversas instâncias em que se materializa: democrática, social, solidária, igualitária, intercultural e ambiental.”, assim, é fundamental que no processo de ensino e aprendizagem os sujeitos que fazem parte daquele espaço tenha oportunidade de explorar o espaço em que vive e para além dele, compreender o seu papel na sociedade enquanto cidadão e conhecer os seus direitos e deveres.

3.1. Relações sociais e a prática transformadora

Ao pensar em relações sociais na educação brasileira é essencial analisar os inúmeros contextos que são vivenciados pelas pessoas, sabendo que cada um traz em si as suas especificidades. Nesse sentido, nos contextos formativos deve-se repensar na participação efetiva de quem realmente vivencia a dor, o medo, a angústia, o desespero, para que aconteça possibilidade de transformação no que de fato ocorre em suas realidades, logo, o professor enquanto mediador de processos, tem papel fundamental nessas trocas de relações.

De acordo a Lee (1989, p.63) “A missão da formação do professor provê-lo de um currículo instrucional e de outras experiências profissionais que, sistematicamente, o preparem para compreender como diversos grupos humanos crescem, mudam e aprendem.” Com efeito, nem sempre é o que se concretiza, infelizmente é notório que muitos professores sentem falhas na formação inicial, não tem apoio de formações na escola e não buscam novas possibilidades para ter uma formação continuada na perspectiva de saber lidar melhor com a sua prática, fazendo com que os desafios existentes na sala de aula se intensifiquem e a exclusão de alguns estudantes aconteça.

É pertinente, ouvir, analisar, refletir e perceber que a dor do outro não é a mesma que a minha, que a dificuldade que perpassa cada sujeito é singular e as formas de agir sobre cada situação também, somos seres únicos e com direito de aprender de acordo ao que conseguimos, sendo assim, o professor deve criar possibilidades para que os estudantes se motivados a querer o novo também, não descartando seus conhecimentos prévios. Segundo Freire (2013, p.44) “Quando entro em sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto, em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimentos.” De acordo a assertiva do autor, o professor deve trazer

para o seu contexto momentos em que os estudantes se estimulem ao decorrer do desenvolvimento das atividades e percebam o quanto são capazes de buscar mais informações, como também, compartilhar os conhecimentos existentes com os colegas.

Não é interessante para os estudantes que os professores levem apenas conteúdos de maneira superficial e transfira aquele conhecimento, mas busquem metodologias para envolver os alunos nas atividades realizadas em busca de uma educação transformadora que vai ajudar na mudança de vida daqueles sujeitos. A formação continuada nas palavras de Nóvoa (1991),

[...] deve estar articulada com o desempenho profissional dos professores, tomando as escolas como lugares de referência. Trata-se de um objetivo que só adquire credibilidade se os programas de formação se estruturarem em torno de problemas e de projetos de ação, não em torno de conteúdos acadêmicos. (NÓVOA, 1991, p. 30).

Corroborando com esse pensamento, Freire (1997, p. 38) afirma, “a práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido”. Ou seja, uma prática aliada a teoria com conhecimentos pertinentes para o reconhecimento da identidade e autonomia na luta contra a opressão, tendo a escola como um lugar de intervenção para que os alunos descubram a sua força em meio as suas realidade, que incessantemente é violada pela falta de políticas públicas e segurança.

O professor precisa ter ciência de quais são as suas funções e ser ativo no processo escolar para melhoria do desenvolvimento dos estudantes, despertando curiosidade, com dinamismo e olhar sensível. Acerca disso, Vasconcellos (2003) considera que

O professor deve se assumir como sujeito de transformação no sentido mais radical (novos sentidos, novas perspectivas e dimensões para a existência, nova forma de organizar as relações entre os homens), e se comprometer também com a alteração das condições de seu trabalho, tanto do ponto de vista objetivo (salário, carreira, instalações, equipamentos, número de alunos por sala, etc.), quanto subjetivo (proposta de trabalho, projeto educativo, relação pedagógica, compromisso social, vontade

política, abertura para a mudança, disposição democrática, etc.). (VASCONCELLOS, 2003, p. 77).

Evidentemente, exercer a função de professor, não é uma tarefa fácil, nem tão pouco linear, mas contribui para transformação da educação se realizada de maneira problematizadora, crítica e reflexiva. Todavia, a valorização da experiência cotidiana, dentro das singularidades e pluralidade de forma participativa através da participação, como o acesso aos mesmos meios de comunicação, instrumentos e situações emergentes, democratizam e reforçam as motivações para uma educação de qualidade.

3.2 Reflexões desenvolvidas acerca de diálogos inclusivos

O Cenário atual nos mostra o quanto o conhecimento inerente aos contextos de diversidades vem sendo compartilhado com mais aceitação nas esferas educacionais, contudo, algumas pessoas ainda são resistentes para compreender e respeitar o próximo, tornando-se uma batalha diária em prol do respeito e da inclusão. Para tanto, é profícuo a participação de momentos de formação sobre temáticas tão necessária faz com que as pessoas tenham a oportunidade de desconstruir e que aprenderam de forma errônea socialmente.

Quando falamos de conhecimento, falamos de poder, “O poder produz saber [...] não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2010, p.30). Nesse sentido, essas relações de poder são importantes para reafirmar que é preciso ir além do superficial ou senso comum, fazendo com que a pesquisa esteja imersa nas práticas e relações que são exercidas.

É indispensável que as construções sociais se centralizem de forma tradicional em um mundo cheio de demandas e diferenças, as pessoas precisam refletir sobre suas ações e não deixar com que o seu preconceito, muitas vezes velado em forma de opinião, passe a atingir a vida de alguém. Conforme Freire (2006, p. 100) “não sou se você não é, não sou, sobretudo, se proibo você de ser”, partindo desse pressuposto, podemos dizer que a relação do oprimido um dia ser opressor existe, mas não é satisfatória para que a sociedade desenvolva bons cidadãos, ainda mais quando tomada pela raiva e angústia tenta despejar no outro o que já despejaram em si.

Para que possamos pensar em qualquer estratégia de intervenção é necessário reconhecer as formas de instituição das desigualdades sociais, pensar na sociedade como um todo e como enfrentar as adversidades presentes nesses espaços, sabendo que as demandas sociais são facilmente desprezadas em troca de relações de interesses. É importante ressaltar, como diz Freire (1975, p. 30) “não é a educação que forma a sociedade de uma determinada maneira, senão que esta, tendo-se formado a si mesma de uma certa forma, estabelece a educação que está de acordo com os valores que guiam essa sociedade”, coadunando com esse pensamento do autor, a transformação da educação e da sociedade ocorrem juntas e esses valores não abrangem a todos, acarretando a exclusão, não se deve pensar na constituição apenas para determinados grupos ou crenças.

Ao pensar em educação no ensino superior, temos algumas universidades como um ambiente plural, que estão ampliando perspectivas no sentido de contribuições na abertura de espaços para discussões emergentes, como gênero, sexualidade, racismo, cotas, violência contra a mulher, dentre outros. Por conseguinte, é preciso perder a armadura do ódio e compreender que existem pessoas que amam de forma diferente e isso tem que ser respeitado, como também, pessoas que não se reconhecem nos gênero nos quais nasceram e muitas vezes ficam reféns da sociedade com medo de se reconhecer devido a tantos preconceitos e violências existentes.

A busca por informações para desconstrução de reproduções enganadoras necessita acontecer com mais frequência. Para Freire (1991, p. 84) “a transformação da educação não pode antecipar-se à transformação da sociedade, mas esta transformação necessita da educação”, nesse viés, o diálogo é um meio que permite a troca entre os pares de forma respeitosa, tanto nos espaços educacionais, como para além dele. Dessarte, os profissionais da educação imersos em realidades sociais, têm a oportunidade de contribuir para que faça sentido na vida daquelas pessoas que não se sentem incluídas nesses espaços de forma digna.

4. Considerações finais

A reflexão aqui feita a partir das tessituras dos textos e das discussões que aconteceram no II colóquio “Transexualidade e olhares multidisciplinares para e na construção de diálogos inclusivos”, que são

emergentes e necessários para a nossa sociedade. Assim, pensar no sujeito em sua singularidade e na maneira com que a diversidade se faz presente nos espaços educacionais deve repercutir de forma positiva para análise de ações e atitudes que são promovidas pelas pessoas.

Nesse sentido, sendo a educação um direito de todos e entendida como uma prática social, pode oportunizar a construção de uma sociedade mais cidadã e inclusiva. Para isso, é preciso repensar nas pessoas em meio aos espaços em que estão inseridas e como a autonomia possibilitada através dos professores em espaços de formação pode auxiliar em novos olhares na ampliação das dimensões e responsabilidade das práticas educativas.

Diante desse entendimento, percebemos que a formação de professores em sua forma inicial, deixa lacunas que só conseguem ser sanadas através da formação continuada, o que muitas vezes não é proporcionada pelos espaços do qual fazem parte e precisam buscar de forma independente. Destarte, os diálogos e partilhas entre os pares fazem diferença nas estratégias que agregam os contextos sociais vivenciados, lembrando do poder que é gerado através do conhecimento. Exige-se, portanto, intencionalidade e reflexão sobre os métodos utilizados para que os estudantes participem ativamente das práticas desenvolvidas e se sintam pertencentes ao processo.

Portanto, as práticas transformadoras, são essenciais para desconstrução de padrões que estão enraizados na sociedade de forma que afetam as pessoas que não fazem parte do que é tido como tradicional e conservador. Com efeito, devemos enfrentar todo e qualquer tipo de preconceito que venha diminuir e desrespeitar o que é tido como diferente, fazendo com que a inclusão não aconteça de forma concernente a valorização da diversidade.

Referências

BRANDÃO, Z. **A dialética macro/micro na sociologia da educação**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, SP, n. 113, p. 153-165, jul. 2001.

CARVALHO, R. E. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 6. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2010.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez; 1991.

----- **Conscientização:** Teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3ª ed.; São Paulo: Centauro, 2006.

----- **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 46. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

----- **Pedagogia do Oprimido.** 24ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
FREIRE, P.& ILLICH, I. **Diálogo.** In: Seminário Invitación A Concientizar y Desescolarizar: Conversación permanente, Genebra, 1974. Atas. Buenos Aires, Busqueda-Celadec. 1975, 109 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEE, M. W. **Tornar o desenvolvimento infantil relevante para todas as crianças:** implicações para a formação de professores no desenvolvimento e cuidados na primeira infância, 47, 63-73, 1998.

NÓVOA, A. Concepções e práticas da formação contínua de professores. In: NÓVOA, A. (org.). **Formação contínua de professores:** realidade e perspectivas. Portugal: Universidade de Aveiro, 1991.

VASCONCELOS, C. dos S. **Para onde vai o Professor?** Resgate do Professor como sujeito de transformação. 10ª Ed. São Paulo: Libertad, 2003.



Sobre as organizadoras

RETORNAR AO SUMÁRIO

Marize Damiana Moura Batista e Batista

Pós-doutora em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus I. Especialista em Educação (UNEB). Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). É Professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI, atuando no curso de Licenciatura em Geografia. É Professora de Geografia do ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), na rede estadual da Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa A Geografia dos Assentamentos nas Áreas Rurais (GEOGRAFAR) do IGEO/UFBA. Vice coordenadora do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos, Pesquisa e Extensão em Geografia e Educação (LEPEGE), UNEB, Campus XI. Atua no campo da Geografia e da Educação. Na Geografia, dedica-se aos estudos vinculados à questão agrária brasileira e suas expressões socioespaciais; a juventude do campo na dinâmica das conflitualidades da produção do espaço agrário. Na Educação, atua com os temas Formação em espaços escolares e não escolares; Ensino de Geografia; Educação do campo e Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores.

Selma Barros Daltro de Castro

Pós-doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana, Doutora e mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. Atualmente é professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI- Serrinha e professora permanente do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social- MPIES/UNEB. É avaliadora integrante do BASIS do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Professora da Prefeitura de Feira de Santana. Tem experiência na área de Educação, com ênfase políticas e gestão da educação, formação de professores, pesquisa educacional, educação municipal, conselho municipal de educação, educação e tecnologia. Vice-líder do grupo de pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS)/ UNEB-Campus XI e membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Formação do Professor (NUFOP)/UEFS.



Sobre as/os autores

[RETORNAR AO SUMÁRIO](#)

Aderilson Anuniação de Oliveira

Graduado em Psicologia pela Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC - Campus Feira de Santana (2018). É formado em: Psicoterapia Breve Operacionalizada: a escuta psicanalítica (PBO), pela RH Compete Consultoria Organizacional (2016); Orientações Teóricas e Práticas Educacionais e Psicopedagógicas pela ALPHA Desenvolvimento Humano e Organizacional. Delegado e secretário representando a Região Sertão/Recôncavo no COREP 2019 (Congresso Regional de Psicologia), em Salvador. Delegado representante da Bahia no CNP 2019 e 2022 (Congresso Nacional de Psicologia). Pós-graduado lato sensu em Psicologia Educacional e Escolar pela FAVENI (2020). Mestrando no Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social da UNEB Serrinha - Campus XI (2023-2025). Atuou como instrutor de ensino no Centro Estadual de Educação Profissional Áureo de Oliveira Filho entre os anos de 2013 e 2014 e ministrou o curso de Informática Empresarial na Speed Informática de 2015 até 2019. Além de prestar serviço como instrutor de ensino no SENAI e no Pré-Vestibular Isoladas de maneira sazonal. Atualmente é sócio codiretor do Instituto Contigo de Psicologia Clínica e Organizacional; foi coordenador do Grupo de Trabalho em Psicologia Escolar do CRP 03, na Subsede de Feira de Santana, no triênio 2019-2022. Está como coordenador da Comissão de Educação do Conselho Regional de Psicologia da Bahia - CRP03 (Plenária XVII 2022-2025). Atualmente está lotado no Colegiado de Psicologia da Faculdade FARESI, ministrando disciplinas referentes à Psicologia Escolar, Ética Profissional e Desenvolvimento Humano.

Adriana Santos Costa

Mestranda em Intervenção Educativa e Social- MPIES/UNEB - Campus XI, Serrinha (2023.1). Pesquisadora do grupo de pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS)/UNEB - Campus XI. Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2015). Atualmente Analista Técnica Educacional do Conselho Municipal de Educação de Feira de Santana. Tenho experiência como formadora do programa de Regularização de Fluxo do instituto Airton Senna e na docência da Educação Infantil. Especialista em Alfabetização e Letramento pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2021).

Especialista em Gestão Escolar pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2022). Aluna Especial do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação - Campus XI, Serrinha (2022.2).

Angélica Gimenes Naranjos

Mestranda em Intervenção Educativa e Social (MPIES) pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus XI, Serrinha - Ba, Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social - EPODS/ DEDC Campus XI/ UNEB, licenciatura em PEDAGOGIA pela Universidade do Estado da Bahia, licenciatura em MATEMÁTICA pela Universidade Metodista do Estado de São Paulo. Especialista em Educação Infantil pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID como professora supervisora. É professora de educação infantil na rede municipal de Serrinha, atualmente exerce a função de coordenadora pedagógica. Tem experiência na área de Educação com ênfase em educação Infantil, educação antirracista, currículo, formação de professores.

Angelo Márcio Correia da Conceição

Possui graduação em EDUCAÇÃO FÍSICA (licenciado e bacharel) pela FACULDADE SOCIAL DA BAHIA (2015; 2016). Especialização em Treinamento Físico para a terceira idade. Tem experiência na área de Ciências da Saúde, com ênfase em Educação Física. Atua como Coordenador no Projeto A SAÚDE DAS MULHERES E AS ATIVIDADES FÍSICAS DE 60 +, parceria com o Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Africanos e Afrobrasileiros em Línguas e Cultura (NGEALC), pertencente a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus I, Salvador - Bahia. É Diretor Cultural do Instituto Cidadania e Inclusão Social (IECIS), na cidade de Salvador - Bahia.

Arlete Miranda Amancio Maciel

Mestranda do Programa de Pós-graduação - Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social, (MPIES) pela UNEB/Campus XI - Serri-

nha. Integrante do Grupo de Pesquisa da Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Educativo Social – EPODS. Especialista em Pedagogia Histórico-Crítico – UFBA. Licenciada em Letras Vernáculas e em Pedagogia pela UNEB. Professora da Educação Básica do município de Tucano – BA.

César Costa Vitorino

Possui graduação em Pedagogia Habilitação em Magistério das Séries Iniciais do 1o Grau pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, graduação em Pedagogia Habilitação em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2o Grau pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB (1994), Especialização em Planejamento e Prática de Ensino pela Faculdade de Educação da Bahia - FEBA, Mestrado em Letras, área de concentração Linguística Histórica, pela Universidade Federal da Bahia - UFBA e Doutorado em Programa de Pós-graduação em Letras, área de concentração Linguística, Conceito CAPES 6, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Professor Permanente do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES/UNEB/Campus XI) e Orientador. Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros em Línguas e Culturas (NGEAALC / UNEB), Membro do Grupo de Pesquisa: Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS/UNEB), Membro do Grupo de Pesquisa GCONPORT- Fala e contexto no português brasileiro / UNEB. Atualmente é Professor Doutor II da Fundação Visconde de Cairu (FVC), Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (1992), graduação em Pedagogia pela Universidade Católica do Salvador (1988), Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2004) e Doutorado pela Universidade Federal da Bahia (2010). Psicóloga do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (perícias, avaliações psicológicas, atendimento clínico). Atualmente é Professora da UNEB do Departamento de Ciências Humanas, Campus V, Professora adjunta da Universidade Salvador (UNIFACS) do Mestrado em Direito, Governança e Políticas Públicas. Professora da UNEB do Programa de

Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social-MPIES, do Departamento de Educação, Campus XI. Serrinha/BA. Líder e Pesquisadora do Grupo de pesquisa FORMAGEL Professora dos Cursos de Psicologia e bacharelados. Professora da Universidade do Estado da Bahia, participou do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (Epods), do Grupo Recôncavo e do grupo de pesquisa Políticas e epistemes da cidadania.

Cristiane Maria de Freitas Ribeiro

Atualmente é Mestranda em Intervenção Educativa e Social pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e é estudante pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social - EPODS, da Universidade do Estado da Bahia. Possui Especialização em Microbiologia na Faculdade Frassinetti do Recife e é graduada em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Docente da Educação Básica do Estado da Bahia e da Rede Municipal de Ensino de Valente-BA.

Eberson Luís Mota Teixeira

Mestrando no Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) Turma 04 - 2022 - da Universidade do Estado da Bahia (UNEB-BA). Tem Licenciatura em Filosofia. É atualmente professor EBTT do Instituto Federal Baiano (Campus Bom Jesus da Lapa - BA). E-mail: arcoteixeiraarco@yahoo.com.br.

Edjane Gomes de Souza Soares

Atualmente é Professora Auxiliar/Especialista e Coordenadora do Colegiado de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus VIII, Paulo Afonso. Mestranda do Mestrado Profissional Intervenção Educativa e Social - MPIES-UNEB. Membro da Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso/TCC. Membro do Núcleo Docente Estruturante do curso Pedagogia/ Departamento de Educação - Campus VIII/Paulo Afonso. Atua como professora na Educação Básica da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.

Elcione Carvalho Santos

Mestranda em Intervenção Social e Educativa (MPIES) UNEB- Campus XI- Serrinha -BA. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Campus XI (2005). Também graduada em Letras/Inglês pela UNISEB coc (2013) É pós-graduada pela FINOM- Faculdade do Noroeste de Minas em Orientação Educacional. Exerce o magistério na rede municipal de Araci, atuando como docente de Língua Portuguesa. Atualmente é Coordenadora Pedagógica concursada da Rede Estadual da Bahia-NTE 04. É membro da Comissão Municipal de Governança do Município de Araci.

Emile Cristina do Nascimento Costa

Bacharel em Psicologia pela Universidade Salvador (UNIFACS). Mestranda no Programa de pós-graduação em Intervenção Educativa e Social - MPIES, da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI, Serrinha/BA. Atualmente, é membro dos Grupos de Pesquisa FORMA-GEL e EPODS.

Érica Santos Araújo

Mestranda em Intervenção Educativa e Social - MPIES, Especialista em Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação (TAE) e Coordenação Pedagógica. Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XI. Atua como Coordenadora Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação em Serrinha-BA. Têm experiência como monitoria de ensino no ambiente acadêmico. Membro do Grupo de Pesquisa Grupo de Pesquisa: Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS/UNEB) e Grupo de Pesquisa GEPLET - UNEB-UEFS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3394-9215>. Tem interesse por estudos na área de Formação de Professores. e-mail: ericasaraujo@hotmail.com

Éverton Nery Carneiro

Pós-doutor em Educação (Universidade Federal do Ceará). Pós-doutor em Crítica Cultural (Universidade do Estado da Bahia). Doutor em Teologia pela Escola Superior de Teologia (CAPES 06). Mestre em Teologia (EST). Especialista em Filosofia Contemporânea (São Bento); Especialista em Ética, Teologia e Educação (EST); Especialista em Educação, desenvolvimento e Políticas Públicas (FACIBA); Licenciatura em Geografia (UEFS); Bacharel em Teologia (STBNE); licenciado em Filosofia (FBB). Atualmente é docente da Universidade do Estado da Bahia. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: ética, hermenêutica, vida, filosofia, fenômeno religioso e arte. É professor permanente do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), onde atua como coordenador da Linha 02 (Novas formas de subjetivação e organização comunitária), atuando como professor de Metodologia da Ciência. Coordenador do Centro de Estudos e Pesquisas Interdepartamental em Culturas e Religiões (CEPICR). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Religião, Cultura e Saúde. Tem experiência na área de ensino de geografia e filosofia também no ensino médio. Atualmente desenvolve parte de suas atividades docentes na graduação, nos seguintes componentes curriculares: Filosofia e Ética; Seminários Interdisciplinares de Pesquisa; Trabalho de Conclusão de Curso; Estudos Filosóficos; Arte, Cultura e Sociedade. Coordena o Curso de Pedagogia da UNEB no Campus XV. Autor dos livros: Filosofia, Teologia e Poesia; Mitologia Grega e Bíblia - narrativas de transgressão; Ensino Religioso - política, diversidade, fenômeno religioso e práticas pedagógicas; Sobre, Entre e Para. Disponível na Plataforma Lattes: Universidade Estadual da Bahia (UNEB/GERCS). E-mail: eccarneiro@uneb.br

Fabricia Santos de Jesus

Mestranda no Programa MPIES - Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social. Integrante do grupo de pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social - EPODS, do(a) Universidade do Estado da Bahia. Mulher preta, suburbana, mãe, POETA, mobilizadora/ produtora cultural. Assistente Social, Especialista em Saúde Mental.

Empreendedora no segmento Literatura. Especialista em Saúde Mental e Atenção Psicossocial - Faculdade Batista Brasileira. Graduada em Serviço Social pela Faculdade Hélio Rocha. Organizadora da Obra Sonhadora dos Meus Sonhos, livro resultado de oficinas de poesia como estratégia de cuidado em saúde mental. Idealizadora e coordenadora do Orí Aiê Leituroteca. Espaço de Acolhimento e leitura, utilizando o letramento racial. Organizadora do Sarau do Cabrito, com oito publicações distribuídas em coletâneas e Revistas. Entre elas; Coletânea Poéticas Periféricas, Outras Carolinas e Revistas Geledés e Quilombo. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Social em Periferias Urbanas. Facilitadora na Campanha Quem Ama Abraça - Fazendo Escola.

Geovana Marcia Carneiro Oliveira

Mestranda em Intervenção Educativa e Social (MPIES/UNEB); Graduada em Licenciatura em Pedagogia (UEFS). Especialista em Educação e Pluralidade Sócio-Cultural (UEFS) e em Coordenação Pedagógica (UFBA - Escola de Gestores) e membro do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS). Contato: (75) 98009-1552

Hemily Araújo dos Santos

Mestranda do programa de pós-graduação em Intervenção Educativa e Social (MPIES/UNEB). Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS). Graduada em Pedagogia, pelo Departamento de Educação Campus XI- Serrinha, Universidade do Estado da Bahia (UNEB - DEDC XI). Desenvolveu estágio pelo IEL (2016). Foi bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), sob financiamento da CAPES (2017/2018). Foi bolsista voluntária no Programa Institucional de Iniciação Científica (IC) com o subprojeto "Concepções e características da gestão escolar em Teofilândia: o dito nos documentos oficiais" pelo Grupo de Pesquisa EPODS (2018/2019). Foi monitora de Ensino de componentes curriculares no Curso de Pedagogia da UNEB - DEDC XI (2018/2019). Atua enquanto Vice-Diretora no Colégio Delta.

Indaiara Sant Anna Silva de Carvalho

Mestranda do MPIES (Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social) UNEB Campus XI (2023.1); Integrante do grupo de pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social - EPODS, da Universidade do Estado da Bahia. Gestora da Escola Municipal Regina Vital e Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em Feira de Santana. Especialista em Atendimento Educacional Especializado pelo Núcleo de Pós-Graduação Gastão Guimarães (2021); Especialista em Gestão Educacional pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias (2017); Especialista em Psicopedagoga pela Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias (2012). Graduada em Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (2011). Atuou como professora da rede de ensino particular no município Feira de Santana (Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental) e como professora/coordenadora pedagógica da rede de ensino pública (Anos Iniciais do Ensino Fundamental) em Feira de Santana. Concluiu uma disciplina como aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)- Tópicos Especiais em Educação: Corpo Território e Educação Decolonial (2022).

Ivonete Barreto de Amorim

Pós Doutora pelo Programa Bachillerato en Ciencias y Humanidades pela Universidad de Santiago de Chile. Pós Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia - PPGEduc - Linha de Pesquisa I - Processos Civilizatórios: Educação, Memória e Pluralidade Cultural. Doutora em Família na Sociedade Contemporânea pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Católica do Salvador. Mestra em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia - PPGEduc. Especialista em Educação Infantil e especialista em avaliação pela Universidade do Estado da Bahia. Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Bahia. Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/CAMPUS XI). Professora Permanente, orientadora e vice-coordenadora do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES/UNEB/Campus XI). Líder do Grupo de Pesquisa: Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento

Social (EPODS/UNEB). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Formação de Professores (NUFOP/UEFS). Coordenadora Pedagógica do Centro Educacional Carneiro Ribeiro - Escola Parque.

Janeide Bispo dos Santos

Pós-doutora em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia, Especialista em Pedagogia Histórico-crítica (UFBA), Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Atualmente é professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia (Campus XI - Serrinha), desenvolve atividades no curso de Geografia. Também é professora permanente do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES). É líder do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos, Pesquisa e Extensão em Geografia e Educação (LEPEGE) da UNEB Campus XI e membro do Grupo "A Geografia dos Assentamentos nas Áreas Rurais" (GEOGRAFAR) IGEO/UFBA. Também é professora de Geografia da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Tem experiência nas áreas de Geografia e Educação com atuação nas problemáticas significativas, a saber: formação de professores, ensino de geografia, políticas públicas, trabalho pedagógico, pedagogia histórico-crítica e Educação do Campo.

Leane de Magalhães Silva

Mestranda do Programa de pós-graduação stricto sensu mestrado profissional em Educação Interventiva e Social (MPIES). Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS) Pesquisadora do Centro Interdepartamental, Interinstitucional e Internacional em Culturas e Religiões da (CEPICR/UNEB). Pós-graduanda em Gênero e Sexualidade pela UFBA (2022). Pós-graduanda em Leituras, Memórias e Formação Docente pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus VI/Caetité (2013), Especialização em História do Brasil pelo Centro Científico Conhecer. Goiânia - GO (2014). Graduação em Letras Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus VI/Caetité (2011). Tem experiência na área de

Letras, com ênfase em Literatura Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: Literatura Brasileira, Literatura Negra, Identidade, Representações Sociais e Negritude. Atuou como coordenadora do 4º e 5º do Programa de Alfabetização e Letramento - ProsSeguir da Secretaria Municipal de Guanambi em parceria com o Programa Educar pra Valer. E como coordenadora de Língua Portuguesa do 6º ao 9º anos pela Superintendência de Ensino e Apoio Pedagógico - Secretaria Municipal de Educação - Guanambi - BA. Atualmente é professora de Língua Portuguesa e Redação do Colégio Martins - Guanambi/BA.

Leilany Marry Brizolara Silva

Mestranda do MPIES (Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social)- UNEB Campus XI (2023.1); Integrante do grupo de pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social - EPODS, do(a) Universidade do Estado da Bahia; Pedagoga pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em 2003; Graduada em Serviço Social Pela Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR) 2010; Licenciada em História - PARFOR / UNEB 2015; Pós graduada em Atuação de medidas socioeducativas para adolescentes infrator pela Faculdade de Ciências da Bahia (FACIBA) 2012; Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (FAC) 2018; Especialista em Atendimento Educacional Especializado pela Faculdade Regional de Filosofia Ciências e Letras de Candeias (FAC) 2020, Atuação profissional, Professora da educação pública do município de Serrinha - BA no Centro de Atendimento Pedagógico à Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (CAPENE); Membro do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com deficiência de Serrinha (CMDPD), Preceptora dos cursos de Pedagogia e Serviço Social da Universidade Paulista (UNIP).

Kellen Gama Pêpe

Mestranda PPGIES - Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social pela Universidade do Estado da Bahia (CAPES 4). Membro do Grupo de Pesquisa em Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social - EPODS. Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do

Piauí (2023). Especialista em Administração Educacional pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (2019). Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade São Banto da Bahia (2007). Especialista em Direito de Família pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (2023). Graduada em Direito pela Universidade Estácio de Sá (2013) e em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (2004). Tutora do Programa Formação pela Escola MEC/FNDE (2010/2018). Membro de Comissões de Avaliação de Títulos de Processos Seletivos Simplificados para Contratação de Professor Substituto da Prefeitura Municipal do Salvador (2018/2023). Membro Presidente da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório (2018/2023). Membro da Comissão Central de Avaliação de Desempenho dos Servidores da Educação do Município de Salvador/BA (2022/2023). Membro do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação, CACSFUNDEB (2017/2018). Membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar SMED. (2017). Técnica universitária da Universidade do Estado da Bahia (2002-2005). Atualmente, é servidora pública de carreira da Secretaria Municipal de Educação de Salvador, atuando na Gerência de Gestão de Pessoas, tendo atuado também no Fundo Municipal de Educação (2009/2015). É advogada militante nas áreas de violência doméstica, família, consumidor, trabalho e previdenciário. Possui experiência na prestação de contas de Programas do FNDE (PDDE/PDE/MAISEDUCAÇÃO), na elaboração do Projeto de Reconhecimento dos Cursos de Pedagogia Séries Iniciais e Administração e Coordenação de Projetos Pedagógicos do Departamento de Educação Campus XI da Universidade do Estado da Bahia, na tutoria do Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE, na monitoria/organização/execução de oficinas e minicursos em Jornadas Pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação de Serrinha/BA, como Professora e Coordenadora no Programa de Capacitação para Alfabetizadores no Programa Alfabetização Solidária, como Auxiliar de Coordenação no Processo Seletivo Vestibular da Universidade do Estado da Bahia, em Processo Administrativo Disciplinar na Comissão Permanente de Inquérito Administrativo da Secretaria de Educação de Salvador, na Folha de Pagamento, na Gestão de Pessoas, e no Desenvolvimento de Políticas de Pessoal na Secretaria Municipal de Educação de Salvador.

Marcelo Máximo da Purificação

Pós-Doutor em Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra - Portugal (PFCE/UC, 2014-2016). Pós-Doutor em Formação Docente, Identidade e Gênero pelo Instituto Politécnico da Escola Superior de Educação de Coimbra - Portugal (ESEC, 2017-2021). Doutor em Ensino (Educação Matemática e Tecnologia - pela UNIVATES, 2018/2022). Doutor em Ciências da Religião (Religião, Sociedade e Cultura/Movimentos Sociais - pela PUC- -Goiás, 2010-2014). Doutorando em Educação (Estudos Culturais - pela ULBRA, 2020-). Possui Mestrado Profissional em Teologia - Educação Comunitária, Infância e Juventude (EST/UFRGS, 2008-2009) e Mestrado Acadêmico em Ciências da Educação (UEP, 2007-2009). Graduado/ licenciatura em: Matemática (UEG), Pedagogia (ICSH/UFG), Filosofia (FBB) e Ciências Sociais (Faculdade Única) e, bacharelado em Teologia (FATEBOV). Professor/Orientador do programa MPIES-Mestrado em Intervenção Educativa e Social-UNEB.

Marcia Torres Neri Soares

Pedagoga pela Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs). Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)/Campus XI - Serrinha e Professora Permanente do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - MPIES/UNEB. Participa do grupo de pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS)/ UNEB-Campus XI. Atua no Acompanhamento Educacional Especializado da Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Municipal Rosa Maria Esperidião Leite. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Especial, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação Inclusiva, Deficiência, Currículo e Inclusão de Pessoas com Deficiência, Formação de Professores e Políticas Públicas em Educação Especial. E-mail: profa.marciatorres@gmail.com

Márcio Costa Vitorino

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Intervenção Educativa e Social (MPIES) pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB; Pedagogo; Educador Social; Membro do grupo de pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social - EPODS/ DEDC Campus XI/ UNEB. E-mail: mvitorinossa@gmail.com.

Monica Moreira de Oliveira Torres

Doutora em Educação (PPGEDUC-UNEB) e Estágio Doutoral na Universidade de Lisboa - UL. Mestre em Educação (FACED-UFBA), Pedagoga, Professora Adjunta do Campus XI e Professora Permanente do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES). Professora da Educação Básica - Cemitec- SEC. Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS). Membro do Fórum Estadual de Educação da Bahia-(FEEBa). Membro do Fórum Permanente de Formação de Professores do Estado da Bahia - (FORPROF - BA). Atua na Coordenação Geral do PARFOR.

Nadjane Estrela Soares

Mestranda no Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) - Campus XI - UNEB. Pedagoga, licenciada em Sociologia e especialista em Gestão Pública e Educação do Campo. Atualmente está coordenadora Territorial de Educação do Núcleo Territorial - NTE04 - Sisal.

Nélia de Mattos Monteiro

Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES/UNEB). Especialista em Educação Especial (UEFS). Pedagoga (UNEB). Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social - EPODS (UNEB). Atualmente é Analista Universitária na Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus XI), secretária do Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE/ UNEB/Campus XI) e membro do Núcleo de Acessibilidade e

Inclusão (NAI/UNEB/Campus XI). Participa como membro da Equipe Executora de Projetos de Extensão sobre Audiodescrição (AD). Tem experiência como Profissional Ledor e Transcritor no Atendimento Especializado para pessoas cegas e/ou baixa visão em processos seletivos e exames.

Omundsen de Melo Costa Junior

Mestrando no Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) - Campus XI - UNEB. Graduação em Pedagogia - FAEM (2002). Especialização em Orientação Educacional - FERLAGOS (2005). Especialização em Coordenação Pedagógica e Projetos - FAVENI (2019). Especialização em Gestão do Trabalho Pedagógico: Gestão, Supervisão e Orientação Escolar - FAES (2021). Formação em Psicanálise - EBPP (2004). Membro da Sociedade Psicanalítica de Orientação Contemporânea do Brasil (SPOCB). Graduação em Teologia pela Faculdade Teológica Sul-Americana (2011). Especialização em Teologia pela Faculdade Única (2021). Membro da Ordem dos Teólogos do Brasil (OTEB) e da Sociedade Brasileira de Cientistas Católicos (SBCC). Graduação em História pela Faculdade de Ciências da Bahia (2011) e atualmente Coordenador Pedagógico no Colégio Estadual Eloyne Barradas (SEC/BA). Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS).

Patrícia Júlia Souza Coelho

Doutorado e Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade/PPGEduC da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Bahia (FEBA). Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Atualmente é Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação - Campus XI, atuando na graduação - curso de Pedagogia e no Programa de Pós-graduação - Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - MPIES, como Professora Permanente. Pesquisa-

dora do Grupo de Pesquisa (Auto)Biografia, Formação e História Oral - GRAFHO/PPGEDuC Campus I/UNEB e Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social - EPODS/DEDC Campus XI/UNEB. Assessora Pedagógica da Pró-reitoria de Assistência Estudantil - PRAES/UNEB. Sócia da Associação Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica - Biograph. E-mail pscoelho@uneb.br

Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

Pós-doc em Educação e Contemporaneidade (UNEB); Doutora e Mestre em Ciências da Religião (PUC/GO); Especialista em Sociologia (UFMG); Bacharela e Licenciada em Ciências Sociais (UNIVALE). Professora Permanente e Coordenadora do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES - DEDC - Campus XI - Serrinha), Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação - Campus XII - Guanambi. Conselheira da Regional Centro-Oeste da Sociedade de Teólogos e Cientistas da Religião (SOTER). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS). Pesquisadora do Centro Interdepartamental em Culturas e Religiões da UNEB (CEPICR). E-mail para contato:scsilva@uneb.br.

Sandra Heloísa Teixeira Reis

Mestranda do Programa de pós-graduação stricto sensu mestrado profissional em Educação Interventiva e Social MPIES. Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Religião, Cultura e Saúde (GEPERCS) Pesquisadora do Centro Interdepartamental, Interinstitucional e Internacional em Culturas e Religiões da (CEPICR/UNEB). Pós-graduada em Coordenação pedagógica e, em Linguística, Leitura e Produção de texto. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Metropolitana de Santos e, em Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB - Campus VI). Atuou como coordenadora e articuladora local do Programa de Alfabetização e Letramento-ProsSeguir da Secretaria Municipal de Guanambi em parceria com o Programa Educar pra Valer. Tem experiência em Linguística, Leitura, Produção de texto.

Silvaneide Santos Cordeiro

Mestranda pelo Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - MPIES/UNEB. Licenciada em Pedagogia - Universidade do Estado da Bahia(UNEB), Campus XI. Integrante do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS). Foi bolsista financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e bolsista voluntária no Programa Institucional de Iniciação Científica (IC). Integrante do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social - EPODS. Atualmente professora da Educação Infantil pela Rede Municipal de Educação de Feira de Santana - BA.

Sirlei Aparecida de Almeida Ribeiro

Aluna regularmente matriculada no curso de Pós Graduação Stricto Sensu - Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social - MPIES (Universidade do Estado da Bahia - Campus XI). Coursou (na condição de aluna especial) o componente curricular: Pedagogias Feministas e Epistemologias Decoloniais no Programa de Pós Graduação Stricto Sensu - Mestrado Profissional em Educação e Diversidade na UNEB - Campus XIV - componente curricular articulado com o Programa de Intercâmbio Acadêmico Latino-americano. Coursou os Componentes Curriculares do Curso de Pós Graduação (Lato Sensu) em Educação do Campo - UNEB / Campus XI. Concluiu o curso de Pós Graduação (Lato Sensu) em Docência com Ênfase em Educação Básica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Campus Arcos (2022). Coursou (na condição de aluna especial) os Componentes Curriculares: Didática, Currículo e Avaliação nas Classes Multisseriadas e Tópicos Especiais em Educação do Campo I: Educação Popular, Movimentos Sociais de Resistência e Processos Alfabetizatórios da Classe Trabalhadora (2017) e Tópicos Especiais em Educação do Campo II: Concepções e Princípios da Agroecologia (2019) no Programa de Pós Graduação em Educação do Campo - Mestrado Profissional em Educação do Campo - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB . Especialista Lato Sensu em Política do Planejamento Pedagógico: Currículo, Didática e Avaliação - Universidade do Estado da Bahia - UNEB (2015). Especialista Lato Sensu em Gestão Educacional pela Faculdade Regional de

Filosofia, Ciências e Letras de Candeias (2014). Possui Pós Graduação Lato Sensu (Especialista) em: Ensino de Geografia, Geografia e Meio Ambiente e Meio Ambiente e Sustentabilidade, os três títulos obtidos pela Faculdade Rio Sono - TO, em 2015, 2016 e 2017, respectivamente. Possui Graduação (Licenciatura) em Pedagogia: Docência e Gestão de Processos Educativos pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XIII (2010) e Graduação (Licenciatura) em Geografia pela Universidade Norte do Paraná - UNOPAR (2016). Atuou como Coordenadora Pedagógica nos Anos Finais do Ensino Fundamental (2009). Atuou como Docente na Educação Infantil e 1º ano do Ensino Fundamental nos anos de 2002 e 2003, respectivamente. Atuou como Docente no Ensino Médio nas disciplinas inerentes a área de Ciências Humanas (2004 - 2012). Funcionária Pública Municipal (Regime Estatutário) desde 2002. Há 13 anos exerce a função de Supervisora Técnica - Anos Finais do Ensino Fundamental no município de Marcionílio Souza - BA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6493-7965>

Tainá das Mercês Oliveira

Mestranda Profissional do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Intervenção Educativa e Social da linha 2: Novas formas de subjetivação e organização comunitária da Universidade do Estado da Bahia (UNEB - 2022.1), integrante do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS), técnica no grupo de pesquisa Entre Elas - Educação e Culturas, especialista em Gestão de Projetos (UNIFACS - 2019), graduada em Bacharelado de Administração (UEFS - 2017) com período sanduíche na Universidade de Coimbra - Portugal (UC - 2015). Trabalha como técnica administrativa de nível superior (UNEB - 2017), possui experiência na área administrativa hospitalar e administração pública, produções acadêmicas nas áreas de administração, educação e interdisciplinaridade. E-mail: tainamercês@hotmail.com.

Taise Lima de Menezes

Possui graduação em Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade do Estado da Bahia, Campus XI (2017) e Pós-graduada no curso Lato Sensu em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade

IBRA de Brasília - IBRA (2021). Aluna regular do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI. Integra o grupo de pesquisa Laboratório de Estudos, Pesquisa e Extensão em Geografia e Educação (LEPEGE) da Universidade do Estado da Bahia (Campus XI - Serrinha). Professora estatutária da Rede Municipal de Ensino de Dias d'Ávila, atualmente respondendo pela administração do Centro Municipal de Educação Infantil Deus Menino.

Thaiana Ferreira dos Santos

Graduada em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) com especialização em Libras pela Faculdade Venda Nova do Imigrante - (FAVENI). Atua como Tradutora e Intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa - TILSP. Graduanda em Licenciatura em Música Popular Brasileira- MPB pela UFRB. Atualmente é mestranda pela Universidade do Estado da Bahia, do Programa de Pós- graduação MPIES- Mestrado Profissional de Intervenção Educativa e Social e integra o Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS) da Universidade do Estado da Bahia, pelo Departamento de Ciências Humanas- Campus XI- Serrinha. E-mail:thaiana.ferreira04@gmail.com

Vanessa Goes Lima

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB- Campus XI). Estudante pesquisadora do Grupo de Pesquisa intitulado Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS). Atuou como bolsista Edital 2018-2019 do Programa de Iniciação Científica (IC/PICIN) da Universidade do Estado da Bahia com pesquisas na área de prática docente e desenvolvimento profissional. Atuou como professora da rede de ensino particular no município Serrinha (Educação Infantil e Anos Iniciais) e como professora da rede de ensino pública (Anos Iniciais) no município de Lamarão. Atualmente bolsista Fapesb e aluna regular do Mestrado profissional Intervenção Educativa e Social (MPIES/UNEB).